



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII – Nº 42; – QUINTA-FEIRA, 42 DE FEVEREIRO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
 José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
 Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2ª VICE-PRESIDENTE
 Waldemir Moka - (PMDB-MS)^(3,4)
1º SECRETÁRIO
 Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
 João Ribeiro - (PR-TO)²

3º SECRETÁRIO
 João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
 Ciro Nogueira - (PP-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)^(1,5,6,7)
 2º - João Durval - (PDT-BA)
 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 26</p> <p style="text-align: center;">Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 20 Renan Calheiros</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá (40) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5 Francisco Dornelles</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PP Ana Amélia (12)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PV - 1 Paulo Davim</p>	<p style="text-align: center;">Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24</p> <p style="text-align: center;">Líder Walter Pinheiro - PT (22,25)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55) Lídice da Mata (30,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes (37,45) </p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 12 Walter Pinheiro (22,25)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT Wellington Dias (28) Lindbergh Farias (24) Ana Rita (23) Anibal Diniz (26)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (30,39)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (29)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45)</p> <p style="text-align: center;">Governo Líder Eduardo Braga - PMDB (38)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Gim (56) Benedito de Lira (57) Lídice da Mata (30,39) Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14</p> <p style="text-align: center;">Líder Jayme Campos - DEM (27)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Cyro Miranda (32) Flexa Ribeiro (5,35) Lúcia Vânia (34) Mário Couto (33) Paulo Bauer (7,31) </p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (6) Paulo Bauer (7,31) Flexa Ribeiro (5,35)</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,43,46)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM Jayme Campos (27)</p> <p style="text-align: center;">PSD - 2 Líder Marco Antônio Costa - PSD (53)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder Sérgio Petecão</p> <p style="text-align: center;">PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)</p>
<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 14</p> <p style="text-align: center;">Líder Gim - PTB (56)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Blairo Maggi (19,51) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Eduardo Amorim (17,47,48) </p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 6 Gim (56)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti (58,59)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 6 Blairo Maggi (19,51)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42,54)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPL - 1 João Costa</p>		

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;">Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquígrafia</p>
---	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – RESOLUÇÕES	
Nºs 63 a 70, de 2012	74908
2 – ATA DA 238ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2012 ...	74920
2.1 – ABERTURA	74920
2.2 – EXPEDIENTE	74920
2.2.1 – Comunicação da Presidência	
Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 448, de 2011; 278, 281, 291, 303, 337, 345, 348, 351, 357, 359, 366, 367, 368, 369, 373, 375, 382, 383, 386, 391, 395, 396, 399, 401, 402, 406, 407, 408, 409, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 421, 422, 423, 426, 430, 431, 434, 438, 439, 445, 446, 453, 454, 456, 459, 460, 466, 473, 475, 479, 481 e 503, de 2012.	74922
2.2.2 – Discursos do Expediente	
SENADOR SÉRGIO SOUZA – Reflexão sobre a tragédia ocorrida no Estado de Connecticut, nos Estados Unidos.....	74927
SENADOR BENEDITO DE LIRA, como Líder – Defesa do ex-Presidente Luis Inácio Lula da Silva, devido a alegações que o envolveriam no caso do mensalão.	74928
SENADOR EDUARDO LOPES – Comentários acerca de problemas na sessão do Congresso Nacional convocada para hoje, para apreciação dos vetos presidenciais.	74930
SENADOR EDUARDO SUPLICY – Apoio ao projeto de lei que objetiva acrescentar a palavra “amor” à bandeira do Brasil.	74931
SENADORA LÍDICE DA MATA, como Líder – Registro do início do processo de diplomação dos prefeitos e vereadores eleitos no Brasil; e outro assunto.....	74934
SENADOR PEDRO SIMON – Análise político econômica do Estado do Rio Grande do Sul durante o ano de 2012.	74935
SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Considerações sobre a sessão do Congresso Nacional destinada à análise dos 3.060 vetos pendentes....	74940
SENADORA ANGELA PORTELA – Destaque para as medidas de combate à corrupção, à pobreza e à desigualdade, elaboradas pelos governos do PT.....	74941
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Satisfação pela política do Governo Federal voltada para o amparo dos agricultores brasileiros, especialmente os do Estado do Amazonas e da Região Norte; e outros assuntos.....	74943
SENADOR PEDRO TAQUES – Crítica à tentativa de votação de mais de três mil vetos, de uma só vez, pelo Congresso Nacional.	74944
2.3 – ORDEM DO DIA	
2.3.1 – Item 14 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Projeto de Resolução nº 68, de 2012, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que <i>reabre o prazo estabelecido no art. 4º da Resolução nº 59, de 26 de novembro de 2010, do Senado Federal, a fim de que o Estado do Rio Grande do Norte contrate a operação de crédito externo nela prevista. Aprovado</i> , tendo usado da palavra os Senadores José Agripino, Gim e Roberto Requião.	74948
Redação final do Projeto de Resolução nº 68, de 2012 (Parecer nº 1.717, de 2012-CDIR. Aprovada. À Promulgação.	74948
2.3.2 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.	74949
2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
2.4.1 – Discursos	
SENADOR JAYME CAMPOS, como Líder – Análise de projeto de lei, aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos, que visa a resguardar as mulheres brasileiras violentadas em seus próprios lares.	74951
2.4.2 – Apreciação de matérias	
Requerimento nº 1.103, de 2012, de autoria do Senador Cícero Lucena. Aprovado.	74954
Requerimento nº 1.107, de 2012, de autoria do Senador Paulo Bauer. Aprovado.	74956

Requerimento nº 1.108, de 2012, de autoria do Senador Luiz Henrique. Aprovado.	74957		
Requerimento nº 1.109, de 2012, de autoria do Senador Inácio Arruda. Aprovado.	74958		
2.4.3 – Discursos (continuação)			
SENADOR FRANCISCO DORNELLES – Comentários acerca de Projeto de Lei Complementar, apresentado por Sua Ex ^a , que tem por objetivo disciplinar a distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Estados.	74959		
SENADOR INÁCIO ARRUDA, como Líder – Defesa do ex-Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de acusações acerca de seu suposto envolvimento com o mensalão, e cumprimentos pelos avanços obtidos em sua gestão; e outro assunto.	74959		
SENADOR PAULO PAIM – Relato dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Educação Cultura e Esporte no corrente ano; e outros assuntos..	74965		
2.4.4 – Comunicações			
Da Liderança do PTB no Senado Federal, de recondução do Senador Gim ao cargo de Líder do Partido no Senado (Ofício nº 83/2012).	74974		
Da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força, de recondução do Senador Gim ao cargo de Líder, e de designação dos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi como Vice-Líderes do referido Bloco Parlamentar (Ofício nº 236/2012).	74975		
2.4.5 – Ofício do Governador do Estado do Acre			
Nº 700/2012, manifestando apoio ao acordo de Líderes firmado com o objetivo de colocar em votação o requerimento de urgência para a apreciação de todos os vetos presidenciais.	74976		
2.4.6 – Comunicação da Presidência			
Cancelamento da sessão do Senado Federal prevista para segunda-feira próxima.	74976		
2.4.7 – Discursos (continuação)			
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, como líder – Preocupação com a atual crise que abate o Poder Legislativo Federal.	74977		
SENADOR IVO CASSOL – Considerações acerca de matéria, publicada na revista Veja , segundo a qual a Petrobras teve mais de um bilhão de dólares de prejuízo na compra de uma refinaria sucateada no estado norte-americano do Texas.	74980		
SENADOR RANDOLFE RODRIGUES, como Líder – Esclarecimentos sobre os trabalhos da CPI que investigou as denúncias de irregularidades praticadas pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – Ecad.	74983		
SENADOR ARMANDO MONTEIRO – Balanço do ano legislativo de 2012 no Senado, sob a perspectiva da atuação parlamentar de Sua Ex ^a	74986		
		2.4.8 – Comunicação da Presidência	
		Realização da devolução simbólica dos mandatos dos ex-senadores cassados, durante o regime militar, na sessão deliberativa ordinária de amanhã, às 15 horas.	74989
		2.4.9 – Discursos (continuação)	
		SENADOR MAGNO MALTA, como Líder – Defesa da redução da maioria penal; e outros assuntos.	74989
		SENADORA ANA AMÉLIA – Comentários sobre a participação dos Três Poderes da República na questão dos <i>royalties</i> do petróleo; e outro assunto.	74993
		2.4.10 – Comunicação	
		Do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, de escolha das mulheres agraciadas com o referido Diploma (Ofício nº 32/2012).	74998
		2.4.11 – Discursos (continuação)	
		SENADORA LÚCIA VÂNIA – Prestação de contas dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Serviços de Infraestrutura neste ano.	74998
		SENADOR SÉRGIO PETECÃO – Relatório sobre viagem, em missão oficial, de Sua Ex ^a , à Assembleia-Geral das Nações Unidas, realizada neste ano, na cidade de Nova York; e outro assunto.	75000
		SENADOR PAULO BAUER – Reflexão sobre a questão da distribuição dos <i>royalties</i>	75002
		SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Reflexões sobre o processo legislativo federal, o papel do Congresso Nacional e a conjuntura nacional, bem como prestação de contas dos trabalhos de Sua Ex ^a . à população brasileira e do Distrito Federal.	75004
		2.4.12 – Pareceres	
		Nº 1.718, de 2012, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 89, de 2012 (conclui pela apresentação do Projeto de Decreto Legislativo nº 580, de 2012).	75010
		Nº 1.719, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2011 (que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2011).	75015
		Nºs 1.720 e 1.721, de 2012, das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 444, de 2011.	75041
		2.4.13 – Comunicações da Presidência	
		Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 580, de 2012, resultante de parecer lido anteriormente, e inclusão da matéria na pauta da próxima sessão deliberativa ordinária.	75057
		Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei da Câmara nº	

113, de 2011; e o Projeto de Lei do Senado nº 444, de 2011, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário (Ofícios nºs 352 e 354/2012-CMA).	75057	<i>jeto de pesquisa científica e tecnológica executado por Instituição Científica e Tecnológica (ICT), ou por entidades científicas e tecnológicas privadas, sem fins lucrativos, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.....</i>	75079
2.4.14 – Leitura de requerimentos			
Nº 1.176, de 2012, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, solicitando voto de aplauso ao Sr. Caco Barcellos.	75057	Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2012, de autoria do Senador Waldemir Moka, que altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que “ <i>instaura a Agência Nacional de Energia Elétrica</i> ”, para criar a obrigatoriedade de prestação semestral de contas ao Congresso Nacional.....	75082
Nº 1.177, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de aplauso ao Município de Presidente Figueiredo – AM.....	75058	Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2012, de autoria do Senador Waldemir Moka, que altera a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que “ <i>cria a Agência Nacional de Aviação – ANAC</i> ”, para tornar semestral a periodicidade de prestação de contas da Agência.	75085
Nº 1.178, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de aplauso ao Município de Beruri – AM.	75059	Projeto de Resolução nº 80, de 2012, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, para permitir a aprovação de mais de uma proposição que tramitem em conjunto, com indicação da proposição que será considerada precedente, inclusive pelo critério da maior abrangência.	75088
Nº 1.179, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de aplauso ao Município de Uarini – AM.	75061	2.4.16 – Comunicações da Presidência	
Nº 1.180, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de aplauso ao Comando do 9º Distrito Naval – AM.	75061	Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 80, de 2012.....	75089
Nº 1.181, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de aplauso ao Município de Guajará – AM.	75061	Abertura do prazo até o encerramento da discussão, no turno suplementar, para apresentação de emendas, perante a Comissão de Assuntos Sociais, ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 627, de 2011 (Ofício nº 375/2012-CAE).....	75089
2.4.15 – Leitura de projetos			
Projeto de Lei do Senado nº 470, de 2012, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera a Lei 9.656, de 3 de junho de 1998, que “ <i>dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde</i> ”, para tornar obrigatória a cobertura de assistência domiciliar decorrente de internação hospitalar, no plano-referência e no plano que inclua internação hospitalar.	75062	2.4.17 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição	
Projeto de Lei do Senado nº 471, de 2012, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que dispõe sobre a aplicação de recursos provenientes de depósitos judiciais sob aviso à disposição da Justiça Federal, sobre a destinação dos rendimentos líquidos auferidos dessa aplicação e dá outras providências.....	75065	Nº 71, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que estende para seis anos o mandato dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos em 2016, para estabelecer a coincidência geral das eleições.....	75090
Projeto de Lei do Senado nº 472, de 2012, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados e Municípios.	75067	2.4.18 – Comunicações	
Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2012, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para dispor sobre a publicidade de gastos com pessoal das empresas públicas, sociedade de economia mista e demais entidades controladas pela União que atuem em regime de concorrência, nos termos do art. 173, § 1º, I, da Constituição Federal.....	75069	Do Senador Luiz Henrique, da impossibilidade do comparecimento de S. Exª ao Fórum sobre Segurança Internacional de Halifax, no Canadá (Ofício nº 140/2012).....	75098
Projeto de Lei do Senado nº 474, de 2012, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução das doações a pro-		Da Senadora Ana Rita, encaminhando relatório de viagem realizada para comparecimento à diligência da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher, em Boa Vista-RR, em 10 do corrente.....	75098
		Da Senadora Ana Rita, encaminhando relatório de viagem realizada para comparecimento à Audiência Pública da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher, em Belém-PA, nos dias 6 e 7 do corrente.	75098
		Do Senador Antonio Carlos Valadares, encaminhando relatório de viagem realizada para comparecimento à 18ª Sessão da Conferência das	

Nações Unidas para o Clima, em Doha-Catar, em 29 de novembro último a 7 do corrente (Ofício nº 110/2012).....	75099	4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 19.12.2012	75246
Do Senador José Agripino, encaminhando relatório de viagem realizada para comparecimento à 67ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, nos EUA, em 18 do corrente.	75107	SENADO FEDERAL	
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 595, de 2012 (Ofício nº 264/2012). <i>Designação do Senador Flexa Ribeiro, como titular, e da Senadora Lúcia Vânia, como suplente, para comporem a referida Comissão</i>	75108	5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
2.4.19 – Avisos do Tribunal de Contas da União		Por Unidade da Federação	75268
Nº 1.369/2012, na origem, registrando recebimento do autógrafo da Resolução nº 59, de 2012, do Senado Federal, e informando o número de autuação do referido expediente e a unidade daquela Casa à qual foi despachado.	75108	Bancadas dos Partidos	75269
Nº 1.371/2012, na origem, registrando recebimento do autógrafo da Resolução nº 60, de 2012, do Senado Federal, e informando o número de autuação do referido expediente e a unidade daquela Casa à qual foi despachado.	75109	Por ordem alfabética	75270
2.4.20 – Discursos encaminhados à publicação		6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	75271
SENADOR CLÉSIO ANDRADE – Considerações sobre a importância das Bibliotecas Públicas Municipais como recurso complementar para o desenvolvimento da educação no Brasil.	75110	7 – LIDERANÇAS	75272
SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Chamada de atenção para o PLS nº 258, de 2010, que dispõe sobre a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural.	75110	8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	75275
SENADOR RENAN CALHEIROS – Homenagem à memória do Sr. Luiz Gonzaga; e outro assunto.	75113	9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	75277
2.4.21 – Comunicação da Presidência		10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	
Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.	75115	CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	75288
2.5 – ENCERRAMENTO	75118	CAS – Comissão de Assuntos Sociais	75295
3 – ATAS	75119	CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	75302
3.1 – COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR O TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL		CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	75308
Ata da 33ª Reunião, realizada em 27 de novembro de 2012.....	75119	CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	75313
Ata da 34ª Reunião, realizada em 3 de dezembro de 2012.....	75141	CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.....	75323
Ata da 35ª Reunião, realizada em 10 de dezembro de 2012.....	75190	CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	75329
Ata da 36ª Reunião, realizada em 19 de dezembro de 2012.....	75246	CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura	75337
		CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	75344
		CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.....	75351
		CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	75355
		11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	
		Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)	75358
		Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993).....	75359
		Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)	75361
		Ouidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)	75361
		Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)	75362
		Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009).....	75364
		Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010).	75366
		Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)	75368

Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012)..... 75370

CONGRESSO NACIONAL

12 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006) 75372

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008).. 75377

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2, de 2007)..... 75379

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999) 75380

Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito..... 75381

Comissões Mistas Especiais 75385

13 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972) 75387

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991) 75388

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011) 75389

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO Nº 63, DE 2012

Autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado da Bahia autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao “Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia (Proconfis II)”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – *devedor*: Estado da Bahia;
- II – *credor*: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;
- IV – *valor*: até US\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de dólares norte-americanos);
- V – *modalidade*: empréstimo com taxa de juros baseada na *Libor*;
- VI – *prazo de desembolso*: até 2 (dois) anos, contado a partir da data de entrada em vigor do contrato;
- VII – *amortização*: mediante o pagamento de prestações semestrais e consecutivas, vencendo-se a primeira 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses após a data de vigência do contrato, e a última, até 20 (vinte) anos após a data de vigência;
- VIII – *juros*: o mutuário deverá pagar juros sobre os saldos devedores diários a uma taxa que será determinada de acordo com o art. 3.03 das Normas Gerais; o primeiro pagamento deverá ocorrer

após 6 (seis) meses, contados a partir da vigência do contrato; enquanto o empréstimo não tiver sido objeto de nenhuma conversão, o mutuário pagará juros a uma taxa de juros baseada na *Libor*; neste caso, os juros incidirão a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo BID em uma data para determinação da taxa de juros baseada na *Libor* para cada trimestre, da seguinte forma: a) a respectiva taxa *Libor*, mais ou menos; b) o custo de captação do BID; adicionalmente, o mutuário deverá pagar, a título de juros, a margem aplicável para empréstimos do capital ordinário;

IX – *conversões*: com consentimento do fiador, o mutuário poderá solicitar ao BID conversão de moeda ou conversão de taxa de juros em qualquer momento durante a vigência do contrato, de acordo com o disposto no Capítulo V das Normas Gerais, sendo que, para a conversão de moeda, o mutuário poderá solicitar que um desembolso ou a totalidade ou uma parte do saldo devedor sejam convertidos em moeda de país não mutuário ou em uma moeda local que o Banco possa intermediar eficientemente, e, para a conversão de taxa de juros, o mutuário poderá solicitar, em relação a parte ou à totalidade do saldo devedor, que a taxa de juros baseada na *Libor* seja convertida em uma taxa fixa de juros ou qualquer outra opção de conversão de taxa de juros solicitada pelo mutuário e aceita pelo BID;

X – *comissões de crédito*: a serem estabelecidas periodicamente pelo BID, calculadas sobre o saldo não desembolsado do empréstimo e exigidas juntamente com os juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, não podendo exceder, em caso algum, a 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

XI – *despesas de inspeção e supervisão*: de acordo com política vigente, o BID não cobrará montante para atender despesas de inspeção e supervisão geral; em eventual revisão periódica de suas políticas, o BID notificará, nessa hipótese, o mutuário sobre o valor devido em um semestre determinado, que não poderá ser superior a 1% (um por cento) do valor do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. É o mutuário autorizado a exercer, mediante solicitação formal ao credor, as opções de conversão previstas no inciso IX deste artigo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado da Bahia na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no *caput* é condicionado a que:

I – o Estado da Bahia celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais;

II – o Ministério da Fazenda verifique e ateste:

a) a adimplência do Estado da Bahia quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, conforme disciplinado pelo § 5º do mesmo artigo, e quanto ao que dispõe o art. 16 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal;

b) o cumprimento substancial das condições especiais para o primeiro desembolso constantes no contrato de empréstimo.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de dezembro de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO Nº 64, DE 2012

Autoriza o Estado de Santa Catarina a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Bank of America, N.A. (BofAML), no valor total de até US\$ 726.441.566,00 (setecentos e vinte e seis milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, quinhentos e sessenta e seis dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Santa Catarina autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Bank of America, N.A. (BofAML), no valor total de até US\$ 726.441.566,00 (setecentos e vinte e seis milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, quinhentos e sessenta e seis dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no *caput* destinam-se ao Refinanciamento do Resíduo da Dívida do Estado de Santa Catarina – Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *devedor*: Estado de Santa Catarina;

II – *credor*: Bank of America, N.A. (BofAML);

III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *valor*: US\$ 726.441.566,00 (setecentos e vinte e seis milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, quinhentos e sessenta e seis dólares norte-americanos);

V – *prazo total*: 120 (cento e vinte) meses;

VI – *prazo de carência*: 12 (doze) meses;

VII – *amortização*: 18 (dezoito) parcelas semestrais, a serem pagas após o prazo de carência;

VIII – *juros*: taxa fixa de 4% a.a. (quatro por cento ao ano);

IX – *comissão de compromisso, honorários e outras despesas*: 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) sobre o valor do empréstimo, no ato de formalização;

X – *juros de mora*: 1,00% a.m. (um por cento ao mês), acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos, conforme a legislação vigente.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado de Santa Catarina na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* é condicionada a que, previamente à assinatura do contrato de empréstimo, seja:

I – verificada a adimplência do Estado de Santa Catarina com a União, incluindo as entidades controladas;

II – formalizado o contrato de contragarantia.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de dezembro de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO Nº 65, DE 2012

Autoriza o Estado de Santa Catarina a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia da União, no valor de até US\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de principal, destinada ao financiamento parcial do “Programa Rodoviário de Santa Catarina – Etapa VI”.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Santa Catarina autorizado a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia da União, no valor de até US\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de principal.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida no *caput* destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Rodoviário de Santa Catarina – Etapa VI”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – *devedor*: Estado de Santa Catarina;
- II – *credor*: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;
- IV – *valor*: até US\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos);
- V – *prazo de desembolso*: até 5 (cinco) anos, contado a partir da vigência do contrato;
- VI – *modalidade*: empréstimo com taxa de juros baseada na *Libor*;
- VII – *amortização*: em parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira parcela em 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses, e a última, em até 25 (vinte e cinco) anos, após a data de assinatura do contrato;
- VIII – *juros*: exigidos semestralmente e calculados sobre os saldos devedores diários do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo BID e composta pela taxa de juros *Libor* trimestral para dólar norte-americano, mais ou menos uma margem de custo relacionada aos empréstimos do BID que financiam os empréstimos do Mecanismo Unimonetário com

taxa de juros baseada na *Libor*, mais a margem (*spread*) para empréstimos do capital ordinário; IX – *comissão de crédito*: até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), calculada sobre o saldo não desembolsado do empréstimo e exigida juntamente com os juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;

X – *despesas com inspeção e supervisão geral*: até 1% (um por cento) do valor do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos, atualmente não cobradas, mas que, mediante notificação ao mutuário, poderão ser restabelecidas pelo credor durante o período de desembolsos, em consequência da revisão que efetua semestralmente sobre os encargos financeiros dos empréstimos que concede.

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

§ 2º É permitido ao mutuário, já devidamente autorizado por esta Resolução, mediante solicitação formal ao credor, observados os prazos e montantes mínimos requeridos no contrato de empréstimo, exercer a opção de conversão da taxa de juros aplicada ao montante parcial ou total do empréstimo, de flutuante para fixa ou vice-versa, e de alteração da moeda de referência da operação de crédito para o montante já desembolsado e a desembolsar, inclusive para a moeda local.

§ 3º Os custos decorrentes da realização das opções de que trata o § 2º serão repassados pelo BID ao mutuário.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado de Santa Catarina na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no *caput* é condicionado a que o Estado de Santa Catarina:

- I – celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 155 e das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais;

II – previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado de Santa Catarina quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, bem como o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de dezembro de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 66, DE 2012

Autoriza o Estado do Ceará a contratar, com garantia da República Federativa do Brasil, operação de crédito externo com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), nos valores de SDR 20.624.403,00 (vinte milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e três direitos especiais de saque) e de 5.948.482,00 (cinco milhões, novecentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e dois euros), destinada ao financiamento parcial do “Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades (PDPC) do Projeto Paulo Freire”.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Ceará autorizado a contratar, com garantia da República Federativa do Brasil, operação de crédito externo com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), nos valores de SDR 20.624.403,00 (vinte milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e três direitos especiais de saque) e de 5.948.482,00 (cinco milhões, novecentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e dois euros).

Parágrafo único. Os recursos oriundos da operação de crédito referida no *caput* destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades (PDPC) do Projeto Paulo Freire”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – *devedor*: Estado do Ceará;
- II – *credor*: Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida);

III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *valores*: SDR 20.624.403,00 (vinte milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e três direitos especiais de saque) e 5.948.482,00 (cinco milhões, novecentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e dois euros);

V – *prazo total*: 18 (dezoito) anos, incluindo o período de 3 (três) anos de carência;

VI – *amortização*: em 30 (trinta) parcelas semestrais, iguais e consecutivas, a serem pagas em 15 de maio e em 15 de novembro de cada ano;

VII – *juros*: a taxa de juros será definida semestralmente pela diretoria do Fida.

§ 1º O pagamento do principal e dos juros será efetuado em dólar norte-americano, para o empréstimo em direitos especiais de saque, e em euro, para o empréstimo nesta moeda.

§ 2º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Ceará para a contratação da operação de crédito externo referida no art. 1º desta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no *caput* é condicionado a que:

- I – o Estado do Ceará celebre contrato com a União para a concessão de contra garantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 155 e das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 157 e 159, combinados com o § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais;
- II – o Ministério da Fazenda verifique e ateste:

a) a situação de adimplência do ente garantido com a Administração Pública Federal e suas entidades controladas, e quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal;

b) o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso, conforme cláusula contratual.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de dezembro de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 67, DE 2012

Autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares norte-americanos), de principal, destinada ao financiamento parcial do “Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal do Rio Grande do Sul (Proconfis RS)”.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Rio Grande do Sul autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar parcialmente o “Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul (Proconfis RS)”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – *devedor*: Estado do Rio Grande do Sul;
- II – *credor*: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;
- IV – *valor*: até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares norte-americanos), de principal;
- V – *modalidade*: empréstimo com taxa de juros baseada na *Libor*;
- VI – *prazo de desembolso*: até 2 (dois) anos, contado da vigência do contrato;
- VII – *amortização*: prestações semestrais, consecutivas e customizadas, vencendo-se a primeira 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses após a data de vigência do contrato, e a última, até 20 (vinte) anos após essa data;
- VIII – *juros*: o mutuário deverá pagar juros sobre os saldos devedores diários, a uma taxa que será determinada de acordo com o artigo 3.03 das Normas Gerais. O primeiro pagamento deverá ocorrer após 6 (seis) meses, contados a partir da vigência do contrato. Enquanto o empréstimo não tiver sido objeto de nenhuma conversão, o mutu-

ário pagará juros a uma taxa baseada na *Libor* e, neste caso, os juros incidirão a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo Banco, em uma data, da seguinte forma: i) a respectiva taxa *Libor*, mais ou menos; ii) o custo de captação do Banco. Adicionalmente, o mutuário deverá pagar, a título de juros, a margem aplicável para empréstimos do capital ordinário;

IX – *conversões*: com o consentimento do fiador, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional, o mutuário poderá, conforme a cláusula 1.09 das Disposições Especiais do contrato de empréstimo, solicitar ao Banco uma conversão de moeda ou uma conversão de taxa de juros, em qualquer momento durante a vigência do contrato, de acordo com o disposto no Capítulo V das Normas Gerais:

a) conversão de moeda: o mutuário poderá solicitar que um desembolso ou a totalidade ou uma parte do saldo devedor sejam convertidos em moeda de país não mutuário ou em uma moeda local que o Banco possa intermediar eficientemente;

b) conversão de taxa de juros: o mutuário poderá solicitar, em relação a parte ou à totalidade do saldo devedor, a conversão da taxa de juros baseada na *Libor* em uma taxa fixa de juros ou qualquer outra opção de conversão de taxa de juros solicitada pelo mutuário e aceita pelo Banco;

X – *comissão de crédito*: a ser estabelecida periodicamente pelo Banco, calculada sobre o saldo não desembolsado do financiamento e exigida juntamente com os juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato e não podendo exceder, em caso algum, o percentual de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

XI – *despesas com inspeção e supervisão geral*: por decisão da política atual, o Banco não cobrará montante para atender despesas com inspeção e supervisão geral; conforme revisão periódica de suas políticas, o Banco notificará ao mutuário um valor devido em um semestre determinado, que não poderá ser superior a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Rio Grande do Sul na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no *caput* é condicionado a que o Ministério da Fazenda verifique:

- I – a adimplência do Estado do Rio Grande do Sul com a União, incluindo as entidades controladas;
- II – a formalização do contrato de contraguarantia entre o Estado do Rio Grande do Sul e a União;
- III – o atendimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de dezembro de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 68, DE 2012

Denomina Gelda Lyra Nascimento as dependências da Secretaria de Taquigrafia do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º São denominadas Gelda Lyra Nascimento as dependências que abrigam a Secretaria de Taquigrafia do Senado Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de dezembro de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 69, DE 2012

Define os critérios e procedimentos para a realização das avaliações de desempenho e para o pagamento da Gratificação de Desempenho do Senado Federal (GDSF) de que trata o art. 9º da Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Esta Resolução define os critérios e procedimentos para a realização das avaliações de desempenho e para o pagamento da Gratificação de Desem-

penho do Senado Federal (GDSF) de que trata o art. 9º da Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010.

Art. 2º Na aplicação do disposto nesta Resolução, considera-se:

- I – *servidor avaliável*: o servidor efetivo ou comissionado que, durante o período de avaliação de desempenho, esteja lotado e em efetivo exercício em órgão da estrutura do Senado Federal, conforme definido no Regulamento Administrativo;
- II – *unidade avaliadora*: órgão da estrutura do Senado Federal no qual ocorrerá avaliação de desempenho, que poderá consistir em:

- a) Gabinete: unidade da estrutura organizacional cuja titularidade é exercida diretamente por Senador, como o Gabinete de Senador, de Membro da Mesa, de Liderança, Ouvidoria ou Corregedoria;
- b) Unidade Administrativa: unidade da estrutura organizacional cuja titularidade é exercida por servidor;
- c) Unidade do Gabinete da Presidência do Senado Federal: unidade da estrutura organizacional cuja titularidade é exercida por servidor diretamente subordinado ao Presidente da Casa;

III – *avaliador*: o responsável pela avaliação de desempenho dos servidores lotados em cada unidade avaliadora, que será:

- a) em Gabinete: o Senador ou, por delegação deste, e exclusivamente com relação aos servidores avaliáveis efetivos lotados na unidade, o servidor efetivo ocupante da mais elevada função comissionada lotado no Gabinete;
- b) em Unidade Administrativa: o servidor da função de nível hierárquico mais elevado que seja titular da respectiva unidade;
- c) em Unidade do Gabinete da Presidência do Senado Federal: o Presidente do Senado Federal ou, por delegação deste, o servidor efetivo ocupante da mais elevada função comissionada lotado em cada Unidade;

IV – *parcela avaliativa*: parte variável da GDSF, constituída de fatores individuais constantes da Tabela 2 do Anexo I desta Resolução e de fatores institucionais, correspondendo a, no máximo, 40% (quarenta por cento) do vencimento básico do cargo ocupado pelo servidor;

V – *período avaliativo*: lapso temporal durante o qual se procede à avaliação de desempenho, correspondente a 1 (um) semestre, de 1º de janeiro a 30 de junho e de 1º de julho a 31 de dezembro;

VI – *período concessivo*: lapso temporal durante o qual o servidor percebe a GDSF, no percentual resultante da avaliação, correspondente ao semestre imediatamente subsequente ao período avaliativo.

Art. 3º A GDSF corresponderá ao somatório de 60% (sessenta por cento) do vencimento básico do cargo ocupado pelo servidor, acrescido do valor referente à parcela avaliativa, apurada no ciclo de avaliação de desempenho imediatamente anterior.

§ 1º Os servidores ocupantes de cargo efetivo do Senado Federal, quando cedidos a outros órgãos, perceberão a GDSF na forma do inciso I do § 6º do art. 9º da Lei nº 12.300, de 2010.

§ 2º Na hipótese de outros afastamentos e de licenças que, na forma da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, sejam considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração, o servidor continuará percebendo a respectiva GDSF, correspondente à média das 3 (três) últimas pontuações obtidas, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno.

§ 3º O servidor alcançado pelo § 2º deste artigo que não tenha sido avaliado nos 3 (três) períodos anteriores ao afastamento perceberá a respectiva GDSF pela média dos percentuais atribuídos aos servidores em atividade, semestralmente.

§ 4º Ocorrendo dispensa da função comissionada, o titular de cargo de provimento efetivo continuará percebendo a respectiva GDSF, correspondente à última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após a dispensa.

Art. 4º A avaliação de desempenho é pessoal, refere-se ao exercício das atividades desenvolvidas pelo servidor ao longo de cada período de avaliação e será aplicada a todos os servidores avaliáveis, conforme o cargo ou a função que ocupem e de acordo com fatores individuais e institucionais, apurados conforme valores constantes da Tabela 1 do Anexo I desta Resolução.

§ 1º Durante o período de avaliação, caberá aos avaliadores e, em seus impedimentos legais, aos respectivos substitutos, avaliar o desempenho funcional dos servidores ocupantes dos cargos efetivos e comissionados em efetivo exercício nos órgãos da estrutura do Senado Federal.

§ 2º Ocorrendo mudança de titular nos gabinetes ou nas unidades administrativas durante o período de avaliação, caberá ao titular em exercício na data de encerramento das avaliações a incumbência de finalizar e encaminhar as avaliações respectivas.

§ 3º Havendo mudança de lotação no curso do período avaliativo, será considerada, para fins de

atribuição de conceitos aos fatores individuais e institucionais, a avaliação efetuada na unidade ou no gabinete no qual o servidor tenha permanecido por mais tempo.

§ 4º Caso o servidor tenha permanecido lotado por igual período em mais de um órgão, sua avaliação dar-se-á na unidade ou no gabinete onde tenha sido lotado por último.

§ 5º Salvo quando se tratar de avaliação dos servidores efetivos em exercício nos gabinetes parlamentares e no gabinete da Presidência, conforme disposto nas alíneas “a” e “c” do inciso III do art. 2º, a responsabilidade de avaliador é indelegável.

Art. 5º Os fatores individuais de avaliação serão estabelecidos pelo avaliador e apresentados ao avaliado no início de cada período de avaliação.

§ 1º Na avaliação de todos os servidores, serão utilizados os fatores individuais de conhecimento, habilidade e atitude constantes da Tabela 2 do Anexo I desta Resolução.

§ 2º Poderão igualmente ser definidos, entre avaliador e avaliado, metas e resultados esperados para cada período de avaliação.

§ 3º A atribuição de pesos a cada fator individual de avaliação, para fins do cálculo de que trata o art. 13 desta Resolução, será realizada pelo avaliador, no início de cada período de avaliação, e será aplicada de forma igual a todos os servidores por ele avaliados, observados ainda os seguintes critérios:

I – constará, obrigatoriamente, pelo menos 1 (um) dos fatores de conhecimento, habilidade e atitude, cujo percentual mínimo de ponderação não será inferior a 10% (dez por cento);

II – na avaliação dos servidores ocupantes de funções gerenciais, assim entendidos aqueles que tenham a responsabilidade formal de chefia ou direção de equipes de trabalho, serão acrescidos os fatores gerenciais, constantes da Tabela 2 do Anexo I desta Resolução, com peso não inferior a 20% (vinte por cento) cada um, correspondendo, para cada um dos demais fatores escolhidos, peso não inferior a 5% (cinco por cento).

§ 4º Os servidores em exercício nas unidades avaliadoras referidas nas alíneas “a” e “c” do inciso II do art. 2º terão a parcela avaliativa calculada integralmente em função da avaliação de fatores individuais, conforme disposto na Tabela 1 do Anexo I desta Resolução.

§ 5º Para os servidores comissionados em exercício nas unidades referidas no § 4º, os critérios de avaliação adotados serão de livre escolha do avaliador, e a pontuação poderá variar de 0 (zero) a 100 (cem)

pontos, facultada a adoção dos critérios gerais previstos nesta Resolução.

Art. 6º Integrará também a avaliação individual um procedimento de atribuição de conceitos pelo servidor ao seu próprio desempenho, que observará os mesmos critérios previstos no art. 5º desta Resolução.

Art. 7º Os fatores institucionais de avaliação constarão de planos de gestão elaborados pelas unidades organizacionais contendo metas para indicadores de desempenho, que serão avaliados pelo Conselho de Administração ou órgão equivalente e submetidos à aprovação da Comissão Diretora.

§ 1º Os planos de gestão contemplarão, obrigatoriamente, parcela vinculada ao desempenho de equipes e ao conjunto da organização.

§ 2º O resultado numérico da avaliação institucional poderá variar de 0 (zero) até 125 (cento e vinte e cinco) pontos, adotando-se, para fins remuneratórios, a pontuação de 100 (cem) pontos quando o resultado numérico dessa avaliação superar este valor.

§ 3º Até que seja implementado no Senado Federal o mecanismo de planejamento previsto neste artigo, a pontuação referente à avaliação de desempenho institucional será de 100 (cem) pontos.

§ 4º Para a introdução de resultados institucionais, o Senado Federal adotará, no prazo de 2 (dois) anos da aprovação desta Resolução, os mecanismos de planejamento de que trata o *caput* deste artigo.

§ 5º Para todas as demais finalidades de gestão e desenvolvimento de recursos humanos, inclusive seleções internas e premiações de qualquer natureza, o resultado numérico final da avaliação individual será computado integralmente.

Art. 8º A atribuição, pelo avaliador e pelo avaliado, dos conceitos relativos ao desempenho do servidor será formalizada a cada período de avaliação, conforme cronograma estabelecido pelo Conselho de Administração ou órgão equivalente, e aprovada pela Comissão Diretora.

§ 1º Aos fatores de avaliação serão atribuídos os conceitos de desempenho detalhados na Tabela 1 do Anexo II desta Resolução, com base no desempenho funcional do servidor ao longo do período de avaliação.

§ 2º Os fatos ou eventos concretos que impactem a avaliação de desempenho, ensejando conceitos diferentes de “ATENDE” ou “SUPERA”, deverão ser registrados em sistema próprio ao longo do período avaliativo.

Art. 9º Os registros lançados pelo avaliador, em sistema próprio, ao longo do período de avaliação,

poderão ser consultados pelo servidor avaliado e pelo superior hierárquico imediato do avaliador.

Parágrafo único. Será facultado ao avaliado registrar, no sistema referido no *caput* deste artigo, fatos e informações que julgar relevantes à sua avaliação de desempenho, inclusive para os efeitos previstos nos arts. 10 a 12, facultado igualmente ao avaliador fazer constar dos registros observações e ressalvas a respeito da avaliação.

Art. 10. Os avaliadores deverão concluir as atribuições de conceitos e encaminhá-las à Secretaria de Recursos Humanos até os dias 31 de julho e 31 de janeiro seguintes ao respectivo período de avaliação.

§ 1º No caso de descumprimento dos prazos de que trata o *caput* deste artigo, o servidor não perceberá a parcela avaliativa da GDSF até que seja ultimada a sua avaliação, que terá efeitos retroativos à data de início do período concessivo.

§ 2º A avaliação finalizada após o prazo de que trata o *caput* deste artigo deverá ser encaminhada pelo avaliador em, no máximo, 30 (trinta) dias, juntamente com a justificativa da intempestividade.

§ 3º A justificativa da intempestividade será encaminhada pela Secretaria de Recursos Humanos ao Diretor-Geral, para decisão, que poderá ser:

I – pelo acatamento, caso em que a justificativa será arquivada; ou

II – pelo não acatamento, caso em que será apurada em processo de sindicância a responsabilidade do servidor que tenha dado causa ao descumprimento do disposto no *caput* ou no § 2º deste artigo.

Art. 11. Constatada a ocorrência de erro material na avaliação registrada no sistema próprio, caberá ao avaliador respectivo solicitar a correção à Secretaria de Recursos Humanos, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de encerramento dos lançamentos no sistema.

Art. 12. No caso de o avaliado discordar do conceito atribuído ao seu desempenho, poderá apresentar pedido de reconsideração e recurso, observado o disposto nos arts. 106 a 108 da Lei nº 8.112, de 1990.

§ 1º Não se conhecerá de pedido de reconsideração ou recurso quando:

- I – for interposto fora do prazo de 30 (trinta) dias;
- II – não indicar o fator objeto da contestação; ou
- III – for desprovido de fundamentação.

§ 2º No prazo de 5 (cinco) dias a contar de seu recebimento, o avaliador deliberará sobre o pedido de reconsideração e, em caso de deferimento, encaminhará à Secretaria de Recursos Humanos a solicitação de alteração dos conceitos inicialmente atribuídos, sendo

os efeitos financeiros decorrentes implementados na folha de pagamento do mês seguinte.

§ 3º Indeferido o recurso pela autoridade imediatamente superior ao avaliador, poderá o avaliado reiterá-lo à Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho (CPAD), de que trata o art. 15 desta Resolução, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de ciência do indeferimento.

§ 4º O recurso à CPAD será instruído pela Secretaria de Recursos Humanos no prazo de 15 (quinze) dias de sua autuação e encaminhado à comissão para, em igual prazo, analisar e decidir em definitivo a controvérsia, comunicando sua decisão ao avaliado.

§ 5º O prazo para apreciação do recurso pela CPAD poderá, mediante justificativa, ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias.

§ 6º Na hipótese de acolhimento do pedido de reconsideração ou de provimento do recurso interposto, os efeitos financeiros serão retroativos à data da avaliação.

Art. 13. O valor final da GDSF será obtido conforme as seguintes regras:

I – O resultado numérico de cada fator individual de avaliação poderá variar de 0 (zero) a 125 (cento e vinte e cinco) pontos, conforme disposto na Tabela 1 do Anexo II desta Resolução;

II – O resultado numérico da avaliação individual será obtido mediante o somatório dos pontos obtidos em cada fator individual multiplicado pelo respectivo peso, nos termos dos arts. 5º e 8º desta Resolução;

III – O somatório dos pesos referidos no inciso II deste artigo será igual a 100% (cem por cento);

IV – Para efeito de cálculo da parcela remuneratória, será aplicada a pontuação de 100 (cem) pontos quando o resultado numérico da avaliação individual superar esse valor;

V – O cálculo da parcela avaliativa será obtido pela soma do resultado final da avaliação individual feita pelo avaliador e pelo avaliado, com o resultado institucional de que trata o art. 7º, cada qual multiplicado pelo respectivo peso, conforme a Tabela 1 do Anexo I desta Resolução;

VI – O valor final da GDSF será obtido pela soma do valor mínimo estabelecido no art. 3º desta Resolução com o valor da parcela avaliativa calculada conforme disposto no inciso V deste artigo multiplicado por 1% (um por cento).

Art. 14. A GDSF integrará os proventos de aposentadorias e pensões dos servidores abrangidos pelo art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, sendo calculada:

I – para aposentadorias e pensões concedidas antes da entrada em vigor desta Resolução, pela média dos percentuais atribuídos aos servidores em atividade, semestralmente;

II – para aposentadorias e pensões concedidas após a entrada em vigor desta Resolução, pelo percentual médio percebido pelo servidor durante o período de atividade, desconsiderado o período anterior à vigência desta Resolução.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no inciso I do *caput* deste artigo às aposentadorias e pensões concedidas após a entrada em vigor desta Resolução sem que o servidor tenha sido submetido a, pelo menos, 1 (uma) avaliação.

Art. 15. É criada a Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho (CPAD) com a finalidade de decidir, em última instância, sobre recursos apresentados pelos servidores contra conceitos atribuídos ao seu desempenho.

§ 1º A CPAD será integrada por 6 (seis) membros, com mandato de 2 (dois) anos, sendo 3 (três) servidores indicados pelo Diretor-Geral e 3 (três) eleitos diretamente pelos servidores do Senado Federal, vedada a recondução de qualquer membro para o mandato subsequente.

§ 2º Com observância dos mesmos critérios referidos no § 1º deste artigo, serão escolhidos, em igual número ao de membros titulares, suplentes que atuarão nos casos de vacância de função, por qualquer razão, ou de impedimento de titular.

§ 3º A CPAD elegerá seu Presidente, alternadamente, entre os membros indicados pelo Diretor-Geral e os eleitos pelos servidores.

§ 4º No caso de empate nas votações, prevalecerá o voto do Presidente.

§ 5º Os membros da CPAD desempenharão suas funções sem a percepção de qualquer adicional ou gratificação.

Art. 16. Ato da Comissão Diretora disporá sobre a utilização dos pontos que ultrapassarem o valor de 100 (cem), para os fins previstos no § 5º do art. 7º desta Resolução.

Art. 17. A pontuação obtida no resultado final da avaliação individual de que trata o inciso II do art. 13 desta Resolução será considerada para fins de progressão funcional e de aprovação em estágio probatório e para a avaliação a que se refere o § 4º do art. 41 da Constituição Federal.

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de dezembro de 2012. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

ANEXO I
FATORES DE AVALIAÇÃO

Tabela 1. Peso dos fatores institucionais e individuais de avaliação baseados no cargo ou na função de cada servidor:

Cargo/Função	Peso do fator institucional	Peso do fator individual	
		Autoavaliação do servidor (art. 6º)	Avaliação feita pelo avaliador (art. 2º, inciso III)
Titulares de órgãos diretamente subordinados à Comissão Diretora	40%	0%	0%
Titulares de unidades diretamente subordinadas aos gestores mencionados no item anterior	20%	10%	10%
Demais ocupantes de funções de direção, chefia e assessoramento	10%	10%	20%
Ocupantes de cargo de provimento efetivo	10%	10%	20%
Servidores efetivos e comissionados em exercício nas unidades avaliadoras referidas nas alíneas "a" e "c" do inciso II do art. 2º	0%	10%	30%

Tabela 2. Fatores individuais de avaliação:

FATORES DE HABILIDADE	
QUALIDADE	Realiza os trabalhos de forma adequada à finalidade a que se destinam e toma as providências necessárias para evitar a reincidência de erros e contribuir para a melhoria contínua. Cumpre as normas e os procedimentos estabelecidos pela legislação e pelo Senado Federal no que se refere à conduta e ao desenvolvimento das atribuições do cargo e do posto de trabalho. Dispõe-se à colaboração aberta com os demais membros da equipe de trabalho para a consecução dos trabalhos de responsabilidade conjunta da equipe.
PRODUTIVIDADE	Realiza os trabalhos a si atribuídos com tempestividade, na quantidade demandada, sem prejuízo da qualidade, contribuindo para a obtenção dos resultados da unidade.
FATORES DE CONHECIMENTO	
DESENVOLVIMENTO	Conhece os métodos, as técnicas e as atitudes imprescindíveis à realização do trabalho que lhe é encomendado. Investe na aprendizagem contínua para aprimorar seus conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos. Compartilha conhecimentos que possam ser relevantes para o desenvolvimento de pessoas, o aperfeiçoamento de atividades ou a realização dos objetivos da unidade e da organização, e estimula as equipes subordinadas ou parceiras a fazer o mesmo. Participa, dentro e fora das atribuições habituais do cargo, das iniciativas de produção e disseminação do conhecimento promovidas pelo Senado Federal, como professor, coordenador, instrutor, tutor ou autor de conteúdos.
COMPARTILHAMENTO DO CONHECIMENTO	Compartilha conhecimentos que possam ser relevantes para o desenvolvimento de pessoas, o aperfeiçoamento de atividades ou a realização dos objetivos da unidade e da organização, e estimula as equipes subordinadas ou parceiras a fazer o mesmo. Participa, dentro e fora das atribuições habituais do cargo, das iniciativas de produção e disseminação do conhecimento promovidas pelo Senado Federal, como professor, coordenador, instrutor, tutor ou autor de conteúdos.
FATORES DE ATITUDE	
INOVAÇÃO	Desenvolve, propõe e conduz a implantação de produtos e métodos

	inovadores que contribuam para a melhoria do desempenho da unidade e da organização.
INICIATIVA	Desenvolve e propõe soluções consistentes para problemas enfrentados em situações de trabalho. Antecipa as solicitações da chefia na solução de problemas e adota comportamentos proativos que vão além de suas atribuições diretas e que contribuem para o desempenho da unidade.
FOCO NO CLIENTE	Identifica e atende as necessidades e expectativas dos clientes de sua unidade e processos de trabalho, orientando sua atuação para otimizar esse atendimento. Avalia sistematicamente a satisfação do cliente em relação aos produtos e serviços oferecidos, reorientando suas práticas e atividades em função dessa avaliação.
FATORES GERENCIAIS	
DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES	Administra conflitos na equipe de trabalho, de modo a facilitar a obtenção de solução satisfatória para todas as partes envolvidas. Auxilia os componentes da equipe na identificação dos pontos fortes e fracos de sua atuação e incentiva-os a aprimorar suas competências. Fornece aos subordinados e aos pares informações objetivas que contribuam para a melhoria de seu desempenho, de maneira tempestiva, franca e construtiva. Reconhece, celebra e divulga na unidade os resultados obtidos e as contribuições relevantes dos colaboradores.
GESTÃO DE CLIENTES E RESULTADOS	Planeja e organiza processos de trabalho que facilitem a realização dos objetivos da unidade e da equipe, estabelecendo prioridades consistentes com as necessidades principais dos clientes e a disponibilidade dos recursos. Adota tempestivamente e de forma conclusiva as decisões de sua alçada. Identifica e atende as necessidades e expectativas dos clientes de sua equipe, orientando sua atuação e suas decisões para otimizar esse atendimento. Avalia sistematicamente a satisfação do cliente em relação aos produtos e serviços oferecidos, reorientando suas práticas e atividades em função dessa avaliação.

ANEXO II**CONCEITOS RELATIVOS AOS FATORES DE AVALIAÇÃO**

Tabela 1. Conceito de pontuação dos fatores individuais e avaliação:

ATENDIMENTO AO FATOR DE AVALIAÇÃO	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO NO FATOR
SUPERA	O desempenho do servidor superou de forma significativa o esperado para o fator de avaliação.	125
ATENDE	O desempenho do servidor alcançou plenamente o esperado para o fator de avaliação.	100
ATENDE COM RESSALVAS	O desempenho do servidor alcançou parcialmente o esperado para o fator de avaliação, mas com a necessidade de ajustes ou melhorias pontuais.	75
ATENDE COM DIFICULDADE	O desempenho do servidor alcançou parcialmente o esperado para o fator de avaliação, mas com a necessidade de melhorias significativas.	50
NÃO ATENDE	O desempenho do servidor não atendeu o esperado para o fator de avaliação.	0

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO Nº 70, DE 2012

Denomina “Edifício Senador Ronaldo Cunha Lima” o espaço físico do Senado Federal onde funciona o Programa Interlegis.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O edifício-sede do Programa Interlegis, localizado na Via N-2, em Brasília-Df, passa a ser designado “Edifício Senador Ronaldo Cunha Lima”.

Art. 2º Será instalado busto do Senador Ronaldo Cunha Lima à frente do edifício de que trata o art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de dezembro de 2012. –
Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Ata da 238ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 19 de dezembro de 2012

2º Sessão Legislativa Ordinário da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Anibal Diniz e Eduardo Suplicy, da Srª Lúcia Vânia;
dos Srs. Sérgio Petecão; Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer

(Inicia-se a sessão às 15 horas e 40 minutos
e encerra-se às 23 horas e 3 minutos)

É o seguinte o Registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal 54ª Legislatura 2ª Sessão Legislativa Ordinária

238ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 19/12/12 07:00 até 19/12/12 23:04

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PT	MS	DELCIDIO DO AMARAL	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X

238ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS**Período : 19/12/12 07:00 até 19/12/12 23:04**

Partido	UF	Nome	Pres
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X
PTB	DF	GIM	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X
PFL	TO	JOÃO COSTA	X
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
PSD	TO	MARCO ANTÔNIO COSTA	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PÉDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

Compareceram: 74 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Há número regimental. Declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 448, de 2011** (nº 264/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Aposentados, Pensionistas, Deficientes Físicos e Idosos do Município de Taiobeiras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taiobeiras, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 278, de 2012** (nº 1.230/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Sambê para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 281, de 2012** (nº 1.468/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Fundação Martinho Canuto de Melo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coivaras, Estado do Piauí;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 291, de 2012** (nº 2.455/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Campo Grande Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Glória de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 303, de 2012** (nº 2.617/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sentinela do Vale Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Gaspar, Estado de Santa Catarina;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 337, de 2012** (nº 248/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Super Rádio Deus é Amor Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Curitiba, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2012** (nº 342/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outor-

gada à Fundação Padre Urbano Thiesen para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2012** (nº 375/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à TopSports Ventures S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2012** (nº 2.513/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à ONG – Instituto Nossa Senhora de Nazaré de Educação, Esporte e Lazer de Barcarena Pará – INSNEELB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barcarena, Estado do Pará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2012** (nº 3.016/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal FM Fernandópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2012** (nº 3.040/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Astorga S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Astorga, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 366, de 2012** (nº 91/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Campina Grande Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2012** (nº 109/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Aldo Carvalho de Comunicação Social para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Belém, Estado do Pará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2012** (nº 283/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Mococa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mococa, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2012** (nº 285/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Matozinho FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 373, de 2012** (nº 361/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à SM-Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 375, de 2012** (nº 381/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Itaúna Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2012** (nº 401/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Portal Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sooretama, Estado do Espírito Santo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2012** (nº 402/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Portal Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itarana, Estado do Espírito Santo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2012** (nº 412/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Mercor Brasília Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaraci, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2012** (nº 427/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fabiane Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Verê, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2012** (nº 447/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede União de Rádio e Televisão do Pará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Baião, Estado do Pará;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2012** (nº 451/2011, na Câmara dos Deputados),

que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube de Itararé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Itararé, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 399, de 2012** (nº 481/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Rio Mar Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Manaus, Estado do Amazonas;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 401 de 2012** (nº 499/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Barrense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 402 de 2012** (nº 509/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Sociedade Beneficência Vida Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Alegre, Estado do Tocantins;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 406 de 2012** (nº 2.251/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão ao Sistema de Rádio e Televisão Vale do Sucuriú Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 407, de 2012** (nº 268/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Lazer de Floresta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Central de Minas, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 408, de 2012** (nº 469/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Organização Não Governamental Guaranésia Viva para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaranésia, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2012** (nº 486/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Sardoense – Comunitária, Social e Cultural Santo Antônio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sardoá, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 413, de 2012** (nº 491/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Porto Brasil FM Estéreo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Seguro, Estado da Bahia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 414, de 2012** (nº 507/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Comunicação Correio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Princesa Isabel, Estado da Paraíba;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 415, de 2012** (nº 538/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Continental de Curitiba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2012** (nº 2.361/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Educacional União da Serra para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Marau, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2012** (nº 2.421/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão e Cultura Karisma de Rolante para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rolante, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2012** (nº 2.886/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora União Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 421, de 2012** (nº 141/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Mater Et Magistra de Londrina para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais na cidade de Londrina, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2012** (nº 200/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Maringá FM Ltda. para explorar

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maringá, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 423, de 2012** (nº 516/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cerro Largo, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 426, de 2012** (nº 2.848/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Estúdio “A” FM – Ascre para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Seringueiras, Estado de Rondônia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2012** (nº 357/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Vale de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piçarras, Estado de Santa Catarina;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 431, de 2012** (nº 2.987/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Vanguarda Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 434, de 2012** (nº 344/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Coroados Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2012** (nº 2.971/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à CSR – Central Sistema de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formosa, Estado de Goiás;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 439, de 2012** (nº 38/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede Brasileira de Esportes Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Orizona, Estado de Goiás;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 445, de 2012** (nº 1.684/2009, na Câmara dos Deputados),

dos), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Inteira Ação para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 446, de 2012** (nº 2.924/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à TV Stúdios de Teófilo Otoni S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 453, de 2012** (nº 2.298/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação São Vicente de Paula para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Farias Brito, Estado do Ceará;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 454, de 2012** (nº 2.540/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Paramoti, Estado do Ceará;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 456, de 2012** (nº 2.769/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Social e Comunicação Comunitária de Caiçara Distrito de Cruz para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruz – Vila Caiçara, Estado do Ceará;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2012** (nº 2.850/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à S.A. Rádio Tupi para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 460, de 2012** (nº 2.893/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Arquidiocesana de Cultura para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 466, de 2012** (nº 112/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Serra da Boa Esperança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Boa Esperança, Estado de Minas Gerais;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 473, de 2012** (nº 253/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Continental Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Palotina, Estado do Paraná;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 475, de 2012** (nº 316/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cacique de Capão Bonito Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Capão Bonito, Estado de São Paulo;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 479, de 2012** (nº 502/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Radiofônica Comunitária de Iconha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iconha, Estado do Espírito Santo;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 481, de 2012** (nº 511/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Central de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2012** (nº 2.904/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária A Voz de Grussaí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro;*

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Como primeiro orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna do Senado esta tarde refletir sobre o trágico massacre ocorrido no último dia 14, nos Estados Unidos da América, quando um jovem de apenas 20 anos matou a tiros 28 pessoas, incluindo ele próprio, e feriu outros tantos inocentes.

Antes de tudo, gostaria de hipotecar minha integral solidariedade e respeito aos familiares de todas as vítimas, à população da cidade de Newtown, no

Estado de Connecticut, onde a tragédia ocorreu, Sr. Presidente, e a todo o povo daquele Estado.

O ocorrido na última sexta-feira deixa a todos nós perplexos. Afinal foram assassinadas 20 crianças entre 6 e 7 anos de idade, que simplesmente encontravam-se na escola, local onde supostamente estariam protegidas com a finalidade de serem educadas e preparadas para crescer e viver. Nada mais triste, nada mais absurdo: privar a vida tão breve daqueles cuja inocência é indiscutível, Sr. Presidente!

Se não fosse pelo ato heróico de algumas professoras que perderam suas vidas defendendo seus alunos, os números da tragédia poderiam ser ainda piores.

Enfim, Sr^{as} e Srs., sem qualquer pretensão de tratar de assunto cuja decisão é responsabilidade exclusiva da sociedade norte-americana, gostaria de refletir sobre o desarmamento e a violência ligada a essa questão. E certamente não apenas nos Estados Unidos da América, mas também aqui no Brasil.

A questão do desarmamento foi objeto de referendo no Brasil no ano de 2005. Em verdade, no ano de 2003 foi sancionado o Estatuto do Desarmamento, que já promoveu avanços importantes no controle das armas de fogo no País.

Contudo, o art. 35 da Lei proibia a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional, porém seu §1º indicava que, para entrar em vigor, a proibição dependia de aprovação mediante referendo popular, a ser realizado em outubro de 2005.

O resultado final da consulta pública e democrática foi de 59.109.265 votos rejeitando a proposta (63,94% dos votantes), enquanto 33.333.045 votaram pelo “sim”, ou seja, pelo desarmamento.

Porém, Sr^{as} e Srs. Senadores, independentemente do que foi decidido em 2005 aqui no Brasil, ou do que reza a lei de cada país, tragédias como essa da cidade de Newtown, ou mesmo aquela que ocorreu em Realengo, no Rio de Janeiro, no ano passado, quando 11 crianças foram mortas, aconteceram exclusivamente pelo fato de que os assassinos possuíam armas de fogo.

É evidente que cada caso tem suas particularidades, e talvez distúrbios ou problemas mentais nos autores dos crimes seriam o que há de mais comum entre os crimes, se não fosse pelo fato de que, em todas as ocorrências, pelo menos uma – ou, em alguns casos, mais de uma – arma de fogo foi responsável pelas mortes.

Os casos de tiroteios com inúmeras vítimas têm sido os mais frequentes nos Estados Unidos da América, mas, repito, também têm ocorrido aqui no Brasil, ou na Europa, como foi a tragédia da Noruega, quando

77 pessoas foram assassinadas por tiros, ou mesmo em outras partes do Planeta.

Entretanto, chama a atenção o fato de que no país em que possivelmente há o maior número de armas de fogo nas mãos da população comum, os fatos se repetam com maior frequência. Pior, muitas das tragédias têm ocorrido em escolas ou em locais de trabalho.

Recapitulamos: em 20 de abril de 1999, em Littleton, no Colorado, quando dois estudantes do ensino médio abrem fogo no colégio Columbine. Doze estudantes e um professor são mortos. Os dois jovens assassinos cometeram suicídio na sequência; em 29 de julho de 1999, depois de matar a esposa e os dois filhos, um especulador da bolsa, de 44 anos, abre fogo em duas firmas de corretagem em Atlanta, na Geórgia, matando nove pessoas, e depois também comete suicídio; em 21 de março de 2005, em Red Lake, no Minnesota, um adolescente de 16 anos mata, em sua escola, 9 pessoas, entre elas, 5 estudantes de ensino médio, e depois comete suicídio; em 16 de abril de 2007, um aluno de 23 anos de origem coreana mata 32 pessoas antes de se suicidar na Universidade da Virgínia, no Estado da Virgínia – o massacre é o pior da história dos Estados Unidos da América em tempos de paz –; em 20 de janeiro de 2010, um homem mata oito pessoas durante um tiroteio na Virgínia e se rende após a cassada humana da qual participaram 150 policiais; em 3 de agosto de 2010, um homem que tinha problemas com seus empregadores mata 8 colegas em uma empresa de distribuição de cerveja em Connecticut, no nordeste, antes de se suicidar; em 20 de julho de 2012, 12 pessoas foram mortas e 50 ficaram feridas em um tiroteio num cinema que exibia o terceiro episódio da série Batman, em Aurora, Denver, no Colorado.

Entre outros, casos igualmente trágicos. Contudo, em todos eles as armas de fogo foram a causa das mortes de inocentes, promovidas por pessoas claramente perturbadas, que acabaram por se suicidar ao final dos episódios.

Sr^{as}. e Srs. Senadores, tenho consciência das principais justificativas que levaram a maioria dos brasileiros a votarem contra a proibição da comercialização de armas no Brasil em 2005, e que em outros países também mantém a venda de armas acessível ao cidadão comum, sendo o principal deles o direito de se defender.

Porém, penso que, diante da repetição de tantas tragédias, sem falar naqueles que permanecem anônimos, pois se tratam de crimes passionais ou domésticos, mas também envolvem armas de fogo, é preciso refletir. Talvez considerar o fato de que a inexistência

de armas representa a ausência de tiros e, assim, maiores chances de redução de mortes por disparos.

O direito de defender-se e a preocupação com o fato de que os bandidos estarão armados são legítimos, mas também é legítimo indagar se possuir uma arma sem ser bandido ou defender a manutenção da comercialização tem realmente protegido o cidadão de bem; ou, ao contrário, tem aumentado sua insegurança.

Não tenho resposta imediata para tais questões, mas convido a todos para esta reflexão.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Sérgio, agradeço se puder obter um aparte.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Por favor, Senador Suplicy, concedo-lhe, com muita honra, um aparte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador, quero cumprimentá-lo por sua reflexão a respeito da tragédia ocorrida nos Estados Unidos, em Connecticut, onde um jovem resolveu matar a sua própria mãe e um número tão grande de pessoas, acho que um total de 28, a maior parte das quais crianças entre 6 e 10 anos. Não fosse a presteza e a iniciativa de algumas professoras, uma das quais inclusive protegeu da morte uma criança brasileira... Mas é importante a reflexão de V. Ex^a. Também me solidarizo com o povo norte-americano e com as famílias que sofreram. V. Ex^a assinala inúmeras outras ocorrências em que pessoas, nos Estados Unidos da América, nestes últimos anos, resolveram atirar em pessoas inocentes, às vezes dentro de um cinema ou num ambiente escolar, numa escola privada ou numa universidade. Isso é uma verdadeira tragédia! Mas acho importante a reflexão que V. Ex^a faz no sentido de que se possam evitar essas tragédias e pensar em quais os instrumentos utilizar, dentre os quais, por exemplo, a não comercialização fácil de armas. O próprio Presidente Barack Obama e a Associação dos Produtores de Rifles nos Estados Unidos, desta vez, ficaram tão impressionados que estão dispostos a dialogar melhor a respeito da regulamentação da venda de armas. Mas acho que, aqui no Brasil, nós não devemos facilitar a venda de armas entre as pessoas porque, normalmente, ela acaba resultando em mortes como as que efetuadas nesta tragédia. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Suplicy.

Eu chamo V. Ex^a, assim como todos os meus Pares e a sociedade brasileira a uma reflexão: será que dificultar mais ainda o acesso às armas de fogo não representa redução das mortes por disparo?

Que fique muito claro, Sr. Presidente, que a violência no Brasil é muito diferente do que ocorre nos Estados Unidos da América e merece muito mais aten-

ção. Não poderia negar tal fato, pois, segundo números recolhidos por um relatório do Escritório da ONU contra Drogas e Crimes, em 2007, o Brasil possuía 15 milhões de arma de fogo contra 270 milhões dos EUA. E mesmo com tamanha diferença, em 2010, 3,7 vezes mais pessoas morreram de tiro no Brasil do que nos EUA.

(Interrupção do som.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Para concluir, Sr. Presidente.

(Soa a campanha.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Foram 36 mil brasileiros contra 9.960 vítimas fatais de tiros norte-americanas.

Enquanto nos EUA a taxa de óbitos por arma de fogo é de 3,2 a cada 100 mil habitantes, no mesmo ano, em 2010, os brasileiros contavam 19,3 mortes por 100 mil habitantes. Ou seja, me parece claro que estamos diante de realidades diferentes de violência e mesmo de número de vítimas de armas de fogo e que a situação dos EUA é muito mais tranquila.

Aliás, me parece evidente que os números da violência no Brasil decorrem de armas não registradas e/ou contrabandeadas.

Mas, ainda assim, mantenho a dúvida, para qualquer povo no Planeta, se para o conjunto da sociedade o melhor não seria retirar definitivamente as armas de fogo do nosso convívio.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Para concluir, Senador Sérgio Souza..

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sei que, de qualquer maneira, uma decisão como esta requer um debate mais aprofundado e ainda uma transição para o modelo ideal.

Entretanto, diante de fatos tão lamentáveis como as tragédias, sem motivo, que temos presenciado, aqui no Brasil e em outros países, indago se não é hora de iniciarmos esta discussão, a discussão do desarmamento no Brasil e no mundo dos cidadãos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela tolerância do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Sérgio Souza.

E agora, com a palavra o Senador Benedito de Lira, pela Liderança do PP.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na tarde de hoje, desejo tecer alguns comentários e considerações a respeito do que vem publicando a imprensa, ao longo desses últimos 30 dias, especialmente em relação ao episódio do julgamento do mensalão. Foram publicadas pelos jornais do País e pelas revistas declarações de um dos acusados e condenados do mensalão, tentando denegrir a imagem de um homem que, mesmo de origem pobre – ele é nordestino, foi pobre e retirante –, com força de vontade e com determinação, chegou a ocupar o cargo mais relevante da Administração Pública Federal, a Presidência da República.

Por isso, Sr. Presidente, nesta oportunidade, como Senador da República, como homem público, como nordestino e como brasileiro, quero hipotecar minha irrestrita solidariedade ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao Lula, assim como fizeram meus colegas Senadores Eduardo Braga, Vanessa Grazziotin, Wellington Dias, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Walter Pinheiro, Lindbergh Farias, Ana Rita, Paulo Paim e o próprio Presidente José Sarney.

O que me impressiona, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o fato de declarações de um homem apontado como operador do chamado mensalão e condenado a mais de 40 anos de prisão pelo Supremo Tribunal Federal terem peso, inclusive ocupando os maiores espaços da imprensa nacional, por se querer manchar a história do principal responsável pelo crescimento do País e de um dos baluartes da democracia brasileira. São acusações sem provas, baseadas apenas em declarações, que criaram a tentativa de denegrir a imagem do ex-Presidente Lula, que, para mim e, acredito, para milhões de nordestinos, foi o maior líder popular da República, ao vencer inúmeros preconceitos para alcançar o posto mais alto do País.

Aliás, duas procuradoras da República já afirmaram que o testemunho de Valério é cheio de contradições e inconsistências, mas o que foi escrito sobre Lula ficará registrado para sempre. Por isso, quero que também registrem seus feitos que demonstram sua dignidade, honradez e visão do mundo.

Se pudéssemos colocar na balança exatamente o que significam essas declarações e o que representa o Lula, tenho certeza absoluta de que, se fizessem uma maior observação, no que diz respeito aos meios de comunicação, essas denúncias não teriam abso-

lutamente ocupado uma linha sequer dos grandes jornais do País.

Creio que esse falatório repercute devido ao preconceito contra o ex-Presidente, vivenciado por milhões de nordestinos nas suas lutas diárias.

O que temos diante de nós e que não pode sair da memória é a trajetória deste pernambucano, que saiu de Garanhuns para tentar a sorte em São Paulo e...

(Soa a campanha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – ... com muito esforço e coragem, chegou à Presidência da República para promover a redução da miséria no País e entrar para história com a maior ação de inclusão social do mundo.

O Brasil e, principalmente, o Nordeste conheceram o progresso e o desenvolvimento econômico e social com as políticas capitaneadas pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Este ilustre filho do Nordeste ofereceu à região, pela primeira vez, tratamento digno. Sei que, após séculos de descasos, muito ainda tem que ser feito, mas as bases já foram construídas e um novo olhar empreendedor está sobre a região.

Com ações estruturantes e programas sociais, o Nordeste alcançou o dobro das taxas de crescimento obtidas no governo anterior.

De 2003 a 2008, nossa região cresceu 31,5%, quase 5 pontos acima da média nacional.

(Soa a campanha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, eu pediria uma tolerância de V. Ex^a para que eu pudesse concluir a minha manifestação a respeito do presidente Lula.

Como ressaltou reportagem da Revista *IstoÉ Dinheiro*: “O Nordeste está visivelmente mais rico. Aquecidos por um volume recorde de investimentos públicos e privados, os nove Estados que o compõem apresentam um crescimento percentual comparável ao ritmo da economia chinesa.”

Pela primeira vez, o Nordeste oferece oportunidades para os filhos da terra e para outros brasileiros.

Foi o ex-Presidente Lula e sua sensibilidade que lideraram as mudanças de que os pobres deste País tanto precisavam.

Corajoso, Lula inverteu a ordem vigente ao priorizar os programas sociais como um meio de alcançarmos a distribuição de renda e o crescimento econômico. Essa visão diferenciada fortaleceu o mercado interno, protegeu o País da crise e tornou o nosso mercado um dos mais atrativos e latentes para a economia mundial.

Entre os programas implementados, podemos destacar o Bolsa-Família, a instalação de siderúrgicas, refinarias e estaleiros, reformas e criação de siste-

mas ferroviários e rodoviários, as obras do Programa de Aceleração do Crescimento, os incentivos para a agricultura familiar, a expansão de escolas técnicas e a interiorização da universidade, o ProUni e o protagonismo do Brasil na luta ambiental e diante da crise internacional.

E o desenvolvimento não veio apenas por meio de medidas assistencialistas, mas do fortalecimento da cadeia produtiva, o que permitiu a queda da taxa de desemprego entre 2003 e 2006, a criação de mais de 985 mil postos de trabalho com carteira assinada. No mesmo período, o total de pessoas ocupadas cresceu 8,6%.

Assim, consegui pôr em prática o ditado de que...

(Soa a campanha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – ... “não adianta a dar o peixe, e sim ensinar a pescar”. E, assim, os brasileiros começaram a acreditar que é possível acreditar na nossa força e na nossa gente como agentes transformadores da realidade.

Com Lula, o Brasil despontou no cenário internacional e, agora, podemos dizer que o futuro finalmente chegou.

Vejo, nos ataques ao ex-Presidente, uma tentativa de desqualificar sua história, diminuir suas conquistas. Uma história que contribuiu para a defesa da democracia como opositor da Ditadura, Deputado Constituinte e fundador do Partido dos Trabalhadores, além de ter sido um líder sindical fundamental nas conquistas dos operários, dos trabalhadores brasileiros.

Lula é o alvo preferencial para desqualificar tudo aquilo que é diferente às classes que tradicionalmente comandaram o País: pobre, retirante nordestino, sem curso superior. Desafiou as elites e, contra todas as probabilidades, chegou à Presidência para liderar seu povo, com a experiência de quem sofreu na pele as limitações impostas por um país que só concentrava renda em nichos de prosperidade e deixava à míngua as regiões que mais precisavam, como o Norte e o Nordeste.

Na falta de argumentos racionais, já que o Governo Lula tem aprovação máxima da população, seus opositores utilizam a intolerância e o ressentimento para tentar desqualificá-lo, seus projetos e conquistas para o País.

Presidente Lula, cabe a nós, homens públicos, demonstrarmos todos os avanços do seu projeto, que reduziu a miséria e virou exemplo para o mundo.

Estamos prontos, Sr. Presidente, para defender os interesses deste País e das regiões mais pobres do Brasil, graças ao seu trabalho, ao seu empenho e à sua participação na Presidência da República.

O Presidente Lula é...

(Interrupção do som.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – ... um patrimônio do País por sua vida e trajetória (*Fora do microfone.*) política e pertence à nova história brasileira, que é construída por todos nós, Sr. Presidente.

Por isso, gostaria, nesta oportunidade, de agradecer a V. Ex^a pela tolerância, ao tempo em que é bom que fique claro que esta Casa tem outros assuntos mais importantes para tratar, em vez de estarmos nos preocupando em querer criar aqui algumas dificuldades para fazer análise e fiscalizar declarações que, na verdade, deveriam ter sido postas e o vento levar e não ocupar o espaço que ocuparam.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta é a razão maior da minha presença na tribuna do Senado Federal, como nordestino e como brasileiro: hipotecar a minha solidariedade, a solidariedade do meu Estado de Alagoas, que só teve oportunidade de vivenciar momentos de crescimento quando o Presidente Lula foi Presidente da República.

(Soa a campanha.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Apesar, Sr. Presidente, de o Estado de Alagoas ter dado a este País, meu caro Senador Aloysio Nunes, três Presidentes da República. Três Presidentes da República deu o Estado de Alagoas, o penúltimo Estado da Federação. E nós não temos, Capiberibe, sequer obras em que a gente possa dizer: aqui é fruto de trabalho de um Presidente alagoano, mas, sim, do Presidente Lula, pernambucano, vizinho do meu Estado.

Foi preciso que o brasileiro colocasse na Presidência da República um trabalhador, um operário, um retirante, um homem que passou fome, que passou sede, que passou dificuldade, que vendeu laranja nas ruas de São Paulo, que caminhou com os pés no chão, mas que plantou a semente do desenvolvimento deste País. Desenvolveu o Brasil. Há hoje o Brasil de antes de Lula e o Brasil depois de Lula, com a continuidade dada pela Presidente Dilma.

Sr. Presidente, muito obrigado a V. Ex^a. Eu queria agradecer...

(Interrupção do som.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – ... ao meu querido Presidente Lula. (*Fora do microfone.*)

Sr. Presidente, ao encerrar, quero dizer ao Brasil e ao Nordeste que nós estamos na defesa intransigente do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tem sido injustiçado por quem não tem a menor condição, nem moral nem pessoal de fazer qualquer tipo de declaração que venha a atingir a dignidade de um

homem que foi um benfeitor deste País, um benfeitor dos pobres. Só faz isso quem não sabe o sofrimento da pobreza, e o Lula chegou para, exatamente, minimizar essas dificuldades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Benedito de Lira.

Agora, para uma comunicação inadiável, o Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo e também cumprimentar todos que acompanham esta sessão, como também os que estão pela TV Senado...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Está com som?

Então, reforçando o cumprimento, quero agora citar que acabamos de vir do plenário da Câmara dos Deputados, onde iria acontecer a sessão do Congresso convocada ontem pelo Presidente Sarney...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Eu sei, eu vim de lá agora. A sessão foi convocada para o meio-dia e, no ato da convocação, eu ontem pedi a palavra ao Presidente e informei que queria saber o horário para o qual havia sido convocada a sessão, porque, segundo o Regimento Interno, deveriam ser distribuídos os avulsos 24 horas antes do início da sessão. E, até agora, os avulsos não chegaram.

Então, a sessão já começava com um vício de origem; já começava com erro de iniciativa, porque ela foi convocada pelo Presidente por volta de 9 horas da noite, para o meio-dia de hoje.

Eu citei isso, mas hoje, quando a Presidente Rose de Freitas abriu a sessão do Congresso, foi convocada uma reunião de Líderes para tratar dos procedimentos dessa sessão, onde se esperava que fossem votados os 3.060 vetos que já se acumulam ao longo de mais de 10 anos, sem que o Congresso, realmente, tenha deliberado sobre esses vetos.

A decisão do Ministro Fux é muito criticada por alguns e contestada por outros, falando da interferência do Judiciário no Congresso, mas eu devo chamar a atenção – como eu disse na reunião de Líderes – de que a culpa dos 3.000 vetos não terem sido votados até hoje é do próprio Congresso. Então, não é o Judiciário que está interferindo, mas o próprio Congresso que, há 10 anos, vem desobedecendo a Constituição.

E eu faço lembrar aqui: a última sessão de que participei, para que fossem votados vetos, foi quando, já no mandato de Deputado Federal, estava na pauta,

entre os vetos, o fator previdenciário. E o Governo preocupado, porque poderia ver o seu veto derrubado. A base derrubou a sessão, e nada foi votado.

Então, eu chamei a atenção dos Líderes que ali estavam, porque, votando da maneira como queriam votar os 3 mil vetos, essa caixa dos 3 mil vetos poderia ser para o Governo a famosa Caixa de Pandora; ou seja, ali há coisas que o Governo não queria que fossem derrubadas, e poderiam ser derrubadas – não só o do petróleo, mas poderia a bancada ruralista... Eu fiquei sabendo de uma movimentação da bancada ruralista para derrubar o veto do Código Florestal. Nós tínhamos ali, Senador Capiberibe, a Emenda nº 29. Ali, dentro dos vetos não deliberados, nós temos a questão do fator previdenciário, que eu já citei aqui.

Então, não dá para se votar dessa maneira. E a proposta era esta: votarem-se todos os vetos de uma vez só, deixando só o veto dos *royalties* do petróleo para fevereiro.

Mas outro erro de iniciativa aconteceu.

A Presidenta Rose, na sessão do Congresso de ontem, com a pauta definida para se votarem os PLNs, não encerrou a sessão. Ela suspendeu a sessão por volta de 10 horas da noite. E, por falta de comunicação, ela abriu outra sessão ao meio-dia. Então, nós tínhamos duas sessões do Congresso em andamento simultaneamente, o que não pode ocorrer.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – O Regimento é claro quanto a isso, e foi esse o ponto que definiu a situação que eu quero passar para todo o Brasil e quero passar para o meu Estado do Rio de Janeiro: levantada questão de ordem, ela teve que encerrar a sessão que abriu de forma errada.

Então, ela encerrou a sessão em que se deliberariam os vetos, e vai ter de voltar a sessão das 19 horas, que foi suspensa. E, já com a pauta definida, não poderá colocar os vetos para serem votados nesta sessão das 19 horas, que também vai estar trancada pela decisão do Ministro Fux. Quando nós também alegamos que poderia ser votado o Orçamento, poderiam ser votados os PLNs, mas, também, a oposição, agora, não quer votar mais nada, dizendo que toda a pauta do Congresso está trancada, em função da...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – ...decisão do Ministro.

(Interrupção de som)

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Gostaria de sua tolerância e compreensão, assim como foi com nosso amigo, Senador Benedito de Lira.

Então, quero informar aqui ao Rio de Janeiro e ao Brasil que, neste ano, não se vota mais veto algum. O que ficou decidido é que nós vamos montar uma agenda, nós vamos montar um cronograma, Senadora Ana Rita, para que venhamos a deliberar, para que venhamos a apreciar os 3 mil vetos.

Agora, se o Congresso vai chamar sessão para terça, quarta e quinta, a partir de fevereiro, eu acho bom. A partir de fevereiro, terça, quarta e quinta sessão do Congresso, até limparmos a pauta. Eu acho ótimo! Até porque vai solucionar esse problema de nós não analisarmos veto.

Inclusive, Senador Pedro Taques, o Senador Magno Malta mostrou uma questão que o senhor trouxe na CCJ, em março de 2011, que foi apresentada ao Presidente sem que fosse tomada decisão alguma. Quer dizer, em março de 2011, o Senador Pedro Taques fez uma questão de ordem na CCJ do Senado, falando exatamente desse acúmulo dos vetos que não eram votados.

Então, quero dizer aos Estados não produtores que nossa questão não são apenas os *royalties*. Vocês vão ganhar no voto, cedo ou tarde. A maioria vai vencer no voto, cedo ou tarde! Agora, não queiram ganhar no voto atropelando Regimento, atropelando Constituição. Não queiram ganhar à força! A maioria pode muito, mas não pode tudo! E os que estão hoje na maioria, no dia a dia do Congresso, normalmente são minorias e amanhã estarão na minoria como está hoje o Rio de Janeiro.

Então, veto só em fevereiro de 2013!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra, em permuta com o Senador Paulo Paim, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Anibal Diniz, em primeiro lugar, quero aqui falar a respeito de algo que deveria ter sido incluído na Bandeira brasileira, a palavra “Amor”, que deveria estar ao lado de “Ordem e Progresso”, mas que acabou sendo retirada. Eu quero aqui apoiar a proposição do Deputado Chico Alencar, que apresentou um projeto de lei com o objetivo de acrescentar a palavra “Amor” na Bandeira brasileira.

No dia 7 de setembro deste ano, durante o seminário “Amor, Inclusão e Paz”, realizado no Círculo Militar de São Paulo, como parte das festividades do III Festival Internacional da Paz, foi apresentada a proposta de criação de uma campanha para a inclusão da palavra “Amor” na Bandeira Nacional.

O movimento denominado “Inclua Amor na Bandeira” foi lançado na Internet. Todo brasileiro pode votar pelo *site* <www.incluaamornabandeira.org>. Toda

pessoa poderá votar e enviar seu comentário sobre as razões de seu voto. O lema “Ordem e Progresso” foi inspirado na frase “amor por princípio, ordem por base, progresso por fim”, do filósofo positivista Auguste Comte, mas o “Amor” acabou ficando de fora da Bandeira.

O cantor e compositor Jards Macalé retoma, no título de seu nono disco, “Amor, Ordem & Progresso”, a discussão sobre a falta da palavra “Amor” no lema da Bandeira brasileira. O tema está no CD, em “Positivismo”, de Noel Rosa e Orestes Barbosa, que versa sobre uma mulher que desprezou a tal lei. Dizem os versos:

O amor vem por princípio, a ordem por base
O progresso é que deve vir por fim
Desprezastes esta lei de Auguste Comte
E fostes ser feliz longe de mim.

“Não seria demais acrescentar o amor ao nosso lema, principalmente agora em que vivemos um momento de tanta violência”, afirma Jards Macalé, que, enquanto não consegue inserir a preciosa palavra na nossa Bandeira, luta por isso em seu novo trabalho. São 12 canções, e o assunto varia de paixão, abandono, ironia, alegria, mas, em quase todas, está a palavra “amor”.

Na peça “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, sobre a Guerra de Canudos e Antônio Conselheiro, encenada pelo dramaturgo José Celso Martinez Corrêa e seu Teatro Oficina e mostrada tanto em Fortaleza, como também em Canudos – tive a oportunidade de ali assistir a essa peça, encenada em cinco capítulos de uma história tão bela –, há uma passagem muito simbólica sobre o tema, na qual o personagem que representa o Marechal Deodoro corta, com um golpe de espada, a palavra “Amor” da Bandeira Nacional. Em verdade, a palavra “amor” foi retirada pelo grupo de militares orientados pelo Tenente-Coronel Benjamim Constant Botelho de Magalhães.

Tramita, na Câmara dos Deputados, desde o ano 2003, o Projeto de Lei nº 2.179, do Deputado Chico Alencar, que altera a Lei nº 5.700, de 1971, exatamente com o objetivo de incluir a palavra “amor” na Bandeira Nacional. A matéria foi desarquivada em março de 2011 e está na Comissão de Constituição e Justiça, aguardando distribuição de Relator.

Eu apoio a ideia que certo dia me foi proposta por meu querido amigo, irmão, companheiro, o saudoso publicitário e comunicador Carlito Maia. Avalio, como bem disse o cantor e compositor Lulu Santos, no programa de Ana Maria Braga, em 17 de dezembro último, ao comentar o sucesso da temporada The Voice Brasil, que o respeito é a primeira manifestação

de afeto. Sem respeito não há amor. Se as pessoas voltarem o seu pensamento para o amor, na visão de respeito para com o próximo, eliminarão muitos dos problemas sociais vividos na atualidade.

Ordem e Progresso é o lema nacional da República Federativa do Brasil a partir do momento de sua formação. A expressão é utilizada como dístico da Bandeira Nacional do Brasil, que fora idealizada por Raimundo Teixeira Mendes e pintada, pela primeira vez, pelo artista Décio Villares. Contudo, os autores não foram felizes ao retirar do lema a sua palavra mais importante, que seria “amor”. Isso apequenou a Bandeira Nacional, de modo que nós a consideramos, de certa forma, incompleta.

Só agora, no século XXI, é que podemos ter uma ideia melhor da importância dessa palavra como catalisadora de misericórdia, de caridade, de solidariedade entre as pessoas. No início deste século XXI, o mundo começa a viver um novo paradigma completamente diferente do que vivíamos no fim do século XIX, início do século XX.

Dividimos os paradigmas da humanidade, desde o seu princípio, entre três elementos. O primeiro paradigma era o de uma economia em que todos ganhavam, pois as populações viviam de trocas, isto é, de escambo. Ninguém ganhava e ninguém perdia, as guerras eram raras, principalmente se faziam por busca de alimentos.

O segundo paradigma, a que chamaremos de ganha/perde, foi o dos últimos 10 mil anos, abrangendo os períodos agrário e industrial. Depois da invenção do dinheiro de metal, começou uma infinidade de guerras, e a violência passou a ser o centro de todas as ações políticas e econômicas. Isso porque o dinheiro tinha que ser comprado. Não era mais grátis como no primeiro paradigma, e o preço do dinheiro chamava-se juros, com os quais os que tinham mais dinheiro acabavam levando vantagem sobre os que tinham menos. E foi um derramamento de sangue constante. Quem valia mais era quem tinha mais dinheiro. Aparentemente, eram as mercadorias o centro das atividades, mas, na verdade, o que se queria era ter mais dinheiro, porque quem tinha mais dinheiro tinha mais riqueza e mais poder.

Assim começa a sociedade de classes: a dos opressores e a dos oprimidos, sob todas as suas formas históricas, muito bem descritas por Eric Hobsbawm, o maior historiador do nosso tempo. Ele foi mais longe do que Karl Marx, pois este estudava questões mais abstratas e até mais simples.

Apareceu na TV, conforme me relatou Rose Marie Muraro, um engenheiro superqualificado, muito jovem e fazendo parte dos revoltados da praça Tahrir, no Egi-

to, que dizia ganhar um salário de cerca de R\$900,00, “o que não permite nem me casar, nem progredir na vida”, disse ele, “por isso que a estou arriscando em nome de um mundo mais humano.”

Esse homem, que vive o terceiro paradigma e que quer a democracia, é emblemático de todos aqueles que querem a mesma coisa no mundo inteiro.

Na Síria, como todos estamos vendo, já morreram mais de 40 mil pessoas, em 2 anos, e se feriram mais de 500 mil.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ali, nos Estados Unidos da América, como ainda há pouco o Senador Sérgio havia nos colocado, percebemos que o mundo inteiro está preocupado com essa violência e com a falta de amor.

A matéria-prima do terceiro paradigma, ao contrário do segundo, não é a mercadoria, mas, sim, os intangíveis, como o conhecimento, as ideias e a informação sob todos os seus sentidos.

O que queremos concluir é que o segundo paradigma ainda é muito poderoso, mas já começa a se conscientizar de que o mundo não pode continuar como está. Caso contrário, e isto se diz em todas as conferências de meio ambiente, chegaremos, fatalmente, ao violentíssimo paradigma perde/perde, em que todos perderemos, e a natureza só fará transformar-se. Nós é que somos a espécie predadora e intrinsecamente cruel, que prefere matar sua juventude a perder os seus privilégios. Só se salvam alguns que já estão descobrindo as leis do terceiro paradigma, que se baseiam no amor e na solidariedade.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Assim, podemos voltar com uma consciência moderna à Bandeira Brasileira, em que seus autores suprimiram a palavra “amor”. Pedimos a todos os brasileiros que lutem para que em nossa Bandeira o lema seja “amor, ordem e progresso”.

Por tudo, considero como muito positiva a iniciativa do Movimento Inclua Amor na Bandeira, do Deputado Chico Alencar, que colocou para a sociedade a discussão do tema em nosso País.

A presença do amor em nosso principal símbolo, a Bandeira Nacional, inspirar-nos-á e nos levará à busca de maiores esforços para, efetivamente, aplicarmos os instrumentos de política econômica e social que farão do Brasil uma Nação justa e solidária, onde, finalmente, possa reinar a paz e onde possamos erradicar as razões de tanta violência.

Senadores Pedro Taques e Cristovam Buarque...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC)

– Na realidade, o Senador Suplicy acabou utilizando o tempo dele integralmente. Ele está concedendo agora um aparte no tempo do orador subsequente. Mas, vamos conceder-lhe mais um pequeno acréscimo.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, eu peço escusas porque nós quebramos o Regimento todos os dias, como é o caso agora do art. 106 do Congresso Nacional. Permita-me cometer esse pecadilho de venial tomo, como diria Eça de Queirós. Eu só quero cumprimentar o Senador Suplicy e expressar a V. Ex^a o meu respeito. Mas, com todo respeito ao autor desse projeto, a República Federativa do Brasil não precisa do amor na Constituição. Precisa escrever na bandeira, quem sabe, mais honestidade, mais decência, mais trabalho, mais organização. Esse lema do Positivismo, do final e meados do século XIX, é histórico, mas não é científico, como nós todos sabemos. Agora, respeitando o Deputado que apresentou esse projeto, um congresso nacional e um país que precisam colocar na sua bandeira a expressão “amor”, o termo “amor”, o símbolo, o signo “amor”, isso pode ser motivo de piada no mundo todo. Eu quero expressar a V. Ex^a o meu respeito. Agora, a República Federativa do Brasil precisa de mais trabalho, mais decência. Nós todos temos que amar o próximo como a nós mesmos. Nós todos sabemos disso. Agora, nós temos muito mais o que fazer nesta Pátria do que projetos dessa qualidade. Expresso a V. Ex^a o meu respeito, mas, como Parlamentar, eu não poderia deixar de fazer essa crítica construtiva, expressando respeito ao Deputado que apresentou esse projeto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Pedro Taques, a decência, a honestidade, a moralidade, obviamente combinam muito com o amor e o respeito a cada ser humano.

Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador Suplicy, eu creio que se fosse para escrever algo era melhor mudar Ordem e Progresso por Educação é Progresso.

(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Mas, de qualquer maneira, se fôssemos fazer uma bandeira para o povo brasileiro, seria preciso tirar tudo o que está escrito, porque dez milhões não sabem ler, ou seja, não conhecem a sua bandeira. Se misturarmos as letras Ordem e Progresso ou, se botar em qualquer outro idioma, eles vão achar que é a mesma bandeira. Os republicanos passaram quatro dias depois do dia 15 de novembro para saber onde é que estavam as

estrelinhas no céu naquela noite. É por isso que ela tem aquela arrumação. E não perceberam que, naquela época, 75% dos brasileiros não sabiam ler. Portanto, não iam conhecer a sua bandeira. A maior prova de elitização que temos é a dos primeiros republicanos, positivistas, que escreveram o texto para um povo analfabeto, e, 123 anos depois, continuamos não só com o analfabetismo, mas com duas vezes mais analfabetos do que naquela época. Diminuiu a percentagem de 65% para 10%, mas o número cresceu.

(Soa a campanha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Então, vamos fazer uma bandeira que ajude o brasileiro a compreendê-la, sem nada escrito ou, alfabetizamos todos os brasileiros para escrever Ordem e Progresso, Amor ou o que seja. De qualquer maneira é um problema geométrico: é que não cabe mais uma palavra no pequeno espaço que nós temos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quando houver realmente amor de todos nós ao povo brasileiro certamente não haverá mais analfabetos em nosso Brasil.

Meus cumprimentos a ambos os Senadores e meus respeitos ao Senadores Pedro Taques e Cristovam Buarque.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – E agora com a palavra, como Líder do PSB, a Senadora Lídice da Mata e, pela ordem, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é para fazer um registro. E lamento ter que fazê-lo.

O repórter Mauri König, do jornal *Gazeta do Povo*, de Curitiba, autor de uma série de reportagens sobre irregularidades cometidas por integrantes da Polícia Civil do Paraná, será obrigado a deixar o País em razão de ameaças recebidas contra ele e sua família após a publicação de reportagens envolvendo um grupo de policiais civis do Paraná,

Mauri trilhou uma exitosa trajetória ao longo dos últimos 22 anos, tendo conquistado dois prêmios Esso – Regional Sul. Mauri é diretor da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. Encontra-se sob proteção de seguranças e, nesta semana, partirá o exterior. Segundo noticiado hoje, ligações telefônicas feitas à redação e aos diretores do jornal informaram que havia um plano para metralhar a casa de Mauri.

A série “Polícia Fora da Lei”, publicada em maio, denunciou o mau uso de verba pública por policiais, entre outras irregularidades. O material foi finalista do Prêmio Esso – Regional Sul deste ano.

Os outros três jornalistas responsáveis pela publicação que denunciou os maus policiais civis, Felipe Aníbal, Diego Ribeiro e Albari Rosa também encontram-se sob proteção.

O Gaeco, grupo formado por policiais e promotores que combatem o crime organizado, está investigando o caso.

Manifestamos nossa solidariedade a Mauri e sua família, bem como ao jornal **Gazeta do Povo**, e reiteramos a necessidade de que as investigações em curso sejam céleres e apresentem resultados, combatendo a impunidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

E agora a Senadora Lídice da Mata.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Rapidamente.

Enquanto eu estava fazendo o pronunciamento, vi o Senador Pedro Taques levantar a mão pedindo um aparte. E eu não respondi porque, naquele momento, eu estava fazendo uma comunicação inadiável, que, segundo o Regimento, não é permitido aparte. Por isso, então, eu não...

Eu ia até comentar com o Senador. Já falei com ele.

Então, é só para registro. Ele pediu o aparte, naturalmente não sabendo que eu estava em comunicação inadiável, por isso não cedi o aparte.

Está bom, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Eduardo Lopes.

E agora a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, primeiro, para registrar que esta semana se iniciou o processo de diplomação de prefeitos e vereadores no Brasil inteiro.

Eu quero, portanto, em nome da Liderança do PSB, saudar todos os prefeitos eleitos e vereadores, especialmente aqueles eleitos pela nossa legenda – ontem, cinco prefeitos de capitais foram diplomados na legenda do PSB – e também, saudar os nossos vereadores, que, igualmente, se diplomaram.

Na cidade de Salvador, não tivemos a sorte de ganharmos a eleição, à qual concorremos com a candidatura do PT, mas elegemos, renovamos totalmente a nossa Bancada de vereadores, que adquiriu uma fei-

ção coerente com a militância política do nosso Partido naquela capital.

Elegemos uma feminista, a Drª Fabíola Mansur, e um representante do movimento negro da nossa cidade, destacado militante da luta antirracista, o companheiro Sílvio Humberto.

Eu que fui Vereadora – iniciei a minha vida como Vereadora de Salvador, em 1982 –, sinto-me muito feliz e alegre, com energia renovada, com a presença desses dois companheiros naquela Casa Legislativa e, dividindo com eles, essa emoção da primeira eleição, do primeiro momento de exercício de um mandato político. Esse que, para mim, é o mais importante de todos, de toda a representação política, que é a representação da sua própria cidade.

E, em segundo lugar, Sr. Presidente, queria, aqui, ressaltar a minha tristeza em ver o que está acontecendo, no Congresso Nacional, no dia de hoje. O Congresso está paralisado por uma decisão do Supremo Tribunal, uma decisão monocrática, que nos leva a uma completa paralisação dos nossos trabalhos e de maneira a subverter o desejo da maioria do País. Se fizéssemos hoje uma consulta pública, um plebiscito, à Nação brasileira, a respeito da distribuição dos *royalties* do petróleo, do pré-sal, não tenho dúvida de que a maioria do povo, ...

(Soa a campanha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – ...inequivocamente, se pronunciaria pela necessidade de votarmos o mais imediatamente possível para que a partilha do pré-sal, dos *royalties* do petróleo, possa ser feita beneficiando todo o Brasil.

Quero deixar, aqui, portanto, essa minha afirmação de inconformidade com o momento em que estamos atravessando no Congresso Nacional e que isso sirva de reflexão para o Parlamento brasileiro, que tem se dobrado a uma posição de não exercer o seu papel, fazendo com que outros Poderes possam nos indicar o caminho desse exercício.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senadora Lídice da Mata.

Agora, como orador inscrito, o Senador Pedro Simon.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem, enquanto o Senador Simon vai à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu sou um dos próximos inscritos e preferia falar depois da

Ordem do Dia. Por isso a pergunta: a Ordem do Dia vai iniciar? Teremos? Não teremos?

Apenas faço a pergunta pensando na minha fala, porque eu precisaria de 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Teremos a Ordem do Dia sim. Só não vai iniciar agora. Teremos ainda um tempinho.

V. Ex^a pode falar antes da Ordem do Dia ou pode fazer uma permuta com o Senador Pedro Taques, que está exatamente querendo falar agora, no tempo de minuto antes da Ordem do Dia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Aceitarei a sua indicação, fazendo a permuta.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pro-nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, pretendo fazer uma análise, ainda que resumida, do ano de 2012 para o meu Estado, o Rio Grande do Sul, no campo da política e no campo da economia.

Começo pela área crítica, que sempre dói mais no bolso de todos: a economia.

Aqui as boas notícias se mesclam com as notícias ruins.

O ano de 2012 termina com indicadores que mostram perspectivas melhores para 2013. Isso porque o ano que finda foi ruim como poucos.

Estudos da respeitável Fundação de Economia e Estatística, divulgados esta semana, apontam um crescimento de 7,6% para o PIB gaúcho no terceiro trimestre de 2012, em relação ao trágico trimestre anterior, quando a riqueza bruta do Estado caiu inacreditáveis 6,8%.

Somado ao pífio crescimento negativo de 1,3% no primeiro trimestre do ano, o Rio Grande caiu de forma continuada na primeira metade de 2012. Assim, os especialistas econômicos nos consolam, dizendo que o pior já passou, embora as previsões indiquem uma queda global de 1% no PIB estadual no ano.

O resgate da economia gaúcha do fundo do poço, como sempre, vem do setor historicamente mais identificado com as nossas riquezas: o campo. O agrogócio, que registrou um espantoso crescimento de 22,3% no terceiro trimestre de 2012, em comparação ao mesmo período de 2011, em forte contraste com a queda de 2,8% da indústria.

Os piores desempenhos nesta área, segundo a Fundação, foram da indústria de automóveis, com queda de 20,5%, e da metalurgia básica, com um tombo de 15,9%. Dez das 14 atividades industriais listadas pela FEE sofreram queda, pelo estudo realizado pela FEE.

O alento desta recuperação de 7,6% no PIB estadual, referente ao terceiro trimestre, nos permite um bom otimismo, mas é sempre oportuno lembrar que

esse índice animador, em contraste com o medíocre crescimento de 0,6% do PIB nacional no mesmo trimestre, só foi possível diante do péssimo número da economia gaúcha no trimestre anterior.

Naquele período, nossa principal base econômica, a agropecuária, estava deprimida por uma longa estiagem que fez definhar o gado e murchar nossas lavouras, derrubando o bastião mais importante da riqueza do Rio Grande do Sul.

A quebra de safra agrícola por causa da seca tem efeitos extremamente dramáticos pelos seus desdobramentos. Os danos são ainda maiores pelos danos provocados às lavouras de milho, um insumo estratégico para a preservação de nossa produção avícola e suína. Como todos sabemos, a exportação de frangos e de porcos constitui elemento essencial na renda de milhares de famílias e na receita global do Rio Grande do Sul.

É lamentável que, mais uma vez, nosso Estado tenha sido atingido por uma estiagem que causa elevados danos aos homens e mulheres do campo e aos gaúchos e gaúchas de todos os recantos.

E eu sempre me pergunto, sem ouvir respostas: como um fenômeno periódico, que pode ser perfeitamente diagnosticado com antecedência, segue assolando a nossa economia?

Em discurso feito este ano, mostrei que o Rio Grande do Sul é a unidade da Federação mais atingida pelas estiagens, superando até mesmo os Estados do Nordeste, região tradicionalmente considerada a mais árida do País. E cobrei providências que são necessárias.

É fundamental, repito, que o Governo do Rio Grande do Sul se articule com o Governo Federal no enfrentamento dessa dificuldade quase cíclica, que demanda planejamento e firmeza de nossos governantes para minimizar pelo menos as consequências econômicas de quebras continuadas na produção do campo gaúcho.

É sempre bom ter em mente que os efeitos de uma grande estiagem como a deste ano se estendem de forma perversa à safra seguinte, contaminando todo o processo produtivo, drenando o dinamismo do ciclo econômico, vital para o crescimento dos cidadãos, das empresas e do Estado.

Como resultado deste mecanismo nada virtuoso, o Rio Grande do Sul perdeu posições importantes no quadro dos principais exportadores do País. Éramos, tradicionalmente, o terceiro Estado que mais exportava. Houve ocasiões de maior bonança em que subimos para o segundo lugar, ficando atrás apenas de São Paulo. Agora, minguamos para a quinta posição no

ranking brasileiro da exportação, superados por São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná.

Conclamo aqui a Presidente Dilma Rousseff, que tão bem conhece nossa terra e nossa gente, para que mobilize toda a sua energia para estruturar, junto ao Governo do Rio Grande do Sul, as medidas necessárias para um plano consistente de irrigação que proteja o homem e o agronegócio das incertezas de um clima cada vez mais inclemente.

Mas o gaúcho também é, antes de tudo, um forte. Com força, fé e muito trabalho, ele enfrentou o mau tempo e desafiou a natureza adversa para recuperar o seu negócio e, com ele, resgatar a sorte da economia de todo o Estado.

A energia que sobrou ao gaúcho está faltando, porém, ao Rio Grande. É preocupante a praga dos “apagões” cada vez mais frequentes, que infernizam a vida da população e assombram a economia como um todo. A carência de chuvas se soma ao aumento do consumo de energia, estimulado pela política federal de redução de tributos, que estimula o acesso crescente de brasileiros a eletrodomésticos de preços antes proibitivos. O que é um saudável programa de estímulo federal ao consumo acaba esbarrando na cômica explicação de burocratas estaduais para a praga dos “apagões”:

“O corte de luz é provocado pelo aumento pontual do consumo”, explicam os executivos do setor elétrico, jogando na conta dos consumidores residenciais e das empresas a falta de planejamento do Estado na execução de obras que garantam a energia farta e bem distribuída a todos os gaúchos.

Mais do que a natureza, é a mão inepta do homem que ajuda a explicar a treva recorrente que se abate sobre o Rio Grande com preocupante assiduidade, ameaçando a recuperação de nossa economia e o resgate de nossa autoestima.

O Governo Federal, que tem a força e os recursos da União, precisa dar mais atenção aos esforços dos Estados para construir uma rede elétrica capaz de garantir e distribuir energia de forma segura e barata aos consumidores domésticos e às indústrias, uns e outros agentes do progresso e do desenvolvimento.

Um Estado de trevas, sujeito aos sobressaltos da falta de energia e às incertezas de uma rede elétrica pouco confiável, acaba afugentando os investimentos e condenando o nosso povo ao apagão econômico.

O fato mais positivo dos últimos tempos, sem dúvida, é o desenvolvimento em ritmo acelerado do Polo Naval de Rio Grande, hoje uma referência de destaque da economia gaúcha.

Sinônimo de dinamismo no Sul, o Polo Naval de Rio Grande tem como primeira tarefa a construção de

oito plataformas flutuantes para a exploração de petróleo na área do Pré-sal. São investimentos estimados em R\$4,5 bilhões. O empreendimento fez renascer a economia do maior porto estadual e consolidou o viés de crescimento da cidade onde hoje vivem 200 mil habitantes.

O jornal **Estado de S. Paulo** definiu a emergência do Polo Naval com esta manchete: “Estaleiro gaúcho vira ilha de excelência”.

Com o Polo Naval de Rio Grande, temos finalmente uma boa notícia e um ponto de desenvolvimento na metade sul do Estado, a região mais pobre do Rio Grande e sempre farta em índices deprimentes de atraso e estagnação.

Nas últimas décadas, o crescimento do Estado tem-se concentrado na região norte, escorrendo dos campos de cima da serra, industrializada até a pujante região metropolitana de Porto Alegre, atravessando o dinâmico cinturão industrial do Vale dos Sinos. Um bom exemplo disso é o fato de as serranas Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Flores da Cunha, ao lado de Santa Cruz do Sul, na região central do Estado, serem as únicas cidades gaúchas a constar da lista dos 100 maiores IDHs (índice de Desenvolvimento Humano) do Brasil.

Outro fato alentador foi o anúncio recente da quadruplicação da planta da celulose rio-grandense – a indústria conhecida sucessivamente, no passado, por Borregaard, Klabin e Aracruz -, no Município de Guaíba, ao lado de Porto Alegre. Será um investimento de R\$5 bilhões para produzir 1,8 milhão de toneladas de celulose de fibra curta. É um projeto idealizado no Governo Rigotto, suspenso durante a crise financeira mundial de 2008 e enfim reativado pelas boas perspectivas que agora atraem investimentos externos para o Brasil.

Um grupo chinês adiantou há pouco que vai instalar uma fábrica de caminhões na cidade de Camaquã com um grande investimento. Na cidade de Charqueadas, no baixo Vale do Rio Jacuí, a empresa IESA – Óleo e Gás está implantando um estaleiro para atender às encomendas da Petrobras, com vistas à prospecção futura na promissora área do Pré-sal.

Lá mesmo, em Charqueadas, será instalada uma unidade de tratamento de aço para atender à demanda do polo naval. É um empreendimento da Metasa, de milhões de reais, empresa de uma cidade próxima, Marau, 175 km ao norte.

Ainda no primeiro semestre de 2013, centenas de operários estarão implantando a primeira fase do projeto, que prevê a produção de três mil toneladas de estruturas metálicas para a montagem de plataformas **offshore** no canteiro do Polo Naval de Rio Grande, es-

senciais ao Pré-Sal. Nesse caso, são três Municípios gaúchos trabalhando e crescendo juntos, na esteira de um ciclo econômico que, espero, seja consistente e duradouro.

Teremos reflexos positivos em nossa atividade econômica também com o final da duplicação da rodovia federal BR-116, no trecho crucial que liga Porto Alegre a Guaíba. O mesmo acontecerá com a prometida e indispensável duplicação da BR-116 – parece mentira, mas agora, finalmente, parece que sairá –, no trecho Guaíba-Pelotas, ao longo de 200 quilômetros. Essa estrada é fundamental para o crescimento do litoral sul do Estado, onde se encontram duas grandes e ricas cidades gaúchas: Pelotas e Rio Grande.

Está perto da sua conclusão a rodovia BR-448, ligando Porto Alegre a Sapucaia do Sul, obra levada adiante pelo Governo da Presidente Dilma Rousseff. É um trecho curto, mas essencial para desafogar o trânsito na BR-116, no eixo congestionado de Canoas ao Vale dos Sinos, um centro econômico estrangulado pelo trânsito lento e oneroso de uma rodovia antiga e perigosa.

A Presidente Dilma anunciou a construção de uma nova ponte sobre o estuário do Guaíba, ligando o Vale dos Sinos a Alvorada do Sul, evitando a passagem por Porto Alegre e desafogando o trânsito da capital.

Trata-se de uma obra que já constava do planejamento estratégico do Estado, coordenado, em 2005, pelo economista João Carlos Brum Torres, então Secretário do Planejamento.

O metrô, outro símbolo da modernidade e ferramenta decisiva para o ordenamento espacial dos grandes centros urbanos, em 2012 chegou enfim a Novo Hamburgo, núcleo de grande densidade populacional e industrial da região metropolitana.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, no boletim estratégico da educação, não temos boas notícias a registrar.

O sofrido magistério do Rio Grande do Sul segue lutando pelo pagamento do piso salarial da categoria. As posições descendentes do Estado nas provas do Enem evidenciam que desandou o tão decantado padrão de qualidade do ensino público gaúcho, sempre tido como prioritário no Brasil. Temos que lutar de forma redobrada para o resgate dos padrões de ensino e cultura que sempre foram motivo de orgulho para os gaúchos.

O jornal **Zero Hora**, em junho deste ano, nos brindou esta vergonhosa manchete: “Rio Grande do Sul é o Estado que menos investe em Educação no Brasil.”

Segundo **Zero Hora**, nosso Estado ocupa hoje o último lugar no **ranking** nacional de investimentos em educação em relação ao que arrecada. O Estado teria que investir no mínimo 25% deste valor em edu-

cação, descontados os gastos com inativos. Pois, na segunda metade da última década, o Rio Grande do Sul aplicou, em média, apenas 18,79%.

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Isso explica, com certeza, os elevados percentuais de repetência que afligem as escolas gaúchas.

O Rio Grande do Sul, como se não bastasse, é também líder nos índices de reprovação no ensino médio em todo o País.

De acordo com o respeitado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, o Inep, do Ministério da Educação, um em cada cinco estudantes gaúchos foi reprovado em 2011.

É um índice de 20%, muito maior do que a média nacional, que não passa de 13,1%.

Uma curiosidade que deve aumentar nossas preocupações: o índice de repetência é quase três vezes maior nas escolas públicas do que nas caras escolas privadas, afunilando o mercado de trabalho para os filhos de quem tem maiores recursos para pagar as mensalidades dos colégios particulares.

Começamos a trilhar o perigoso caminho da elitização do ensino.

A área da Saúde é sempre um teste para nossas emoções.

Todo dia, lemos na imprensa e vemos pela televisão reportagens dramáticas denunciando a precariedade no atendimento e o desrespeito na rede hospitalar aos cidadãos mais necessitados da proteção do Estado.

O velho refrão “Saúde, um dever do Estado e um direito do Cidadão” é pisoteado pela política recorrente do descaso público, que joga pacientes no chão de corredores infectos de hospitais abarrotados, desprovidos de medicamentos básicos e equipamentos essenciais, numa rotina de dor e sofrimento, que mata nossos doentes e anestesia nossas consciências.

A triste verdade é que, também no campo da Saúde, o nosso Rio Grande do Sul apresenta alguns indicadores lamentáveis. Dados de 2011 do Ministério da Saúde revelam que, há 10 anos, o Estado lidera o *ranking* nacional de casos de Aids. No período entre 1980 e 2011, foram registrados mais de 63 mil portadores do vírus. O Rio Grande do Sul é o Estado de maior incidência de Aids do País, com cerca de 4 mil novos casos notificados só no ano passado.

Porto Alegre (população: 3 milhões, 750 mil), com 95,3 casos por cada 100 mil habitantes, é a capital mais infectada do País.

No Estado, só perde para a pequena Alvorada (população: 175 mil), que tem um índice de 97,7 casos em cada 100 mil habitantes.

Em anos recentes, chegamos a estar na liderança dos Estados brasileiros que menos investiam em saúde. Houve uma época em que a percentagem de recursos investidos na área caiu a inacreditáveis 7% do Orçamento.

Mas reconheço que há interesse por parte do Governo atual de atacar este problema. Dizem que seriam deslocados recursos de outras áreas para se atingir o patamar mínimo de inversão no campo da Saúde, que deve chegar a 12%, de acordo com um mandamento inegociável da Constituição Federal.

Sr. Presidente, outro grave problema social, antes mal percebido pelo orgulhoso Rio Grande, é o das crianças abandonadas.

É cada vez mais elevado o número de meninos de rua perdidos pela sociedade e arrebatados pela tragédia das drogas e da miséria. Decorre, daí, a altíssima proporção de menores infratores no Rio Grande do Sul.

Reportagens dos principais jornais do Estado vêm denunciando esse problema, agravado pelo descaso do Governo ou pela ineficiência das políticas públicas voltadas para a infância.

Um desafio urgente é a melhoria de vida dos que se encontram nos medievais presídios gaúchos. Só após a condenação de importantes lideranças políticas no julgamento do Mensalão e o ingresso iminente dessas figuras públicas na cadeia, começou-se a discutir – antes tarde do que nunca – a situação calamitosa e desumana dos presídios no Brasil.

O ilustre Ministro da Justiça chegou a dizer que preferia morrer a ir para uma cadeia brasileira, um dilema terrível enfrentado por cerca de 500 mil brasileiros. É a nossa população carcerária – maior do que a mais povoada cidade do interior gaúcho, a minha Caxias do Sul, hoje com 446 mil habitantes. Só no Rio Grande do Sul, o número de presos chega a 30 mil.

Para manter este povo preso, a meio caminho entre o inferno e a morte, o Estado brasileiro gasta mensalmente entre R\$800 milhões e R\$1,5 bilhão.

Um ex-diretor do Departamento Penitenciário Nacional, Maurício Kuehne, definiu o custo social desta conta sem fim: “É um investimento idiota: gastamos milhões de reais para tornar as pessoas piores do que são”, criticou ele, na revista *Consultor Jurídico*.

A CPI do Sistema Carcerário da Câmara dos Deputados conferiu ao Rio Grande do Sul, em 2008, outra vergonhosa distinção nacional: temos a pior...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ...penitenciária de nosso medieval sistema carcerário.

O Presídio Central de Porto Alegre, com 1.800 vagas, virou um depósito de gente, onde chegaram a

se amontoar 4.650 presos, num prédio construído em 1959, com esgoto despejado no pátio e ratos e baratas dividindo espaço e comida com seres humanos. Hoje, a situação está um pouco menos ruim, com “apenas” 4.102 detentos espremidos naquele antro.

Este vexame nacional virou vergonha internacional, em julho de 2012, com a decisão da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (AJURIS) de denunciar as condições desumanas do Presídio Central à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington.

Ora, se as cadeias brasileiras, de modo geral, são sucursais do inferno, o que se pode dizer se o principal presídio do Rio Grande do Sul, um dos mais evoluídos e progressistas Estados do País, tem essa desonrosa posição no quadro nacional?

Outra situação diabólica se reproduz...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ...em nossas rodovias: a polêmica sobre os pedágios, um debate que se arrasta há mais de 15 anos. É um consenso entre os gaúchos que os pedágios, em algumas regiões do nosso Estado, eram muito elevados, quase extorsivos. Mas, daí a criar uma empresa estatal para explorar essa taxa virtualmente compulsório para quem não tem caminhos alternativos, soa como uma afronta.

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Estou terminando, Sr. Presidente.

Se essa fosse a solução mágica, certamente o Governo Federal ou algum outro governo estadual já teriam lançado mão dela.

Srs. Senadores, boa parte dos problemas aqui alinhados, em maior ou menor proporção, decorre da situação delicada das finanças estaduais.

A crise financeira do Rio Grande Sul se arrasta há décadas, castigando os trabalhadores, punindo os empresários, comprometendo o presente e o futuro do Estado e de todos os gaúchos.

Há mais de trinta anos o Estado apresenta déficit nas suas contas.

Lembro que, em 1977, o Prof. Jorge Babot Miranda, então Secretário da Fazenda, já advertia: “Se não revertermos a situação de déficit crônico, o Rio Grande do Sul se tornará ingovernável”

É o que, de certa forma, vêm ocorrendo há muitos anos com o nosso Rio Grande.

Essa incapacidade de resolver a situação calamitosa das nossas contas reflete-se nas eleições para o Governo do Estado.

É sempre bom lembrar que nunca, depois do restabelecimento das eleições diretas em 1982, um Governador gaúcho conseguiu fazer seu sucessor dentro do próprio partido.

Parece uma clara e recorrente reprimenda do eleitor à incompetência de nossas lideranças políticas, de todos nós, comprometidos com a reconstrução da democracia após duas décadas de regime militar, mas incapazes de articular a recuperação econômico-financeira do Rio Grande.

Daqui a dois anos chegará a vez de o Governador Tarso Genro tentar a reeleição ou apoiar alguém de seu Partido. Tarso Genro é um político experimentado, um intelectual reconhecido, dono de um discurso articulado. Sua estratégia político-administrativa é forrada de boas intenções, mas não se vê, na prática, a concretização do que ele prega. Na verdade, o governo de Tarso Genro não se destacou, quando comparado aos que o antecederam no cargo.

Com frequência, o Governador parece excessivamente retórico.

E até contraditório porque, de um lado, corteja os empresários e, de outro, desdenha das reivindicações salariais das categorias que atuam em serviços públicos essenciais, como os professores.

Mas, não vai nisso nenhuma grande novidade.

A principal característica do PT, no governo, parece ser a de não pôr em prática nada daquilo que pregava quando estava na oposição.

É emblemático, por exemplo, o caso dos professores estaduais, que estão agora se preparando para uma nova greve no Rio Grande do Sul, ainda este ano.

Os professores gaúchos reclamam o piso salarial nacional que foi criado quando o atual Governador em Porto Alegre ocupava o Ministério da Educação em Brasília.

Alegando agora que o Estado não tem recursos, o Governador está determinando o pagamento abaixo do piso que ele condenava como Ministro.

Isso é inacreditável!

É paradoxal que, para aumentar a arrecadação do Estado, o Governador tenha concedido um aumento de salários e de prêmios para os fiscais e auditores da Secretaria da Fazenda.

Contudo, a discussão do grave problema do superendividamento público gaúcho e a incapacidade na gestão das contas do Tesouro...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC – Senador Simon, por gentileza.

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – ...são temas que exigem um pronunciamento específico, que farei no início de 2013.

Na área política, eu destacaria um fato inusitado: a derrota acachapante do candidato do PT, Adão Villaverde, na eleição de 2012 em Porto Alegre, um reduto onde o Partido do Governador sempre teve um terço quase cativo do eleitorado, cidade que dominou durante 16 anos, ininterruptamente.

Pois o candidato do Partido do Governador, que ocupou várias vezes a Prefeitura de Porto Alegre, ficou agora num modesto terceiro lugar, com menos de 10% dos votos. O Partido dos Trabalhadores encolheu e ficou sem rumo em Porto Alegre.

Sr. Presidente, o Rio Grande do Sul se prepara, com grande entusiasmo, para o Mundial de Futebol de 2014. O Internacional está reformando o estádio Beira-Rio, onde serão disputados os jogos da Copa do Mundo. O Grêmio, seu tradicional adversário, acaba de inaugurar, com uma festa emocionante, a sua Arena, hoje o estádio mais moderno do País.

Apesar da visível modernização de nossas praças esportivas, os dois maiores clubes gaúchos, que dividem o Estado ao meio, terminaram 2012 ainda devendo títulos a seus torcedores. O Grêmio não vence um campeonato nacional há 23 anos. O jejum do Internacional dura já 20 anos.

Os dois principais times de minha cidade, Caxias do Sul, também frustram o torcedor caxiense. O Caxias continua na Série C e o Juventude ainda não deixou a Série D.

O consolo fica por conta dos dois técnicos gaúchos mais renomados da atualidade. Tite disputou, no domingo, e saiu vencedor, tornando-se campeão mundial de clubes, e Felipe Scolari voltará ao comando da Seleção. Talvez Tite e Felipão representem, em seus desafios atuais, o bom exemplo para todos nós, gaúchos. Com firmeza, liderança, entusiasmo, organização, espírito de luta e muito carisma, eles entram em campo para ganhar e resgatar a alegria em todos nós. Que eles sirvam de inspiração e alento ao nosso Rio Grande.

Volto, outra vez, Sr. Presidente, para mostrar o lado positivo e as coisas altamente produtivas que nós temos no Rio Grande do Sul.

Eu tinha a obrigação de fazer esta análise de fim de ano, para mostrar que, infelizmente, o Rio Grande vive um momento realmente difícil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Nós estamos prontos para abrir a Ordem do Dia, mas, antes, vamos ouvir a comunicação inadiável do Senador João Capiberibe, que está aguardando.

Temos um empréstimo para o Estado do Rio Grande do Norte que está pronto para ser aprovado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}. Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores, ontem, como todos os demais Senadores, fomos surpreendidos com a chegada em nossos Gabinetes da cédula de votação dos vetos, que deveria acontecer na sessão do Congresso Nacional, que alguns seguidores meus do Twitter denominaram de sessão do fim do mundo, porque o mundo iria acabar na sexta-feira, mas, com essa sessão do Congresso, poderia ser adiantado.

A cédula de votação chegou às minhas mãos com 463 páginas e 3.060 vetos para serem lidos, analisados, apreciados e votados em uma única sessão. Confesso que isso, de fato, me surpreendeu. Essa decisão de colocar em votação 3.060 vetos, alguns do ano de 2000 e, na sequência, até o último, o mais recente, que é dos *royalties* do petróleo, me pegou de surpresa. Eu não imaginava que pudéssemos agir com tamanha improvisação. E, claro, eu não poderia deixar de manifestar minhas impressões aqui de uma decisão, em resposta a uma consulta feita por parlamentares desta Casa e também da Câmara Federal, sobre a constitucionalidade da sessão que aprovou o requerimento de urgência do Congresso Nacional.

Ora, o Supremo Tribunal deu a resposta porque foi consultado. Daí, então, o Congresso entrou com um pedido de reconsideração da decisão, cujo resultado não temos, e convocou, em seguida, essa sessão que meus seguidores estavam classificando de sessão do fim do mundo.

Ora, como é que, passamos 10 anos, desde 2000 a 2012, são 12 anos com os vetos, sem que o Congresso os aprecie? Para mim, isso não é nenhuma novidade, faz parte do jogo da política.

Eu fui Prefeito da minha cidade de 1989 a 1992, e, só neste ano, 20 anos depois, a Câmara Municipal de Macapá, a minha cidade, aprovou as minhas contas de 1992. Levaram 20 anos analisando e apreciando essas contas. A mesma coisa está acontecendo agora a respeito do ano de 2001. Depois de 11 anos, essas contas tramitam na Assembleia Legislativa e eu estou vivendo sob a ameaça de ter as contas rejeitadas em função das minhas posições políticas. Também faz parte do jogo político. No entanto, para o cidadão... Eu tive alguns debates, algumas discussões nas redes sociais e algumas pessoas diziam: “Mas como?”

(*Soa a campanha.*)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – “Como é que explica? Como vão se votar, em uma sessão, 3.060 vetos?” E mais: como se deixa de apreciar um projeto importantíssimo, decisivo para os 27 Estados brasileiros, mais para uns que para outros, mais para aqueles Estados do Norte e do Nordeste, que é a nova partilha do Fundo de Participação dos Estados?

Eu fico imaginando. Nós estamos encerrando o ano com uma crise entre os Poderes da República, com decisões do STF que alguns classificam de intervencionistas no Congresso, com reações do Congresso que nos parecem, em alguns casos, no mínimo precipitadas.

(*Soa a campanha.*)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – No entanto, essa nova partilha tem um prazo definido: até o dia 31 de dezembro. Isso foi decidido lá atrás, em fevereiro de 2010, quando o Supremo definiu a inconstitucionalidade de alguns artigos e deu o prazo que vence no dia 31 de dezembro. Esses 30 meses de prazo se passaram e o Senado não deu uma resposta ao Supremo. O que vai acontecer? Como disse o Senador Pedro Taques, nada. Nada pode significar que o Supremo decida manter a sua decisão e fica difícil... No dia 10 de janeiro, é o primeiro decênio em que estes Estados esperam a transferência desses recursos. Se não houver uma prorrogação e se o Supremo...

(*Soa a campanha.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – ...decidir não prorrogar, estes Estados estarão em crise (*Fora do microfone.*).

Ora, parece-me que temos um problema interno, um problema que, de fato, é *interna corporis*: é não decidir. Nós temos uma enorme dificuldade de tomar decisão e temos outras dificuldades, às vezes é decidir sem saber o que nós estamos decidindo. Esse caso de recebermos, no dia anterior, uma cédula com 3.060 vetos para serem decididos em menos de 24 horas, nós não teremos tempo, são 463 páginas, nós não teremos tempo nem de ler! Imagina pesquisar para saber o que continham esses vetos.

Eu fui surpreendido também, Sr. Presidente, com a votação do ato médico. O PL do ato médico já estava em votação, e eu tive a preocupação, porque cheguei aqui há um ano. Então, é evidente que não conheço todos os projetos que tramitam nesta Casa, mas eu tive a preocupação de consultar alguns Senadores, e alguns me disseram que não conheciam o conteúdo, que não tinham lido o projeto.

Eu acho que nós temos que trazer o debate para cá, nós temos que estabelecer uma nova regra de con-

duta para que a gente tenha oportunidade de conhecer os projetos, de debater esses projetos. Não basta fazer as audiências públicas, porque as audiências públicas, como eu vi, estão esvaziadas. A gente vai à audiência pública, a presença é mínima.

Então, essa é a minha preocupação: não votar naquilo que eu não tenho conhecimento profundo. Até porque o nosso voto tem enorme repercussão na sociedade. Quando a gente aprova uma lei aqui, para não esbarrar no veto presidencial, é preciso que ela saia daqui...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Senador João Capiberibe, conclua, por favor, porque a comunicação...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – ...como uma lei que vai pegar, não como algumas leis que a gente conhece muito bem. A lei seca, por exemplo, pegou em alguns Estados, em outros, não.

Portanto, acho que nós teríamos que repensar a tramitação desses processos para que a gente cumpra aquilo que a lei determina, aquilo que a Constituição determina, porque a lei determina e o Regimento Interno do Senado determina.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – E agora com a palavra a Senadora Angela Portela, como oradora inscrita.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Excelência.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só uma informação de V. Ex^a. Quando é que V. Ex^a pretende começar a Ordem do Dia? Já são 17h14min. Só para informação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Vamos esperar a comunicação inadiável da Senadora Vanessa Grazziotin, logo após o pronunciamento da Senadora Angela Portela. Aliás, ouviremos também o Senador Pedro Taques. Daí, terminaremos o pequeno Expediente e iniciaremos a Ordem do Dia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Obrigado a V. Ex^a.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Anibal Diniz, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadores, nós assistimos, nos últimos dias, a nova ofensiva de ataques ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, buscando inclusive atingir sua dignidade pessoal. Antes mesmo de nos debruçarmos sobre o conteúdo desses ataques, devemos lembrar que a quase totalidade dos grandes estadistas sofreu esse tipo de combate.

No Brasil já assistimos a esse filme inúmeras vezes, inclusive na era de Getúlio Vargas. A história fez-lhe justiça e mostrou a falsidade das alegações feitas contra ele.

O mote utilizado, nesses casos, costuma ser a corrupção. Na verdade, sabemos que, ao contrário do que se procura difundir, o Presidente Lula abriu uma nova etapa no combate à corrupção no País.

Durante seu governo, criou-se a Controladoria-Geral da República, conferiu-se independência ao Ministério Público, respeitaram-se as prerrogativas de investigação da Polícia Federal. Isso é inegável, e mesmo os que apostam no denunciamento não têm como contestar os fatos.

A Presidente Dilma Rousseff disse – e os fatos o demonstram – que seu governo não tolera a corrupção. Isso é muito claro no dia a dia da Administração Federal.

A nova etapa de governança instaurada pelo Presidente Lula e apoiada por nosso Partido, o PT, levou o Executivo até a abrir mão da autodefesa. Ao se garantir autonomia ao Ministério Público, inclusive nas indicações para postos-chave, ou à Polícia Federal, que vem executando dezenas de operações com liberdade, mostra-se o compromisso do governo Lula e do Governo Dilma com a transparência.

Essa, aliás, é a palavra correta para definir tudo o que vem sendo feito nos últimos anos e que permeia a ação de outros Poderes. O Congresso aprovou a Lei Capiberibe, que obriga o lançamento *on-line* das receitas e despesas governamentais, enquanto o Executivo criava o Portal da Transparência, em que é possível acessar as contas públicas.

A sociedade envolveu-se nessa verdadeira ofensiva pela transparência, mobilizando-se em torno da Lei da Ficha Limpa. Legislativo e Judiciário tiveram papéis decisivos no seu preparo, assim como na sua implementação. Não por acaso, a Lei da Ficha Limpa foi um dos principais assuntos discutidos na última eleição.

Sr. Presidente, a verdade e também a explicação para os ataques dirigidos ao Presidente Lula é que, a partir do seu Governo, desenhou-se um novo Brasil. Um Brasil mais desenvolvido e mais justo; um Brasil marcado pelo combate às desigualdades sociais e voltado para a eliminação da pobreza.

Não há dúvidas de que a renda e a capacidade produtiva da população brasileira na base e no meio da pirâmide social tiveram um *upgrade* significativo nos últimos anos. Vivemos desde 2003 um ciclo de avanço social.

Até 2014 o País terá 118 milhões de pessoas na classe c, o equivalente a 60% da população brasileira, avanço de 5% em relação ao percentual atual. As projeções são do Prof. Marcelo Neri, economista-chefe do

Centro de Políticas Sociais, filiado ao Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, autor do estudo “De volta do País do Futuro: Projeções, Crise Europeia e a Nova Classe Média”, segundo o qual até 2014 cerca de 12 milhões de brasileiros ingressarão na classe c.

O professor salientou ainda em sua pesquisa que, em 10 anos, houve crescimento de 68% na receita das pessoas mais pobres do País, cerca de 50% da população. Já no caso dos 10% mais ricos, o avanço foi de 10%. “Isso significa que a renda da parte menos favorecida subiu 580% em relação à do topo da pirâmide social.”, comparou.

Como consequência da mudança no quadro, a pobreza no País registrou queda de 7,9% na mesma base comparação. Neri frisou que o percentual é de três vezes superior ao valor estipulado na meta das Nações Unidas para o milênio.

Todo esse avanço, Sr. Presidente, se deve à sabedoria e ao espírito público demonstrado pela administração do Presidente Lula, que soube evitar rupturas radicais ao manter a política macroeconômica baseada no sistema de metas de inflação, metas de superávit primário e câmbio flutuante.

Tudo isso se fez, porém, com mudanças estruturais. Houve continuidade neste arcabouço institucional, mas a condução da política macroeconômica mudou bastante no Governo Lula, com a adição de novas metas e prioridades.

Na política fiscal, o Governo Lula manteve a política de metas de resultado primário, mas reorientou as prioridades do orçamento público para aumentar o combate à pobreza e à desigualdade e recuperar o investimento público em infraestrutura e em educação. Com isso, Sr. Presidente, houve uma redução substancial da dívida líquida do setor público de 60,6% do PIB, em 2002, para 41,5% do PIB, em 2010.

Quando nós olhamos para os resultados obtidos, o quadro é bem diferente do retratado pelos críticos da política fiscal do governo Lula.

O crescimento do PIB acelerou ao invés de decrescer. Ainda que tenhamos declínios pontuais, em determinados anos, a tendência se tem mostrado sempre ascendente. Por outro lado, o crescimento da produtividade também acelerou, e a inflação continuou a cair.

A despesa primária da União aumentou de 15,7% do PIB, em 2002, para 18,6% do PIB, em 2010, uma elevação de 2,9% do PIB. Tratou-se de medida salutar, que nos faz compreender o novo papel conferido ao Estado.

A maior parte de aumento foi para transferências de renda às famílias, que aumentaram de 6,8% do PIB, em 2002, para 9% do PIB, em 2010, uma elevação de

2,5 pontos percentuais do PIB. As demais despesas primárias na área social subiram de 8,1% do PIB, em 2002, para 8,3% do PIB, em 2010, a maior parte foi para a educação.

Além disso, Sr. Presidente, houve controle das despesas correntes. Ou seja, o Brasil agiu na Presidência Lula, como hoje na Presidência Dilma, com estrita responsabilidade. A despesa da União com a folha de pagamentos ficou relativamente estável e passou de 4,8% do PIB, em 2002, para 4,7%, em 2010. Isso ocorreu apesar do aumento do número de concursos, que permitiram avançar na profissionalização do serviço público, na contratação de 150 mil funcionários e da recuperação nos salários pagos pelo Estado.

Portanto, Sr. Presidente, a prioridade da política fiscal do governo Lula foi combater a pobreza e a desigualdade através do aumento nas transferências de renda. Esse aumento deu o impulso inicial para o atual ciclo de desenvolvimento baseado na expansão do mercado interno. Ao final do governo Lula, com a recuperação do nível de funcionários, o Governo Federal gastou um valor praticamente igual ao verificado em 2002, em termos do tamanho da economia.

Iniciativa inédita articula políticas de segurança com ações sociais, prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência. Sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e de segurança pública, levou ao enfrentamento da criminalidade pela União.

Da mesma forma, foi o Governo Lula o que mais construiu escolas técnicas e que mais ampliou o ensino universitário no País. Um dos principais avanços foi trazer para o debate a questão da inclusão e da ampliação do acesso à educação superior, envolvendo tanto instituições públicas quanto particulares, mediante programas como o ProUni. Dados do Ministério da Educação demonstram que as matrículas no ensino superior passaram de pouco menos de 4 milhões em 2003 para praticamente 6 milhões em 2009.

O sentido do Governo Lula, porém, vai além desse grande avanço econômico e social. O Presidente consolidou o processo de redemocratização do País e fortaleceu as instituições.

Com a popularidade de que merecidamente desfrutava – e ainda preserva, demonstram todas as pesquisas –, o Presidente Lula poderia, com relativa facilidade, emendar a Constituição. Conquistaria, ao que tudo indica, um terceiro mandato.

Mostrou, porém, seu espírito democrático, ao resistir à tentação de nova presidência. Preservou o projeto político, assumindo papel relevante na própria sucessão e manteve-se ativo na política, como o estadista que é.

Essa visão de estadista, registre-se, tornou-se nítida na política externa adotada em seus mandatos. O Brasil passou a desempenhar importante papel nas relações internacionais, firmando-se como um *global player*.

O novo protagonismo brasileiro no plano mundial deve-se, sem dúvida, à ação do Presidente Lula, tornando o País respeitado pelos principais atores do sistema internacional.

Adotou uma diplomacia assertiva, enfática na defesa da soberania nacional e dos interesses do País. Conferiu assim ênfase especial nos processos de integração da América do Sul e do Mercosul, além de aumentar a presença brasileira em todo o mundo, inclusive nos países emergentes na Europa Oriental, na África e na Ásia, que raramente recebiam a atenção compatível com sua importância.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, como se pode ver, o Brasil avançou, e avançou muito, nos anos do Governo do Presidente Lula. Ganhou autoestima, avançou em todas as áreas, passou a ser mais conhecido e respeitado no plano internacional.

Aumentou o acesso da população à educação, à saúde, ao saneamento básico. O desemprego reduziu-se. Temos mais segurança.

O Brasil é hoje um País menos desigual e melhor para viver. Muito disso, Sr. Presidente, se deve ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigada, Senadora Angela Portela.

Agora, para uma comunicação inadiável, a Senadora Vanessa Grazziotin.

Logo após a comunicação da Senadora Vanessa Grazziotin, teremos o pronunciamento do Senador Pedro Taques e abriremos a Ordem do Dia para votar a autorização de empréstimo para o Estado do Rio Grande do Norte.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, companheiros e companheiras, eu gostaria, em primeiro lugar, Senador Anibal, de agradecer muitíssimo a compreensão de V. Ex^a, dos Srs. e Sr^{as} Parlamentares que aqui estão e cumprimentar a Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, Governadora Rosalba, que aguarda uma importante deliberação acerca de seu Estado. S. Ex^a já foi Senadora e dirige tão importante e belíssimo Estado de nosso País.

Mas, Sr. Presidente, eu venho à tribuna para tratar a respeito de uma política do Governo Federal voltada para o amparo dos agricultores brasileiros e que, pela

primeira vez, depois de muitos anos, Senador Aloysio, V. Ex^a, que convive com agricultores da Região Sudeste, da Região Sul do País, sabe como eles têm a possibilidade de obter o amparo do Estado brasileiro sempre que qualquer catástrofe natural, qualquer problema aconteça em relação às suas produções.

Isso, infelizmente, não acontecia na Região Norte porque lá e, principalmente, no meu querido Estado do Amazonas, a maioria – produtores rurais, agricultores – é de pequenos produtores, pequenos agricultores, e grande parte deles sem ter sequer acesso a documento da terra, mesmo porque, milenarmente, ocupam terras que, no geral, são terras da União.

O dia 16 de maio deste ano, Sr. Presidente, eu o reputo como um dia que tem entrado para a história do Estado do Amazonas. Na manhã daquela quarta-feira, repito, dia 16 de maio, as águas do Rio Negro, que banham a capital do Estado do Amazonas, a cidade de Manaus, alcançaram uma marca de 29,78m, ultrapassando em 1cm os registros de 2009, quando houve a maior enchente de toda a história do Estado do Amazonas.

As consequências foram devastadoras. Somente em Manaus, mais de 3 mil famílias, em vários bairros, ficaram desabrigadas; dos 62 Municípios amazonenses, 57 foram atingidos, deixando 75 mil famílias em situação precária.

As imagens sobre aquele caos ainda estão na memória minha e de muitos brasileiros, sobretudo dos que vivem na região.

Estou aqui falando da maior cheia dos 100 últimos anos, ou seja, a maior cheia depois de 1902, onde, repito, a grande maioria dos Municípios decretou estado de emergência.

Uma das medidas adotadas pela bancada, e eu particularmente me empenhei muito nesse caso, foi solicitar ajuda ao Governo Federal, sobretudo para os produtores rurais.

Sensibilizada, a Presidenta Dilma, àquela altura, autorizou a criação de uma linha de crédito especial da ordem de R\$350 milhões para ajudar os agricultores. O Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, foi enviado ao Estado para acompanhar de perto o problema e fazer o anúncio em nome da Presidenta Dilma.

Na ocasião, daqui da tribuna, afirmei que a liberação do crédito especial era algo inédito na nossa história. Nunca agricultores, pessoas humildes, simples do meu Estado foram tão bem tratadas, como foram agora nesse momento, neste ano em que vivemos a maior cheia dos últimos 100 anos.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto neste momento à tribuna para dizer que todo es-

forço para minimizar o sofrimento desses brasileiros e brasileiras humildes não foi em vão.

Até a semana passada já haviam sido liberados para 53 Municípios amazonenses um valor de R\$135 milhões, num total de 18.661 operações de crédito para recuperação de pastagem, compra de gado, plantação de mandioca, criação de peixes, extração de castanha e borracha.

Somente para o Município de Itacoatiara foram liberados R\$41 milhões para agricultores e seus empreendedores. Manacapuru, Município vizinho a minha cidade, recebeu R\$11 milhões a mais também.

Para Parintins, terra dos bumbás, cerca de R\$3 milhões já foram liberados e entregues para os agricultores. Da mesma forma, isso se sucede em Careiro, Nova Olinda do Norte, Novo Airão e Novo Aripuanã.

Os recursos para alguns Municípios chegam a ser maiores que o próprio orçamento anual e ainda estão sendo usados para capital de giro e custeio dos agricultores.

Por fim, Sr. Presidente, quero dizer que esse crédito difere das outras linhas, porque há um abatimento de 40%, Senador Taques, ou seja, se um agricultor acessar R\$10 mil ele poderá pagar 60% do que acessou e num período de 10 anos. O que significa dizer subsídio por parte do Governo Federal.

Isso é importante porque estamos falando no pequeno agricultor, aquele que, quando vem a cheia, quando vem a seca, perde tudo e não recebe nada em contrapartida. Essa realidade ficou para trás...

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ...e, hoje, o agricultor da nossa terra, Senador Anibal – do seu Acre, do meu Amazonas –, tem o mesmo amparo que tem o agricultor tradicional do Sudeste e do Sul do País.

E, por fim, Senador Anibal, agradecendo V. Ex^a, eu quero concluir para dizer que há pouco recebi a informação de que o colégio de Líderes, tanto do Senado quanto da Câmara acaba por decidir que não teremos mais sessão do Congresso Nacional. Não teremos mais sessão do Congresso Nacional – essa é a informação que acaba de chegar a mim – esse ano. Em decorrência, repito, da medida cautelar ao Mandato de Segurança que foi proferida pelo Ministro Fux.

Tem gente, inclusive membros da Bancada do Rio de Janeiro, que dizia o seguinte: “não podemos votar veto, podemos votar tudo mais.” Das 16 páginas, Senador Taques, da medida cautelar, 13 a 14 páginas tratam de questão constitucional. Apenas quatro de questões regimentais. O resto de questões constitucionais. Repito, art. 66, §§4^o e 6^o da Constituição, que

diz o seguinte: se em 30 dias o veto não for analisado, tranca-se a pauta do Congresso Nacional. É medida similar – a mesma medida tratada para medidas provisórias e para projeto de lei de urgência.

Então, se não se vota veto, como nós queríamos hoje – e estávamos preparados para votar os 3 mil vetos, que, aliás, são 200 e poucas medidas –, em decorrência da impossibilidade, por uma série de razões, não só regimentais, mas políticas, que todos nós sabemos, não se deve votar nada. Está aqui. É uma pérola em relação à Constituição.

Então, Sr. Presidente, eu quero lamentar que a gente não tenha tido condições políticas de superar esse problema e ter votado todos os vetos para, aí sim, chegar à questão dos *royalties* do petróleo, que, repito, não é...

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ...não é um problema para o Estado do Rio de Janeiro, é uma solução para o Brasil. E, sendo uma solução para o Brasil, também é uma solução para o Rio de Janeiro, que não será mais pobre por conta disso. Pelo contrário, as perspectivas de ampliação da produção, no Rio de Janeiro, de petróleo superam qualquer perda que o Rio de Janeiro possa a vir a ter. Eu não considero perda, porque nós estamos tratando de repartição de uma riqueza da União, que é fruto da extração de petróleo para todos Estados e Municípios brasileiros.

Mas que assim seja, Sr. Presidente. Travaremos brevemente esse debate e, sem dúvida nenhuma, aprovaremos aquilo que é melhor para o Brasil, para o povo brasileiro e, repito, sem qualquer prejuízo a qualquer Estado brasileiro que seja.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Agora, ouviremos o Senador Pedro Taques e, imediatamente após, abriremos a Ordem do Dia, para votar a autorização de financiamento para o Rio Grande do Norte.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cidadãos que nos acompanham pela Agência Senado, TV e Rádio. Srs. Senadores, hoje, ao meio dia, ao chegarmos na sessão conjunta do Congresso Nacional, Senador Jayme, encontramos, nos corredores da Câmara dos Deputados, vários caixões funerários, parecidos com esquifes, parecidos com ataúdes, parecidos com féretros, ali, parece aquela caixa funerária de enterrar alguma coisa. Naquele momento, nós estávamos en-

terrando a decência parlamentar. Estávamos fazendo o funeral da honestidade parlamentar. Onde já se viu, senhores, votar 3.600 vetos em menos de hora? Em menos de hora. Isso é uma anarquia legislativa.

Esta semana, Senador Jayme Campos, nós estamos vivendo momentos tristes do Congresso Nacional. Primeiro, foi a *pizza* total entregue pela CMPI, chamada do Cachoeira, em que nem o Cachoeira foi indiciado, mostrando que o Congresso Nacional se rendeu aos interesses escusos e renunciou ao seu papel constitucional de fiscalização. Pior, junto com cada cidadão brasileiro, cada parlamentar pode ter se sentido como um traído, porque, ao invés do combate à impunidade, prevaleceu a fraude à República e a conivência com o roubo aos cofres públicos.

Depois, não venham reclamar que o Supremo Tribunal Federal aja e condene Deputados e Senadores à perda do mandato. Depois da porta arrombada, não adianta colocar tranca. Como se isso não fosse o suficiente, hoje, vejo, outra vez, o Congresso Nacional, instituição que encarna o Poder Legislativo brasileiro, armar uma votação fictícia, aos olhos de toda a Nação, apenas para fazer um estelionato a uma decisão do Supremo Tribunal Federal.

Caros colegas, não podemos aceitar que os fins justifiquem os meios. Não somos Maquiavel e nem vivemos na Florença do século XV. Não podemos agir como um príncipe déspota, que faz de tudo para manter o seu próprio poder.

No mérito, somos favoráveis à distribuição dos *royalties*, Senador Jayme Campos, porque o Estado de Mato Grosso, que nós aqui representamos com muito orgulho, também tem direito ao desenvolvimento regional previsto na Constituição da República.

Mas não podemos burlar o procedimento, não podemos, simplesmente, ignorar o Regimento do Congresso e a Constituição. O dano que estamos causando ao Legislativo brasileiro não se pode medir nem prever. Nós estamos dizendo ao povo brasileiro: nós violamos as leis que nós mesmos fazemos.

Vejam, o Regimento Comum é claro ao determinar, em seus arts. 104 e 105, regras expressas, que regulamentam o art. 66 da Constituição da República. A pergunta que fica é: Nós cumprimos esse procedimento? A comissão foi instaurada? O relatório previsto foi elaborado? Não tem o Regimento Comum força de lei? E lei não é para ser cumprida? Não é imperativa?

Por sua vez, o processo legislativo constitucional também está sendo absolutamente violado. A derrubada de um veto presidencial só faz sentido se houver análise, com ampla reflexão e consciência do que se está votando. Isso é o mínimo que podemos esperar de parlamentares conscientes. Sem isso, estamos violando

a Carta Maior. Estamos dizendo ao povo brasileiro que nós votamos sem consciência, que nós votamos sem saber o que estamos votando, que as leis são feitas de qualquer modo e que não estamos preocupados com o nosso verdadeiro papel parlamentar.

São 3.060 vetos em cédulas que compõem 463 páginas, analisadas de uma só vez. Isso é um absurdo! Três mil e seiscentos vetos que nós votaríamos e depositaríamos naqueles féretros, naquele caixão mortuário, naquele esquife fúnebre, Senador Requião.

Desde que entrei no Senado da República tenho me preocupado com essa questão dos vetos. Já me manifestei em diversas oportunidades: vamos votar os vetos, vamos cumprir nossa função, vamos fazer sessões extras e limpar a pauta.

Senador Jayme, no dia 30 de março de 2011, durante reunião da Comissão de Constituição e Justiça, fiz um pedido para que os vetos fossem apreciados e deixei registrado o seguinte, naquela reunião do dia 30 de março: a Constituição está sendo violada há muito tempo porque o Executivo veta e o Congresso Nacional não se manifesta pela derrubada do veto. Nós, Senadores e Deputados, estamos abrindo mão das nossas prerrogativas constitucionais de controlar o Executivo; nós ficamos aqui como carimbadores do que vem do Poder Executivo. Disse na Comissão de Constituição e Justiça. E continuei: o legislador constituinte deu tanta importância à manifestação do Legislativo sobre a derrubada do veto que disse que ele tranca a pauta, e nós não nos manifestamos sobre os vetos nos submetendo à força do Poder Executivo. Isso eu disse na reunião do dia 23 de março de 2011, e o Senador Eunício, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, atendendo à votação de todos os membros da Comissão de Constituição e Justiça, remeteu à Presidência desta Casa, Senador Armando Monteiro.

Para minha alegria, concedo um aparte a S. Ex^a, o Senador Maggi.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco/PR – MT) – Senador Pedro, eu quero cumprimentar V. Ex^a pelo tema que trouxe hoje porque, de fato, desde que nós chegamos aqui, no início de 2011, na nossa legislatura, sempre sentimos falta dessa questão, que é a última perna da democracia, da confecção de leis e aprovação, que é a de que o Congresso Nacional tem que ter a última palavra e, regimentalmente, na Constituição, diz que nós temos a última palavra do veto ou não, de concordar com a Presidente da República e isso para mim é um defeito grave na nossa ordenação do dia a dia aqui. Agora, com esse fato da derrubada do veto dos *royalties*, suscitou tudo isso. V. Ex^a tem toda razão. Em março do ano passado, V. Ex^a fez esse requerimento. Nós já

havíamos conversado sobre isso e essa chamada de atenção de março do ano passado até este ano não resultou em nada, mas espero que, daqui para frente, com a chamada de atenção também que o Supremo Tribunal nos fez, vamos colocar em dia todas as questões dos vetos que temos parados até hoje. Eu espero que nós possamos, a partir do ano que vem, a cada período, a cada 30 dias depois do veto, seja lido o veto no Congresso Nacional e que nós tenhamos tempo para analisar esses vetos. E, mais uma vez, vai trancar a pauta outra vez, mas nós, como Congressistas, não podemos abrir mão dessa última palavra sobre a legislação. Senão, não é uma democracia completa. Acredito que, a partir de agora, tenhamos então essa condução dentro da Casa. Quero, então, parabenizar V. Ex^a, que é uma pessoa que conhece profundamente a nossa legislação, conhece as regras da Casa, conhece a nossa Constituição e temos que continuar a trilhar nesse caminho de fazer com que a democracia seja completa em todas as fases, desde a proposição até o último carimbo que é aqui no Congresso Nacional. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Senador Maggi. E V. Ex^a me fez lembrar a Constituição de 1824, em que o Imperador tinha a força absoluta nos vetos. A última palavra era do Imperador. Diversamente do que diz a nossa Constituição, que qualifica o veto como relativo, porque o Congresso Nacional tem a última palavra nesse instrumento de controle do Legislativo pelo Executivo e do Executivo em relação ao Legislativo.

Concedo um aparte a S. Ex^a o Senador Paulo Paim.

(Soa a campanha.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Taques, sei que o tempo está terminando, mas eu não tenho como, eu não consigo me segurar e não dizer que o senhor está coberto de razão. Quem é que sabe me dizer que vetos são esses? Como é que você vai votar 3 mil vetos sem saber o que você votou? E 3 mil vetos significam 3 mil questões e 60, em que nós votamos a maioria por unanimidade.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – E todos serão derrubados, a não ser o dos *royalties*. É algo meio irracional. Por mais que eu seja favorável, e o meu Estado do Rio Grande do Sul é, eu não consigo me segurar. Ninguém sabe o que vai votar, não sabe... Eu cheguei a perguntar para alguns: Sabe que está lá dentro o fator previdenciário? Ah, eu não sabia. Sabe que está lá dentro o reajuste dos aposentados e tudo vai cair? Ou seja, o veto vai ser mantido? Ah, eu não

sabia. Tu sabes o que nós estamos votando? Ah, eu também não sabia. Enfim, só posso dizer que cumprimento V. Ex^a e o Senador Capiberibe, que também tratou desse tema.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim. Senador Paulo Paim. Lembrando de V. Ex^a, eu indiquei aqui o Item 99 desse livro de vetos.

Item 99 da pauta: reajustes da Previdência Social e o tão questionado fator previdenciário.

Item 96: normas de licitação e contratação de serviços.

Item 94: tarifa social de energia elétrica.

Item 90: Fundo de Financiamento aos Estudantes.

Item 106: reflexos trabalhistas, previdenciários e tributários das quantias pagas aos empregados a título de prêmio de desempenho.

Esses são apenas alguns exemplos, apenas cinco casos. Mas enfrentam decisões da maior importância para o cidadão e para as finanças públicas.

Os senhores sabem o conteúdo desses vetos? Como vamos votar sem saber, Senador Aloysio? Isso é uma anarquia legislativa. Anarquia legislativa.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Eu não votaria. Eu simplesmente pegaria aquela maçaroca e jogaria fora. Não votaria.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, jogaria naquele caixão fúnebre.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – E digo a V. Ex^a que houve, nesse sentido, um pedido ao Presidente Sarney da maioria dos Líderes partidários. O Presidente Sarney nem a Presidente Rose de Freitas convocaram essa sessão da cabeça deles. Houve a maioria dos Líderes partidários...

(Soa a campanha.)

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – ...que exortaram o Presidente Sarney a marcar uma sessão nessas circunstâncias, diga-se, a bem da verdade.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, já encerro.

Quero dizer o seguinte: como vamos justificar ao cidadão comum que ele preencha corretamente sua declaração de Imposto de Renda? Como vamos justificar aos servidores que obedeçam ao Regimento de suas instituições? Como vamos explicar para nossos filhos que as leis devem ser cumpridas, que não podemos cometer crimes, se nós mesmos violamos as regras que fazemos?

O Poder Legislativo depende de legitimidade democrática, por isso temos que ir às ruas pedir votos. Cada um de nós tem que expressar a soberania

popular; contudo, em um Estado de direito, essa soberania observa leis, zela pela Constituição e isso é uma conquista da civilização.

E já parto para o final, Sr. Presidente. A história a cada dia nos ensina que o retorno à lei da selva...

(Soa a campanha.)

O SR. PEDROTAQUES (Bloco/PDT– MT) – ...começa com a violação das leis de uma sociedade, começa pela burla da Constituição, e não podemos ser responsáveis por esse retrocesso. Ao contrário, fomos eleitos para fazer política com virtudes, com honra e com dignidade, palavras raras em nosso vocabulário atual, mas que nos fazem lembrar que, mesmo quando os desígnios legais vão contra a nossa vontade imediata, devemos ter sobriedade e visão de futuro para nos render aos valores republicanos. Somente, assim, se constrói uma grande Nação. Se não for assim, Sr. Presidente, a porta da barbárie é logo ali e não fiquemos surpresos se houver reação judicial e, aí, o Supremo Tribunal Federal vem e decide, a culpa é o Supremo Tribunal Federal.

O erro, Sr. Presidente, o equívoco, nós mesmos é que estamos cometendo. Aqueles Estados não produtores...

(Soa a campanha.)

O SR. PEDROTAQUES (Bloco/PDT– MT) – ...somos favoráveis, sim, à derrubada do Veto nº 38. Agora, porque este nós analisamos. Não posso ser obrigado a me manifestar no que não li, no que não estudei. Isso – repito – é uma anarquia legislativa.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero aproveitar o momento também para manifestar aqui a minha preocupação, ratificando as preocupações também já levantadas pelo Senador Pedro Taques, pelo Senador Aloysio Nunes, Paulo Paim, Gim Argello, que se manifestaram.

Faço esta minha intervenção aqui movida por uma forte preocupação. O momento realmente é de extrema gravidade para o Poder Legislativo. Votarmos mais de três mil vetos presidenciais, Senador Aloysio Nunes, acumulados ao...

(Interrupção de som.)

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – ...longo dos últimos 10 anos, sem que se faça...*(Fora do microfone.)*

(Interrupção de som.)

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, quero aqui manifestar a minha preocupação em votarmos mais de três mil vetos presidenciais acumulados ao longo dos últimos anos sem que se faça uma mínima análise acerca do mérito desses dispositivos, dos impactos que esses vetos a essas leis produzem aos direitos e expectativas de toda a Nação, que certamente levará esta Casa a uma vulgarização do seu papel, da sua importante tarefa na consolidação da democracia.

Estou certa, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras aqui presentes, de que essa atitude irrefletida transmitirá uma mensagem ao povo brasileiro de que o Congresso Nacional banaliza uma das suas importantes responsabilidades junto ao País.

É certo que jamais deveríamos ter chegado ao ponto em que chegamos, onde milhares de vetos aguardam por deliberação. E mais verdade ainda, Sr. Presidente, que votar todos eles de forma sumária, automática, e impensada representará erro ainda mais grave.

Por essa razão, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, é que provooco essa reflexão neste momento que, como já disse, é de extrema gravidade.

Sr. Presidente, convido todos os presentes, todos os parlamentares, todos os Senadores e Senadoras, os Deputados e Deputadas Federais para que façam, de fato, uma reflexão se deveremos, realmente, agir dessa maneira. Estou muito segura de que, se mantivermos esse caminho, ninguém sairá vencedor. Quando o Parlamento nacional brasileiro se enfraquece, a democracia se fragiliza e toda a sociedade, com certeza, sai perdedora.

Quero concluir esta minha intervenção, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: quanto à sessão do Congresso convocada hoje para as 19 horas, se na pauta forem incluídos os vetos, quero aqui fazer um apelo a todos os parlamentares, para que possamos refletir melhor. Acredito muito que os colegas que aqui já se pronunciaram têm muita clareza disso.

Mas faço um apelo a todos os Deputados Federais e aos demais Senadores e Senadoras, para que não votemos esses vetos, caso entrem em pauta, a fim de darmos uma nova oportunidade ao diálogo e ao bom senso e assim buscarmos um caminho que seja o melhor para a democracia brasileira e melhor para o fortalecimento das instituições Senado Federal e Câmara Federal.

Era essa, Sr. Presidente, a minha intervenção neste momento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senadora Ana Rita.

ORDEM DO DIA

Item 1 da pauta:

Item 14:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 68, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 68, de 2012 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.514, de 2012, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro), que reabre o prazo estabelecido no art. 4º da Resolução nº 59, de 26 de novembro de 2010, do Senado Federal, a fim de que o Estado do Rio Grande do Norte contrate a operação de crédito externo nela prevista.

Não foram oferecidas emendas à matéria.

Em discussão o projeto, em turno único.

Para discutir, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a leitura dessa matéria logo como primeiro item da pauta e quero aqui homenagear a Governadora Rosalba, que se faz presente, está aqui de plantão, para assistir e para apelar pela aprovação desse empréstimo. Na verdade, é a prorrogação de um empréstimo destinado à modernização administrativa, um assunto importante para o meu Estado, para o qual peço apoio da Casa.

É a minha manifestação.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Senador Gim Argello.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Falando em meu nome, em nome do Bloco União e Força do partido PTB, PL, PSC e do PPL concordamos e estamos prontos a votar, por uma questão de justiça com o Rio Grande do Norte. A Governadora se encontra aqui, tem que ser homenageada, já foi nossa companheira Senadora aqui, e, conforme pedido do Líder Agripino, realmente o Rio Grande do Norte precisa muito dessa renovação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Da mesma forma, Presidente, quero cumprimentar a Governadora,

que está presente no plenário representando o seu Estado, trazendo explicações e mostrando com clareza o destino dos recursos – aliás, módicos recursos para a finalidade a que se destinam.

Antecipo o meu voto favorável, porque é absolutamente razoável, explicável e necessário o empréstimo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.717, DE 2012

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 68, de 2012.

Anibal Diniz

1º Vice-Presidente

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 68, de 2012, que reabre o prazo estabelecido no art. 4º da Resolução nº 59, de 26 de novembro de 2010, do Senado Federal, a fim de que o Estado do Rio Grande do Norte contrate a operação de crédito externo nela prevista.

Sala de Reuniões da Comissão, de de 2012.

*Aprovado
à promulgação
em 19/12/2012
Anibal Diniz*

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 2012

Reabre o prazo estabelecido no art. 4º da Resolução no 59, de 26 de novembro de 2010, do Senado Federal, a fim de que o Estado do Rio Grande do Norte contrate a operação de crédito externo nela prevista.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Fica reaberto, pelo prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da publicação

desta Resolução, o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4º da Resolução nº 59, de 26 de novembro de 2010, do Senado Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Discussão da redação final. (Pausa.)

Encerrada a discussão da redação final.

A matéria vai à promulgação.

Encerrada a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Discussão da redação final. (Pausa.)

Encerrada a discussão da redação final.

A matéria vai à promulgação.

Encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 129, DE 2012**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 987, de 2012 – RISF 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2012, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do ECAD, que *dispõe sobre a Gestão Coletiva de Direitos Autorais e estabelece condições para o exercício das prerrogativas do Escritório Central cujo objetivo é a arrecadação e a distribuição dos direitos relativos à execução pública de obras musicais e literomusicais e de fonogramas.*

(Pendente de emissão de pareceres da CCJ e da CAE.)

2

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 63, DE 2011**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer sob nº 1.017, de 2012, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Marta Suplicy, oferecendo a redação para o segundo turno.

3

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2012**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal.*

Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 380, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2012, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira.*

5

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 523, DE 2012**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 523, de 2012 (nº 555/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Adicional que Altera o Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado em Brasília, em 9 de agosto de 2006.*

Parecer favorável, sob nº 1.502, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Cidinho Santos.

6

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 537, DE 2012**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 537, de 2012 (nº 513/2011,

na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Decisão do Conselho do Mercado Comum do Mercosul de nº 15/08, das Disposições Transitórias para Atualizar/Modificar e Implementar a Tabela de Equivalências Anexa ao Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e Médio Não-Técnico, acordada em 30 de junho de 2008, na cidade de San Miguel de Tucumán.*

Parecer favorável, sob nº 1.541, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 540, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 540, de 2012 (nº 539/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique relativo ao Reconhecimento Mútuo de Carteiras de Habilitação, assinado em Brasília, em 17 de junho de 2010.*

Parecer favorável, sob nº 1.606, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Cidinho Santos.

8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 541, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 541, de 2012 (nº 562/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da Bósnia-Herzegovina sobre a Isenção Parcial de Vistos, assinado em Sarajevo, em 19 de junho de 2010.*

Parecer favorável, sob nº 1.659, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cidinho Santos.

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 546, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 546, de 2012 (nº 44/2011,

na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para a Libertação da Palestina, em Nome da Autoridade Nacional Palestina, assinado em Ramallah, em 17 de março de 2010.*

Parecer favorável, sob nº 1.660, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 547, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 547, de 2012 (nº 524/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Europeia de Energia Atômica na Área de Pesquisa sobre Energia de Fusão, assinado em Brasília, em 27 de novembro de 2009.*

Parecer favorável, sob nº 1.661, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Delcídio do Amaral.

11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 548, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 548, de 2012 (nº 552/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, assinado no Rio de Janeiro, em 21 de maio de 2009.*

Parecer favorável, sob nº 1.662, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Inácio Arruda.

12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 549, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 549, de 2012 (nº 607/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil*

e a República Federal da Alemanha, assinado em Berlim, no dia 3 de dezembro de 2009. Parecer favorável, sob nº 1.663, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

13

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 550, DE 2012**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 550, de 2012 (nº 563/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo para a Constituição da Academia Internacional contra a Corrupção como Organização Internacional, celebrado em Viena, em 2 de setembro de 2010, e assinado pelo Brasil em 22 de dezembro de 2010.*

Parecer favorável, sob nº 1.664, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Cidinho Santos.

15

REQUERIMENTO Nº 979, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 979, de 2012, do Senador Paulo Paim, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011, do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2011, a fim de que tenham tramitação autônoma (proteção à mulher nas relações de trabalho).*

16

REQUERIMENTO Nº 1.038, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.038, de 2012, do Senador Álvaro Dias, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 114, de 2005; 40 e 106, de 2007; 143, 182 e 193, de 2008; 12, 55, 57, 75, 85 e 99, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 42, 154, 542, 625 e 735, de 2007; 190 e 340, de 2008; 1, 54, 135, 408 e 429, de 2009; 55, 125, 180, 274 e 276 a 283, de 2010; 6, 65, 271, 439, 452, 460, 463 e 470, de 2011; 50, 90, 97, 209 e 371, de 2012, para que sejam analisados pela Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor, que examina os Projetos de Lei do Senado nºs 281; 282; e 283, de 2012.*

17

REQUERIMENTO Nº 1.083, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.083, de 2012, do Senador Acir Gurgacz, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (institui o Sistema Nacional de redução de CO2).*

18

REQUERIMENTO Nº 1.084, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.084, de 2012, do Senador Rodrigo Rollemberg, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (patrimônio cultural subaquático brasileiro).*

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Voltamos à lista de oradores.

Como primeiro orador, pela liderança do PDT, Senador Cristovam Buarque. *(Pausa.)*

Ausente o Senador Cristovam Buarque.

Pelo DEM, o Líder da Minoria, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada, quero cumprimentar o Senador Pedro Taques pelo belo pronunciamento na tarde de hoje. Tudo o que foi dito desta tribuna retrata a verdade e, sobretudo, algo tem que ser feito para melhorarmos a imagem do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna hoje é para falarmos em relação ao nosso projeto, que foi aprovado no dia de ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos, um projeto de muita relevância, sobretudo exitoso e meritório, pelo fato de atender às mulheres brasileiras que têm sido violentadas nos seus lares.

Antes de curarmos as chagas da Nação, tão aviltada em sua dignidade com sucessivas denúncias de desvios de conduta, violência e corrupção, precisamos olhar para o âmago de nossa sociedade e observar, com acuidade, os lares brasileiros, onde as feridas íntimas são mais profundas e, às vezes, explicam o comportamento agressivo e sem limites de certos adultos.

Se a família é a base de nossa organização social e política, então, devemos compreendê-la como um instrumento de cidadania, ou seja, a gênese da identidade nacional. Precisamos adotar sistemas de governo que protejam essa frágil engrenagem dos fatores corrosivos e destruidores do seu equilíbrio e de sua harmonia.

Sem sombra de dúvida, um dos fatores que mais concorrem para essa degeneração familiar é a violência doméstica. Segundo dados do Mapa da Violência de 2012, uma mulher é assassinada no Brasil a cada 12 horas. Conforme relatório da Organização Mundial de Saúde de 2010, nosso País ocupa a vergonhosa 7ª posição mundial entre as regiões com maior índice de morte violenta de mulheres.

Estudos do Ministério Público de Mato Grosso apontam que, entre janeiro e dezembro deste ano, 17 mulheres foram assassinadas por seus cônjuges ou namorados somente em Cuiabá, numa escalada incompreensível da violência doméstica.

Três casos especialmente chocaram nossa sociedade, a covardia e a loucura desses homens que não se detiveram à tortura e ao assassinato de suas parceiras, eles também mataram os filhos indefesos dessas mulheres.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cara e valorosa Senadora Ana Rita, a maioria dessas mortes estava anunciada. Essas mulheres recorreram ao Estado, procuraram a polícia e a Justiça, clamaram por ajuda, denunciaram seu sofrimento. Muitas foram maltratadas, espancadas, humilhadas diante de parentes e amigos. Mulheres resignadas em sua dor.

A mulher agredida é a chaga social que todos procuram esconder. Elas apanham caladas em seus lares, sentem vergonha de sua condição e, muitas vezes, para manter a integridade da família, aceitam esse calvário. Submetem-se ao sacrifício, pois o Estado e a sociedade não lhes oferecem alternativas. Com medo da fome e da miséria, apanham e ficam em casa. Assistem à agressão contra seus filhos, mas temem um mal maior, que é a indigência. Como enfrentar o mundo sem dinheiro, qualificação profissional e sem emprego? Perguntam-se elas em seu desespero.

Pois bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muita satisfação que comunico que essa resposta foi dada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal ao aprovar, em caráter terminativo, projeto de minha autoria criando o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas. Um mecanismo simples, mas que será capaz de abrir novas perspectivas de

vida para milhares de mulheres que necessitam soltar as amarras de relacionamentos falidos e nos quais se expõem diariamente ao perigo.

Conforme a proposta que segue agora para a Câmara dos Deputados, as mulheres vítimas da violência doméstica poderão contar, por 12 meses, com uma ajuda pecuniária igual ou superior a R\$622,00, valor que será reajustado anualmente. Neste período, receberão também qualificação e treinamento profissional para facilitar sua reinserção no mercado de trabalho.

Além de salvar vidas, o fundo também terá o condão de aperfeiçoar a legislação protetora da família e da mulher brasileiras. Pois, basta elas saberem que contam com o abrigo da Nação para que se tornem mais fortes e capazes, diante dos seus infortúnios.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradecemos de forma especial aos Srs. Clóvis Fecury e Paulo Paim, que atuaram como Relatores no PLS nº 109, de 2012, na Comissão de Direitos Humanos. A participação de V. Ex^a, meu caro, valoroso e competente Paulo Paim, foi muito importante para que pudéssemos chegar à aprovação desta matéria na Comissão de Assuntos Econômicos.

Da mesma forma, quero aqui externar minha gratidão à ilustre e valorosa Senadora amazonense Vanessa Grazziotin, que relatou de forma brilhante esse projeto na Comissão de Assuntos Econômicos. Certamente, minha cara Senadora, a sua relatoria poderá ficar registrada indelevelmente na história desta Casa, diante de milhões de mulheres brasileiras que dependiam fatalmente de um projeto como este, para lhes segurança e dignidade.

Mas, eu concedo um aparte ao Senador Paulo Paim com muito prazer.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Jayme Campos, primeiro quero dizer que foi com muita alegria que assumi a relatoria do seu projeto na Comissão de Direitos Humanos. Ele vai na linha apenas de fazer um afago, pequeno ainda, ao trauma das mulheres que sofreram violência e que, como diz muito bem V. Ex^a, pelo menos por 12 meses, terão algum tipo de ajuda. O projeto é brilhante, magnífico e vai na linha dos direitos humanos. Mas eu quero fazer esse aparte também não só para cumprimentá-lo por esse projeto, mas sim pela forma como V. Ex^a presidiu a Comissão de Assuntos Sociais, visto que o ano está terminando.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Obrigado.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Quando V. Ex^a assumiu a Presidência daquela Comissão, houve

quem me dissesse: “Bom, Paim, agora a Comissão de Assuntos Sociais não vai andar, e os projetos sociais poderão não avançar”, isso não preocupado com V. Ex^a, mas naquela visão de Oposição e Governo. Eu, naturalmente, sou um Parlamentar da base do Governo. V. Ex^a deu uma lição para aqueles que duvidaram. V. Ex^a foi Presidente da Comissão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Obrigado.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Em nenhum momento, a sua postura foi de oposição ou de situação. V. Ex^a ouviu todos. Deu a relatoria a todos os que pediram e colaborou na votação, no encaminhamento e na aprovação. Eu fui Presidente de uma Comissão. Votei muita coisa. Mas sou obrigado a dizer que, no meu entendimento, a sua Comissão votava todos os projetos, terminativos e não terminativos. Se eu tivesse que dar uma placa para um Presidente de uma Comissão, o senhor pode ter certeza de que seria o primeiro a ser lembrado. Olha que eu gosto também de olhar para mim e eu presidi uma Comissão durante 2 anos. Mas V. Ex^a foi brilhante!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Obrigado.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Esperamos ainda no início do ano fazer uma sessão de homenagem ao trabalho de V. Ex^a naquela Comissão. Estatuto da Juventude, Estatuto da Igualdade Racial, Estatuto da Pessoa com Deficiência, política de salário mínimo, questão de aposentado lá não foram para a gaveta. Todos, regulamentação da profissão de comerciário, regulamentação da profissão de motorista, o adicional, Senadora Vanessa, de periculosidade. Lá, votava-se tudo. E V. Ex^a, com uma grandeza de mediador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Obrigado.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Mas dando liberdade para que a Comissão decidisse, como faz um Presidente de uma Comissão. Só posso dizer: meus cumprimentos. V. Ex^a é um exemplo de como se preside uma Comissão. Não ficava segurando os projetos, sem indicar os relatores. É um gesto de que eu não gosto, quando alguns fazem. Não vou aqui citar nomes. Só quero elogiar V. Ex^a. Não houve um projeto engavetado. Todos foram a voto, inclusive o Ato Médico, polêmico, foi votado. Votem. Votem e tomem as suas decisões. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu agradeço a V. Ex^a as suas palavras generosas e bondosas, tendo em vista que eu cumpro com a minha

função, ou seja, com a obrigação que deveriam ter todos os parlamentares e todos os homens públicos deste País.

Quero dizer a V. Ex^a que a sua fala muito me sensibiliza, mas sobretudo, renova as minhas energias para continuar trabalhando, para trazeremos, com certeza, uma nova perspectiva de vida para a sociedade brasileira, principalmente com políticas justas que possam beneficiar o conjunto da sociedade, mas, particularmente, os mais humildes deste País.

Fico muito grato com a sua intervenção.

Concedo o aparte à ilustre companheira, Senadora Ana Rita.

A Sr^a Ana Rita (Bloco/PT – ES) – Senador Jayme Campos, eu quero parabenizá-lo, porque V. Ex^a, reiteradas vezes, tem manifestado aqui uma preocupação muito grande com relação à violência contra as mulheres. E traduziu essa preocupação num importante projeto de lei que foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, que vem atender uma expectativa das mulheres e, em particular, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, da qual sou Relatora. Quero dizer ao senhor que, no meu relatório, vou fazer uma recomendação para que a Câmara dos Deputados vote o mais rápido possível o projeto que V. Ex^a apresentou e que foi aprovado aqui no Senado e, agora, depende da Câmara para que ele possa também prosseguir e que, com certeza, será sancionado pela nossa Presidenta. Então, quero aqui agradecer a contribuição que V. Ex^a nos traz para que a CPMI também possa garantir isso no seu relatório. Obrigada por esta contribuição e quero parabenizá-lo por sua preocupação e por traduzir isso no numa ação prática, concreta e que traz um retorno efetivo para as mulheres que sofrem violência. Muito obrigada e parabéns pelo seu trabalho.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Ex^a pelo seu aparte, minha cara Senadora Ana Rita. Não teríamos por que não nos preocuparmos com esse índice alarmante que vem, assustadoramente, crescendo no País.

Vou dar apenas um dado aqui, Sr. Presidente, porque me resta um tempo e ainda vou conceder, com certeza, um aparte à minha querida amiga e valorosa Senadora Ana Amélia. Mas, no Brasil – são dados da Organização Mundial de Saúde –, nesses últimos anos, nos grandes centros, quase 28% das mulheres são agredidas em seus lares. E, nas pequenas cidades do Brasil, são quase 37%. Hoje, só estamos perdendo para a Etiópia e para o Peru. O Brasil já é

o terceiro maior país em atos de violência. E, nesse caso, nós tínhamos que ter algum instrumento, alguma ferramenta para que deixemos de ter as mulheres como reféns de seus esposos, dependentes de seus maridos. Acho que a única forma que nós temos é dar a elas essa garantia de pelo menos receber esses seiscentos e poucos reais, que é um salário mínimo ainda de miséria em nosso País, mas que já faria talvez a diferença para que elas pudessem sair dessa dependência dos maridos nesses milhões de lares brasileiros e fazer com que elas pudessem também um curso profissionalizante.

Mas concedo um aparte à querida amiga, Senadora Ana Amélia.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Caro Senador Jayme Campos, essa iniciativa de V. Ex^a é por demais meritória e oportuna. Ela completa um elenco de políticas públicas, que começou com a Lei Maria da Penha, extremamente importante, completou seis anos de existência e reflete a preocupação do Parlamento e também da sociedade brasileira com esse aspecto negro da nossa situação em relação à tragédia que é a violência contra a mulher. Da mesma forma, a criação das delegacias especiais para as mulheres. O que V. Ex^a propôs, e teve aprovação meritória, foi exatamente completar esse ciclo de proteção às mulheres vítimas da violência. A maior parte da violência é doméstica, é dentro de casa, e lá nós não podemos ter um fiscal para cuidar do marido agressivo, do amante, do namorado, mas podemos criar no Estado uma proteção para as mulheres vítimas dessa violência. É diário o que vemos em relação a esses problemas envolvendo as mulheres. Eu queria antecipar, porque estamos para votar – deveríamos ter votado hoje – a manifestação da minha honra de ser a Relatora de um projeto, também de sua autoria, que diz respeito à uniformização da legislação para que – é a emoção dos *royalties* que está fazendo isso –, Senador Jayme Campos, uma receita médica emitida na sua Cuiabá possa ser aceita na minha Porto Alegre ou na minha Lagoa Vermelha. Não é possível que uma receita médica não seja aceita em todas as unidades da Federação, porque a receita de um médico que esteja registrado no seu Conselho Regional de Medicina tem que ter validade nas outras unidades da Federação. Então, essa iniciativa de V. Ex^a, de que sou Relatora, trata de um assunto relevante. Lamento não termos hoje decidido esse projeto, que tem um alcance social muito importante para todas as

pessoas em nosso País. Parabéns, mais uma vez! Eu me associo às manifestações do Senador Paulo Paim e da Senadora Ana Rita em relação à competência, à dedicação, ao talento, à seriedade e ao compromisso. V. Ex^a só não deixou zerada a caixa dos projetos porque faltou quórum na reunião de hoje. Parabéns, Senador Jayme Campos!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Obrigado.

Agradeço a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia, que muito contribuiu para o bom desempenho dos trabalhos na Comissão de Assuntos Sociais.

Aproveitando a oportunidade, antes de concluir o meu discurso, quero agradecer à senhora, que participou de forma ativa, efetiva; ao Senador Paulo Paim; à Senadora Ana Rita, que também se encontra aqui no plenário, pelo belo trabalho que fizeram e, sobretudo, pela contribuição que deram, fazendo com que pudéssemos realizar o nosso trabalho. Foram 541 ações que tivemos entre aprovações de projetos, audiências públicas, sabatinas de pessoas que passaram por ali, indicadas para as agências, como a Anvisa, e outras tantas, além de seminários promovidos. Em síntese, o trabalho foi, realmente, bastante gratificante, profícuo, pelo fato de que a nossa Comissão rendeu. Nesse caso, quero aqui, com certeza, atribuir todo esse sucesso a todos nós membros da Comissão de Assuntos Sociais.

Mas agora peço aos eminentes Deputados que sustentem nossa preocupação com as mulheres brasileiras e aprove, de forma célere, esta proposta, pois, investindo na harmonia de nossas famílias, estamos também criando o alicerce de uma nação mais tolerante, mais próspera e mais ética.

Era o que tinha a dizer e muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Encontram-se sobre a mesa alguns requerimentos que devem ser lidos e aprovados agora.

O Senador Cícero Lucena apresentou o **Requerimento nº 1.103, de 2012**, por meio do qual solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa, no período de 13 a 16 de janeiro de 2013, para participar, em Londres, da 1ª Cúpula de Legislação Climática.

É o seguinte o despacho:

DESPACHO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, "AD REFERENDUM" DO PLENÁRIO DO COLEGIADO, EM SUBSTITUIÇÃO AO PARECER PREVISTO NO ART. 40, § 4º, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Referente ao Requerimento nº 1103, de 2012, do Senador CÍCERO LUCENA, que solicita autorização para ausentar-se do País, no período de 13 a 16 de janeiro de 2013, para atender convite da Globe International e da Cúpula Mundial de Legisladores para participar da Primeira Cúpula de Legislação Climática, onde iremos nos reunir no Ministério dos Negócios Estrangeiros e da "Commonwealth" do Reino Unido, em Londres.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional recebeu hoje, dia 13 de dezembro, o Requerimento em epígrafe, de autoria do ilustre Senador Cícero Lucena.

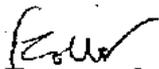
Os Atos nºs 2 e 4, de 2011, desta Comissão, estabelecem rito de apreciação dessa modalidade de requerimento, que, neste caso, não pôde ser observado, tendo em vista a proximidade entre a chegada do Requerimento e o Recesso Parlamentar.

Isso posto, e tendo em vista que o Regimento Interno, em seu art. 41, autoriza ao Presidente da Casa despachar solicitação de licença quando a sua votação não puder ser realizada em duas sessões seguidas ou, ainda, na hipótese de recesso, a Presidência desta Comissão decide adotar, com base no disposto no art. 412, inciso VI, do Regimento Interno, procedimento análogo ao previsto no referido art. 41

Desse modo, não tendo sido possível submeter o Requerimento ao Plenário da Comissão, o que somente poderá ocorrer na próxima reunião, este Presidente avoca para si a responsabilidade de instruir favoravelmente a referida solicitação, "ad referendum" do Colegiado.

Em síntese, portanto, esta Presidência opina pela aprovação do Requerimento nº 1103, de 2012, do Senador Cícero Lucena.

Sala da Comissão, 13 de dezembro de 2012 (horas).


Senador Fernando Collor

Presidente

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A matéria depende de parecer da Comissão de

Neste sentido, encontra-se sobre a mesa e distribuído ao Plenário despacho do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *ad referendum* do seu colegiado, em que opina pela aprovação do

Não havendo objeção do Plenário, as Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação deste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O Senador Paulo Bauer apresentou o **Requerimento nº 1.107**, para participar, na Suíça, de missão oficial a ser organizada pela Embaixada da Suíça e pelo Grupo Parlamentar Suíça-América Latina.

É o seguinte o despacho:

DESPACHO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, AD REFERENDUM DO PLENÁRIO DO COLEGIADO, EM SUBSTITUIÇÃO AO PARECER PREVISTO NO ART. 40, § 4º, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Referente ao **Requerimento nº 1.107**, de 2012, do Senador PAULO BAUER, que *“fundamentado no art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 04 a 09 de março de 2013, para participar conforme convite anexo, de missão oficial, a ser organizada pela embaixada Suíça no Brasil e pelo Grupo Parlamentar Suíça - América Latina, naquele país. Comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do país no período de 28 de fevereiro a 11 de março de 2013”*.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional recebeu no dia 13 de dezembro de 2012 o Requerimento em epígrafe, de autoria do ilustre Senador Paulo Bauer.

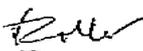
Os Atos nºs 2 e 4, de 2011, desta Comissão, estabelecem rito de apreciação dessa modalidade de requerimento, que, neste caso, não pôde ser observado, tendo em vista a proximidade entre o período da missão e a próxima reunião deliberativa da Comissão.

Isso posto, e tendo em vista que o Regimento Interno, em seu art. 41, autoriza ao Presidente da Casa despachar solicitação de licença quando a sua votação não puder ser realizada em duas sessões seguidas ou, ainda, na hipótese de recesso, a Presidência desta Comissão decide adotar, com base no disposto no art. 412, inciso VI, do Regimento Interno, procedimento análogo ao previsto no referido art. 41

Desse modo, não tendo sido possível submeter o Requerimento ao Plenário da Comissão, o que somente poderá ocorrer na próxima reunião deliberativa, este Presidente avoca para si a responsabilidade de instruir favoravelmente a referida solicitação, *ad referendum* do Colegiado.

Esta Presidência, portanto, opina pela aprovação do Requerimento nº 1.107, de 2012, do Senador Paulo Bauer.

Sala da Comissão, 13 de dezembro de 2012.


Senador **Fernando Collor**

Presidente

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Não havendo objeção do Plenário, as Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O Senador Luiz Henrique apresentou o **Reque-**

ramento nº 1.108, de 2012, por meio do qual solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, autorização para se distanciar dos trabalhos da Casa, para participar, na Suíça, de missão oficial como membro do Grupo Parlamentar Brasil-Suíça.

É o seguinte o despacho:

DESPACHO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, AD REFERENDUM DO PLENÁRIO DO COLEGIADO, EM SUBSTITUIÇÃO AO PARECER PREVISTO NO ART. 40, § 4º, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Referente ao Requerimento nº 1.108, de 2012, do Senador LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA, que “requer nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal, combinado com o artigo 39, inciso I, e o disposto no art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para se ausentar do país, no período de 04 a 09 de março de 2013, para participar, como Membro do Grupo Parlamentar Brasil-Suíça de missão oficial, a ser organizada pela embaixada da Suíça no Brasil e pelo Grupo Parlamentar Suíça - América Latina, naquele país. Comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do país no período de 02 de março a 11 de março de 2013”.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional recebeu no dia 13 de dezembro de 2012 o Requerimento em epígrafe, de autoria do ilustre Senador Luiz Henrique da Silveira.

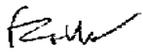
Os Atos nºs 2 e 4, de 2011, desta Comissão, estabelecem rito de apreciação dessa modalidade de requerimento, que, neste caso, não pôde ser observado, tendo em vista a proximidade entre o período da missão e a próxima reunião deliberativa da Comissão.

Isso posto, e tendo em vista que o Regimento Interno, em seu art. 41, autoriza ao Presidente da Casa despachar solicitação de licença quando a sua votação não puder ser realizada em duas sessões seguidas ou, ainda, na hipótese de recesso, a Presidência desta Comissão decide adotar, com base no disposto no art. 412, inciso VI, do Regimento Interno, procedimento análogo ao previsto no referido art. 41.

Desse modo, não tendo sido possível submeter o Requerimento ao Plenário da Comissão, o que somente poderá ocorrer na próxima reunião deliberativa, este Presidente avoca para si a responsabilidade de instruir favoravelmente a referida solicitação, *ad referendum* do Colegiado.

Esta Presidência, portanto, opina pela aprovação do Requerimento nº 1.108, de 2012, do Senador Luiz Henrique da Silveira.

Sala da Comissão, 13 de dezembro de 2012.


Senador Fernando Collor
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O Senador Inácio Arruda apresentou o **Reque-**

ramento nº 1.109, de 2012, por meio do qual solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos legislativos para participar, na Suíça, de missão oficial a ser organizada pela Embaixada da Suíça e pelo Grupo Parlamentar Suíça-América Latina.

É o seguinte o despacho:

DESPACHO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, AD REFERENDUM DO PLENÁRIO DO COLEGIADO, EM SUBSTITUIÇÃO AO PARECER PREVISTO NO ART. 40, § 4º, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Referente ao Requerimento nº 1.109, de 2012, do Senador INÁCIO ARRUDA, que “fundamentado no art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 04 a 09 de março de 2013, para participar conforme convite anexo, de missão oficial, a ser organizada pela embaixada Suíça no Brasil e pelo Grupo Parlamentar Suíça - América Latina, naquele país. Comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do país no período de 28 de fevereiro a 11 de março de 2013”.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional recebeu no dia 13 de dezembro de 2012 o Requerimento em epígrafe, de autoria do ilustre Senador Inácio Arruda.

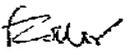
Os Atos nºs 2 e 4, de 2011, desta Comissão, estabelecem rito de apreciação dessa modalidade de requerimento, que, neste caso, não pôde ser observado, tendo em vista a proximidade entre o período da missão e a próxima reunião deliberativa da Comissão.

Isso posto, e tendo em vista que o Regimento Interno, em seu art. 41, autoriza ao Presidente da Casa despachar solicitação de licença quando a sua votação não puder ser realizada em duas sessões seguidas ou, ainda, na hipótese de recesso, a Presidência desta Comissão decide adotar, com base no disposto no art. 412, inciso VI, do Regimento Interno, procedimento análogo ao previsto no referido art. 41.

Desse modo, não tendo sido possível submeter o Requerimento ao Plenário da Comissão, o que somente poderá ocorrer na próxima reunião deliberativa, este Presidente avoca para si a responsabilidade de instruir favoravelmente a referida solicitação, *ad referendum* do Colegiado.

Esta Presidência, portanto, opina pela aprovação do Requerimento nº 1.109, de 2012, do Senador Inácio Arruda.

Sala da Comissão, 13 de dezembro de 2012.


Senador Fernando Collor
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – E agora, como orador inscrito, o Senador Francisco Dornelles. *(Pausa)*

Desculpe, Senador Dornelles, eu cometi um erro aqui.

O próximo orador está presente, é o Senador Paulo Paim.

O Senador Paim está concedendo ao senhor a vez. Por favor.

Logo em seguida, então, o Senador Paulo Paim.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o Senado Federal deve examinar, no ano próximo, um projeto de lei complementar sobre o Fundo de Participação dos Estados.

Para participar desse debate, apresentei projeto de lei complementar que tem por objetivo propor critérios técnicos e fórmula para o cálculo dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados.

A fórmula para o rateio do FPE por mim oferecida visa à consecução de três objetivos distintos: participação dos Estados e do Distrito Federal na arrecadação; distribuição proporcional à população e à superfície; e redistribuição de renda por meio da aplicação do critério do inverso do PIB *per capita*.

Para atingir o objetivo de participação, proponho que do montante do FPE 10% sejam destinados aos Estados e ao Distrito Federal segundo as proporções da arrecadação nacional do IR e do IPI realizada em cada um de seus territórios. Assim, essa parte dos referidos impostos retornará às entidades participantes em que esses tributos forem arrecadados. A cota individual fica limitada a no máximo 15% do que for entregue de acordo com esse critério, sendo o eventual excesso redistribuído segundo o inverso do PIB *per capita*.

A consecução do objetivo da distribuição, a seu turno, fica assegurada pela consideração da superfície e da população, parâmetros, aliás, considerados na fórmula original do Código Tributário Nacional na proporção de 5% e 15% do total do FPE, respectivamente. No caso da população, é proposto um piso de 4,5% e um teto de 8%, sendo que o eventual excesso, mais uma vez, será redistribuído pelo critério do inverso do PIB *per capita*.

Para atender ao principal objetivo do FPE, a redistribuição dos recursos, esse projeto prevê que pelo menos 70% dos recursos sejam entregues de forma inversamente proporcional ao PIB por habitante. Na prática, tal peso será maior, porque certamente haverá excesso de arrecadação na apuração dos critérios de rateio segundo a arrecadação e a população, uma vez que o projeto impõe tetos de participação individual.

Note-se, Sr. Presidente, que, segundo o critério dominante no projeto de lei por mim apresentado, quanto menos desenvolvida for a entidade participante mais receberá de FPE em termos relativos. É nesse sentido que se propõe também limitar as participações das unidades da Federação com Produto Interno Bruto por habitante superior ao nacional, aplicando-lhes redutores tanto maiores quanto for sua distância em relação à média do País, ou seja, quanto mais rico for o Estado ou o Distrito Federal menor será sua participação relativa no FPE. Trata-se de redistribuir recursos das entidades participantes que mais arrecadam, mais populosas e com maior PIB por habitante para aquelas mais pobres e menos populosas. A sistemática proposta, Sr. Presidente, contribuirá para desconcentrar regionalmente a receita pública.

Espero, pois, que esse projeto seja levado em consideração no momento em que, no ano próximo, seja discutido o Fundo de Participação dos Estados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Agora, cumprindo a intercalação, pela Liderança do PCdoB, o Senador Inácio Arruda. Logo em seguida, o Senador Paulo Paim.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero cumprimentar todos os nossos colegas. Atuamos em conjunto durante todo este ano de 2012, participamos de batalhas eleitorais. Quero cumprimentar também os nossos servidores da Casa, desde o mais graduado servidor, no mais destacado posto da Casa, no caso a Secretaria-Geral da Mesa, até o nosso zelador, aquele que cuida do nosso gabinete, das instalações das comissões, assim como os nossos auditores que nos acompanharam nos vários votos e pareceres destacados aqui, no Congresso Nacional, especialmente no Senado.

Cumprimento a todos, porque vamos chegando ao final deste ano de 2012.

Quero também cumprimentar o nosso ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que tem sido alvo constante de ataques, de insultos, numa verdadeira quase que perseguição a um ex-Presidente da República que teve a qualidade especialíssima de

colocar o nosso País de pé, elevar a autoestima do povo, voltar a fazer o País se desenvolver.

Quero registrar o nosso agradecimento lá do Ceará, especialmente no domingo, quando inauguramos o novo estádio do Castelão com a presença da Presidente Dilma. Posso dizer aqui: este ato só foi possível pela determinação do Presidente Lula e pela corajosa decisão de garantir os meios, os recursos do orçamento para os programas de mobilidade urbana, em que a nossa cidade se destaca pelo volume de recursos destinados para alargamento de vias, para o nosso VLT, e os investimentos de mobilidade urbana no novo metrô para a cidade de Fortaleza, de 12 quilômetros, todo subterrâneo, financiado pelo Orçamento Geral da União e pelo BNDES, o investimento no novo estádio do Castelão com recursos do BNDES, o que não seria possível pelos cofres exclusivos do nosso Estado. Foi a garantia dada pelo Presidente Lula.

É esse Presidente que buscam achacar, para quem buscam criar dificuldades na sua trajetória de homem público que se voltou para defender o interesse maior do nosso País. Por isso eu quero registrar os meus... Em todas as áreas: mobilidade, educação superior, educação técnica, educação infantil, ensino fundamental. É só olhar. Quem quiser enxergar, examinar com mais cuidado, com mais zelo pode ver como o nosso País avançou nesse sentido.

E faço isso do ponto de vista político, faço como uma opinião minha e também do meu Partido, também do PCdoB, que tem acompanhado essa trajetória dos últimos anos da nossa Nação, desde a nossa legalização como Partido, em 1985, até hoje, o esforço que foi desenvolvido pelo ex-Presidente e a sequência dada pela Presidente Dilma Rousseff.

Nós vivenciamos momentos em que o País não investigava nada. Eu não via nem promotor nem procurador da República investigando nada. Não existia. Houve um tempo...

(Fora do microfone.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Agora é Senador da República.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Em que ano isso?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – V. Ex^a tem o aparte.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Em que ano o senhor disse que não existia promotor?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O serviço de promotoria pública no Brasil é antigo.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – É 1834.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vem de longe.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Vem de longe.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Então, nesse período todo houve. O problema...

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Eu quero expressar a V. Ex^a o meu respeito pelo discurso. Concordo inteiramente com os avanços sociais que foram colocados pelo Presidente Lula, mas tivemos, antes disso, outros Presidentes da República.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É verdade.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Houve a estabilização da moeda. Depois, houve avanços, como o aumento da classe média com a retirada de pessoas abaixo da linha de pobreza. Agora, uma pergunta: será que o cidadão que faz muito adquire crédito, e esses créditos fazem com que ele não possa ser investigado?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu não considero, não.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Desculpa. Deixe-me só terminar meu aparte, se V. Ex^a me permitir, e já encerro. Eu concordo com tudo isso que V. Ex^a disse a respeito do Presidente Lula. Agora, falar em perseguição? Com todo o respeito! Foi a Polícia Federal que investigou o caso. A Polícia Federal está sob a subordinação do Ministro da Justiça, que é do PT. Esse é um ponto. Foi no escritório da Presidência da República lá em São Paulo, por obra do Divino Espírito Santo, que encontraram aquela senhora chamada Rose. Aí a culpa é de uma conspiração? O Marcos Valério faz denúncia ao Ministério Público. A culpa é de uma conspiração que existe contra? Nós todos devemos expressar o respeito ao Presidente Lula, e isso eu faço. Expresso respeito pelo seu trabalho e pela sua história de vida. Agora, nós temos que entender que ninguém se encontra acima da lei.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não se encontra mesmo, não.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Nem membros do Ministério Público.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Nem o Procurador-Geral da República.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Principalmente.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Se dissermos “principalmente”, estaremos fazendo uma exclusão. Eu retiro “principalmente”, porque todos estão diante da Constituição.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Entre cidadãos que são iguais não existem melhores.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não existem. E é exatamente por isso que eu estou aqui falando. Este tipo de tratamento não existe no Ministério Público e, especialmente, nos órgãos de comunicação do nosso País: como tratar as questões, como levantar e como incitar. Inclusive, incita o STF.

V. Ex^a ouviu bem o Ministro Teori Zavascki? Eu só fiz uma pergunta para ele: onde é que a Corte Máxima do País, a Corte de apelação que no nosso País tem o nome de Supremo, imitando uma espécie de corte de outras nações, que não tem nada de supremo, é uma Corte de apelação Constitucional, onde é que essa Corte tinha condições de espetacularizar as suas decisões, através de um movimento midiático? Ele me disse: Em nenhum canto do mundo. É *sui generis*. Só tem no Brasil. É uma particularidade.

Então, o problema é esse, é que há um preconceito. O problema é que antes não tinha um operário no Governo. E teve! Quando se pensou em ter um operário no Governo e de um partido de esquerda, goste ou não goste, a ideia é que seria um desastre total. O trabalho é esse, a ideia foi essa e a tentativa foi essa. Não é o problema de denúncia, não é o problema de investigação, pois todos são iguais, mas é o tratamento que se dá no nosso País, que trabalhou muito com a senzala, anos e anos, e carrega um preconceito sem tamanho, porque um operário dar certo na Presidência da República é inaceitável. Aí é olhar e dizer: pelo amor de Deus, como é que esse cara vai dar certo? Não pode. E pior: o cara ainda é de esquerda, ainda é de um partido de esquerda. Então acho que tem um viés também de carga pesada.

Basta olhar como se controlam os veículos de comunicação de massa no País, inclusive, com a interferência direta no Congresso Nacional. Olha quem são os donos dos veículos de comunicação, olha qual é o pensamento deles, olha como eles agiram durante anos e anos. E não estou falando da rádio de Salitre, no Estado do Ceará, não. Eu estou falando da mídia que controla 70% das informações do Brasil, que veicula 70% das informações no Brasil.

Por isso que eu destaco o Presidente Lula, que foi um operário, que foi um dirigente político capaz de construir uma central sindical, capaz de construir um partido, de se eleger Presidente e tocar a Presidência no rumo do desenvolvimento do nosso País.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Permita-me um aparte?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Você pode não gostar do Lula, pode não gostar do Partido dos Trabalhadores, ao qual eu não pertencço,

e acho até que poucos do Partido dos Trabalhadores têm coragem suficiente para defender o seu próprio Presidente da República. Mas nós temos consciência do que é que se trata. Nós sabemos o rumo das coisas. Nós não somos um bando de tolos aqui, no nosso País, fazendo onda para flunar no discurso fácil da oposição, mesmo porque nós somos a oposição, nós tratamos desse tema no nosso País.

Meu caro Senador Aloysio Nunes Ferreira, presidente do grupo parlamentar Brasil/Geórgia. (*Risos.*)

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Meu caro Senador Inácio Arruda, eu também, como o Senador Pedro Taques, tenho respeito pela figura do presidente Lula pela sua história, por muitas coisas boas que ele fez pelo nosso País. Mas também estou com o Senador Pedro Taques por considerar que isso não dá a ele imunidade, não dá a ele uma condição de um ser acima da lei. Agora, vítima de preconceito? Acho difícil. O presidente Lula é o queridinho do capital financeiro do Brasil, é o queridinho do grande empresário brasileiro. Nunca o capital financeiro lucrou tanto em sua vida quanto no governo Lula. Nunca. A direita tem preconceito contra ele? Veja à sua volta os seus correligionários de Base de apoio do Governo. Partidos de esquerda? O PTB é um partido de esquerda? O PP e o PR são partidos de esquerda? Eu não vejo, realmente, preconceito no caso do presidente Lula. O que eu acho é que é um preconceito até a favor, que V. Ex^a acaba de exprimir no plenário: porque era um operário, porque veio de baixo. Ora, eu conheço muitos operários, e V. Ex^a também conhece, na história do movimento operário, de líderes operários que, uma vez chegando ao poder, fizeram a política do capital. Foi o caso do presidente Lula, sem dúvida nenhuma. Agora houve, sim, avanços sociais que vêm acontecendo, aliás, desde um grande marco histórico do nosso País, que foi a Assembleia Nacional Constituinte, que abriu um horizonte de direitos sociais e de direitos democráticos dos quais o nosso povo nunca antes na história do nosso País havia usufruído. O presidente Lula tem o seu papel, um papel positivo, nessa construção. Mas isso não faz dele, meu caro Senador Inácio Arruda, um ser acima de qualquer tipo e do alcance de investigações, quando...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pelo contrário.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ...quando essas mesmas investigações acontecem.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – O problema é que ele acabou reagindo de uma ma-

neira absolutamente inadequada, quando aconteceram denúncias em relação ao seu governo. Em relação ao caso Rose, ele está bem quietinho, mas em relação a casos acontecidos no passado, “ah, fabricaram dossiê fajuto contra um candidato à Presidência da República”, “ah, são os aloprados”, “mensalão é conspiração da mídia.” É isso.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O tal dossiê até agora nem se viu ainda.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Não, se viu dinheiro. A polícia apreendeu dinheiro que serviu para fabricar um dossiê.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Mas o dossiê fabricado não se viu.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Sim, mas houve uma conspiração criminosa, dirigida por um tal de Freud, que é comensal do Presidente Lula, que pegaram com a boca na botija armando a fabricação do dossiê fajuto.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Nem o Ministério Público investigou o tal dossiê.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – E o Presidente Lula diz assim: “são uns aloprados, coitadinhos”, e continua convivendo com essa gente, esse é o problema. É uma certa permissibilidade que acaba por deslustrar o prestígio do Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço o ilustrado pronunciamento de V. Ex^a e espero o dossiê chegar. Pode ser que alguém do Ministério Público consiga entregar aqui, no Congresso Nacional. Até hoje não entregaram. Não tem. Podiam informar, vazaram.

Há um caso que está em segredo de justiça em que o Procurador-Geral fez revelações na **Folha de S. Paulo**. Sinceramente, acho que esse é o problema da inversão das coisas. Acho que temos que ter esse zelo, esse cuidado. O Procurador não pode fazer isso, ou não deveria fazer.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Permito.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – A Lei nº 1.079, que trata de crime de responsabilidade, traz instrumentos próprios para isso. Qualquer cidadão pode representar o Procurador-Geral da República pela prática de crime de responsabilidade.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sim, mas aqui não se tratava disso. Nesse caso, trata de um processo.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Se ele vazou, ele cometeu uma figura típica do Código Penal, que é típica também ao crime de responsabilidade.

Defendo que o Procurador-Geral da República seja investigado também. Eu, todos nós, porque na República todos se subordinam à Constituição.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É a nossa expectativa e espero que isso aconteça.

Estou levantando a ideia de que devemos exercer, primeiro, um grande processo de democratização dos meios de comunicação de massa no nosso País. Esse negócio de controle absoluto por uma, duas famílias, três, quatro, isso não pode dar certo. É um país continental, um país imenso. Isso não está certo. Acho que podemos ampliar mais, abrir mais o espaço das relações de comunicação do povo brasileiro com o conjunto das opiniões, as mais diversas opiniões do nosso País.

Mas eu queria avançar para a Presidente Dilma, porque eu vejo também aqui outra situação. É que a Presidente Dilma – acho que corajosamente – está enfrentando dois problemas cruciais em relação à questão do desenvolvimento. Um, o problema dos juros. Esse é um negócio terrível no Brasil. Enfrentar esse problema, amigo... Os adversários são poucos, mas são poderosos e eles bancam páginas e páginas de revistas, de jornais, de televisão. É jogo duro enfrentar a grande especulação no nosso País. Botar o dedo nessa ferida, que sangra o povo brasileiro há décadas e décadas, não é para qualquer um. E precisa, de fato, de uma base de apoio ampla, capaz de sustentar uma postura como essa. Esse é um problema crucial.

Nessa linha do desenvolvimento, entra o problema dos juros, e entra uma pressão gigantesca, porque não vem apenas dos que estão aqui. Não é apenas o fundo de pensão de uma empresa estatal ou mesmo de uma empresa privada brasileira. São os grandes fundos de investimentos externos. Quem olha diz: não dá certo isso aí não. Vocês não são mais os queridinhos não. A gente estava mandando dinheiro para vocês, mas vocês não querem não.

Então, as relações do Brasil, o entrelaçamento da economia brasileira com esses setores tem criado imensas dificuldades para enfrentar essa questão crucial dos juros, que ainda são um dos maiores do mundo. E a pressão para não reduzir mais é gigantesca, dentro do nosso território brasileiro. Por todos os meios.

Acho que aqui é a questão central. Não é o problema se investiga ou não se investiga. Porque, amigo, eu quero dizer, teve tempo em que a gente tratava o Procurador-Geral da República com nome de engavetador. Era uma vergonha! Não se investigava nada. Nada, nada, nada, nada! Era assim que se tratava a República aqui. O Lula é o primeiro da lista dos procuradores. “Qual que vocês escolheram? É esse que

vai ser. Não importa.” É assim que ele tratou, meu caro Senador Cristovam.

Eu acho que o problema é do desenvolvimento do Brasil. Aqui é que está a pedra de toque do nosso problema. É enfrentar esses aí. E esses têm força. Esses são capazes de chegar a um jornal e dizer: “Esse Senador não presta, é bandido.” E no outro dia você vira bandido. Esses são capazes disso, se você tocar nessas feridas cruciais do desenvolvimento brasileiro, meu caro Senador Cristovam, que, nesse caso, é professor nesse tema.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado, Senador. Senador, eu não vou entrar na parte de fulanização do debate em relação ao Presidente Lula, até porque estou de acordo que fez um bom governo, que tem um crédito com a sociedade brasileira, com a história do Brasil, embora isso, como o senhor mesmo disse, não justificaria acobertar qualquer coisa. Não vou entrar na figura do Lula. Eu vou querer discutir uma coisa que, para mim, está passando despercebida, que é o estilo de governo que nós temos tido nesses últimos anos. Não são apenas as pessoas que cometem erros. É um estilo de governo, que fez uma aliança tão ampla com a direita, que, para atender a ganância dessa direita, tem que nomear pessoas para cargos importantes, como a Agência Nacional de Águas, como a Agência Nacional de Aviação Civil, que não estão preparadas, mas que representavam parte do pagamento de um débito eleitoral. Ou um estilo de governo que levou a fazer com que acontecesse tudo isso do mensalão. Estilo de governo, inclusive, diga-se de passagem, em que ninguém denuncia nenhum dos condenados de terem enriquecido para si. São acusados de terem usado dinheiro, inclusive público, para um projeto de poder, o projeto de ter o controle do Congresso. Eu creio que está na hora de, mesmo quem defende o Presidente Lula, começar a fazer uma autocrítica e perguntar por que está passando isso. E, aí, não pode ficar na parte simplista de que é manipulação da imprensa, de que é manipulação da Polícia Federal. Há algo mais profundo. Há algo mais profundo que termina fazendo com que nós, até – porque o meu Partido faz parte da Base de apoio do Governo –, terminemos dando lenha à fogueira que eles querem queimar. Se não fizermos essa autocrítica de que erramos no estilo, se não entendermos que nós cometemos erros...

(Interrupção de som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – ...se não fizermos a autocrítica, se não procurarmos saber onde nós erramos, para que eles tenham todos esses argumentos que tomam conta das manchetes dos jornais, nós vamos continuar errando no estilo de governo, e, aí, hoje é o Presidente Lula, amanhã será

qualquer um aqui, será a própria Presidenta Dilma, qualquer um, porque deu margem às críticas que recebem, mesmo que façam um carnaval maior do que fariam, se o culpado fosse do lado deles, mas nós demos arma. Então eu queria, eu acho que está na hora, Senador Wellington, Senador Suplicy, de fazermos uma autocrítica sobre o estilo de governo nesses últimos 10 anos. Ele criou uma base de apoio tão ampla, que exige fazer tantas transações e transigir tanto que termina levando a esse tipo de risco, que termina ameaçando até a honra de um bom Presidente como foi o Lula.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro. Eu imagino assim, Senador Cristovam, considerando sempre essa figura que V. Ex^a representa aqui, na defesa do direito, dos direitos humanos, da coisa correta, justa e da economia brasileira se desenvolvendo, que é o sonho de V. Ex^a, inclusive quando coloca educação como uma questão chave, estratégica para o desenvolvimento.

Mas veja, o Governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, eu não vou dizer como é que foi tratado porque a frase pode não pegar bem, amanhã eles fazem uma manchete ruim com a frase, mas um cidadão honesto e honrado desfilou para Allende, na data nacional do Chile, com uma placa, que fazia referência ao Allende....

(interrupção do som)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – e que dizia um desaforo pesado *(fora do microfone)*.

Este é o meu Governo. Eu sei de que lado eu estou. Eu sei o que está em curso. Eu sei o que é o debate político no Brasil. Eu conheço a trajetória histórica do Brasil. Eu sei o que é essa batalha. Para a gente não se confundir, porque senão aí termina se confundindo: não, eu estou aqui. Aqui nós temos um eixo.

De vez em quando paira aqui na Mesa do Senado e na Mesa da Câmara ideia sobre como centralizar um pouco a política, buscando o caminho das reformas políticas.

Nós propusemos a ideia de que deveríamos fazer uma reforma com financiamento público de campanha. Há uma resistência atroz. Propusemos lista partidária. Também tem uma resistência atroz. Mas querem o fim das coligações, o que atinge partidos principalmente como o nosso. Fim de coligação é isso.

Querem a coligação na majoritária, mas querem o fim das coligações proporcionais, arguindo esse sentimento de que a promiscuidade está nas coligações profissionais. Uma desfaçatez, uma mentira descarada, mas é isso que é propagado, inclusive por gente boa e por gente que diz que é muito honrada, que é muito honesta, mas vai por esse caminho. Esse caminho

não é o caminho melhor para nós. Para gente que tem ideia do País, ideia da Nação, ideia do projeto nacional. Eu digo aqui, é o estilo, mas vejamos: há uma batalha em relação à questão dos juros. Então, amigo, nessa batalha temos que estar firmes. Firmes, aqui.

A Presidenta topou enfrentar uma batalha crucial, uma outra batalha em relação ao desenvolvimento: preço de energia. Olha aí, mas aqui também há interesses pesados, interesses do grande capital. Não são os queridinhos do capital? Então, por que o capital está gritando? Está nervoso por que, o capital? Não deveria ficar.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Capital, a Fiespe está a favor. O Paulo Skaf se esgoela na televisão o tempo todo a favor. O que é isso? O capital está contra?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Deve haver algum problema.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Então, tem. Tem mesmo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Deve ter algum problema com os capitalistas de São Paulo.

Mas é estranho que esse capital, que não é o capital do Skaf, de quem V. Ex^a está falando. Eu estou falando que o capital produtivo brasileiro quer essa mudança, mas o capital especulativo que ganha fácil, que nunca investiu em transmissão, que nunca investiu em geração de energia, que foi amortizado agora, essa turma que se associou, e que nunca ninguém investigou, nunca tiveram coragem de investigar, Procurador nenhum investigou; foram chamados, mas engavetaram...

(Fora do microfone.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – ...É o problema do lado, é como se você se posiciona na batalha política, porque senão cria uma confusão. Não é o problema da promiscuidade partidária, da escolha de a, b, c ou d, porque eu refuto a ideia de que o meu Partido, ao participar do Governo, tenha caído em promiscuidade. E eles atacaram o meu Partido duramente. E atacaram os outros partidos também da nossa Base. Na base do campo popular, porque o que interessa aqui é desmoralizar o campo popular.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex^a me permite?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E esse está no centro do embate. Nós estamos no centro do embate e está ligado à questão do enfrentamento do projeto de desenvolvimento.

Nós vamos ter coragem de ter um projeto mais nosso, em que o País esteja mais de pé ou vamos estar

sempre ligados a esses interesses escusos que, muitas vezes, não aparecem. Eles não são muito visíveis.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Meu caro colega da amizade com a Geórgia. A vida de V. Ex^a é uma contraprova daquilo que V. Ex^a está afirmando, porque ninguém mais do que V. Ex^a aqui verbera o capital, o capital financeiro, a conspiração dos interesses internacionais, essa coisa toda. E, no entanto, ninguém diz que V. Ex^a – nenhum jornal, nada – é malandro, é ladrão, que V. Ex^a descumpra os seus deveres parlamentares. Sempre foi tido e havido como o homem honrado que V. Ex^a é. Então, a vida de V. Ex^a é a contraprova da afirmação que é o centro do seu discurso, de que basta alguém se opor a um projeto de algo chamado grande capital, que conspira contra os interesses nacionais, para ser imediatamente crucificado pela grande mídia. V. Ex^a, não. V. Ex^a permanentemente batalha contra esse comitê central do capitalismo mundial e do capitalismo brasileiro e é sempre tido e havido como um homem de bem, como V. Ex^a efetivamente é. Um Parlamentar correto, valeroso, patriota, que todos admiram.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Nós temos uma sorte enorme no Senado da República, porque contamos com V. Ex^a, que vem de longe. V. Ex^a vem de longe, sabe do que nós estamos falando. V. Ex^a pode não concordar com o que nós estamos falando, mas sabe do que nós estamos falando. V. Ex^a conhece muito a história, viveu muito a história. Aliás, viveu a nossa e de outras nações, situação de dificuldade política, especialmente. V. Ex^a sabe muito bem das batalhas que nós travamos no Brasil, desde o Império. Depois, na República. Depois nos governos mesmo autoritários, como foi o governo do Getúlio, um governo que teve muito arbítrio, mas que teve um enfrentamento com a ideia do projeto nacional.

Você imagine o governo do Goulart, ou do próprio Getúlio, de 50. E você viu como o Lacerda, que tinha sido aliado no passado, foi perseguido pelo governo do Getúlio e transformou-se em inimigo mortal do Getúlio. Lacerda chegou a expressar aqui, publicamente, que ele não poderia nem ser candidato, que não poderia assumir, porque se assumisse, teriam que derrubá-lo; não poderia governar. E não era o Getúlio nenhum socialista, nenhum progressista, não era nada disso. Era progressista, avançado, principalmente nessa etapa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Perdão. Senador Inácio Arruda, V. Ex^a está trazendo um tema e despertando um interesse formidável, mas eu estou preocupado com aqueles que estão inscritos também.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O senhor está me pedindo que eu conclua.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu proroguei inúmeras vezes, dado o interesse tão grande que V. Ex^a despertou em todos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu vou concluir, Sr. Presidente, porque eu estou direcionado agora para o governo da Presidenta Dilma. Esse é um problema crucial.

É mais ou menos assim: governamos com Lula, chegamos no governo da Presidenta Dilma. Também é uma mulher de tradição, e quando falei no Aloysio Nunes Ferreira, também ele é dessa tradição de luta, de luta dura, para defender a liberdade e a democracia.

Então é essa a mulher que vem para a Presidência da República. E essa mulher tem um sentimento, um sentimento de que temos que tocar nessa questão do desenvolvimento com mais independência. Não é o desenvolvimento sem capital, não – é bom que todo mundo entende do assunto –, é com capital, e com os capitalistas também. É com eles mesmos. Agora, com eles mesmos, desafiando eles mesmos para ter coragem de terem um projeto mais ousado de Brasil. É para isso que a Presidente está chamando, chamando para que gastemos...

(Soa a campanha.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –... menos com juros, para que enfrentemos o preço da energia, para que toquemos nessas questões centrais, porque elas que podem nos levar a ter um desenvolvimento mais largo da nossa história com a distribuição da riqueza, mantendo esse campo democrático, popular, porque é esse campo que tem compromisso com a distribuição de riqueza, de forma mais ampla, de forma mais permanente.

Acho que a minha fala tem esse sentido, meu caro Senador Cristovam. Eu que sou discípulo de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu pediria a gentileza para concluísse, Senador Inácio.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vou concluir. Vou obedecer.

V. Ex^a como, também, da escola de Economia, da Universidade de São Paulo, vai nos ajudar, com certeza, a poder chegar, nesse final de ano, e dizer para a Presidenta da República que temos, sim, interesse em manter esse processo de desenvolvimento do Brasil, de respaldar a nossa Presidenta nesse rumo do desenvolvimento.

Se quiser destacar a questão dos juros com mais audácia, conte conosco e se, depois, puder distribuir...

(Fora do microfone.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –...um pouquinho desses *royalties* do Rio de Janeiro,

do Espírito Santo, para a gente lá do Ceará, também agradeço.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Inácio Arruda, o Sr. Aníbal Diniz, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda, pelo excelente debate que, aqui, proporcionou a todos nós.

Agora, tem a palavra o Senador Paulo Paim, do PT, do Rio Grande do Sul. Nosso campeão de audiências públicas na Comissão de Direitos Humanos, que bate todos os demais.

Parabéns pelo seu trabalho, Senador Paulo Paim. Terá um Natal merecido com a família e com todos os amigos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Suplicy, é uma alegria enorme falar da tribuna, V. Ex^a presidindo a sessão. V. Ex^a já é um ícone, respeitadíssimo, em todo o território nacional.

Parabéns, principalmente, pelo projeto de Renda Mínima. Sem sombra de dúvida, é um projeto que o mundo copia, e V. Ex^a foi o grande criador dessa proposta.

Tenho o orgulho de dizer que caminho ao seu lado com essas propostas que, com certeza absoluta, combatem a miséria, a pobreza e vão na linha dos direitos humanos.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, eu quero fazer três registros neste momento, na tribuna. O primeiro, na verdade, é uma saudação carinhosa à Comissão de Educação desta Casa.

Como integrante dessa Comissão, quero aqui fazer um breve relato das atividades, audiências, reuniões, deliberações, tantos projetos aprovados. Enfim, tenho o orgulho de dizer que participei também da Comissão de Educação.

A Comissão de Educação, Senador Cristovam – e V. Ex^a aqui é uma referência não só da Comissão, mas uma referência nacional, sem sombra de dúvida, com repercussão no exterior da sua visão de educação –, realizou neste ano 32 audiências. Os trabalhos iniciaram-se no dia 29 de fevereiro, com a presença do Ministro da Educação Aloizio Mercadante, que lá expôs os planos e as diretrizes do Ministério para 2012.

A Comissão tratou do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de denúncias sobre o Ecad, do Ato Médico, das cotas de patrocínio nos clubes de futebol

em relação ao campeonato brasileiro. Participou do debate das cotas nas universidades.

Destaco aqui, em relação aos projetos aprovados pela Comissão, o PLC 065, de 2011, que foi relatado pelo brilhante jovem Senador Randolfe Rodrigues, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar processo nacional de avaliação do ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com o sistema de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade de ensino no nosso País.

Destaco também – foram tantos, somente alguns – o PLC 068, de 2011, de autoria do gaúcho Deputado Federal Enio Bacci, do PDT, que foi relatado pelo Senador Luiz Henrique, que estabelece incentivos às empresas para financiamento da formação profissional de seus empregados.

Eu que tive a alegria de passar pelo Senai. Recebia um salário mínimo durante todo o período em que lá estudei, em parceria com a empresa, lembro-me até hoje: Vinícola Rio-Grandense, em Caixas do Sul.

Sr. Presidente, é um relato breve. Mas finalizo fazendo um agradecimento à Secretaria da Comissão, secretariada pelo Júlio Linhares; Secretária-Adjunta Adriana Nunes Gomes e pela equipe: Nivaldo, Renata, Marconi, Caroline, Fernanda, Renan e Raiane.

Parabéns a todos na figura desses amigos, eu diria, funcionários daquela Comissão. Cumprimento todos os funcionários, de todas as Comissões e naturalmente da Comissão de Direitos Humanos, à qual, num outro momento, farei aqui os meus agradecimentos.

Sr. Presidente, neste período – e por isso quis falar depois da Ordem do Dia –, quero fazer ainda dois pronunciamentos.

O primeiro deles, Sr. Presidente, na Comissão de Direitos Humanos, procurei, durante esses dois anos, ouvir a todos, e houve um setor, Sr. Presidente, que me procurou nos últimos dias, questionando-me se ainda havia tempo para ouvi-los. Estou me referindo aqui aos aposentados e pensionistas das Forças Armadas. Claro que disse a eles que iria ouvi-los, como ouvi os empresários, como ouvi os servidores civis. Claro que ouviria, com muita alegria, os servidores militares. Procuraram-me as mulheres dos militares, procuraram-me os militares da ativa, admirados com o trabalho da Comissão de Direitos Humanos, e queriam ter espaço para falar de suas angústias, dos seus pleitos, aquilo que imagino que seja melhor para a democracia e para o País.

Acertei com eles.

Aprovei um requerimento, já esta semana, para que, na primeira semana de fevereiro, possa ouvi-los

sobre a sua vida na caserna, o deslocamento pelo País, a defesa das fronteiras.

Enfim, o Congresso é isso. Pode ter certeza absoluta de que, de minha parte, que combato tantos preconceitos, eu jamais terei de discriminar um servidor se ele é civil ou militar. Por isso, recebi a carta deles, ainda neste mandato, e faço questão de ler a carta que recebi.

A carta, Sr. Presidente, relata um pouco da situação das Forças Armadas, principalmente dos aposentados e pensionistas do nosso País e que vou ouvi-los na Comissão de Direitos Humanos.

Dizem eles:

Em passado recente, [Sr. Senador], os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica fizeram chegar ao conhecimento do Ministro da Defesa um relato sobre a degradante situação salarial dos militares federais. Desse relato [diz a carta], constava uma proposta destinada a, pelo menos, atenuar a atual situação, igualando a remuneração média dos militares federais àquela da Administração Direta, categoria de servidores civis federais, que percebem a menor remuneração em todo o Serviço Público Federal.

Esse relato tinha por objetivo formalizar as apreensões dos Chefes Militares em relação ao agravamento continuado de um problema, permanentemente acompanhado e da mais alta prioridade, que tem afetado profundamente a família militar.

Ora, a prioridade do tema é inquestionável, pois se refere ao homem, aos recursos humanos, fator mais importante em qualquer organização, principalmente na militar, que exige a superação de todo o tipo de limite, inclusive aquele, em situação extrema, de tendência de preservação da própria vida.

Diz a carta:

Por isso [Sr. Senador] que a questão remuneratória é a mais premente [como a infraestrutura], em urgência e em atenção, do que as relativas ao equipamento, aos sistemas de armas e à modelação de estruturas organizacionais, cogitações sempre periféricas em relação ao homem [mas também importante].

Não se pode conceber [Sr. Senador], no mundo atual, de constantes transformações, tecnológicas e sociais, um militar despreparado e, antes de tudo, muito mal remunerado, depreciado socialmente, tendo em vista a retribuição monetária pelo trabalho que realiza, um dos

indicadores principais de aceitação social no mundo em que vivemos.

Diz mais:

[Sr. Senador], naturalmente que o assunto remuneração, embora prioritário, não é o único [que nós queremos que esta Casa preste atenção].

Há que se considerar, também, a educação, a proteção social e, em outra esfera de cogitação, a questão dos valores, amplamente invocada e proclamada, mas, infelizmente, na maioria das vezes, analisada de forma superficial, a partir de conceitos inconsistentes.

Nesses dias em que vivemos de globalização, de encurtamento das “distâncias”, da prevalência do mercado, de interação, de grande amplitude comunicacional, de transparência, não se pode [segundo a carta] atribuir ao valor uma função inibidora do interesse, socialmente legítimo, de obter-se uma remuneração adequada ao trabalho produzido.

Como compreender que a atividade que as Forças Armadas, percebida, pela sociedade em geral, como da maior relevância, tenha um reconhecimento remuneratório muito abaixo de todos outros tipos de atividades existentes na Administração Pública? – [diz a carta.]

Essa, sem dúvida [Sr. Senador], não é uma questão de valores. Não se pode invocar o patriotismo, a responsabilidade, a disciplina, a dedicação como fatores compensatórios à retribuição salarial.

Essa invocação é um instrumento constrangedor, pois exige que a pessoa se submeta a uma situação aviltante em nome de crenças que lhe dão identidade e dignidade.

Ao contrário [Sr. Senador], a situação salarial iníqua, que se agrava, a cada dia, tem que ser urgentemente corrigida, para que as condições emocionais e afetivas dos militares permitam o reforço dos valores, em nível individual e social [que, com certeza, interessa à democracia e a todo o País. Quero dizer que ‘à democracia e a todo o País’ são palavras minhas]. Não se pode ocultar que o exercício dos valores ocorre no homem, um organismo e, portanto, que vive, se desenvolve e tem necessidades básicas a serem atendidas [seja um servidor civil ou militar].

Atualmente, a atividade do militar federal resulta em uma retribuição salarial mínima, que, em alguns postos ou graduações, não permite

seguir o atendimento [segundo a carta,] às necessidades de alimentação, habitação, saúde e [naturalmente] lazer. Não se trata de pleitear vantagens pecuniárias excessivas, mas apenas de obter um tratamento igual a quem menos percebe em todo o serviço público da União. Esse estado degradante vem sendo desenhado há algum tempo. Na verdade, os militares federais [Sr. Presidente], nos últimos cem anos, de acordo com os diplomas legais que têm regulado os seus vencimentos, tiveram sempre uma remuneração modesta.

Mas ocorre que, a partir de 2001, a situação começou a se deteriorar progressivamente. Esse processo pode ser constatado a partir de informações oficiais. Observa-se que, de acordo com o Boletim Estatístico de Pessoal, publicação do MPOG, em 2004, a remuneração bruta média mensal dos militares correspondia a 102,50% daquela da Administração Direta, categoria de servidores civis mais mal remunerada em todo o serviço público federal, e, em 2012, como resultado de um aviltamento permanente, corresponde [somente] a 70,82% [uma perda direta de cerca de 30%].

As comparações com outras categorias indicam relações mais desfavoráveis, ainda, aos militares.

Assim, em 2012, o militar da ativa percebe uma remuneração bruta média mensal equivalente a 16,67% daquela [dos que trabalham no MPU] [...].

Ocorre, no entanto, que, continuamente, há anos, essa questão tem sido levada ao conhecimento dos escalões superiores [...], mas nenhuma providência efetiva é desenvolvida no sentido de corrigi-la.

Ao contrário, invariavelmente, são iniciados estudos protelatórios a partir de pressupostos, que contrariam toda a experiência adquirida em mais de cem anos de regulação dos salários dos militares brasileiros.

Esses estudos, também, quase sempre, ensejam introduzir, na legislação pertinente, dispositivos no sentido de quebrar as regras da paridade e da integralidade, contrariando todos os acordos firmados durante a elaboração da MP nº 2.215/2001, que trata da remuneração dos militares federais, e durante a Reforma da Previdência de 2003, que redundou na EC nº 41. Quase sempre, são oferecidas possibilidades de se criarem “gratificações para os militares dos postos mais elevados da ativa” e outros

mecanismos para segregar o pessoal da ativa dos inativos.

Essas tentativas têm sido firmemente descartadas pelas Forças, mas sempre retornam, sob formas diversificadas, quando se iniciam novas discussões sobre o tema da remuneração dos militares.

Ora, a decisão a ser tomada diz respeito à elevação do soldo e não à procura de uma solução mágica de conceder-se um aumento sem a elevação correspondente da despesa. De modo que esse problema tornou-se, devido ao tempo em que persiste e à incapacidade *de os setores responsáveis em resolvê-lo*, na questão mais prioritária e grave no âmbito de toda a família militar, reclamando uma solução imediata, que não pode mais ser postergada sequer por um ou dois meses.

Não é um problema identificado ultimamente, mas que se arrasta desde 2001 com a edição da MP 2.215/2001, e sobre a qual já se fizeram inúmeras análises e apreciações, todas de conhecimento dos escalões técnicos e políticos encarregados do tema, no âmbito do Governo.

Diz a carta mais:

Não é, também, um problema banal, que possa aguardar oportunidades ou cautelas de natureza política, pois o tempo para essas precauções, de há muito, já se exauriu [foi dado tempo ao tempo; é preciso encontrarmos uma solução], enquanto a família militar sofre o solapamento, continuado, de sua dignidade, autoestima e de sua serenidade.

Em decorrência do acima exposto, urge [Sr. Senador] que o Senado Federal coloque em pauta para votação a MP 2.215-10/2001, objetivando, como proposições, resgatar aos proventos da família militar gratificações e benefícios retirados através daquela MP.

Isso significa, no mínimo, atenuar o “sofrimento” desse importante segmento que, como nômade, zela pela soberania [...] [pela liberdade do nosso País.]

Outrossim, há de se considerar o retorno dos proventos do posto/graduação acima quando da transferência do militar para a inatividade, a fim de que possam ser minimizadas, também, perdas daquilo que percebia no serviço ativo. As proposições dos signatários da presente exposição assim se define como retorno:

1 – do escalonamento vertical;

2 – do soldo do posto/graduação subsequente quando da transferência para a inatividade;

3 – da GAM (Gratificação de Atividade Militar);

4 – da gratificação de inatividade, que substitua a perda do auxílio de moradia concedida apenas aos militares no serviço ativo;

5 – do auxílio moradia para aqueles que estão no serviço ativo;

6 – da Licença Especial concedida a cada decênio.

O resgate das perdas enumeradas será significativo para, de forma substancial, melhorar os proventos da família militar.

Os signatários do presente documento e as coirmãs nos vários Estados externam a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, profunda gratidão. [por ler no plenário do Senado a nossa carta].

Assinam: Confederação Nacional da Família Militar; Associação dos Militares da Reserva Remunerada, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas no Distrito Federal; Federação da Família Militar do DF; Comissão Nacional QESA Brasil; Associação dos Aposentados e Pensionista, Idosos da Previdência Social do DF e Entorno.

Essa a carta, Sr. Presidente, que recebi e que me comprometi a ler. Depois que dou a palavra eu faço. Aqui, estou sendo coerente, tanto é que marquei duas audiências públicas, uma para ouvir todos aqueles que são signatários desse documento e outra para ouvir as mulheres dos militares, principalmente as dos aposentados e pensionistas. As audiências serão, Sr. Presidente, durante o mês de fevereiro.

Sr. Presidente, permita-me ainda – e vou tentar ser rápido, mas creio que tenha ainda cinco minutos – fazer um registro sobre a situação do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, a dívida do meu Estado tem sido um dos temas mais recorrentes que me trazem a esta tribuna. Seguramente, a repercussão do tema nesta Casa traduz também algumas de suas competências próprias associadas ao Senado Federal, com a representação dos Estados e da Federação. Parece consensual que esse problema está sendo um dos principais da pauta de negociação da União com seus entes federados.

Sr. Presidente, a queixa não é só do Rio Grande, a queixa dos Estados é geral, não procede apenas de uma região ou de um Estado administrado pela Oposição ou pela Situação. A esse respeito, a declaração conjunta dos governadores do PT, de 23 de maio de 2011, dizia:

Sem promover qualquer violação da Lei de Responsabilidade Fiscal, igualmente sugeriu-

mos que é possível, face às mudanças benígnas que o País sofreu [sofreu positivamente] durante os oito anos do Governo Lula, reorganizar o perfil da dívida dos Estados com a União, de molde a promover – até mesmo para compensar eventuais perdas decorrentes da reforma tributária – uma redução razoável dos repasses dos juros e amortizações que são feitos mensalmente [pelos Estados].

Sr. Presidente, veio as minhas mãos também o relatório anual intitulado Dívida Pública Estadual, editado pelo Tesouro do Rio Grande do Sul, em 2011.

Em sintonia com o grande movimento de conferir transparências aos atos da administração pública, a publicação compila os dados mais cruciais para a compreensão da contabilidade estadual e dos problemas por ela enfrentados

Com isto, satisfaz compromisso estabelecido com a Secretaria do Tesouro Nacional, de divulgar, inclusive em meio eletrônico, os dados e as informações do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal do Estado, relativo ao exercício anterior e, sobretudo, Sr. Presidente, sobre a perspectiva para o triênio seguinte.

Essa medida apresenta outro aspecto, talvez mais relevante para o cidadão comum. Como o poder público compartilha com o cidadão os problemas que afetam as contas estaduais, Sr. Presidente, torna mais compreensíveis medidas que, a princípio, tomadas por impopulares na perspectiva mais imediata, porém, no médio e longo prazo, terminam por serem imprescindíveis para que o Estado assegure as melhores condições para compensações futuras dos sacrifícios enfrentados no tempo presente.

Não se pode demandar sacrifícios da população, já tão sofrida pelas circunstâncias de uma vida cotidiana voltada para a garantia da sobrevivência, sem que ela possa compreender que esses mesmos sacrifícios terão efeito positivo na melhoria das condições da sua vida da sociedade.

Ninguém ignora que o Rio Grande do Sul está entre os Estados que mais sofreram com o processo de renegociação de dívidas estaduais, no contexto das reformas fiscais dos planos de estabilização monetária.

Chegamos à presente situação porque os encargos contratados foram o IGP/DI mais 6% de juros.

De 1999 a 2011 atingimos a variação de 589%, diante de uma inflação de 133%. É inaceitável! Isso tudo por conta dos juros acumulados.

Nos últimos anos, os governos gaúchos confrontaram-se, Sr. Presidente, com o maior dilema da administração das contas públicas: como satisfazer o pagamento dos débitos, no quadro dos programas de reestruturação da dívida e de ajuste fiscal, e preservar

a capacidade de investimento e a qualidade de vida do povo gaúcho.

Os ajustes fiscais impuseram, Sr. Presidente, sucessivos arrochos aos governos estaduais, os quais, de uma forma ou de outra, conseguiram manter em níveis aceitáveis os pagamentos dos compromissos acordados com a União.

Como assinala o relatório do Tesouro mencionado, em 2011 foi possível “amortizar a dívida, parcialmente ao valor integral das amortizações calculadas, no equivalente a R\$ 600 milhões”, Sr. Presidente.

O valor total das parcelas pagas a título de serviço da dívida, entre juros e amortização, compreendeu mais de R\$2 bilhões nesse período.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concluindo, Sr. Presidente, assim, pelo quarto ano seguido, com grande sacrifício, o Estado do Rio Grande do Sul conseguiu cumprir os termos da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que estabeleceu trajetória de ajuste da relação entre Dívida Consolidada Líquida (DCL) e Receita Corrente Líquida (RCL).

No exercício fiscal de 2010, o Estado cumpriu todas as seis metas e compromissos estabelecidos no Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF), cuja fiscalização é realizada anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Sr. Presidente, devemos realçar que a economia gaúcha demonstrou, nos últimos anos, notável vigor, registrando índices superiores de crescimento às variações do Produto Interno Bruto Nacional (PIB) e facilitando a minimização do problema.

Em 2011, de acordo com os dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE), o PIB gaúcho alcançou a marca de 5,7% de crescimento, ao passo que, em 2010, havia apresentado variação positiva de 7,8%, índices bem superiores à média nacional.

Isso significa dizer, que, segundo os dados divulgados, o dinamismo da economia estadual minimizou o agravamento do problema, e a proporção da dívida estadual apresentou tendência de declínio com relação ao PIB estadual.

Por isso, não obstante o valor nominal do estoque da dívida registre elevação, em decorrência do emprego dos maiores indexadores existentes no mercado atualmente, o IGP-DI e o IGP-M, responsáveis pela correção de mais de 90% da dívida estadual, o serviço da dívida em percentuais da Receita Líquida Real (RLR) tem apresentado trajetória descendente.

Em síntese, a situação fiscal do Rio Grande do Sul ainda é preocupante e inviabiliza investimentos mais ousados, principalmente no social.

O Governo Federal, em demonstração de sensibilidade com os dramas vividos pelos governos estaduais, decidiu flexibilizar o Programa de Ajuste Fiscal – PAF, autorizando o aumento da dívida de 17 Estados.

Como assinalou o economista Delfim Netto, em recente artigo da revista *Carta Capital*, esta autorização do Governo Federal para o aumento das dívidas de 17 Estados, entre eles o Rio Grande do Sul, foi concedida àqueles “cujas condições financeiras e administrativas são adequadas para acelerar suas próprias obras”...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Termine, Sr. Presidente, e peço que considere na íntegra – eu sei que já passei 4 minutos do tempo.

É preciso que estejamos engajados na proposta de um novo pacto federativo que possa verdadeiramente fazer justiça, com um olhar para os Estados e Municípios como integrantes de uma verdadeira Federação.

As dívidas estaduais não são problemas isolados. Estão vinculadas a outras questões também relevantes, como a guerra fiscal, o desenvolvimento regional e a distribuição de receitas.

Muito obrigado, Senador Suplicy. Agradeço muito a V. Ex^a e peço que considere na íntegra os meus três pronunciamentos: este que falei muito dos aposentados e pensionistas das Forças Armadas, o da dívida do Rio Grande do Sul e os meus cumprimentos a todas as Comissões da Casa pelo brilhante trabalho que fizeram, com a aprovação de milhares de propostas e centenas e centenas de audiências públicas, sempre com o objetivo de ouvir o povo brasileiro.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Era isso. Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Pronunciamento sobre situação dos aposentados e pensionistas das Forças Armadas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi das Forças Armadas, um relato sobre a situação em que se encontram e gostaria de compartilhá-lo com as Sr^{as} e Srs. Senadores:

“Em passado recente, os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica fizeram chegar ao conhecimento do Ministro da Defesa, um relato sobre a degradante situação salarial dos militares federais.

Desse relato constava uma proposta destinada a, pelo menos, atenuar a atual situação, igualando a remuneração média dos militares federais àquela da

Administração Direta, categoria de servidores civis federais, que percebem a menor remuneração em todo e serviço público federal.

Esse relato tinha por objetivo formalizar as apreensões dos Chefes Militares em relação ao agravamento continuado de um problema, permanentemente acompanhado e da mais alta prioridade, que tem afetado profundamente a Família Militar.

Ora, a prioridade do tema é inquestionável, pois se refere ao homem, aos recursos humanos, fator mais importante em qualquer organização, principalmente, na militar, que exige a superação de todo o tipo de limite, inclusive aquele, em situação extrema, da tendência de preservação da própria vida.

Por isso que a questão remuneratória é mais premente, em urgência e em atenção, do que as relativas ao equipamento, aos sistemas de armas e à modelação de estruturas organizacionais, cogitações sempre periféricas em relação ao homem.

Não se pode conceber, no mundo atual, de constantes transformações, tecnológicas e sociais, um militar despreparado e, antes de tudo, muito mal remunerado, depreciado socialmente, tendo em vista a retribuição monetária pelo trabalho que realiza, um dos indicadores principais de aceitação social no mundo em que vivemos.

Naturalmente que o assunto remuneração, embora prioritário, não é o único a merecer atenção.

Há que se considerar, também, a educação, a proteção social e, em outra esfera de cogitação, a questão dos valores, amplamente invocada e proclamada, mas, infelizmente, na maioria das vezes, analisada de modo superficial e a partir de conceitos inconsistentes.

Nesses dias em que vivemos de globalização, de encurtamento das “distâncias”, da prevalência do mercado, de interação, de grande amplitude comunicacional, de transparência, não se pode atribuir ao valor uma função inibidora do interesse, socialmente legítimo, de obter-se uma remuneração adequada ao trabalho produzido.

Como compreender que a atividade que as Forças Armadas, percebida, pela sociedade em geral, como da maior relevância, tenha um reconhecimento remuneratório muito abaixo de todos outros tipos de atividades existentes na administração pública?

Essa, sem dúvida, não é uma questão de valores. Não se pode invocar o patriotismo, a responsabilidade, a disciplina, a dedicação como fatores compensatórios à retribuição salarial.

Essa invocação é um instrumento constrangedor, pois exige que a pessoa se submeta a uma situação aviltante em nome de crenças que lhe dão identidade e dignidade.

Ao contrário, a situação salarial iníqua, que se agrava, a cada dia, tem de ser urgentemente corrigida, para que as condições emocionais e afetivas dos militares permitam o reforço dos valores, em nível individual e social.

Não se pode ignorar que o exercício dos valores ocorre no homem, um organismo e, portanto, que vive se desenvolve e tem necessidades básicas a serem atendidas.

Atualmente, a atividade do militar federal resulta em uma retribuição salarial mínima, que, em alguns postos ou graduações, não permite sequer o atendimento às necessidades de alimentação, habitação, saúde e lazer.

Não se trata de pleitear vantagens pecuniárias excessivas, mas apenas de obter um tratamento igual a quem menos percebe em todo o serviço público da União.

Esse estado degradante vem sendo desenhado há algum tempo. Na verdade, os militares federais, nos últimos cem anos, de acordo com os diplomas legais que têm regulado os seus vencimentos, tiveram sempre uma remuneração modesta.

Mas ocorre que, a partir de 2001, a situação começou a se deteriorar progressivamente. Esse processo pode ser constatado a partir de informações oficiais.

Observa-se que, de acordo com o Boletim Estatístico de Pessoal, publicação do MPOG, em 2004, a remuneração bruta média mensal dos militares correspondia a 102,50% daquela da Administração Direta, categoria de servidores civis mais mal remunerada. em todo o serviço público federal, e, em 2012, como resultado de um aviltamento permanente, corresponde a 70,82%.

As comparações com outras categorias indicam relações mais desfavoráveis, ainda, aos militares.

Assim, em 2012, o militar da ativa percebe uma remuneração bruta média mensal equivalente a 16,67% daquela do servidor do MPU.

Ocorre, no entanto, que, continuamente, há anos, essa questão tem sido levada ao conhecimento dos escalões superiores das Forças, mas nenhuma providência efetiva é desenvolvida no sentido de corrigi-la.

Ao contrário, invariavelmente, são iniciados estudos protelatórios a partir de pressupostos, que contrariam toda a experiência adquirida em mais de cem anos de regulação dos salários dos militares brasileiros.

Esses estudos, também, quase sempre, ensejam introduzir, na legislação pertinente, dispositivos no sentido de quebrar as regras da paridade e da integralidade, contrariando todos os acordos firmados durante a elaboração da MP nº2.215/2001, que trata da remuneração dos militares federais, e durante a Reforma da Previdência de 2003, que redundou na EC nº 41.

Quase sempre, são oferecidas possibilidades de se criarem “gratificações para os militares dos postos mais elevados e da ativa” e outros mecanismos para segregar o pessoal da ativa dos inativos.

Essas tentativas têm sido firmemente, descartadas pelas Forças, mas sempre retornam, sob formas diversificadas, quando se iniciam novas discussões sobre o tema da remuneração dos militares.

Ora, a decisão a ser tomada diz respeito à elevação do soldo e não à procura de uma solução mágica de conceder-se um aumento sem a elevação correspondente da despesa.

De modo que esse problema tornou-se, devido ao tempo em que persiste e à incapacidade de os setores responsáveis em resolvê-lo, na questão mais prioritária e grave no âmbito de toda a família Militar, reclamando uma solução imediata, que não pode mais ser postergada sequer por um ou dois meses.

Não é um problema identificado ultimamente, mas que se arrasta desde 2001 com a edição da MP 2215/2001 e sobre o qual já se fizeram inúmeras análises e apreciações, todas de conhecimento dos escalões técnicos e políticos encarregados do tema, no âmbito do governo.

Não é, também, um problema banal, que possa aguardar oportunidades ou cautelas de natureza política, pois o tempo para essas precauções, de há muito, já se exauriu, enquanto a Família Militar sofre o solapamento, continuado, de sua dignidade, autoestima e de sua serenidade.

Em decorrência do acima exposto, urge a necessidade do Senado Federal, colocar em pauta para votação a MP 2215-10/2001, objetivando, como proposições, resgatar aos proventos da família militar gratificações e benefícios retirados através daquela MP.

Isto significa, no mínimo, atenuar o “sofrimento” desse importante seguimento que como nômade, zela pela soberania nacional.

Outrossim, há de se considerar, o retorno dos proventos do posto/graduação acima, quando da transferência do militar para a inatividade, a fim de que possa ser minimizado, também, perdas daquilo que percebia no serviço ativo.

As proposições dos signatários da presente exposição, assim se define como retorno:

- 1 – do escalonamento vertical;
- 2 – do soldo do posto/graduação subsequente quando da transferência para a inatividade;
- 3 – da GAM (Gratificação de Atividade Militar);
- 4 – da gratificação de inatividade, que substitua a perda do auxílio de moradia concedida apenas aos militares no serviço ativo;

5 – do auxílio moradia para aqueles que estão no serviço ativo; e

6 – da Licença Especial concedida a cada decênio.

O resgate das perdas enumeradas (de 1 a 6) será significativo para, de forma substancial, melhorar os proventos da Família Militar.

Os signatários do presente documento e as coirmãs nos vários estados, externam a V. Exa. Senador Paulo Paim, profunda gratidão.

Confederação Nacional da Família Militar – (CON-FAMIL)

Associação dos Militares da Reserva Remunerada, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas no Distrito Federal (AMARP – FFAA – DF)

Federação da Família Militar do DF (FAMIL/DF)

Comissão Nacional QESA Brasil (CNQB)

Associação dos Aposentados e Pensionista, Idosos da previdência Social do DF e Entorno (ASAPREV-DF)”

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Pronunciamento sobre a dívida do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a dívida estadual tem sido um dos temas mais recorrentes nesta tribuna.

Seguramente, a repercussão do tema nesta Casa traduz também algumas de suas competências próprias associadas ao vínculo primordial do Senado Federal com a representação dos Estados da Federação.

Parece consensual que este problema tem sido um dos principais na pauta de negociação da União com os entes federados.

A queixa dos estados é geral.

Não procede apenas de uma região ou de estados administrados pela oposição.

A esse respeito, a declaração conjunta dos Governadores do PT, de 23 de maio de 2011, assinalava:

“Sem promover qualquer violação da Lei de Responsabilidade Fiscal, igualmente sugerimos que é possível, face às mudanças benignas que o País sofreu durante os oito anos do governo Lula, reorganizar o perfil da dívida dos estados com a União, de molde a promover – até mesmo para compensar eventuais perdas decorrentes da reforma tributária – uma redução razoável dos repasses dos juros e amortizações que são feitos mensalmente”.

Veio-me às mãos o relatório anual intitulado Dívida Pública Estadual, editado pelo Tesouro do Rio Grande do Sul em 2011.

Em sintonia com o grande movimento de conferir transparência aos atos da administração pública, a publicação compila os dados mais cruciais para com-

preensão da contabilidade estadual e dos problemas por ela enfrentados.

Com isto, satisfaz compromisso estabelecido com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de divulgar, inclusive em meio eletrônico, os dados e as informações do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal do Estado relativo ao exercício anterior e sobre perspectivas para o triênio seguinte.

Esta medida apresenta outro aspecto, talvez mais relevante para o cidadão comum.

Como o poder público compartilha com o cidadão os problemas que afetam as contas estaduais, torna mais compreensíveis medidas que, a princípio, tomadas por impopulares na perspectiva mais imediata, porém, no médio e longo prazo, terminam por serem imprescindíveis para que o Estado assegure as melhores condições para compensações futuras dos sacrifícios enfrentados no tempo presente.

Não se pode demandar sacrifícios da população, já tão sofrida pelas circunstâncias de uma vida cotidiana voltada para a garantia da sobrevivência, sem que ela possa compreender que esses mesmos sacrifícios terão efeito positivo na melhoria das condições de vida da sociedade.

Ninguém ignora que o Rio Grande do Sul está entre os estados que mais sofreram com o processo de renegociação de dívidas estaduais, no contexto das reformas fiscais dos planos de estabilização monetária.

Chegamos a presente situação porque os encargos contratados foram o IGP/DI mais 6% de juros.

De 1999 a 2011 atingimos a variação de 589%, diante de uma inflação de 133%, especialmente por conta dos juros acumulados.

Nos últimos anos, os governos gaúchos confrontaram-se com o maior dilema da administração das contas públicas: como satisfazer o pagamento dos débitos, no quadro dos programas de reestruturação da dívida e de ajuste fiscal, e preservar a capacidade de investimento.

Os ajustes fiscais impuseram sucessivos arrochos aos governos estaduais, os quais, de uma forma ou outra, conseguiram manter em níveis aceitáveis os pagamentos dos compromissos acordados.

Como assinala o relatório do Tesouro mencionado, em 2011 foi possível “amortizar a dívida, parcialmente ao valor integral das amortizações calculadas, no equivalente a R\$ 600 milhões”.

O valor total das parcelas pagas a título de serviço da dívida, entre juros e amortização, compreendeu mais de dois bilhões de reais nesse período.

Assim, pelo quarto ano seguido, com grande sacrifício, o Estado conseguiu cumprir os termos da Resolução n.o 40/2001 do Senado Federal, que estabeleceu

trajetória de ajuste da relação entre Dívida Consolidada Líquida (DCL) e Receita Corrente Líquida (RCL).

No exercício fiscal de 2010, o Estado cumpriu todas as seis metas e compromissos estabelecidos no Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF), cuja fiscalização é realizada anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Devemos realçar que a economia gaúcha demonstrou, nos últimos anos, notável vigor, registrando índices superiores de crescimento às variações do Produto Interno Bruto Nacional (PIB) e facilitando a minimização do problema.

Em 2011, de acordo com os dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE), o PIB gaúcho alcançou a marca de 5,7% de crescimento, ao passo que, em 2010, havia apresentado variação positiva de 7,8%, índices bem superiores à média nacional.

Isto significa dizer, que, segundo os dados divulgados, o dinamismo da economia estadual minimizou o agravamento do problema e a proporção da dívida estadual apresentou tendência de declínio com relação ao PIB estadual.

Por isso, não obstante o valor nominal do estoque da dívida registre elevação, em decorrência do emprego dos maiores indexadores existentes no mercado atualmente, o IGP-DI e o IGP-M, responsáveis pela correção de mais de 90% da dívida estadual, o serviço da dívida em percentuais da Receita Líquida Real (RLR) tem apresentado trajetória descendente.

Em síntese, a situação fiscal do Rio Grande do Sul ainda é preocupante e inviabiliza investimentos mais ousados.

O Governo Federal, em demonstração de sensibilidade com os dramas vividos pelos governos estaduais, decidiu flexibilizar o Programa de Ajuste Fiscal – PAF, autorizando o aumento da dívida de 17 estados.

Como assinalou o economista Delfim Netto, em recente artigo da revista Carta Capital, esta autorização do Governo Federal para o aumento das dívidas de 17 estados, entre eles o Rio Grande do Sul, foi concedida àqueles “cujas condições financeiras e administrativas são adequadas para acelerar suas próprias obras de infraestrutura: mobilidade urbana em suas capitais, estradas, saneamento básico e habitação, importante não apenas para ajudar a estimular o crescimento econômico, mas também melhorar as condições objetivas de vida de suas populações”.

Ou seja, o Estado continua caminhando no sentido do ajuste, porém o ritmo e a intensidade devem diminuir e isso nos preocupa muito.

A flexibilização das obrigações decorrentes dos pagamentos da dívida significa liberação de mais recursos para investimento por parte do governo estadual,

conciliando o atendimento às demandas prementes da população e o incentivo a atividades econômicas de forte impacto no estímulo da economia.

Dinamizar a capacidade de investimento dos estados significa introduzir pilar fundamental para a retomada do crescimento econômico em patamares mais elevados, sem abdicar da cultura da disciplina fiscal, tornando possível o alargamento de políticas públicas voltadas para a distribuição de renda e a efetivação da justiça social.

Por diversas vezes tenho me pronunciado no sentido de que não há verdadeiro crescimento econômico que não esteja associado à inclusão social e econômica das populações desfavorecidas.

Mas a decisão de aumento do limite de endividamento é paliativa, não resolve a questão da dívida pública dos Estados.

Para tanto, é preciso alterar o indexador da dívida dos Estados com o Tesouro Nacional, com uma renegociação que caminhe no sentido da redução dos juros.

As dívidas estaduais não são problemas isolados, estão vinculadas a outras questões também relevantes como guerra fiscal, o desenvolvimento regional e as distribuições de receitas.

É preciso que estejamos engajados na proposta de um novo Pacto Federativo, que possa verdadeiramente fazer justiça, com um olhar para estados e municípios como integrantes de uma verdadeira federação.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro/balanco Comissão de Educação 2012.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como integrante da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, quero aqui fazer um breve balanço das atividades, audiências, reuniões deliberativas, projetos aprovados daquela Comissão, da qual tenho orgulho de ser membro...

Sr. Presidente, a Comissão de Educação realizou, neste ano, 32 audiências públicas. Os trabalhos tiveram início no dia 29 de fevereiro, quando o ministro da Educação, Aloízio Mercadante, expôs os planos e as diretrizes do Ministério para 2012.

A CE tratou do acordo ortográfico da Língua Portuguesa, de denúncias sobre o ECAD, do Ato Médico, das cotas de patrocínio aos clubes de futebol que participam do Campeonato Brasileiro, entre outros assuntos...

Em relação aos projetos aprovados pela Comissão, destaco o PLC 065 de 2011, de relatoria do senador Randolfe Rodrigues, que altera a lei número 9.394 de 96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar processo nacional de avaliação do ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade de ensino.

Destaco, também, o PLC 068 de 2011, de autoria do deputado Enio Baci e relatoria do senador Luiz Henrique, que estabelece incentivos às empresas para financiamento da formação profissional de seus empregados.

Antes de finalizar, Senhor Presidente, quero fazer um agradecimento à Secretaria da Comissão, secretariada pelo Júlio Linhares; secretária adjunta Adriana Nunes Gomes e pela equipe: Nivaldo, Renata, Marconi, Caroline, Fernanda, Renan e Raiane...

Parabéns pelo belíssimo trabalho realizado ao longo deste ano.

Era o que tinha a dizer.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, pela maneira como tem sempre aberto a Comissão de Direitos Humanos para o diálogo, inclusive agora para os servidores militares e suas famílias, que gostariam de debater suas aposentadorias.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu pediria, Senador Eduardo Lopes, um

Ofício nº. 083/2012/GLPTB

momento para que eu possa ler aqui quatro documentos importantes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Primeiro, da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, de João Vicente Claudino, Fernando Collor, Sodrê Santoro, Mozarildo Cavalcanti, Armando Monteiro, Epitácio Cafeteira e Gim Argello:

OFÍCIO Nº 83, DE 2012

Sr. Presidente José Sarney, nos termos do disposto no § 6º do art. 165 do Regimento Interno, os Senadores da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB no Senado Federal, que subscrevem o presente, em reunião realizada nesta data, resolveram indicar o Senador Gim para ser reconduzido ao cargo de Líder do colegiado no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.

É o seguinte o Ofício, na íntegra:

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto do § 6º do artigo 65 do Regimento Interno desta Casa, os Senadores da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB no Senado Federal, que subscrevem o presente, em reunião realizada nesta data, resolveram indicar o Senador GIM para ser reconduzido ao cargo de Líder do Colegiado, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.

Atenciosamente,

Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO

Senador FERNANDO COLLOR

Senador SODRÊ SANTORO / Senador MOZARILDO CAVALCANTI

Senador ARMANDO MONTEIRO

Senador EPITÁCIO CAFETEIRA

Senador GIM

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – E também ao Senador José Sarney:

OFÍCIO Nº 236, DE 2012:

Nos termos regimentais, os Senadores do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, em reunião realizada nesta data, resolveram indicar o Senador Gim para ser reconduzido ao cargo de Líder do Colegiado, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.

Informamos também que, de acordo com os termos regimentais, as Vice-Lideranças serão exercidas pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.

Assinam os Senadores Gim, Blairo Maggi, Eduardo Amorim e João Costa.

É o seguinte o Ofício, na íntegra:

OF. Nº 236/2012-BLUFOR

Brasília, 18 de dezembro de 2012

Senhor Presidente,

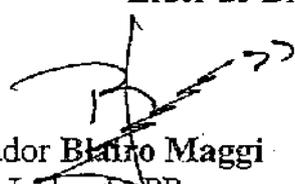
Nos termos regimentais, os Senadores do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, em reunião realizada nesta data, resolveram indicar o Senador GIM para ser reconduzido ao cargo de Líder do Colegiado, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.

Informamos também que, de acordo com os termos regimentais, as Vice-Lideranças serão exercidas pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.

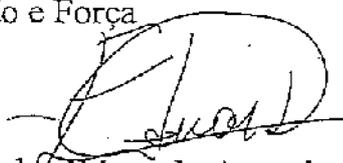


Senador **GIM**

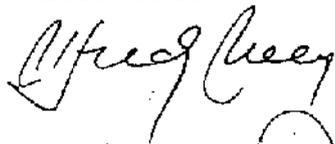
Líder do Bloco Parlamentar União e Força



Senador **Blairo Maggi**
Líder do PR



Senador **Eduardo Amorim**
Líder do PSC



Senador **João Costa**
Líder do PPL

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Outro, ao Presidente José Sarney:

OFÍCIO, Nº 700, DE 2012

Cumprimentando V. Ex^a, servimo-nos do presente para manifestar apoio ao acordo de Líderes firmado com o objetivo de colocar em votação requerimento de urgência para votação de todos os vetos ainda pendentes na análise por este Congresso.

Respeitosamente, – **Tiãõ Viana**, Governador do Estado do Acre.

É o seguinte o Ofício, na íntegra:

Ofício/GG nº 700

Rio Branco, 19 de dezembro de 2012

Assunto: Votação dos vetos em caráter de urgência.

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, servimo-nos do presente para manifestar apoio ao acordo de líderes firmado com o objetivo de colocar em votação requerimento de urgência para a votação de todos os vetos ainda pendentes de análise por este Congresso.

Respeitosamente, – **Tiãõ Viana**, Governador do Estado do Acre.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência comunica ao Plenário que não haverá sessão no Senado Federal na próxima segunda-feira, dia 24 de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os expedientes lidos vão à publicação.

Pela ordem, Senador Eduardo Lopes.

Eu queria informar a V. Ex^a que está inscrito agora, pela Liderança, o Senador Cristovam Buarque e o próximo inscrito, pela Liderança, seria V. Ex^a.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É exatamente por isso, Sr. Presidente, que eu peço a palavra; vou ter que sair em razão de compromissos.

Eu quero, finalizando, desejar a todos os servidores da Casa, a todos os Senadores, companheiros, boas festas e, com certeza, um feliz ano novo para todos.

Encerro dizendo também que acabamos de ler, no *site* do Senado, que não haverá sessão do Congresso, como havia sido anunciado antecipadamente, ficando a convocação para o dia 5 de fevereiro de 2013. Isso em função de tudo que já foi relatado, como a questão da sessão que foi hoje encerrada.

Enfim, só trataremos dos vetos a partir de fevereiro de 2013, com uma análise como determina a Constituição, ou seja, vamos deliberar, mas vamos

apreciar os vetos. Há muita coisa que precisa, realmente, ser debatida.

Eu termino, então, dizendo que encerro essa Sessão Legislativa com a consciência tranquila do dever cumprido em favor do meu Estado, mas também em favor do Regimento e em favor da Constituição brasileira, a qual nós juramos aqui proteger e defender.

Um abraço para todos.

Boas festas!

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Presidente, pela ordem também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT) – Obrigado, Senador Eduardo Lopes.

Retribuo a V. Ex^a os cumprimentos e os estendo a todos.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é com muito pesar que comunico o falecimento do ex-prefeito José Trindade, do Município de Sergipe, conhecido por todos como Dr. José Trindade ou simplesmente como Zé Trindade, que administrou o Município de Boquim, um dos principais produtores de laranja do nosso Estado, por dois mandatos, sendo o primeiro de 1989 a 1992, e o segundo em 1997 a 2000. Em ambas as gestões, fez impactantes obras e ações em favor do desenvolvimento daquele Município.

Zé Trindade partiu, mas deixa um legado de incontestável relevância, seja como homem, seja como político.

Como agrônomo e como citricultor, sempre esteve com seu pensamento voltado para o fortalecimento do associativismo, a fim de que a categoria tivesse mais força para vencer os entraves, as crises e as dificuldades, sobretudo, do setor da citricultura.

Político íntegro, realizou, em seus dois mandatos, um marcante trabalho nas áreas da saúde, assistência social, educação, esporte e lazer.

Portanto, Sr. Presidente, um bom exemplo, um ser humano, um cristão, um exemplo a ser seguido por seus sucessores, inclusive em outros Municípios.

Além da família, Zé Trindade deixa também uma legião de admiradores e de amigos, entre os quais me incluo, e quero deixar registrado aqui meus sinceros sentimentos aos seus familiares, especialmente à sua esposa, D. Luzia Trindade, e a seus filhos, nosso sincero sentimento por essa grande perda, por este pesar, Sr. Presidente.

Um homem íntegro, um bom exemplo, um sonhador, que compreendeu e fez com que os sonhos se materializassem com gestos, com ações sinceras, honestas. Com certeza, um bom exemplo não só para

nós, sergipanos, não só para o povo de Boquim, mas para o povo brasileiro.

É com grande tristeza que todos nós, sergipanos, passamos esses dias aí.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Estendo à família e a todos os amigos os cumprimentos da Presidência desta Casa, Senador Eduardo Amorim.

Tem a palavra o Senador Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, quando acontece uma crise, às vezes a gente não vê no meio dela e às vezes a gente se assusta mais do que deveria por causa dela. São dois comportamentos que dependem da pessoa e, às vezes, dependem também do momento que a gente vive. Talvez eu esteja mais assustado do que deveria ou talvez nós não estejamos vendo corretamente a dimensão da crise por que estamos passando.

Sr. Presidente, se a gente olhar o que aconteceu nestes últimos dias, creio que dá para se assustar, sobretudo porque não é uma exceção ao longo de um longo tempo do comportamento das instituições brasileiras e do papel do Congresso na República.

Nos últimos meses e, eu diria, até anos, nós temos visto o Supremo Tribunal Federal sendo obrigado a entrar no processo até legislativo, eu diria, por interpretações naquilo que a gente não foi capaz de fazer com competência aqui. Nós não fomos capazes e aí eles fazem as coisas. Eles fazem cada uma das medidas que são necessárias para que o processo político funcione.

Nestes últimos dias exatamente ou horas, o que a gente viu que é assustador, a meu ver, do ponto de vista da fricção, da quebra das boas relações entre as instituições?

Nós votamos para dar urgência à votação da derrubada de um veto da Presidenta Dilma, o veto relacionado com o *royalty* de petróleo. Votamos. Uma sessão caótica, mas, com a imensa maioria, se votou ali a urgência. Parlamentares nossos foram ao Supremo, entraram na Justiça, dizendo que tinha havido inconstitucionalidade naquela votação. Normalmente, isto nem deveria acontecer: Parlamentares recorrendo ao Supremo, mas isso virou normal no Brasil. Alguns fazem fila para entregar processos pedindo que o Supremo tome ação neste ou naquele caso. Outros fazem isso até por uma questão de aparecer na mídia, ao fazer aquele gesto.

O fato é que criamos uma situação tal em que nós, Congressistas, Parlamentares, perdemos – des-

culpem-me a expressão – um pouco a vergonha de ter que apelar ao Supremo. Não nos constrangeu a mais, fazemos sem constrangimento. E o Supremo tem feito a sua prerrogativa e não se tem furtado ao tomar posições, nem mesmo dizendo que isso é *intra corporis*. Que aconteceu? Um Ministro, o Ministro Fux, reconheceu que havia inconstitucionalidade. Já vi muitas acusações aqui de por que ele fez isso. Não importa. Ele fez uma análise em que dizia que aquela reunião teve ranços de inconstitucionalidade, e aquela decisão do Congresso não pôde ser executada, porque o Supremo disse que teríamos que votar este veto depois de votar os anteriores, não podia colocar este na frente dos outros. Só que os outros eram 3 mil vetos, que mostram outra falência da nossa Instituição. Como é possível deixar 3 mil vetos esperando para serem votados? Imagina a sociedade brasileira esperar 16, 12, 13, 14 anos para pagar o Imposto de Renda, para pagar os impostos que se têm. Ninguém aceita isso, mas aceitou-se que o Congresso ficasse 12 anos sem votar os vetos do Presidente da República.

Mas aí é que vem o mais grave, Senador Suplicy: o que fizeram a nós? O Presidente Sarney deu entrada num pedido no Supremo, mas o que nós fizemos a mais do que isso? Pasmem todos que lerão isto daqui a 20 anos; surpreendam-se todos que, no futuro, tomarem conhecimento disto. O que fizemos foi dizer: se o Supremo mandou votar primeiro os outros 3 mil vetos e como nós queremos votar agora este veto, vamos votar os 3 mil vetos em 1 hora ou 2 horas! Senhores e senhoras que estão me assistindo, esta é a cédula que iríamos usar para derrubar o veto. Imagine você votando no dia da eleição para escolher um candidato com uma cédula desta! Cada página tem cinco vetos diferentes! Não é sério uma coisa desta. Desculpem-me, mas não é sério fazer isso. É um deboche!

Eu já disse, muitas vezes, aqui – acho que há um consenso disto – que nós estamos tão pressionados pelas medidas provisórias e pelas decisões judiciais que nós estávamos ficando irrelevantes. Agora, nós estamos ficando ridículos, além de irrelevantes. Na opinião pública, é ridícula a ideia de que íamos votar 3 mil vetos. Se gastássemos 20 minutos para cada um, seriam necessários 100 dias com 10 horas de trabalho por dia! Não é séria uma coisa dessa.

É isso que me assusta, porque estamos passando a ideia de falta de seriedade, pois estamos sem seriedade na maneira como estamos conduzindo os assuntos da República. Se não fosse muito forte, Senador Armando Monteiro, eu diria que nós cometemos uma molecagem com a República. Como é muito forte dizer isso, eu não digo, mas não é possível que a gente tenha feito um ato deste. Não importa se os

interesses eram certos, mas a maneira com que fizemos foi vergonhosa.

Eu quero dizer que isso não termina aqui. Na mesma semana, nos mesmos dias, o Supremo decide que os Deputados que foram condenados perdem os mandatos e a Câmara diz que não é assim. Se a gente olhar bem – e o Senador Taques, mais que todos nós, conhece –, na Constituição, de fato, o *caput* diferencia-se de um parágrafo: um diz que é o Supremo, outro diz que é a Câmara. Entretanto, quem interpreta as discordâncias é o Supremo. Aí é mais um erro da Constituinte. Como foi possível colocar aquela contradição, uma embaixo da outra? É o Supremo que faz isso, é o Supremo que diz qual é a interpretação certa.

Por isso, esse conflito da Câmara com o Supremo não pode existir, ainda que possamos achar – eu, sinceramente, tendo a isso – que é a Câmara que deve fazer a cassação, praticamente óbvia, daqueles condenados. Mas, de qualquer maneira, haveria um rito, um ritual feito pelo Congresso. Mas o Supremo decidiu diferente. Se decidiu diferentemente, nós não temos muito o que fazer.

Mas aí, Senador, eu vou dizer por que eu continuo muito preocupado. Nós vamos eleger o Presidente do Senado daqui a algumas horas. Sabem por que algumas horas? Porque amanhã terminamos o nosso ano legislativo. No dia da volta de cada um de seu Estado, já vamos votar quem vai ser o próximo Presidente. Eu não sei qual é a plataforma dos candidatos. Eu não terei tempo de debater. Os candidatos não se confrontarão. Como é que nós temos autoridade para defender um processo eleitoral, em que debatemos, na frente da televisão, para pegar o voto dos eleitores, e não debatemos aqui, Senador Petecão, os candidatos a Presidente do Senado, o que cada um deles pensa? Eles querem continuar essa confusão que nós temos, essa leviandade? Quem é o consultor jurídico que permitiu essas coisas no Senado? Nós vamos continuar desse jeito ou nós vamos ter uma postura diferente com um novo candidato a Presidente do Senado que traga uma nova postura, uma nova visão, uma nova forma de funcionar, um novo estilo?

Eu estou preocupado porque tudo indica que não vai haver nenhuma mudança. Eu estou preocupado porque não vou ter chance de votar corretamente. Eu vou tomar tanto tempo para escolher o candidato a Presidente quanto tomaria para votar 3 mil vetos. Nada! Vai chegar pronto!

O erro está na Constituição. A eleição de Presidente da Câmara e do Senado deveria ser em abril, maio, para a gente ter tempo de debater, mas é nas primeiras horas da volta de um recesso de Natal e Ano, cada um nesse imenso território brasileiro.

Eu temo que a eleição do próximo Presidente não mude nada no Senado e nós continuemos irrelevantes e ridículos. Eu temo muito, por isso estou assustado. Mas, talvez, como eu disse no começo, algumas pessoas se assustam com a crise; outras não veem a crise. Talvez poucos tenham a lucidez de entender perfeitamente. Mas, nessa alternativa entre não ver e se assustar, eu prefiro ser assustado. Porque quem se assusta, às vezes toma uma precaução exagerada, mas toma; quem não vê, não toma precaução e é atropelado pelo processo.

Está na hora de termos, se não lucidez, susto. E eu estou assustado.

Concluo, Senador Suplicy, atendendo a dois pedidos de aparte: o do Senador Randolfe e o do Senador Taques.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Senador Cristovam, eu me pergunto se o erro não estaria, na verdade, fora da Constituição, ou seja, no funcionamento das instituições e na forma como estamos funcionando. É verdade que, nessas duas semanas, houve dois atos de força do Supremo Tribunal Federal em relação ao Legislativo. O primeiro ocorreu em relação à cassação dos Parlamentares envolvidos na Ação Penal 470. O segundo foi a decisão do Ministro Fux em relação à votação do pedido de urgência para a apreciação dos vetos, do veto ao projeto de lei sobre os *royalties* do petróleo. Foram dois atos de força que atingiram o Parlamento. Foram dois atos de força que podem receber diferentes críticas e interpretações de nossa parte, mas também é preciso fazer, de nossa parte, uma reflexão. Não somos nós do Parlamento que estamos dando e deixando uma brecha institucional que possibilita que o Supremo faça esse tipo de intervenção? Não é isso? Será que a própria forma de condução do Ministro do Supremo não merece da Casa uma reflexão? Será que é correto? Eu vi uma entrevista recentemente de uma das Ministras do Supremo dando conta de que não achava bom para o Supremo e para os valores republicanos e da democracia um mandato vitalício. De fato, será que já não é tempo de haver uma reflexão em relação a isso? Na verdade, será que não está em tempo de fazer, mais do que uma reflexão sobre a Constituição, uma reflexão sobre o funcionamento institucional? É inadmissível essa cédula que o senhor apresentou para nós e que está na tribuna. É inadmissível algum Parlamentar do Congresso Nacional ter ido hoje, conscientemente, apreciar esses 3 mil vetos. Não há possibilidade humana de apreciar o que versa cada um desses vetos. Não há possibilidade. E o debate... É assim com cada tema: nós apreciamos por vez. E aí eu acho que o senhor toca no x da questão, no ponto nevrálgico da

questão. Talvez o ponto nevrálgico da questão seja o funcionamento das instituições. Nós vamos encerrar o ano legislativo amanhã; é a última sessão amanhã. Voltaremos para eleger o Presidente. Aí, o senhor coloca o ponto, que é a questão: não seria o momento de debatermos o funcionamento da instituição? Não deveríamos ter um espaço para debatermos o funcionamento institucional das duas Casas do Congresso Nacional? E o debate sobre isso não passaria sobre o programa que o Presidente vai apresentar? Eu espero que pelo menos... Existe uma definição de que a crise é um processo dialético. Toda crise leva ao fundo do poço, ao fim, e de lá ressurgem. Eu espero que essa crise, que tenha levado a apreciar 3 mil vetos, possa levar a que nós cumpramos nossa função. A cada veto da Presidente da República, 30 dias depois, o Congresso Nacional tem de se reunir e apreciar o veto. E isso impediria que nós tivéssemos de apreciar 3 mil vetos há 12 anos. O que significam esses 3 mil vetos? Significa que há 12 anos o Congresso Nacional não aprecia veto nenhum e não cumpre o papel que está na Constituição. O senhor coloca o x da questão do debate. O debate que temos de fazer é sobre o funcionamento da instituição. E esse debate é o debate na escolha dos Presidentes de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador Randolfe. Antes de passar para o Senador Taques, eu quero dizer que eu concordo com o senhor. Felizmente o Supremo está, às vezes, interferindo para cobrir erros nossos. No imediato, felizmente, mas no longo prazo é uma tragédia, porque é o enfraquecimento da correlação entre as três instituições. E aí, pode levar a qualquer coisa. De qualquer maneira, felizmente os erros imediatos eles estão tentando preencher e corrigir. Mas se isso demorar, muito é muito perigoso para as instituições.

Senador Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senador Cristovam, V. Ex^a tocou em três pontos fundamentais para a democracia. Primeiro, a eleição para a Presidência dessas Casas, das Casas do Legislativo: Câmara e Senado, mais particularmente aqui no Senado. Eu conheço eleitor de cabresto; agora, Senador encabrestado, eu não conheço. Senador precisa debater. Daí, parlamento vem de *parlar*, de falar. Eu quero saber, independente de quem será o candidato, quais são as propostas desse candidato para que nós possamos debater. Agora, nós não podemos, no dia 1º de fevereiro, quando nós aqui retornarmos, nós termos candidato ou candidatos sem que façamos um debate a respeito das questões estruturantes para o Brasil, por exemplo: as relações do Legislativo com o

Executivo e com o Judiciário. Portanto, este tema da necessidade de debates para que nós possamos eleger o próximo Presidente desta Casa. Não interessa quem seja, não interessa o partido, o que interessa é que nós possamos fazer esse debate. O segundo ponto: as relações do Judiciário, a interferência do Judiciário. Com todo o respeito, não existe interferência alguma do Poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal está cumprindo o seu papel que está na Constituição, ele está interpretando. Interpretar significa retirar das entranhas. Eram determinadas divindades que existiam em Roma que retiravam das entranhas dos animais o futuro. O Supremo retira da Constituição e dá à Constituição o sentido. Está isso previsto na Constituição. Não está interferindo em absolutamente nada, está cumprindo o seu papel. Nós é que não estamos cumprindo o nosso papel, estamos violando o art. 66 da Constituição, os seus §§4º e 6º, não colocando os vetos em votação para que eles sejam afastados ou não. O outro ponto que V. Ex^a trouxe é a respeito da perda ou não do mandato em razão da suspensão dos direitos políticos dos deputados federais condenados pelo Supremo Tribunal. Ah, falta o trânsito em julgado! Muito bem. Imaginem a sessão legislativa da Câmara vai se iniciar dia 1º de fevereiro, aí o Supremo começa a julgar os embargos depois da publicação do acórdão. Aí o Supremo julga, não existem mais recursos, o deputado vem para a sessão da Câmara; e aí, às 18 horas, para aqueles do semiaberto chega um camburão aqui na chapelaria, com giroflex ligado, com a sirene ligada; aí o deputado sai da sessão e vai para o semiaberto, lá para a Papuda. E aquele deputado condenado a regime fechado, aí o próximo presidente da Câmara vai levar para ele lá na Papuda... Ele pode votar da Papuda? Isso é razoável? O direito não pode, a Constituição não pode conviver com o que não seja razoável. Isso não se apresenta como razoável. Por isso o Supremo Tribunal Federal, existe sim um conflito, e cabe ao Supremo fazer a interpretação, retirar das entranhas da Constituição o que ele entende pela Constituição. Aliás, um senador da República no início do século XX, aquele que está ali em cima, disse uma vez nesta Casa, que quem erra por último é o Supremo Tribunal Federal. Nós podemos entender que é um erro, mas quem erra por último deve ser o Supremo Tribunal Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Agradeço, Senador Taques, e peço dois minutos ao Senador Suplicy para dizer que eu creio que, do ponto de vista da razoabilidade, o Supremo está correto. Há uma contradição, mas, do ponto da razoabilidade, está correto, por mais lamentável que seja.

Quero concluir dizendo o seguinte: esta cédula aqui tem quase 500 páginas. Se contarmos 500 páginas para 600 parlamentares, temos 300.000 folhas de papel. Se considerarmos um livrinho do Ensino Fundamental de 30 páginas, daria para fazer 100.000 livros para a escola brasileira. Estamos falando do custo político do ridículo. O Tribunal de Contas deveria perguntar o custo financeiro de fazer isso, que não serviu para nada.

Por isso, quero concluir dizendo que eu gostaria muito aqui de desejar um feliz Ano-Novo, mas não vou fazer ainda, porque, Senador Randolfe, eu tenho a impressão de que, do ponto de vista do que eu esperava para 2012, esse é um ano que não começou ainda. Se este ano não começou ainda, do ponto de vista das esperanças que eu tinha em relação ao nosso funcionamento, fica difícil desejar um próximo Ano-Novo.

Eu prefiro que esse demore um pouco mais, e que consigamos fazer nele o que o povo brasileiro deseja para não termos a imagem de irrelevantes e de ridículos que temos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Cristovam Buarque, acho muito importantes as considerações que V. Ex^a faz, sobretudo quando propõe – assim como os demais Senadores que o apartearam – a realização de um debate de profundidade, por ocasião da eleição do próximo Presidente do Senado. Acho que isso é algo muito relevante para esta Casa.

Agora, tendo o Senador Cristovam Buarque falado como Líder, está inscrito o Senador Cícero Lucena. (*Pausa.*)

Não estando presente, Senador Ivo Cassol.

Em seguida, como Líder, o Senador Randolfe Rodrigues.

Tem a palavra o Senador Ivo Cassol, do PP de Rondônia.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, aqui, mais uma vez, quero ser solidário aos colegas Senadores. O próprio Senador Cristovam Buarque, no seu discurso, agora há pouquinho, dizia da preocupação que nós, Senadores e Deputados, temos de poder apreciar mais de 3 mil vetos. É uma tarefa difícil e, infelizmente, é uma tarefa que está acumulada. Mas, ao mesmo tempo, eu quero dizer que, infelizmente, esses pecados foram cometidos por essa própria Casa, quando os vetos do dia a dia não foram apreciados. E nós temos vários vetos aí. Exemplo disso são os vetos do Código Florestal e os vetos do petróleo. Enfim, há muitos vetos pela frente, o que é uma ansiedade da população brasileira. E ainda, na verdade, eu tenho feito o levantamento,

Senador Petecão, e muitos desses vetos são projetos desta Casa de anos e anos, Sr. Presidente, parados, aprovados e, infelizmente, depois estagnados.

Mas, hoje, com imensa alegria e tristeza... Alegria porque se aproxima o Natal, e o Natal é um momento de confraternização, é um momento de reflexão, é um momento de analisarmos nossos atos, nossos passos e, ao mesmo tempo, levantarmos o que nós podemos melhorar ainda mais como pessoa, como ser humano. E essa reflexão eu faço todos os dias e faço todos os anos.

Mas, ao mesmo tempo, o que me entristece muito, Sr^{as} e Srs. Senadores, é quando me deparo – e eu estou aqui com a revista *Veja* do último final de semana – com tanta crise, que se fala na área da saúde, porque não há dinheiro; tanta crise que se fala, que falta dinheiro para a segurança pública, que falta dinheiro para investimento. Tantas vezes eu vi – e esta Casa aqui também aprovou – financiamento para a Petrobras para fazer os investimentos de infraestrutura para aumentar muito mais a produção do petróleo, do pré-sal. E aqui foram discutidos os *royalties* do pré-sal, que já virou uma rotina. Brasileiro nenhum aguenta mais ligar a televisão, porque é só pré-sal, é só *royalties*, é para Estado fulano, é para Estado sicrano. E eu quero dizer que eu fico com a maioria dos Estados brasileiros, quando dizem que esses *royalties* vêm dar resultado positivo como receita para ajudar a diminuir o sofrimento na área da saúde.

Mas, o que me entristece, Sr^{as} e Srs. Senadores, é saber que nessa revista do último final de semana diz o seguinte, no título dela: “1 bilhão pelo ralo”. Foi R\$1 bilhão, de reais não, desculpa, é dólar. É R\$1 bilhão, de reais não de dólar. Corrigindo de novo, nós estamos acostumados com os reais. Mas é R\$1 bilhão, de dólares... Eu mesmo estou me corrigindo, porque, infelizmente, os tombos são tantos que, infelizmente, a gente chega a perder a conta do dinheiro. Esse um bilhão que foi para o ralo, em dólar, é esse o prejuízo, em dólar, que a Petrobras deverá ter com a venda da sua refinaria no Texas, um dos piores negócios já feitos na história da estatal, que o Tribunal de Contas da União investiga: “1 bilhão de dólares”. Eu li essa matéria toda.

Desde que assumiu a presidência, em fevereiro, a engenheira Maria das Graças Foster... Eu quero, aqui, deixar o meu abraço a essa mulher arrojada, determinada, e o que depender de mim, como Senador, para ajudar a poder moralizar essa estatal... É vergonhoso o esquema podre que há, ainda, dentro de estatal brasileira. É inaceitável, Sr^{as} e Srs. Senadores. É US\$1 bilhão. São recursos nossos. Alguém vai dizer o seguinte: “Não, mas são dos acionistas.” Mas o acionista

é o nosso povo. Mas há parte desse dinheiro que é do Governo. E o Governo quem é? Somos nós, é a população brasileira, nós somos Governo. Não interessa qual partido, porque quem inventou o partido foi o homem. O Governo é nosso, da população. E é US\$1 bilhão.

Compraram uma refinaria no Texas, sucateada, uma refinaria que foi comprada, infelizmente, negociada. E o que há dentro dessa matéria é tão vergonhoso, tão podre, que eu entrei com requerimento, hoje, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, para que seja ouvido – e, aí, não foi aprovado, ficou para o começo de fevereiro o nosso trabalho, no retorno das férias –, que seja convidado, que seja intimado, tanto o ex-Diretor, o ex-Presidente da Petrobras, que todo mundo conhece, o José Sérgio Gabrielli, e, também, que seja convidado para vir dar explicação o Sr. Nestor Cerveró e o José Gabrielli.

Nestor Severo era o Diretor Internacional da Petrobras, e hoje, por incrível que pareça, como prêmio, deram para esse cidadão a Diretoria da BR Distribuidora no Brasil.

Esse cidadão tinha que estar na cadeia. Esse Nestor devia estar preso. O Sr. Gabrielli devia estar preso. Enquanto nós vimos e assistimos a pessoas que, para sobreviver, muitas vezes furtam um pote de margarina ou um pão, essas pessoas fraudaram, arrebentaram, estupraram a Petrobras em US\$1 bilhão. Uma refinaria que praticamente não presta para ferro velho.

Fizeram uma negociata com a empresa Astra, com um ex-funcionário da Petrobras que fez a intermediação, que é funcionário dessa Astra americana, e ainda garantiram um lucro de 6,7, se não estou enganado, nesse negócio. Se a Petrobras fosse fazer o refino do petróleo brasileiro nos Estados Unidos ficaria com essa empresa podre para ela.

Sr. Presidente, nós assistimos, e estamos aqui, nesta Casa, que tem que fiscalizar, Sr^{as} e Srs. Senadores, pasmem, infelizmente calados. Enquanto vejo meus colegas brigando e discursando por causa dos *royalties* do pré-sal, eu vejo a Petrobras botando dinheiro no lixo. E botaram no lixo lá atrás.

A própria Presidente Dilma, na época em que era Presidente do Conselho, aqui, na declaração, foi contra a aquisição dessa empresa, mas infelizmente tomaram posições na calada da noite, compraram essa empresa, deram guarida, fizeram um contrato malfeito, um contrato fraudulento. Esse contrato fraudulento obrigou, na Justiça, depois, a pagarem mais 839 milhões. Mas a pergunta de vocês é: são milhões de reais? Não, são milhões de dólares! Esse é o pagamento que fizeram dos 50% restantes da empresa que essa mesma empresa Astra comprou por US\$46 milhões.

Uma empresa que foi adquirida por US\$46 milhões, um ex-funcionário da Petrobras intermediou esse negócio, e ela acabou custando para a Petrobras US\$1 bilhão, 180 milhões.

Hoje, no mercado de ferro velho, hoje, no mercado dos Estados Unidos, para derreter e fazer peça nova, não se ganha mais do que US\$180 milhões. O investimento teria que ser, no mínimo, de mais US\$1 bilhão, 180 milhões, o equivalente ao mesmo custo para fazê-la funcionar e produzir da mesma maneira que temos refinarias modernas no Brasil e nesse mundo afora.

Infelizmente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o nosso dinheiro. Infelizmente, são situações que nos deixam perplexos. Infelizmente, são situações em que a Petrobras, de quem, há pouco tempo, se dizia da estabilidade e da garantia que tinha como uma das melhores empresas de investimentos do mundo e do Brasil, hoje se considera um péssimo negócio. É como disse para mim o nosso colega, Senador Cyro Miranda: “Fiz um investimento na Petrobras e o meu prejuízo hoje já é grande. Infelizmente, ninguém esperava por isso”. Ele me disse isso enquanto eu mostrava a matéria para ele, falando da preocupação que nós temos não só com o prejuízo que deu aqui, mas de quantos prejuízos foram dados lá atrás, em outras atividades.

Ao mesmo tempo, as cifras que faziam da sociedade com a Petrobras um negócio atraente com a Astra, ficou combinado que as empresas dividiriam US\$1 bilhão e 500 mil necessários para adaptar a refinaria.

A Astra comprou essa empresa por US\$46 milhões, iam investir mais US\$1 bilhão e 500 mil e adaptar a refinaria para que ela pudesse produzir o óleo, o petróleo brasileiro. Em caso de divergência, a estatal se obrigava a comprar a parte da sócia. Olhem a situação: em caso de divergência... Olhem o contrato que os advogados e a diretoria da Petrobras fizeram lá atrás: em caso de divergência, a estatal se obrigava a comprar a parte da sócia. “A Petrobras também garantiu à *trading* belga uma remuneração de 6,9% ao ano, mesmo em um cenário de prejuízo”, diz o Procurador do Tribunal de Contas da União Marinus Marsico.

Tudo indica que a Petrobras fez concessões atípicas à Astra. Isso aconteceu em pleno ano eleitoral. Concluindo: está fácil arrecadar dinheiro da Petrobras por causa do contrato de pai para filho.

Isso não é nem de pai para filho, porque o pai faz doação para o filho, não faz contrato com o filho. Um contrato desses é de cabra safado e sem-vergonha para ladrão e desonesto. É o contrário. E de pai para filho: tome aqui. De quanto você precisa? Do que você precisa? Dê para cá. Esse contrato é um dos piores, que assaltam e que roubam em qualquer lugar. Infelizmente, ainda são alguns diretores nossos.

Os belgas decidiram sair da sociedade, a Astra, que é a mesma empresa. A Petrobras se recusou a pagar os US\$700 milhões, preço com o qual se comprometera com os belgas. Eles foram à Justiça americana exigir as garantias contratuais.

Olhem o que acabei de falar. Fizeram um contrato não de pai para filho, não, gente! É de cabra safado e ladrão sem-vergonha! Fizeram um contrato contra o próprio Brasil! É muito fácil. Fica o dinheiro lá fora, Sr. Presidente. O dinheiro já está lá, já mandam para lá sem explicação. E ninguém investiga. Em dois anos que estou aqui, não vi ninguém investigar nesta Casa. Eu não sei por quê. Mas espero que essa investigação comece a acontecer, e eu quero fazer parte disso. Nós somos Senadores e os Senadores são os fiscais da lei.

Quatro anos depois de romper com o sócio, recebeu ganho de causa na Justiça. Após um acordo, embolsaram mais 839 milhões. Embolsaram depois disso. Fizeram um contrato fraudulento, uma sem-vergonhice, e ainda tiveram que pagar na Justiça mais 839 milhões. Mas por que tiveram que pagar na Justiça? É muito simples, o contrato foi compactuado, foi acertado entre eles. E, ao mesmo tempo, o Brasil, a estatal tem que pagar 839 milhões.

Nestor Severo continua na Petrobras. Olhe que situação, gente! Sr. Nestor, eu queria que o senhor estivesse me assistindo. O senhor continua na Petrobras. E aí, a Presidente tem que tomar providência. O Nestor continua como Diretor Financeiro da BR Distribuidora! É colocar o rato para ficar cuidando do queijo!

Gabrielli, todo mundo sabe que saiu da Presidência da Petrobras. É Secretário de Planejamento da Bahia. Com certeza, se ele continuar fazendo o que fez dentro da Petrobras, a Bahia quebra em pouco tempo, porque não tem a estrutura que tem aqui. E aí fica a pergunta no ar.

E aqui diz: "Ficou tudo isso mesmo, com o prejuízo sendo arcado, como sempre, pelos sócios da Petrobras. E, entre eles, o maior é o Governo brasileiro, ou seja, a conta foi mandada para o cidadão brasileiro pagar", para nós pagarmos.

É com essa matéria, Sr. Presidente, que infelizmente eu fecho o ano com tristeza, sabendo que estamos discutindo aqui dinheiro para a saúde, dinheiro para a educação, que falta para essas áreas, sabendo que o BNDES financia bilhões de reais para a Petrobras. E eu seria a favor, mas desde que fosse para fazer investimento sério.

E aí, queria fazer um pedido especial a nossa Presidente, a Engenheira Maria das Graças, de que tome providência com esse Diretor da BR que cuida da parte financeira, que é um dos responsáveis por essa fraude que cometeram contra o povo brasileiro e

contra os acionistas. Quando falo em acionista, tanto tem brasileiro como também tem no exterior.

Enquanto isso, falta esse US\$1 bilhão para fazer investimento na Região Amazônica, para trazer o gás de Urucu para Porto Velho, para que possamos reduzir o custo da indústria, para que possamos ter a nossa termoeletrica lá em Porto Velho, que é movida a diesel e que está parada hoje, sendo gerada pelo gás. Uma estrutura montada que custa milhões de reais. Aí a Petrobras não tem dinheiro. Não tem dinheiro mesmo, por causa dessa situação! Não tem dinheiro para fazer esse investimento. É essa a tristeza que infelizmente nos deixa.

Como Senador do Estado de Rondônia, Senador do Brasil, defensor da Amazônia, com tudo o que temos trabalhado, não é justo, quando em vários outros levantamentos que foram feitos descobriu-se gás natural e petróleo na Amazônia pudessem ser explorados, isso fica para o futuro.

Enquanto fica essa barulheira toda no pré-sal, dinheiro que era para a saúde, para a educação, para atender aos Estados indo para o ralo.

Infelizmente, Sr. Presidente, é com tristeza que encerro o ano aqui.

(Soa a campanha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Mas é com alegria que faço o meu trabalho e o meu papel como Senador. Essas denúncias não podem ficar em aberto. Quando retornarmos do nosso recesso, teremos que tomar providências, porque acreditamos que podemos fazer melhor e mais sério ainda.

Por isso quero desejar ao povo do Brasil, ao povo do meu Estado de Rondônia, aos amigos, às amigas, aos jovens, a todo mundo que me assiste e acompanha pela TV Senado, pela Rádio, um feliz Natal, de muita paz, muita harmonia, muita alegria. Ao mesmo tempo, desejar um feliz 2013 – Sr. Presidente, só dois minutos, para encerrar – de prosperidade e seriedade.

Que a Presidente Dilma possa fazer essa faxina, mudar esse Diretor da BR Distribuidora hoje, da mesma maneira...

(Interrupção do som.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – ...Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que ela mandou embora quando foi descoberto o escândalo que aconteceu em São Paulo com assessores que representavam o Governo Federal lá.

Essa é a medida, essa é a postura, assim a Presidente Dilma tem feito até hoje. Infelizmente, isso ainda é resultado de gestão do governo passado. Muitos até fazem discurso bonito, até concordo, mas também tem muita podridão embaixo do tapete que tem que se

botada para fora, para que nós, brasileiros, possamos repassar isso em outras áreas.

Mas, ao mesmo tempo, queria pedir também, com imensa alegria e gratidão, para as pessoas, para as senhoras, os senhores, os jovens, para os líderes religiosos que sempre vão à igreja ou mesmo em casa e sempre estão orando pelas autoridades que continuem orando, especialmente para os nossos governantes, para os novos prefeitos, novos vereadores, que, ao mesmo tempo, cada um possa ter sucesso nessa caminhada. E junto, na oração, coloquem o meu nome, para que Deus continue me abençoando. Todo mundo sabe no meu Estado que a minha luta sempre foi difícil, mas quero dizer que sempre continuo buscando os direitos como pessoa, como ser humano e como político.

A justiça foi feita para isso e nós sempre buscamos nela a paz, a tranquilidade. E é disso que nesta Casa também precisamos.

Que Deus abençoe todo mundo.

Obrigado. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Ivo Cassol, do PP de Rondônia, exercendo a sua função de Senador como um fiscalizador das coisas que acontecem. E é importante que V. Ex.^a assim exerça o seu mandato.

Tem a palavra, agora, pela Liderança do PSOL, o Senador Randolfe Rodrigues, do Amapá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, aqueles que nos assistem pela TV Senado, nos ouvem pela Rádio Senado, como ainda teremos sessão amanhã, antes de fazer as devidas homenagens ao Natal e fim de ano, quero utilizar a tribuna, nesta noite, para prestar alguns esclarecimentos que considero importantes serem prestados ao Senado, visto que fui Presidente de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que investigou, no ano passado, as atividades, que investigou, no ano passado, as denúncias de irregularidades praticadas pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – Ecad e que investigou e apontou a necessidade de aprimoramento da atual lei de direito autoral e de execução pública descentralizada no Brasil, a Lei nº 9.610, de 1998. Essa CPI atuou, no ano passado, entre os meses de junho de 2011 até abril deste ano.

Faço questão de trazer aqui alguns esclarecimentos porque, neste mês de dezembro, deveríamos, na pauta de tantos projetos e matérias que ontem votamos, deveríamos ter votado também o Projeto de Lei nº 129, de 2012, que foi resultado do trabalho dessa CPI. Entretanto, lamentavelmente, as Lideranças partidárias, mesmo tendo assinado o requerimento de

urgência para a votação desse PLS, o conjunto das Lideranças acharam por bem não concordar com a votação neste momento. Talvez tenha sido resultado de um conjunto de pressões.

Aliás, ao conhecer o sistema de funcionamento do Ecad, eu não duvido da capacidade de pressão desse sistema. Ora, um sistema que arrecadou, no ano de 2010, quase meio bilhão de reais, R\$500 milhões, quase o que representa o Orçamento do Ministério da Cultura, deve ter, realmente, muito poder para fazer todo tipo de pressão e impedir que algum projeto que modifique o sistema de arrecadação e distribuição de direito autoral no Brasil, seja apreciado por esta Casa. É legítima a pressão. Embora não sejam legalizados no Brasil os *lobbies*, por mais condenáveis que sejam, pressão é um instrumento legítimo. Não são legítimos, às vezes, os protagonistas e personagens da pressão.

Quem frequentou os corredores do Senado, há três semanas, não foram somente alguns artistas e compositores com relações com a Ecad. Alguns artistas com relações com o Ecad, alguns, inclusive, servidores do Ecad, a esses eu não reclamo a pressão. O que eu reclamo é que, junto com esses, vieram alguns dirigentes da sociedade, integrantes do Ecad e da própria diretoria do Ecad, que foi indiciada pela CPI.

Imaginem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senadora Ana Amélia, se, de repente, da CPI que, lamentavelmente, encerrou ontem, a CPI que investigou os negócios do Sr. Carlos Cachoeira e da empreiteira Delta... Aí é outro capítulo para falar depois, porque é um capítulo triste. Terminamos essa CPI sem relatório, porque o relatório foi derrotado ontem, numa manobra e artimanha que ocorreram nas madrugadas aqui, e em virtude do que apresentava o relatório, que era o indiciamento de algumas pessoas como o Sr. Fernando Cavendish.

Mas, vamos lá. Imaginem se, daquela CPI do Sr. Carlos Cachoeira, sai um projeto de lei de combate à lavagem de dinheiro e, depois, o Sr. Carlos Cachoeira vem ao Senado pressionar os Senadores para que não fosse votado o projeto que combate à lavagem de dinheiro? Pois bem, o que aconteceu aqui foi isso, há três semanas.

Dirigentes do Ecad e, notadamente, alguns dos indiciados pela CPI do Senado Federal sobre o Ecad, vieram aqui pressionar os Senadores com a cara mais limpa do mundo, como se não tivessem sido indiciados, dentre outros crimes, pela formação de quadrilha.

Mas quero, então, fazer alguns esclarecimentos sobre o que tratava o nosso PLS e, talvez, deixar ao conjunto do Plenário e aos Senadores que não é nada do que foi alegado por alguns dirigentes do Ecad, nota-

damente pelos indiciadas pela CPI do Ecad, que teve lugar aqui no Senado.

O produto do relatório final dessa CPI identificou vários problemas de ordem organizativa e estrutural no funcionamento do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição. Por isso, propusemos o Projeto de Lei nº129, de 2012, para corrigir erros e lacunas identificados pela investigação da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito. O argumento que aqui foi apresentado pelos dirigentes do Ecad e pelos indiciados foi o de que era preciso tempo para debater.

Ora, a nossa CPI durou dez meses, foram reuniões e audiências públicas em todo o País. Percorremos todas as regiões do País. Como não há tempo? Esse sistema está em debate há pelo menos 15 anos. Como não há tempo? Essa CPI não foi a primeira que investigou o Ecad, que já foi objeto de outras quatro CPIs: CPIs que aconteceram nas Assembleias Legislativas de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e uma CPI que teve lugar na Câmara dos Deputados. Todas chegaram a conclusões semelhantes a respeito do funcionamento do sistema de distribuição do direito autoral no Brasil. Todas chegaram a conclusões sobre a prática de cartel na fixação dos preços praticados pelo Ecad, na falta de transparência no sistema de arrecadação e distribuição, na falta e na ausência de critérios claros para as associações representativas dos autores, compositores e intérpretes.

Não é qualquer autor, compositor e intérprete que tem o direito de ocupar um lugar na administração do Ecad. É de conhecimento público – e denúncias nos dão conta – que o Ecad interrompe casamento porque lá está sendo tocada ou manifestada uma obra que não teve o recolhimento do direito autoral. Os abusos do Ecad são contra os próprios usuários do sistema do Ecad, autores, músicos e compositores, e contra os cidadãos, que são obrigados a pagar o direito autoral.

Nós não estamos falando em não pagar o direito autoral. Estamos falando da prática do cartel no arbitramento dos valores e nos excessos praticados pelo escritório.

Senadora Ana Amélia, com muito prazer e honra, ouço o vosso aparte.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Meu caro Senador Randolfe Rodrigues, eu tenho a convicção de que V. Ex^a – e lamentavelmente eu não participei da CPI – consegui, com a iniciativa dessa investigação parlamentar, abrir a caixa-preta do Ecad. Esse foi o ponto principal. Eu tive a oportunidade de, junto com a Deputada Jandira Feghali, aqui no Senado, trabalhar pelo desejo dos artistas de manter a urgência para o projeto que V. Ex^a está referindo agora. Eu queria dizer que o nosso Líder Francisco Dornelles foi festejado

porque manteve a urgência. Outros Líderes, da mesma forma, aqui no Senado, entenderam as razões da relevância do assunto. Estavam aqui muitos artistas fazendo a defesa do interesse da categoria, dos nossos cantores, compositores, enfim, comprometidos com a arte. Foi possível manter a urgência, e a Ministra da Cultura, Marta Suplicy, com muito zelo e diligência, ajudou nesse processo. Recebi dela uma manifestação em uma mensagem pelo Twitter – ela é uma tuiteira contumaz como V. Ex^a. O Senador Suplicy, que está presidindo a sessão, da mesma forma também teve uma atuação exemplar nesse processo. E eu, quando ouvi depoimentos de como funcionava na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, fiquei impressionada porque, em pequenos hotéis do Rio Grande do Sul, na região serrana, no quarto do hotel, a emissão do rádio que esteja ligado paga uma taxa para o Ecad. Ora, um pequeno hotel, uma música que não é compartilhada! Isso acontece na intimidade de um quarto de hotel ou de uma pensão. Apresentei, inclusive, um projeto para que, nesses casos, não haja cobrança, porque ele não tem o espírito da exploração artística da obra ou da autoria de uma música, porque não cabe, porque onera o custo para esses estabelecimentos. Então, eu queria me congratular com V. Ex^a para dizer que estou solidária com isso e com a própria Ministra Marta Suplicy nesse processo que pretende dar um basta a esta caixa-preta que precisamos desvendar. E tudo o que V. Ex^a está revelando mostra claramente a interferência indevida. Refiro-me ao fato de representantes da instituição virem aqui, junto com outros artistas que talvez tenham interesses não bem claros, para defender tais interesses. Parabéns, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Senadora Ana Amélia, quero cumprimentá-la e agradecer-lhe. V. Ex^a foi fundamental na manutenção da urgência do projeto. Quero registrar aqui o empenho de V. Ex^a, o empenho da Senadora Ana Rita, a vocês duas em especial. Quero registrar que a maioria dos artistas do Brasil, tenho certeza, quer transparência do sistema do Ecad. E V. Ex^a e a Senadora Ana Rita aqui acolheram artistas como Ivan Lins e Frejat, que aqui vieram, e outros tantos que estão partidários de nós democratizarmos esse modelo, esse sistema de direito autoral que temos hoje no Brasil.

Eu quero aqui fazer um registro, falar do Ecad, mas não posso deixar de registrar que a Ministra Marta Suplicy teve importantíssimas vitórias desde que ascendeu ao Ministério, como a aprovação recentemente do Vale Cultura, a PEC de criação do Sistema Nacional da Cultura. Eu não tenho dúvida de que Marta fará, já está fazendo e fará a melhor gestão que já tivemos na história do Ministério da Cultura brasileiro. O Ministério

da Cultura e o Governo brasileiro, felizmente, têm uma posição clara de democratização do direito autoral.

Aliás, há outra inverdade que foi dita aqui. Não existe projeto nenhum. Não existe uma linha. Eu desafio os opositores do PLS 129, de 2012, a dizerem qual é a linha do projeto que estatiza o direito autoral no Brasil. Eu quero que eles me digam qual é a linha do projeto que acaba com o direito autoral no Brasil. Falácia! Mentira! E se valerem de uma mentira e de uma falácia para tentar desinformar o Plenário do Senado, os Senadores, as Senadoras e a opinião pública brasileira, para tentar impedir que haja de fato fiscalização sobre o Ecad, fiscalização que não existe desde o fim do Conselho Nacional de Direito Autoral, que era a instância que existia à luz da Lei nº 5.988, de 1973, essa instância foi extinta nos anos 90 e, a partir daí, essa fiscalização deixou de existir, ficando o Ecad como um sistema que não tem nenhum tipo de regulação e fiscalização, em um Estado democrático de direito está acima de tudo e de todos.

O que nós, de fato, propusemos com a CPI, a proposição, é a materialização de um caminho que contribui para a regulação e supervisão do processo de arrecadação e de distribuição dos direitos autorais em nosso País. Não pensamos, em nenhuma medida, qualquer espécie de intervenção do Estado sob os interesses privados. Se tivesse, aí sim o projeto seria inconstitucional. Mas isso não existe.

As associações de gestão coletiva são depositárias de vultosos recursos arrecadados com força de lei perante diversos estratos da sociedade brasileira. Esses recursos são recebidos não em seu próprio nome, mas em nome de seus associados, artistas, compositores e demais titulares de direitos autorais. Nada mais do que justo que as associações que compõem o Ecad, como depositárias dos recursos de autores, músicos e compositores, prestem conta desses recursos. Essas instituições possuem deveres fiduciários com relação ao grupo junto ao qual fazem parte. Os valores bem como a sua atuação devem ser fiscalizados e acompanhados.

Portanto, dessa relação fiduciária, emerge a necessidade de regulação do sistema de gestão coletiva.

Na proposta que apresentamos, resultado da CPI, ficam estabelecidas regras mínimas de transparência, eficiência e idoneidade como forma de assegurar o melhor funcionamento e aperfeiçoamento institucional do Ecad.

O que o Ecad, seus autores e seus indiciados que vieram aqui ao Senado estão se opondo é à transparência, é a um sistema que funcione isento de qualquer tipo de pressão e fundamentalmente fiscalizado.

Então, não estamos falando em acabar com as associações. Ao contrário, estamos falando no projeto de dar-lhes mecanismos para o seu próprio fortalecimento, para que elas sejam, de fato, entidades representativas e não entidades de aluguel, com sócios e não com diretores que, em alguns casos, perduram à frente das entidades por 30 anos em consecutivas “re-eleições” – reeleições com as devidas aspas no início e no final da palavra.

O que dispõe é que as associações que pretendem exercer a cobrança em questão serão obrigadas a comprovar que atendem aos requisitos estabelecidos em lei, bem como a divulgar seus estatutos e respectivas alterações; divulgar as atas das assembleias ordinárias e extraordinárias; que realizem acordos que possuam com associações estrangeiras equivalentes a outros dados relevantes, tal como apresentar relatórios de atividades e realizar auditorias externas.

O que queremos é só dar mais transparência ao sistema, o que virá beneficiar artistas, músicos e compositores.

Então, dessa forma, o Ecad e suas associações devem dar publicidade, através de seus sítios eletrônicos, às fórmulas que utilizam para calcular o quanto deve ser arrecadado e informar como esses recursos serão distribuídos.

Essas medidas representam mais segurança para os autores, que terão maior facilidade de compreensão do funcionamento das entidades que os representam, bem como dos valores que devem receber. Além disso, dão segurança jurídica e previsibilidade a quem paga pelo uso da execução pública de música no País, permitindo, assim, que o mercado amadureça a partir de um regime transparente de fixação de preços.

Essas medidas, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, combatem as justificativas para a autoindulgentia de grandes empresas que desrespeitam e não pagam os direitos autorais em nosso País, vilipendiando o direito daqueles que se sustentam pela sua produção artístico-cultural.

Portanto, Sr^a Presidente, quero aqui, *contrario sensu* dos argumentos apresentados aqui pelos diretores do Ecad, percorrendo os corredores do Senado, e por aqueles indiciados pela CPI, combater suas argumentações em relação a todas elas, em especial àquela que diz respeito à fixação dos preços de cobranças em relação ao direito autoral.

O que o PLS 129 garante é que as fixações de preços pela utilização das obras continuem sendo fixadas pelos detentores dos direitos.

(*Soa a campanha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Só mais um minuto para concluir, Sr^a Presidente.

Logo, não é o Poder Executivo, através do Ministério da Justiça ou do Ministério da Cultura, que irá estabelecer os preços. O que se pede no nosso Projeto de Lei é a possibilidade de o Poder Executivo homologar os preços, a possibilidade não de controlar, mas de fazer a homologação dos preços, atendendo a um reclame de toda a sociedade.

Por fim e em definitivo, Sr^a Presidente, caem por terra os argumentos de que os direitos autorais seriam bens fora do comércio. Isso é argumento do século XIX. O que consagra a Constituição é que esses, os direitos autorais, são regulados pelo nosso capítulo Da Ordem Econômica que está na Constituição, são regulados pela lógica e pela... (*Interrupção do som.*) ... são regulados pela lógica, e não são bens fora do mercado. Isto é um argumento do século XIX. Eles devem ser regulados pelo que disciplina a Constituição. E nem o Ecad e nem suas associações estão acima da Constituição, acima das leis, acima de tudo.

Estou convencido de que é preciso alterar esse sistema de arrecadação e distribuição de direitos autorais no País. Espero que nós voltemos do recesso em fevereiro para apreciar, debater, é verdade, aqui no Senado, mas que não sejamos mais submetidos a *lobbies* daqueles que foram indiciados por uma comissão parlamentar de inquérito por formação de cartel e por formação de quadrilha. Que o Plenário do Senado debata democraticamente e que modifiquemos esse sistema de direito autoral atual, que é anacrônico e corrupto.

Durante o discurso do Sr. Randolfe Rodrigues, o Sr. Eduardo Suplicy deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Lúcia Vânia.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB

– GO. *Fora do microfone.*) – A Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores que será realizada, na sessão de amanhã, dia 20 de dezembro, às 15 horas, a devolução simbólica dos mandatos dos ex-Senadores cassados durante o regime militar, a homenagem e a entrega às S. Ex^{as} dos devidos diplomas, nos termos do Requerimento nº 1.095, de 2012, de autoria do Senador José Sarney e aprovado pelo Plenário.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Passo a palavra ao Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para fazer um breve balanço do ano legislativo de 2012 no Senado, sob a perspectiva da minha atuação parlamentar. Não tenho a pretensão de exaurir

todas as realizações desta Casa, mas me concentrar em três agendas que englobam temas relevantes para o País e que, certamente, estarão presentes em 2013. Refiro-me às agendas da competitividade, da questão federativa e, mais amplamente, de uma agenda da cidadania.

É consensual, hoje, que a promoção da competitividade é condição primordial para a retomada do nosso crescimento em bases sustentáveis. Esse desafio permanece, e há ainda muito por fazer para a melhoria do nosso ambiente econômico. Mas o Governo Federal e o Senado vêm dando contribuições importantes para o avanço dessa agenda. Destaco as Medidas Provisórias 563 e 564, do Plano Brasil Maior, já convertidas nas Leis 12.715 e 12.712, de 2012, respectivamente; e a que atualmente tramita no Congresso, a MP 582. As primeiras focam a ampliação e melhoria das condições do crédito para investimentos, a inovação e o fomento à exportação, fortalecimento dos instrumentos de defesa comercial e ampliação da desoneração da folha de pagamento. A 582 trata do processo gradual de ampliação dos setores que podem migrar uma parcela importante da base de tributação da folha de salários para o faturamento, de forma a mitigar os efeitos nocivos dessa forma de tributação.

Hoje são mais de 40 setores já beneficiados com essa medida de desoneração da folha, e a promessa é poder levar essa medida a todos os segmentos da indústria de transformação.

Na perspectiva de médio e longo prazos devemos ser mais ambiciosos e caminhar para modificar a base de tributação do faturamento para algum imposto de valor adicionado, de forma que o setor produtivo evite a cumulatividade, infelizmente ainda presente no nosso sistema tributário.

Ainda nessa agenda, resalto como fato marcante de 2012 a aprovação pelo Senado do Projeto de Resolução nº 72, convertido na Resolução nº 13, que busca eliminar a chamada guerra dos portos, essa que é a face mais nociva assumida pela guerra fiscal. Ao estimular as importações, financia com recursos públicos empregos no exterior e torna, além disso, os bens produzidos domesticamente menos competitivos com relação aos importados, além de avançar em recursos do ICMS pertencentes aos Estados consumidores dos bens importados.

Caras Senadoras e Senadores, resalto ainda, na agenda da competitividade, as mais recentes medidas provisórias relacionadas ao setor de infraestrutura. Tenho certeza de que essa agenda é muito cara à nossa ilustre Presidente da Comissão de Infraestrutura, que preside, neste momento, esta sessão, a Senadora Lúcia Vânia. Refiro-me em especial às MPs 575, 579 e 595.

A primeira busca tornar mais atrativa a utilização dos instrumentos de Parceria Público-Privada, por meio do diferimento de impostos no aporte dos recursos, aprimora aspectos relativos ao Fundo Garantidor das PPPs e aumenta o limite de comprometimento dos Estados com despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das PPPs – Parceiras Público-Privadas.

A MP nº 579, aprovada ontem no Congresso Nacional e que vai à sanção, tem como principal objetivo reduzir os custos das tarifas de energia elétrica, por meio da eliminação da cobrança de alguns encargos setoriais – como, minha cara Senadora Ana Amélia, a reserva global de reversão, para a qual tive a oportunidade de, junto com a nobre Senadora, encaminhar, à época, um destaque na votação, quando essa medida havia sido, a meu ver, de forma equivocada, prorrogada por esta Casa – e da captura, evidentemente para redução da conta, da amortização e da depreciação dos investimentos realizados nos empreendimentos de geração e nas instalações de transmissão e de distribuição de energia elétrica.

A despeito de não ter avançado no sentido de garantir a distribuição das cotas para os consumidores eletrointensivos – e eu sei que a Senadora Lúcia Vânia compartilha essa preocupação –, que efetivamente contribuíram para os investimentos em geração, posto que dessas unidades que foram amortizadas ao longo do tempo, esse custo também foi assumido pelos setores eletrointensivos, que estão representando a própria indústria de base do País, que se possa reverter, ainda, em parte, a distorção de se ter uma matriz energética com predominância da fonte mais barata de geração, que é a hidroelétrica, apesar de contarmos hoje com uma conta de energia que é das mais caras do mundo, tanto para os consumidores residenciais, como para o setor produtivo.

Esse é o paradoxo: energia barata estruturalmente, na geração; e conta extraordinariamente cara para os consumidores. É bom lembrar, ainda, que a energia virou uma base de tributação no País e toda essa voragem fiscal tem, nessa base, garantido uma extração tributária crescente, lembrando inclusive que os próprios Estados, através da cobrança do ICMS, oneram extraordinariamente essa conta.

A MP nº 595, que está agora sendo apreciada nesta Casa, propõe um modelo baseado na ampliação da infraestrutura; na modernização da gestão portuária; no estímulo à expansão dos investimentos do setor privado nessa área; e no aumento da movimentação de cargas, por meio da redução dos custos e da eliminação de uma série de barreiras nessa área. Essa é uma medida provisória vital e estratégica para

a competitividade, dado que os portos brasileiros são responsáveis por 95% do fluxo do comércio do País.

Sr^{as} e Srs. Senadores, as questões de cunho federativo são também estratégicas. Essa agenda assume importância fundamental, porque os conflitos na nossa Federação estão, de algum modo, comprometendo o ambiente de operação das empresas.

Em 2012, o Senado deu sua contribuição nessa agenda ao aprovar a PEC 103, que propõe uma repartição dos recursos do ICMS decorrentes das transações não presenciais, em especial as do comércio eletrônico.

Na regra atual, apenas os Estados que abrigam os *sites* ou estruturas de vendas recebem todos os valores desse imposto, independentemente do local do consumidor final. Com a PEC, os Estados de destino receberão uma parcela do ICMS. Cabe agora à Câmara confirmar o mérito dessa proposta, corrigindo essa injustiça.

Temos ainda que celebrar a instalação – pela presidência desta Casa – da Comissão de Especialistas, que se debruçou sobre essas questões da agenda federativa, oferecendo ao Senado anteprojeto de lei que buscam soluções factíveis e que, em certa medida, são harmonizadoras desses conflitos que estão aí latentes. Essa agenda estará posta em 2013 e, a meu ver, assume centralidade com a reforma do ICMS.

Eu tenho satisfação de ouvir a minha colega, a Senadora Ana Amélia.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Caro Senador Armando Monteiro, tivemos a oportunidade de, juntos e sob a coordenação do ex-ministro Delfim Netto, sempre um oráculo das questões econômicas, com uma sabedoria cada vez maior nessa área, e dos ex-ministros Pedro Parente e Miguel Jorge, discutir, em São Paulo, na Câmara Americana de Comércio, as questões relacionadas exatamente a esses desafios. E a RGR – Reserva Global de Reversão – nosso projeto conjunto, de nossa iniciativa –...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – É verdade.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – ... talvez fique neutralizada pela medida provisória aprovada nesta Casa a respeito da questão da energia. Mas não importa que o gato seja preto ou pardo, desde que casse o rato.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Evidente.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Nós queremos resolver o problema relativo a essa questão.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – O resultado.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – A matéria está nas mãos do Senador Humberto Costa, também

do seu Estado de Pernambuco, na Comissão de Assuntos Econômicos. Nessa matéria, Senador Armando Monteiro – V. Ex^a tem a experiência de um grande líder empreendedor, uma vez que foi Presidente da CNI durante muito tempo – sobressaem de novo – está aí a nossa Presidente da Comissão de Infraestrutura – as questões de toda a estrutura existente no Brasil que contraria os princípios da moderna economia no mundo. Nós ainda temos o caso da energia. Aqui tenho, do Instituto de Planejamento Tributário, o cálculo do preço final da incidência do imposto sobre conta de luz: 45,8%. Esse é o custo final. É uma coisa absurda! E o de gasolina, Senador Armando Monteiro – o de gasolina, que lamentavelmente é o motor para a economia brasileira também, porque praticamente toda a nossa produção e a nossa riqueza andam de rodovia de caminhão: 57,03%. Como o Ministro Guido Mantega diz que agora, no início do ano, a gasolina vai ter um reajuste, então, essa carga aumenta um pouco mais; e, claro, coitado do consumidor. E ainda se tivéssemos estrada, logística e infraestrutura adequadas às necessidades do setor para se tornar competitivo...Então, o setor privado é competitivo da porteira para dentro da empresa, mas para fora da empresa é ainda muito complicado. Esta aí o sinal do apagão que tivemos na energia em vários Estados. Tomara que a Medida Provisória nº 579 atenuar e mitigue essa situação, porque ela é extremamente prejudicial ao nosso País.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Senadora Ana Amélia, eu compartilho inteiramente dessa avaliação de V. Ex^a e quero lembrar que há algo de errado no País, porque a autonomia dos Estados, na área tributária, não pode ferir políticas nacionais.

Ou seja, não é razoável, Senadora Lúcia Vânia, que ao tributar insumos básicos, como telecomunicações, energia e combustíveis, você esteja subtraindo competitividade da produção nacional. E tudo isso por quê? Porque os Estados ficam procurando mais produtividade fiscal, ainda que isso cause prejuízos que, a meu ver, são quase irreversíveis à produção nacional, sem falar em outras distorções, como, por exemplo, a utilização em larga escala da substituição tributária, que é algo que penaliza fortemente muitos setores.

Então, lembra muito bem a Senadora Ana Amélia que é fundamental, nessa reforma que nós temos de levar adiante, especialmente no ambiente do ICMS, que possamos rever essa questão da tributação de insumos básicos que, de algum modo, compromete a competitividade do País.

Então quero dizer que V. Ex^a tem toda razão, e creio que, na redução do custo da energia, a Presidente Dilma buscou atuar no espaço que tinha, que seria aproveitar a redução dos encargos setoriais,

trabalhar para que a energia velha já amortizada possa de alguma maneira ser apropriada no sentido de buscar a redução da tarifa, mas há ainda um espaço muito grande para continuarmos a reduzir o custo da energia e esse espaço se situa exatamente na área da tributação.

Eu lembrava, aqui no pronunciamento, que temos que celebrar a instalação da Comissão de Especialistas, que se debruçou sobre essa densa e desafiadora agenda que é a da reforma do ICMS.

Os impasses e a insegurança jurídica em torno desse imposto assumiram graves proporções, o que tem afastado e inibido novos projetos de investimentos. É imprescindível uma solução legislativa para os incentivos já concedidos – e eu defendo a convalidação dos incentivos concedidos, mas é necessário ainda uma regra, uma nova regra para disciplinar as novas concessões.

Ao mesmo tempo será necessário limitar o espaço da competição fiscal nociva entre os Estados, reduzindo as alíquotas interestaduais do ICMS. Os debates entre o Governo Federal e os Secretários de Fazenda dos Estados que foram promovidos nesta Casa nos apontam a necessidade de mudanças e a construção de um mecanismo seguro e funcional de compensação aos Estados que perderão receita no primeiro instante.

Devemos igualmente avançar na escolha dos novos indexadores das dívidas estaduais. Isso é muito importante e eu creio que todos já, de algum modo, reconhecem que é insustentável a manutenção do atual serviço da rolagem da dívida dos Estados, tendo em vista que eles estão atrelados a encargos e a indexadores que são inteiramente incompatíveis com o novo momento econômico que o País vive. Ao que parece, teremos a possibilidade de substituir pela Selic o que reduziria hoje quase a metade, Senadora Lúcia Vânia, na média, o custo da rolagem da dívida dos Estados. Isso é algo também imperativo, urgente, e creio que virá nessa cesta das questões federativas mais sensíveis que estão agora em discussão.

Não menos importante e certamente mais urgente é a definição das regras de rateio dos Fundos de Participação dos Estados, o FPE. O Supremo declarou inconstitucional a atual forma de repartição e determinou o seu congelamento, a partir de 1º de janeiro de 2013, caso não sejam aprovadas novas regras ainda este ano. Caberá ao Senado encontrar uma solução que, ao que parece, não logramos obter, e nesse sentido me parece que a proposta do Senador Walter Pinheiro significava um denominador bastante razoável, tendo em vista a complexidade dessa matéria. De qualquer forma, é evidente que o Supremo Tribunal Federal terá

que aguardar, ainda, um novo arranjo que esta Casa vai ter que produzir em torno desse tema.

Sr^a Presidente, finalizando, ressalto os trabalhos em prol da reforma do Código Penal e as propostas para melhorar o nosso sistema de segurança pública.

No primeiro caso, a Comissão de Senadores – que analisa o anteprojeto resultante da contribuição dos juristas – decidiu pela ampliação dos prazos para emendas e audiências públicas, de forma a poder produzir um texto equilibrado, moderno e que reflita o perfil e as demandas da sociedade brasileira.

Temas polêmicos precisam ser enfrentados, mas não podem ser objeto de decisões açodadas, como a flexibilização do aborto e da eutanásia e a descriminalização do consumo de drogas. Será preciso avançar, mas com maior reflexão. Outras questões, como a da criminalização da pessoa jurídica, que é um tema importante que está em discussão na reforma do Código, e a da própria hierarquização e harmonização das penas, exigem igualmente cuidado.

Nas questões próprias da segurança pública, o Código Penal pode avançar, coibindo de forma mais firme o crime de milícias, por exemplo, e outras modalidades criminosas que atentam contra o Poder do Estado, sobretudo retirando as melhores condições de prover esse serviço essencial. Essa agenda também foi objeto de propostas de nossa autoria, que buscam dar maior eficiência ao aparato policial no combate ao crime, em especial o projeto que institui o Boletim de Ocorrência Unificado e a PEC que concede às guardas municipais o exercício de atividades de polícia ostensiva nos limites definidos em convênio com os Estados.

Para concluir, Sr^a Presidente, reafirmo o compromisso de manter uma atuação parlamentar comprometida com os interesses do País e do meu Estado. Servir ao meu Estado e ao meu País não são coisas distintas, mas fronteiras de busca do desenvolvimento nas suas dimensões irrecusáveis: a social e a econômica. São frentes que se entrelaçam, porque o atendimento ao cidadão só será alcançado num cenário de prosperidade econômica crescente e paz social.

As agendas aqui destacadas, cada uma ao seu modo, tangenciam a questão do desenvolvimento em sua plenitude. É tarefa urgente, portanto, dar solidez ao crescimento. Isso é o que tem motivado o nosso mandato.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Armando e o cumprimento pelo discurso.

Antes de passar a palavra ao Líder Magno Malta, eu gostaria de fazer um lembrete às Sr^{as} e aos Srs. Senadores.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores que será realizada, na sessão de amanhã, dia 20 de dezembro, às 15 horas, a devolução simbólica dos mandatos dos ex-Senadores cassados durante o regime militar, a homenagem e a entrega às S. Ex^{as} dos devidos diplomas, nos termos do Requerimento nº 1.095, de 2012, de autoria do Senador José Sarney e aprovado pelo Plenário.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Passo a palavra, neste momento, ao Líder Magno Malta.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, público que nos vê e nos ouve pela TV e pela Rádio Senado, eu vou usar esses 20 minutos, Sr^a Presidente, e tenho alguns assuntos para pontuar nesta noite.

Nós avançamos, durante este ano de 2012, em questões absolutamente importantes para a vida do País. Quero ressaltar que houve um momento em que, sobre o tema redução da maioria penal, eu me sentia como João Batista, a voz que clamava sozinho no deserto, e parecia que havia um turbilhão contra esse discurso, e que não era um discurso contra o meu discurso, mas contra o discurso e o sofrimento de uma sociedade inteira, que sofre, reclama do sofrimento, da angústia e da mazela de ter uma legislação, neste País, onde um homem de 17 anos, de 16 anos, de 15 anos, de 14 anos, que estupra, mata, sequestra, é protegido pela lei, em detrimento de uma sociedade que agoniza, enfrentando, neste País, o maior índice de violência, tão alto como nunca se viu.

Sr^a Presidente, o Estado do Espírito Santo, o meu Estado, é hoje tido como um dos Estados mais violentos do País, embora seja um Estado pequeno. Nos últimos 8 anos de governo, o Estado do Espírito Santo conviveu com 17 mil homicídios, números que foram revelados em 8 anos, e há quem diga que são maquiados, que foram muito mais. Dezoito mil homicídios, e esses homicídios advindos daquilo que chamamos de adubo da violência, que é o uso e o abuso de drogas.

O Espírito Santo conviveu com uma exposição pública e mundial, não só nacional, com as suas masmorras, onde cidadãos que eram presos – e é preciso responderem pelos crimes que cometeram, mas não com a violência, com a violação de direitos humanos, como fizeram –, colocados em contêineres. A senhora se lembra das prisões de contêineres, debaixo do sol, verdadeiros micro-ondas que se instituíram no Espírito Santo, nesses últimos 8 anos.

São 2 anos, agora, do Governo Casa Grande, e a violência aumenta da mesma forma. Eu estive, semana passada, na última segunda-feira – digo –, num programa da TV Gazeta, que reproduz a Globo, que retransmite a Globo, chamado Bom Dia Espírito Santo, e eles falavam de uma pesquisa encomendada pela TV, Senadora Ana Amélia, o Instituto Futura, e dava conta de que 92% da população do meu Estado são a favor da redução da maioridade penal. E dá conta também de que, nos próximos 8 anos, o meu Estado será o Estado que terá a maior mortandade de jovens pelo advento da violência que tem nas drogas o seu abuso. Conheço essa matéria porque vai fazer 33 anos que tiro drogados da rua. É um lado do balcão. Conheço o outro lado porque presidi aquela que ainda as autoridades chamam de maior CPI deste País, de resultados, CPI de resultados e de causas, a chamada CPI do Narcotráfico.

A mim me entristece muito ver que não há um plano de segurança, não há nada que dê tranquilidade à sociedade, de esperar o desenrolar de um dia seguinte, para ver a execução de um plano minimamente palpável.

Olha, eu acho que a roda foi inventada. Justiça seja feita. O Cabral está fazendo um grande trabalho na área de segurança pública. O Beltrame, o seu Secretário de Segurança Pública, tem muito a ensinar. A roda está inventada. Acho que a disposição do Governo Federal de ir ao encontro do Rio, numa solicitação do Governo, é a mesma disposição de ir aos outros Estados numa disposição solicitada pelos governos estaduais, para que os mesmos planos sejam ocupados. Porque operação de guerra é assim. O tráfico está em todo o lugar e quando você disputa uma guerra, Senadora Lúcia Vânia, sabemos que, quando você ocupa o aparelho do seu adversário, o aparelho do inimigo na guerra, você de lá não sai mais. Você ocupa, ergue a sua bandeira e traz o seu povo.

Essas UPPs do Cabral não foram nada mais do que isso. Ele foi, ocupou e levou o Estado e não mais desceu. Não fez uma operação e depois foi embora e os ratos voltaram. Mas ele foi e estabeleceu-se naquele lugar. Ora, a roda está inventada. Todos os governadores podem fazer isso. Será que sentem vergonha de dizer que foram ouvir o Cabral, ouvir o Beltrame? Enquanto isso, o povo sofre, porque não tem a dignidade de reconhecer que alguma coisa boa foi feita.

Olha, eu gostaria muito de ver essas UPPs no meu Estado. Há áreas de risco, áreas de muita violência, onde a sociedade do bem, que vive, vive apavorada com meia dúzia de bandidos que ditam a hora de dormir, a hora de acordar, e tem domingo que eles

não permitem que vão à igreja, e tem dia em que não permitem às crianças irem à escola.

Nós não estamos vivendo no país de Alice. E hoje eu vejo gente que nunca tratou dessa matéria, que debochou dessa matéria e outros que tinham medo por conta de pesquisa, agora eles são os arautos da redução da maioridade penal. Sejam bem-vindos, se somem a nós, vamos fazer a grande corrente. Porque, quando eu tinha 15 anos, eu já era homem; quando eu tinha 14 anos, também. E hoje o tráfico não trata com faixa etária. Se tem 13 anos e tem a capacidade e a coragem e o sangue no olho de queimar um ser humano dentro de um pneu, incendiar um ser humano, incendiar um ônibus com crianças inocentes ou com trabalhadores dentro dele, com um litro de gasolina, dinheiro vindo de arrecadação de usuários de droga, esse, então, se torna general ou gerente de uma boca, independentemente de sua faixa etária. Por que é que nós trataremos por faixa etária?

Encerro o ano, reafirmando à população do Estado do Espírito Santo, reafirmando à população do Brasil que debato redução da maioridade penal, enfrentando tudo e todos, em um determinado momento, desde a época em que era Deputado Federal. Para tanto, reafirmo que continuarei, mas com a minha proposta de emenda na Comissão da mudança do Código Penal brasileiro, e a minha proposta não trata, Sr^a Presidente, não trata, Srs. Senadores, Senador Petecão, de faixa etária. A minha proposta diz o seguinte e vai continuar esta: “Qualquer cidadão, independentemente de sua faixa etária...”, sem faixa etária, se é 13, se é 14.

Ora, redução de maioridade penal, reduzir de 18 para 16 não quer dizer nada. Quem tem 16 tem 18; quem tem 18 já teve 16 e não muda nada. É homem do mesmo jeito. Ora, vai mudar o que, se de cada 10 crimes neste País, 8 têm um chamado menor envolvido que mata, estupra e sequestra. Nós temos que acabar com essa estória de faixa etária. A proposta é a seguinte: “Qualquer cidadão brasileiro que cometer crime com natureza hedionda perca-se a menoridade e seja colocado na maioridade para pagar as penas da lei”. Uma caricatura muito forte. É assim nos Estados Unidos; é assim em outros Estados.

Dizem assim: “Ah, mas vai acabar com a violência?” Não, porque o coração do homem é o mesmo em todo lugar, mas a violência, a segurança pública é um bolo, é uma fatia para cada coisa e, no Brasil, nesse bolo, a maior fatia pertence à redução da maioridade penal. De cada 10 crimes, nós temos 8 homens com a tarja de menor na testa porque foi um presente que o Estatuto da Criança e do Adolescente deu para esses marginais para que assassinem acreditando na

impunidade e que nada lhes acontecerá por conta de ter a proteção da lei.

Este debate tem que ser aprofundar em 2013 e tem que se aprofundar dessa forma. Nós avançamos tanto em algumas questões aqui na sua discussão, e coisas boas que parecem simples. Por exemplo, votamos aqui uma lei chamada Lei Reginaldo Rossi, que é a lei que beneficia os garçons, que reconhece a profissão, que lhes dá os direitos de aposentadoria. Eu chamei Lei Reginaldo Rossi por causa da música Garçon.

Pode falar, Sr. Presidente.

Eu quero falar também da Lei Angélica, Vou de Táxi, que é a lei dos taxistas. É um patrimônio; o pai morre, o prefeito toma.

O pai aposentava, o prefeito tomava, porque a chamada placa, a concessão era da prefeitura. Agora, não. É um patrimônio de família. É um patrimônio de família. O pai é taxista. Ele morreu, se aposentou, o patrimônio passa para os filhos.

A Lei Angélica, a Lei Reginaldo Rossi, efetivamente, em 2013, a despeito dessas leis que parecem coisas pequenas e não são, nós avançamos. O povo do Espírito Santo sofreu o revés do Fundap. Mas, na luta dos *royalties* do petróleo, fica mais do que claro que numa democracia a maioria tem o seu valor e decide, mas sem violação de princípios e sem violação da lei.

O Regimento Interno é a lei do Congresso, o Regimento Interno é a lei do Senado, o Regimento Interno é a lei da Câmara. Uma grande maioria achou que podia tudo. E, quando podia tudo, podia até atropelar o Regimento, atropelar a lei. E, graças a Deus, o Supremo botou os pingos nos is e mandou que o Congresso Nacional respeitasse a sua própria lei.

Aqui estão 3.060 vetos. Este calhamaço de papel aqui dava para fazer caderno para um monte de menino pobre. Aqui. Foi feito de anteontem para ontem. As urnas de madeira eram um trem mais malfeito, parecendo aquele negócio onde os escravos carregavam ouro, antigamente; ou levavam a fantasia dos seus patrões, os escravos. Aquelas urnas malfeitas de madeira, aquele troço desgraçado, que entrou porta da Câmara adentro para poder encaixar isso aqui. A irresponsabilidade de 10 anos... De 12 anos, aliás. Lá tem veto da época de Fernando Henrique Cardoso e Lula, e, assim, sucessivamente. Doze anos de veto.

Nunca se importaram de votar. Nunca deram bola para nada. E a Constituição Federal diz que, quando há veto para ser votado, tranca-se a pauta de igual modo ao que acontece com medida provisória. E há 10 anos todo mundo vota tudo. Lá está cheio, 3.060 mil. Ninguém nunca respeitou a Constituição.

Foi boa essa discussão, Senador Petecão. Lá tem um veto que prejudica o seu Estado. Esqueceu-

-se do horário do seu Estado? Foi vetado. O povo quer continuar como é, no Acre; o povo não quer mudar o horário no Acre. V. Ex^a guerreou. Foi vetado. Tudo ia dançar agora.

E o fator previdenciário? Os aposentados do Brasil todos esperando. E eles dizem que não pode. Brigaram, mas, para votar por um interesse casuístico e oportunista, podiam derrubar tudo.

E a Emenda nº 29, podia votar? Ali há coisas importantes para o País, que o Governo diz que não tem dinheiro. Emenda nº 29, tão importante para a saúde! Fator previdenciário, tão importante para os aposentados, que construíram esta Nação. Não podia porque não tinham dinheiro, quebra o País.

Ali há coisas absolutamente nocivas ao País. Seria irresponsabilidade, uma temeridade, para um homem que ganha a possibilidade e o privilégio de ter um mandato, de votar um troço desse, às cegas, sem conhecer o mérito e sem ler esse calhamaço da irresponsabilidade.

E aqui viola também a lei que institui o voto secreto. Sabe por quê, Brasil? O Brasil está me assistindo, não está, Senador Petecão? Sabe quem estava votando? O voto é secreto, mas quem estava votando eram os assessores. E o que fez? Fotografei um monte de assessor votando, anotando aqui para eles, porque eu ia mostrar na sessão lá. Eu ia, mas dê graças a Deus que não houve sessão. Está tudo fotografado, os assessores votando. O voto é secreto do veto. Os assessores que estavam votando. Mamãe, me acode! Eles estavam votando, se o voto é secreto.

Olha só o calhamaço da irresponsabilidade. Sabe o que ficou aqui? Tudo jogado no chão. Ficou tudo, na Câmara, jogado no chão. Se a imprensa quiser, vai lá filmar. Está tudo jogado e vai tudo para o lixo. Isto aqui é dinheiro público ou não? É dinheiro público? É dinheiro público. Ora, o Ministro Fux, se tivesse dado uma medida, mandando arquivar o mandado de segurança do Molon e o mandado de segurança das duas Bancadas, teria sido cortejado.

Feliz ano-novo, Ministro Fux!

Veríamos discursos aqui infundáveis – aqui e na outra Casa –, mas o homem mandou arquivar. “É ingerência, é matéria *interna corporis*”. Nada disso! Regimento Interno é lei! E, quando você viola a lei, o Supremo pode interpretar quando provocado. E foi provocado.

Agradeço a Deus porque, hoje de manhã, entrei com um mandado de segurança para impedir essa sessão que ia acontecer, porque essa sessão, com todo o respeito e carinho que tenho pelo Presidente Sarney, ele descumpriu uma ordem judicial! Ele não podia convocar porque o Ministro Fux disse: “Evocando

a Constituição brasileira, é preciso que seja votado o veto um por um, e um por um receba a sua Comissão, que tem até 20 dias para analisar um por um”.

Não demoraram dez anos? Por que tem que votar dentro de 24 horas? Isso é brincadeira! Isso é querer zombar da inteligência alheia e fazer gracinha com o rosto do povo brasileiro.

Entrei agora e vi, no Jornal Nacional, que o texto que eles mostraram, que o Fux está interpretando para poder despachar, ainda hoje ou amanhã pela manhã, foi o texto que nós entramos. Agradeço a meu advogado, Dr. Tomás, que construiu essa peça dentro do entendimento dos dois Regimentos, chamando a atenção de que há uma violação, há uma falta de cumprimento de ordem judicial. Certamente, isso é o que foi mostrado pela mídia e certamente é o que está sendo examinado e interpretado pelo Ministro Fux.

O que deu? Chegamos a um impasse. A maioria, que achava que podia tudo, deixou aberto o painel ontem. Não encerraram a sessão e suspenderam para que o quórum de ontem valesse para hoje, caso alguém viajasse. Só que o Deputado Arolde, do Rio de Janeiro, fez uma questão de ordem.

Parabéns ao Deputado Arolde, da Bancada do Rio, do DEM.

O Deputado Arolde fez uma questão de ordem dizendo o seguinte: “Não se pode convocar sessão do Congresso Nacional tendo uma sessão em aberto”. A sessão estava aberta desde ontem. O Presidente Sarney fechou esta aqui e fez a convocação para uma sessão conjunta, ou seja, do Congresso Nacional, enquanto havia uma aberta na Câmara. O Deputado fez uma questão de ordem.

Parabéns, Arolde de Oliveira!

E a Presidente Rose de Freitas acatou e disse: “Realmente, houve um erro. Eu suspendi, não fechei. Vou fechar e vou reabrir”. Fechou, mas aí caiu o quórum. Já não era a mesma sessão, razão pela qual se inviabilizou.

Fazer um enfrentamento, violentar o Regimento Interno da Casa, violentar o Regimento das duas Casas, violentar a Constituição brasileira e colocar Senadores em situação difícil, a partir do dia amanhã, para poderem explicar para o Brasil como é que votaram, irresponsavelmente, 3.060 vetos, sem saber do conteúdo desses vetos, se bons, se maus, se péssimos para a vida da Nação brasileira.

E aí, povo meu do Espírito Santo, meus irmãos, entramos 2013 com as nossas finanças com o mesmo equilíbrio.

Os poços de petróleo que estão no Rio e no Espírito Santo foi Deus que colocou e lá colocou esses Estados. Os Senadores sabem, e também os Depu-

tados, que *royalty* não é petróleo. Eles sabem, todos sabem perfeitamente, todos têm pleno entendimento de que a riqueza do petróleo é de todos e temos que desfrutar. Gastar isso com educação, saúde, com investimento no Estado do Acre – não é, Senador Petecão?

Mas *royalty* é pagamento de passivo ambiental, social. É pagamento de aluguel. Se tivermos esse entendimento, com base na lei, em 2013, vamos chegar a um denominador comum. Mas, se não tivermos, com a violência da maioria, querendo burlar ou violentar – porque o que se estava fazendo nesta Casa ou nas duas Casas era um estelionato regimental –, não vai acontecer na força.

Por isso, entramos 2013. Parabéns à bancada do Espírito Santo e à bancada do Rio de Janeiro! Nesses últimos dois minutos, apontou um registro.

Acabei, Senador Lúcia Vânia, de ligar para o delegado. Recebi o telefone do delegado federal Dr. Tony Jean de Castro, que está de plantão em Brasília. Acionei a Polícia Federal, por quê? Recebi o comunicado de um assessor graduado de um Senador desta Casa, que me procurou, dizendo que um jornalista o procurou, em reservado, e pediu a ele que investigasse o meu gabinete, para passar as informações para ele, violentar o meu gabinete, violar informações do meu gabinete.

Imediatamente, acionei a Polícia Federal porque, se esse jornalista pediu que violasse o meu gabinete, os IPs dos computadores do meu gabinete...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Nessa orientação, Senadora Ana Amélia, estou oficiando à Mesa, hoje ainda, comunicando o Presidente Sarney e a Polícia do Senado para que comece essa investigação, e pedindo nessa investigação que, nos últimos 10 meses, resgatem-se as fitas do monitoramento de filmagem de segurança desta Casa nos corredores – porque o meu gabinete tem uma entrada pelos jardins e outra entrada próxima, vizinha à Liderança do Governo –, no período onde aqui não estamos e que é o período em que se faz limpeza, para que, nessas fitas, por acaso, encontre-se alguém que não seja do nosso relacionamento, fazendo essas entradas, ou esse mesmo jornalista.

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – As informações dele eu passei todas à Polícia Federal, inclusive do seu *site*, para que se faça uma apuração, porque hoje sou eu, amanhã é o senhor, amanhã é a Senadora Lúcia Vânia, a Senadora Ana Amélia, qualquer um nesta Casa ou qualquer Deputado, no

enjo, no afã, na gulodice, na indignidade de atacar a honra alheia!

Eu irei com esse rapaz às últimas consequências. Ela sabe com quem ele mexeu. Ele sabe perfeitamente de quem eu estou falando.

Para tanto, fiz o registro na Polícia Federal, faço o registro na Casa, vou a fundo com essa investigação porque não sei se as informações do meu gabinete já não foram violadas por esse cidadão, por algum araponga qualquer ou por ele mesmo, caso as fitas e as gravações do monitoramento de segurança desta Casa...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Quero encerrar, Sr. Presidente, neste minuto, desejando a todos os que me ouvem um feliz 2013.

Feliz Natal e próspero ano novo!

Que tenhamos um Natal, que tenhamos um 2013 sem álcool, sem mortes no trânsito, sem violência, sem drogas, sem acinte, sem desrespeito!

Que 2013 seja um ano diferente para todos nós!

Que nós avancemos nas nossas amizades, nas nossas relações, no nosso entendimento de melhorar o País!

Que 2013 seja um ano melhor à família brasileira!

Que, em 2013, mães e pais convivam com filhos muito mais envolvidos com esporte – e nós temos vocação para tal – do que com droga, violência, penitenciária e cadeia!

Desejo a V. Ex^a, Senador Sérgio Petecão, Presidente em exercício neste momento, à Senadora Ana Amélia e à Senadora Lúcia Vânia feliz 2013!

Cumprimentando essas duas mulheres do Parlamento, cumprimento todas as mulheres do Brasil!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Magno Malta, a Sra. Lúcia Vânia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Parabenizo o nobre Senador Magno Malta pelo seu belo pronunciamento.

Concedo a palavra à ilustre Senadora do Rio Grande do Sul Ana Amélia, que, na sexta-feira, vai nos dar o prazer da sua visita, vai visitar o nosso Estado e fará uma bela viagem por todo o interior do Acre, de Rio Branco a Assis Brasil. Depois ela vai conhecer a Cordilheira dos Andes, Cuzco e Machu Picchu.

Boa viagem. Seja bem-vinda ao Estado do Acre, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Petecão.

Quero agradecer ao Senador Magno Malta, dizendo-lhe que é uma honra a convivência, nesta Casa, com o aprendizado e com tantas cabeças talentosas. Hoje, durante o dia todo, esta sessão foi para abordar, numa autocrítica, aquilo que não cumprimos, como dever constitucional e prerrogativa do Congresso Nacional. Muitas vezes reclamamos da tal judicialização, mas ela acontece por omissão nossa. A manifestação da Justiça é sempre, como disse hoje à tarde o Senador Pedro Taques, a interpretação da lei. Lei, sentença judicial ou definição de Justiça se cumpre. Temos muitas falhas. Como se costuma dizer, a gente lava roupa suja em casa. Estamos em casa, embora o Brasil todo esteja olhando para a nossa Casa.

Espero a clemência dos nossos telespectadores para entender que uma Casa política tem muitos conflitos, conflitos de entendimentos, religiosos, raciais, conflitos sociais, conflitos ideológicos, conflitos regionais, conflitos, agora, como o da questão dos *royalties*, pelo qual o Senador Magno Malta, o Senador Lindbergh, o Senador Eduardo, como o meu querido Líder Francisco Dornelles, como a Senadora Ana Rita, o Senador Ferraço e toda a Bancada do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, de modo particular, lutam bravamente, com toda a legitimidade e direito, Da mesma forma que eu, como Senadora municipalista, gaúcha, estou aqui, com Paulo Paim e Pedro Simon, defendendo o interesse de um compartilhamento da riqueza do pré-sal com Estados e Municípios não produtores.

Nós temos de entender a questão dentro dessa perspectiva e não criar tempestade em copo d'água. Penso que o melhor conselho, a melhor atitude, neste momento, entre as elites que comandam os Três Poderes é uma atitude de tolerância, de entendimento e de responsabilidade. Nós não podemos frustrar a crença da sociedade brasileira na capacidade que as instituições democráticas, como o Congresso, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e o Executivo, têm para manter a estabilidade institucional e política. Temos de dar esse exemplo. Essa clemência que peço é que a sociedade entenda esses conflitos, pois são os mesmos conflitos que, às vezes, a gente tem dentro de Casa, na família, entre irmãos, pais e filhos.

O Congresso é isso! É um cadinho de representação que vem do Acre. O senhor lá dentro, as diferenças que têm os três Senadores do Acre. É assim que é a política.

Se fosse todo mundo pensar igual, se todo mundo agisse do mesmo jeito não estaríamos em um sistema democrático. E o bonito é exatamente isso, o exercício que tem o Senador Magno Malta de ocupar a tribuna, expressar todo o seu ponto de vista, toda defesa, da mesma forma como eu agora ocupo a tribuna para

dizer isso, que não podemos, de forma alguma, violar o Regimento.

Eu não quero fazer isso, Senador Magno Malta. E não poderia eu apreciar vetos anteriores ao mandato que eu assumi no dia 1º de fevereiro de 2011. A mim caberia apenas a partir deste momento, porque como sou Senadora, não poderia apreciar vetos anteriores. Não posso fazê-lo, seria ilegítimo, poderia ser questionado. E eu não posso cometer nenhum ato que fira o princípio que defendemos. Criamos não só o Regimento Interno, mas a Constituição, que, lá em 88, foi escrita e ainda não está totalmente regulamentada.

Então, nós tivemos muitas omissões. A responsabilidade que o Supremo conferiu ao Congresso Nacional, ao Senado de modo particular, para definir a questão das medidas provisórias, porque não fizemos o dever de casa, cumprindo o que foi criado na Constituição.

Então, temos muitas omissões a corrigir. E eu tenho a convicção de que o Presidente José Sarney, com toda a responsabilidade que sempre teve em defender a instituição – S. Exª foi Presidente da República –, como Presidente do Senado, terá a serenidade de contribuir, como está fazendo agora, na discussão do Pacto Federativo, na questão dos Códigos, da reforma política, dos temas nacionais, S. Exª também saberá, com a sabedoria e maturidade que tem na compreensão das necessidades nossas, da nossa agenda legislativa, para que 2013 seja um ano de pacificação desses conflitos que temos. Senão, a Federação ficará cada vez mais fragilizada, e a democracia sofrendo as consequências desse processo.

Então, eu hoje estou muito perplexa. Eu precisava falar para dizer que, com a inexperiência – eu não sou formada em Direito. O Senador Magno Malta tem uma liderança, uma capacidade, S. Exª fala como se advogado fosse, e dos bons. Mas a minha experiência é apenas de uma comunicadora, de observar aqui, de ver. Concordo plenamente que tenhamos...

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES. *Fora do microfone*.) – Fiz vestibular para Direito três vezes e não passei em nenhum!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Depois, a gente teria ainda que fazer, que enfrentar o exame da OAB.

Mas é a experiência de vida. E a gente não ganha rugas impunemente. A gente não as ganha impunemente. A gente aprende a cada dia, se tivermos ouvidos atentos e olhos abertos e também a mente aberta, para entender as situações.

Então, eu gostaria muito mais que a nossa Casa hoje, que estivéssemos aqui fazendo todo mundo um entendimento, uma grande confraternização entre to-

dos os Estados e todas as regiões, mas não brigando entre irmãos. E eu penso que isso também é do processo. E nós vamos, sem dúvida, com tolerância, com capacidade, construir uma solução e uma alternativa negociada para esse impasse que foi criado pela manifestação do Supremo diante de uma provocação legítima dos Estados produtores de petróleo.

Eu gostaria exatamente de manifestar isso, tendo em vista que nós agora estamos com a pauta interrompida. É determinação do Regimento. A pauta está interrompida até fevereiro, dia 13 de fevereiro, quando vamos começar a examinar esses vetos.

E, como disse o Senador Magno Malta e disseram outros, até lá vai haver tempo, Senador, de os aposentados se mobilizarem para derrubar o veto do fator previdenciário, de os aposentados se mobilizarem para o reajuste. O Senador Paim lutou tanto por isso. Derrubar vetos que estão aí aguardando. A Emenda 29, para a Saúde, é importantíssima.

Eu gostaria de derrubar um veto da Presidente, porque ela apôs um veto a um projeto que estava aqui, não era de minha autoria, eu fui apenas Relatora, que exigia o curso médio, médio, Senador Magno, para cabeleireiros. Hoje há manipulação de uma série de produtos químicos quando você vai ao cabeleireiro, para deixar seu cabelo mais crespinho, mais bonito, mais brilhante. Hoje, a química dos salões de beleza são verdadeiras usinas de produção, com produtos. O nível médio é fundamental para o profissional operar. Os próprios profissionais quiseram isso. Lamentavelmente, a Presidente vetou.

Discutiu-se hoje até, numa reunião muito interessante, a questão de se colocar “amor” na bandeira nacional. Aí, o Senador Cristovam disse: mas se não se sabe ler “Ordem e Progresso”, as pessoas analfabetas, como é que você vai acrescentar mais uma palavra que vai ser incompreendida, porque as pessoas... Então, deve-se colocar “educação”, “ética”, “honestidade”, “responsabilidade” e “disciplina”.

Então, todas essas coisas aqui, esta Casa foi o palco desse debate, quase no encerramento das nossas atividades.

Eu vim, então, manifestar isso. Eu só lamento e desejo, sinceramente, que a gente, com essa discussão sobre a questão regimental, que é relevante, não comprometa uma discussão crucial relacionada ao Fundo de Participação dos Estados, relacionada à questão federativa.

Não é possível, Senador Magno Malta, que a União continue concentrando 60% do que é arrecadado. E V. Exª deve ter acompanhado as eleições municipais no seu Estado e visto o sacrifício que fazem os prefeitos. Quando o Governo retira o IPI dos automóveis,

um setor altamente lucrativo, que não precisa mais de apoio, o que acontece? Corta a receita dos Municípios. E eu falava com o Prefeito de Gramado, no sábado, vendo aquela maravilha do Natal Luz, o Prefeito Nestor Tissot. Eu lhe perguntei: Prefeito, quanto o senhor vai perder de receita agora, por conta disso? Um milhão e duzentos mil reais. Qual é a prefeitura que, nessa condição financeira de quebrar de uma hora para outra, tem uma receita com esse nível para fechar as contas deste exercício de 2012? Poucas prefeituras terão, porque a maioria dos Municípios brasileiros tem uma média de 5 mil habitantes e, nesse caso, a principal fonte de receita é o Fundo de Participação dos Municípios – FPM. E o IPI é um imposto que entra nessa formação do FPM.

Portanto, nós não podemos comprometer esse debate crucial para dar um equilíbrio maior, que entra na questão da Emenda nº 29, citada pelo nosso caro Senador Magno Malta. Aliás, essa questão institucional é fundamental, é relevante.

Nós precisamos fortalecer as instituições. Hoje nós estamos com um grande desequilíbrio. O Poder Executivo sufoca esta Casa com medidas provisórias: todo dia chega medida provisória, e podemos fazer muito pouco sobre elas. O Judiciário se manifesta sobre as nossas omissões, e a gente não tem condição de trabalhar com tranquilidade.

Também temos alguns vícios dentro da Casa, que é a superposição de comissões temáticas importantes e relevantes: às vezes estamos numa, e temos que correr para outra para poder votar. A Senadora Lúcia Vânia preside uma comissão importantíssima, a Comissão de Infraestrutura. Não faço parte dessa Comissão, mas participo das Comissões de Assuntos Sociais, de Educação, de Relações Exteriores, de Assuntos Econômicos e de Desenvolvimento Regional. E a gente tem que “se virar nos 30” nessas comissões. V. Ex^a sabe bem disso.

Então, nós precisamos fazer um rearranjo no funcionamento, para que possamos fazer um trabalho com tranquilidade e com qualidade na produção.

Hoje, aliás, por falar na situação desse desequilíbrio, eu diria momentâneo, dessa crise um pouco alimentada por nós mesmos, neste momento da redução da atividade econômica e das incertezas no próprio mercado internacional, não é sensato, equilibrado nem respeitoso... Nós teríamos que trabalhar intensamente para desanuviar o clima de tensão provocado pelo processo político que aconteceu nesta Casa. Talvez tenha faltado, Senadora Lúcia Vânia, muita habilidade das Lideranças na relação com o Poder Executivo para um caminho lógico, racional, de respeito ao Re-

gimento para encaminhar essa questão do veto aos *royalties* do petróleo.

Eu sempre fui defensora da derrubada desse veto, porque sou municipalista. V. Ex^a é de um Estado não produtor, o Estado de Goiás, que também, como o Estado do Rio Grande de Sul, quer participar dessa riqueza, mas faltou, talvez, um pouco mais de tempo ou de habilidade ou algum outro fator que nós não sabemos, para que se trabalhasse aqui em relação a essa matéria.

Hoje o jornal *Valor Econômico* publicou um artigo de dois economistas que são pesquisadores da Universidade Federal do meu Estado, o Rio Grande do Sul, Fernando Ferrari Filho e André Moreira Cunha, apontando o fortalecimento das instituições como um dos caminhos necessários para driblar o baixo e frustrante crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil no quarto trimestre de 2011 e no primeiro, segundo e terceiro trimestres de 2012.

Nesta semana, nosso País, lamentavelmente, perdeu o posto de sexta maior economia do mundo para o Reino Unido, segundo o levantamento de uma importante consultoria internacional de análise econômica, a *Economist Intelligence Unit*. Regredimos, economicamente falando, e o Brasil voltou a ser a sétima maior economia do planeta.

Portanto, não podemos dar passos para trás no quesito institucional. Em qualquer lugar do mundo desenvolvido, a segurança institucional precisa ser preservada. As instituições públicas precisam cumprir suas atribuições com responsabilidade e respeito às atribuições alheias, uma equipotência de poderes, uma relação harmoniosa entre Executivo, Legislativo e Judiciário, o que não está acontecendo neste momento.

Eu queria, neste instante, Senadora Lúcia Vânia e caro Presidente desta sessão, exatamente por acreditar nesse equilíbrio de forças, fazer um breve relato do que aconteceu neste ano, porque estou, como a maioria, me despedindo da atividade de 2012 para começar 2013 com maior volume de trabalho e envolvimento.

Visitei, neste ano, mais de 200 dos quase 500 Municípios gaúchos durante as eleições municipais. O meu Partido, o Partido Progressista, alcançou um número de prefeituras que é o maior do Rio Grande do Sul: 136 prefeituras. Elegemos também 113 Prefeitos e 1.164 Vereadores em 497 Municípios. O PP nacional ficou com o comando de duas grandes cidades: Palmas, no Tocantins, com o Prefeito Carlos Amastha, e Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, com Alcides Bernal.

Essas vitórias foram obtidas em um ano de forte campanha em favor dos candidatos “ficha limpa”, mobilização que fiz questão de abraçar, juntamente com

o Tribunal Superior Eleitoral, com a OAB, a CNBB e a sociedade.

Este ano, apresentei 121 proposições, entre projetos de lei, decretos legislativos, requerimentos para audiências públicas e propostas de emenda constitucional. Todas essas sugestões, trazidas pela sociedade, empresas, associações, movimentos sociais e cooperativas, focaram-se na qualidade dos serviços públicos ou privados prestados ao consumidor, na qualidade dos produtos, na gestão pública eficiente e no fortalecimento das instituições.

Essas ações legislativas permitiram, por exemplo, a aprovação de projetos importantes de combate ao câncer. Tive a honra de relatar uma proposta do ex-Senador Osmar Dias, aprovada durante a mobilização do Outubro Rosa, que é fundamental aos portadores dessa grave doença. A proposta foi transformada em lei pela Presidente Dilma Rousseff, a Lei nº 12.732, deste ano, e permite o início rápido, de no máximo dois meses, para o tratamento dos doentes de câncer pelo Sistema Único de Saúde.

Graças ao mandato participativo, com a ajuda das federações, associações e demais representantes da sociedade pública e privada, conseguimos avanços para ampliar o acesso às políticas públicas de saúde.

Nesse caso, eu gostaria também de exaltar um trabalho que foi feito e anunciado hoje. O Ministro Alexandre Padilha recebeu hoje o primeiro lote nacional do medicamento biotecnológico oncológico Mesilato de Imatinibe, indicado para o tratamento da leucemia mielóide crônica e do estroma gastrointestinal, que é o tumor maligno do intestino.

O medicamento é fruto de uma parceria de desenvolvimento produtivo que envolve os laboratórios públicos Instituto de Tecnologia em Fármacos/Farmanquinhos, da Fundação Oswaldo Cruz, a Fiocruz, e o Instituto Vital Brazil, da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, além de cinco empresas privadas. Com a iniciativa, estima-se que a economia para o Sistema Único de Saúde chegue a R\$337 milhões em cinco anos.

Festejo aqui a parceria público-privada nessa área, e o Presidente da Anvisa, Dr. Dirceu Barbano, que ontem me deu a honra de uma visita ao meu gabinete, antecipou para janeiro o início de um concurso público para 250 funcionários, numa estimativa de que haja, para esse concurso, pelo menos 55 mil candidatos, Senador Petecão. Isso dá a ideia do que essa Agência reguladora, a Anvisa, precisa para dar respostas.

“Com essa medida em relação a esse medicamento novo, o Brasil passa a produzir um medicamento que está na última fronteira do tratamento do câncer”, destacou o próprio Ministro da Saúde. E o Ministério

reforça o compromisso de fortalecer o complexo industrial da saúde e de aumentar progressivamente a autonomia de nosso País na produção de medicamentos, tornando-o cada vez mais independente de oscilações do mercado internacional.

Aliás, nesta área, também sou autora de um projeto que prevê a inclusão no rol dos programas do plano de saúde da quimioterapia oral em domicílio. Penso que é um avanço também em relação a isso.

Outra matéria relevante diz respeito à área das fronteiras – e V. Ex^a é de um Estado de fronteira, o Acre –, para que a gente tenha condição de desenvolvimento. Fui autora, fui relatora, melhor dizendo, de um projeto de autoria do Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, permitindo a criação de *free shops* nas áreas de fronteira como forma de estimular o comércio nos Municípios e também a atividade econômica. O assunto já está sendo colocado em exame, para regulamentação pela Receita Federal, que está trabalhando intensamente nessa direção.

Fizemos ainda debates que envolveram diversas instituições em favor dos motociclistas e mototaxistas, uma categoria esquecida pelo Parlamento até pouco tempo. Foi uma oportunidade importante para colher ideias e também pensar em soluções com todos os representantes públicos e privados envolvidos direta e indiretamente com a categoria, para resolver um gravíssimo problema, eu diria, até uma epidemia em relação à mortalidade dos motociclistas que se envolvem em acidentes. E foi muito produtiva essa audiência no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, presidida pelo Senador Jayme Campos.

Para diminuir o desequilíbrio fiscal também crescente entre entes federativos, apresentei, nesta terça-feira, uma proposta de emenda à Constituição que obriga a União a estabelecer compensações nos casos de redução de repasses para os fundos de participação dos Estados e dos Municípios, uma causa que tenho abraçado antes mesmo de minha atuação como Senadora, pois acredito que, com o fortalecimento dos Municípios e também dos Estados, estaremos contribuindo para o fortalecimento da federação.

Os preços e a qualidade dos veículos vendidos em nosso País também se tornaram pauta importante do Senado, após uma série de debates com representantes do setor. Enfim, sempre focando no consumidor e nos desiguais, apresentei sugestões também para melhorar o setor aéreo, agrícola e de infraestrutura, especialmente o de energia.

Só no caso do debate sobre o alto preço do automóvel no Brasil, Senador Petecão, em dois dias, o meu *site* teve um número de acessos surpreendente. Foram 46 mil acessos por conta do tema: abusivos preços do

automóvel no Brasil e com baixa segurança, comparativamente aos produtos internacionais, especialmente europeus. Por conta disso, já requeri à Comissão de Assuntos Econômicos uma nova audiência, trazendo a CUT – Central Única dos Trabalhadores, que me procurou, e os revendedores de automóveis, que também me procuraram, por conta de eu ser autora também de uma lei que altera a Lei Ferrari, que trata do setor automobilístico.

De janeiro a novembro deste ano, o meu gabinete respondeu a 7.581 mensagens de *e-mails* e recebeu 3.066 visitas de mais de 800 entidades. Encaminhamos 14.225 livros sobre temas importantes para os estudantes, temas como a Constituição, o Código Civil, o Código Penal, a Lei Maria da Penha, o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Criança e do Adolescente, como também uma cartilha sobre prevenção do câncer.

Obviamente, tudo isso foi possível com ajuda dos eleitores e das instituições, aos quais eu agradeço muito.

Por fim, não menos importante, eu queria solicitar a V. Ex^a a transcrição nos Anais do Senado do artigo “A BR-470: uma luta histórica”, assinado pelo ex-Prefeito da minha terra, Lagoa Vermelha, Moacir Volpato, mostrando a importância da inauguração, ocorrida no dia 18, da BR-470, no trecho Lagoa Vermelha-Barracão. Estava lá presente o Prefeito Getúlio Cerioli, meu adversário político, mas sou Senadora da cidade, pois sou Senadora do Rio Grande e de todos os gaúchos, não faço nenhuma discriminação a isso. Saúdo o Deputado Ronaldo Santini e Sérgio Zambiasi, ex-Senador, que muito lutaram por essa importante obra, mas especialmente o ex-Prefeito Moacir Volpato e os Vereadores, meus correligionários, Luiz Carlos Kramer, Clóvis Carvalho Neckel, recém-reeleito, e Rosalino Vieira, que tiveram atuação também na defesa dessa grande obra. Ela só será um sonho realizado quando estiver chegando à cidade de Nova Prata. Então, a região nordeste do Rio Grande do Sul terá uma nova revolução com a infraestrutura.

Muito obrigada, Senador Petecão, pelas referências. Tenho certeza de que serei recebida com muito carinho na sua Rio Branco, que é uma cidade que tenho uma grande curiosidade de conhecer, porque, quando o Acre comemorou aniversário numa sessão solene em que V. Ex^a, é claro, também falou, assim como outros Senadores, de modo especial, eu fiquei conhecendo uma iguaria de lá que me deu muita curiosidade. Trata-se da baixaria. Eu quero ver se essa baixaria é boa mesmo, como tanto falam.

Muito obrigada, caro Presidente. Desejo um feliz Natal aos servidores, aos colegas Senadores, mas, sobretudo, aos nossos eleitores, à sociedade gaúcha

e brasileira, que tem acompanhado nosso trabalho aqui, no Senado Federal.

Muito obrigada, Senador.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR^a SENADORA ANA AMÉLIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

BR-470: UMA LUTA HISTÓRICA, POR MOACIR VOLPATO*

Zero Hora- 18/12/12

Estradas encurtam distâncias, aproximam as pessoas e unem comunidades. Estradas asfaltadas, por sua vez, irradiam o progresso, trazem o desenvolvimento, permitem que as riquezas produzidas sejam transportadas com eficiência e custo baixo. Asfaltar uma rodovia significa permitir que o desenvolvimento floresça em suas mais distintas dimensões. É nesse contexto que deve ser aplaudida a inauguração da BR-470, trecho gaúcho Lagoa Vermelha-Barracão, em uma das mais produtivas regiões agropecuárias do Estado.

A luta por seu asfaltamento é muito antiga e, nela, muitos tombaram. Centenas de homens e mulheres, engajados na melhoria da estrada, padeceram sem ver o sonho de tantos realizado. Nesses 32 anos em que participo de batalhas intermináveis pelo asfaltamento da estrada, vi uma legião de lideranças sonharem com uma BR-470 que ligasse o nordeste gaúcho a Santa Catarina e ao centro do país. O sonho, com a inauguração da obra nesta semana, tornou-se realidade! Ficarão, sem dúvida, na memória dos regionais os vultos que não mediram esforços para pressionar, argumentar e convencer governantes da importância desta estrada para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Parabéns aos que lutaram pelo desenvolvimento deste Estado empunhando a bandeira da BR-470, aos familiares dos que tombaram pela causa. Parabéns ao por vezes esquecido nordeste rio-grandense pela vitória, e pela chama de desenvolvimento que a rodovia trará para dezenas de municípios. Mas o sonho da BR-470 ainda não foi concretizado em sua totalidade. Resta o trecho que liga Lagoa Vermelha a Nova Prata, uma estrada que encurta distâncias até Porto Alegre e que atualmente é de chão batido. Na verdade o sonho é ainda mais amplo, sendo nossa luta maior a conclusão do trecho Lagoa Vermelha-Camaquã, o traçado restante da estrada. A luta pelo desenvolvimento continua, e a união de todos será essencial.

A demora para o asfaltamento do trecho e o fato de existirem outros demandando asfalto mostram que

o Brasil, em geral, e o Rio Grande do Sul, em particular, são, ainda, muito deficientes em sua infraestrutura logística. Pelo nosso Estado não são poucos, por exemplo, os movimentos reivindicatórios que pedem o asfaltamento de estradas e até mesmo simples ligações asfálticas locais.

Precisamos de estradas decentes, capazes de fazer circular as riquezas e melhorar a vida da população. Precisa-se, definitivamente, de uma vontade maior de nossos governantes em entender que não podemos ser uma economia competitiva sem priorizar a infraestrutura logística do país. Com tamanha carência na área, pode-se mesmo dizer que Lagoa Vermelha e municípios da região são privilegiados em dispor de uma rodovia como a BR-470, um definitivo vetor de desenvolvimento e progresso para nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Parabenizo a nobre Senadora Ana Amélia, Senadora do Rio Grande do Sul.

Como eu disse, Senadora, vai ser um prazer recebê-la em nosso Estado, até porque o Acre tem uma relação muito próxima com o Rio Grande do Sul. Devemos muito ao Rio Grande do Sul, nosso grande herói é um gaúcho, Plácido de Castro. Então, será um prazer recebê-la em nosso Estado.

Com a palavra a nobre Senadora Lúcia Vânia.

Senadora Lúcia Vânia, se V. Ex^a me permitisse, antes de fazer uso da palavra, eu gostaria de fazer a leitura do Ofício Lutz nº 032/2012:

“Senhor Presidente, Com as minhas homenagens, comunico a Vossa Excelência que o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em sua 2ª reunião de 2012, realizada nesta data, após apreciar os currículos com indicações ao prêmio, escolheu as 05 (cinco) mulheres que serão agraciadas com o referido Diploma, em sua 12ª premiação, a saber: Adélia Moreira Pessoa, Amábíla Vilaronga de Pinho Almeida, Luzia de Assis Ribeiro Santiago, Maria do Socorro Jô Moraes e Telma Dias Ayres.

Atenciosamente, Senadora Lídice da Mata, Presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.”

O expediente será lido e vai à publicação.

É o seguinte o Ofício na íntegra:

Of. LUTZ nº 32/2012

Brasília, 18 de dezembro de 2012

Senhor Presidente,

Com as minhas homenagens, comunico a Vossa Excelência que o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em sua 2ª reunião de 2012, realizada nesta data, após apreciar os currículos com indicações

ao prêmio, escolheu as 5 (cinco) mulheres que serão agraciadas com o referido Diploma, em sua 12ª premiação, a saber:

Adélia Moreira Pessoa

Amábíla Vilaronga de Pinho Almeida

Luzia de Assis Ribeiro Santiago

Maria do Socorro Jô Moraes

Telma Dias Ayres

Atenciosamente, – Senadora **Lídice da Mata**, Presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz .

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Com a palavra a nobre Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, chegamos ao fim de mais uma legislatura nesta Casa. Isso nos impõe, tanto do ponto de vista institucional quanto ético e pessoal, uma prestação de contas. Não poderia ser diferente, já que representamos aqui as unidades federadas do nosso País.

Hoje, especificamente, presto conta das atividades da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da qual faço parte como Presidente. No começo de 2011, eu e os demais Senadores que integram a Comissão fizemos um plano de trabalho para os 2 anos que viriam: a base seria um ciclo de debates que percorresse os problemas de infraestrutura do País, com o instrumento, principalmente, das audiências públicas, trazendo representantes do Governo, técnicos representativos dos segmentos econômicos e especialistas representativos do setor.

Assim, a Comissão de Infraestrutura analisou os modais de transporte, a matriz energética, passando pela importante questão das concessões de energia elétrica, as agências reguladoras, o Programa de Aceleração do Crescimento e a infraestrutura de saneamento básico.

Realizamos 33 reuniões e 11 audiências públicas para percorrermos essa temática, além de termos ido, em audiência, ao Ministério dos Transportes e à Casa Civil da Presidência da República.

Os resultados dos debates dos últimos 2 anos foram publicados em cadernos especiais, que estão à disposição dos Srs. Senadores. Agradeço o apoio do Presidente Sarney, que fez a apresentação dessa coletânea.

Quanto aos investimentos, tem sido alvo de críticas a maneira pela qual o Governo Federal, efetivamente, vem definindo suas prioridades, seja no direcionamento do orçamento público, seja no estabelecimento de estratégias gerenciais que permitam agilidade no gasto do dinheiro público disponível.

Em meio ao quadro da economia brasileira, neste final de ano, o relatório de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial, divulgado em setembro último, coloca o Brasil em 48º lugar no *ranking* das economias mais competitivas do mundo. Segundo o relatório, contribuíram para isso a melhora nas condições macroeconômicas e o fato de o País ter o sétimo maior mercado interno do mundo.

Entretanto, na última sexta-feira, a Confederação Nacional da Indústria divulgou pesquisa, na qual o Brasil ocupa o penúltimo lugar no *ranking* de competitividade, num universo de 14 países. Na infraestrutura de transporte e na logística, o Brasil está em último lugar.

Ainda tentando lançar luz sobre o momento vivido pelo Brasil, não posso deixar de compartilhar com os senhores a instigante entrevista de uma conceituada professora de uma universidade americana concedida à BBC. Na entrevista, ela tenta desvendar o que chama “a caixa-preta dos mercados emergentes”. A professora diz que o Brasil precisa fazer um grande esforço para virar potência econômica global. Ela reconhece que há desenvolvimento no campo da infraestrutura, mas explica:

O Brasil é um país enorme, com uma população diversa e localizada em certas áreas. Isso traz uma série de desafios para o transporte. Além do mais, o problema não é só de eficiência econômica: inclui também a pobreza e a desigualdade de renda, que estão ligados ao crime. É uma questão de elevar o nível da sociedade.

Embora o Governo esteja desenvolvendo esforços, como o pacote recentemente lançado para viabilizar os investimentos em infraestrutura, o setor receberá neste ano 1,96% do PIB, ou seja, R\$86,8 bilhões. Será o pior desempenho desde o lançamento do PAC e a primeira vez, desde 2007, que o percentual fica abaixo de 2%. De 2010 para cá, houve um recuo de 0,5% do PIB em investimentos públicos em setores como energia elétrica, telecomunicações, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, metrô, hidrovias e saneamento.

Por fim, outro dado importante: do aporte de R\$86 bilhões que o setor de infraestrutura vai receber este ano, 48% virão do setor público. Isso quer dizer que o setor privado vai ser responsável pela maior parte dos investimentos. Ou seja, 52%. Toda essa análise consta nos Cadernos publicados pela Comissão de Infraestrutura.

O que fazer diante deste retrato real do País? Pelo menos, em vez de ficarmos à mercê de projeções de crescimento de 4% para o próximo ano, deveríamos promover as reformas necessárias para passarmos de uma economia baseada no consumo, já esgotada, para uma economia baseada em mais investimentos, inclusive no setor de infraestrutura.

Por meio de uma infraestrutura eficiente, teremos integração dos diversos modais de transporte, redução de custos, aumento da produtividade e aprimoramento da qualidade dos bens e serviços do setor produtivo.

O Congresso Nacional tem feito a sua parte. Votamos e discutimos várias medidas provisórias no sentido de favorecer o Governo para que ele possa fazer esses investimentos tão necessários para a nossa infraestrutura.

A solução dos problemas não vai apenas assegurar a melhoria do bem-estar da população; também fará com que os investidores não partam para outros mercados. Sem infraestrutura adequada, não há economia forte nem crescimento sustentável.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, deixando aqui essa análise e esse balanço deste ano em relação à infraestrutura brasileira.

Já foram colocadas aqui, por vários oradores que me antecederam, as nossas dificuldades nesse setor. Porém, fizemos a nossa parte aqui no Congresso Nacional, trazendo especialistas, como coloquei aqui, para discutir o assunto. Conseguimos acompanhar de perto os pacotes do Governo em que ele estabelece as concessões na área de transporte, agora na área de portos. Lutamos para a redução da tarifa de energia elétrica, que foi ontem aqui aprovada. Enfim, uma série de medidas que, sem dúvida nenhuma, vão fazer com que 2013 seja melhor do que este ano que acaba de completar o seu ciclo neste mês.

Portanto, quero aqui deixar os meus cumprimentos aos meus colegas, agradecer os Senadores que compõem a Comissão de Infraestrutura e desejar a todos aqueles que nos ouvem, aqueles que nos acompanham, um feliz Natal e um próspero Ano Novo. Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Lúcia Vânia, o Sr. Sérgio Petecão deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia. Cumprimento V. Ex^a pelo trabalho desenvolvido à frente da Comissão de Infraestrutura, certamente uma

das comissões mais importantes desta Casa. Mas, como nobre representante do Estado de Goiás, sou testemunha da sua dedicação, do seu empenho e do seu espírito público sempre em defesa dos interesses da região, do Estado de Goiás e do Brasil. Agora, recentemente, o esforço de V. Ex^a foi muito reconhecido na votação na Comissão Especial, hoje, da Medida Provisória nº 581, que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Todos nós somos testemunhas do esforço de V. Ex^a, da dedicação de V. Ex^a para implementação da Sudeco e como autora da proposta de criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Portanto, quero registrar aqui, no momento em que desejo a V. Ex^a um ótimo Natal e um ótimo Ano Novo, sempre em defesa dos interesses do povo goiano, manifestar o meu reconhecimento pelo excelente trabalho desempenhado por V. Ex^a.

Passo a palavra neste momento, pelo tempo regimental, ao nobre Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou procurar ser bem breve, até por conta do adiantado da hora e tenho que pegar um vôo agora para Rio Branco, e lá no Acre você não viaja a hora que quer, nós temos muita dificuldade a respeito do horário de vôo e principalmente dos preços das passagens a que hoje os acrianos estão expostos.

Mas, vou procurar ser breve, como disse. Vou falar a respeito de um relatório que gostaria que constasse nos Anais da Casa, até porque é praxe em todas as viagens fazermos prestação de contas.

Eu gostaria de fazer constar nos registros desta Casa breve relatório sobre a minha viagem em missão oficial à Assembleia-Geral das Nações Unidas, deste ano, realizada na cidade de Nova York.

A designação do Presidente do Senado, Senador José Sarney, para cumprimento de missão no exterior decorreu de resposta ao expediente enviado pelo Ministro de Relações Exteriores Antônio Patriota, que pretendia a participação de membros do parlamento para funcionarem como observadores da sessão anual da Organização das Nações Unidas. Acompanhado do Senador Agripino, tive a oportunidade e a honra de participar deste evento.

Tradicionalmente, cabe ao Chefe de Estado brasileiro fazer o discurso de abertura desta Assembleia, como foi realizada, pela segunda vez, pela Presidente Dilma Rousseff, que falou sobre a crise financeira internacional e a reafirmação do modelo brasileiro de

crescimento econômico, baseado em ações de inclusão social e fortalecimento do mercado interno.

O Brasil possui esta prerrogativa em razão de ter sido o primeiro país a aderir ao organismo internacional, no ano de 1945, quando se deu a criação da ONU.

A Assembléia reuniu 193 países membros e abordou temáticas extremamente importantes para todas as nações.

Foram tratados, com muita profundidade, assuntos como a prevenção e a resolução pacífica dos conflitos internacionais, da segurança pública e dos direitos humanitários.

Tão importante quanto os acima mencionados foi o debate sobre a adoção pelos Estados que integram a ONU dos compromissos firmados na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que ocorreu na capital fluminense, em junho deste ano.

Dessa forma, Sr. Presidente, peço que este relatório conste nos Anais desta Casa.

Como já disse, o meu tempo aqui é curto, mas gostaria apenas de tocar num assunto a respeito de um projeto que achamos da maior importância, que isenta os professores do Imposto de Renda.

O nosso gabinete está fazendo um levantamento, um estudo para que possamos, se Deus quiser, ano que vem, fazer esse debate aqui nesta Casa. A nossa assessoria hoje passou uma informação interessante, que eu gostaria já de registrar: a desvalorização da profissão já pode ser vista em números.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), na educação básica brasileira – que inclui a educação infantil, a especial, o ensino fundamental, o ensino médio e a educação de jovens e adultos, o EJA –, em 2007, havia 2.500.554 profissionais atuando na sala de aula. No ano de 2009, esse valor baixou para 1.977.978; e, atualmente, em 2012, não passa de 2 milhões. Essa é uma demonstração de que está tendo uma evasão muito grande dos professores da sala de aula. E esse nosso projeto visa exatamente isto: nós criarmos mecanismos, no sentido de criar mais uma motivação, criar mais um instrumento.

Se é verdade que a Presidente Dilma acabou de dizer que gostaria que os *royalties* fossem investidos na educação, nós entendemos que a educação neste País é prioridade. E tem que ser prioridade sim. Todas as grandes nações que saíram da situação difícil, os países que hoje despontam no cenário mundial como potências, foram países que investiram na educação.

Então, esse debate, com certeza, nós iremos fazer no ano de 2013, e eu gostaria de ter o apoio de todos os Senadores, gostaria de ter o apoio de todos os Deputados Federais, porque nós entendemos que esse projeto é de fundamental importância para o nosso País.

Eu queria, já finalizando, aproveitar essa oportunidade para desejar um feliz Natal e que nós possamos – se Deus quiser – ter um 2013 repleto de muitas felicidades. Esses são meus votos, são os votos deste humilde Senador.

E eu tenho procurado me esforçar para ajudar meu Estado. Meu Estado precisa muito. Esse debate dos *royalties* eu gostaria de fazer hoje. Mas infelizmente estou aqui, às pressas, por conta do horário do voo – eu tenho de pegar um voo agora para Rio Branco –, mas ouvi atentamente ao Senador Magno Malta. E ele falava da importância que foi a não votação desse projeto, hoje, lá na Câmara. Eu não quero entrar no mérito dessa questão jurídica, mas a minha preocupação é que eu vi hoje, no plenário da Câmara Federal, uma insatisfação e uma tristeza muito grande. Eu conversava com o Senador Wellington Dias, do Estado do Piauí, que foi um baluarte nesse debate. Ele, que sempre levantou essa bandeira da divisão igualitária, e se criou essa expectativa no Estado. Hoje, nós apenas vimos a satisfação e a alegria de dois Estados brasileiros, enquanto a maioria do nosso País passou por um sentimento de tristeza, porque se criou essa expectativa nos Estados.

Quantas pessoas, lá no meu Estado, me perguntavam, querendo saber da possibilidade de o nosso Estado, o Estado do Acre, receber essa ajuda, que seria essa divisão igualitária, essa divisão racional, que eu tenho chamado, até porque nós precisamos, nós pagamos um preço muito caro, lá no Estado, por conta dessa preservação, essa cobrança que recebemos todos os dias, da preservação do meio ambiente, preservação das nossas florestas, que nós concordamos, mas é preciso que haja uma contrapartida do Estado brasileiro, e nós criamos essa expectativa de que, por meio dessa divisão, nós poderíamos ter essa ajuda.

Não foi dessa vez, mas eu tenho certeza que nesta Casa, tanto aqui no Senado como lá na Câmara Federal, nós iremos nos aprofundar nesse debate e, com certeza, iremos corrigir, eu diria, esse erro que hoje existe na divisão dessa riqueza, porque essa riqueza não é do Espírito Santo, essa riqueza não é do Rio de Janeiro.

Eu conversava, hoje, com o Senador Magno Malta, que hoje nós pagamos o preço para que o Rio de

Janeiro seja a cidade maravilhosa, o Rio de Janeiro continue sendo uma das cidades mais lindas deste País. E, lá no Acre, nós queremos muito pouco. Nós queremos apenas que os acrianos, que aquelas pessoas que moram na floresta, que moram nos seringais, que moram nos rios, possam ter uma saúde digna, que nós possamos ter uma educação digna. É isso que nós estamos querendo no Acre, nós queremos muito pouco. Agora, é claro, respeitamos os direitos, o debate dos Senadores do Espírito Santo, do Rio de Janeiro. Eles estão cumprindo com o seu dever, que é o de defender os seus Estados. Agora, não pelos interesses de apenas dois Estados da Federação vamos prejudicar os demais Estados.

Então, fica aqui, também, a minha indignação e o meu repúdio por essa decisão que esta Casa deveria ter tomado hoje.

Obrigado, Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO PETECÃO EM SEU PRONCIAMENTO.

(inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Relatório da 67ª Assembleia-Geral da ONU

Gostaria de fazer constar este breve relatório nos registros da Casa sobre a minha viagem em missão oficial à 67ª Assembleia-Geral das Nações Unidas deste ano, realizada na cidade de Nova York.

A designação do Presidente do Senado, o Senador José Sarney, para cumprimento de Missão no exterior decorreu de resposta ao expediente enviado pelo Ministro de Relações Exteriores, Antônio Patriota, em que pretendia a participação de membros do Parlamento para funcionar como observador de sessão anual da Organização das Nações Unidas.

Acompanhando do Senador Agripino Maia, tive oportunidade e a honra de participar desse evento.

Tradicionalmente, cabe ao chefe de Estado brasileiro fazer o discurso de abertura da Assembleia, como foi realizado, pela segunda vez, pela Presidente Dilma Rousseff, que falou sobre crise do modelo brasileiro de crescimento econômico, baseado em ações de inclusão social e fortalecimento do mercado interno.

O Brasil possui esta prerrogativa em razão de ter sido o primeiro país a aderir ao organismo internacional, no ano de 1945, quando se deu a criação da ONU.

A Assembleia reuniu 193 países-membros, e abordou temáticas extremamente importantes para todas as nações.

Foram tratados com muita profundidade assuntos como a prevenção e a resolução pacífica dos conflitos internacionais, da segurança pública e direitos humanitários.

Tão importante quanto os acima mencionados foi o debate sobre a adoção, pelos estados que integram a ONU, dos compromissos firmados na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que ocorreu na capital fluminense, em junho deste ano.

Dessa forma, Sr. Presidente, peço para que este relatório conste nos Anais desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Sérgio Petecão.

Quero registrar que V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento. Cumprimento V. Ex^a e todos os eleitores do Estado do Acre pela atuação de V. Ex^a, e passo, neste momento, a palavra ao Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, eu ocupo a tribuna desta Casa, já nos últimos instantes desta sessão, para aqui fazer uma manifestação acerca do assunto que nos preocupa, acerca do tema que tomou as atenções de todos os Senadores, das Senadoras, dos Deputados e Deputadas Federais por conta da convocação da sessão do Congresso Nacional para análise dos vetos apostos pela Presidente da República, os vetos a respeito do pagamento de *royalties* de petróleo, que, enfim, acabou não se realizando por conta exatamente das divergências de opinião e dos questionamentos regimentais apresentados por vários congressistas.

Eu participei, Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, na última semana, quinta-feira, do programa Entre Aspas, da Globo News. Lá pude debater com o Senador Lindbergh Farias, numa hora bastante propícia, a questão dos *royalties*. A jornalista Mônica Waldvogel conduziu muito bem aquele programa e permitiu que nós pudéssemos debater e apresentar pontos de vista diferentes e divergentes a respeito da matéria.

E naturalmente que o tempo bastante reduzido para a abordagem de um assunto tão importante me obrigou a trazê-lo para a tribuna, e isso quero fazer neste instante, a minha opinião a respeito dessa matéria. Por isso quero apresentar a V. Ex^a e a todos os Senadores e Senadoras, mesmos os que não se encontram em plenário, e também à sociedade brasileira, através da Rádio Senado, da TV Senado, da Agência

Senado, que divulgam nossos trabalhos aqui, o seguinte pronunciamento.

O Congresso Nacional vive momento de grande efervescência. Percebo, por exemplo, que a discussão sobre a distribuição da riqueza oriunda da exploração dos *royalties* do petróleo entre Estados produtores e não-produtores e seus respectivos Municípios se acirra e, por vezes, o calor da disputa gera atitudes enfáticas por parte de alguns.

Ainda que muitos interesses estejam em jogo e que sejam muitos os interessados – o que movimenta o Congresso inteiro –, penso que ainda seja possível buscar o caminho da razão e do equilíbrio, que nos conduza a um entendimento amplo, em benefício de todos e de cada um dos atuais contendores dessa disputa.

Esse entendimento tem, a meu ver, algumas premissas importantes. A primeira delas é o respeito aos contratos. O ato jurídico perfeito, constante do rol das cláusulas pétreas da Constituição Federal, precisa ser respeitado, não apenas em defesa dos interesses dos signatários desses contratos, mas, também, para que se preservem a confiança de empresas e governos estrangeiros no Brasil. Em resumo, a ruptura de contratos não produz qualquer resultado positivo e duradouro, razão pela qual temos todos que os respeitar.

Outro pilar de sustentação desse entendimento que apregoo é que Estados e Municípios não-produtores devem ter direito a uma fatia maior dos *royalties* do que a fatia que estão levando neste momento. Esse, sim, um dos motores do movimento de derrubada do veto da Presidente Dilma Rousseff ao texto do projeto que lhe foi enviado pelo Congresso Nacional.

O entendimento quanto a isso é, em minha opinião, claro. Estados e Municípios estão sofrendo fortemente os efeitos da crise econômica internacional, que podem perfeitamente ser amenizados com uma destinação maior da parcela dos *royalties* do petróleo daqui por diante. Assim, ficariam satisfeitos e uma confrontação maior poderia ser evitada.

Do mesmo modo, Estados e Municípios produtores não deveriam ter perdas em razão da alteração da legislação que ora se discute. Sou a favor dos direitos adquiridos, mas os resultados da exploração do petróleo devem ser mais bem divididos, até porque são bens da União e, sendo da União, são de todos os brasileiros.

A Presidente Dilma Rousseff disse, recentemente, que nada mais tinha a fazer para resolver esse impasse tão difícil. Mas eu creio que ainda há muito que o Governo Federal possa fazer para ajudar a solucionar o problema, e tem meios bastante concretos

para isso. Basta que abra mão de parte da arrecadação dos *royalties* a que fará jus pela nova legislação, compensando perdas de parte a parte.

Temos, no Brasil, afinal, uma larga concentração de arrecadação na União, que fica com cerca de 70% de toda a arrecadação pública do País. Estados ficam com 24%, e o restante vai para os Municípios, onde, de fato, a vida acontece. Sr. Presidente, 6% ficam nos Municípios, e isso é insuficiente para atender as demandas que cada administração municipal tem no atendimento das necessidades de seus habitantes.

O que o Governo Federal repassa aos demais entes federativos, para compensar essa concentração excessiva, obra do regime militar de 1964, o faz a seu critério e traz consigo o defeito do “passeio do dinheiro” – repito, “passeio do dinheiro” –, que é arrecadado pela União para depois ser repassado a Estados e Municípios, com os prejuízos que se conhece.

Não há motivos para aprofundar essa concentração, em minha opinião, maléfica à vida e à política nacional. Desse modo, penso que se o Governo Federal abrir mão de parte do que lhe será destinado pelas novas regras estará dando um largo passo na solução do conflito e de um sem-número de problemas de Estados e de Municípios.

Mesmo que essa solução seja provisória, por um prazo, digamos, de dez anos, ela será uma boa alternativa para equacionarmos bem essa questão. Daqui a dez anos a produção de petróleo terá aumentado o suficiente para compensar essa concessão, e todos estarão recebendo valores suficientes para atender às suas necessidades.

Preocupa-me também a possibilidade de que alguns desdobramentos dessa questão – a judicialização das discussões, por exemplo – gerem grande insegurança jurídica, o que poderia ocorrer no seio de um segmento econômico altamente sensível.

Os investidores que já estão operando no Brasil, assim como outros que possam estar pensando em vir para cá, na expectativa da exploração do pré-sal, podem adiar ou mesmo cancelar investimentos em face de tantos zigue-zagues nas regras que regem esse setor da economia.

Devemos, portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, procurar mudar esse quadro que, além de tudo, retarda a exploração do pré-sal. Como se sabe, as licitações de novos blocos de exploração estão suspensas e não poderão ser iniciadas até que a partilha dos *royalties* esteja, enfim, resolvida.

Precisamos trocar “a guerra dos *royalties*” pelo acordo dos *royalties*. Acordo dos *royalties*, sim, interessa ao País, interessa à economia nacional. Quem reúne as maiores condições de promover esse apaziguamento é, a meu ver, sem dúvida alguma, o Governo Federal. Primeiro, dada a sua condição de autoridade central, representante da União, com larga maioria no Congresso Nacional – nesta Casa e na Câmara dos Deputados. Depois, é o ente da Federação que teria algo de concreto para oferecer em favor do entendimento entre Estados produtores e Estados não-produtores de petróleo.

Mesmo que, transitoriamente, a União perca alguma coisa, todos terão a ganhar com um entendimento dessa ordem, inclusive a própria União, e mesmo o Governo Federal. Ganharemos todos com o fim do conflito, que paralisa os investimentos; com o respeito aos contratos; com a judicialização dessa querela, e com a manutenção da segurança jurídica. Isso sem contar com a melhor distribuição dos *royalties* do petróleo entre Estados e Municípios.

É hora, Sr. Presidente, de transformar um conflito perde-perde em um acordo ganha-ganha. Precisamos que o País ganhe, precisamos que os Estados e Municípios – integrantes do País – ganhem; precisamos que o setor econômico produtivo também tenha vitórias e, por isso mesmo, fiz questão de, aqui, apresentar meu posicionamento em relação a essa matéria.

E, ao me despedir da tribuna, já que amanhã teremos outra sessão, na qual não estou inscrito para usar dela, aproveito aqui, Sr. Presidente, para fazer um agradecimento a todos os servidores das comissões técnicas e, principalmente, aos servidores, aqui, do plenário que nos atenderam durante todo esse ano, durante essa legislatura. Foram todos muito diligentes, muito atenciosos e, sem dúvida nenhuma, merecem o nosso agradecimento.

Bem como quero agradecer, de forma muito especial, a todos que integram a consultoria legislativa desta Casa. Profissionais de alta qualificação, que nos emprestaram todo o seu talento, todo o seu esforço e todo o seu empenho, para que pudéssemos analisar as matérias, apresentar proposições, enfim, estabelecer o debate democrático das questões que interessam ao País.

Finalmente, quero agradecer a todos os servidores do meu gabinete, aqui representados, neste plenário, sempre pela nossa querida colaboradora, a Vânia, que ainda está aqui a me atender e a apoiar o meu trabalho, que juntamente com todos os demais

colaboradores, aqui do gabinete de Brasília e também do meu escritório em Santa Catarina, permitem que o meu trabalho, como Senador, continue evoluindo e vá se realizando na medida das possibilidades e de acordo com as aspirações do povo do meu Estado, o Estado de Santa Catarina, que represento com muito orgulho e que me concedeu a honra de trabalhar por toda a população daquele grande e pujante Estado, mas também em favor de todo o Brasil.

Aproveito para apresentar a todos os senhores, a V. Ex^a, a todos os brasileiros que, nesse momento, acompanham esta sessão, que já se encerra e que com certeza merecem e devem ter – pelo menos este é o meu desejo – um feliz Natal e um 2013 com muitas realizações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado a todos. Que tenhamos, acima de tudo, a proteção de Deus para continuar trabalhando por um Brasil maior.

O Sr. Rodrigo Rollemberg deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Bauer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Ao assumir, circunstancialmente, a presidência dos trabalhos, e pela primeira vez neste mandato, porque sempre procurei atender às convocações da Liderança, da Bancada e da própria Presidência, concedo, com muito prazer, a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, pelo tempo que desejar, para fazer seu pronunciamento.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Paulo Bauer. Cumprimento V. Ex^a, que preside esta sessão. Cumprimento as Sr^{as} e os Srs. Senadores, os telespectadores da TV Senado, os ouvintes da Rádio Senado e não poderia deixar, neste momento em que encerramos a sessão legislativa, de fazer algumas reflexões sobre o processo legislativo, sobre o papel do Congresso Nacional, sobre a conjuntura nacional e, ao mesmo tempo, prestar contas do meu trabalho à população brasileira e, em especial, à população do Distrito Federal, unidade da Federação que tenho a honra de representar.

Creio, Sr. Presidente, que este deve ser um momento de reflexão sobre a atividade política, sobre a atividade do Congresso Nacional, sobre o fortalecimento das instituições e da democracia brasileira.

Ocupei esta tribuna algumas vezes, ao longo deste ano, nesta sessão legislativa, para reconhecer os avanços da democracia brasileira. O nosso País, há

pouco mais de 30 anos, vivia numa ditadura e não é pouca coisa o que a população brasileira conquistou nesses anos. Hoje vivemos numa democracia plena, e avançamos muito. Conseguimos aprovar, com participação do Congresso Nacional, nos últimos anos, a Lei da Transparência, a Lei de Acesso à Informação, a Lei da Ficha Limpa, sem dúvida instrumentos que vieram consolidar e aprofundar a democracia no nosso País.

Precisamos fazer uma reflexão sobre o papel do Congresso Nacional neste momento e da utilização dos instrumentos de que o Congresso Nacional dispõe para fortalecer a democracia e promover aquele que é o maior objetivo da política, que é melhorar a vida da população brasileira.

Creio que devemos reconhecer que este não foi um ano bom para o Congresso Nacional. Tivemos alguns episódios que devemos utilizar como instrumento de reflexão para valorizar a atividade política como instrumento de resolução de conflitos e de construção de consensos em torno do interesse nacional.

Nesta semana, tivemos o encerramento melancólico de uma CPI, que, depois de meses de funcionamento, não produziu absolutamente nada. Foi uma inoperância total, demonstrando que as CPIs não podem se transformar em instrumentos de luta política.

As comissões parlamentares de inquérito, que têm poderes de autoridades judiciais, precisam efetivamente cumprir a missão de investigar aquilo que precisa ser investigado, de forma isenta, doa a quem doer, embora isso seja muito difícil na atividade política, mas, talvez, aquilo a que assistimos esta semana, nesta CPI, talvez tenha sido o final mais melancólico das CPIs já realizadas no Congresso Nacional.

Estamos encerrando uma sessão legislativa sem aprovar o Orçamento e, certamente, com consequências graves à população brasileira, em função de conflitos institucionais entre o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional, que, antes de tomarmos qualquer tipo de atitude que possa aprofundar esse conflito, precisamos aproveitar este momento para fazermos uma reflexão sobre o papel das instituições brasileiras – no caso, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal.

O fato é que o Supremo Tribunal Federal, quando, há dois anos, definiu que as regras do Fundo de Participação dos Estados eram inconstitucionais e que o Congresso Nacional, a partir do Senado Federal, deveria elaborar novas regras, deu tempo suficiente para que o Senado produzisse um entendimento, e esse entendimento não foi produzido.

Por outro lado, vivemos hoje na sessão do Congresso uma situação absolutamente inusitada na história do Congresso Nacional, em função de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que decidiu que o Congresso não poderia apreciar o veto relativo aos *royalties* antes de apreciar os outros 3 mil vetos, pendentes na pauta, alguns deles já de 12 anos. Parece-nos uma interferência indevida do Supremo Tribunal Federal na ordem de prioridades definidas pelo Congresso Nacional. É como se o Congresso Nacional fosse interferir no Supremo Tribunal Federal decidindo a ordem de prioridade que o Supremo deve ter na apreciação dos processos ali vigentes.

Mas o que cabe de reflexão é que há, por parte do Congresso, o descumprimento de uma norma constitucional produzida pelo próprio Congresso Nacional. Quando o Congresso aprovou na Constituição que os vetos presidenciais deveriam ser apreciados em um prazo de 30 dias, sob pena de trancar a pauta, era uma demonstração de fortalecimento do processo legislativo. E o Congresso abdicou dessa sua posição de apreciar os vetos legislativos em um prazo de 30 dias, sob pena de trancar a pauta legislativa. Isso gerou esse acúmulo de 3 mil vetos, que, é claro, não poderiam ser apreciados em uma só tarde. Qual seria o deputado ou o senador capaz de analisar, de avaliar, 3 mil vetos em menos de 24 horas? O que poderia ser produzido no dia seguinte sem que as pessoas pudessem analisar com profundidade esses vetos?

Acredito que nós precisamos construir a agenda do Poder Legislativo. Hoje, o Poder Legislativo está refém de uma agenda produzida exclusivamente pelo Poder Executivo, com uma prioridade enorme para a apreciação das medidas provisórias, quando o Congresso Nacional, como órgão representativo da população brasileira, tem o dever de construir uma pauta de interesse nacional.

Portanto, quero aqui registrar que entendo que está havendo um vazio político, um vazio que precisa ser ocupado por aquelas pessoas que querem, efetivamente, utilizar a política para a sua finalidade maior, como um instrumento para a melhoria da qualidade de vida da população.

Que todos esses episódios nos sirvam de exemplo e não sirvam como instrumento para acirrar uma crise institucional. Não. Pelo contrário, que sirvam para que todas as pessoas responsáveis deste País, as pessoas de bem desde País, possam refletir sobre as suas responsabilidades, as responsabilidades de cada Poder, para que possamos manter a independência e

a igualdade entre os Poderes. Que todos os Poderes desta República possam exercer com plenitude a sua responsabilidade.

Era essa a reflexão inicial, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer neste momento. Mas me sinto na obrigação de prestar contas à população do Distrito Federal.

Quero registrar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que tenho aprendido muito nesta Casa, nesta Casa da Federação, nesta Casa de pessoas muito experientes, de Senadores que já foram, alguns, Presidente da República, governadores de Estado, ministros de Estado. E me sinto privilegiado em ter podido conviver com eles, ocupando duas funções da maior relevância e que muito me honraram nesses dois anos: a Presidência da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e a coordenação da bancada de Deputados Federais e de Senadores do Distrito Federal.

Ao longo desses dois anos, relatei 112 matérias e apresentei 30 projetos de lei, sendo quatro propostas de emenda à Constituição.

Tenho muita alegria em registrar que aprovei 7 projetos no Senado Federal nesses dois anos, projetos que já estão sendo apreciados na Câmara, como o projeto que inclui a obrigatoriedade de reserva de vagas destinadas a pessoas com deficiência nos espaços privados abertos ao público ou de uso coletivo; ou o projeto que assegura o pagamento do seguro-desemprego aos empregados domésticos; outro que determina que a elaboração do plano diretor seja orientado por carta geotécnica, entre outros projetos de lei.

Apresentei vários outros projetos que estão tramitando, como o que introduz, no rol dos direitos sociais da Constituição, o acesso à rede mundial de computadores, a Internet. Outro, uma PEC que estabelece que as leis que disponham sobre matéria referente à reforma do sistema político-eleitoral somente entrarão em vigor se forem aprovadas em referendo. Projeto que inclui o artesão como segurado especial da Previdência Social. Projeto que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para ampliar as atribuições do Conselho Tutelar. Projeto que institui a Política Nacional de Tecnologia Social. Projeto que permite o transporte gratuito de bicicletas nos ônibus interestaduais. O que cria incentivo à indústria espacial, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Espacial Brasileira. O que eleva os limites das multas penais e administrativas para os crimes ambientais. O que destina recursos ao Fundo Nacional do Meio

Ambiente para o pagamento por serviços ambientais. O que obriga os hospitais do País a manterem o Programa de Prevenção de Erros de Medicação. O que institui a Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado. O que cria mecanismo para transparência e controle da aplicação dos recursos públicos em caso de calamidades públicas. O que inclui os protetores solares entre os produtos disponibilizados pelo Programa Farmácia Popular do Brasil, no intuito de universalizar o seu acesso. O que institui normas relativas ao controle, transparência e proteção ao trabalho na contratação de serviços terceirizados pela Administração Pública Federal.

Entre os aprovados – agora me referia aos apresentados –, incluiria ainda o que amplia os benefícios previdenciários dos aposentados que retornarem ao mercado de trabalho. O que inclui o catador de material reciclável como segurado especial da Previdência Social. O que dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção do Programa de Controle de Infecções Hospitalares pelos hospitais do País, para incluir a prevenção de erros de medicação. O que inclui os remineralizadores como uma categoria de insumo destinado à agricultura, ou seja, a rochagem como insumo da agricultura brasileira.

Mas quero registrar, Sr. Presidente, que também apresentei – e estava na pauta da Comissão de Constituição e Justiça da semana passada, quando houve pedido de vistas – um substitutivo ao projeto de lei apresentado pelo então Senador Marconi Perillo que cria uma Lei Geral dos Concursos. Entendo que essa é uma proposição da maior importância. E a nossa proposta foi elaborada a partir de opiniões de representantes de entidades realizadoras de concursos e dos próprios concursandos. Tivemos o cuidado de realizar uma audiência pública para ouvir todos os interessados. O nosso substitutivo estabelece algumas regras, tais como: o edital deverá ter antecedência mínima de 90 dias; as provas escritas objetivas serão aplicadas em pelo menos uma Capital por região na qual houver mais de 50 candidatos escritos; a proibição de concurso exclusivamente para cadastro de reserva ou com oferta simbólica de vagas; a obrigatoriedade de convocar todos os candidatos aprovados para o número de vagas oferecidas no prazo de validade do concurso; uma taxa de inscrição de no máximo 3% do valor da remuneração inicial do cargo; e a garantia de que os conteúdos dos testes sejam compatíveis com as atribuições do cargo. No texto, a quebra de sigilo das provas e a venda de gabaritos são tratadas como

crime. E nós esperamos que a Comissão de Constituição e Justiça, em caráter terminativo, possa apreciar e aprovar esse projeto já no início do próximo ano.

Mas quero aqui registrar, com muita alegria, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as mudanças que conseguimos realizar nos critérios de aplicação do Fundo Constitucional do Centro-Oeste. E aqui, mais uma vez, quero fazer um agradecimento, em nome de toda a Região Centro-Oeste, em especial do Distrito Federal, aos Senadores José Pimentel e Walter Pinheiro.

O Fundo Constitucional do Centro-Oeste, originalmente, destinava 19% dos seus recursos para o Distrito Federal, 23% para o Mato Grosso do Sul, 29% para o Estado de Goiás e 29% para o Estado de Mato Grosso. No entanto, a utilização desses recursos tinha um limitador, que era o limite de 20% para aplicação em atividades de comércio e serviços. Esse limite prejudicava muito a economia do Distrito Federal, que tem mais de 90% da sua atividade econômica sustentada exatamente pela atividade de comércio e serviços. Apresentamos um projeto de lei alterando isso. Tivemos a colaboração do Senador Pimentel, a partir de um substitutivo de sua autoria, que foi acolhido pelo Senador Walter Pinheiro, numa medida provisória transformada em lei pela Presidenta da República.

E, para que V. Ex^a, Senador Paulo Bauer, tenha a noção do que isso significa para o Distrito Federal, embora o Distrito Federal seja a unidade do Centro-Oeste que tem direito à menor parcela dos recursos do FCO, 19%, nós historicamente estávamos utilizando menos da metade disso, algo em torno de 8,6%, em função dessa limitação de 20% para comércio e serviços.

Com essa alteração, com a retirada desse limite, que sai da lei, que significava um engessamento e passa a ser definido pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, o Distrito Federal, que teve direito neste ano a um orçamento de R\$945 milhões e só utilizou, até o dia 30 de outubro, R\$453 milhões, terá, em 2013, R\$1,22 bilhão no orçamento geral, mas terá, para a área de comércio e serviços, R\$524 milhões, contra R\$250 milhões neste ano.

O que acontecia?

Todo ano, quando chegava o mês de maio, o Distrito Federal já tinha usado os seus 20% em comércio e serviços; quando chegava setembro, não conseguia o restante a que tinha direito com as atividades de indústria e agricultura, o que fazia com que esses recursos tivessem que ser remanejados para outros Estados. Com essa mudança, o Distrito Federal, certamente, aplicará um percentual muito maior desses recursos,

porque, inicialmente, terá direito a R\$524 milhões para comércio e serviços, ou seja, R\$254 milhões a mais do que teve este ano; mais do que o dobro dos recursos, R\$274 milhões a mais do que teve este ano para a atividade de comércio e serviços.

Além disso, o Ministro Fernando Bezerra, de forma sábia, absolutamente correta, definiu, através de portaria, um limite mínimo percentual para cada Estado de 15%, que fará com que Distrito Federal, se utilizar todos esses recursos de comércio e serviços até o mês de setembro, possa utilizar, ainda, um percentual maior em comércio e serviços até chegar a 15%, o que significa R\$750 milhões, aproximadamente.

Sem dúvida, esse será um instrumento poderoso de promoção do desenvolvimento econômico do Distrito Federal, o que é muito importante também para toda a região integrada do desenvolvimento econômico, a chamada Ride, a região metropolitana do Distrito Federal, chamada popularmente de Entorno, que reúne 19 cidades do Estado de Goiás, uma região que precisa de muitos incentivos econômicos e muito financiamento para o desenvolvimento da sua atividade produtiva.

Não posso deixar de agradecer à Presidenta Dilma pela sensibilidade demonstrada e pelo compromisso com o desenvolvimento regional; cumprimentar o Ministro Fernando Bezerra, Ministro da Integração Nacional; e Marcelo Dourado, Diretor-Presidente da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Importante registrar, Sr. Presidente, também a aprovação hoje, na Comissão Especial, da Medida Provisória nº 581. O Presidente da Comissão Especial foi o Deputado Pedro Chaves, e o Relator foi o Senador Delcídio do Amaral, a quem quero fazer um agradecimento público por sua participação. Ele, de forma paciente, abrindo o diálogo com todos os membros daquela Comissão, construiu um relatório que, sem dúvida, representa mais um instrumento para a promoção do desenvolvimento econômico da Região Centro-Oeste através dessa Medida Provisória, que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Nessa Medida Provisória, também colaboramos, apresentando algumas emendas que estendem os benefícios, os incentivos concedidos às Regiões Norte e Nordeste para a Região Centro-Oeste, naqueles setores da economia identificados pelo Governo como prioritários.

Também ali demos a nossa contribuição, definindo que o Conselho de Desenvolvimento Econômico é que definirá que percentuais o banco principal operador do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste repassará para os bancos regionais, especialmente, no nosso caso, o BRB, o Banco Regional de Brasília,

que poderá ser, também por sugestão nossa, um operador do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Quero, ao fazer este registro, cumprimentar o Senador Delcídio do Amaral pelo seu grande espírito público e pela sua capacidade. Ele, o Senador Moka, a Senadora Lúcia Vânia e os demais membros da Comissão construíram um projeto de lei de conversão que vai se transformar, certamente, num grande instrumento de desenvolvimento da Região Centro-Oeste, que já terá, para o próximo ano, no Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, um orçamento de R\$1,4 bilhão.

Não posso deixar de registrar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que procurei também, na minha atividade parlamentar, como sempre, desde meu primeiro mandato como Deputado Distrital, ser uma pessoa austera.

Nesse sentido, quero registrar, prestando contas à população do Distrito Federal, que, nesses dois anos não usei, em nenhum momento, verba indenizatória e que também abri mão, em função de que o Senado já tinha decidido em acabar com o privilégio do 14º e 15º salários. Também officiei à Mesa do Senado Federal no sentido de abrir mão do recebimento do 14º e do 15º salários.

E, finalmente, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de pedir autorização de V. Ex^a para registrar partes de artigos publicados na imprensa local e na imprensa nacional que se referem a um tema que considero da maior relevância e que foi motivo de algumas manifestações minhas nesta tribuna, contestando, com muita indignação, como brasiliense apaixonado por esta cidade, que reconhece o talento brasileiro nesta cidade, a partir da liderança de Juscelino Kubitschek, da genialidade de grandes brasileiros, como Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Athos Bulcão, Burle Marx, Israel Pinheiro, Bernardo Sayão e vários outros, a decisão equivocada, pequena, sem compreensão da dimensão histórica do que significa Brasília, do Governador do Distrito Federal ao contratar, de forma obscura, de forma quase clandestina – como já disse aqui –, uma empresa de Singapura para promover, para planejar o desenvolvimento econômico da nossa cidade nos próximos 50 anos. Considero isso uma agressão à história de Brasília, à cultura brasileira, uma demonstração de colonialismo, de provincianismo inadmissível nos tempos de hoje, especialmente para uma cidade que é reconhecida mundialmente.

E, nesse sentido, para mostrar que essa não é uma opinião isolada minha, eu faço questão de ler trechos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, Srs. telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, de duas crônicas: uma publicada ontem, no Correio Brasiliense, por uma jornalista, Conceição

Freitas, que, na minha opinião, é a jornalista que mais expressa a alma brasiliense, o sentimento brasiliense, e de um grande jornalista brasileiro, talvez um dos mais destacados – talvez não, certamente um dos mais destacados jornalistas brasileiros – Elio Gaspari, sobre essa decisão do Governador do Distrito Federal de contratar a empresa Jurong, de Cingapura, paraíso fiscal, para planejar o desenvolvimento do Distrito Federal nos próximos 50 anos.

Passo a ler trechos de Crônicas da Cidade, de Conceição Freitas, em que o título é “O milagre de Santo Oscar”. Ela começa dizendo:

Nem bem chegou aos céus, Oscar Niemeyer já está se articulando em defesa de Brasília. Pois vejam que o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB nacional) lançou na sexta-feira passada a campanha “Niemeyer Sim! Brasília by Cingapura não!”, com exclamação e tudo. Não tenho notícias de outra ocasião na história recente de um gesto tão contundente do IAB nacional em defesa da cidade. O ato teve a presença de gente de peso na área de urbanismo, arquitetura, universidade e jornalismo e de Carlos Ricardo Niemeyer, bisneto do arquiteto.

Para o Presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Maurício Azedo, o contrato feito pelo Governo do DF com Cingapura para planejar o desenvolvimento da cidade nos próximos 50 anos desmerece a cultura brasileira. “Esse projeto de sabor colonial reduz a expressão cultural do Brasil em favor de uma empresa cujos méritos precisarão ser justificados para que ela fosse beneficiada com a obtenção de contrato desse porte.”

O Pró-Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Pablo Benetti, se disse indignado com o desrespeito aos profissionais brasileiros. “Indignação com o procedimento de contratação sem concurso público ou qualquer outro meio de transparência e com desprezo à nossa arquitetura e engenharia, no sentido de desconhecer a capacidade e a importância que essas formações têm dado para o desenvolvimento nacional.”

O Presidente da Federação Pan-Americana de Associações de Arquitetos (FPAA), João Suplicy, considerou uma invasão cultural o contrato do Governo do DF com Cingapura: “É inconcebível imaginar que um patrimônio da humanidade como Brasília sofrerá uma invasão de Cingapura. Uma invasão à cultura brasileira com todo esse histórico de arquitetura será muito nociva”.

Até os engenheiros reagiram. O Presidente da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE), Mauro Viegas, considera que não se trata de xenofobia ou reserva de mercado, ou seja, o problema não está na exatamente na contratação de estrangeiros, mas, sim, no fato, de eles terem o domínio da atividade em território brasileiro. “A nossa associação não exclui que haja participação estrangeira, porém essa contratação tem de ser para transferir tecnologia, mas com a liderança de alguma empresa brasileira.”

O bisneto de Niemeyer lembrou que o bisavô tinha obras em diversos países, ou seja, o problema não é trazer estrangeiros para Brasília, mas, sim, o fato de não ter havido nenhuma discussão com a cidade.

E aqui eu abro parentes para dizer que ninguém nesta cidade, nenhuma pessoa, nenhuma instituição, nenhuma entidade foi consultada ou informada com antecedência da assinatura desse contrato, por isso que eu uso a expressão quase clandestina da assinatura.

O presidente do IAB do Brasil, Sérgio Magalhães [a quem quero cumprimentar pela iniciativa] informou que será feita uma mobilização nacional contra o acordo firmado com Cingapura. “A capital federal é fruto da capacidade do povo brasileiro, concebida e planejada pelo talento dos arquitetos Lucio Costa e Oscar Niemeyer. Este planejamento não pode ser feito por expressões urbanísticas e arquitetônicas de outro contexto e outra cultura”.

O anúncio da mobilização nacional ocorreu com a homenagem do IAB nacional a Niemeyer. A sede da entidade, no Rio de Janeiro, ganhou o nome do arquiteto. Tanto os jornais do Rio quanto os de São Paulo publicaram a notícia do protesto, de onde tirei as declarações acima. É ou não o Santo Niemeyer fazendo valer seus poderes celestiais?

E agora, Sr. Presidente, eu concluo lendo o trecho do artigo do jornalista Elio Gaspari, de hoje, em que ele usa o título em malaio *Ini memberi masalah*, que quer dizer, como recado ao Governador Agnelo: Isso dá encrenca.

Diz ele:

Oscar Niemeyer vivia seus últimos dias quando o Governador de Brasília, Agnelo Queiroz, assinou em Cingapura um contrato para rede-

senhar a região de Brasília. Quando o arquiteto morreu, no último dia 5, a doutora Dilma decretou luto oficial, velou-o no Planalto e disse que “a gente tem que sonhar, senão as coisas não acontecem”. A doutora tinha oito anos quando Lucio Costa, Niemeyer e JK sonharam e o Plano Piloto de Brasília aconteceu.

O comissário Agnelo assinou com a empresa de consultoria Jurong um contrato de 38 páginas que prevê o planejamento de uma cidade-aeroporto, um polo logístico, um centro financeiro e a ampliação do polo industrial JK. O documento é um magnífico blá-blá-blá de consultores. Pode dar em qualquer coisa, inclusive nada. Custará R\$8,6 milhões e deverá estar concluído em 18 meses.

A empresa foi dispensada de licitação porque os comissários entenderam que tem “notória especialização”, com experiência em 148 cidades de 46 países na Ásia, na África e no Oriente Médio. Zero na Europa ou nos Estados Unidos. Uma página da Internet oferece um vídeo com o acervo da firma. É um pesadelo. Ou a Jurong não tem o que mostrar ou não sabe contratar produtores de vídeos.

O comissário Agnelo Queiroz poderia explicar melhor porque não faz uma licitação internacional para planejar o futuro de Brasília até 2060. JK, por exemplo, fez um concurso para o Plano Piloto em 1956. [E olha que ele tinha que entregar Brasília em 1960]. A decisão do companheiro, tomada em apenas três meses, desrespeita à capacidade de urbanistas, arquitetos e engenheiros de todo o mundo.

A ligeireza com que JK decidiu mudar a capital para o cerrado goiano entrou para a história do Brasil, mas Queiroz superou-a, mexendo com uma cidade que já tem 2,5 milhões de habitantes.

A ideia ocorreu-lhe em julho e, segundo informa seu governo, “uma comitiva de diplomatas e engenheiros do governo cingapuriano” sobrevoou a região em setembro.

Semanas depois, já existia a minuta do contrato. (Existe a possibilidade de que esse negócio tenha sido plantado em governos anteriores, florescendo nas mãos do comissariado. Nesse caso, trata-se de uma proposta encaminhada ao governador José Roberto Arruda, de triste lembrança. Em seu benefício, ele a arquivou.)

No final, conclui com a frase *ini memberi masalah*, que é o recado que ele manda ao Governador Agnelo.

A tradução dessa frase, em malaio, está no Google e quer dizer “isso dá encrenca”.

Esse alerta, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós já estamos fazendo há algum tempo. Parece-nos absolutamente inadmissível que uma cidade com as características de Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade, sofra uma agressão desse tipo, desse porte, por quem tinha o dever de protegê-la, de preservá-la e de desenvolvê-la, de acordo com a cultura nacional, que é o Governador do Distrito Federal.

Mas quero aqui, ao encerrar as minhas palavras, agradecer, em primeiro lugar, a toda a equipe do meu Gabinete, agradecer a todos os servidores do Senado Federal, de forma especial aos servidores do plenário, da Mesa, os consultores legislativos; e, na condição de Presidente da Comissão de Meio Ambiente, um agradecimento especial aos servidores da Comissão de Meio Ambiente, pelo espírito público, por toda a contribuição dada nesse período. Sem os servidores do Senado, nós não conseguiríamos ter realizado o trabalho que realizamos, buscando representar com honradez a população do Distrito Federal.

E quero aproveitar, Senador Paulo Bauer, para desejar a todos os brasileiros, que neste momento nos assistem e nos ouvem, um Natal de paz, de tranquilidade, e que tenhamos um Ano Novo de muitas realizações! Que tenhamos, em 2013, um ano melhor do que 2012. Que os brasileiros possam se realizar num ambiente de paz, com acesso à educação de qualidade, a uma saúde melhor, a cidades mais tranquilas, em ambientes de convívio familiar melhor. Enfim, que tenhamos um 2013 de muitas realizações para o povo brasileiro e para toda a população mundial.

São esses os meus desejos, os meus votos para todas as brasileiras e brasileiros que nos ouvem neste momento.

Muito obrigado, Senador Paulo Bauer, pela paciência de V. Ex^a na condução desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Cumprimentando o Senador Rodrigo Rollemberg pelo brilhante pronunciamento que fez, e que certamente mereceu fazer pela sua paciência em aguardar o momento oportuno e o tempo suficiente para poder prestar contas do seu mandato e fazer observações acerca do Governo do Distrito Federal; ele, que representa muito bem a população da Capital Federal que nos hospeda, que hospeda o Senado da República e o Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER

Nº 1.718, DE 2012

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 89, de 2012 (nº 442/2012, na origem), que encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2012.

RELATOR: Senador ROMERO JUCÁ

RELATOR "AD HOC": Senador JOSÉ PIMENTEL

I – RELATÓRIO

Em conformidade com o § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, a Presidente da República encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2012.

Acompanha a Mensagem a Exposição de Motivos nº 47, de 2012, do Presidente do Banco Central, informando que a Programação foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional em sessão de 27 de setembro de 2012.

O Relatório do Banco Central parte de uma análise da conjuntura econômica brasileira e internacional. A trajetória do PIB das principais economias ratificou, no segundo trimestre de 2012, as perspectivas de desaceleração econômica global, expressas em desaceleração do consumo nos EUA, moderação da atividade na Ásia e contração na economia da área do Euro. Os preços internacionais das commodities registraram, de modo geral, valorização, ressaltando-se as elevações nas cotações de petróleo e das commodities agrícolas.

No Brasil, o PIB cresceu, na margem, 0,4% no segundo trimestre do ano, ante 0,1% no trimestre encerrado em março, resultado sustentado pela demanda doméstica. Contudo, a evolução de indicadores importantes no terceiro trimestre fortalecem as perspectivas de retomada da atividade econômica nos próximos trimestres.

Nos meses recentes, a expansão do mercado de crédito seguiu em ritmo moderado, condicionada pelo arrefecimento da atividade econômica. Manteve-se a tendência de crescimento mais acentuado das operações de crédito com recursos direcionados. O endividamento líquido como percentagem do PIB segue em trajetória declinante. A Dívida Líquida do Setor Público baixou para 34,9% do PIB em julho, uma redução de 1,49 p.p. em relação a dezembro de 2011.

O Copom avaliou, nas reuniões de julho e de agosto, que a recuperação da atividade econômica brasileira vinha se dando de forma muito gradual e que permaneciam limitados os riscos para a trajetória da inflação. Assim sendo, o Copom reduziu a taxa Selic para 8,0%, depois para 7,5%. A referida taxa estava em 11,0% ao final de 2011.

Ao final do relatório, o Banco Central estima a evolução da base monetária restrita (composta do papel-moeda emitido e das reservas bancárias), da base monetária ampliada (constituída pela base monetária restrita e pelos títulos públicos federais fora da carteira do Banco Central), do agregado monetário M1 (que engloba o papel-moeda em poder do público e os depósitos à vista) e do agregado M4, (que, além do M1, inclui depósitos a prazo e em títulos de alta liquidez).

Estão previstas, ao final do quarto trimestre de 2012, os seguintes níveis de expansão anual para os quatro agregados monetários: 8,8% para o M1, 11,0% para a base restrita, 6,7% para a base ampliada e 13,4% para o M4. A proporção entre o M4 e o PIB não deverá apresentar expansão significativa ao longo do quarto trimestre de 2012.

II – ANÁLISE

Nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) emitir parecer sobre a Programação Monetária encaminhada a esta Casa trimestralmente. O parecer servirá de base para a aprovação ou rejeição *in totum* da matéria pelo Congresso Nacional, sendo vedada qualquer alteração, consoante determinação contida no § 3º do artigo acima mencionado.

Já foi muito debatida nesta Comissão a caducidade do procedimento de aprovação de programação monetária pelo Senado Federal. Como resultado desse debate, foi aprovado no âmbito do Senado Federal, em 2008, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 26, de 2000, do Senador Paulo Hartung, ainda em tramitação na Câmara dos Deputados (PL nº 4.121, de 2008), que prevê, nos termos do substitutivo, o envio do Relatório de Inflação à CAE, em substituição à Programação Monetária.

Com a adoção do Plano Real, mediante a Lei nº 9.069, de 1995, decorrente da Medida Provisória nº 542, de 1994, o Congresso Nacional passou a participar de forma mais ativa na definição de parâmetros e metas relativas à evolução da oferta de moeda e crédito na economia. Com efeito, as autoridades monetárias – além das audiências públicas em comissões nas duas casas do Congresso, em conjunto ou separadamente – têm o dever de encaminhar ao Senado Federal a Programação Monetária para cada trimestre do ano civil.

Do ponto de vista metodológico, cabe frisar que a programação monetária contém estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários (nos conceitos de moeda M1 e M4), metas indicativas de sua evolução trimestral e descrição sucinta das perspectivas da economia nacional para o trimestre e para o ano em curso. Conforme o Banco Central, as projeções são efetuadas com base em modelos econométricos, considerando-se a demanda por componentes dos meios de pagamentos, a evolução do PIB e a trajetória esperada da taxa básica de juros (SELIC), da taxa de câmbio e de inflação, entre outros elementos.

Contudo, com a adoção do regime de metas de inflação, a partir de 1999, sabe-se que a programação da evolução dos agregados monetários deixou de ser instrumento prioritário na formulação e execução da política monetária. O regime de metas de inflação visa alcançar e manter as metas de inflação, com intervalos de tolerância previamente estabelecidos e, para tanto, utiliza-se o nível da taxa de juros na economia como o principal instrumento. Nesse sentido, a evolução dos agregados monetários, assim como a expansão do crédito na economia, constitui medida tão somente coadjuvante no processo de controle do nível geral de preços.

Em que pesem as considerações acima, enfatize-se que persiste em nosso ordenamento jurídico a determinação do envio da Programação Monetária ao Senado, para que esta Comissão sobre ela se manifeste e cujo parecer servirá de base para a aprovação ou rejeição *in totum* da referida programação pelo Congresso Nacional.

Depreende-se da leitura da Programação Monetária que as taxas de expansão monetária projetadas são compatíveis com as perspectivas de crescimento real da economia e com a convergência para a meta de inflação estabelecida de 4,5% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A inflação, medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em doze meses, alcançou 5,24% em agosto, 1,98 pontos percentuais (p.p.) abaixo da registrada no mesmo mês de 2011. O Copom entende que a inflação acumulada em doze meses, que começou a recuar no último trimestre do ano passado, tende a se deslocar na direção meta, de forma não linear.

A partir de tudo o que foi dito, temos a concluir que a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2012 está bem embasada, do ponto de vista técnico, e merece ser aprovada.

III – VOTO

Pelas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária para o quarto trimestre de 2012, nos termos do seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 580, DE 2012

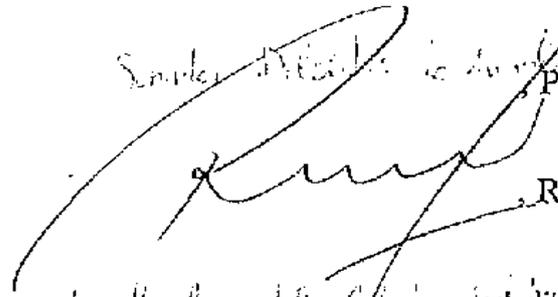
Aprova a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2012.

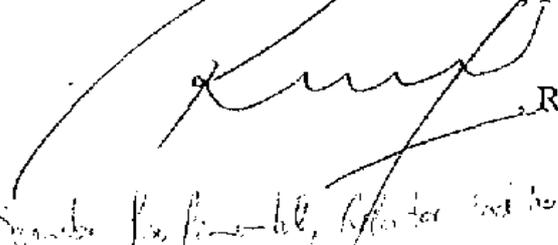
O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2012, nos termos da Mensagem nº 89, de 2012, (nº 442, de 2012, na origem), da Presidente da República.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 18 de dezembro de 2012.


Presidente


Relator

Senador José Sarney Filho, Relator

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
MENSAGEM (SF) Nº 89, de 2012

ASSINAM O PARECER, NA 64ª REUNIÃO DE 18/12/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: [assinatura]

RELATOR: [assinatura]

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT)
José Pimentel (PT)	3. Aníbal Diniz (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Lidice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Majoria(PV, PMDB, PP)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	5. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim (PTB)
Antonio Russo (PR)	3. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR)	4. Alfredo Nascimento (PR)
PSD PSOL	
Marco Antônio Costa	1. Raulo Rodrigues

PARECER

Nº 1.719, DE 2012

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2011 (nº 4.835/2009 na Casa de origem, do Deputado Valtenir Pereira), que acrescenta dispositivo à Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004. (tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2011, nos termos do Requerimento nº 651, de 2012.)

RELATOR: Senador ANIBAL DINIZ

I – RELATÓRIO

Esta Comissão examina, em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 113, de 2011 (PL nº 4.835, de 2009, na origem), de autoria do Deputado Valtenir Pereira, e o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 393, de 2011, do Senador Ciro Nogueira, os quais pretendem alterar a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004.

O PLC nº 113, de 2011, acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que *dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor*, com a seguinte redação:

Art. 2º-A. Os supermercados, hipermercados, mercearias ou estabelecimentos comerciais onde o consumidor tenha acesso direto ao produto deverão informar, no mesmo espaço destinado à exposição do preço à vista do produto, também o preço à vista correspondente a 1 kg (um quilograma), 1 l (um litro) ou 1 m (um metro) do mesmo produto, conforme a unidade de medida informada na embalagem.

Na justificção, o autor menciona a iniciativa do Termo de Cooperação Tcnica, firmado em 2009 por alguns supermercados perante o Ministrio Pblico do Estado do Rio de Janeiro mediante a interveniêcia da Associao de Supermercados do Estado do Rio de Janeiro.

Na Cmara dos Deputados, o Projeto de Lei (PL) n° 4.835, de 2009, foi distribuído à Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) e à Comissão de Constituio e Justia e de Cidadania (CCJC). Na CDC, a proposio foi aprovada, com Substitutivo. O parecer da CCJC foi pela constitucionalidade, juridicidade e tcnica legislativa do PL n° 4.835, de 2009, com emendas, e do Substitutivo da CDC, com subemenda substitutiva. Como, após a apreciao conclusiva da matéria, não houve interposio de recurso, foi dispensada a competncia do Plenrio para discussio e votao, de acordo com o disposto no art. 58, § 1°, combinado com o art. 132, § 2°, do Regimento Interno da Cmara dos Deputados.

Com fundamento no art. 65, *caput*, da Constituio e no art. 134 do Regimento Comum, a matéria foi remetida a esta Casa, em 3 de novembro de 2011, passando a tramitar como Projeto de Lei da Cmara n° 113, de 2011.

Nos termos do art. 91, § 1°, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o PLC n° 113, de 2011, foi distribuído a esta Comissão, para deciso terminativa.

O PLS n° 393, de 2011, torna obrigatória, quando da oferta de produtos que contenham na embalagem a indicao de unidade de medida, a informao do preo por unidade padro de medida (peso, volume, tamanho ou outra citada no invólucro), além do preo de venda do produto.

Ao justificar a proposio, o autor pondera que é habitual a reduo do peso, do volume ou do tamanho dos produtos oferecidos ao consumidor, enquanto é mantido o preo de mercado praticado na rede varejista. Segundo ele, isso representa uma verdadeira fraude no mercado de consumo, capaz de confundir até mesmo o consumidor atento e experiente.

Não foram oferecidas emendas ao PLC n° 113, de 2011, nem ao PLS n° 393, de 2011.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão pronunciar-se a respeito do mérito de matérias pertinentes à defesa do consumidor, por força do disposto no art. 102-A, inciso III, do RISF. Como se trata de decisão terminativa, esta Comissão deve opinar ainda sobre a constitucionalidade e juridicidade dos projetos de lei em análise.

Passemos ao exame de cada uma das proposições sob comento.

Em relação ao PLC nº 113, de 2011, assinale-se que o assunto está inserido na competência legislativa da União, cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, nos termos dos arts. 5º, XXXII; 22, I; 24, V; e 48 da Constituição Federal, e do art. 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Segundo o art. 61 da Carta Política de 1988, a iniciativa parlamentar é legítima, pois a matéria objeto da proposição não figura entre aquelas que a Constituição reserva à iniciativa privativa do Presidente da República.

No que tange à juridicidade, o PLC nº 113, de 2011, se afigura irretocável, porquanto *i)* o *meio* eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado, *ii)* o assunto nele vertido *inova* o ordenamento jurídico, *iii)* possui o atributo da *generalidade*, *iv)* se afigura dotado de potencial *coercitividade* e *v)* se revela compatível com os *princípios diretores do sistema de direito pátrio*.

A proposta está redigida em consonância com a boa técnica legislativa, cabendo adequar a sua ementa, em razão do disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que cuida da elaboração e alteração das leis, segundo o qual *a ementa será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei*.

No mérito, o PLC nº 113, de 2011, está em sintonia com o sistema de proteção ao consumidor estabelecido pela Lei nº 8.078, de 11 de

setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor (CDC), especialmente com o disposto no inciso III do art. 6º, que institui como direito básico do consumidor *a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.*

É inegável que a medida proposta contribui para tornar melhor a orientação do consumidor no que concerne aos preços dos produtos que lhe são ofertados. É frequente a dificuldade que o consumidor enfrenta ao comparar os preços dos produtos, a fim de tomar a decisão de consumo que mais lhe interessa.

Isso acontece, usualmente, nos casos em que produtos idênticos ou similares são ofertados em embalagens com quantidades distintas, o que pode ocorrer tanto em relação a um mesmo fornecedor como em casos que envolvem diferentes fornecedores. Vale considerar, também, que, muitas vezes, em uma mesma oportunidade, o consumidor adquire diversos produtos com essas características, como no caso das compras em supermercados, o que o leva a desperdiçar muito tempo efetuando cálculos.

A regra contida na proposição facilitará bastante a comparação de preços entre produtos, contribuindo para o aperfeiçoamento do sistema de proteção ao consumidor, sem resultar em ônus excessivo para o fornecedor de produtos. Por conseguinte, a nosso ver, o PLC nº 113, de 2011, é meritório.

No entanto, é necessário ajustar a redação proposta, considerando que as unidades de medida dos produtos ofertados no mercado não se resumem a peso, volume e comprimento. De outra forma, tendo em vista a diversidade e especificidade desses produtos, parece-nos mais adequado estabelecer que as unidades padrão de medida sejam definidas pelo órgão do Poder Executivo responsável pelo controle metrológico legal.

Ademais, entendemos recomendável prever *vacatio legis* de trinta dias para permitir aos supermercados, hipermercados, mercearias ou estabelecimentos comerciais a adequação às novas disposições.

No tocante à constitucionalidade, o PLS nº 393, de 2011, cuida de assunto da competência legislativa da União e está de acordo com os

preceitos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional (art. 48) e à legitimidade da iniciativa legislativa (art. 61). A proposta não contraria qualquer disposição do texto constitucional.

Em relação à juridicidade, a proposição cumpre os requisitos de inovação, efetividade, espécie normativa adequada, coercitividade e generalidade. Tampouco há vício de natureza regimental. O projeto de lei está vazado em boa técnica legislativa.

Para a avaliação de mérito, registre-se que a etiquetagem de preços de produtos e serviços é submetida ao regime da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.903, de 20 de setembro de 2006; e que as relações de consumo são regidas pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Saliente-se que a redução da quantidade ofertada com o intuito de encobrir a majoração dos preços é denominada de “maquiagem” de produtos, e que o autor do PLS nº 393, de 2011, pretende exatamente simplificar a comparação de preços entre os diversos produtos ofertados, de maneira a acabar com essa prática. Ao reprimir essa conduta inadequada dos fornecedores, a proposta sob comento restabelece o equilíbrio da relação de consumo.

Além disso, três dos princípios da Política Nacional das Relações de Consumo – prevista no art. 4º do CDC – são: o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo (inciso I); a harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo, sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores (inciso III); e a coibição e repressão eficientes de todos os abusos praticados no mercado de consumo que possam causar prejuízos aos consumidores (inciso VI). Como se depreende, o propósito do PLS nº 393, de 2011, guarda harmonia com essa Política.

Ademais, como já mencionado, *a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem* constitui um dos direitos básicos do consumidor, de acordo com o disposto no art. 6º, inciso III, da norma consumerista.

Por sua vez, o art. 31 da Lei nº 8.078, de 1990, impõe aos fornecedores o dever de informar ao consumidor, na oferta e na apresentação de produtos, a respeito dos preços, entre outros dados. Portanto, a exigência de informação do preço por unidade padrão de medida revela-se oportuna e conveniente, nos moldes do PLS nº 393, de 2011.

No entanto, como apontado anteriormente, o objetivo das duas proposições é facilitar a comparação de preços entre os produtos ofertados. Em razão da disposição do art. 260, inciso II, alínea *a*, do Regimento Interno desta Casa legislativa, na tramitação em conjunto, terá precedência o projeto da Câmara sobre o do Senado.

Portanto, o PLS nº 393, de 2011, deve ser rejeitado.

III – VOTO

Pelos motivos expostos, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2011, na forma do substitutivo a seguir apresentado, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2011:

EMENDA Nº 1 – CMA (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, DE 2011

Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que *dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor*, para regular a exposição de preços de produtos nos supermercados, hipermercados e outros estabelecimentos comerciais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

“**Art. 2º-A.** Os supermercados, hipermercados, mercearias ou estabelecimentos comerciais em que o consumidor tenha acesso direto ao produto deverão informar, no mesmo espaço destinado à exposição do preço à vista do produto, também o preço à vista por unidade padrão de medida, a ser definida pelo órgão competente, com o fim de facilitar a comparação de preços entre os produtos ofertados.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos trinta dias da data de sua publicação.

Sala da Comissão, 27 de novembro de 2012.

Senador Rodrigo Rêgo, Presidente

, Relator

André Torres

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, de 2011, QUE TRAMITA EM CONJUNTO COM: PLS
393/2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 49ª REUNIÃO, DE 27/11/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: [Assinatura] (Senador Antonio Carlos Valadares)

RELATOR: [Assinatura] (Senador Anibal Diniz)

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	2. Delcídio do Amaral (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO
Ivo Cassol (PP)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Gim (PTB)	1. João Vicente Claudino (PTB)
João Costa (PPL)	2. Blairo Maggi (PR)
PSD PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marco Antônio Costa

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

EMENDA Nº 1-CMA (SUBSTITUTIVO) AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, DE 2011

LISTA DE VOTAÇÃO

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PCdoB, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PCdoB, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANIBAL DINIZ (PT)	X				ANA RITA (PT)	X			
ACIR GURGACZ (PDT)	X				DELÍDIO DO AMARAL (PT)				
JORGE VIANA (PT)	X				VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB)				
PEDRO TAQUES (PDT)					CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)					ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PV, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PV, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LUIZ HENRIQUE (PMDB)					VALDIR RAUPEL (PMDB)				
VAGO					LOBÃO FILHO (PMDB)				
EDÚCIO OLIVEIRA (PMDB)					ROMERO JUCA (PMDB)				
SÉRGIO SOUZA (PMDB)	X				JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				
EDUARDO BRAGA (PMDB)	X				VAGO				
IVO CASSOL (PP)					VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)					CICERO LUCENA (PSDB)				
ALVARO DIAS (PSDB)					FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			
JOSÉ AGRIPINO (DEM)					VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM (PTB)					JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)				
JOÃO COSTA (PPL)					BLAIRO MAGGI (PR)				
TITULAR - PSD, PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD, PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)	X				MARCO ANTÔNIO COSTA (PSD)				

TOTAL: 3 SIM: 3 NÃO: 0 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1 *Rp, ALB*
 SALA DAS REUNIÕES, EM 27 / 11 / 2012. Senador RODRIGO ROLLEMBERG
 Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (ART. 132, § 3º, RUIF)

TEXTO FINAL DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, DE 2011, APROVADO PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE NA REUNIÃO DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2012

**EMENDA Nº 1 – CMA (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, DE 2011**

Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que *dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor*, para regular a exposição de preços de produtos nos supermercados, hipermercados e outros estabelecimentos comerciais.

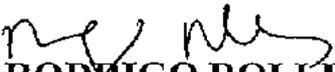
O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

“**Art. 2º-A.** Os supermercados, hipermercados, mercearias ou estabelecimentos comerciais em que o consumidor tenha acesso direto ao produto deverão informar, no mesmo espaço destinado à exposição do preço à vista do produto, também o preço à vista por unidade padrão de medida, a ser definida pelo órgão competente, com o fim de facilitar a comparação de preços entre os produtos ofertados.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos trinta dias da data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2012.


Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
.....

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;
.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;
.....

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

V - produção e consumo;
.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária e do Ministério Público do Distrito Federal;

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b;

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública;

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I.

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

Art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

Parágrafo único. Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.

TÍTULO X ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 48. O Congresso Nacional, dentro de cento e vinte dias da promulgação da Constituição, elaborará código de defesa do consumidor.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Art. 5º A ementa será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei.

LEI Nº 10.962, DE 11 DE OUTUBRO DE 2004.

Dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor.

Art. 2º São admitidas as seguintes formas de afixação de preços em vendas a varejo para o consumidor:

Parágrafo único. Nos casos de utilização de código referencial ou de barras, o comerciante deverá expor, de forma clara e legível, junto aos itens expostos, informação relativa ao preço à vista do produto, suas características e código.

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995)

I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

II - ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor:

a) por iniciativa direta;

b) por incentivos à criação e desenvolvimento de associações representativas;

c) pela presença do Estado no mercado de consumo;

d) pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho.

III - harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (art. 170, da Constituição Federal), sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores;

IV - educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo;

V - incentivo à criação pelos fornecedores de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços, assim como de mecanismos alternativos de solução de conflitos de consumo;

VI - coibição e repressão eficientes de todos os abusos praticados no mercado de consumo, inclusive a concorrência desleal e utilização indevida de inventos e criações industriais das marcas e nomes comerciais e signos distintivos, que possam causar prejuízos aos consumidores;

VII - racionalização e melhoria dos serviços públicos;

VIII - estudo constante das modificações do mercado de consumo.

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Parágrafo único. As informações de que trata este artigo, nos produtos refrigerados oferecidos ao consumidor, serão gravadas de forma indelével

LEI Nº 10.962, DE 11 DE OUTUBRO DE 2004.

Dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor.

DECRETO Nº 5.903, DE 20 DE SETEMBRO DE 2006.

Regulamenta a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, e a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Ofício nº 352/2012-CMA

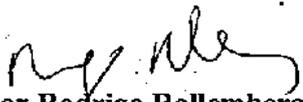
Brasília, 11 de dezembro de 2012.

Assunto: Deliberação terminativa – PLC 113, de 2011 e PLS 393, de 2011 (Turno suplementar)

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, na 52ª Reunião Ordinária realizada em 11/12/2012, apreciou em turno suplementar o Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 113, de 2011, e ao Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2011, aprovado nesta Comissão, na reunião ordinária de 27/11/2012. Nesse sentido, conforme notas taquigráficas anexas, como não foram oferecidas emendas até o término da discussão do turno suplementar, o Substitutivo foi definitivamente adotado sem votação, de acordo com o art. 284 do mencionado Regimento.

Atenciosamente,


Senador Rodrigo Rollemberg

Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **VICENTINHO ALVES**

I – RELATÓRIO

Submete-se à análise desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 113, de 2011 (PL nº 4.835, de 2009, na origem), do Deputado Valtenir Pereira, que *acrescenta dispositivo à Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004.*

O art. 1º do projeto acresce o art. 2º-A à Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que *dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor, com a seguinte redação:*

Art. 2º-A. Os supermercados, hipermercados, mercearias ou estabelecimentos comerciais onde o consumidor tenha acesso direto ao produto deverão informar, no mesmo espaço destinado à exposição do preço à vista do produto, também o preço à vista correspondente a 1 kg (um quilograma), 1 l (um litro) ou 1 m (um metro) do mesmo produto, conforme a unidade de medida informada na embalagem.

O art. 2º estabelece que a lei que resultar da proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Tendo a matéria sido distribuída a esta Comissão para decisão terminativa, a análise da proposição deve abranger, além do mérito, os aspectos relacionados à sua constitucionalidade e juridicidade.

A matéria está inserida na competência legislativa da União, cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, nos termos dos arts. 5º, XXXII; 22, I; 24, V; e 48 da Constituição Federal, e do art. 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Em conformidade com o art. 61 da Lei Maior, a iniciativa parlamentar é legítima, não figurando a matéria objeto da proposição entre aquelas que a Constituição reserva à iniciativa privativa do Presidente da República.

Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto *i)* o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado, *ii)* o assunto nele vertido *inova* o ordenamento jurídico, *iii)* possui o atributo da *generalidade*, *iv)* se afigura dotado de potencial *coercitividade* e *v)* se revela compatível com os *princípios diretores do sistema de direito pátrio*.

A proposição está redigida em conformidade com a boa técnica legislativa, cabendo apenas ajustar a sua ementa, em razão do disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração e alteração das leis, segundo o qual *a ementa será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei* (grifamos).

No mérito, o projeto está em sintonia com o sistema de proteção ao consumidor estabelecido pelo Código de Defesa do Consumidor – CDC (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), especialmente com o disposto no inciso III do art. 6º, que institui como direito básico do consumidor *a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem*.

Não restam dúvidas de que a medida proposta contribui para uma melhor orientação do consumidor quanto aos preços dos produtos que lhe são

ofertados. Muitas vezes é difícil para o consumidor comparar os preços dos produtos, de modo a tomar a decisão de consumo que mais lhe interessa.

Isso ocorre com muita frequência nos casos em que os mesmos produtos são ofertados em embalagens com quantidades diferentes. Essa situação pode ocorrer tanto em relação a um mesmo fornecedor como em casos que envolvem diferentes fornecedores. Há que se considerar, ainda, que, muitas vezes, em uma mesma oportunidade, o consumidor adquire diversos produtos com essas características, como no caso das compras em supermercados, o que o leva a gastar muito tempo efetuando cálculos.

A medida proposta facilitará bastante a comparação de preços entre produtos, contribuindo para o aperfeiçoamento do sistema de proteção ao consumidor, sem resultar em ônus excessivo para o fornecedor de produtos.

III – VOTO

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2011, e, no mérito, por sua aprovação, com a seguinte emenda de redação.

EMENDA Nº – CMA

Dê-se à ementa do PLC nº 113, de 2011, a seguinte redação:

Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor, para regular a exposição de preços de produtos nos supermercados, hipermercados e outros estabelecimentos comerciais.

Sala da Comissão,
, Presidente

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **VICENTINHO ALVES**

I – RELATÓRIO

Submete-se à análise desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 113, de 2011 (PL. 4.835, de 2009, na origem), do Deputado Valtenir Pereira, que *acrescenta dispositivo à Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004.*

O art. 1º do projeto acresce o art. 2º-A à Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que *dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor*, com a seguinte redação:

Art. 2º-A. Os supermercados, hipermercados, mercearias ou estabelecimentos comerciais onde o consumidor tenha acesso direto ao produto deverão informar, no mesmo espaço destinado à exposição do preço à vista do produto, também o preço à vista correspondente a 1 kg (um quilograma), 1 l (um litro) ou 1 m (um metro) do mesmo produto, conforme a unidade de medida informada na embalagem.

O art. 2º estabelece que a lei que resultar da proposição entrará em vigor na data de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Tendo a matéria sido distribuída a esta Comissão para decisão terminativa, a análise da proposição deve abranger, além do mérito, os aspectos relacionados à sua constitucionalidade e juridicidade.

A matéria está inserida na competência legislativa da União, cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, nos termos dos arts. 5º, XXXII; 22, I; 24, V; e 48 da Constituição Federal, e do art. 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Em conformidade com o art. 61 da Lei Maior, a iniciativa parlamentar é legítima, não figurando a matéria objeto da proposição entre aquelas que a Constituição reserva à iniciativa privativa do Presidente da República.

Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto *i)* o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado, *ii)* o assunto nele vertido *inova* o ordenamento jurídico, *iii)* possui o atributo da *generalidade*, *iv)* se afigura dotado de potencial *coercitividade* e *v)* se revela compatível com os *princípios diretores do sistema de direito pátrio*.

A proposição está redigida em conformidade com a boa técnica legislativa, cabendo apenas ajustar a sua ementa, em razão do disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração e alteração das leis, segundo o qual *a ementa será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei* (grifamos).

No mérito, o projeto está em sintonia com o sistema de proteção ao consumidor estabelecido pelo Código de Defesa do Consumidor – CDC (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), especialmente com o disposto no inciso III do art. 6º, que institui como direito básico do consumidor *a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem*.

Não restam dúvidas de que a medida proposta contribui para uma melhor orientação do consumidor quanto aos preços dos produtos que lhe são

ofertados. Muitas vezes é difícil para o consumidor comparar os preços dos produtos, de modo a tomar a decisão de consumo que mais lhe interessa.

Isso ocorre com muita frequência nos casos em que os mesmos produtos são ofertados em embalagens com quantidades diferentes. Essa situação pode ocorrer tanto em relação a um mesmo fornecedor como em casos que envolvem diferentes fornecedores. Há que se considerar, ainda, que, muitas vezes, em uma mesma oportunidade, o consumidor adquire diversos produtos com essas características, como no caso das compras em supermercados, o que o leva a gastar muito tempo efetuando cálculos.

A medida proposta facilitará bastante a comparação de preços entre produtos, contribuindo para o aperfeiçoamento do sistema de proteção ao consumidor, sem resultar em ônus excessivo para o fornecedor de produtos.

É preciso, porém, ajustar a redação proposta, tendo em vista que as unidades de medida dos produtos ofertados no mercado não se resumem a peso, volume e comprimento. Por outro lado, considerando a diversidade e especificidade desses produtos, parece-nos mais adequado estabelecer que as unidades padrão de medida sejam definidas pelo órgão do Poder Executivo responsável pelo controle metrológico legal.

III – VOTO

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2011, e, no mérito, por sua aprovação, na forma do seguinte substitutivo.

EMENDA Nº – CMA (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, DE 2011

Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que *dispõe sobre a oferta e as formas de afiação de preços de produtos e serviços para o consumidor*, para regular a exposição de preços de produtos nos supermercados, hipermercados e outros estabelecimentos comerciais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

“Art. 2º-A. Os supermercados, hipermercados, mercearias ou estabelecimentos comerciais onde o consumidor tenha acesso direto ao produto deverão informar, no mesmo espaço destinado à exposição do preço à vista do produto, também o preço à vista por unidade padrão de medida, a ser definida pelo órgão competente do Poder Executivo, com o fim de facilitar a comparação de preços entre os produtos ofertados.”
(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **JAYME CAMPOS**

I - RELATÓRIO

Esta Comissão examina, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 393, de 2011, de autoria do Senador **Ciro Nogueira**, que acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para exigir que os fornecedores varejistas de produtos ofertados ao consumidor afixem o preço de venda do produto e o preço por unidade padrão de medida.

A proposição define que, na oferta de produtos que contenham na embalagem a indicação de unidade de medida, o fornecedor varejista informe, além do preço de venda do produto, o preço por unidade padrão de medida (peso, volume, tamanho ou outra que seja mencionada no invólucro).

Não foram oferecidas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

A esta Comissão, compete pronunciar-se sobre o mérito de matérias pertinentes à defesa do consumidor, de acordo com o disposto no art. 102-A, III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Primeiramente, é de realçar a importância da iniciativa do Senador Ciro Nogueira, autor da proposta, pois busca o aperfeiçoamento da tutela do consumidor.

A etiquetagem de preços de produtos e serviços é submetida ao regime da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.903, de 20 de setembro de 2006.

Ademais, nos termos do art. 6º, inciso III, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor (CDC), *a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem* constitui um dos direitos básicos do consumidor.

Explicita esse direito o art. 31 do CDC, que impõe aos fornecedores o dever de informar ao consumidor, na oferta e na apresentação de produtos, a respeito dos preços, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Com essa proposição, o autor pretende facilitar a comparação de preços entre os produtos ofertados, o que está em consonância com o princípio do reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.

No entanto, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2010, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor, para obrigar a informação do preço por unidade de medida na comercialização de produtos fracionados em pequenas quantidades.*

O PLS nº 64, de 2010, foi analisado nesta Comissão, em regime de decisão terminativa.

Depois da sua aprovação neste colegiado, o PLS nº 64, de 2010, foi encaminhado à Casa revisora, já que não foi interposto recurso para apreciação da matéria em Plenário.

Ao confrontar as ementas das duas proposições, percebe-se que a essência do PLS nº 393, de 2011, é a mesma que consubstancia o PLS nº 64, de 2010, já aprovado pelo Senado Federal.

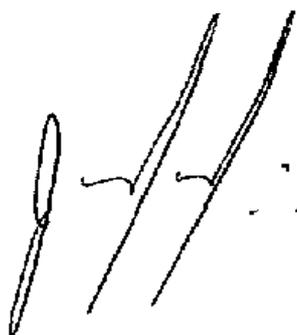
Nesse caso, o Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 334, inciso II, prevê que *o Presidente, de ofício ou mediante consulta de qualquer Senador, declarará prejudicada matéria dependente de deliberação do Senado, em virtude de seu prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação.*

Em decorrência, entendemos que resulta prejudicado o PLS nº 393, de 2011.

III – VOTO

Diante do exposto, opinamos pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2011.

Sala da Comissão,



, Presidente

, Relator

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **RANDOLFE RODRIGUES**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão examina, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 393, de 2011, de iniciativa do Senador Ciro Nogueira, que acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que *dispõe sobre a oferta e as formas de afiação de preços de produtos e serviços para o consumidor*, com o intuito de impor aos fornecedores varejistas de produtos ofertados ao consumidor a afiação do preço de venda do produto e do preço por unidade padrão de medida.

A proposição torna obrigatória, quando da oferta de produtos que contenham na embalagem a indicação de unidade de medida, a informação do preço por unidade padrão de medida (peso, volume, tamanho ou outra citada no invólucro), além do preço de venda do produto.

Na justificção, o autor pondera que é usual a redução do peso, do volume ou do tamanho dos produtos oferecidos ao consumidor, enquanto é mantido o preço de mercado praticado na rede varejista. Segundo ele, isso representa uma verdadeira fraude no mercado de consumo, capaz de confundir até mesmo o consumidor atento e experiente.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Compete a este colegiado pronunciar-se a respeito do mérito de matérias pertinentes à defesa do consumidor, por força do disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno desta Casa legislativa. Como

se trata de decisão terminativa, esta Comissão opina ainda sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa do projeto de lei em análise.

No tocante à constitucionalidade, o PLS nº 393, de 2011, cuida de assunto da competência legislativa da União e está de acordo com os preceitos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional (art. 48) e à legitimidade da iniciativa legislativa (art. 61). A proposta não contraria qualquer disposição do texto constitucional.

Em relação à juridicidade, a proposição cumpre os requisitos de inovação, efetividade, espécie normativa adequada, coercitividade e generalidade. Tampouco há vício de natureza regimental. O projeto de lei está vazado em boa técnica legislativa.

Para a avaliação de mérito, cabe mencionar que a etiquetagem de preços de produtos e serviços é submetida ao regime da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.903, de 20 de setembro de 2006; e que as relações de consumo são regidas pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Observe-se que a redução da quantidade ofertada com o fito de encobrir a majoração dos preços é denominada de “maquiagem” de produtos, e que o propósito do PLS nº 393, de 2011, é precisamente facilitar a comparação de preços entre os produtos ofertados, de maneira a acabar com essa prática. Ao reprimir essa conduta inadequada dos fornecedores, a proposta sob comento restabelece o equilíbrio da relação de consumo.

Além disso, três dos princípios da Política Nacional das Relações de Consumo – prevista no art. 4º do CDC – são: o

reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo (inciso I); a harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo, sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores (inciso III); e a coibição e repressão eficientes de todos os abusos praticados no mercado de consumo que possam causar prejuízos aos consumidores (inciso VI). Como se depreende, o propósito do PLS nº 393, de 2011, guarda harmonia com essa Política.

Ademais, a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem constitui um dos direitos básicos do consumidor, de acordo com o disposto no art. 6º, inciso III, da norma consumerista.

Por sua vez, o art. 31 do referido Código impõe aos fornecedores o dever de informar ao consumidor, na oferta e na apresentação de produtos, a respeito dos preços, entre outros dados. Portanto, a exigência de informação do preço por unidade padrão de medida releva-se oportuna e conveniente, nos moldes do PLS nº 393, de 2011.

III – VOTO

Pelos motivos expostos, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2011.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

PARECERES

N^{os} 1.720 E 1.721, DE 2012

Sobre o Projeto de Lei do Senado n^o 444, de 2011, do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera a Lei n^o 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para determinar a medição individualizada do consumo hídrico nas edificações condominiais.

PARECER N^o 1.720, DE 2012

(Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)

RELATOR: Senador **CIRO NOGUEIRA**

RELATOR "AD HOC": Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**

I – RELATÓRIO

Submete-se à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) n^o 444, de 2011, do Senador Antonio Carlos Valadares. A proposição altera a Lei n^o 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes gerais para o saneamento básico, para determinar que as edificações condominiais adotem, no prazo de dois anos, a medição individualizada do consumo hídrico por unidade imobiliária.

Em sua justificção, o autor afirma que a inclusõo do consumo hídrico nas despesas dos condomínios urbanos prejudica os consumidores mais comedidos e favorece os perdulários, o que enseja desperdício de recursos hídricos.

Inicialmente distribuído à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR); e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo à última a decisão terminativa, o projeto foi posteriormente apensado ao PLS nº 179, de 2006. Em 19 de abril de 2012, no entanto, o Plenário aprovou o Requerimento nº 125, de 2012, de desapensamento, com o que foi retomada a distribuição original.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Caberá à CMA, comissão com competência terminativa sobre a matéria, analisar as questões formais de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, razão pela qual a manifestação da CDR deve tratar do mérito da proposição.

Nesse aspecto, entendemos louvável a iniciativa consubstanciada no projeto em análise, pois permite estabelecer uma correlação precisa entre a cobrança e o consumo dos serviços de água e esgoto em cada unidade imobiliária, o que contribui para a diminuição do desperdício.

Mesmo sem lei federal que obrigue a colocação de hidrômetro individual, o número de condomínios edifícios que adotam o sistema de medição por unidade imobiliária tem crescido. Muitos construtores e incorporadores estão deixando a tubulação de água preparada para receber futuramente os hidrômetros individuais, ao passo que outros já entregam os imóveis com os aparelhos instalados.

O benefício para os moradores é o fim das distorções na conta de água. Na ausência de equipamento de medição individual, uma pessoa que more sozinha desembolsa a mesma quantia de uma família com muitos integrantes. Sob o prisma econômico, a medida coíbe o chamado comportamento de “carona”, que ocorre quando um indivíduo usufrui de um bem comum em medida maior do que a de sua contribuição para o custeio desse mesmo bem. Quando a água do condomínio não é cobrada conforme o consumo de cada unidade, é grande o incentivo ao desperdício, já que um consumo maior (banhos demorados, torneiras abertas, tubulações sem manutenção, etc.) não corresponde a um aumento proporcional na tarifa cobrada. A medição e a cobrança individualizadas pelo consumo, além de criarem um incentivo para economizar água, promovem uma adequada alocação do custo desse bem.

Consideramos, no entanto, necessário ampliar o prazo de transição, de dois para cinco anos, a fim de que os agentes econômicos possam providenciar as medidas necessárias à implantação da Lei. Nesse sentido, apresentamos emendas destinadas a promover essa alteração, além de corrigir equívoco existente no art. 1º do projeto quanto ao tipo de dispositivo a ser acrescido ao art. 29 da Lei nº 11.445, de 2007. Por exigência da técnica legislativa, deslocamos a fixação do prazo para a cláusula de vigência da lei.

III – VOTO

Pelos motivos expostos, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 444, de 2011, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CDR

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 444, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 29 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

‘Art. 29.....

.....

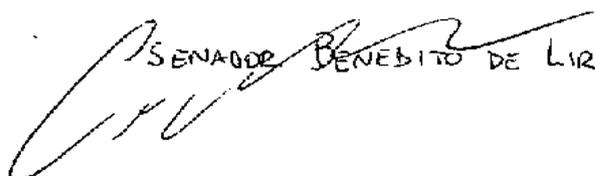
§ 3º As edificações condominiais adotarão padrões de sustentabilidade ambiental que incluam, entre outros procedimentos, a medição individualizada do consumo hídrico por unidade imobiliária.’ (NR)”

EMENDA Nº 2 – CDR

Dê-se ao art. 2º do PLS nº 444, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos 5 (cinco) anos de sua publicação.”

Sala da Comissão, 12 de setembro de 2012.

 SENADOR BENEDITO DE LIRA, Presidente

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG, Relator “AD HOC”

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, de 2011

ASSINAM O PARECER, NA 16ª REUNIÃO, DE 12/09/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira

RELATOR: Senador Rodrigo Rollemberg Ad Hoc

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT)
Vanessa Graziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT)
João Durval (PDT)	4. Assis Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Majoria(PV, PMDB, PP)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO
Eduardo Braga (PMDB)	4. VAGO
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Magno Malta (PR)
PSD PSOL	
VAGO	1. Randoife Rodrigues

PARECER Nº 1.721, DE 2012**(Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)****RELATOR: Senador SÉRGIO SOUZA****I – RELATÓRIO**

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 444, de 2011, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, para decisão terminativa.

O projeto, em seu art. 1º, altera o art. 29 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, para acrescentar o § 3º, que determina que “as edificações condominiais adotarão padrões de sustentabilidade ambiental que incluam, entre outros procedimentos, a medição individualizada do consumo hídrico por unidade imobiliária, no prazo máximo de dois anos”.

A proposição foi distribuída originalmente à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e, para decisão terminativa, à CMA. Entretanto, em razão do Requerimento nº 1.360, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira, a matéria foi apensada ao PLS nº 179, de 2006, por disporem sobre matéria correlata. Os projetos foram então encaminhados à CDR, à CMA e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo à última a decisão terminativa.

Na CDR, essas proposições receberam parecer pela aprovação do PLS nº 179, de 2006, ficando prejudicado o PLS nº 444, de 2011. Todavia, em razão do Requerimento nº 125, de 2012, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, o PLS nº 444, de 2011, foi desapensado e passou a tramitar de forma autônoma em relação ao PLS nº 179, de 2006, para análise da CDR e, em decisão terminativa, da CMA.

Retornando à CDR, o PLS nº 444, de 2011, foi aprovado com duas emendas. A Emenda nº 1 – CDR corrige a redação do art. 1º da proposição, que anteriormente indicava a inclusão de inciso. A Emenda nº 2 – CDR amplia o prazo de transição de dois para cinco anos, por meio da alteração do art. 2º, que trata da cláusula de vigência.

Na CMA não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea *d*, do Regimento Interno do Senado Federal, apreciar o mérito das matérias relativas à conservação e ao gerenciamento dos recursos hídricos, no tocante ao desenvolvimento sustentável. Por se tratar de decisão terminativa, incumbe a este Colegiado apreciar-lhe também os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Em relação à constitucionalidade, note-se que o PLS nº 444, de 2011, cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Constituição Federal. Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. A proposição também atende aos aspectos de juridicidade e regimentalidade.

Com relação ao mérito, o PLS nº 444, de 2011, segundo o autor tem o sentido de promover o consumo responsável da água. A proposição foi formulado para estabelecer uma correlação precisa entre a cobrança e o consumo dos serviços de água e esgoto em cada unidade imobiliária e, desse modo, contribuir para a diminuição do desperdício. A criação de incentivos para economia de água não apenas reduz a necessidade de captação de água pelas concessionárias do serviço, mas também estabelece critério mais justo de alocação de despesas entre os condôminos, ao evitar que uns paguem pela água consumida por outros. Outro efeito positivo da medida seria a redução dos custos gerais de provisão de água pelas concessionárias, o que poderia resultar na redução das tarifas de água cobradas da população em geral.

Contudo, a implementação desse sistema exigirá obras de adaptação da maioria das edificações multifamiliares e imporá restrições de projeto às futuras edificações, que deverão ser fiscalizadas no âmbito dos órgãos municipais responsáveis pelo licenciamento urbanístico. Para que a medição seja individualizada, é necessária a instalação de colunas específicas com hidrômetros individualizados para cada unidade autônoma ou a implantação de hidrômetros em cada ramal das colunas existentes. No entanto, no caso de prédios com muitos pavimentos, a reforma a ser realizada é de grande escala para qualquer solução adotada.

Portanto, convém a adoção de um substitutivo com o objetivo de evitar a necessidade de obras onerosas nos prédios já construídos. Nesse caso, deve ser estabelecido que a obrigação dos higrômetros individuais seja imposta apenas às novas edificações construídas a partir da vigência desta lei e que se mantenha o prazo de 5 anos aprovado na CDR. Compete, também, realizar alterações para corrigir falhas identificadas na redação da proposição e adequá-la ao estabelecido no art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

III – VOTO

Em razão do exposto, opinamos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 444, de 2011, na forma da seguinte emenda:

EMENDA Nº - CMA (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, DE 2011

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que “estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências”, para tornar obrigatória a medição individualizada do consumo hídrico em edificações condominiais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei torna obrigatória a medição individualizada do consumo hídrico nas novas edificações condominiais.

Art. 2º O art. 29 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

"Art. 29.

.....
§ 3º As novas edificações condominiais adotarão padrões de sustentabilidade ambiental que incluam, entre outros procedimentos, a medição individualizada do consumo hídrico por unidade imobiliária."
(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 5 (cinco) anos de sua publicação.

Comiss: Sala da Comissão, 27 de novembro de 2012.

SENADOR RODRIGO ROLEMBERG, Presidente

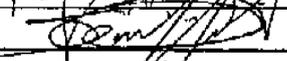

Relator

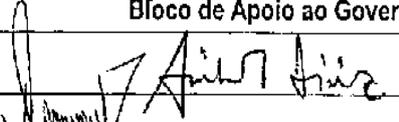
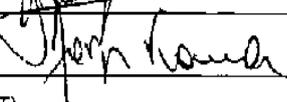
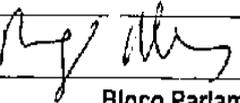
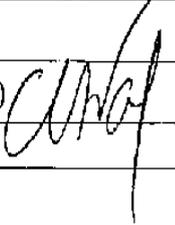
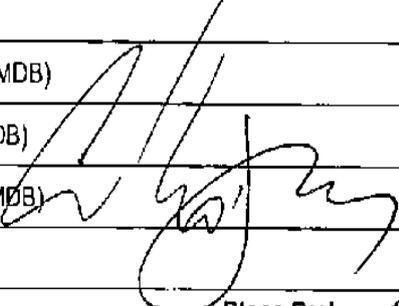
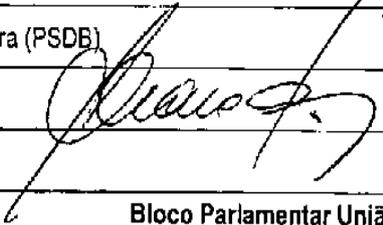
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, de 2011

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 49ª REUNIÃO, DE 27/11/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:  (SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG)

RELATOR:  (SENADOR SÉRGIO SOUZA)

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
* Anibal Diniz (PT) 	1. Ana Rita (PT) 
Acir Gurgacz (PDT) 	2. Delcídio do Amaral (PT)
Jorge Viana (PT) 	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) 	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) 
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
* Sérgio Souza (PMDB) 	4. João Alberto Souza (PMDB)
* Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO
Ivo Cassol (PP)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
* Alvaro Dias (PSDB) 	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Gim (PTB)	1. João Vicente Claudino (PTB)
João Costa (PPL)	2. Blairo Maggi (PR)
PSD PSOL	
Randolfe Rodrigues 	1. Marco Antônio Costa

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, DE 2011,
NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO (EMENDA Nº 3-CMA)

LISTA DE VOTAÇÃO

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PCdoB, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PCdoB, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANÍBAL DINIZ-PT	X				ANA RITA-PT	X			
ACIR GURCACZ - PDT	X				DELÍCIO DO AMARAL-PT				
JORGE VIANA-PT	X				VANESSA GRAZZIOTIN-PCdoB				
PEDRO TAQUES-PDT					CRISTOVAM BUARQUE-PDT				
RODRIGO ROLLEMBERG-PSB					ANTÔNIO CARLOS VALADARES-PSB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PV, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PV, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LUIZ HENRIQUE-PMDB					VALDIR RAUPP-PMDB				
VAGO					LOBÃO FILHO-PMDB				
EUNÍCIO OLIVEIRA-PMDB					ROMERO JUCA-PMDB				
SERGIO SOUZA -PMDB	X				JOÃO ALBERTO SOUZA-PMDB				
EDUARDO BRAGA-PMDB	X				VAGO				
IVO CASSOL - PP					VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO NUNES FERREIRA-PSDB					CÍCERO LUCENA-PSDB				
ALVARO DIAS-PSDB					FLEXA RIBEIRO-PSDB				
JOSÉ AGRIPINO -DEM					VAGO				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PSC, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO - PTB					JOÃO VICENTE CLAUDINO - PTB				
JOÃO COSTA - PPL					BLAIRO MAGGI - PR				
TITULAR - PSD, PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD, PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RANDOLFE RODRIGUES - PSOL	X				MARCO ANTÔNIO COSTA - PSD				

TOTAL: 9 SIM: 7 NÃO: 0 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

PLA DAS REUNIÕES, EM 27 / 11 / 2012



Senador RODRIGO ROLLEMBERG
Presidente

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (ART. 132, § 8º, RISF)

TEXTO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, DE 2011, APROVADO PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE NA REUNIÃO DO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2012

EMENDA Nº 3 – CMA (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, DE 2011

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que “estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências”, para tornar obrigatória a medição individualizada do consumo hídrico em edificações condominiais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei torna obrigatória a medição individualizada do consumo hídrico nas novas edificações condominiais.

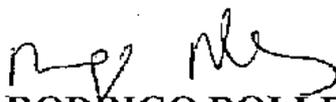
Art. 2º O art. 29 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 29.

§ 3º As novas edificações condominiais adotarão padrões de sustentabilidade ambiental que incluam, entre outros procedimentos, a medição individualizada do consumo hídrico por unidade imobiliária.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 5 (cinco) anos de sua publicação.

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2012.



Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**

Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.
.....

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:
.....

LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979.

Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.
.....

LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990.

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.
.....

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
.....

LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995.

Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.
.....

LEI Nº 6.528, DE 11 DE MAIO DE 1978.

Revogada pela Lei nº 11.445, de 2007

Dispõe sobre as tarifas dos serviços públicos de saneamento básico, e dá outras providências.

LEI Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007.

Estabeleça diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

Art. 29. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;

III - de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

§ 1º Observado o disposto nos incisos I a III do caput deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observará as seguintes diretrizes:

I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

VIII - incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

Art. 30. Observado o disposto no art. 29 desta Lei, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

Ofício nº 354/2012-CMA

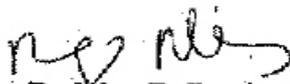
Brasília, 11 de dezembro de 2012.

Assunto: Deliberação terminativa – PLS 444, de 2011 (Turno suplementar).

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, na 52ª Reunião Ordinária realizada em 11/12/2012, apreciou em turno suplementar o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 444, de 2011, aprovado nesta Comissão, na reunião ordinária de 27/11/2012. Nesse sentido, conforme notas taquigráficas anexas, como não foram oferecidas emendas até o término da discussão do turno suplementar, o Substitutivo foi definitivamente adotado sem votação, de acordo com o art. 284 do mencionado Regimento.

Atenciosamente,



Senador Rodrigo Rollemberg
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **CIRO NOGUEIRA**

I – RELATÓRIO

Submetem-se à análise desta Comissão os Projetos de Lei do Senado nº 179, de 2006, do Senador Valdir Raupp, e nº 444, de 2011, do Senador Antônio Carlos Valadares, que tramitam em conjunto.

O Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2006, do Senador Valdir Raupp, tem por escopo alterar o Código Civil, instituído pela Lei nº 10.406, de 2002; a Lei nº 4.591, de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias; e a Lei nº 8.987, de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, para determinar que, nos condomínios edifícios, cada unidade autônoma seja a usuária dos serviços públicos usufruídos com exclusividade, vedando-se, em consequência, a atribuição dessa despesa ao condomínio. Propõe-se que a modificação legal entre em vigor após decorrido um ano de sua publicação.

Alega o autor do projeto que a cobrança com base no consumo total da edificação, sem levar em consideração o consumo individualizado de cada unidade imobiliária, cria um estímulo ao desperdício de água.

O projeto foi inicialmente distribuído à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em caráter terminativo, mas a aprovação de sucessivos requerimentos de tramitação em conjunto pelo Plenário alterou esse quadro. Em 2008, o PLS nº 179, de 2006, foi apensado a outras proposições e distribuído para as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Assuntos Econômicos (CAE), e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sem caráter terminativo. Em 2010, alterou-se o conjunto de proposições apensadas, que foram distribuídas à CAE e à CCJ, cabendo à última a decisão terminativa. Por fim, em 2011, determinou-se sua tramitação em conjunto com o PLS nº 444, de 2011, com distribuição à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), à CMA e à CCJ, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

O PLS nº 444, de 2001, altera a Lei nº 11.445, de 2007, que estabelece diretrizes gerais para o saneamento básico, para determinar que as edificações condominiais adotem, no prazo de dois anos, a medição individualizada do consumo hídrico por unidade imobiliária.

Em sua justificativa, o autor afirma que a inclusão do consumo hídrico nas despesas dos condomínios urbanos prejudica os consumidores mais comedidos e favorece os perdulários, o que enseja desperdício de recursos hídricos.

Inicialmente distribuído à CDR e à CMA, cabendo à última a decisão terminativa, o projeto foi posteriormente apensado ao PLS nº 179, de 2006, com a distribuição anteriormente mencionada.

Não lhe foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Como os projetos ainda serão analisados pela CCJ, deixaremos a cargo daquela comissão a análise das questões formais de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, cabendo-nos focar no mérito das proposições.

Nesse aspecto, entendemos louvável a iniciativa consubstanciada nos projetos em análise, pois permite que exista uma correlação precisa entre a cobrança e o consumo dos serviços de água e esgoto em cada unidade imobiliária, o que contribui para a diminuição do desperdício.

Ainda que não exista uma lei federal que obrigue a colocação de hidrômetro individual, o número de condomínios edifícios que adotam o sistema de medição por unidade imobiliária tem crescido. Muitos construtores e incorporadores estão deixando a tubulação de água preparada para receber os hidrômetros individuais, ao passo que outros já entregam os imóveis com os aparelhos.

O benefício para os moradores é o fim das distorções na conta de água. Na ausência de equipamento de medição individual, uma pessoa que more sozinha desembolsa a mesma quantia de uma família com muitos integrantes. Sob o prisma econômico, a medida coíbe o chamado comportamento de “carona”, que ocorre quando um indivíduo usufrui de um bem comum em medida maior do que a de sua contribuição para o custeio desse mesmo bem. Quando a água do condomínio não é cobrada conforme o consumo de cada unidade, é grande o incentivo ao desperdício, já que um consumo maior (banhos demorados, torneiras abertas, tubulações sem manutenção, etc.) não corresponde a um aumento equivalente na tarifa cobrada. A medição e a cobrança individualizadas pelo consumo, além de criarem um incentivo para se economizar água, promovem uma adequada alocação do custo desse bem.

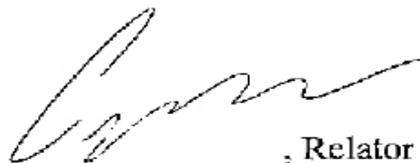
Embora ambos os projetos almejem o mesmo objetivo, entendemos que o PLS nº 179, de 2006, aborda o tema de forma mais adequada, uma vez que introduz no ordenamento jurídico norma geral, aplicável a todos os serviços públicos, ao passo que o PLS nº 444, de 2011, limita-se ao abastecimento de água. Além disso, o PLS nº 179, de 2006, dispõe sobre matérias claramente inseridas na competência da União, quais sejam, direito civil e concessões de serviços públicos, enquanto o PLS nº 444, de 2011, estabelece norma sobre edificações, matéria que poderia ser tratada com mais propriedade na esfera municipal.

III – VOTO

Pelos motivos expostos, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2006, ficando, em consequência, prejudicado o PLS nº 444, de 2011.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.718, de 2012**, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a **Mensagem nº 89, de 2012** (nº 442/2012, na origem), que conclui pela apresentação do **Projeto de Decreto Legislativo nº 580, de 2012**, que *aprova a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2012*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, *f*, do Regimento Interno, e constará da pauta da próxima sessão deliberativa ordinária, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 352 e 354, de 2012**, do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que comunicam a apreciação, em caráter terminativo, do **Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2011** (que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2011**); e do **Projeto de Lei do Senado nº 444, de 2011**, respectivamente.

São os seguintes os Ofícios:

Ofício nº 352/2012–CMA

Brasília, 11 de dezembro de 2012

Assunto: Deliberação terminativa – PLC nº 113, de 2011 e PLS nº 393, de 2011 (turno suplementar).

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, na 52ª Reunião Ordinária realizada em 11-12-2012, apreciou em turno suplementar o Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 113, de 2011, e ao Projeto de Lei do Senado nº 393, de 2011, aprovado nesta Comissão, na reunião ordinária de 27-11-2012. Nesse sentido, conforme notas taquigráficas anexas, como não foram oferecidas emendas até o término da discussão do turno suplementar, o Substitutivo foi definitivamente adotado sem votação, de acordo com o art. 284 do mencionado Regimento.

Atenciosamente, – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Ofício nº 354/2012 – CMA

Brasília, 11 de dezembro de 2012

Assunto: Deliberação terminativa – PLS nº 444, de 2011 (Turno suplementar)

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Exce-

lência que esta Comissão, na 52ª Reunião Ordinária realizada em 11-12-2012, apreciou em turno suplementar o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 444, de 2011, aprovado nesta Comissão, na reunião ordinária de 27-11-2012. Nesse sentido, conforme notas taquigráficas anexas, como não foram oferecidas emendas até o término da discussão do turno suplementar, o Substitutivo foi definitivamente adotado sem votação, de acordo com o art. 284 do mencionado Regimento.

Atenciosamente, – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Com referência aos **Ofícios nºs 352 e 354, de 2012**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.176, DE 2012

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, VOTO DE APLAUSO ao jornalista CACO BARCELLOS, da Rede Globo de Televisão, pela excelência e didatismo das matérias exibidas no Programa “Profissão Repórter” daquela emissora.

Requeiro, ademais, que esta Casa leve ao conhecimento do jornalista homenageado bem como a toda equipe do programa e à Presidência das Organizações Globo este **VOTO DE APLAUSO** ora requerido.

Justificação

Cláudio Barcellos de Barcellos, Caco Barcellos, nasceu na periferia de Porto Alegre em 1950 e muito cedo atentou para as brutalidades que presenciou por parte da polícia local da época. Antes de se formar, chegou a ser motorista de táxi. Já jornalista, optou pelo chamado jornalismo investigativo, dedicando-se a trabalhos que denunciasses a injustiça social e a violência. Trabalhou nas revistas *Isto É* e *Veja* e nos principais jornais do Brasil.

No final dos anos 70, foi correspondente internacional em Nova York, e apresentou por seis anos um programa semanal na *Globo News*. A partir de 2001, passou a ser correspondente em Londres, ligado à TV Globo. Por mais de vinte anos, trabalhou nos principais

programas jornalísticos daquela emissora, tais como: “Globo Repórter”, “Fantástico” e “Jornal Nacional”.

Caco Barcellos foi vencedor de mais de vinte prêmios por reportagens especiais e documentários produzidos para televisão, entre os quais dois prêmios Vladimir Herzog, um pela reportagem a respeito dos vinte anos do atentado militar deflagrado no Riocentro durante as comemorações do Dia do Trabalho e o outro, em 2003, pelo livro-reportagem: *Abusado, o dono do morro Dona Marta*.

Seu livro *Rota 66, a história da polícia que mata*, rendeu-lhe em 1993 o Prêmio Jabuti, um dos mais prestigiados do país, na categoria reportagem, e mais oito prêmios de direitos humanos.

Com *Abusado, o dono do morro Dona Marta*, Caco Barcellos foi novamente vencedor do Prêmio Jabuti, como melhor obra de não-ficção do ano de 2004. Em 2003 e 2005 recebeu o prêmio de melhor correspondente, promovido pelo site *Comunique-se*. Nos anos de 2006 e 2008, em premiação do mesmo site, foi eleito o melhor repórter da televisão brasileira. O júri foi formado por 60 mil jornalistas, que fizeram a escolha por meio de voto livre pela internet. Ainda em 2008, recebeu o Prêmio Especial das Nações Unidas, como um dos cinco jornalistas que mais se destacaram, nos últimos 30 anos, na defesa dos direitos humanos no Brasil.

O quadro “*Profissão Repórter*”, exibido inicialmente no *Fantástico*, fez tanto sucesso que ganhou programa fixo na grade global a partir do ano de 2008, tendo Caco Barcellos como seu principal repórter e apresentador.

Semanalmente o “*Profissão Repórter*” presenteia o telespectador brasileiro com grandes e elucidativas reportagens – que ora denunciam abandono, ora mostram reencontros, ora focalizam problemas sociais –, sempre com apuração cirúrgica e conteúdo pedagógico, tecendo, com sobejo profissionalismo, a colcha da complexidade social contemporânea.

Por fim, o Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República é de enaltecimento a um jornalista brilhante que, por sua vez, comanda uma equipe competente que apresenta um programa exemplar.

Sala das sessões, 19 de dezembro de 2012. – Senador **Cássio Cunha Lima**.

REQUERIMENTO Nº 1.177, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao município de PRESIDENTE FIGUEIREDO, em homenagem aos trinta e um anos de sua criação, comemorado no

dia 10 de Dezembro, bem como seja encaminhado o referido voto ao Prefeito Antonio Fernando Fontes Vieira, no seguinte endereço: BR-174, KM: 107, Bairro: Centro, Presidente Figueiredo, Amazonas, CEP: 69735-000.

Justificação

Presidente Figueiredo, localizada a 107 km ao norte de Manaus, é uma das poucas cidades aonde se pode chegar de carro a partir da capital. Após pouco mais de uma hora dirigindo pela rodovia BR-174, (que liga Manaus à Boa Vista e também à Venezuela), chega-se à sede do município.

Conhecida como a Terra das Cachoeiras, Presidente Figueiredo é destino rotineiro dos manauaras durante o fim de semana. São mais de 100 cachoeiras catalogadas, de diversos tamanhos e formatos, além de várias corredeiras, grutas e cavernas, o que possibilita a prática de esportes de aventura como rafting, bóia cross, caiaque, tirolesa, rapel, espeleologia, arvorismo e trilhas na selva.

A cidade em si até que é bastante estruturada, se considerarmos que estamos falando de uma pequena cidade do interior do estado. Há vários restaurantes regionais espalhados pela cidade e uma oferta muito boa de pousadas e pequenos hotéis que, apesar de simples, são organizados e confortáveis. Ao contrário dos típicos hotéis de selva da região, os preços praticados são justos e cabem no orçamento de qualquer turista.

O Centro de Atendimento ao Turista (CAT), localizado logo após a entrada da cidade, é um presente para qualquer visitante. Exibindo diversas fotos das belezas naturais da região, o local é organizado e conta com uma equipe capacitada e instruída para lhe dar todas as informações necessárias sobre o que ver e fazer em Presidente Figueiredo. Uma passada aqui é mais do que recomendável antes de iniciar qualquer passeio. Não se esqueça de pedir informações sobre a contratação de guias (os quais não são caros) e pegar um pequeno mapa com a localização de todas as atrações do município.

O Carnachoeira é um evento que acontece no município de Presidente Figueiredo no mês de fevereiro, cumprindo uma maratona de atividades que começam na sexta-feira com as vendas dos “Turutis”, com a finalidade de divulgar os blocos e arrecadar verba para as fantasias dos mesmos. Para que esse evento aconteça de fato, os blocos recebem uma ajuda de custo da prefeitura e, em contra partida os blocos realizam uma ação social com doação de alimentos para famílias necessitadas. É o Carnachoeira solidário e para o delírio da galera, no sábado, é realizado o concurso da “Rainha do Carnaval” onde são apre-

sentadas lindas garotas que defendem seu bloco com muita ginga e samba no pé.

Apesar do intenso fluxo de manauaras nos finais de semana, a maioria das belezas naturais de Presidente Figueiredo permanece desconhecida do grande público. Apenas cinco ou seis cachoeiras são visitadas com frequência, além de existirem diversas grutas e corredeiras que quase ninguém ouviu falar. Assim, divulgo abaixo não apenas os destinos mais famosos de Presidente Figueiredo, mas também as suas atrações injustamente ignoradas ou esquecidas.

Parabéns ao Município de Presidente Figueiredo que hoje é a cidade com o maior grande pólo turístico

ecológico do Amazonas, em razão de sua grande fatura de águas, faunas, cachoeiras, cavernas e outros recursos naturais e também é conhecido mundialmente pela construção da Usina Hidroelétrica de Balbina.

Por esse motivo, não poderíamos deixar de homenagear o município Presidente Figueiredo, a sua população e o Prefeito Antonio Fernando Fontes Vieira.

Parabéns ao município, por esses 31 anos, que tanto contribuiu para o crescimento e desenvolvimento do Estado do Amazonas.

Sala das Sessões, 19 de Dezembro de 2012. –
Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/AM.

REQUERIMENTO Nº 1.178, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao município de **BERURI**, em homenagem aos trinta e um anos de sua criação, comemorado no dia 10 de Dezembro, bem como seja encaminhado o referido voto ao seu Prefeito José Domingos de Oliveira, no seguinte endereço: Av. Castelo Branco, nº 100, Bairro-Centro, Beruri, Amazonas, CEP: 69430-000.

JUSTIFICAÇÃO

O município Beruri pertencente à Microrregião de Coari e à Mesorregião do Centro Amazonense, sua população é de 15827 habitantes, de acordo com estimativas do IBGE em 2011.

A história de Beruri se prende à de Manacapuru, cujas origens retornam a 1786, quando foi fundada a atual cidade deste nome numa preexistente aldeia de índios Muras, mas em 1894, deu-se o desmembramento de Manaus, passando Manacapuru a constituir município autônomo. Em 1939, Manacapuru perde parte de seu território para Manaus, ficando integrado por três distritos: Manacapuru, Caapiranga e Beruri. Em 10.12.1981, pela Emenda Constitucional nº 12, o Distrito de Beruri, acrescido de território adjacente, até então pertencente a Borba, passa a constituir o novo Município de Beruri

Sua produção agropecuária é pequena, destacando-se o cultivo de castanha e goma não elástica. Sua principal atividade é a extração de madeira e borracha. A criação de gados, suínos e caprinos é apenas para o consumo local, pois muitas famílias se utilizam a pesca para a sua subsistência.

Em relação a Infra-estrutura, a área da saúde conta com uma Secretaria de Estado da Saúde – SUSAM que mantém no município uma Unidade Mista, prestando atendimento ambulatorial, de pronto socorro e maternidade. Quanto a Educação: a Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino – SEDUC mantém na sede do município três escolas, com ensino médio e fundamental, a segurança conta com a polícia militar que mantém uma delegacia sob a responsabilidade de um Sargento e um 1o. Sargento, destinados a manter a ordem e a segurança pública.

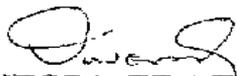
A produção e distribuição de energia estão a cargo do Companhia Energética do Amazonas - CEAM, que mantém na sede uma usina à diesel. O abastecimento de água está a cargo da Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA e os serviços de telefonia no Município estão a cargo da TELEMAR, que através de sua agência, opera com o serviço de DDD. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, mantém no município uma agência de serviços postais.

Os principais eventos culturais são: Festa da Padroeira, Nossa Senhora de Nazaré, em 08 de setembro e a Festa do Aniversário de Beruri comemorado no dia 10 de Dezembro.

Por esse motivo, não poderíamos deixar de homenagear o município Beruri, o seu prefeito José Domingos de Oliveira e todos os cidadãos berurienses.

Parabéns ao município de Beruri, por esses 31 anos, que tanto contribuiu para o crescimento e desenvolvimento do Estado do Amazonas.

Sala das Sessões, 19 de Dezembro de 2012.



Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

PCdoB/AM

REQUERIMENTO Nº 1.179, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao município de UARINÍ, em homenagem aos trinta e um anos de sua criação, comemorado no dia 10 de Dezembro, bem como seja encaminhado o referido voto ao seu Prefeito Francisco Togo Soares, no seguinte endereço: Av. 19 de Abril, nº 1021, Bairro-Centro, Uarini, Amazonas, CEP: 69485-000.

Justificação

A cidade de Uarini encontra-se as margens do Rio Juruá é um município do Estado do Amazonas, conhecido como a capital da farinha. Tem sua história vinculada à de Tefé, que remonta à aldeia fundada, no fim do século XVII, pelo jesuíta Samuel Fritz que até o fim do século XVII sucederam-se as batalhas entre portugueses e espanhóis pelo domínio do território, acontecendo a ocupação militar lusitana em 1790.

Sua área é de 10.291,8 km², sua densidade demográfica é de 1,3 hab/km², a altitude da sede é de 60 m, o ano de sua Instalação é de 1985 e com Distância à Capital de 564,2 km, tendo 13.858 habitantes, com 3.858 na zona urbana e 10.000 na zona rural. Com grande evolução em seu aspecto econômico, a sua produção agropecuária é baseada no cultivo de mandioca, que é a matéria prima para a fabricação da famosa farinha de Uarini.

A extração de castanha e madeira tem destaque na economia local, sendo que a pecuária é representada principalmente por bovinos e suínos, com produção de carne e de leite destinada ao consumo local do município. Já na Pesca a sua praticada e de forma artesanal.

Com a demanda crescente na área da saúde a Secretaria de Estado da Saúde - SUSAM, mantém na sede do município, uma Unidade Mista (tipo III), destinada a prestar atendimento de pronto-socorro, maternidade, atendimento cirúrgico, odontológico e hospitalar para a população local e da periferia.

Por esse motivo, não poderíamos deixar de homenagear o município Uarini, o seu prefeito Francisco Togo Soares e todos os cidadãos uarinienses.

Parabéns ao município Uarini, por esses 31 anos, que tanto contribuiu para o crescimento e desenvolvimento do Estado do Amazonas.

Sala das Sessões, de Dezembro de 2012. –
Senadora **Vanessa Graziotin**, PCdoB/AM.

REQUERIMENTO Nº 1.180, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao COMANDO DO 9º DISTRITO NAVAL, por ocasião da comemoração ao dia do MARINHEIRO, comemorado dia treze de dezembro, bem como seja encaminhado o referido voto ao Vice – Almirante Antonio Carlos Frade Carneiro, no seguinte endereço: Rua Bernardo Ramos s/n Ilha de São Vicente, Bairro: Centro, Manaus, Amazonas CEP: 69005-310.

Justificação

O marinheiro, conforme sua especialidade, tem seu trabalho direcionado à manutenção da nave a qual está embarcado. Seja ele de pesca, de comércio, amadores e militares, enfim, todo tem a mesma função: a de manter em pleno funcionamento o navio, o barco, etc.

De acordo com o entendimento da marinha mercante o nome marinheiro representa categorias profissionais do convés, também conhecidos como aquaviários e são divididos em três grupos; os fluviários, pescadores e marítimos.

O marinheiro tem por dever zelar pelas atividades náuticas, a dignidade no exercício da profissão e o respeito pelo próximo, buscando sempre o melhor serviço, afinal um navio precisa, para se manter em alto mar ou em um rio bravo, da agilidade e do conhecimento de centenas de pessoas. Daí a grande importância do papel do marinheiro.

Nessa data é justa a homenagem aos marinheiros brasileiros e, em especial a aqueles que se dedicam às águas amazônicas, preservando o domínio em nome do povo brasileiro, fortalecendo o crescimento e o enriquecimento da região norte.

Por este motivo, apresentamos o presente Voto em reconhecimento aos brilhantes serviços que os marinheiros prestam nos rios e nas áreas marítimas deste imenso país e, destacadamente, ao Comando do 9º Distrito Naval, que tem sede em Manaus.

Bravos homens e mulheres que dedicam sua vida ao próximo, com civilidade, dedicação e esforço. Parabéns Marinheiros e Marinheiras pela passagem comemorativa do seu dia.

Sala das Sessões, de Dezembro de 2012. –
Senadora **Vanessa Graziotin**, PCdoB/AM.

REQUERIMENTO Nº 1.181, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações

e Aplausos ao município de GUAJARÁ, em homenagem aos trinta e um anos de sua criação, comemorado no dia 10 de Dezembro, bem como seja encaminhado o referido voto ao seu Prefeito Manoel Hélio Alves de Paula, no seguinte endereço: Avenida Leopoldo Carlos, s/n, Bairro-Centro, Guajará, Amazonas, CEP: 69895-000.

Justificação

Guajará é uma cidade abençoada pelas maravilhas do rio Juruá, localizando-se à margem esquerda do rio, estando aproximadamente 1600 quilômetros em linha reta da capital do Estado. A sua população estimada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) era de 14396 habitantes.

O município de Guajará possui uma área territorial com pouco mais 8.000,00 mil m². Guajará. Tem um grande elo economicamente com o município Cruzeiro do Sul no Acre, pelo fato de existir uma ótima rodovia de apenas 16 quilômetros que os une.

As principais atividades econômicas se baseiam na criação de gado bovino e na agricultura familiar, o município não possui indústrias, o comércio local é fraco e a única instituição empregadora é a prefeitura. Devido à enorme distância existente entre Guajará e Manaus (capital), o município enfrenta muitos problemas. A logística é um dos principais. Elevando os preços dos produtos industrializados que chega ao município por via aérea e fluvial durante o inverno e no período do verão pela estrada que liga Rio Branco a Cruzeiro do Sul.

Cidade de povo trabalhador e humilde. Guajará é a cidade menos isolada do Amazonas, faz fronteira com Cruzeiro do Sul, que está ligada ao resto do Brasil. Sua economia na Agricultura e sua principal economia está no dinheiro oriundo do funcionalismo público.

Por esse motivo, não poderíamos deixar de homenagear o município de Guajará e o seu Prefeito Manoel Hélio Alves de Paula.

Parabéns ao município de Guajará, por esses 31 anos, que tanto contribuiu para o crescimento e desenvolvimento do Estado do Amazonas.

Sala das Sessões, de Dezembro de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/AM.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Sobre a mesa, projetos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 470, DE 2012

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para tornar obrigatória a cobertura de assistência domiciliar decorrente de internação hospitalar, no plano-referência e no plano que inclua internação hospitalar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do *caput* do art. 1º da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º
I – Plano Privado de Assistência à Saúde: prestação continuada de serviços ou cobertura de custos assistenciais a preço pré ou pós estabelecido, por prazo indeterminado, com a finalidade de garantir, sem limite financeiro, a assistência à saúde, pela facultade de acesso e atendimento por profissionais ou serviços de saúde, livremente escolhidos, integrantes ou não de rede credenciada, contratada ou referenciada, visando à assistência médica, hospitalar, domiciliar e odontológica, a ser paga integral ou parcialmente às expensas da operadora contratada, mediante reembolso ou pagamento direto ao prestador, por conta e ordem do consumidor.
.....” (NR)

Art. 2º O art. 10 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. É instituído o plano-referência de assistência à saúde, com cobertura assistencial médico-ambulatorial, hospitalar e domiciliar decorrente de internação hospitalar, compreendendo partos e tratamentos, realizados exclusivamente no Brasil, com padrão de enfermagem, centro de terapia intensiva, ou similar, quando necessária a internação hospitalar, das doenças listadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, da Organização Mundial da Saúde, respeitadas as exigências mínimas estabelecidas no art. 12 desta Lei, exceto:

.....
VI – fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar não inserido na modali-

dade de assistência domiciliar decorrente de internação hospitalar previsto no inciso II do art. 12 desta Lei;

..... ” (NR)

Art. 3º O inciso II do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12.

II – quando incluir internação hospitalar e assistência domiciliar decorrente de internação hospitalar:

a) cobertura de internação hospitalar e assistência domiciliar decorrente de internação hospitalar, vedada a limitação de prazo, valor máximo e quantidade, em clínicas básicas e especializadas, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina, admitindo-se a exclusão dos procedimentos obstétricos;

c) cobertura de despesas referentes a honorários médicos e a serviços gerais de enfermagem e alimentação, durante internação hospitalar, e a honorários médicos e a serviços prestados por outros profissionais de saúde e prescritos pelo médico assistente, durante assistência domiciliar decorrente de internação hospitalar;

d) cobertura de exames complementares indispensáveis para o controle da evolução da doença e elucidação diagnóstica, fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões e sessões de quimioterapia e radioterapia, conforme prescrição do médico assistente, realizados ou ministrados durante o período de internação hospitalar ou de assistência domiciliar decorrente de internação hospitalar;

e) cobertura de toda e qualquer taxa, incluindo materiais utilizados, assim como da remoção do paciente, comprovadamente necessária ou prescrita, para outro estabelecimento hospitalar, para o domicílio, ou do domicílio para o estabelecimento hospitalar, dentro dos limites de abrangência geográfica previstos no contrato, em território brasileiro; e

.....” (NR)

Art. 4º O art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 12.

§ 4º A assistência domiciliar decorrente de internação hospitalar só poderá ser realizada por indicação médica, com expressa concordância do paciente e de sua família.

§ 5º Não poderão ser indicados à assistência domiciliar decorrente de internação hospitalar pacientes sujeitos a pelo menos uma das seguintes situações:

I – necessidade de monitoração contínua;

II – necessidade de assistência contínua de enfermagem;

III – necessidade de propedêutica complementar, com demanda potencial para a realização de vários procedimentos diagnósticos, em sequência, com urgência;

IV – necessidade de tratamento cirúrgico em caráter de urgência;

V – necessidade de uso de ventilação mecânica invasiva contínua;

VI – que não tenham cuidador contínuo identificado.

§ 6º As despesas com cuidador de paciente em assistência domiciliar decorrente de internação hospitalar serão cobertas pela operadora do plano de assistência à saúde, se não houver disposição contratual em contrário.” (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Justificação

A assistência domiciliar já integra a assistência prestada no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme determina a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, em seu Título II, Capítulo VI, que trata do Subsistema de Atendimento e Internação Domiciliar, inserido na norma pela Lei nº 10.424, de 15 de abril de 2002.

No âmbito da saúde suplementar, no entanto, não há dispositivo para disciplinar a assistência domiciliar na Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre o oferecimento de planos e seguros privados de assistência à saúde.

A despeito desse vácuo legislativo, o sistema de assistência domiciliar ou *home care*, como é comumente conhecido, já vem sendo oferecido pelas operadoras de planos de saúde e seguradoras.

A assistência domiciliar é uma modalidade de assistência à saúde passível de ser indicada, em caráter temporário, para dar continuidade ao tratamento de paciente que demanda a atenção especializada de profissionais de saúde, mas não mais necessita per-

manecer hospitalizado, ou em caráter permanente, para dar suporte a paciente que não tem condições de comparecer ao serviço de saúde ambulatorial.

Beneficiam-se dessa modalidade, em caráter permanente, pacientes em fase avançada ou terminal de doenças crônico-degenerativas e os que sofreram sequelas motoras, neurológicas, cognitivas ou sensoriais, condições que implicam uma drástica limitação do indivíduo e acarretam a necessidade de acompanhamento constante.

No primeiro grupo estão os portadores de neoplasias malignas, doenças pulmonares crônicas, moléstias que acarretam demência (como o mal de Alzheimer), doenças neurodegenerativas (como a esclerose múltipla, a esclerose lateral amiotrófica e a doença de Parkinson) e, no segundo, encontram-se os pacientes que sofreram infartos, acidentes vasculares cerebrais (AVC) e traumatismos incapacitantes (acidentados de trânsito e vítimas de violência).

A assistência domiciliar reduz a demanda por vagas em hospitais e o tempo de permanência hospitalar. Quando bem indicada, é preferível à internação hospitalar, porque traz benefícios decorrentes do tratamento mais humanizado, ao manter o paciente em seu ambiente familiar, e da diminuição de intercorrências clínicas associadas à hospitalização, como é o caso das infecções hospitalares.

Além desses benefícios, a assistência domiciliar é economicamente vantajosa, pois as despesas de um paciente chegam a ser 60% menores que na internação hospitalar. Há dados numéricos que estimam que a oxigenoterapia, por exemplo, tem redução de custo da ordem de 40%. Também existem estimativas de que a internação em hospitais de alto custo demanda entre quatro e cinco mil reais por dia, enquanto a assistência em casa demanda de quatrocentos a quinhentos reais diariamente.

Por tudo isso, julgamos que a assistência domiciliar, como modalidade de atenção à saúde, traz ganhos e vantagens para o paciente, para os serviços de saúde e para as operadoras de planos de saúde. Esperamos, portanto, o apoio dos nobres Parlamentares a este projeto que apresentamos.

Sala das Sessões, – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.656, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Submetem-se às disposições desta Lei as pessoas jurídicas de direito privado que operam planos de assistência à saúde, sem prejuízo do cumprimento da legislação específica que rege a sua atividade, adotando-se, para fins de aplicação das normas aqui estabelecidas, as seguintes definições: (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

I – Plano Privado de Assistência à Saúde: prestação continuada de serviços ou cobertura de custos assistenciais a preço pré ou pós estabelecido, por prazo indeterminado, com a finalidade de garantir, sem limite financeiro, a assistência à saúde, pela faculdade de acesso e atendimento por profissionais ou serviços de saúde, livremente escolhidos, integrantes ou não de rede credenciada, contratada ou referenciada, visando a assistência médica, hospitalar e odontológica, a ser paga integral ou parcialmente às expensas da operadora contratada, mediante reembolso ou pagamento direto ao prestador, por conta e ordem do consumidor; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

Art. 10 É instituído o plano-referência de assistência à saúde, com cobertura assistencial médico-ambulatorial e hospitalar, compreendendo partos e tratamentos, realizados exclusivamente no Brasil, com padrão de enfermagem, centro de terapia intensiva, ou similar, quando necessária a internação hospitalar, das doenças listadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde, respeitadas as exigências mínimas estabelecidas no art. 12 desta Lei, exceto: (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

I – tratamento clínico ou cirúrgico experimental; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

II – procedimentos clínicos ou cirúrgicos para fins estéticos, bem como órteses e próteses para o mesmo fim;

III – inseminação artificial;

IV – tratamento de rejuvenescimento ou de emagrecimento com finalidade estética;

V – fornecimento de medicamentos importados não nacionalizados;

VI – fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar;

VII – fornecimento de próteses, órteses e seus acessórios não ligados ao ato cirúrgico; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

IX – tratamentos ilícitos ou antiéticos, assim definidos sob o aspecto médico, ou não reconhecidos pelas autoridades competentes;

X – casos de cataclismos, guerras e comoções internas, quando declarados pela autoridade competente.

§ 1º As exceções constantes dos incisos deste artigo serão objeto de regulamentação pela ANS. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

§ 2º As pessoas jurídicas que comercializam produtos de que tratam o inciso I e o § 1o do art. 1o desta Lei oferecerão, obrigatoriamente, a partir de 3 de dezembro de 1999, o plano-referência de que trata este artigo a todos os seus atuais e futuros consumidores. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

§ 3º Excluem-se da obrigatoriedade a que se refere o § 2o deste artigo as pessoas jurídicas que mantêm sistemas de assistência à saúde pela modalidade de autogestão e as pessoas jurídicas que operem exclusivamente planos odontológicos. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

§ 4º A amplitude das coberturas, inclusive de transplantes e de procedimentos de alta complexidade, será definida por normas editadas pela ANS. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

Art. 12 São facultadas a oferta, a contratação e a vigência dos produtos de que tratam o inciso I e o § 1o do art. 1o desta Lei, nas segmentações previstas nos incisos I a IV deste artigo, respeitadas as respectivas amplitudes de cobertura definidas no plano-referência de que trata o art. 10, segundo as seguintes exigências mínimas: (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

II – quando incluir internação hospitalar:

a) cobertura de internações hospitalares, vedada a limitação de prazo, valor máximo e quantidade, em clínicas básicas e especializadas, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina, admitindo-se a exclusão dos procedimentos obstétricos; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

b) cobertura de internações hospitalares em centro de terapia intensiva, ou similar, vedada a limitação de prazo, valor máximo e quantidade, a critério do médico assistente; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

c) cobertura de despesas referentes a honorários médicos, serviços gerais de enfermagem e alimentação;

d) cobertura de exames complementares indispensáveis para o controle da evolução da doença e elucidação diagnóstica, fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões e sessões

de quimioterapia e radioterapia, conforme prescrição do médico assistente, realizados ou ministrados durante o período de internação hospitalar; (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

e) cobertura de toda e qualquer taxa, incluindo materiais utilizados, assim como da remoção do paciente, comprovadamente necessária, para outro estabelecimento hospitalar, dentro dos limites de abrangência geográfica previstos no contrato, em território brasileiro; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

f) cobertura de despesas de acompanhante, no caso de pacientes menores de dezoito anos;

.....
(Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 471, DE 2012

Dispõe sobre a aplicação de recursos provenientes de depósitos judiciais sob aviso à disposição da Justiça Federal, sobre a destinação dos rendimentos líquidos auferidos dessa aplicação e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Justiça Federal e a Justiça do Trabalho procederão à aplicação financeira dos recursos provenientes dos depósitos judiciais sob aviso nos bancos oficiais federais.

Art. 2º Aos rendimentos líquidos auferidos dos depósitos judiciais a que se refere o artigo anterior, concorrerão a Justiça Federal, a Justiça do Trabalho, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, a Defensoria Pública da União e a Advocacia-Geral da União e seus órgãos vinculados, ressalvada a correção por índice definidos em lei e destinada à preservação do valor originário de cada depósito.

Parágrafo único. Os rendimentos de que trata o *caput* serão destinados exclusivamente:

I – à constituição de Fundos Específicos de Modernização e Reaparelhamento Funcional para a construção, recuperação, reforma e restauração física de prédios e instalações, aquisição de equipamentos em geral e implantação e manutenção de sistemas de informática;

II – ao adiantamento e ao pagamento de honorários periciais nos casos de ações coletivas, quando ré a Fazenda Pública Federal, ou em que a parte requerente da prova for beneficiária da justiça gratuita;

III – ao investimento em treinamento e especialização de membros e servidores da Justiça Federal, do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Trabalho, da Advocacia-Geral da União e da Defensoria Pública da União;

IV – ao custeio de honorários periciais da Fazenda Pública Federal e da Defensoria Pública da União quando não dispuserem, em seus quadros, de profissional especializado.

Art. 3º A receita oriunda dos rendimentos líquidos de que trata o art. 2º será distribuída entre as instituições concorrentes, nos seguintes percentuais:

I – 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) para a Justiça Federal;

II – 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) para a Justiça do Trabalho;

III – 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) para o Ministério Público Federal;

IV – 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) para o Ministério Público do Trabalho;

V – 25% (vinte e cinco por cento) para a Defensoria Pública da União;

VI – 25% (vinte e cinco por cento) para a Advocacia-Geral da União e seus órgãos vinculados.

Parágrafo único. A receita referida no *caput* será administrada pelos órgãos destinatários, observado o disposto no art. 4º.

Art. 4º A receita proveniente dos rendimentos de que trata esta Lei é receita pública e sua gestão observará o disposto na Constituição Federal e, no que couber, o disposto:

I – na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

II – na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal e dá outras providências.

Parágrafo único. É vedada a destinação dos recursos de que trata o *caput*:

I – para o pagamento de despesas de pessoal a qualquer título, ressalvado o treinamento de servidores;

II – para o pagamento de qualquer espécie de verba indenizatória, ressalvado para os fins do inciso III do parágrafo único do art. 2º.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Com o desenvolvimento do ambiente democrático instaurado pela Constituição de 1988, a escolha e a execução das políticas públicas pelo Estado tornaram-se alvo de questionamentos por parte de diversos agentes públicos ou privados, notadamente pela pluralidade de interesses da sociedade brasileira e pela necessidade de respeito aos direitos e garantias fundamentais.

O Poder Judiciário, assim, é frequentemente acionado para decidir litígios envolvendo a alegação de omissão estatal em garantir a dignidade da pessoa humana por meio de serviços públicos essenciais, bem como a legalidade de programas e ações governamentais direcionados ao desenvolvimento socioeconômico do País.

Recente levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça aponta que o setor público federal lidera o *ranking* de litigantes na Justiça Federal e na Trabalhista, sendo parte, respectivamente, em 77% e 27% dos processos. Apenas como exemplo, vemos entes representados pela Advocacia-Geral da União (AGU) no 1º, 3º e 4º postos da Justiça Federal e em 1º e 2º lugares de maiores litigantes na Justiça do Trabalho.

Todavia, como se sabe, a escassez de recursos da Justiça e das instituições que exercem funções essenciais à Justiça causa, em boa parte, a lentidão dos processos judiciais e as dificuldades de acesso aos serviços jurisdicionais pela população, notadamente, aquela parcela de menor nível de renda.

E isto se agrava no caso da Justiça Federal e do Trabalho, assim como das demais instituições que exercem funções essenciais à Justiça no nível federal, na medida em que a interiorização das Varas do Trabalho e Federais não ocorre na velocidade desejada, causando ainda maior dispêndio de recurso ao hipossuficiente morador nos mais longínquos rincões do País.

Digno de nota que alguns Estados brasileiros, entre eles o Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Amazonas, aprovaram leis estaduais permitindo que os recursos auferidos da aplicação financeira decorrente de depósitos judiciais sob aviso sejam empregados na modernização e ampliação do atendimento dos serviços jurisdicionais.

Embora o Supremo Tribunal Federal tenha reconhecido a inconstitucionalidade recentemente dessas leis estaduais por falhas no processo legislativo, fato é que no Rio Grande do Sul, por exemplo, desde 2003 foram obtidos 626 milhões de reais por meio desse mecanismo que ora se propõe.

Ressalte-se que hoje, ante a inexistência de aplicação desses recursos, os rendimentos acabam nas mãos do mercado financeiro, já que as partes envolvidas nos processos judiciais continuarão a receber somente a correção da poupança.

Logo, além da contribuição direta ao cidadão, destacada pela melhoria na qualidade da prestação jurisdicional, em face do aperfeiçoamento e expansão da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho e das instituições públicas que exercem funções essenciais à Justiça, de forma indireta haverá também benefício, mediante a possibilidade de investimento do valor economizado em outras áreas vitais à coletividade.

Por outro lado, os órgãos que integram as Funções Essenciais à Justiça também são fundamentais nesse processo de democratização do acesso à justiça e de melhoria na qualidade da prestação jurisdicional. É de conhecimento notório que a Defensoria Pública da União, a Advocacia-Geral da União e demais órgãos da Advocacia Pública Federal possuem condições estruturais bem inferiores às da Justiça Federal e Ministério Público da União, e para que possam prestar serviços de boa qualidade ao cidadão brasileiro precisam também de um tratamento melhor pelo Poder Público.

Contamos, assim, com o apoio dos nobres Pares do Senado Federal, para a aprovação deste Projeto de Lei, destinado a oferecer à Justiça Federal e às instituições erigidas constitucionalmente como portadoras de funções essenciais à Justiça melhores condições de trabalho e de facilitação para o democrático e universal acesso dos cidadãos brasileiros à prestação jurisdicional.

Sala das Sessões, – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Faço saber que o **Congresso Nacional** decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta lei estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no art. 5º, inciso XV, letra b, da Constituição Federal.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

(Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania; cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 472, DE 2012

Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados e Municípios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do § 4º do art. 2º da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º
.....
§ 4º É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:
I – cujo valor do contrato seja inferior a:
a) R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), no âmbito da União;
b) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), no âmbito dos Estados e do Distrito Federal;
c) R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), no âmbito dos Municípios.
.....” (NR)

Justificação

O presente projeto propõe a redução do valor mínimo para a celebração de contratos de parcerias público-privadas (PPP) para Estados e Municípios, para R\$ 10 milhões e R\$ 5 milhões, respectivamente. Atualmente, a Lei nº 11.079, de 2004, apenas admite PPP em empreendimentos cujos contratos superem R\$ 20 milhões, seja qual for o ente da Federação contratante.

Evidentemente, esse valor constitui um requisito impositivo, especialmente para os pequenos municípios.

A lei também previu um teto de 3% da Receita Corrente Líquida (RCL) para as despesas de caráter continuado decorrentes dos contratos de PPP, que a Medida Provisória nº 575 veio, em boa hora, aumentar para 5%. Infelizmente, porém, durante a discussão dessa medida provisória, o Congresso Nacional deixou de fora a possibilidade de equilibrar o valor dos contratos conforme o porte da estrutura financeira de cada ente da Federação.

Como os contratos de PPP devem ter duração igual ou superior a cinco anos, um contrato de R\$ 20 milhões, com o prazo mínimo legal, significaria o desembolso médio anual de R\$ 4 milhões por ano (R\$ 20 milhões dividido por 5 anos) em contraprestações pelo parceiro. Logo, a RCL mínima requerida para esse contrato era de R\$ 134 milhões por ano e passou a ser de R\$ 80 milhões. De acordo com dados da Secretaria do Tesouro Nacional, nada menos que 4.900 municípios (88% de todos os municípios) tiveram, em 2010, receita corrente inferior a R\$ 134 milhões. Se considerarmos um contrato de 10 anos, a contraprestação do setor público ficaria em R\$ 2 milhões, o que exigiria uma RCL anual de R\$ 66 milhões. Nesse caso, 4.500 municípios ainda ficariam sem possibilidade de contratar PPP.

Além disso, considerando que o teto de 5% da RCL corresponde à soma de todas as despesas de caráter continuado destinadas ao conjunto de PPP contratadas, o elevado valor dos contratos para entes federados com receita não muito expressiva acaba restringindo a realização de investimentos públicos associados aos investimentos privados em um número limitado de parcerias.

Ainda que a formatação de parcerias público-privadas seja complexa, exigindo grande capacidade técnica dos órgãos envolvidos, existem Estados e Municípios que, mesmo pequenos, possuem capacidade administrativa e gerencial para formatar PPP e, ao mesmo tempo, detêm, em seus respectivos territórios, projetos com viabilidade econômica que justifiquem o uso do instrumento. Portanto, em havendo projetos de PPP factíveis nesses municípios, a atual restrição de valor existente na Lei nº 11.079, de 2004, constitui um limitador que deve ser repensado.

O ajuste dos valores mínimos para que Estados possam celebrar parcerias em valores menores que a União e os Municípios em valores menores que os Estados contribuirá para a ampliação dos investimentos públicos, reforçando o esforço em curso de todos os entes da Federação para minimizar os reflexos da crise financeira internacional no Brasil.

Sala das Sessões, – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004

Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Esta Lei se aplica aos órgãos da Administração Pública direta, aos fundos especiais, às autarquias, às fundações públicas, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

§ 1º Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

§ 2º Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

§ 3º Não constitui parceria público-privada a concessão comum, assim entendida a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

§ 4º É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:

I – cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

II – cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos; ou

III – que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

.....

(Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania; cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 473, DE 2012.

Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para dispor sobre a publicidade de gastos com pessoal das empresas públicas, sociedade de economia mista e demais entidades controladas pela União que atuem em regime de concorrência, nos termos do art. 173, § 1º, I, da Constituição Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“**Art. 8º**

.....

§ 5º Não se excluem da aplicação deste artigo as empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas pela União que atuem em regime de concorrência, nos termos do art. 173, § 1º, I, da Constituição Federal, quanto a informações relativas a cargos, postos, graduações, funções e empregos públicos.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) representa um dos maiores conquistas para o aperfeiçoamento de nossa ordem jurídica democrática. Ao exigir do Poder Público níveis

mais elevados de transparência, ela sinaliza que as instituições públicas do país atingiram ou estão prestes a atingir graus avançados de maturidade. O diploma normativo em vigor, no entanto, carece de regras mais claras quanto à exigência de publicidade dos gastos com pessoal das entidades integrantes da administração pública direta e indireta, inclusive as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Na sanção da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013 (Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012), a Presidenta Dilma Rousseff vetou, entre outros dispositivos, aqueles que tratavam de regras de transparência para a administração pública federal. Tais vetos apenas são compreensíveis se considerarmos que a LDO é lei temporária e federal, enquanto o tema da transparência é matéria para ser tratada, de forma mais adequada, em lei permanente e de caráter nacional, isto é, obrigatória para todos os entes federados.

A publicidade dos gastos com pessoal das entidades da administração pública, direta ou indireta, dá concretude aos princípios constitucionais da moralidade e da publicidade, insculpidos no art. 37 da Constituição, tão caros à ação republicana de todos os órgãos da administração pública, sem exceção.

As empresas públicas e sociedades de economia mista, genericamente tratadas como empresas estatais, embora sejam, formalmente, pessoas jurídicas de direito privado, submetem-se a regras de direito público, sempre que assim dispuser a Constituição Federal e leis administrativas derivadas de preceitos constitucionais. É o caso, por exemplo: da vedação à acumulação remunerada de cargos, empregos e

funções públicas (CF, art. 37, XVII); da sujeição ao controle legislativo e ao controle pelos tribunais de contas (CF, art. 52, VII, art. 70, parágrafo único, art. 71, art. 163, II; Lei 8.443/1992); da exigência de licitação para a realização de contratações em geral (CF, art. 173, § 1º, III; Lei 8.666/1993); da sujeição de seus agentes à lei de improbidade administrativa (Lei 8.429/1992).

Não se ignora a diferenciação existente entre as empresas estatais que exploram atividade econômica em sentido estrito, ou seja, que representam a atuação do Estado na condição de agente empresarial, em concorrência com a iniciativa privada, e aquelas que prestam serviço público. A natureza das atividades-fim dessas empresas é que acaba determinando o regime jurídico que lhes é aplicável, sendo ora preponderantemente de direito privado, ora de direito público. Em nenhum caso, no entanto, tem-se um regime jurídico exclusivamente privado ou exclusivamente público.

O Supremo Tribunal Federal (STF) já definiu, por exemplo, o entendimento de que qualquer entidade da administração indireta, não importa seu objeto, nem sua forma jurídica, sujeita-se integralmente ao inciso II do art. 71 da Constituição Federal, inclusive quanto ao instituto da tomada de contas especial, aplicável a quem dê causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público (MS 25.092, *DJ* de 17.3.2006 e MS 25.181, *DJ* de 16.6.2006).

No mesmo sentido, é pacífico o entendimento do STF quanto à exigência de concurso público para acesso ao emprego em empresa pública ou sociedade de economia, sendo que tal exigência não colide com o § 1º

do art. 173, da Constituição Federal, que sujeita tais empresas ao regime próprio das empresas privadas (ex. RE 558.833-AgR, Rel. Min. Ellen Gracie, *DJE* de 25.9.2009; AI 680.939-AgR, Rel. Min. Eros Grau, *DJE* de 1º.2.2008; MS 21.322, Rel. Min. Paulo Brossard, *DJ* de 23.4.1993; SS 837-AgR, Rel. Min. Presidente Sepúlveda Pertence, *DJ* de 13.6.1997).

Não é por outra razão que se afigura perfeitamente constitucional a Súmula 231 do Tribunal de Contas da União:

“231 - A exigência de concurso público para admissão de pessoal se estende a toda a Administração Indireta, nela compreendidas as Autarquias, as Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, as Sociedades de Economia Mista, as Empresas Públicas e, ainda, as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, mesmo que visem a objetivos estritamente econômicos, em regime de competitividade com a iniciativa privada.”

O que se verifica, em todos esses casos, é a mesma sujeição das empresas estatais a regras fundadas no interesse público, sejam elas voltadas à prestação de serviço público ou à exploração de atividade econômica, sem que isso signifique colisão com o § 1º do art. 173, que sujeita a empresa pública e a sociedade de economia mista que explorem atividade econômica ao regime jurídico das empresas privadas.

A própria Constituição Federal, no mesmo art. 173, remete à lei ordinária a disciplina sobre a função social e as formas de fiscalização, pelo Estado e pela sociedade, da empresa pública, da sociedade de economia mista e suas subsidiárias que explorem atividade econômica de

produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços (art. 173, § 1º, I).

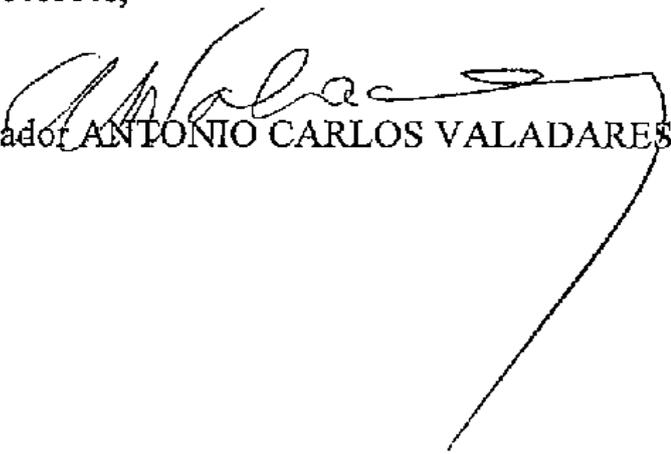
Há evidente interesse público na publicidade dos gastos com pessoal das empresas públicas e das sociedades de economia mista. Primeiramente, porque a publicidade e a transparência são mecanismos necessários e adequados para a fiscalização pela sociedade.

Em segundo lugar, porque, do ponto de vista formal, as empresas públicas e as sociedades de economia mista são partes integrantes da administração pública e, como tais, possuem, na sua razão de existir, o interesse público (segurança nacional ou relevante interesse coletivo, conforme o *caput* do art. 173). Nesse sentido, as prestações de contas e a *accountability* de tais empresas, de modo geral, interessam não apenas aos sócios e acionistas, como a toda a sociedade.

Em terceiro lugar, porque é preciso considerar que os cargos de direção das empresas públicas e das sociedades de economia mista, quando ocupados por pessoas escolhidas e nomeadas por agentes políticos, têm, também, natureza política, mesmo que os recursos de sua remuneração sejam de natureza privada. As indicações políticas são uma das formas pelas quais o Estado exerce a chamada tutela administrativa, ou o poder de supervisão da empresa pela pessoa política a que está vinculada. Tanto é assim que os dirigentes estão sujeitos à ação popular, à ação de improbidade administrativa, a ações penais por crimes praticados contra a administração pública e, na medida em que exerçam atribuições do poder público, ao mandado de segurança. É notório, portanto, o interesse público na publicidade de suas respectivas remunerações.

Pelas razões expostas e considerando a transparência como um elemento indispensável ao desenvolvimento republicano do Estado Democrático de Direito, contamos com o apoio dos ilustres pares do Congresso Nacional para o aperfeiçoamento e aprovação deste projeto.

Sala das Sessões,


Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....

VII - dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;

.....

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

.....

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

.....

Art. 163. Lei complementar disporá sobre:

.....

II - dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público;

.....

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

III - licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992.

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

.....

Lei Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992.

Mensagem de veto

Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências

.....

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Vide Medida Provisória nº 544, de 2011
(Vide Lei nº 12.598, de 2012)

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

.....

LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:

I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;

II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;

V - desenvolvimento do controle social da administração pública.

Art. 5º É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

CAPÍTULO II

DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o **caput**, deverão constar, no mínimo:

I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

III - registros das despesas;

IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e

VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

§ 2º Para cumprimento do disposto no **caput**, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet).

§ 3º Os sítios de que trata o § 2º deverão, na forma de regulamento, atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

I - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

II - possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

III - possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

IV - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

V - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

VI - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VII - indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio; e

VIII - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

§ 4º Os Municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet a que se refere o § 2º, mantida a obrigatoriedade de divulgação, em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira, nos critérios e prazos previstos no art. 73-B da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

LEI Nº 12.708, DE 17 DE AGOSTO DE 2012.

Mensagem de veto

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 474, DE 2012

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução das doações a projeto de pesquisa científica e tecnológica executado por Instituição Científica e Tecnológica (ICT), ou por entidades científicas e tecnológicas privadas, sem fins lucrativos, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea “I”:

“Art. 8º

 II –

i) a doações a projeto de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica executado por Instituição Científica e Tecnológica (ICT), a que se refere o inciso V do *caput* do art. 2º da lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004, ou por entidades científicas e tecnológicas privadas, sem fins lucrativos, assim reconhecidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, conforme regulamento, observados os mesmos limites previstos nos itens da alínea *b* deste inciso.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente.

Justificação

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu como dever do Estado brasileiro promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas (art. 218).

Nos últimos anos, o País tem percebido a importância estratégica dos investimentos em ciência e tecnologia, a fim de manter uma trajetória de médio e longo prazo de crescimento econômico associado à distribuição de renda. O desenvolvimento tecnológico é ferramenta fundamental um desenvolvimento econômico e social consistente. Entre os anos de 2000 e 2010, o Brasil inovou seu marco regulatório, criou incentivos fiscais para os agentes econômicos e, com isso, elevou de US\$ 12,5 bilhões para US\$ 26 bilhões seus dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento.

Na relação com o produto interno bruto (PIB), no entanto, o crescimento dos dispêndios em pesquisa e desenvolvimento foi de apenas 0,14% do PIB em dez anos, isto é, variou de 1,02% do PIB em 2000 para

1,16% em 2010. Na razão per capita, foram apenas US\$ 134,60 no ano de 2010.

Os números indicam que o Brasil melhorou, mas ainda encontra-se aquém de suas necessidades. Houve um crescimento de 43% nos pedidos de registro de patentes brasileiras no exterior entre 2007 e 2011, alcançando 572 pedidos nesse ano. Com isso, o país é considerado um novato no que se refere a pesquisa e desenvolvimento. Ao final de 2011, ocupava o 24º lugar no ranking internacional de pedidos de patentes depositados no exterior. Embora a posição represente uma melhora relativa de sua posição, significa ainda estar atrás de todos os países dos Brics, entre os quais a China, que liderou com 16.406 pedidos, seguida por Índia (1.430) e Rússia (964).

O presente projeto visa a permitir que pessoas físicas possam deduzir, da base de cálculo do imposto de renda, doações feitas a projeto de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica executado por Instituição Científica e Tecnológica (ICT), ou por entidades científicas e tecnológicas privadas, sem fins lucrativos. A dedução deverá observar os limites já estabelecidos para abatimento de despesas com instrução.

O projeto cria, para as pessoas físicas, um incentivo à inovação tecnológica já existente para as pessoas jurídicas. A Lei nº 11.487, de 15 de junho de 2007, acrescentou o art. 19-A à Lei nº 11.196, de 2005, para estabelecer um incentivo adicional às pessoas jurídicas que aplicarem recursos no financiamento de projetos de pesquisa científica e inovação tecnológica (exclusão do lucro líquido, para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, dos dispêndios efetivados em projeto de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica a ser executado por Instituição Científica e Tecnológica – ICT, a que se refere o inciso V do *caput* do art. 2º da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, ou por entidades científicas e tecnológicas privadas, sem fins lucrativos, conforme regulamento)

Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), estimamos a renúncia de receita em R\$ **[valor da estimativa a ser calculado pela CONORF – verificar nota técnica em anexo]** para cada um dos três exercícios previstos no art. 14 da LRF.

Considerando, portanto, o grande alcance econômico e social da inovação legislativa proposta, esperamos contar com o apoio de nossos eminentes pares no Congresso Nacional para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, – Senador **Antonio Carlos Valadares**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL DE 1988CAPÍTULO IV
Da Ciência e Tecnologia

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas.

§ 1º – A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências.

§ 2º – A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

§ 3º – O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

§ 4º – A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

§ 5º – É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995.

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 8º A base de cálculo do imposto devido no ano-calendário será a diferença entre as somas:

I – de todos os rendimentos percebidos durante o ano-calendário, exceto os isentos, os não-tributáveis, os tributáveis exclusivamente na fonte e os sujeitos à tributação definitiva;

II – das deduções relativas:

a) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços

radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias;

b) a pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, efetuados a estabelecimentos de ensino, relativamente à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas; ao ensino fundamental; ao ensino médio; à educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização); e à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico, até o limite anual individual de: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007) (Vide Medida Provisória nº 2.159-70, de 2001)

1. R\$ 2.480,66 (dois mil, quatrocentos e oitenta reais e sessenta e seis centavos) para o ano-calendário de 2007; (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

2. R\$ 2.592,29 (dois mil, quinhentos e noventa e dois reais e vinte e nove centavos) para o ano-calendário de 2008; (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

3. R\$ 2.708,94 (dois mil, setecentos e oito reais e noventa e quatro centavos) para o ano-calendário de 2009; (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

4. R\$ 2.830,84 (dois mil, oitocentos e trinta reais e oitenta e quatro centavos) para o ano-calendário de 2010; (Redação dada pela Lei nº 12.469, de 2011)

5. (revogado); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

6. R\$ 2.958,23 (dois mil, novecentos e cinquenta e oito reais e vinte e três centavos) para o ano-calendário de 2011; (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

7. R\$ 3.091,35 (três mil, noventa e um reais e trinta e cinco centavos) para o ano-calendário de 2012; (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

8. R\$ 3.230,46 (três mil, duzentos e trinta reais e quarenta e seis centavos) para o ano-calendário de 2013; (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

9. R\$ 3.375,83 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais e oitenta e três centavos) a partir do ano-calendário de 2014; (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

c) à quantia, por dependente, de: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

1. R\$ 1.584,60 (mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos) para o ano-calendário de 2007; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

2. R\$ 1.655,88 (mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e oito centavos) para o ano-calendário de 2008; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

3. R\$ 1.730,40 (mil, setecentos e trinta reais e quarenta centavos) para o ano-calendário de 2009; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

4. R\$ 1.808,28 (mil, oitocentos e oito reais e vinte e oito centavos) para o ano-calendário de 2010; (Redação dada pela Lei nº 12.469, de 2011)

5. R\$ 1.889,64 (mil, oitocentos e oitenta e nove reais e sessenta e quatro centavos) para o ano-calendário de 2011; (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

6. R\$ 1.974,72 (mil, novecentos e setenta e quatro reais e setenta e dois centavos) para o ano-calendário de 2012; (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

7. R\$ 2.063,64 (dois mil, sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos) para o ano-calendário de 2013; (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

8. R\$ 2.156,52 (dois mil, cento e cinquenta e seis reais e cinquenta e dois centavos) a partir do ano-calendário de 2014; (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

d) às contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

e) às contribuições para as entidades de previdência privada domiciliadas no País, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social;

f) às importâncias pagas a título de pensão alimentícia em face das normas do Direito de Família, quando em cumprimento de decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais, de acordo homologado judicialmente, ou de escritura pública a que se refere o art. 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; (Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeitos)

g) às despesas escrituradas no Livro Caixa, previstas nos incisos I a III do art. 6º da Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990, no caso de trabalho não-assalariado, inclusive dos leiloeiros e dos titulares de serviços notariais e de registro.

h) (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

§ 1º A quantia correspondente à parcela isenta dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno, ou por entidade de previdência privada, representada pela soma dos valores mensais computados a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta e cinco anos de idade, não integrará a soma de que trata o inciso I.

§ 2º O disposto na alínea a do inciso II:

I – aplica-se, também, aos pagamentos efetuados a empresas domiciliadas no País, destinados à cobertura de despesas com hospitalização, médicas e

odontológicas, bem como a entidades que assegurem direito de atendimento ou ressarcimento de despesas da mesma natureza;

II – restringe-se aos pagamentos efetuados pelo contribuinte, relativos ao próprio tratamento e ao de seus dependentes;

III – limita-se a pagamentos especificados e comprovados, com indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Geral de Contribuintes – CGC de quem os recebeu, podendo, na falta de documentação, ser feita indicação do cheque nominativo pelo qual foi efetuado o pagamento;

IV – não se aplica às despesas ressarcidas por entidade de qualquer espécie ou cobertas por contrato de seguro;

V – no caso de despesas com aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias, exige-se a comprovação com receituário médico e nota fiscal em nome do beneficiário.

§ 3º As despesas médicas e de educação dos alimentandos, quando realizadas pelo alimentante em virtude de cumprimento de decisão judicial, de acordo homologado judicialmente ou de escritura pública a que se refere o art. 1.124-A da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, poderão ser deduzidas pelo alimentante na determinação da base de cálculo do imposto de renda na declaração, observado, no caso de despesas de educação, o limite previsto na alínea b do inciso II do *caput* deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 11.727, de 2008) (Produção de efeitos)

§ 4º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

SEÇÃO II

Da Renúncia de Receita

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições

LEI Nº 10.973, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004

Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

V – Instituição Científica e Tecnológica – ICT: órgão ou entidade da administração pública que tenha por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico;

LEI Nº 11.487, DE 15 DE JUNHO DE 2007

Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para incluir novo incentivo à inovação tecnológica e modificar as regras relativas à amortização acelerada para investimentos vinculados a pesquisa e ao desenvolvimento

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 2º A Lei nº 11.196, de 2005, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 19-A:

“Art. 19-A. A pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, os dispêndios efetivados em projeto de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica a ser executado por Instituição Científica e Tecnológica – ICT, a que se refere o inciso V do *caput* do art. 2º da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

LEI Nº 11.196, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2005

Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº

70.235, de 6 de março de 1972, o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

(Às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 475, DE 2012**

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica, para criar a obrigatoriedade de prestação semestral de contas ao Congresso Nacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXII:

“Art. 3º

.....
 XXII – elaborar e enviar o relatório semestral de suas atividades ao Ministério de Minas e Energia e, por intermédio da Presidência da República, ao Congresso Nacional.” (NR).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As agências reguladoras foram criadas, no contexto da reforma do Estado da década de 90, para cumprir uma importante função de fiscalizar a prestação dos serviços públicos concedidos à iniciativa privada. Essa regulação é absolutamente indispensável, para que se possa assegurar o respeito pelo concessionário dos serviços aos princípios constitucionais da adequação, da modicidade tarifária, da universalidade, entre outros.

Em razão dessa específica destinação, foram criadas sob a forma de autarquias em regime especial. Gozam de maior autonomia em face do Ministério ao qual são vinculadas. Não há previsão de recursos hierárquicos contra as decisões de suas diretorias. Seus dirigentes possuem mandatos, só podendo ser destituídos antes do prazo com o respeito ao devido processo legal.

Porém, a autonomia técnica atribuída a essas entidades não lhes subtrai ao poder fiscalizatório do Congresso Nacional, que tem justamente como função típica a de controlar os atos do Poder Executivo, não só com vistas à prevenção e repressão de atos ilícitos, mas também – e principalmente – com a finalidade de sugerir a adoção de medidas que contribuam com a maior eficiência na prestação de serviços públicos ou de relevância pública.

É preciso, dessa forma, alterar as leis que regulamentam as agências reguladoras, de modo que se institua a obrigatoriedade da prestação semestral de contas ao Congresso Nacional. Assim, poderá o Legislativo avaliar qualitativa e quantitativamente o desempenho de cada entidade, propor planos de atuação, e acompanhar o funcionamento de cada setor regulado, atuando, quando for o caso, até mesmo para adequar a legislação às necessidades da boa prestação da atividade.

Obviamente, quem ganha com isso é a República, pois a prestação de contas é um princípio intrínseco à própria forma de governo e ao Estado de Direito. Demais disso, também serão diretamente beneficiados os usuários do serviço, que poderão contar com uma gestão mais eficaz, decorrente da sinergia entre as entidades reguladoras e o Congresso, entre o Executivo e o Legislativo.

É preciso, portanto, alterar a legislação das agências que ainda não possuem o dever de prestar contas ao Legislativo. É o caso da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), cujas atribuições estão previstas no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, sem que esteja prevista a obrigatoriedade de remeter ao Congresso Nacional relatórios de atividades.

Assim, propomos que a Aneel seja obrigada a prestar contas, semestralmente, tanto ao Ministério de Minas e Energia, ao qual é vinculada, quanto ao Congresso Nacional.

Buscamos inspiração, para tanto, na legislação que rege a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), que já possui dispositivo semelhante ao que ora propomos (inciso XL do art. 8º da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005), permitindo ao Congresso Nacional realizar o efetivo controle qualitativo e quantitativo das ações da Agência.

Por todos esses motivos, apresentamos este Projeto, esperando contar com o decisivo apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, – Senador **Waldemir Moka**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.427, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996.

Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.

.....
 Art. 3º Além das atribuições previstas nos incisos II, III, V, VI, VII, X, XI e XII do art. 29 e no art. 30 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, de outras incumbências expressamente previstas em lei e observado o disposto no § 1º, compete à ANEEL: (Redação dada pela Lei nº 10.848, de 2004) (Vide Decreto nº 6.802, de 2009).

I – implementar as políticas e diretrizes do governo federal para a exploração da energia elétrica e o aproveitamento dos potenciais hidráulicos, expedindo os atos regulamentares necessários ao cumprimento das normas estabelecidas pela Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995;

II – promover, mediante delegação, com base no plano de outorgas e diretrizes aprovadas pelo Poder Concedente, os procedimentos licitatórios para a contratação de concessionárias e permissionárias de serviço público para produção, transmissão e distribuição de energia elétrica e para a outorga de concessão para aproveitamento de potenciais hidráulicos; (Redação dada pela Lei nº 10.848, de 2004)

IV – gerir os contratos de concessão ou de permissão de serviços públicos de energia elétrica, de concessão de uso de bem público, bem como fiscalizar, diretamente ou mediante convênios com órgãos estaduais, as concessões, as permissões e a prestação dos serviços de energia elétrica; (Redação dada pela Lei nº 10.848, de 2004)

V – dirimir, no âmbito administrativo, as divergências entre concessionárias, permissionárias, autorizadas, produtores independentes e autoprodutores, bem como entre esses agentes e seus consumidores;

VI – fixar os critérios para cálculo do preço de transporte de que trata o § 6º do art. 15 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e arbitrar seus valores nos casos de negociação frustrada entre os agentes envolvidos;

VII – articular com o órgão regulador do setor de combustíveis fósseis e gás natural os critérios para fixação dos preços de transporte desses combustíveis, quando destinados à geração de energia elétrica, e para arbitramento de seus valores, nos casos de negociação frustrada entre os agentes envolvidos;

VIII – estabelecer, com vistas a propiciar concorrência efetiva entre os agentes e a impedir a concentração econômica nos serviços e atividades de energia elétrica, restrições, limites ou condições para empresas, grupos empresariais e acionistas, quanto à obtenção e transferência de concessões, permissões e autorizações, à concentração societária e à realização de negócios entre si; (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

IX – zelar pelo cumprimento da legislação de defesa da concorrência, monitorando e acompanhando as práticas de mercado dos agentes do setor de energia elétrica; (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

X – fixar as multas administrativas a serem impostas aos concessionários, permissionários e autorizados de instalações e serviços de energia elétrica, observado o limite, por infração, de 2% (dois por cento) do faturamento, ou do valor estimado da energia produzida nos casos de autoprodução e produção independente, correspondente aos últimos doze meses anteriores à lavratura do auto de infração ou estimados para um período de doze meses caso o infrator não esteja em operação ou esteja operando por um período inferior a doze meses. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

XI – estabelecer tarifas para o suprimento de energia elétrica realizado às concessionárias e permissionárias de distribuição, inclusive às Cooperativas de Eletrificação Rural enquadradas como permissionárias, cujos mercados próprios sejam inferiores a 500 (quinhentos) GWh/ano, e tarifas de fornecimento às Cooperativas autorizadas, considerando parâmetros técnicos, econômicos, operacionais e a estrutura

dos mercados atendidos; (Redação dada pela Lei nº 10.848, de 2004)

XII – estabelecer, para cumprimento por parte de cada concessionária e permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, as metas a serem periodicamente alcançadas, visando a universalização do uso da energia elétrica; (Incluído pela Lei nº 10.438, de 2002)

XIII – efetuar o controle prévio e **a posteriori** de atos e negócios jurídicos a serem celebrados entre concessionárias, permissionárias, autorizadas e seus controladores, suas sociedades controladas ou coligadas e outras sociedades controladas ou coligadas de controlador comum, impondo-lhes restrições à mútua constituição de direitos e obrigações, especialmente comerciais e, no limite, a abstenção do próprio ato ou contrato. (Incluído pela Lei nº 10.438, de 2002)

XIV – aprovar as regras e os procedimentos de comercialização de energia elétrica, contratada de formas regulada e livre; (Incluído pela Lei nº 10.848, de 2004)

XV – promover processos licitatórios para atendimento às necessidades do mercado; (Incluído pela Lei nº 10.848, de 2004)

XVI – homologar as receitas dos agentes de geração na contratação regulada e as tarifas a serem pagas pelas concessionárias, permissionárias ou autorizadas de distribuição de energia elétrica, observados os resultados dos processos licitatórios referidos no inciso XV do *caput* deste artigo; (Incluído pela Lei nº 10.848, de 2004)

XVII – estabelecer mecanismos de regulação e fiscalização para garantir o atendimento à totalidade do mercado de cada agente de distribuição e de comercialização de energia elétrica, bem como à carga dos consumidores que tenham exercido a opção prevista nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995; (Incluído pela Lei nº 10.848, de 2004)

XVIII – definir as tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição, sendo que as de transmissão devem ser baseadas nas seguintes diretrizes: (Incluído pela Lei nº 10.848, de 2004)

a) assegurar arrecadação de recursos suficientes para a cobertura dos custos dos sistemas de transmissão, inclusive das interligações internacionais conectadas à rede básica; (Redação dada pela Lei nº 12.111, de 2009)

b) utilizar sinal locacional visando a assegurar maiores encargos para os agentes que mais onerem o sistema de transmissão; (Incluído pela Lei nº 10.848, de 2004)

XIX – regular o serviço concedido, permitido e autorizado e fiscalizar permanentemente sua prestação. (Incluído pela Lei nº 10.848, de 2004)

XX – definir adicional de tarifas de uso específico das instalações de interligações internacionais para exportação e importação de energia elétrica, visando à modicidade tarifária dos usuários do sistema de transmissão ou distribuição. (Incluído pela Lei nº 12.111, de 2009)

XXI – definir as tarifas das concessionárias de geração hidrelétrica que comercializarem energia no regime de cotas de que trata a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012. (Incluído pela Medida Provisória nº 579, de 2012)

Parágrafo único. No exercício da competência prevista nos incisos VIII e IX, a ANEEL deverá articular-se com a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

Art. 3º-A Além das competências previstas nos incisos IV, VIII e IX do art. 29 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, aplicáveis aos serviços de energia elétrica, compete ao Poder Concedente: (Incluído pela Lei nº 10.848, de 2004)

I – elaborar o plano de outorgas, definir as diretrizes para os procedimentos licitatórios e promover as licitações destinadas à contratação de concessionários de serviço público para produção, transmissão e distribuição de energia elétrica e para a outorga de concessão para aproveitamento de potenciais hidráulicos; (Incluído pela Lei nº 10.848, de 2004)

II – celebrar os contratos de concessão ou de permissão de serviços públicos de energia elétrica, de concessão de uso de bem público e expedir atos autorizativos. (Incluído pela Lei nº 10.848, de 2004)

§ 1º No exercício das competências referidas no inciso IV do art. 29 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e das competências referidas nos incisos I e II do *caput* deste artigo, o Poder Concedente ouvirá previamente a ANEEL. (Incluído pela Lei nº 10.848, de 2004)

§ 2º No exercício das competências referidas no inciso I do *caput* deste artigo, o Poder Concedente delegará à ANEEL a operacionalização dos procedimentos licitatórios. (Incluído pela Lei nº 10.848, de 2004)

§ 3º A celebração de contratos e a expedição de atos autorizativos de que trata o inciso II do *caput* deste artigo poderão ser delegadas à ANEEL. (Incluído pela Lei nº 10.848, de 2004)

§ 4º O exercício pela ANEEL das competências referidas nos incisos VIII e IX do art. 29 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dependerá de delegação expressa do Poder Concedente. (Incluído pela Lei nº 10.848, de 2004)

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Serviços de Infraestrutura, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 476, DE 2012

Altera a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, para tornar semestral a periodicidade de prestação de contas da Agência.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

.....
XL – elaborar e enviar relatório semestral de suas atividades à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e, por intermédio da Presidência da República, ao Congresso Nacional;

.....

§ 9º O relatório a que se refere o inciso XL deverá incluir os resultados alcançados em relação ao controle da qualidade na prestação de serviços concedidos.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Brasil avança cada vez mais na transferência de atividades de caráter público para a iniciativa privada, e a aviação civil não é exceção a essa regra.

Embora seja inegável que os ganhos de eficiência advindos dessa opção resultaram em tarifas mais baratas, muitas vezes o preço pago resulta em serviço de qualidade inferior, com a ocorrência de filas, atrasos e cancelamentos, espaços reduzidos nas aeronaves, e outros prejuízos ao consumidor.

Por isso, proponho que o Congresso Nacional passe a receber, semestralmente, um relatório das atividades da Agência Nacional de Aviação Civil, e que conste obrigatoriamente de tal documento a indicação de providências adotadas para melhorar a qualidade dos serviços, além dos resultados obtidos, quantitativa e qualitativamente. Isso permitirá aos parlamentares atuação mais fundamentada sobre esse setor tão importante para a economia do País.

São essas as razões que justificam a presente iniciativa, que, por valorizar o trabalho do Parlamento, certamente merecerá o apoio dos membros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, – Senador **Waldemir Moka**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.182, DE 27 DE SETEMBRO DE 2005

Cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências.

Art. 8º Cabe à ANAC adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento e fomento da aviação civil, da infraestrutura aeronáutica e aeroportuária do País, atuando com independência, legalidade, impessoalidade e publicidade, competindo-lhe:

I – implementar, em sua esfera de atuação, a política de aviação civil;

II – representar o País junto aos organismos internacionais de aviação civil, exceto nos assuntos relativos ao sistema de controle do espaço aéreo e ao sistema de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos;

III – elaborar relatórios e emitir pareceres sobre acordos, tratados, convenções e outros atos relativos ao transporte aéreo internacional, celebrados ou a ser celebrados com outros países ou organizações internacionais;

IV – realizar estudos, estabelecer normas, promover a implementação das normas e recomendações internacionais de aviação civil, observados os acordos, tratados e convenções internacionais de que seja parte a República Federativa do Brasil;

V – negociar o estabelecimento de acordos e tratados sobre transporte aéreo internacional, observadas as diretrizes do CONAC;

VI – negociar, realizar intercâmbio e articular-se com autoridades aeronáuticas estrangeiras, para validação recíproca de atividades relativas ao sistema de segurança de vôo, inclusive quando envolvam certificação de produtos aeronáuticos, de empresas prestadoras de serviços e fabricantes de produtos aeronáuticos, para a aviação civil;

VII – regular e fiscalizar a operação de serviços aéreos prestados, no País, por empresas estrangeiras, observados os acordos, tratados e convenções internacionais de que seja parte a República Federativa do Brasil;

VIII – promover, junto aos órgãos competentes, o cumprimento dos atos internacionais sobre aviação civil ratificados pela República Federativa do Brasil;

IX – regular as condições e a designação de empresa aérea brasileira para operar no exterior;

X – regular e fiscalizar os serviços aéreos, os produtos e processos aeronáuticos, a formação e o treinamento de pessoal especializado, os serviços auxiliares, a segurança da aviação civil, a facilitação do transporte aéreo, a habilitação de tripulantes, as emis-

sões de poluentes e o ruído aeronáutico, os sistemas de reservas, a movimentação de passageiros e carga e as demais atividades de aviação civil;

XI – expedir regras sobre segurança em área aeroportuária e a bordo de aeronaves civis, porte e transporte de cargas perigosas, inclusive o porte ou transporte de armamento, explosivos, material bélico ou de quaisquer outros produtos, substâncias ou objetos que possam pôr em risco os tripulantes ou passageiros, ou a própria aeronave ou, ainda, que sejam nocivos à saúde;

XII – regular e fiscalizar as medidas a serem adotadas pelas empresas prestadoras de serviços aéreos, e exploradoras de infraestrutura aeroportuária, para prevenção quanto ao uso por seus tripulantes ou pessoal técnico de manutenção e operação que tenha acesso às aeronaves, de substâncias entorpecentes ou psicotrópicas, que possam determinar dependência física ou psíquica, permanente ou transitória;

XIII – regular e fiscalizar a outorga de serviços aéreos;

XIV – conceder, permitir ou autorizar a exploração de serviços aéreos;

XV – promover a apreensão de bens e produtos aeronáuticos de uso civil, que estejam em desacordo com as especificações;

XVI – fiscalizar as aeronaves civis, seus componentes, equipamentos e serviços de manutenção, com o objetivo de assegurar o cumprimento das normas de segurança de vôo

XVII – proceder à homologação e emitir certificados, atestados, aprovações e autorizações, relativos às atividades de competência do sistema de segurança de vôo da aviação civil, bem como licenças de tripulantes e certificados de habilitação técnica e de capacidade física e mental, observados os padrões e normas por ela estabelecidos;

XVIII – administrar o Registro Aeronáutico Brasileiro;

XIX – regular as autorizações de horários de pouso e decolagem de aeronaves civis, observadas as condicionantes do sistema de controle do espaço aéreo e da infraestrutura aeroportuária disponível;

XX – compor, administrativamente, conflitos de interesses entre prestadoras de serviços aéreos e de infraestrutura aeronáutica e aeroportuária;

XXI – regular e fiscalizar a infraestrutura aeronáutica e aeroportuária, com exceção das atividades e procedimentos relacionados com o sistema de controle do espaço aéreo e com o sistema de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos;

XXII – aprovar os planos diretores dos aeroportos; (Redação dada pela Lei nº 12.462, de 2011)

XXIII – (revogado); (Redação dada pela Lei nº 12.462, de 2011)

XXIV – conceder ou autorizar a exploração da infra-estrutura aeroportuária, no todo ou em parte;

XXV – estabelecer o regime tarifário da exploração da infra-estrutura aeroportuária, no todo ou em parte;

XXVI – homologar, registrar e cadastrar os aeródromos;

XXVII - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 12.462, de 2011)

XXVIII - fiscalizar a observância dos requisitos técnicos na construção, reforma e ampliação de aeródromos e aprovar sua abertura ao tráfego; (Redação dada pela Lei nº 12.462, de 2011)

XXIX – expedir normas e padrões que assegurem a compatibilidade, a operação integrada e a interconexão de informações entre aeródromos

XXX – expedir normas e estabelecer padrões mínimos de segurança de voo, de desempenho e eficiência, a serem cumpridos pelas prestadoras de serviços aéreos e de infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária, inclusive quanto a equipamentos, materiais, produtos e processos que utilizarem e serviços que prestarem;

XXXI – expedir certificados de aeronavegabilidade;

XXXII – regular, fiscalizar e autorizar os serviços aéreos prestados por aeroclubes, escolas e cursos de aviação civil;

XXXIII – expedir, homologar ou reconhecer a certificação de produtos e processos aeronáuticos de uso civil, observados os padrões e normas por ela estabelecidos;

XXXIV – integrar o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – SIPAER;

XXXV – reprimir infrações à legislação, inclusive quanto aos direitos dos usuários, e aplicar as sanções cabíveis;

XXXVI – arrecadar, administrar e aplicar suas receitas;

XXXVII – contratar pessoal por prazo determinado, de acordo com a legislação aplicável;

XXXIX - apresentar ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República proposta de orçamento; (Redação dada pela Lei nº 12.462, de 2011)

XL - elaborar e enviar o relatório anual de suas atividades à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e, por intermédio da Presidência da República, ao Congresso Nacional; (Redação dada pela Lei nº 12.462, de 2011)

XLI – aprovar o seu regimento interno;

XLII - administrar os cargos efetivos, os cargos comissionados e as gratificações de que trata esta Lei; (Redação dada pela Lei nº 11.292, de 2006)

XLIII – decidir, em último grau, sobre as matérias de sua competência;

XLIV – deliberar, na esfera administrativa, quanto à interpretação da legislação, sobre serviços aéreos e de infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária, inclusive casos omissos, quando não houver orientação normativa da Advocacia-Geral da União;

XLV – deliberar, na esfera técnica, quanto à interpretação das normas e recomendações internacionais relativas ao sistema de segurança de voo da aviação civil, inclusive os casos omissos;

XLVI – editar e dar publicidade às instruções e aos regulamentos necessários à aplicação desta Lei;

XLVII – (revogado); (Redação dada pela Lei nº 12.462, de 2011)

XLVIII – firmar convênios de cooperação técnica e administrativa com órgãos e entidades governamentais, nacionais ou estrangeiros, tendo em vista a descentralização e fiscalização eficiente dos setores de aviação civil e infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária; e

XLIX – contribuir para a preservação do patrimônio histórico e da memória da aviação civil e da infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária, em cooperação com as instituições dedicadas à cultura nacional, orientando e incentivando a participação das empresas do setor.

§ 1º A ANAC poderá credenciar, nos termos estabelecidos em norma específica, pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, de notória especialização, de acordo com padrões internacionalmente aceitos para a aviação civil, para expedição de laudos, pareceres ou relatórios que demonstrem o cumprimento dos requisitos necessários à emissão de certificados ou atestados relativos às atividades de sua competência.

§ 2º A ANAC observará as prerrogativas específicas da Autoridade Aeronáutica, atribuídas ao Comandante da Aeronáutica, devendo ser previamente consultada sobre a edição de normas e procedimentos de controle do espaço aéreo que tenham repercussão econômica ou operacional na prestação de serviços aéreos e de infra-estrutura aeronáutica e aeroportuária.

§ 3º Quando se tratar de aeródromo compartilhado, de aeródromo de interesse militar ou de aeródromo administrado pelo Comando da Aeronáutica, o exercício das competências previstas nos incisos XXII, XXIII, XXIV, XXVI, XXVIII e XXIX do *caput* deste artigo, dar-se-á em conjunto com o Comando da Aeronáutica.

§ 4º Sem prejuízo do disposto no inciso X do *caput* deste artigo, a execução dos serviços aéreos de aerolevante dependerá de autorização emitida pelo Ministério da Defesa

§ 5º Sem prejuízo do disposto no inciso XI do *caput* deste artigo, a autorização para o transporte de explosivo e material bélico em aeronaves civis que partam ou se destinem a aeródromo brasileiro ou com sobrevôo do território nacional é de competência do Comando da Aeronáutica.

§ 6º Para os efeitos previstos nesta Lei, o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro será explorado diretamente pela União, por intermédio do Comando da Aeronáutica, ou por entidade a quem ele delegar.

§ 7º As expressões infra-estrutura aeronáutica e infra-estrutura aeroportuária, mencionadas nesta Lei, referem-se às infra-estruturas civis, não se aplicando o disposto nela às infra-estruturas militares.

§ 8º O exercício das atribuições da ANAC, na esfera internacional, dar-se-á em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Serviços de Infraestrutura, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 80, DE 2012

Altera o Regimento Interno do Senado Federal, para permitir a aprovação de mais de uma proposição que tramitem em conjunto, com indicação da proposição que será considerada precedente, inclusive pelo critério da maior abrangência.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º O artigo 133 do Regimento Interno do Senado passa a vigorar acrescido do seguinte § 9º:

“Art. 133

§ 9º Havendo proposições tramitando em conjunto, o parecer poderá concluir pela aprovação de mais de uma delas, desde que acolhidas, integral ou parcialmente, em substitutivo, ou contempladas no mérito, e observado o disposto no § 3º do art. 260. (NR)”

Art. 2º O inciso II do caput do art. 260 passa a vigor acrescido da seguinte alínea c:

“Art. 260

II –

c) o mais abrangente sobre o menos abrangente.

..... (NR)”

Art. 3º O § 3º do artigo 260 do Regimento Interno do Senado passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 260

‘§ 3º As proposições apensadas terão um único relatório, que indicará qual proposição deverá ser considerada precedente, conforme qualquer dos critérios do inciso II do caput, observado o disposto no art. 268.’ (NR)”

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As alterações que se buscam introduzir no Regimento do Interno do Senado Federal visam, em seu conjunto, a permitir a aprovação de mais de uma proposição que tramitem em conjunto, devendo uma delas ser indicada precedente, entre os critérios da Casa de origem, da antecedência temporal e o novo critério da maior abrangência.

Pelas regras atualmente vigentes, privilegia-se a proposição da Câmara sobre a do Senado, e a mais antiga sobre a mais recente, quando originárias da mesma Casa, independentemente de se considerar qual proposição é mais ampla ou abrangente. Além disso, regimentalmente, apenas a proposição precedente pode ser aprovada, enquanto as demais restam rejeitadas, mesmo se aproveitadas no mérito, no todo ou em parte. Com isso, desvaloriza-se o trabalho do parlamentar que se deteve em mais profundidade e abrangência sobre o objeto das proposições.

O presente projeto traz alterações que permitirão com que a proposição mais abrangente seja considerada precedente e, ao mesmo tempo, não impede que as demais sejam consideradas aprovadas, desde que aproveitadas, integral ou parcialmente, em substitutivo, ou já estejam contempladas, no mérito, pela mais abrangente.

Sendo justo que o trabalho mais completo e aprofundado do parlamentar seja valorizado, e sendo certo que as alterações que aqui propomos aprimorarão o processo legislativo, confiamos no apoio dos nobres Senadores a esta proposição.

Sala das Sessões, – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

LEGISLAÇÃO CITADA

RESOLUÇÃO Nº 93, DE 1970
REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

TÍTULO VI Das Comissões

CAPÍTULO XI Dos Relatórios e Pareceres

SEÇÃO II Dos Pareceres

Art. 133. Todo parecer deve ser conclusivo em relação à matéria a que se referir, podendo a conclusão ser:

I – pela aprovação, total ou parcial; II – pela rejeição;

III – pelo arquivamento;

IV – pelo destaque, para proposição em separado, de parte da proposição principal, quando originária do Senado, ou de emenda;

V – pela apresentação de:

a) projeto;

b) requerimento;

c) emenda ou subemenda;

d) orientação a seguir em relação à matéria.

§ 1º Considera-se pela rejeição o parecer pelo arquivamento quando se referir a proposição legislativa.

§ 2º Nas hipóteses do inciso V, alíneas a, b e c, o parecer é considerado justificacão da proposição apresentada.

§ 3º Sendo favorável o parecer apresentado sobre indicação, ofício, memorial ou outro documento contendo sugestão ou solicitação que dependa de proposição legislativa, esta deverá ser formalizada em conclusão.

§ 4º Quando se tratar de parecer sobre matéria que deva ser apreciada em sessão secreta (art. 197), proceder-se-á de acordo com o disposto no art. 116, § 1o.

§ 5º Quando o parecer se referir a emendas ou subemendas, deverá oferecer conclusão relativamente a cada uma.

§ 6º A comissão, ao se manifestar sobre emendas, poderá reunir a matéria da proposição principal e das emendas com parecer favorável num único texto, com os acréscimos e alterações que visem ao seu aperfeiçoamento.

§ 7º As emendas com parecer contrário das comissões serão submetidas ao Plenário, desde que a decisão do órgão técnico não alcance unanimidade de votos, devendo esta circunstância constar expressamente do parecer.

§ 8º Toda vez que a comissão concluir o seu parecer com sugestão ou proposta que envolva matéria de requerimento ou emenda, formalizará a proposição correspondente.

TÍTULO VIII Das Proposições

CAPÍTULO X Da Tramitação em Conjunto das Proposições

Art. 260. Na tramitação em conjunto, serão obedecidas as seguintes normas:

I – ao processo do projeto que deva ter precedência serão apensos, sem incorporações, os dos demais;

II – terá precedência:

a) o projeto da Câmara sobre o do Senado;

b) o mais antigo sobre o mais recente, quando originários da mesma Casa;

III – em qualquer caso, a proposição será incluída, em série, com as demais, na Ordem do Dia, obedecido, no processamento dos pareceres, o disposto no art. 268.

§ 1º O regime especial de tramitação de uma proposição estende-se às demais que lhe estejam apensadas.

§ 2º Em todos os casos as proposições objeto deste artigo serão incluídas conjuntamente na Ordem do Dia da mesma sessão.

§ 3º As proposições apensadas terão um único relatório, nos termos do disposto no art. 268. (NR)

.....
O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas ao **Projeto de Resolução nº 80, de 2012**, que acaba de ser lido, nos termos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 375**, da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando a aprovação de Substitutivo ao **Projeto de Lei do Senado nº 627, de 2011**.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 375/2012/CAE

Brasília, 18 de dezembro de 2012

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, Substitutivo Integral oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 627 de 2011, que “dispõe sobre o serviço de guarda de valores e objetos em cofres bancários”, e que, nos termos do art. 282 do R.I.S.F., o referido Substitutivo será submetido a turno suplementar de discussão.

Atenciosamente, – Senador **Delcídio Do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Com referência ao ofício lido, a Presidência comunica ao Plenário que à matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 71, DE 2012.

Estende para seis anos o mandato dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos em 2016, para estabelecer a coincidência geral das eleições.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O mandato dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores a serem eleitos em 2016 será de seis anos.

§ único: As eleições para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, a partir de 2022, ocorrerão concomitantemente às eleições para Presidente da República, Governadores, Vice-Governadores de Estado, Senadores da República, Deputados Federais e Deputados Estaduais, para mandato de quatro anos.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

No Brasil são realizadas eleições a cada dois anos, alternando eleições municipais, para seleção dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, com eleições gerais, que escolhem Deputados Estaduais, Distritais e Federais, Governadores e Senadores, além do Presidente da República e seu Vice-Presidente. O objetivo da presente Proposta de

Emenda à Constituição é fazer coincidir esses dois momentos eleitorais numa única eleição geral, realizada a cada quatro anos. Para tanto, amplia o mandato de Prefeitos, Vice-prefeitos e Vereadores a serem eleitos em 2016 para seis anos, a fim de que no ano de 2022 seja realizada a primeira eleição geral do País.

O calendário atual apresenta dois inconvenientes. O primeiro, é o custo adicional que o registro da vontade do eleitor em dois tempos implica. É claro que a concentração das eleições num único momento importaria na economia significativa de recursos públicos.

O segundo é a complexificação desnecessária, do cenário político do País, em detrimento da transparência da atividade política e da informação dos eleitores. Hoje a relação entre mandatários federais, estaduais e municipais altera-se a cada dois anos, ou seja, a cada novo resultado eleitoral. Alinhamentos, acordos, pactos de governabilidade precisam, por conseguinte, ser reconstruídos a cada biênio. O quadro da política é mutante, com maior instabilidade e incerteza. Em contraste, emergiria da eleição geral única um quadro político estável por todo o quadriênio seguinte. Todos os atores teriam clareza a respeito de suas tarefas, dos meios disponíveis e das alianças formadas na situação e na oposição, na União, nos Estados e nos Municípios. Os eleitores, por sua vez, teriam acesso a um quadro mais claro da realidade política, com condições de melhor formar melhor juízo a respeito da continuidade ou da substituição de seus representantes.

Essas as razões por que pedimos a nossos ilustres pares apoio para a presente Proposta de Emenda à Constituição. □□□□

Sala das Sessões,



Senador **ROMERO JUCA**

50 JARIBAS & ASSINATURAS

Senador	Assinatura
1 EDUARDO LOPES	
2 JACIAR RIBEIRO	
3
4
5
6
7 CÉSIO BRAGA	
8 ALVARO SILVA	
9 JOSÉ PIMENTEL	
10 WALTER NUNES	
11
12
13
14
15 LINDBERG FARIAS	
16 JOSÉ AERIANO	
17 ALOYSIO NUNES	
18 FÉLIX RIBEIRO	
19 ANTONIO ANTONIO COSTA	
20 WILSON P. MACHES	
21 CARLOS GONCALVES	
22 CARLOS WILSON	
23 CARLOS WILSON	
24 CARLOS WILSON	
25 CARLOS WILSON	
26 CARLOS WILSON	
27 CARLOS WILSON	
28 CARLOS WILSON	
29 CARLOS WILSON	
30 CARLOS WILSON	

LEGISLAÇÃO CITADA

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

Art. 27. O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

§ 1º - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando-se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.

Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77.

CAPÍTULO IV Dos Municípios

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

I - eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;

II - eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito até noventa dias antes do término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de municípios com mais de duzentos mil eleitores;

Parágrafo único. Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

§ 1º - O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

§ 2º - Cada Território elegerá quatro Deputados.

Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

§ 1º - Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.

§ 2º - A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

§ 3º - Cada Senador será eleito com dois suplentes.

Art. 47. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

CAPÍTULO II DO PODER EXECUTIVO

Seção I DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Art. 76. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado.

~~Art. 77. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, noventa dias antes do término do mandato presidencial vigente.~~

Art. 77. A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.

§ 1º - A eleição do Presidente da República importará a do Vice-Presidente com ele registrado.

§ 2º - Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.

§ 3º - Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição em até vinte dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados e considerando-se eleito aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.

§ 4º - Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

§ 5º - Se, na hipótese dos parágrafos anteriores, remanescer, em segundo lugar, mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o mais idoso.

Art. 78. O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição,

observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a independência do Brasil.

Parágrafo único. Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

Art. 79. Substituirá o Presidente, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Presidente.

Parágrafo único. O Vice-Presidente da República, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Presidente, sempre que por ele convocado para missões especiais.

Art. 80. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.

Art. 81. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

§ 1º - Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

§ 2º - Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período de seus antecessores.

~~Art. 82. O mandato do Presidente da República é de cinco anos, vedada a reeleição para o período subsequente, e terá início em 1º de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.~~

Art. 82. O mandato do Presidente da República é de quatro anos e terá início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.

Art. 83. O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

II - eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 47º no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores;

III - posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição;

~~IV - número de Vereadores proporcional à população do Município, observados os seguintes limites:~~

- ~~a) mínimo de nove e máximo de vinte e um nos Municípios de até um milhão de habitantes;~~
- ~~b) mínimo de trinta e três e máximo de quarenta e um nos Municípios de mais de um milhão e menos de cinco milhões de habitantes;~~
- ~~c) mínimo de quarenta e dois e máximo de cinquenta e cinco nos Municípios de mais de cinco milhões de habitantes;~~

IV - para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de:

- a) 9 (nove) Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes;
- b) 11 (onze) Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 (quinze mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes;
- c) 13 (treze) Vereadores, nos Municípios com mais de 30.000 (trinta mil) habitantes e de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;
- d) 15 (quinze) Vereadores, nos Municípios de mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes e de até 80.000 (oitenta mil) habitantes;
- e) 17 (dezessete) Vereadores, nos Municípios de mais de 80.000 (oitenta mil) habitantes e de até 120.000 (cento e vinte mil) habitantes;
- f) 19 (dezenove) Vereadores, nos Municípios de mais de 120.000 (cento e vinte mil) habitantes e de até 160.000 (cento e sessenta mil) habitantes;
- g) 21 (vinte e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 160.000 (cento e sessenta mil) habitantes e de até 300.000 (trezentos mil) habitantes;
- h) 23 (vinte e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 300.000 (trezentos mil) habitantes e de até 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) habitantes;
- i) 25 (vinte e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) habitantes e de até 600.000 (seiscentos mil) habitantes;
- j) 27 (vinte e sete) Vereadores, nos Municípios de mais de 600.000 (seiscentos mil) habitantes e de até 750.000 (setecentos e cinquenta mil) habitantes;
- k) 29 (vinte e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 750.000 (setecentos e cinquenta mil) habitantes e de até 900.000 (novecentos mil) habitantes;
- l) 31 (trinta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 900.000 (novecentos mil) habitantes e de até 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) habitantes;
- m) 33 (trinta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) habitantes e de até 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) habitantes;

- n) 35 (trinta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) habitantes e de até 1.350.000 (um milhão e trezentos e cinquenta mil) habitantes;
- o) 37 (trinta e sete) Vereadores, nos Municípios de 1.350.000 (um milhão e trezentos e cinquenta mil) habitantes e de até 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) habitantes;
- p) 39 (trinta e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) habitantes e de até 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) habitantes;
- q) 41 (quarenta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) habitantes e de até 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) habitantes;
- r) 43 (quarenta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) habitantes e de até 3.000.000 (três milhões) de habitantes;
- s) 45 (quarenta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 3.000.000 (três milhões) de habitantes e de até 4.000.000 (quatro milhões) de habitantes;
- t) 47 (quarenta e sete) Vereadores, nos Municípios de mais de 4.000.000 (quatro milhões) de habitantes e de até 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes;
- u) 49 (quarenta e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes e de até 6.000.000 (seis milhões) de habitantes;
- v) 51 (cinquenta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 6.000.000 (seis milhões) de habitantes e de até 7.000.000 (sete milhões) de habitantes;
- w) 53 (cinquenta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 7.000.000 (sete milhões) de habitantes e de até 8.000.000 (oito milhões) de habitantes; e
- x) 55 (cinquenta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 8.000.000 (oito milhões) de habitantes;

TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes
CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO
Seção I
DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 44. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – A Presidência do Senado Federal recebeu, por meio do **Ofício nº 140/2012**, do Senador Luiz Henrique da Silveira, comunicado referente ao Requerimento nº 855, de 2012, no qual requereu licença dos trabalhos da Casa no período de 16 a 18 de novembro deste ano, para participar do Fórum sobre Segurança Internacional de Halifax, no Canadá. O Senador informou que não pôde comparecer ao evento.

O ofício vai à publicação.

O requerimento vai ao Arquivo.

É o seguinte o Ofício:

Of. GSLHEN nº 140/2012

Brasília, 19 de dezembro de 2012

Senhor Presidente,

Em referência ao Requerimento nº 855, de 2012, aprovado em plenário no dia 19 de outubro próximo passado, em que requeri licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa no período de 16 a 18 de novembro do corrente, para representar o Senado federal no Fórum Sobre Segurança Internacional, na Cidade de Halifax no Canadá, comunico a Vossa Excelência que em virtude de compromissos inadiáveis não pude comparecer ao citado evento.

Cordialmente, – **Luiz Henrique da Silveira**, Senador da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – A Presidência do Senado Federal recebeu expediente da Senadora Ana Rita, referente ao **Requerimento nº 1.025, de 2012**, no qual relata comparecimento à diligência da CPMI da Violência contra a Mulher, na cidade de Boa Vista – RR, no dia 10 de dezembro de 2012.

O expediente vai à publicação.

O Requerimento vai ao Arquivo.

É o seguinte o Expediente:

RELATÓRIO DE VIAGEM – BOA VISTA

(Requerimento nº 1.025 – 2012)

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga a Violência Contra as Mulheres no Brasil realizou, no dia 10 de dezembro, diligências a equipamentos da rede de atendimento à mulher em situação de violência na cidade de Boa Vista – RR.

Participaram da diligência, além desta parlamentar, a Senadora Ângela Portela (PT-RR) e servidores do Senado, que nos auxiliaram na estruturação das visitas, logísticas e nas vistorias dos equipamentos.

Foram constatados sérios problemas nos órgãos de atendimento às mulheres. Falta de pessoal especializado; de capacitação de funcionários; total inexistência de unidades no interior; precariedades no atendimento às mulheres indígenas; dificuldades nos poucos órgãos existentes na capital; além da incidência de inquéritos parados.

A única Delegacia de Defesa da Mulher de Boa Vista não tem plantão e nem funciona aos finais de semana. O horário de atendimento de segunda-feira a sexta-feira é apenas das 7h30 às 13h30. Dos mais de oito mil inquéritos que tramitam pela delegacia, aproximadamente seis mil estão parados por falta de funcionários. Na delegacia não há telefone e nem acesso à internet.

Funcionários relataram que a falta de pessoal e de estrutura compromete o atendimento às vítimas de violência em todo o estado. Além da capital, Roraima só conta com mais uma delegacia especializada, na cidade de Caracarái.

A falta de pessoal prejudica os atendimentos, também, no Poder Judiciário. O estado tem 15 municípios e conta apenas com um Juizado Especializado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. O juiz titular do juizado especial, Dr. Jefferson Fernandes da Silva, acumula a função com a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência.

O Ministério Público e a Defensoria Pública também sofrem com a falta de profissionais. Segundo o juiz, a grave situação da delegacia especializada da capital levou o Poder Judiciário a denunciar o caso ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Além da delegacia, do Ministério Público, do Juizado Especial e da Defensoria Pública, foram visitados, ainda, a Casa Abrigo de Boa Vista e o Centro Humanitário de Apoio à Mulher (CHAME), que é mantido pela Assembleia Legislativa.

Brasília, 13 de dezembro de 2012. – **Ana Rita**, Senadora da República (PT/ES).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – A Presidência do Senado Federal recebeu expediente da Senadora Ana Rita, referente ao **Requerimento nº 1.024, de 2012**, no qual relata comparecimento à Audiência Pública da CPMI da Violência contra a Mulher, na cidade de Belém – PA, nos dias 6 e 7 de dezembro de 2012.

O expediente vai à publicação.

O Requerimento vai ao Arquivo.

É o seguinte o Expediente:

RELATÓRIO DE VIAGEM – BELÉM

(Requerimento nº 1.024 – 2012)

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a violência contra a mulher esteve no Pará realizando diligências, reunião com o movimento de mulheres e audiência pública com autoridades estaduais, nos dias 6 e 7 de dezembro. As atividades contaram com a participação desta senadora e da Deputada Elcione Barbalho (PA-PMDB).

A CPMI constatou a má situação e o abandono do Centro de Reintegração Feminina, único presídio feminino do Pará, e número insuficiente de delegacias e de unidades especializadas no atendimento às mulheres na capital e no interior.

A CPMI verificou, ainda, a fragilidade das políticas específicas para indígenas e quilombolas, com excesso de processos nas três varas da violência doméstica e familiar.

O Estado possui 144 municípios, sendo o segundo em extensão territorial do País, tendo, apenas, 13 delegacias especializadas no atendimento às mulheres (uma na capital e 12 no interior). Paragominas, com 48 mil habitantes, é a cidade onde mais se mata mulheres no Brasil.

Com exceção da delegacia de Belém, todas as demais não funcionam à noite e nem aos finais de semana, admitiu a delegada Cristiane Lobato, diretora de Atendimento a Grupos Vulneráveis, ao prestar esclarecimentos à CPMI na Assembleia Legislativa do Pará. Segundo ela, faltam servidores para que as delegacias especializadas atendam à noite e aos finais de semana.

Após diligência ao Centro de Reeducação Feminina de Ananindeua, município vizinho a Belém, na região metropolitana, as integrantes da CPMI demonstraram preocupação com as condições do local. O Centro abriga, atualmente, 642 mulheres.

A coordenadora estadual da Saúde da Mulher, Maria da Conceição Carneiro Oliveira, ao depor à CPMI, admitiu que o governo do estado não tem política pública de saúde voltada para as mulheres do Centro de Reintegração. A diretora em exercício da instituição, Valquíria Ferreira, durante a visita da CPMI, admitiu os problemas estruturais.

Além do CRF, a CPMI esteve com promotores, defensores públicos e juizes das varas de violência doméstica no estado, no Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Belém e ouviu o Movimento de Mulheres do Pará.

Também prestaram depoimento à CPMI a secretária estadual de Assistência Social, Maria Alves dos Santos; a desembargadora Maria Nazaré Guimarães, representando Raimunda do Carmo Gomes Noronha, presidenta do Tribunal de Justiça; o promotor de Justiça, Sandro Garcia de Castro, e Rossana Parente Souza, da Defensoria Pública do Pará.

Pelo Movimento de Mulheres do Pará faltaram representantes da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Nilde Sousa; do Fórum de Mulheres da Amazônia, Eunice Guedes, e do Centro de Defesa dos Negros do Pará, Fátima Matos.

Brasília, 13 de dezembro de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – A Presidência do Senado Federal recebeu o **Ofício nº 110, de 2012**, do Senador Antonio Carlos Valadares, referente ao **Requerimento nº 1.004, de 2012**, no qual relata comparecimento à 18ª Sessão da Conferência das Nações Unidas para o Clima, em Doha, Catar.

O Ofício vai à publicação.

O Requerimento vai ao Arquivo.

É o seguinte o Ofício:

OF. GSACV Nº 110/2012

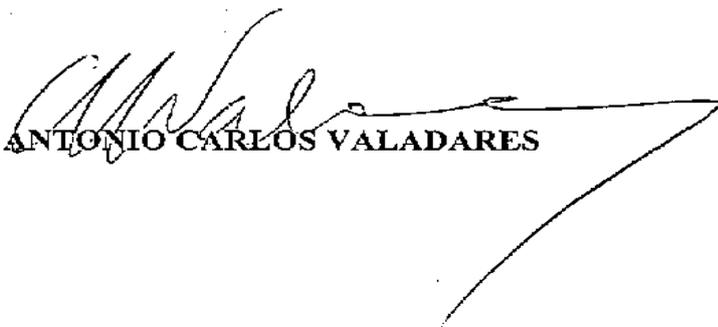
Brasília, 18 de dezembro de 2012

Assunto: encaminha relatório de atividades como representante do Senado Federal na 18ª Conferência das Partes do Protocolo de Quioto

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, anexo, o relatório de minhas atividades como representante do Parlamento Brasileiro, na qualidade de membro da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, na COP 18 - Décima oitava sessão da Conferência das Nações Unidas para o Clima, no âmbito da Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas, que aconteceu no período de 29 de novembro a 7 de dezembro de 2012, na cidade de Doha, no Qatar, além da visita aos Emirados Árabes Unidos para cumprir agenda junto à Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA).

Na certeza do dever cumprido com essa honrosa designação, pelo Senado Federal, aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos da mais elevada estima e distinta consideração.


Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

COP 18 - Décima oitava sessão da Conferência das Nações Unidas para o Clima

Participação como representante do Parlamento Brasileiro, na qualidade de membro da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional

Período: 29 de novembro a 7 de dezembro de 2012

RELATÓRIO DE MISSÃO OFICIAL

INTRODUÇÃO

Designado pelo Senado Federal para participar, na qualidade de membro da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, como representante do

Parlamento Brasileiro na COP 18 - Décima oitava sessão da Conferência das Nações Unidas para o Clima, apresento o relatório das atividades e dos eventos dos quais participei.

A chegada ao Qatar ocorreu no final do último dia 29 de novembro e, além de acompanhar importantes debates da Conferência, participei de outros dois eventos paralelos: o Primeiro Fórum da Iniciativa de Florestas dos Legisladores da Globe International e a Sexta Edição do Dia da Floresta (Forest Day 6).

Após a passagem por Doha, visitei os Emirados Árabes Unidos para cumprir agenda junto à Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA), com a presença de representantes da Embaixada do Brasil naquele país.

A delegação do Congresso Nacional contou ainda com a participação do Deputado Márcio Macêdo, Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, do deputado Antônio Carlos Mendes Thame e dos senadores Aníbal Diniz, Jorge Viana e Sérgio Souza.

Retornei ao Brasil na manhã do dia 6 de dezembro de 2012.

- **18ª Conferência das Partes do Protocolo de Quioto**

Na Conferência das Partes (COP 18), foram de grande relevância os debates nos chamados grupos informais dos Corpos de Convenção e Protocolo, na sessão de consultas informais às partes e, no “Fórum de Medida de Resposta: Wrap-up”.

Além disso, destaco a riqueza de informações disponibilizadas nos eventos relacionados com a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, com destaque para o debate em torno do Fundo de Adaptação; para as propostas sobre Reforma e Inovação no GEF (Fundo Global do Meio Ambiente) e; para o lançamento da Aliança das Nações Unidas pela Educação, Treinamento e Conscientização em Mudanças Climáticas.

A Conferência de Doha buscou a renovação do Protocolo de Quioto, que está expirando, bem como finalizar as negociações, iniciadas em 2007, em Bali, com vistas a um novo acordo para restringir as emissões dos gases de efeito estufa.

O esforço feito em Doha para manter vivo o Protocolo de Quioto foi um passo importantíssimo em direção a um novo acordo a ser aprovado em 2015, que deverá entrar em vigor em 2020. Se a diplomacia mundial tiver sucesso nesta empreitada, poderemos caminhar para uma situação em que todas as nações venham a limitar as emissões de gases-estufa, a exemplo do que já faz, voluntariamente, o Brasil.

Temos consciência que um acordo sobre a mudança climática é difícil, pois afeta todos os setores da economia, razão pela qual devemos focar nos aspectos positivos da Conferência, como o estabelecimento de metas de cortes nas emissões para 2020.

Após um início tímido e com um impasse que travou as negociações, os delegados terminaram a COP 18 aprovando o segundo período do Protocolo de Quioto, que irá vigorar de 2013 a 2020 e buscará garantir um corte de 18% dos gases de efeito estufa sobre os níveis de 1990.

Por outro lado, a questão do financiamento e transferência de tecnologia ficou para 2015 e a decisão sobre os recursos para mitigação e adaptação às mudanças climáticas em países vulneráveis e insulares foi adiada para a reunião do próximo ano.

As principais pendências que deverão ser discutidas e aprovadas em 2015 são a distribuição dos recursos e a transferência de tecnologia dos países ricos para os pobres. O novo acordo pós-Quioto que deverá ser colocado em prática em 2020 envolverá todos os países.

Infelizmente, nessa prorrogação do protocolo aprovada em Doha, apenas o bloco europeu e a Austrália mantiveram as metas de redução das emissões. Japão, Nova Zelândia, Rússia, Canadá e Estados Unidos ficaram de fora dessa nova fase.

- **1º fórum da Iniciativa de Florestas dos Legisladores da Globe International**

O Fórum é composto por países que têm grandes áreas de florestas, como o Brasil, o México, a Indonésia e a República Democrática do Congo. Integrei a comitiva brasileira em conjunto com o Deputado Márcio Macêdo, Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional.

Nesse evento, o deputado proferiu palestra sobre o sistema de Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação (Redd+) no Brasil, tratando do marco legal, do arcabouço institucional e das perspectivas de ação com vistas à preservação das florestas. O deputado apresentou um quadro geral da atual situação das florestas brasileiras, destacando a redução do desmatamento na Amazônia, conforme compromisso assumido pelo Governo do Brasil na COP 15.

Entre os assuntos apresentados pelo deputado, figurou a série de iniciativas legislativas federais, que instituíram, entre outras leis, o Sistema Nacional de Redd+, a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, o Programa Nacional de Recuperação e Conservação da Cobertura Vegetal, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e o Programa Bolsa Verde. A palestra tratou, também: da criação de legislações estaduais sobre meio ambiente e a interface entre as ações de proteção das florestas e as leis sobre mudanças climáticas; do quadro institucional do Ministério do Meio Ambiente; dos projetos de lei que tramitam na Câmara e no Senado tratando do Sistema Nacional de Redd+, focado na redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável e manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal.

No debate, o Brasil foi elogiado tanto pelos projetos que tramitam no Congresso Nacional, quanto pelas ações governamentais.

- **Sexta edição do Dia da Floresta (Forest Day 6)**

Particpei desse evento em conjunto com o Deputado Márcio Macêdo e os senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz.

O Deputado Márcio Macêdo integrou uma mesa de debates sobre gestão florestal e mudanças climáticas, apresentando quatro pontos: as responsabilidades dos países na redução da emissão dos gases causadores do efeito estufa; a ação governamental brasileira na gestão florestal e na governança sobre mudanças climáticas; o andamento dos projetos do sistema de Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação (Redd+) no Parlamento Brasileiro, e o papel de debate e fiscalização da sociedade civil e as contribuições das instituições acadêmicas e científicas.

Em sua apresentação, o deputado destacou que, mesmo não tendo metas obrigatórias de redução de emissões de gases de efeito estufa, o Brasil assumiu na 15ª Conferência das Partes, em Copenhague, objetivos voluntários de mitigação. Esse compromisso internacional foi incorporado ao ordenamento jurídico interno brasileiro e hoje constitui obrigação legal no plano doméstico. Neste ano, o Governo brasileiro anunciou uma redução de 30,4% nas emissões globais de gases do efeito-estufa. Tendo em vista nossa meta voluntária máxima de 38,9%, isto significa que já atingimos 78% da meta oito anos antes do prazo estipulado. A redução da taxa anual do desmatamento na Amazônia estimada em 2012 indica uma redução de 27% em relação a 2011.

Os índices de desmatamento na Amazônia apurados entre julho de 2011 e junho de 2012 foram quase 80% inferiores ao pico verificado em 2004, e desde 2006, as emissões de dióxido de carbono decorrentes do desflorestamento foram reduzidas em aproximadamente 50% em relação à medida histórica. Entre os anos de 2005 e 2010, o Brasil evitou a emissão de 2,2 bilhões de toneladas de CO₂, graças à efetiva redução do desmatamento na Amazônia.

Foi destacado que, no Brasil, o Poder Legislativo tem contribuído de maneira decisiva para alcançar as metas de redução da emissão de gases do efeito estufa. Como exemplo deste esforço foi citada a criação da Comissão Mista Permanente sobre Mudança do Clima, que tem contribuído significativamente para a qualificação do debate parlamentar acerca do tema.

- **Visita à Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA)**

Particpei de reunião, acompanhado do Deputado Márcio Macêdo e de representante da Embaixada do Brasil nos Emirados Árabes Unidos,

Embaixador Pedro Henrique Lopes Borio, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, com o Vice Diretor-Geral da Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA). A reunião ocorreu na cidade de Abu Dhabi, em 5 de dezembro de 2012, e tratou de questões ligadas à sustentabilidade e às energias renováveis.

Fomos recebidos por Frank Wouters, Vice Diretor-Geral da IRENA, que apresentou panorama sobre a missão, o histórico e as principais atividades da organização. Wouters destacou que a IRENA atua com todas as fontes de energia renovável, e que busca consolidar-se em três frentes:

1. como ponto focal internacional para conhecimentos sobre essas fontes;
2. como voz global na promoção dessas energias; e
3. como prestador de auxílio a países e regiões, sempre a pedido, para projetos de expansão das energias renováveis.

A Agência vem ganhando reconhecimento internacional, tendo atingido 104 membros plenos e 56 em processo de adesão - ressaltando, nesse sentido, que a China teria tomado decisão positiva e deverá aderir à IRENA "em questão de semanas". A organização também tem se tornado mais conhecida do público, com mais de 250.000 "downloads" de estudos e relatórios de seu sítio eletrônico em outubro de 2012.

Quanto aos principais projetos da IRENA, Wouters destacou:

1. os mapeamentos de prontidão para energias renováveis, feitos a pedido de países interessados em analisar suas condições e oportunidades para disseminar essas fontes de energia;
2. a colaboração com a iniciativa "Sustainable Energy for All", das Nações Unidas, em que a Agência lidera os esforços para atingir a meta de dobrar a Participação de renováveis na matriz energética mundial até 2030; e
3. o Atlas Global de Energia Solar e Eólica, que busca ser repositório centralizado de informações sobre o potencial de implementação dessas

fontes de energia - projeto que deverá ser expandido para incluir não apenas o potencial físico, mas também sócio-econômico, assim como outras fontes de energia (biomassa e hidrelétrica, por exemplo).

Wouters afirmou que a IRENA está disposta a trabalhar com o Brasil, facilitando a expansão internacional de modelos bem-sucedidos e, ao mesmo tempo, trazendo conhecimentos e parcerias para a aceleração do uso da energia solar.

Dialogamos com Wouters a respeito da situação das energias renováveis no Brasil, enfatizando como a matriz brasileira é predominantemente limpa. Destacamos as experiências positivas com energia hidrelétrica, biomassa e eólica e mencionamos as oportunidades e entraves para a disseminação da energia solar, ainda cara e pouco utilizada no Brasil e expressamos nosso interesse na iniciativa do Atlas Global.

Ao final da reunião, formulamos um convite para que a IRENA envie representante para participar de debate no Congresso Nacional Brasileiro no primeiro semestre de 2013. O evento, para o qual há requerimento na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, consistirá em apresentação da IRENA, seguida por sessão de perguntas e debate entre representantes dos diversos Ministérios interessados. Wouters agradeceu e aceitou o convite.

Nossa impressão geral sobre o estado atual da IRENA foi muito positiva e nos mostramos dispostos e abertos a contribuir para a discussão sobre a eventual adesão do Brasil à organização, no entendimento de que o país possa influenciar positivamente os rumos da IRENA e que esta possa ajudar o Brasil na ampliação da participação das energias renováveis na nossa matriz energética.

Após agradecer à Embaixada pelo apoio que nos deram durante a visita, que considereei muito frutífera.

É o relatório.

Brasília, 18 de dezembro de 2012.


Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

PSB-SE

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – A Presidência do Senado Federal recebeu expediente do Senador José Agripino, referente ao **Requerimento nº 882, de 2012**, no qual relata compare-

cimento à 67ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, na cidade de Nova Iorque – EUA.

O expediente vai à publicação.

O Requerimento vai ao Arquivo.

É o seguinte o Expediente:

Compareci, como observador parlamentar, à 67ª sessão da Assembleia Geral da ONU, que teve início no dia 18 de setembro do corrente e se estenderá até 16 de dezembro de 2013. Durante a minha permanência, tive a oportunidade de observar que, em matéria de direitos humanos e temas sociais, a Assembleia Geral adotou resoluções sobre a situação dos direitos humanos na Coreia do Norte, no Irã, em Mianmar e na Síria. Cumpre ressaltar que a AGNU realizou eleições para dezoito assentos no Conselho de Direitos Humanos com mandatos a serem exercidos, entre 2013 e 2014. O Brasil apresentou candidatura, vitoriosa pela expressiva votação de 184 apoios num total de 193 estados-membros. Vale ainda ressaltar que mesmo após a minha passagem pela Assembleia Geral, em 18 de dezembro, o Brasil logrou eleger o senhor Wanderlino Nogueira Neto ao Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas para o mandato de 2013-2017. O candidato brasileiro foi o mais votado com 171 escrutínios dentre os 189 votantes.

A condução do Brasil ao Conselho de Direito Humanos e ao Comitê dos Direitos da Criança representa o reconhecimento da comunidade internacional pelo trabalho empreendido pelo Estado brasileiro para a promoção e a defesa dos Direitos Humanos em âmbito interno e externo, bem como a presença de uma sociedade civil atuante e propositiva.

Desejo registrar ainda a sessão história ocorrida no dia 29 de novembro do corrente ano quando o plenário da Assembleia Geral aprovou por 138 votos a favor, inclusive o do Brasil, 9 contra e 41 abstenções, a elevação do status da Palestina na ONU à condição de Estado Observador. A votação ocorreu 65 anos após a aprovação pelo plenário da Assembleia Geral, da partilha da Palestina em dois estados – um judeu e um árabe. O Brasil saudou a elevação do estado da Palestina na ONU e reiterou seu apoio à retomada imediata de negociações entre Israel e Palestina que conduzam ao estabelecimento de uma paz sustentável e duradoura baseada na solução de dois estados. No que diz respeito aos temas econômico-financeiros, vale assinalar a iniciativa do Brasil de promover a discussão a respeito da promoção da transparência, participação e responsabilidade das políticas fiscais. A iniciativa brasileira resultou na adoção, por consenso e com o co-patrocínio de 51 países, de resolução sobre o tema, pela Assembleia Geral. No conjunto das questões de política macro-econômica, foi possível conferir maior destaque ao papel da ONU na discussão da governança econômica global. O tema apresenta-se como uma das prioridades do atual PGA e foi recentemente objeto de proposta conjunta dos presidentes François Hollande e Dilma Rousseff sobre a criação de um “Conselho de Segurança Econômico e Social”.

Cabe ainda o registro da minha presença em diversas reuniões que trataram do tema meio-ambiente e economia sustentável em desdobramento a assuntos e temas tratados na Rio +20.

É o que tinha a relatar.

Brasília, 19 de dezembro 2012.

Senador José Agripino Maia



O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – A Presidência designa o Senador Flexa Ribeiro, como membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, e a Senadora Lúcia Vânia, como membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Bauer, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 595, de 2012**, conforme o **Ofício nº 264, de 2012**, da Liderança do PSDB no Senado Federal.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 264/12-GLPSDB

Brasília, 19 de dezembro de 2012

Senhor Presidente,

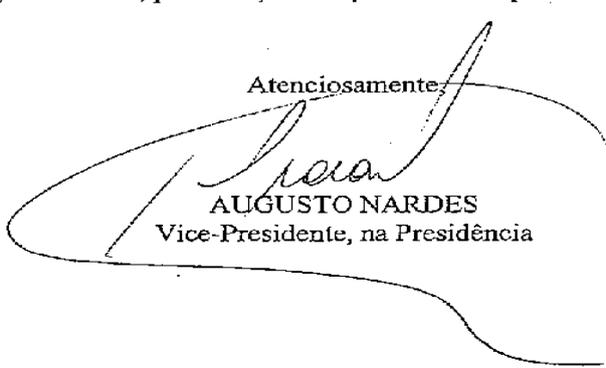
Aviso nº 1369 -GP/TCU

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 2.363 (SF) de 13/12/2012, por meio do qual foi encaminhado ao TCU autógrafa da Resolução nº 59/2012 (SF), que “*Autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 59.103.957,00 (cinquenta e nove milhões, cento e três mil, novecentos e cinquenta e sete dólares norte-americanos), entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada*”.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo nº TC-046.385/2012-6, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente,


AUGUSTO NARDES
Vice-Presidente, na Presidência

Nos termos regimentais, indico o Senador Flexa Ribeiro para substituir-me, como titular, na Comissão Mista que analisa a Medida Provisória nº 595 de 2012 e, da mesma forma, indico a Senadora Lúcia Vânia como suplente em substituição ao Senador Paulo Bauer.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Álvaro Dias**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – A Presidência recebeu, do Tribunal de Contas da União, os **Avisos nºs 1.369 e 1.371, de 2012**, na origem, que se referem, respectivamente, às **Resoluções nºs 59 e 60, de 2012**, todas do Senado Federal, comunicando que foram atuadas e remetidas ao setor competente para as providências cabíveis.

São os seguintes os Avisos:

Brasília, 17 de dezembro de 2012.

Aviso nº 1371 -GP/TCU

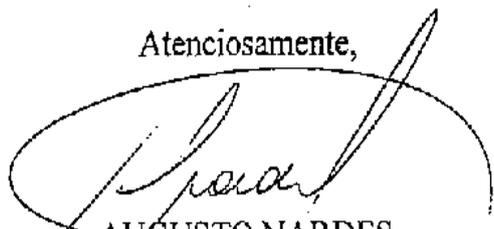
Brasília, 17 de dezembro de 2012.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 2.366 (SF) de 13/12/2012, por meio do qual foi encaminhado ao TCU autógrafo da Resolução nº 60/2012 (SF), que “*Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de até US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada ao financiamento parcial do ‘Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social (Proprev) – Segunda Fase’*, e a recomendação para que o Tribunal de Contas da União proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada”.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, autuado no TCU como processo nº TC-046.387/2012-9, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente,



AUGUSTO NARDES
Vice-Presidente, na Presidência

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Os **Avisos n°s 1.369 e 1.371, de 2012**, foram juntados aos processados das respectivas Resoluções.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Quero, em função de não termos mais oradores inscritos, declarar encerrada a presente sessão, agradecendo a todos que nos distinguiram com a sua audiência, através da Rádio Senado e da TV Senado, principalmente e muito especialmente a todos os colaboradores e funcionários do Senado que, até a esta hora, estão em atividade, trabalhando para que esta sessão pudesse se realizar até este momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Os Srs. Senadores Clésio Andrade, Antonio Carlos Valadares e Renan Calheiros enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PMDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, de acordo com o 1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais, divulgado em 2010, o Brasil possui 2,67 bibliotecas municipais por cem mil habitantes. Além de ser em número insuficiente, esse tipo de equipamento cultural é muito mal distribuído. Além do número reduzido de bibliotecas e da má distribuição pelo território nacional, ainda merece destaque a limitação de seus acervos. Em muitos casos, inauguram-se as instalações físicas de bibliotecas públicas sem que se disponha sequer de uma coleção para que a instituição exerça, de fato, seu papel de casa de cultura. Quando existem, frequentemente os acervos carecem de atualização.

Trata-se, pois, de verdadeiro entrave cultural e de problema que também repercute no campo da educação. De fato, aproximadamente 65% dos frequentadores das bibliotecas procuram esses locais para a realização de pesquisas escolares. Isso demonstra a relevância dessas instituições como recurso complementar para o desenvolvimento da educação no Brasil.

Considerando as dificuldades desse quadro, apresentei proposição legislativa que busca facilitar a doação de livros e outros materiais para as bibliotecas públicas, sejam elas federais, estaduais, distritais ou municipais. Procuramos viabilizar as doações por meio da isenção de tarifa postal, de forma que o doador possa, simplesmente, encaminhar o material a uma agência dos Correios e indicar, entre as instituições previamente cadastradas, a que será beneficiária com seu gesto de desprendimento.

Sobre esse assunto, tenho recebido inúmeras manifestações e correspondências dos cidadãos de toda

parte do País, e quero aqui transcrever parte do ofício da Secretaria de Estado e Cultura de Minas Gerais, subscrito pela Superintendente de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais, Sr^a Áurea Eloisa Godinho Piacesi:

Parabenizo-o pela iniciativa, de grande relevância para o cumprimento de metas e ações concernentes ao trabalho da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais e Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais, que coordena uma rede de 839 bibliotecas municipais de 801 municípios mineiros, uma vez que uma de nossas missões é justamente, disseminar e viabilizar o acesso de toda a população aos livros, leitura e à informação, contribuindo para o desenvolvimento de acervos das bibliotecas públicas municipais do Estado de Minas Gerais através da doação de kits de livros, tanto comprados pela Secretaria de Estado de Cultura, com recursos orçamentários, mas principalmente, encaminhando às bibliotecas públicas mais carentes acervos doados ou advindos de leis de incentivo.

Levando em conta que o maior dificultador dessa ação é o envio desses kits para as cidades do interior e que ficamos na dependência de que os próprios municípios venham à capital para buscá-los, o que nem sempre é viável, acredito que a aprovação dessa Lei será de grande valia e terá uma importância estratégica para a disseminação do acesso ao livro e incentivo à melhoria dos índices de leitura da população, que no Brasil, apresenta um quadro desolador.

Manifestações como a que acabei de citar, vinda de profissional competente e com vasto conhecimento na área cultural, confirmam que estamos no caminho certo. Se um país se constrói com homens e livros, frase inspiradora de Monteiro Lobato, é preciso levar esses livros a todas as bibliotecas do nosso País. Essa é a minha intenção, isso é o que tinha a dizer no dia de hoje, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, reduzir a fome e a pobreza e proteger o meio ambiente é investir no pequeno agricultor (FAO/ONU-2012).

No último dia 06 de dezembro de 2012, foi apresentado, em Roma, um dos relatórios anuais mais importantes da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO): “O Estado Mundial

da Agricultura e Alimentação 2012: investir na agricultura para construir um futuro melhor”.

A principal conclusão do relatório é que uma das maneiras mais eficazes de reduzir a fome e a pobreza no mundo, ao mesmo tempo em que se protege o meio ambiente, é investir mais e melhor na agricultura.

O que isso significa, segundo a FAO? É o que passaremos a explorar, destacando alguns dos principais aspectos desse relatório.

Dados:

De acordo com a FAO, nos últimos 20 anos os países com as maiores taxas de investimento na agricultura têm feito os maiores progressos em reduzir a fome pela metade, para atender ao primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (acabar com a fome e a miséria). Por outro lado, as regiões onde, atualmente, a fome e a pobreza se alastram de forma mais intensa (a Ásia meridional e a África subsaariana), registram um estancamento ou uma diminuição dos índices de investimento por trabalhador na agricultura ao longo de três décadas.

No mundo todo, os agricultores de países de baixa e média renda investem mais de 170 bilhões de dólares por ano em suas fazendas – cerca de 150 dólares por agricultor. Este valor é três vezes maior do que todas as outras fontes de investimento combinadas, quatro vezes maior do que as contribuições do setor público, e mais de 50 vezes o da ajuda oficial ao desenvolvimento que recebem esses países. Ou seja, os agricultores são, de longe, a maior fonte de investimento na agricultura.

O problema:

O relatório enfatiza que muitos agricultores de baixa e média renda, muitas vezes têm pouco incentivo para investir. Há uma série de fatores que podem reduzir drasticamente os incentivos ao investimento, que incluem a má governança, a falta de Estado de Direito, os altos níveis de corrupção, direitos de propriedade inseguros, práticas comerciais arbitrárias, elevado nível de impostos sobre a agricultura em relação a outros setores, níveis inadequados e qualidade de infraestrutura rural e serviços públicos.

Pequenos agricultores enfrentam limitações específicas e graves, muitas vezes incluindo a extrema pobreza, os direitos de propriedade fracos e falta de acesso a mercados e serviços financeiros. Superar esses obstáculos é essencial para desbloquear o potencial de investimento dos agricultores em muitas áreas rurais.

Para o Diretor Geral da FAO, o brasileiro José Graziano da Silva:

É necessária uma nova estratégia de investimento que esteja centrada nos produtores agrícolas. O desafio é concentrar investimentos em áreas onde se obtenham resultados. É importante garantir que os investimentos resultem em altos retornos econômicos e sociais e em sustentabilidade ambiental.

Estratégias e ações necessárias:

Os agricultores devem estar no centro de qualquer estratégia para aumentar o investimento no setor, mas isso não vai investir adequadamente a menos que o setor público promova um ambiente favorável aos investimentos agrícolas. Isso inclui o que é necessário para o investimento em geral: infraestrutura e desenvolvimento de recursos humanos, instituições comerciais e de mercado, estabilidade macroeconômica e boa governança.

Mas é preciso também que o setor público garanta que os investimentos em grande escala atendam aos objetivos socialmente desejáveis. Para isso é necessário, por exemplo, que os custos e os benefícios ambientais sejam incluídos nos incentivos econômicos para o investimento na agricultura; e que sejam respeitados os direitos das populações locais, permitindo que elas se beneficiem dos investimentos.

Via de regra, os países de média e baixa renda possuem um grande número de pequenos produtores e que esses produtores representam um componente fundamental da economia agrícola de seus respectivos países. Esses pequenos produtores podem ser mais ou menos produtivos que os grandes, mas com frequência defrontam-se com barreiras especialmente graves que impedem que respondam com eficácia a melhoras nos incentivos para o investimento. Entre essas barreiras podem estar, por exemplo, dificuldades de acesso à terra, aos mercados, a insumos, ao crédito, aos seguros e à tecnologia.

Nesse contexto, destacamos três conjunto de ações recomendadas pela FAO:

1. Governos e doadores devem assumir como responsabilidade especial ajudar os pequenos agricultores a superar as barreiras de poupança e de investimento.

Garantir a igualdade de condições entre pequenos agricultores e grandes investidores é importante tanto por razões de equidade e eficiência econômica. Isto é ainda mais verdadeiro para mulheres agricultoras, que

enfrentam barreiras ainda mais severas de acesso a recursos e serviços para a produção.

Assegurar infraestrutura rural melhor, como por exemplo estradas, centros de comercialização, instalações de armazenamento e serviços de comunicação, tudo isso pode ajudar a reduzir os custos de transação do pequeno produtor no seu acesso ao mercado.

Organizações de produtores, como as cooperativas, que funcionam de forma inclusiva, podem ajudar os pequenos a superar alguns dos obstáculos que enfrentam no acesso a mercados, recursos naturais e serviços financeiros. É o chamado capital social, que pode permitir aos pequenos agricultores participarem de modo mais eficaz dos mercados e de cooperarem na formulação de políticas públicas.

As transferências sociais e as políticas de proteção social também podem desempenhar uma importante função como instrumentos que permitem aos pequenos produtores mais pobres expandir sua base de ativos. Elas podem ser fundamentais para blindar com alguma proteção os pequenos agricultores, especialmente nas situações de risco e nas dificuldades para superar momentos de crise.

2. Governos, organizações internacionais, sociedade civil e investidores de negócios devem assegurar que investimentos de grande escala na agricultura sejam benéficos e sociedade ambientalmente sustentável.

Os investimentos em grande escala podem levar a oportunidades que se refiram ao aumento da produção, receita por exportações, emprego e transferência de tecnologia, mas se requer uma boa governança para proteger os direitos das comunidades locais e evitar a degradação dos recursos naturais.

É, sem dúvida, um desafio melhorar a capacidade dos governos e comunidades locais para negociar investimentos que respeitem os direitos dessas comunidades e aprimorem sua capacidade de monitorá-los e torná-los efetivos.

Entre as medidas consideradas fundamentais estão: assegurar a posse da terra e a justiça das indenizações; melhorar o acesso à Justiça; educar e conscientizar sobre as operações comerciais e o acesso às informações de mercado; fomentar a capacidade de ação dos pequenos produtores e das populações locais; aumentar a transparência de informações sobre investimentos e aquisição de terras; e avaliar e monitorar os impactos sociais, ambientais e de gênero dos investimentos.

Para tanto, a FAO oferece instrumentos e propõe a adoção de referenciais normativos sobre o investimento

agrícola responsável, como os seguintes documentos: “Diretrizes voluntárias sobre a governança responsável sobre a posse da terra, a pesca e as florestas no contexto da segurança alimentar e nutricional” e “Princípios para um investimento agrícola responsável que respeite os direitos, os meios de vida e os recursos naturais”.

3. Os governos e os doadores devem canalizar os escassos recursos públicos para o fornecimento de bens públicos essenciais, pois eles geram alto retorno econômico e social.

O fornecimento de bens públicos é essencial à formação de um ambiente favorável aos investimentos. Os dados recolhidos pela FAO de inúmeros países nas últimas cinco décadas apontam que os investimentos públicos em pesquisa e desenvolvimento, educação, saúde, medidas de proteção social e infraestrutura rural obtêm uma rentabilidade muito maior do que outros gastos como as subvenções para insumos, como fertilizantes e sementes.

Apesar da evidência de que os investimentos em bens públicos são mais rentáveis no longo prazo, na prática tanto países desenvolvidos como em desenvolvimento destinam recursos vultosos a gastos correntes na forma de subvenções, para proporcionarem benefícios imediatos.

Por isso é necessário fortalecer o orçamento e planejar corretamente o destino dos recursos públicos em agricultura, observando que se obtêm mais benefícios públicos, como a redução da pobreza e a melhoria da qualidade de vida, a partir da aplicação de recursos públicos em pesquisa e desenvolvimento, educação, saúde e infraestruturas rurais.

Para concluir, reproduzimos as palavras do Diretor Geral da FAO, o brasileiro José Graziano:

Investir na agricultura para construir um futuro melhor implica algo mais que a simples acumulação de capital físico no setor, ainda que esse seja parte do desafio; requer criar as instituições e a capacidade humana necessárias que permitam ao setor da agricultura contribuir para a consecução de um futuro sustentável.

Projeto de autoria do Senador Valadares:

Por todo o exposto, vale a pena chamar a atenção para o Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2010, que dispõe sobre a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural.

O projeto é inspirado no resultado de dez anos de trabalho do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e, especialmente,

do processo participativo de debates e elaborações que envolveram mais de 30 mil participantes, em 230 conferências municipais, intermunicipais e territoriais, 26 conferências estaduais e quatro eventos nacionais. É, portanto, fruto de um amplo debate entre sujeitos participantes da vida rural.

O projeto busca instituir o conjunto normativo necessário para a implementação de políticas integradas para o desenvolvimento rural, que passará a ser abordado em suas três dimensões simultâneas: econômica (da produção agropecuária e não-agropecuária – industrial e de serviços), ambiental (das relações com a natureza) e social (dos modos de vida, de organização social e produção cultural).

O objetivo do projeto é garantir condições dignas de vida às populações que optarem por trabalhar e viver nas áreas rurais do país, respeitando e valorizando a diversidade existente no Brasil rural.

São quatro os eixos orientadores da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural, que propomos: um novo papel do rural para o desenvolvimento do país, a adoção de um enfoque territorial, a integração de políticas públicas e a gestão democrático-participativa.

O projeto já foi aprovado pela CCJ e pela CMA. Encontra-se, agora, na CAE (relatoria do Senador Sérgio Souza) e, posteriormente, seguirá à CRA em caráter terminativo.

Esperamos que possa, em breve, continuar a ser debatido e aprimorado no âmbito das comissões, aprovado e enviado à Câmara dos Deputados. Acreditamos ser esse o caminho para enfrentarmos os desafios e adotarmos as ações necessárias indicadas pela FAO, no relatório de 2012, que por este pronunciamento trouxemos ao conhecimento desta Casa.

O Brasil avançou bastante, nos últimos anos, com experiências inovadoras voltadas à garantia da segurança alimentar e nutricional. Uma delas é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Precisamos, agora, avançar para novos paradigmas de desenvolvimento rural, a partir da base territorial, para unir segurança alimentar, criação de emprego e renda no meio rural, sustentabilidade ambiental e empoderamento das comunidades rurais. É o que estamos a propor com o PLS nº 258, de 2010.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}

e Srs. Senadores, gostaria hoje de abordar, neste Plenário, dois assuntos relacionados à defesa da cultura e do patrimônio cultural nordestino, um dos mais ricos e influentes na nossa identidade nacional.

Assim, começo lembrando que, em dezembro deste ano, comemoraremos o centenário de nascimento de um dos maiores artistas brasileiros, o grande Rei do Baião, Luiz Gonzaga.

Luiz Gonzaga é verdadeiramente uma figura que, com sua grandeza e genialidade, revelou, como ninguém, as dificuldades, a luta e a bravura da gente sertaneja.

Foi a música do grande Lua, senhor Presidente, que levou, do pé da serra de Araripe, no interior pernambucano, para o mundo, esse retrato da alma do sertanejo nordestino.

Luiz Gonzaga foi iniciado na música por seu pai, Januário, com quem aprendeu a tocar acordeão.

E muito cedo começou a mostrar o talento que o tornaria uma das referências musicais mais fortes do Brasil.

Luiz Gonzaga tinha apenas 8 anos quando encantou a todos, substituindo o sanfoneiro em uma tradicional festa na fazenda Caiçara, onde nasceu, no interior de Pernambuco.

Ali ele tocou e cantou a noite inteira, já indicando à família que seria difícil resistir à força daquela vocação musical.

Nascia assim o músico, que, nas décadas seguintes, viria a se tornar um dos artistas mais célebres do País.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, depois de um período no exército, de passagem pelo Rio de Janeiro, Gonzaga tem seu talento prontamente reconhecido e se instala na então Capital.

Era o final da década de 1930, e estava para começar a Era de Ouro do rádio no Brasil.

Luiz Gonzaga, com seu baião, foi uma das maiores estrelas e um dos principais ícones desse período de ouro do rádio brasileiro.

É de 1947 seu maior sucesso, a música Asa Branca, uma das composições mais conhecidas e emocionantes da música popular brasileira, feita em co-autoria com um de seus grandes parceiros, Humberto Teixeira.

Asa Branca, Senhor Presidente, é uma melodia síntese da alma sertaneja, da alma nordestina, que se faz expressar pelo sofrimento, mas também pela esperança.

Sr^{as} e Srs., precisamos ser justos e dizer que Luiz Gonzaga fez mais pela divulgação e pela valorização

da cultura nordestina do que qualquer outra figura artística brasileira, no mesmo período.

Se hoje o baião, o forró, o xaxado e as festas populares nordestinas são parte do patrimônio cultural de todo o País, de norte a sul, devemos muito ao exemplo, à criatividade, à genialidade de Luiz Gonzaga.

Foi Luiz Gonzaga que, já nos anos 40, se apresentava em público com as roupas características do sertanejo, transformando em ícone o célebre chapéu de couro, que é uma de suas marcas mais características.

Temos, portanto, todos nós, brasileiros, e não apenas os nordestinos, uma eterna dívida com esse músico, esse artista genial.

Deixo aqui, desde já, minhas homenagens à memória desse grande homem, Luiz Gonzaga, o Rei do Baião, cujo centenário comemoramos neste ano de 2012, em dezembro.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o segundo assunto que gostaria de tratar aqui é o tombamento do complexo histórico do Angiquinho, no Município de Delmiro Gouveia, em Alagoas.

Angiquinho, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, é o sítio onde foi construída a primeira usina hidrelétrica a aproveitar o potencial da cachoeira de Paulo Afonso e a primeira hidrelétrica construída no nordeste, por iniciativa de Delmiro Gouveia.

Não bastasse o valor histórico do sítio, ele se inscreve em área de grande valor natural e paisagístico – a região dos cânions do Rio São Francisco, que, cada vez mais, tem atraído o interesse turístico de brasileiros e estrangeiros.

A usina entrou em funcionamento em 1913, deu início a um importante movimento de prosperidade e de desenvolvimento no interior do Estado de Alagoas.

Visionário que foi, Delmiro Gouveia escolhe, no início do século, instalar-se na Vila da Pedra, hoje chamada Delmiro Gouveia em homenagem ao grande empreendedor.

A área está distante quase 300 km da capital Maceió, mas em posição estratégica, na confluência de 4 Estados – Pernambuco, Bahia, Sergipe e Alagoas.

Além disso, era ponto intermediário na ferrovia que então ligava o Baixo ao Médio São Francisco.

Lá, Delmiro Gouveia instala, inicialmente, seu comércio de peles de animais e começa a transformação da região.

Em 1912, começa a construção de sua fábrica de linhas de costura.

Foi para alimentar de energia elétrica sua indústria que Delmiro se lançou na construção pioneira da

usina no salto de Angiquinho no Rio São Francisco, distante 24 km da cidade.

Em janeiro de 1913 a usina começa a produzir energia, que, além de levar luz à cidade, resolveu o problema de abastecimento de água na região, graças à bomba d'água instalada também por Delmiro.

Delmiro morreu em 1917, assassinado. Mas em menos de duas décadas havia mudado a região em que escolheu se instalar.

O sítio histórico do Angiquinho é um testemunho da energia que animava Delmiro Gouveia e um monumento à capacidade empreendedora do nordestino.

É de fato inspirador, Senhor Presidente, ver o quanto conseguiu um único homem naquele contexto natural belo, mas terrível, inóspito, que, à primeira vista, convidaria mais ao imobilismo e à inação do que ao empreendimento.

O processo de tombamento histórico, que começou, por iniciativa da Secretaria Estadual de Cultura de Alagoas, em 2001, visa ao mesmo tempo valorizar e divulgar esse patrimônio importante, assim como preservá-lo.

Desde 2007, a gestão de Angiquinho cabe à Fundação Delmiro Gouveia, que vem realizando um importante trabalho no sentido de confirmar o sítio histórico como um dos principais atrativos turísticos da região do São Francisco.

Como disse, a região, por sua beleza natural ímpar, tem atraído cada vez mais a atenção dos turistas.

Angiquinho tem tudo para se tornar um ponto de referência importante, tanto por seu potencial paisagístico, quanto por seu significado histórico e cultural.

O processo de tombamento histórico nacional do sítio de Angiquinho tramita atualmente no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

No início do próximo ano, estaremos celebrando o centenário do começo da geração de energia em Angiquinho, além dos 150 anos de Delmiro Gouveia e dos 65 da CHESF.

Quem sabe então, Senhor Presidente, poderemos estar comemorando também o tombamento nacional do sítio.

Isso seria um justo reconhecimento do significado, para todo o País e não apenas para Alagoas, desse legado pioneiro de Delmiro Gouveia, imortalizado no célebre baião “Paulo Afonso”, do outro grande nordestino que evoquei hoje neste meu pronunciamento, Luiz Gonzaga.

É o Rei do Baião que diz: “Delmiro deu a ideia/ Apolônio aproveitou/Getúlio fez o decreto/E Dutra realizou/O presidente Café/A usina inaugurou/E gra-

ças a esse feito/De homens que têm valor/Meu Paulo Afonso foi/Sonho que se concretizou”.

Delmiro, como todos os pioneiros, mostrou o caminho e descortinou possibilidades antes desprezadas.

Nada mais justo que estendamos a ele nossas homenagens.

A esses dois grandes nordestinos, Luiz Gonzaga e Delmiro Gouveia, deixo aqui, encerrando este pronunciamento, minhas palavras de gratidão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado a todos.

Boa noite a todos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 129, DE 2012

(*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 987, de 2012 - RISF 336, II*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2012, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do ECAD, que dispõe sobre a Gestão Coletiva de Direitos Autorais e estabelece condições para o exercício das prerrogativas do Escritório Central cujo objetivo é a arrecadação e a distribuição dos direitos relativos à execução pública de obras musicais e literomusicais e de fonogramas. (Pendente de emissão de pareceres da CCJ e da CAE.)

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2011

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Rupp, que altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.

Parecer sob nº 1.017, de 2012, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Marta Suplicy, oferecendo a redação para o segundo turno.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2012

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal*.

Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio

4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 380, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2012, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira*.

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 523, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 523, de 2012 (nº 555/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Adicional que Altera o Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado em Brasília, em 9 de agosto de 2006*.

Parecer favorável, sob nº 1.502, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Cidinho Santos.

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 537, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 537, de 2012 (nº 513/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Decisão do Conselho do Mercado Comum do Mercosul de nº 15/08, das Disposi-*

sições Transitórias para Atualizar/Modificar e Implementar a Tabela de Equivalências Anexa ao Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e Médio Não-Técnico, acordada em 30 de junho de 2008, na cidade de San Miguel de Tucumán.

Parecer favorável, sob nº 1.541, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque. Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 540, de 2012 (nº 539/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique relativo ao Reconhecimento Mútuo de Carteiras de Habilitação, assinado em Brasília, em 17 de junho de 2010.*

Parecer favorável, sob nº 1.606, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Cidinho Santos.

7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 540, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 540, de 2012 (nº 539/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique relativo ao Reconhecimento Mútuo de Carteiras de Habilitação, assinado em Brasília, em 17 de junho de 2010.*

Parecer favorável, sob nº 1.606, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Cidinho Santos.

8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 541, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 541, de 2012 (nº 562/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da Bósnia-Herzegovina sobre a Isenção Parcial de Vistos, assinado em Sarajevo, em 19 de junho de 2010.*

Parecer favorável, sob nº 1.659, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cidinho Santos.

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 546, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 546, de 2012 (nº 44/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para a Libertação da Palestina, em Nome da Autoridade Nacional Palestina, assinado em Ramallah, em 17 de março de 2010.*

Parecer favorável, sob nº 1.660, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda. Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 547, de 2012 (nº 524/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Europeia de Energia Atômica na Área de Pesquisa sobre Energia de Fusão, assinado em Brasília, em 27 de novembro de 2009.*

Parecer favorável, sob nº 1.661, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Delcídio do Amaral.

10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 547, DE 2012

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 547, de 2012 (nº 524/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Europeia de Energia Atômica na Área de Pesquisa sobre Energia de Fusão, assinado em Brasília, em 27 de novembro de 2009.*

Parecer favorável, sob nº 1.661, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Delcídio do Amaral.

11

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 548, DE 2012**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 548, de 2012 (nº 552/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, assinado no Rio de Janeiro, em 21 de maio de 2009.*

Parecer favorável, sob nº 1.662, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Inácio Arruda.

12

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 549, DE 2012**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 549, de 2012 (nº 607/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado de Cooperação Jurídica em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em Berlim, no dia 3 de dezembro de 2009.*

Parecer favorável, sob nº 1.663, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 550, de 2012 (nº 563/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo para a Constituição da Academia Internacional contra a Corrupção como Organização Internacional, celebrado em Viena, em 2 de setembro de 2010, e assinado pelo Brasil em 22 de dezembro de 2010.*

Parecer favorável, sob nº 1.664, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Cidinho Santos.

13

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 550, DE 2012**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 550, de 2012 (nº 563/2012, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo para a Constituição da Academia Internacional contra a Corrupção como Organização Internacional, celebrado em Viena, em*

2 de setembro de 2010, e assinado pelo Brasil em 22 de dezembro de 2010.

Parecer favorável, sob nº 1.664, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Cidinho Santos.

14

REQUERIMENTO Nº 979, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 979, de 2012, do Senador Paulo Paim, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011, do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2011, a fim de que tenham tramitação autônoma (proteção à mulher nas relações de trabalho).*

15

REQUERIMENTO Nº 1.038, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.038, de 2012, do Senador Alvaro Dias, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 114, de 2005; 40 e 106, de 2007; 143, 182 e 193, de 2008; 12, 55, 57, 75, 85 e 99, de 2009; e dos Projetos de Lei do Senado nºs 42, 154, 542, 625 e 735, de 2007; 190 e 340, de 2008; 1, 54, 135, 408 e 429, de 2009; 55, 125, 180, 274 e 276 a 283, de 2010; 6, 65, 271, 439, 452, 460, 463 e 470, de 2011; 50, 90, 97, 209 e 371, de 2012, para que sejam analisados pela Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor, que examina os Projetos de Lei do Senado nºs 281; 282; e 283, de 2012.*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.083, de 2012, do Senador Acir Gurgacz, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (institui o Sistema Nacional de redução de CO2).*

16

REQUERIMENTO Nº 1.083, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.083, de 2012, do Senador Acir Gurgacz, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição,*

seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (institui o Sistema Nacional de redução de CO2).

17

REQUERIMENTO Nº 1.084, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.084, de 2012, do Senador Rodrigo Rollemberg, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (patrimônio cultural subaquático brasileiro).*

18

REQUERIMENTO Nº 1.087, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.087, de 2012, do Senador José Pimentel, *solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2005, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 303 e 326, de 2010; 69, 214, 328, 334, 335, 364, 373 e 618, de 2011; e 91, de 2012, passe a tramitar em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 581, de 2007 (o qual já tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 301, de 2008; 466, de 2009; 580, de 2011 e 48, de 2012); 108 e 385, de 2003; 68, de 2004; 208, 463 e 586, de 2007; 375 e 539, de 2009; 174, de 2010; 16, 35, 137, 157, 524 e 663, de 2011; 49 e 390, de 2012, por regularem matérias correlatas (fundo de garantia por tempo de serviço).*

19

REQUERIMENTO Nº 1088, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.088, de 2012, do Senador José Pimentel, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2011, com o Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2012, por regularem matéria correlata (incentivos para formação profissional).*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.094, de 2012, do Senador Francisco Dornelles, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2008*

– *Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (alteração da legislação sobre o ICMS).*

20

REQUERIMENTO Nº 1094, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.094, de 2012, do Senador Francisco Dornelles, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2008 - Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (alteração da legislação sobre o ICMS).*

21

REQUERIMENTO Nº 1.106, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.106, de 2012, do Senador Valdir Raupp, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 145 e 378, de 2009, por regularem matéria correlata (dedução dos gastos com educação no imposto de renda).*

22

REQUERIMENTO Nº 1.120, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.120, de 2012, do Senador Valdir Raupp, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2012, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (identificação de chamadas por companhias telefônicas).*

23

REQUERIMENTO Nº 1.122, DE 2012

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.122, de 2012, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2012, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (relatório de sustentabilidade para companhias ou sociedades anônimas).*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 23 horas e 3 minutos.)

Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo, criada pelo Requerimento nº 226, de 2011.

ATA DA 33ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 33ª Reunião realizada em 27 de novembro de 2012, às quinze horas e três minutos, na Sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa – Senado Federal sob a Presidência do Senador **Paulo Davim (PV-RN)** e com a presença dos (as) Senhores(as) Senadores(as) **Lidice da Mata (PSB/BA)**; **Ângela Portela (PT-RR)**; **Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)** e **Cristovam Buarque (PDT/DF)**. Na ocasião foi ouvida a Dra. Lenora Thais Steffen Todt Panzetti, advogada das famílias que detêm a guarda provisória dos menores de Monte Santo/BA. Foram, ainda, apreciados os seguintes requerimentos:

1.	<u>226/12</u>	Requer a realização de audiência pública na cidade de Manaus/AM para investigar fatos ocorridos na região pertinentes a seu objeto.	Senador Paulo Davim	Aprovado
2.	<u>227/12</u>	Requer seja convidada Bruna Valadares (Bruno Amaral do Carmo) para prestar esclarecimentos sobre seu recrutamento para o estado de São Paulo por suposta rede de tráfico de pessoas.	Senador Paulo Davim	Aprovado
3.	<u>228/12</u>	Requer seja convidado representante do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do estado do Amazonas para prestar esclarecimentos sobre o desaparecimento de adolescentes naquela localidade supostamente vítimas de uma rede de tráfico de pessoas, bem como sobre outros casos pertinentes ao objeto de investigação desta CPI.	Senador Paulo Davim	Aprovado

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 226, de 2011, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e na forma do art. 145 do

Regimento Interno do Senado Federal, destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas e consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo.

Coloco em votação as Atas da 30ª, 31ª e da 32ª Reuniões, solicitando a dispensa de leitura delas.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nesta reunião, ouviremos os convidados relacionados abaixo, representantes das famílias que detêm a guarda provisória dos menores de Monte Santo, na Bahia: advogados Lenora Thais Steffen Todt Panzetti... É isso?

Por favor.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Lenora Thais Steffen Todt Panzetti.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – E o advogado Volnei Simões Pires de Matos Todt.

Já se encontram à mesa os advogados, que vão fazer o seu relato, e passo a palavra à Senadora Lídice, Relatora da CPI.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, caros senhores, senhoras e todos os meios de comunicação que nos acompanham, boa tarde.

Temos aqui os representantes das famílias, dos familiares que, em tese, adotaram as crianças que saíram da Bahia. E, como Relatora, quero, primeiro, ouvir o depoimento de cada um deles.

Concordo com o encaminhamento, até porque foi o mesmo encaminhamento dado na audiência pública na Bahia: 15 minutos para cada depoente e 5 minutos de tolerância. Depois, nós fazemos algumas perguntas, vocês respondem, e continuamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Com a palavra a Drª Lenora.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Primeiro, eu gostaria de esclarecer que vou falar em nome das quatro famílias, então, não haverá necessidade de depoimento... O Dr. Volnei está me acompanhando, até por uma questão de segurança, porque, embora isso eu não tenha levado a público, mas, após a situação de exposição midiática, houve ameaças à integridade da minha família, em especial do meu filho, instigando o sequestro dele, para que eu sentisse a dor da mãe da Bahia. Então, não é nem um pouco conveniente que eu me desloque sozinha, por questões da segurança.

Hoje, eu já fui procurada pela mídia, o dia inteiro, e tive a notícia, agora à tarde, de que uma das coisas que aconteceu hoje foi a decisão do juiz para revogar a guarda dessas crianças.

Então, eu vim trazer alguns esclarecimentos, em nome das quatro famílias, embora só três sejam minhas clientes, mas hoje eu falo em nome das quatro,

com autorização de todas elas a falar em nome delas. Eu venho esclarecer ao Senado, por provocação nossa, da versão das famílias.

O primeiro ponto a ser esclarecido é que eles não têm a adoção efetivada; eles têm, sim, um pedido de guarda provisória, em caráter indeterminado, por prazo indeterminado, concedida decorrentemente de um processo de medida protetiva, ingressada no dia 12 de maio de 2011, pelo Ministério Público do Estado da Bahia, o qual, desde o começo, foi quem provocou o Judiciário para que essas crianças fossem retiradas do convívio materno, porque essas crianças, em verdade, estavam expostas a risco, sendo que os dois menores chegaram a ser hospitalizados em estado de saúde bastante grave e delicado.

Eu ingressei nesse processo – não necessariamente no processo judicial, mas no processo dessas famílias – na segunda quinzena de agosto de 2012, quando as famílias de São Paulo, de Indaiatuba, cidade onde eu moro e trabalho, me procuraram, e também a família de Campinas, me pedindo para auxiliá-los a entender como é que estava funcionando o processo legal. Eles são assistidos, como advogado do processo, as quatro famílias, pelo Dr. José Ivan Cardoso Batista, que é um advogado da Bahia, de Monte Santo, e é quem acompanha esse processo desde o início.

A minha condição de intervir nos autos, nesse processo todo, foi a condição de que o Dr. Ivan autorizasse e se dispusesse a aceitar a minha ajuda, mais precisamente para esclarecer as famílias, para acalmá-las. Porque, como toda mulher e, principalmente, como toda mãe, a gente quer elementos, quer subsídios, quer informações o mais amplas possível, o mais completas, para entender, para questionar, para tirar dúvidas. E falar pelo telefone com um advogado da Bahia, que fica a 600 quilômetros de Salvador, e esclarecer pontos ficava difícil para ele e ficava difícil para as famílias. Porque, para as famílias, pelo telefone, elas não conseguiam conversar tudo ao mesmo tempo; acabava de desligar, tinha mais uma dúvida e outra dúvida. E para ele é difícil, porque quatro famílias ligando para ele o dia inteiro, sobre o mesmo assunto, e ter que repetir, a cada momento, também ficava complicado. Então, a condição era de que o Dr. Ivan permanecesse no processo, e eu pudesse, então, acalmá-las e orientá-las sobre o que estava acontecendo.

Por que agosto de 2012? Porque o Dr. Cappio determinou, no final de julho, que fosse realizado um estudo social nas localidades em que essas famílias estavam com essas crianças. Então, quando foi deprecado o estudo social para as cidades de Indaiatuba e Campinas – com a ressalva de que Campinas é a 30 quilômetros de Indaiatuba, ou seja, é região metropolitana de Campinas –, nós conseguimos ajudá-los a entender o processo e falar como é que funcionaria dali para frente.

Então, foi nesse momento que eu entrei. E a reportagem do Fantástico que gerou toda essa polêmica só foi ao ar no dia 14 de outubro.

É fundamental esclarecer por que as famílias não falaram antes, por que as famílias não se dispuseram a dar qualquer informação, qualquer orientação. Na verdade, no dia 11 de outubro, o repórter José Raimundo esteve na casa das famílias e acusou-as, formalmente, pelo interfone de suas residências, de que elas haviam

sequestrado crianças da Bahia; que eles tinham feito processos sumários, ilegais, e que isso tudo não poderiam ser da forma como estava sendo; então, se eles queriam falar.

É óbvio que ninguém, sendo acusado dessa forma, por interfone, vai querer se mostrar, principalmente com as crianças dentro de casa, como foi o ocorrido. Só que a fala dele, de sequestro e tudo mais, não foi ao ar, não é? Porque não interessava. Então, isso precisa ser bem esclarecido.

Eu chamei o José Raimundo ao meu escritório, a gente conversou por cerca de uma hora, e o que foi colocado no ar foram duas frases totalmente fora de contexto, em que eu disse: existiu, sim, o devido processo legal. Eu afirmo que houve o devido processo legal, porque a primeira providência que eu tomei, quando ingressei nesse caso, foi pedir que me fossem remetidas cópias de todo o processo, para que eu entendesse do que se tratava, e conversar com o advogado para saber se ele concordava com essa tramitação dessa forma, como assistente dele, e não como patrocinadora do processo.

Nessa condição, eu pedi que viessem os autos, que viessem cópias para mim. E aí eu vejo que, realmente, existia uma medida protetiva ingressada pelo Ministério Público. Mas, se eu não tenho a medida protetiva, na íntegra, em mãos, eu vou realmente achar – como eu acredito que foi esse o contexto dado – que os processos são irregulares, porque, se você pegar o processo a partir do momento da destituição de pátrio poder, cumulado com adoção, sem o embasamento de uma protetiva que retirou as crianças da guarda materna, aí o processo é ilegítimo. Mas, se pego junto com o processo da medida protetiva, faz todo o sentido.

E por que o Ministério Público ingressou com a medida protetiva? Porque existiam indícios, sim, muito fortes, de todo um período, e existem relatórios, existem informações que dão conta do risco a que essas crianças estavam expostas. A menina mais nova, de então 2 meses de idade, estava com sérios problemas de saúde. Ela tinha desidratação, disenteria e desnutrição provocadas pelo consumo inadequado de leite de vaca sem pasteurização, sem trato. Então, não é questão de: não pode dar leite de vaca? Pode, claro. A gente sabe que existe o consumo de leite de vaca para crianças recém-nascidas, mas sabemos que é necessário fervê-lo, que é necessário dar o mínimo de trato, justamente porque pode haver alguns tipos de contaminações que, em uma criança que não tem anticorpos ainda, podem levá-la a óbito, em situações graves. E essa é uma das situações.

Essa criança de 2 meses tinha uma infecção de couro cabeludo, tinha uma berne no seu couro cabeludo e tinha mais de trinta picadas de mosquito pelo seu rosto – as famosas muriçocas, como chamam no Nordeste. Há fotos ilustrativas e fotos da criança dizendo sobre esse aspecto.

O menino de, então, um ano e meio estava com situação de saúde também grave e também chegou a ser internado em Monte Santo. Esse menino tinha um machucado muito sério na sua orelha, em que a orelha estava pendurada e infeccionada. Existiam umas fezes com sangue – fezes pútridas, como a gente chama – decorrentes de alimentação inexistente, inadequada ou até estragada, que gerou todo um problema de sua saúde. Ele tem marcas nas suas costas que indicam ferimentos de

que não se pode afirmar a origem, mas que não se pode descartar serem decorrentes de cigarro. Ele tinha sua boca machucada de tapas que ele levava quando chorava por querer comida. E a situação dessas crianças foi bastante dramática quando elas vieram para a guarda dessas famílias.

Mas por que essas famílias? Por que São Paulo? A primeira das crianças que veio para São Paulo foi a menina de 2 meses. E ela veio para São Paulo porque, efetivamente, essa criança estava hospitalizada, com risco sério à sua saúde, e não houve pessoas interessadas em querer uma criança em guarda que tivesse riscos à sua saúde. Então, não se localizaram pessoas locais que quisessem. E não havia a percepção de retornar essa criança para o convívio biológico, porque esse convívio biológico é que já tinha gerado essa inclusão da criança no hospital. Então, não se podia mandar a criança de 2 meses, e na condição em que ela estava, para o convívio biológico porque isso poderia levá-la a óbito. Foram os maus cuidados, os maus-tratos que a fizeram ser hospitalizada.

Essa mãe é uma médica, especialista em nutrologia – diferentemente de nutricionista; esclarecendo que ela é nutróloga, e não nutricionista, como algumas matérias retrataram. E, além de nutrologista, ela é também intensivista. Então, ela é uma médica que cuida de UTI adulta e pediátrica. Então, ela tinha requisitos essenciais, na sua formação profissional, que pudessem realmente dar condições de restabelecimento dessa criança.

Diferentemente, também, do que foi dito, eles não fizeram um processo sumário, em que a criança, no dia seguinte, embarcou para São Paulo, porque essa criança estava tão debilitada, que ela precisou passar por um tratamento por antibiótico e algumas medicações para que ela fosse fortalecida e tivesse condições de embarcar em um voo. Porque, senão, nenhuma companhia aérea permitiria que a criança, no estado em que estava, embarcasse em um avião e pudesse ir para São Paulo.

Então, a mãe ficou cerca de uma semana na Bahia, em Euclides da Cunha, em um hotel lá onde ela estava hospedada, cuidando dessa criança, inclusive comprando os medicamentos em uma farmácia próxima – não exatamente a da esquina, mas em uma rua próxima –, em que a farmacêutica, dona do estabelecimento, chegou a criticar a mãe dos descuidos com aquela criança que se apresentava tão ruim quando ela levou para aquisição da medicação.

Esses fatos foram esclarecidos e foram bastante elucidados no curso desse processo, mas entendemos que houve uma comoção nacional, que gera interpretações erradas e gera atitudes talvez não tão acertadas, em termos de revogação imediata da guarda, como eu soube, há pouco, que houve a decisão do juízo.

Outro fator a ser esclarecido é que, segundo a própria mãe relata – e existem matérias decorrentes disso, as crianças não são filhas do mesmo pai. Essas crianças, somente os dois mais velhos são filhos desse pai que é apontado como o biológico dos cinco. Gerônimo é pai dos dois mais velhos somente. Os três mais novos são filhos de outro pai, e isso é de conhecimento do juízo e é de conhecimento do Ministério Público, mas, em nenhum momento, foi falado isso, em nenhuma matéria

jornalística – eu gostaria que alguém que soubesse até me avisasse, porque eu procurei e não achei.

A médica, realmente, esteve lá nessa cidade de Euclides da Cunha e, após um mês e meio em que ela já tinha retornado à nossa cidade com a criança, ela, tendo feito a sua habilitação perante o fórum de Monte Santo para que ela pudesse ter a condição de, em um futuro, em um momento determinado, ela tivesse uma oportunidade de ter uma criança, ela também o fez em São Paulo. E ela entrou com a documentação para fazer a habilitação no Cadastro Nacional de Adoção. E, após cerca de um mês e meio, ela teve a guarda de uma criança deferida; um menino. E ela tem esse menino já registrado em seu nome.

O menino de um ano e meio também foi para uma família que já tem uma outra criança. Eles já fazem parte do Cadastro Nacional de Adoção e já estão com essa menina há alguns anos. Então, o menino tem uma outra irmãzinha também.

As famílias se encontram e estão sempre juntas, e confraternizam; estão, desde que a guarda foi deferida, convivendo. Todos têm noção de que são irmãos biológicos e sabem que têm outros meios-irmãos e sabem que os pais adotivos – teoricamente, “adotantes” seria o nome correto – estão com tal ou tal irmão. Eles têm essa consciência.

Mas nem tudo aquilo que foi dito é verdadeiro. Há situações, por exemplo, de estudo, em que as crianças mais velhas não tinham idade escolar de alfabetização, como foi relatado. Se um tinha quatro e o outro tinha seis, eles não poderiam estar na escola, como foi dito em reportagem. E as crianças, nenhum dos dois identificava números, cores ou letras, e não sabiam formar palavras, e não sabiam nem ao menos se comunicar corretamente. Isso tudo atestado por médicos também. Há avaliações psicológicas, pediátricas, documentos que comprovam isso.

E as famílias de Campinas receberam esses dois mais velhos, porque se dispuseram a ter duas crianças que não se separassem, que não fossem colocadas em lares distintos, porque elas tinham maior cumplicidade, maior convivência entre elas, e era necessário alguém que, realmente, quisesse permanecer com esses laços, fortalecê-los e acolher essas crianças. Monte Santo não tem abrigo, Monte Santo não tem casa de passagem, e a colocação em família substituta foi o meio que a Justiça acabou encontrando.

Obrigada.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Os dois meninos mais velhos ficaram em Campinas, com a família de lá, e as outras três crianças ficaram uma com cada uma das três famílias de Indaiatuba.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – O.k.

Passo a palavra à nossa Relatora, Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Boa tarde.

Algumas questões que eu tinha colocado a senhora antecipou, mas eu vou repeti-las para termos um encaminhamento mais organizado dessas informações.

Os representados pela senhora têm inscrição no Cadastro Nacional de Adoção no Município onde residem?

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Na verdade, no momento em que foi feito o pedido, dois já estavam no Cadastro Nacional de Adoção, e dois estavam na tramitação do Cadastro Nacional de Adoção; estavam na preparação do Cadastro. Porque, em São Paulo... Não sei como é em cada um dos Estados brasileiros, mas, em São Paulo, o processo do cadastramento tem uma série de elementos, uma série de burocracias a serem seguidas. Então, você encaminha a documentação, tem um curso, outro curso, tem mais isso, mais aquilo. Então, é um processo moroso. Eles estavam no processo do cadastramento; não estava terminado o processo. Tanto que a médica, que tem a criança mais nova, acabou tendo deferida a guarda de uma outra criança por São Paulo, e um mês e meio depois.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Certo.

Há quanto tempo estão inscritos? Fizeram algum curso? Participaram de alguma palestra sobre adoção?

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Sim. Todos se conheceram, inclusive, porque participavam desses cursos e dessas palestras.

Então, como é que essas famílias acabaram chegando a essas crianças de Monte Santo? Como foi esse processo? As famílias se conheceram através de outras pessoas, que eram amigos comuns deles, nesse curso de adoção, ministrado na cidade de Indaiatuba, onde há intervenção do Judiciário, do Ministério Público, do Conselho Tutelar e de entidade assistencial que lida com crianças.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Certo.

Os representados fizeram alguma visita a abrigos, no Estado de São Paulo, para verificar se havia crianças lá?

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Sim. Em São Paulo, existe todo o processo. Tanto que a mãe do menino de um ano e meio já tem uma menina adotada, em nome já deles, há alguns anos. E ela continuava, mesmo após a adoção, com o nome dela no Cadastro Nacional de Adoção porque ela queria um menino.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (Fora do microfone.) – Essa criança foi adotada lá mesmo?

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – A criança foi adotada em Indaiatuba, assim como o menino da primeira mãe, da mãe da bebê, também foi adotado em São Paulo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Como eles, os representados, tomaram conhecimento das crianças em Monte Santo?

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Porque, em Indaiatuba, existe uma mãe, que fez parte desse curso de adoção, que era baiana e se mudou para São Paulo, e ela tem uma criança adotada, em que o processo começou na Bahia e foi remetido a São Paulo, pela mudança dela de domicílio, e concluído em São Paulo; e essa criança é de Monte Santo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pode dizer o nome dessa mãe?

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Dora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – O nome...

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Eu não sei o nome completo, agora, para lhe precisar, mas eu posso dar a informação para a CPI.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Srª Dora. Certo.

Então, a Srª Dora é que sabia que existiam crianças para serem adotadas, em Monte Santo, porque ela também adotou uma criança de Monte Santo?

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Exatamente. E ela morava na Bahia...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Em Monte Santo...

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – ...e veio para São Paulo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Certo.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – E ela frequentava os cursos de adoção, frequentava todos...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – A senhora tem ideia de em que data isso aconteceu? Esse período em que essas crianças foram adotadas por ela, ou essa criança? Por essa mãe, essa Srª Dora?

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Olha, me parece que ela tem duas crianças adotivas. E esse processo dela, um já tinha sido, o outro estava em fase de conclusão... Parece-me que foi isso.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Mas não tem ideia de tempo – há 1 ano, há 2 anos?

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Não sei exatamente o tempo porque não tenho essa... Eu não cheguei a conversar com a Dora, pessoalmente, então, não tenho esses elementos para passar.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Como os seus representados conheceram a Srª Carmem Topschall? Qual o grau de relacionamento delas, dessas pessoas com a Srª Carmem?

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Bem, elas só vieram a saber da Carmem e a conhecer a Carmem quando elas estiveram em Monte Santo. Então, quando elas já tinham feito a documentação, já tinham encaminhado ao Judiciário o seu documento para a habilitação... E uma das crianças chegou a ter o pedido de guarda efetuado pela Carmem, então, a Carmem estava presente nesse dia, quando ela até fez a desistência do menor, porque ela não queria, também, que essas crianças fossem separadas. Então, o contato deles foi em Monte Santo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sim, mas elas conheceram, então, Carmem em Monte Santo?

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Sim.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – E por que razão mesmo a conheceram?

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – A Carmem havia feito o pedido de guarda de uma das crianças. Não sei exatamente o motivo, a razão, mas sei que há isso no processo, nos documentos; fala que ela chegou a pedir a guarda de uma das crianças. E sei que a Dora conhecia a Carmem. Então, sei que... Sabia-se o nome dela, mas ninguém tinha conhecido a Carmem até então.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Desde que souberam das crianças em Monte Santo até a chegada dos representados às casas, quanto tempo se passou, das crianças à casa dos representados?

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – A habilitação da primeira das mães foi, pelo que ela me relatou, início de março, final de fevereiro, algo assim. Ela voltou para Indaiatuba e, posteriormente, ela recebeu uma ligação do fórum de Monte Santo, dizendo da situação dessa menina, e que não havia ninguém que se dispusesse a cuidar da menina, e que ela necessitava de cuidados especiais.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Então, foi o fórum de Monte Santo que ligou, digamos assim, ofertando a criança?

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Sim, dizendo que existia essa criança, que precisava de cuidados e que ela teria uma condição...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – E a senhora tem o nome do funcionário do fórum que ligou?

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Célia.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Célia. D. Célia.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – A notícia que se tem é que a condição de chamar essa mãe é pelo perfil dela profissional, pelo que ela tinha de condições de cuidados com essa criança, que inspirava cuidados.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Como se encontram as crianças hoje em dia? Elas frequentam escola, creche... Como se encontram elas?

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Todas as crianças, com exceção da menor, da bebê. Ela ainda não tem a idade escolar adequada para estar... Acredito que, no início do ano, ela estará já, porque, em São Paulo, há um pouco de diferença; não é berçário ou creche ou escolinha; escolinha é a partir de 2 anos. Como ela não tem 2 anos, então, a partir do início do ano, ela consegue começar a escolinha. Os outros todos frequentam a escola.

Os dois mais velhos tiveram que fazer adaptação em uma outra escola para que eles pudessem ter condição de frequentar as aulas e os cursos, porque eles não identificavam números, letras, cores; eles não sabiam formar palavras, eles não sabiam se expressar. Tanto que eles não conseguem relatar nem nome de professor, nem nome de amiguinho, nem nome de escola.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Há alguma avaliação psicológica das crianças, com laudo feito por algum psicólogo?

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Sim.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Foi apresentado?

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Foi apresentado nos autos, e eu trouxe hoje também.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Há também, na situação que a senhora relata, da criança que foi para o médico, foi internada, também há laudo médico da situação em que se encontrava?

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Quem fez o laudo dessa bebê foi a própria mãe, porque não havia um médico para fazer isso naquele momento, e ela esteve presente em Euclides da Cunha e Monte Santo. Tanto que ela demorou para que pudesse retornar. Então, ela não tem o laudo do médico que acompanhou isso, porque, depois de tratado, não há mais a condição, não é?

Mas há laudos médicos, por exemplo, desse menino. Há documento que diga isso. Há o relatório do pediatra que atendeu esse menino – porque a mãe não era médica – e disse tudo que se passava com ele, inclusive dos cortes na orelha, das marcas nas costas, de tudo que ocorria com ele, inclusive das fezes pútridas que ele tinha, com sangue.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Então...

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Esse pediatra se predispôs...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Vocês têm, os representados têm laudo médico sobre a situação de cada criança que foi adotada?

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Sim, têm.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – De todas elas?

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Todas.

O pediatra, por exemplo, que atendeu esse menino de um ano e meio se predispôs a prestar depoimento, se necessário e quando necessário.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Certo.

E a senhora trouxe esses documentos para análise da Comissão?

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Sim, eu trouxe.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Ótimo.

Também, na audiência da Bahia, foi levantado por uma das pessoas que participou dessa audiência – que, aliás, foi uma das pessoas que também identificou primeiro a situação da adoção considerada irregular – que uma das crianças estava com uma família em que houve uma separação entre o pai e a mãe. A senhora confirma isso?

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Confirmando. Foi justamente a da bebê. E ela tem essas duas crianças, tanto a bebê quanto outra criança também já legitimada, já adotada.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Voltando à primeira pergunta, sobre o cadastro. Na verdade, duas delas não tinham seu cadastro finalizado.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Sim.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Então, no mínimo, isso é estranho, porque existem diversas pessoas inscritas no cadastro, há muito tempo, e isso, pela lei, deve seguir, digamos, uma ordem. Então, na medida em que essas pessoas não tinham cadastro e tiveram acesso para adotar uma criança, passaram sobre uma fila pré-existente de pais que desejavam adotar.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Sim.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Então, essa é uma questão que é preciso deixar clara. Porque, da forma como a senhora falou, pareceu que existiam todas as condições preenchidas, e há apenas uma decisão incorreta do juiz, na Bahia, que determinou o retorno das crianças por conta de uma situação de comoção nacional.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Sim.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Então, na verdade, quando a senhora fala aqui, há pelo menos duas questões que não deixam claro isso: a primeira, que de duas das crianças adotadas as famílias não tinham cadastro ainda; a segunda, que o laudo médico também não existiu.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – De uma delas.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – De uma delas. Então, uma delas também não tinha um laudo médico que garanta que as afirmações sobre sua situação de saúde existiam.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Mas a Comissão pode, por exemplo, oficialar ao hospital de Monte Santo e requerer prontuário dessas crianças.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sim, sem dúvida.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Porque as famílias não têm acesso a esses prontuários e não podem fazer prova de documentos a que eles não têm acesso.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Certo. A Comissão o fará, não há dúvida.

Ao mesmo tempo, a senhora acrescentou uma informação, como uma informação valerosa ao processo, de que três dos filhos de outro... São dois filhos de um pai e três filhos de outro pai. Isso não interfere no processo de adoção. Não há nada que determine que os filhos... Uma mãe, uma família formada por dois pais diferentes, na medida em que a mãe se separou de um e passou a conviver com outro, isso se torne, digamos assim, um condicionamento, um critério para que essa adoção se realize.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Não. Isso não é o fato. A questão é: por que foi colocado que os cinco filhos são de um pai, se não o são? Por que não foi dita a realidade sobre isso? Por que foi colocado que os cinco filhos são do mesmo pai, quando há divergência de pais entre eles?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sim.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Por que...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – A senhora está se referindo à matéria da televisão?

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Sim, especificamente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Nós, na CPI, não estamos nos baseando na matéria da televisão; nós recebemos...

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Na verdade, eu estou dizendo sobre a mídia em geral, que veio... Eu soube do trabalho da CPI e das investigações pela mídia. Então, eu tenho que trabalhar com o que eu tenho de informações, e as informações que eu tenho são essas. Tanto que, vendo a seriedade do trabalho da CPI, eu conversei com as famílias, e nós nos predispomos a falar. Porque não nos foi dada oportunidade de falar em nenhum momento. E, quando nós falamos, foi deturpado o que foi dito.

Agora, há de se ressaltar que a informação que a senhora disse com relação à separação de uma das famílias se deu até para melhor adequação e melhor criação dessas crianças, porque um casal que não está mais se entendendo não tem mais condições de permanecer junto.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Mas esse critério vale para todos. Se, na família originária dessas crianças, também os pais não estavam em condições de continuar convivendo, por isso mesmo, ela saiu, ela se separou e adotou outro companheiro, com quem ela teve mais três filhos.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Sim, mas houve uma matéria, que foi veiculada por essa pessoa que a senhora disse, que se chama Eleonora Ramos, jornalista, que é do projeto Proteger, e que é da Bahia, e que tem vínculos com o Cedeca, que começou a falar sobre tudo isso, em que ela coloca “a história macabra” das crianças de Monte Santo, e faz uma série de acusações bastante complicadas e levianas. Então, nem tudo o que é falado pode ser falado sem provas.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Claro. É por isso que nós estamos realizando a investigação.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – E exatamente o que ela relatou como “a história macabra” de Monte Santo é bastante delicado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Mas nós não estamos nos baseando nesse documento...

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Sim.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Que, aliás, nem conhecemos. Nós estamos nos baseando no documento que nos foi entregue pelo Ministério Público; no depoimento do representante do Ministério Público, em que, na audiência, na Bahia, o Dr. Luciano afirma a existência de irregularidades no processo e, mais do que isso, afirma irregularidades em outros processos semelhantes.

Por isso, nos interessa saber, por exemplo, como se deu – e a senhora não vai poder, talvez, nos responder, porque não é advogada dela, e me parece até que não a conhece... Há uma coincidência grande de uma mãe baiana ter adotado duas

crianças dessa mesma cidade, de Monte Santo. Termina transformando Monte Santo em uma cidade exportadora de crianças, não é? Porque uma mãe vai, na mesma cidade, adota duas crianças de Monte Santo; essa mãe se comunica com outras mães...

E, veja bem, eu não estou fazendo aqui nenhum juízo de valor. Acho meritório o desejo de mulheres e homens de adotarem crianças. O que nós estamos aqui investigando e tratando de esclarecer é se esse processo foi completamente legal, porque os pais biológicos também têm os seus direitos...

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Com certeza.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Então, é por isso que há um procedimento na lei. E não só em São Paulo; o processo burocrático é lento em todo o País, porque esse processo burocrático visa dar garantias para que a adoção possa ser feita em condições de segurança, especialmente para as crianças. Então, muita gente reclama de que o processo é lento. É lento porque ele precisa cumprir determinadas condições. E a mim me parece estranho isso: que, mesmo tendo a inscrição no cadastro, tenha saído rapidamente uma adoção...

E, veja bem, a adoção da criança de São Paulo é feita depois dessa adoção, quando o cadastro dela estava em São Paulo, solicitando a adoção de uma criança, que ela só consegue depois de ter adotado a criança na Bahia. Não é uma mera coincidência; é o fato real de ser necessária uma tramitação burocrática que precisava ser cumprida em São Paulo para que isso fosse liberado. E, na Bahia, essa tramitação foi ultrarrápida. Foi mais do que ultrarrápida; imediatamente, quase que imediatamente, se conformou.

A senhora... Eu queria, novamente, perguntar: quando eles tomaram conhecimento da existência das crianças em Monte Santo, se a senhora podia precisar a data, para que nós possamos ter ideia de tempo. Quanto tempo levou esse processo, entre o dia em que eles tomaram conhecimento de que existiam duas, algumas crianças a serem adotadas na Bahia e o período em que a adoção aconteceu?

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Primeiro, há que se esclarecer que não é adoção, doutora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Adoção, não; a guarda provisória.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – O que há é a guarda provisória decorrente de medida protetiva. E o que há em seguida é o pedido de destituição de pátrio poder cumulado com adoção.

Então, o pedido de destituição cumulado com adoção é decorrente de uma guarda concedida por uma protetiva, e a destituição de pátrio poder é o que está tramitando; esse processo não terminou, esse processo não acabou. O que há é o acolhimento das crianças em família substituta decorrente de uma provocação do Ministério Público do Estado da Bahia.

Então, o processo todo teve todas as suas fases, mas, em nenhum momento, houve a procura da família biológica por essas crianças. Que mãe deixa os seus filhos serem retirados e leva um ano e meio para ir atrás deles?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pela lei, a mãe pode requerer.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – A mãe pode, mas por que levar um ano e meio, se lhe retirarem um filho...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Mas isso a lei lhe garante; e, se a lei lhe garante, é a qualquer tempo enquanto a lei lhe garantir.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Sim, mas não é estranho? Não é estranho?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Nós temos situações em que foram levadas crianças para fora do Brasil, e a mãe há 5 anos reivindica isso.

Então, veja bem, não se trata de estranhar o que está na lei, porque, se está na lei, não pode ser estranho. A mãe pode se arrepende? Pode. A lei lhe permite o arrependimento.

Então, o que eu queria entender, para ficar claro para nós, é o tempo em que tomaram conhecimento das crianças em Monte Santo. Quando tomaram conhecimento das crianças em Monte Santo? E quando receberam a guarda protetiva?

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – As datas precisas eu não sei informar, mas eu posso dizer que...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Não precisa ser a data exata, mas o período.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Houve o cadastro da mãe, final de fevereiro, início de março; ela recebeu a guarda dessa criança em 13 de maio; e ela voltou, embora para Indaiatuba; e, após estar em Indaiatuba, houve contatos telefônicos. E aí houve a mensagem, então, para outras pessoas que frequentavam esse curso de cadastro para adoção e tal, para ver se havia ou não interessados, nessas pessoas que frequentavam esses cursos, que pudessem ficar com a guarda dessas outras crianças para que esses irmãos não fossem separados. Isso foi o que veio. E isso...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Veja bem, então, vamos por partes. A primeira... As primeiras crianças que vieram foram as crianças maiores?

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Não.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Não; foram as crianças menores.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – A primeira criança que veio...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Foi a pequenininha.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – ... foi a bebê.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – A bebê. Exatamente.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Nessa condição que eu lhe disse, com essa data.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Independente da condição, eu quero saber a cronologia.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Sim, em data.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Ela tomou conhecimento em março...

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Final de fevereiro, início de março.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Final de fevereiro, início de março; e recebe a guarda em maio.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Maio.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Três meses.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Na protetiva.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Da protetiva.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Na protetiva, porque a criança estava no hospital...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Três meses: março, abril, maio.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – A criança tinha 2 meses, doutora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sim, mas ela tem 3 meses...

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Ela saiu do hospital...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Ela, em 3 meses, recebe a guarda protetiva.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Guarda provisória.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – A guarda provisória.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Porque a criança estava no hospital, e, para que a criança tivesse alta do hospital e não fosse encaminhada para a sua família biológica, pelo risco que representava à sua saúde, ela foi colocada em uma família substituta. E o contato veio do fórum de Monte Santo, porque existia o cadastro dela no fórum de Monte Santo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Volto a perguntar sobre a Srª Carmem.

A Srª Carmem, por indicação... Pelo depoimento da senhora, ela teve contato com as famílias, as famílias conheceram a Srª Carmem lá em Monte Santo.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Sim.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – E conheceram porque ela, possivelmente, teria se oferecido para ter a guarda de uma das crianças.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Sim.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Mas ela não é de Monte Santo.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Sim, mas ela tem filhos adotados de Monte Santo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Também de Monte Santo?

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Sim.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Nunca morou na cidade, estava lá para adotar, não há nenhum processo dela...

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Ela tem dois filhos de lá.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Mas nenhum processo de Monte Santo, pelo menos dos que foram apresentados pelo Ministério Público, registra isso. Ela aparece em Monte Santo, mais de uma vez, em processos adotivos, outros processos adotivos, sem ser parte interessada. Eu volto a dizer que é algo estranho.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Sim...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É muito estranho que uma pessoa vá, adote dois filhos, depois volte à mesma cidade... É no mínimo estranho que uma cidade possa exportar – uso indevidamente o termo – exportar tanta criança, mesmo compreendendo que as regiões mais vulneráveis do País, como o nosso Nordeste brasileiro, tenham crianças em situação de vulnerabilidade que possam, eventualmente, ter o desejo de seus pais de doá-las para adoção.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pois não. Pode perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Doutora, a CPI está preocupada, todos nós estamos preocupados com fatos que surgiram em função, especificamente, do caso das cinco crianças de Monte Santo.

O Ministério Público, na audiência de Salvador, levou farto documentário, e também foi verbalizado pelo juiz – se não me engano, é o Cappio – que várias famílias, naquela região, têm histórias semelhantes a essa, em Monte Santo, em Euclides da Cunha, em Canudos, onde crianças são adotadas, usando – talvez o termo não seja esse – da mesma forma. Então, foi falado da Carmem. Eu não sabia que ela também tinha adotado um filho lá de Monte Santo.

Então, há uma suspeita forte de que, naquela região, exista uma quadrilha de adoções ilegais, a princípio. A nossa CPI é a CPI do Tráfico de Pessoas, e nós temos a obrigação de investigar indícios que possam nos levar a quadrilhas de tráfico de pessoas, entendeu? Então, aquela região é uma região extremamente suspeita.

Eu gostaria de saber da senhora o seguinte: se a senhora tomou conhecimento de que não houve nenhuma reunião com a presença de parentes das crianças, lá no fórum, antes da guarda cedida para as famílias de São Paulo.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Não. Como eu lhe disse, o que eu tenho é cópia da protetiva, e a protetiva tem um relatório do Ministério Público em que se diz que ele teve a manifestação do Conselho Tutelar, informando que fez diversas visitas, informando que pediu à prefeitura para a assistente social da prefeitura fazer visitas, e que foi constatado situação de risco.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Veja bem, como é que aparece – peço licença aqui... Na verdade, Carmem... Em março, 23 de março de 2011, aparece a figura da Carmem, no Conselho Tutelar de Monte Santo, e faz a denúncia da mãe das crianças. Em março, 23 de março, ela aparece e faz a denúncia, dizendo que precisava investigar... Essa moça, essa Srª Carmem, nunca morou em Monte Santo, mas aparece na região, há uns 4 anos, sempre aparece, e aparece sempre em torno da temática da adoção de crianças.

Essa denúncia vai até o Conselho Tutelar, e, a partir daí, o Conselho Tutelar vai à casa da mãe – é só aí que vai; não realizou muitas visitas. Naquele momento, ela já destaca que, primeiro, a mãe de Silvânia morava na casa e ajudava a criar a criança – ela já estava separada –; os filhos mais velhos estavam na casa da avó paterna, os dois mais velhos; o menino de 1 ano estava dormindo no chão da casa, em um colchão no chão da casa – como, aliás, é comum em muitas cidades do interior do Nordeste brasileiro –; e a recém-nascida Estéfane.

Então, o Conselho Tutelar vai e estabelece esse relato, que foi provocado por Carmem, em março, justamente quando – a senhora disse aqui – a família adotante estava em São Paulo, procurando, e é informada por uma pessoa – olhe quanta coincidência – por uma pessoa, na sua cidade, de que existem crianças na Bahia. Ela vai e encontra, realmente, Carmem, que estava lá, porque tinha feito a denúncia no Conselho Tutelar. E, a partir dessa denúncia, o Conselho Tutelar vai, visita a casa e começa a formar um relatório, que vem a dar na solicitação de intervenção do Ministério Público. E, em 2 meses... Realmente, me causa espanto que, em apenas 2 meses, já haja uma decisão de guarda provisória, porque eu conheço diversos casais que entram em processo de adoção, e a grande reclamação dos casais que são predispostos à adoção no Brasil hoje é a do tempo para que essa guarda provisória seja concedida.

Então, creio que há muita coincidência que precisa ser esclarecida.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Sim.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Porque nós temos uma personagem, que é uma Srª Carmem, que não é da região, que visita a região há 4 anos, sempre em torno da adoção de crianças. Ela sempre aparece, misteriosamente, ou milagrosamente, ou generosamente, nesse momento; ela intermedeia, de alguma maneira, porque a razão pela qual essa criança é identificada é justamente pela denúncia da Srª Carmem. É uma mera coincidência ou não? Ou se trata de uma ação pré-determinada, conhecedora de que esse casal desejava uma criança, que foi informado através de Dora? E Dora, certamente ou não, deve conhecer Carmem, porque também tem crianças adotadas lá, não sei se intermediada pela Srª Carmem ou não, mas é muita coincidência que na mesma cidade. E é muita coincidência que a

pobre da cidade de Monte Santo se transforme em uma cidade que exporta criança. E olhe o perigo em que isso se transforma para a população pobre daquela cidade.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Sim.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Então, a investigação nossa trata disso.

Tenho toda a consideração ao esforço, inclusive, dessas famílias de adotar, respeito todo desejo de adoção, e é importante para o Brasil que isso aconteça. No entanto, isso tem que ser feito de acordo com a lei, porque, senão, nós podemos ter situações como essa, que podem caracterizar, sim, uma ação de sequestro, mesmo que seja com a participação de agentes públicos, ou não.

Então, por isso, foi importante o seu depoimento aqui. E nós gostaríamos de solicitar essa documentação: que a senhora pudesse nos passar os laudos; que pudesse até, se fosse possível, nos passar também cópia do cadastramento dessas famílias, no Cadastro Nacional pró-adoção de São Paulo; e que nós pudessemos, portanto, ter esses documentos, da mesma forma que o Ministério Público está nos enviando toda a documentação que incidiu na guarda dessas famílias.

Sendo assim, recebendo esses documentos, para mim, as perguntas que eu queria fazer eram essas, Sr. Presidente. Se V. Exª desejar mais alguma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Eu apenas tenho um comentário, doutora. Sempre dizemos... Já são quase 2 anos em que nós estamos nesta CPI do Tráfico, e essas quadrilhas tentam se travestir de legalidade. Então, elas buscam, de alguma forma, transparecer que é um procedimento absolutamente legal. Daí a nossa preocupação, e por isso nós estamos aqui nesta CPI.

Quanto à questão da... É só um comentáriozinho, não vou fazer nenhuma pergunta, é só um comentário quanto à questão que a senhora levantou aqui, de que “essa mãe demorou tanto tempo para reclamar a guarda dos filhos”. Lá, na audiência de Salvador, na Bahia, o advogado da família, ligado ao Cedeca, informou para todos nós que não foi esse tempo todo; e, mais do que isso, disse que havia um medo da família, porque o pai, que foi reclamar, terminou sendo preso. E houve uma ameaça clara da polícia para a mãe dizendo que ela procurasse não atrapalhar o trabalho da Justiça, sob pena de ela ser presa. Então, isso, de certa forma, poderá ter intimidado; alguma reação nesse sentido. Estou apenas trazendo uma informação que foi dada lá na audiência em Salvador.

Também não tenho nenhuma palavra...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Eu queria só mais uma questão aqui. Apenas para lembrar – não é nem para perguntar –, primeiro, que a revogação da guarda provisória, hoje, das guardas provisórias, todas elas, foi feita também pelo Ministério Público. Então, é o próprio Ministério Público quem revoga a sua própria decisão anterior.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Não; na verdade, o Ministério Público pode pedir.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Protocolou.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Quem decide é o juízo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Mas o requerimento é do Ministério Público.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Sim, o Ministério Público protocolou um requerimento...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – O Ministério Público do Estado da Bahia protocolou, na segunda-feira, dia 19, um requerimento solicitando a revogação das guardas provisórias das cinco crianças adotadas. E o documento foi direcionado para o promotor de Justiça Dr. Luciano Taques Ghignone...

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Pelo promotor.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pelo promotor, e direcionado ao doutor...

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Ao juiz.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Ao juiz Cappio, que é quem toma a decisão.

E só uma última pergunta: após esse contato, a senhora sabe se a família voltou a ter qualquer contato com Carmem?

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Não.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Ou se Carmem, durante esse período, apareceu...

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – As famílias...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – ... pediu algum tipo de benefício para...

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Isso já foi até respondido pelas famílias ao Ministério Público.

Então, com relação à decisão do Dr. Cappio, nós não temos o conhecimento do conteúdo dela, da fundamentação dela, porque essa decisão foi tomada hoje; eu tomei conhecimento dessa decisão há pouco, quando foi dada a informação, na Câmara dos Deputados, quando eu estava lá prestando esclarecimentos. E nós vamos ver, sim, qual é a fundamentação, qual é o conteúdo, e, provavelmente, é praticamente certo que as famílias vão recorrer dessa decisão, porque é uma decisão passível de apreciação em segundo grau. Se ele teve a fundamentação, nós vamos querer saber o porquê, como, quando, de que forma. Porque, da mesma forma que o promotor de Justiça impetrou esse pedido, na segunda-feira, de revogação, no dia 24 de outubro ele entrou com requerimento pedindo a realização de avaliação psicológica de todas essas famílias. E por que, nesse intervalo de tempo, ele mudou de opinião? O que o fez mudar de opinião? E por quê?

Então, há de ser observado que essas crianças podem, sim, voltar para a mãe; podem, claro que podem. Não se está dizendo que ela não tenha esse direito. Mas há que se ver em que condições elas vão voltar, de que forma elas vão voltar e por que

elas saíram. Não se pode tomar por verdadeira a tese, seja da defesa, seja da acusação, em um único processo. A gente tem que examinar todos os dados, todas as informações para fazer um juízo de valor.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sem dúvida. O que nos importa, primeiro, é que as crianças não fiquem de um lado para o outro...

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Com certeza.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – ... porque, certamente, já há hoje algum grau de impacto psicológico, emocional sobre as mesmas, e isso só prolongará e só afetará mais ainda.

E a segunda questão é que, independente do interesse das duas famílias, há as questões legais a serem garantidas. O processo tem que se dar de forma legal, até para que não se subtraia o direito de outros, que também gostariam de poder estar adotando, em 3 meses, uma criança ou recebendo a guarda provisória de uma criança, em 3 meses, quando centenas de casais lutam para conquistar isso, de alguma maneira, e certamente essa senhora não é a única médica que está em um cadastro para receber...

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Com certeza, mas...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Agora, independente disso, nós queremos essa documentação que foi pedida, para que nós possamos agregar ao nosso relatório final a respeito desse caso. E o que nos interessa, essencialmente, é que nós possamos identificar nisso uma atuação permanente semelhante do ocorrido.

E, realmente, o fato de termos tantos casos de adoção, em uma só cidade do interior do Estado da Bahia, nos preocupa, principalmente quando se dão em circunstâncias tão diferentes daquelas definidas de forma mais rigorosa pela lei. Então, é isso que, em essência, a nossa CPI vai investigar. Porque os aspectos, imagino, de garantia e proteção às crianças, o Ministério Público terá, e as advogadas ou os advogados das partes também.

Nesta Comissão, nós vamos nos dedicar, principalmente, aos fatos coincidentes entre essa adoção e as outras adoções que aconteceram, na cidade de Monte Santo, na Bahia, com características muito semelhantes a essa. E isso pode caracterizar, sim, o tráfico de crianças para fins de adoção, um crime que está, neste momento, sendo praticado no País. E a nossa lei, que até então era restrita no tráfico de pessoas, a partir do momento do encerramento da nossa CPI, que está perto de terminar, vai receber um projeto de lei definindo, de maneira mais clara ainda, a situação do tráfico de pessoas no Brasil. E, certamente, o tráfico de crianças para fins de adoção constará como um dos crimes típicos do tráfico de pessoas.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Certo.

O que eu gostaria de considerar é que todos nós somos vítimas dessa situação – tanto o Ministério Público, quando o juízo, quanto os pais que estão com essas crianças – e que, se houve uma decisão da protetiva, de se retirar as crianças da mãe biológica, é porque houve o livre convencimento do Ministério Público. O Ministério Público não foi, simplesmente, induzido, como se tentou mostrar. O Ministério Público tem o seu livre convencimento, e, se ele pediu, é porque ele chegou a essa conclusão pelos próprios trabalhos que ele executou. Então, o livre convencimento dele é que fez com que essas crianças fossem retiradas da família biológica.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É por isso que nós nos preocupamos em manter a lei. Porque, às vezes, há uma observação subjetiva sobre o quadro que está ali colocado. Foram ditas coisas que são inadmissíveis, também, por parte das crianças; chegaram a dizer, em cadeia nacional, em meios de comunicação, que a mãe era uma prostituta. E isso não é verdade. Não foi constatado, em nenhuma entrevista na cidade, a caracterização da mãe desses meninos como prostituta, mas, sim, de uma mãe que se separou e mora com outro companheiro, e se separou desse outro companheiro, como existem dezenas, centenas de mulheres, no Brasil, com esse comportamento, que não, necessariamente, se caracterizam como prostitutas. E a lei garante, ainda que fosse prostituta, garante o direito da mãe biológica.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Assim como também não é admissível que se acusem as famílias que têm a guarda dessas crianças de sequestradores.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Claro que não.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Muito menos instigar que haja sequestro da família, do filho da advogada porque ela está defendendo as famílias que...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Isso é crime. Isso é crime, e eu acho que a senhora deveria procurar as medidas cabíveis.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Estou tomando as minhas providências, mas a forma como foi colocado, em cadeia nacional também, que as crianças foram vítimas de sequestro legal e que as famílias que detêm a guarda das crianças são sequestradoras, também não pode ser feito, da mesma forma que não se pode...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Claro, mas todas essas são medidas que a senhora, inclusive, como advogada, tem todas as condições de tomar as medidas e responsabilizar todas essas pessoas.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Com certeza, assim como a advogada da mãe também pode tomar medidas com relação à acusação dela de prostituta.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Claro. Mas está tomando.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Então, cada um na sua responsabilidade...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pelo menos, na Bahia, quando nós tivemos a audiência pública, isso ficou claramente definido.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – O que nós não podemos é tomar partido.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Claro. Mas eu conheço a realidade da Bahia, porque, por coincidência, sou Senadora da Bahia.

A SRª LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Eu sei.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Então, eu conheço, razoavelmente, esse assunto: tenho relação com a área da criança e do adolescente, há muitos anos; conheço o Estatuto; conheço a Lei de Adoção.

Então, pelo menos está claro, gravado, que algumas irregularidades, ou pelo menos algumas situações não rigidamente dentro da lei, permitiram a guarda protetiva, provisória dessas crianças saídas da Bahia.

Está claro também, para a opinião pública nacional, independente de uma posição – que não acredito que haja má intenção dos pais adotantes –, está claro também que há um processo coincidente demais levando a cidade de Monte Santo a se tornar uma cidade exportadora de crianças para adoção. Isso é que cabe à CPI investigar, ao Ministério Público, à Justiça baiana e ao Conselho Nacional de Justiça, também, fazer.

A SR^a LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Com certeza. Estamos aqui para colaborar.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Claro, vemos a presença... Queria agradecer a presença de V. S^a à nossa CPI e dizer que foi de grande valia para o processo de análise e de investigação que nós estamos realizando.

Na medida em que agradeço, vou pedir licença para dizer que há, sobre a mesa, requerimentos para serem apreciados, que são os Requerimentos n^{os} 228/12, 227 e 226, todos da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Paulo Davim, requerendo, com fundamento no §3^o do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 2^o da Lei n^o 1.579, de 18 de março de 1952, e no art. 148, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência e audiência pública da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Tráfico Interno e Internacional de Pessoas, na cidade de Manaus, para investigar fatos ocorridos na região pertinentes a seu objeto.

Também, na mesma direção, com base nos mesmos artigos da Constituição, do Regimento Interno e da lei, seja convidado representante do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, no Estado do Amazonas, para prestar esclarecimentos sobre o desaparecimento de adolescentes naquela localidade, supostamente vítimas de uma rede de tráfico de pessoas, bem como sobre outros casos pertinentes ao objeto da investigação desta CPI.

Também com base nos mesmos artigos da Constituição, do Regimento Interno e da lei federal, sejam convidados Bruna Valadares e Bruno Amaral do Carmo para prestarem esclarecimentos, perante os membros desta CPI, em Manaus, sobre seu recrutamento para o Estado de São Paulo por suposta rede de tráfico de pessoas.

São os requerimentos que ponho em votação. *(Pausa.)*

Aprovados, e não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, e declaro encerrada a presente reunião.

A próxima reunião será definida e informada pela Secretaria da Mesa para sua convocação, data, horário e local; audiência pública, no dia 3 de dezembro; e creio que a outra vamos definir e anunciar posteriormente.

Obrigada. Agradeço a todos os presentes.

(Iniciada às 15 horas e 3 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 11 minutos.)

SENADOR Paulo Davim
Presidente Eventual

Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo, criada pelo Requerimento nº 226, de 2011.

ATA DA 34ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 34ª Reunião realizada em 3 de dezembro de 2012, às oito horas e quarenta e dois minutos, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, sob a Presidência da Senhora Senadora **Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)** e com a presença do Senador **Paulo Davim (PV-RN)**. Na oportunidade em que foi realizada Audiência Pública com a presença dos seguintes convidados: Dr. Juvino Pereira, Promotor de Justiça; Dr. Fábio Rogério, Delegado-Geral da Polícia Civil; Dr. Eloi Carvalho Xavier, Delegado de Polícia; Dr. Márcio Delgado, Delegado de Polícia; Deputado Estadual Fernando Mineiro; Sr. Marcos Dionísio Pereira Caldas, Presidente do conselho Estadual de Direitos Humanos e Cidadania; Sra. Rosalene Lopes Pereira, Presidente do Conselho Comunitário do Planalto e Sr. Geraldo Pereira dos Santos, pai de Joseana Pereira dos Santos.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Aberta a 34ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 226/2011, nos termos do art. 59 da Constituição Federal e na forma do art. 145 do Regimento Interno do Senado, destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 a 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer ao Senador Paulo Davim, Vice-Presidente da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito e que tem dado uma grande contribuição. Nós temos realizado um trabalho na Presidência a quatro mãos. O Senador Paulo Davim tem sido um grande apoiador, uma grande sustentação da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ao mesmo tempo, quero justificar a ausência da Senadora Lídice da Mata, Relatora da nossa CPI, que, por conta de compromissos assumidos em seu Estado, Bahia, não pôde estar presente hoje. Além da Consultoria do Senado

Federal, que ajuda esta CPI nos trabalhos, temos a assessoria da Senadora Lídice e do Dr. Sanches, que está acompanhando os trabalhos e, sem dúvida nenhuma, levará tudo à Senadora Lídice, que é a nossa Relatora.

Agradeço, em nome dos membros da Comissão, ao Deputado Ricardo Motta, Presidente da Assembleia Legislativa do belíssimo Estado do Rio Grande do Norte, pela acolhida e, mais uma vez, pela disponibilização de toda a estrutura necessária para a realização desta audiência pública.

Lembro que estivemos aqui, Senador Davim, no mês de maio, quando contamos com a presença de muitas autoridades – Governo do Estado, representantes da Prefeitura, da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, da Polícia do Estado, do Ministério Público Estadual – e também da sociedade civil.

A partir daquela audiência, houve, por iniciativa do Senador Paulo Davim, uma solicitação muito forte no sentido de que a CPI se dedicasse muito a um caso que tem marcado a história, infelizmente de forma negativa, daqui, do Estado do Rio Grande do Norte, que é o episódio ocorrido há mais de 10 anos na comunidade chamada Planalto, onde cinco crianças, algumas bebês, desapareceram, e, até hoje, o caso continua sem qualquer indicativo. Em que pese o tempo em que esse fato ocorreu, nós entendemos, sobretudo o Senador Davim, a importância e a necessidade de seguir adiante. A notícia que temos tido em Brasília é a de que o Ministério Público, principalmente aqui no Rio Grande do Norte, tem-se dedicado muito a isso. Essa é uma das razões do retorno da CPI à cidade de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte.

Esperamos ter notícias mais concretas a respeito desse caso, mesmo porque o Brasil inteiro assistiu, e a CPI já esteve aqui no Estado da Bahia, a um caso muito semelhante a esse. Lá também foram cinco crianças; a diferença é que eram todas de uma mesma família e, diferentemente do que ocorreu aqui, houve muita dedicação. A CPI já ouviu... A Polícia está investigando, em nível nacional, as pessoas que cometeram aquele tipo de crime. Tudo indica que foi cometido com a participação de integrantes do Poder Judiciário e das forças policiais. Então, aquele caso ocorrido na Bahia, diferentemente do que ocorreu aqui, caminha para a elucidação.

Mesmo mais de uma década depois, entendemos que é muito importante que a CPI, o Ministério Público e a polícia continuem se dedicando não só para trazer um pouco de paz à família, mas também para mostrar ao País que esse crime não é tão impune assim. Infelizmente; de todos os crimes que acontecem no mundo e, principalmente, no Brasil, o tráfico de pessoas é o mais invisível, porque ele acontece, mas não é registrado, não existem estatísticas. Se fôssemos nos basear nas estatísticas para determinar políticas de combate, isso

ficaria muito difícil, porque o número de casos registrados formalmente é muito pequeno; é quase nada. Aqui, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Pernambuco, na Bahia, no Amazonas, em todos os Estados do Brasil, a formalização desse tipo de crime é quase nada, é praticamente nula. O Brasil tem feito um grande esforço no sentido de enfrentar esse problema. As CPIs que estão trabalhando, no nosso entendimento, têm o objetivo de ajudar nesse enfrentamento.

A nossa CPI deverá concluir os trabalhos até o final do mês de dezembro, mas independentemente da conclusão dos trabalhos, continuará a CPI da Câmara dos Deputados – aliás, a CPI do Senado foi muito importante para incentivar a Câmara dos Deputados a instalar uma CPI semelhante.

Estamos aguardando a chegada das famílias das crianças desaparecidas.

Já contamos com a presença do Sr. Marcos Dionísio, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos Humanos, cuja presença agradecemos.

Nós o convidamos para compor a Mesa.

Da mesma forma, convidamos para compor a Mesa, o Dr. Jovino Pereira, representante do Procurador-Geral, Dr. Manoel Onofre de Souza Neto.

Com a concordância do Senador Davim, vamos começar os trabalhos ouvindo o caso imediatamente, porque nosso principal objetivo hoje é focar as atenções da CPI neste caso.

A gente poderia começar com o Dr. Jovino, mas, antes de iniciar, eu quero passar a palavra ao nosso Vice-Presidente, para que também faça suas considerações iniciais.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Bom dia a todos e a todas!

A CPI, mais uma vez, está no Rio Grande do Norte, para tratar especificamente desse caso das crianças do Planalto.

Todos nós sabemos da dificuldade de se apurar crime do tráfico de pessoas, porque é um crime que se reveste de certa legalidade e, muitas vezes, passa despercebido aos olhos da sociedade e, sobretudo, das autoridades. Mas é um crime, cada vez mais presente. A gente precisa dotar o Estado de aparelho de enfrentamento desse crime. Isso foi feito na última audiência que fizemos aqui em maio, quando solicitamos ao Governo do Estado, Dr. Jovino, a instalação do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Nós achamos que esse caso do Planalto é emblemático. Quatorze anos se passaram, e nenhuma resposta foi dada. A sociedade precisa de respostas do Estado e, mais do que a sociedade, as famílias dessas crianças precisam de respostas. É até um ato de crueldade deixar povoar a mente e os corações das mães dessas crianças esse fantasma que atormenta a vida de todos. O Estado, na

minha avaliação, está sendo omissa; omissa no esclarecimento desse fato e também no aporte a essas famílias do zelo, do cuidado, da solidariedade, da presença do Estado como um suporte psicológico, de um apoio que essas famílias durante 14 anos não têm recebido.

Dr. Jovino, nós não podemos, na condição de entes públicos, jamais, continuar no silêncio, na omissão, que contribui para que fatos semelhantes a esse do Planalto se perpetuem, tornando-se verdadeira tortura para as vítimas.

Portanto, a CPI está aqui no sentido de contribuir.

Nós já encaminhamos ao Ministério da Justiça requerimento solicitando ao Ministro José Eduardo Cardozo a presença da Polícia Federal. Fico feliz em receber a informação de que o Superintendente da Polícia Federal daqui, por orientação do Ministério, convidou o Dr. Jovino para levar as informações da Polícia Federal ao Ministério. Acredito que está bem próxima a entrada da Polícia Federal nesse caso.

Essa informação relevante surgiu ou, pelo menos, tornou-se pública de maio para cá, ou seja, nesse ínterim, entre a primeira reunião da CPI do Tráfico de Pessoas aqui e esta segunda, em que nós formalmente pedimos às autoridades do Estado a reabertura desse caso, o empenho nesse caso, informações relevantes vieram à tona, que é a presença de estrangeiros na ocasião, o que pode ter algum tipo de envolvimento no desaparecimento das crianças.

Eu entendo que, se hoje em dia é difícil as pessoas raciocinarem sobre a possibilidade de tráfico de pessoas, tráfico de seres humanos, eu imagino que, 14 anos atrás, esse raciocínio era muito mais difícil e, talvez, por falta desse suporte, não havia uma linha de pensamento investigativo no sentido de buscar subsídios para formatar essa hipótese de tráfico de crianças, a existência dessa quadrilha de tráfico de pessoas, que apavora o mundo. O tráfico de pessoas apavora o mundo.

Há pouco tempo, o *Premier* do Haiti denunciou na imprensa internacional que as crianças do Haiti estavam sendo traficadas. Em junho deste ano, o governo chinês prendeu 800 pessoas e conseguiu reaver 131 crianças que tinham sido traficadas. Portanto, é um crime real, presente em todas as nações.

Eu quero agradecer-lhe, Dr. Jovino Pereira. Eu tenho a mais absoluta certeza de que o seu depoimento hoje será o mais importante, determinante para o curso do trabalho da CPI do Tráfico de Pessoas. Quero agradecer sua presença aqui e também a presença do sempre presente, incansável Dr. Marcos Dionísio, Presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos.

Passo a palavra a V. S^a. Fique à vontade.

O SR. JOVINO PEREIRA DA COSTA SOBRINHO –

Inicialmente quero cumprimentar todos os presentes na pessoa da Presidente desta CPI, Senadora Vanessa Grazziotin, e do Vice-Presidente, Senador Paulo Davim.

Nesse contexto, em nome do Procurador-Geral de Justiça e no meu nome, especificamente, representando a Promotoria de Justiça de Investigação Criminal e Controle Externo da Atividade Policial da comarca de Natal, quero dizer da nossa satisfação e da renovação da esperança de que esse caso que nós detectamos no ano de 2008, que estava parado há bastante tempo, venha a ter um desfecho, seja com a participação da Polícia Civil em colaboração com a Polícia Federal, se for o caso, seja, efetivamente, com a participação da Polícia Federal.

É importante, nesse contexto, destacar que o Ministério Público, verificando as deficiências, seja no aparato estatal no tocante à investigação de crimes, seja nos mecanismos de que ele dispõe para tornar efetiva a investigação, em 2005, criou, instituiu, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, a Procuradoria de Justiça de Investigação Criminal e Controle Externo da Atividade Policial com o foco de aproximar o Ministério Público do aparato de segurança e deixar claro que o núcleo do Ministério Público queria tratar da defesa do direito difuso à segurança pública nas suas mais variadas vertentes.

Nesse contexto, Senadores, nós começamos a funcionar em 2006 e desde então temos, cada vez mais, detectado as dificuldades na área de segurança pública e exigido informações, seja através de ações judiciais, seja através da própria atividade do Ministério Público, requisitando, deliberando, notificando, realizando de forma complementar e, às vezes, de forma mais autônoma essas investigações, complementando-as ou realizando-as diretamente, tentando dar efetividade e eficiência a esse direito difuso à segurança pública, seja no tocante à investigação, seja no tocante a dotar o Estado das condições necessárias para que os aparatos de segurança pública, a estrutura de segurança pública funcione e de forma efetiva.

Nesse contexto, nós começamos a levantar a demanda de crimes e de investigações existentes no Estado do Rio Grande do Norte, mais especificamente em Natal. Nós priorizamos determinados tipos de crime. Para V. Ex^a ter uma ideia, Senador, nós chegamos a detectar, em determinado ano, a não instauração, a não formalização como inquérito policial de algo em torno de 80 homicídios ocorridos só na região. Isso levou o Ministério Público, mediante

esse trabalho, a exigir que a Polícia instaurasse esses procedimentos e desse o andamento devido. Isso nós verificamos também em outros crimes.

Em 2008, chegou à nossa Promotoria justamente este inquérito: o desaparecimento das crianças do Planalto. E, desde então, a nossa Promotoria vem envidando todos os esforços, seja no âmbito da Polícia Civil, seja buscando a parceria da Polícia Federal, apesar da resistência da Polícia Civil nessa parceria – e até hoje não entendemos o porquê disso –, já que, desde o início, nós tínhamos informação da possibilidade do tráfico de pessoas, seja sob o enfoque nacional, seja sob o enfoque internacional. Então, nós vimos, desde 2008, insistindo na parceria da Polícia Federal, que demanda também a participação da Interpol.

Especificamente, com relação ao caso do Planalto, nós verificamos que o Ministério Público, ainda em 2008, detectou que não havia, à semelhança do que ocorreu em homicídios e outros crimes, investigação instaurada para apurar esses desaparecimentos. Em 2001, o Promotor que hoje atua na Zona Norte, o Benildo, requisitou e determinou que fosse instaurado um inquérito para investigar todos esses fatos, porque, até então, o que a Polícia Civil tinha eram só os boletins de ocorrência guardados em suas gavetas, dossiês, notícias, alguns depoimentos colhidos. E, a partir de 2001, o Ministério Público passou a cobrar da Polícia Civil, por intermédio dos seus órgãos diretivos, justamente esse controle.

Eu vou repassar alguns documentos à CPI, para que deles a Comissão tome conhecimento.

Em 2001, inclusive, o então subsecretário da Polícia Civil chegou a encaminhar documentos à Corregedoria da Polícia Civil, para que apurasse a responsabilidade dos delegados que não instauraram esses procedimentos, justamente detectando que era uma atitude incabível haver crimes dessa magnitude, que poderiam ensejar tráfico de pessoas e também homicídio, sem que sequer tenha sido instaurado o procedimento. Então, o Ministério Público passou, desde então, a exigir da Polícia Civil meios, condições, dedicação, prioridade não só para esses casos graves, como homicídio, tortura, crimes praticados por grupos de extermínio, crimes específicos praticados por agentes públicos da área de Segurança Pública, que são focos da atuação da nossa Promotoria, mas também para esse caso específico do Planalto.

Desde o início de 2008, nós nos deparamos com esse caso e entendemos não só que era emblemático, mas de grande vulto, seja pela repercussão, seja pela forma como ocorreu. Nós temos cinco crianças desaparecidas e duas possíveis tentativas de desaparecimento. Portanto, na

realidade, nós temos, na investigação, sete crianças: em cinco casos se materializou o desaparecimento e dois foram prováveis tentativas.

Contextualizando a época, nesse período, a partir do primeiro desaparecimento, em 1998, a sociedade potiguar começou a viver certa preocupação com relação às crianças. Então, surgiram dezenas de informações, boletins de ocorrência e depoimentos de pessoas que diziam que grupos estariam agindo, tentando sequestrar crianças. De forma concreta, nós temos esses sete casos – cinco concretizados e dois de possíveis tentativas – no entorno do bairro Planalto, onde funcionava o chamado forno do lixo. Era uma área extremamente carente de nossa cidade, de moradia bastante precária, onde houve toda essa situação.

Os delegados que passaram pela investigação sempre materializaram a falta de apoio da Secretaria de Segurança Pública ou da direção da Polícia Civil no tocante a dotá-los das condições necessárias para que implementassem, com o mínimo de eficiência, a investigação. E aí passaram vários delegados, como a Dr^a Kalina Leite, que hoje está na Corregedoria. Tenho documentos a respeito dessa demanda.

No final de 2008, assim que assumimos e nos deparamos com essa situação, nós começamos a atuar de forma mais efetiva com a Delegacia de Defesa da Criança e do Adolescente, que, na época, estava com a investigação – à frente a Dr^a Adriana Shirley, que atuou nesse processo de 2003 até 2010; foi a Delegada que passou maior tempo investigando.

Diante da falta de condições, nós começamos a exigir da Polícia Civil um mínimo de estrutura para que ela pudesse desenvolver o seu trabalho. Dessa forma, conseguimos mais viaturas para se dedicarem exclusivamente a essa investigação, agentes da Polícia Civil para se dedicarem exclusivamente a essa investigação. E começou-se a traçar uma linha de investigação voltada a esclarecer os vários pontos tratados, o que nos levou a diligenciar Estados vizinhos como Paraíba, Ceará, Pernambuco, na busca justamente de elucidar as informações que chegavam – que chegaram à época e estavam chegando àquela ocasião –, segundo as quais as crianças poderiam ter sido adotadas à brasileira, ou seja, de forma irregular e estariam nesses Estados.

Conseguiu-se identificar também nessa época uma criança em Porto Alegre. Inclusive, viabilizou-se a realização do exame de DNA, e, felizmente, essa criança não foi identificada. Ela se parecia bastante com uma das crianças desaparecidas, mas o exame de DNA deu negativo.

Nós sempre cobramos o aparato da Polícia Civil e, em outubro de 2011, foi designado o último Delegado que ainda está atuando no caso, o Dr. Márcio Delgado Varandas, que atua em Macaíba. Nós oficiamos para que o Dr.

Márcio devolvesse ao Ministério Público o inquérito policial, que é outra faceta da Promotoria de Investigação Criminal. E acabou-se com a chamada triangulação, ou seja, o inquérito precisava ir ao Judiciário, chegar ao Ministério Público para que este determinasse quais seriam as diligências necessárias, depois voltar ao Judiciário para ir à delegacia. Então, a partir de 2011, essa triangulação acabou e, hoje, o inquérito, embora registrado pelo Poder Judiciário, tramita diretamente do Ministério Público à Polícia Civil. Com isso, ganhamos tempo e estreitamos o relacionamento.

No contexto dessa investigação conduzida pela Dr^a Adriana Shirley, com a participação do Ministério Público, nós chegamos a realizar algumas medidas cautelares, especificamente interceptações telefônicas que, infelizmente, não tiveram êxito. A investigação não se aprofundou nessa linha do tráfico de pessoas, que era uma linha, desde o início, presente no caso, porque nós estávamos lidando com supostas ONGs e pessoas vindas de outros Estados, até estrangeiros – no caso específico de conhecimento da CPI – que atuavam na área do forno do lixo, especificamente junto às famílias. Inclusive, havia depoimentos bem consistentes no sentido de que as famílias eram abordadas para viabilizar essas adoções à brasileira, entregar as crianças para serem adotadas.

O que nos causou espécie, que nos deixou bastante preocupados foi que nós requisitamos, agora em outubro, o retorno desse inquérito à delegacia de Polícia Civil e esta disse que não tinha conhecimento de sua existência. Isso nos deixou extremamente preocupados. Ao final das contas, descobrimos que a delegacia de Polícia Civil havia se equivocado e tivemos que subsidiá-la, e isso nos causou preocupação, dizendo qual era o número do inquérito e do que se tratava para que eles identificassem onde estava. Por fim, o Dr. Márcio Varandas nos encaminhou um expediente no qual retrata que não teve condições de fazer a investigação. São 14 anos e a Polícia Civil ainda não dá as condições materiais aos delegados para desenvolver as investigações com um mínimo de eficiência. Nós estamos preocupados com essa situação.

Louvamos a presença da CPI aqui, mas queremos trazer algumas informações especificamente a respeito do caso Planalto.

Nós temos uma investigação, como todos sabem, que só foi instaurada em 2001, ou seja, depois de concretizado o último desaparecimento, por provocação do Ministério Público. Então, foi o Ministério Público que requisitou e determinou a instauração do inquérito. Vários promotores passaram por essa investigação, inclusive o atual Procurador-Geral, Dr. Manoel Onofre, que foi um dos que, no contexto desse caso, antes da criação dessa promotoria de investigação, também participou.

Nós tivemos vários delegados que também participaram e, para os senhores terem uma ideia, essa investigação só chegou a ser encaminhada ao Poder Judiciário em março de 2005. Passou, desde a instauração em 2001 até março de 2005, efetivamente só pelo âmbito da Polícia Civil. De fato, constam nos autos informações relevantíssimas que demandam, não só de nós, do Ministério Público, mas da Polícia Civil e da própria CPI, uma reflexão a respeito da possibilidade realmente concreta de que essas crianças tenham sido sequestradas em um contexto de tráfico de pessoas. Existem informações concretas a respeito.

Existem informações de que, no ano de 2000, um casal de estrangeiros, especificamente no mês de maio, inclusive isso foi registrado na mídia na época, teria embarcado com um casal de potiguares com sete filhos com destino a São Paulo. Nós detectamos essa situação. O Ministério Público diligenciou no sentido de obter essas informações junto à Fly Linhas Aéreas – na época, era a empresa que operava, hoje desativada. Em julho de 2000, esse casal chegou a ser abordado por uma operação da Polícia Civil comandada pelos Delegados Dr. Eloy e Dr. Heleno Luiz. Eles estavam embarcando também com destino a São Paulo e verificou-se que, em uma determinada residência em Ponta Negra, esse casal havia alugado uma residência para um casal morador de rua e seus três filhos. Esse casal, inclusive, foi identificado, foi ouvido à época pela autoridade policial, inclusive com a presença de promotores.

Desde que tomamos conhecimento, em 2008, quando analisamos o inquérito, sempre apontamos à Polícia Civil a necessidade de uma parceria com a Polícia Federal, até para identificar a atuação desse casal estrangeiro. Coincidentemente, as informações que constam dos autos é que ele esteve aqui no período do desaparecimento dessas crianças. Então, é uma informação relevante. Desde 2008, insistimos que a Polícia Civil aprofundasse essa investigação nessa linha em parceria com a Polícia Federal. E nós não entendemos porque, até hoje, isso não foi feito. Buscou-se essa parceria com a Polícia Federal.

As informações a respeito dessa linha de investigação são buscadas pelo Ministério Público, até junto a empresas. Recentemente buscamos informações nas operadoras de telefonia, com base em uma lei recentemente publicada que, embora trate da lavagem de dinheiro, permite a obtenção de dados em investigações de crimes graves, de outros crimes. Então, buscamos essas informações nas operadoras. E estamos buscando informações com a Polícia Federal para verificar quantas vezes esse casal saiu, qual foi o período em que esse casal saiu do País, qual foi o trânsito desse casal no Território nacional.

Além disso, apontamos à Polícia Civil que, em dois episódios de desaparecimentos, testemunhas chegaram a visualizar a presença de um veículo, no horário em que ocorreu o desaparecimento, se evadindo no local. Então, apontamos à Polícia Civil a existência dessas informações. Hoje, depois de 14 anos, nós estamos extremamente preocupados, porque há muita dificuldade na investigação, até porque, inclusive, uma mãe de criança já faleceu, como também duas testemunhas relevantes no caso já faleceram.

Dando fechamento a esse momento de participação do Ministério Público, eu queria sugerir à CPI um encaminhamento no sentido de conseguir que a Polícia Civil realmente assuma um compromisso de fixar um prazo, de designar um delegado e equipes exclusivamente para desenvolver essa investigação, para concluir essa investigação. Do jeito que a Polícia Civil está agindo não vai surtir efeitos. Deve-se designar um delegado especial que acumule, dentro de outras atribuições, essa investigação específica ou se pensar na possibilidade, sob o foco desse tráfico de pessoa, de federalizar essa investigação, de passar toda ela para a tutela da Polícia Federal. E, aí, ela vai contar, seja a Polícia Civil, seja a Polícia Federal, com a colaboração e a participação do Ministério Público.

O Ministério Público, desde que tomou conhecimento, vem colocando como prioridade essa investigação, vem cobrando, inclusive demandando judicialmente. Nós ingressamos com requerimentos judiciais no sentido de compelir o delegado, na época, o delegado de Polícia Civil. Daí resultou nesse acréscimo de estrutura. Nós demandamos judicialmente para que o Judiciário obrigue a Polícia Civil a dotar o delegado especial, que na época estava investigando o caso, de uma estrutura mínima para fazer essa investigação. Entretanto, hoje, nos deparamos com uma situação...

Essa investigação demanda a necessidade de viagens, a necessidade de diárias e, infelizmente, o Governo do Estado, a Secretaria de Segurança, a Polícia Civil está alegando dificuldades orçamentárias, seja no tocante a essa questão operacional, seja no tocante a pessoal e apoio logístico.

Então, é importante que a CPI dê esse encaminhamento, esse reforço. De fato, estivemos com o Superintendente da Polícia Federal no sentido de subsidiá-lo com as informações necessárias para que o Ministro da Justiça decida a respeito do auxílio da Polícia Federal, da participação da Polícia Federal ou da assunção efetiva da Polícia Civil na investigação como um todo.

Quero dizer que o Ministério Público, especificamente esta Promotoria de Justiça, concorda, em prol da elucidação do caso, seja com a federalização, seja com essa busca de um compromisso maior da Polícia Civil

em garantir assistência a esses pais e à sociedade potiguar que se indigna, se indignou na época, e vem se indignando com a situação desse caso específico.

Então, quero agradecer e parabenizar a CPI por estar aqui mais uma vez e por trazer esse reforço a essa cobrança do Ministério Público de uma efetividade na investigação.

Muito obrigado.

O SR. PAULO DAVIM (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Dr. Jovino.

Temos algumas perguntas a fazer.

Dr. Jovino, eu entendo que o Ministério Público tem sido bastante atuante nesse caso. Mas, infelizmente, como o senhor falou, houve, de certa forma, falta de apoio da Secretaria e dos governos à elucidação desse caso, que é tão importante. Eu pergunto ao senhor, a respeito desse casal de estrangeiros: o senhor tem acesso ao nome dessas pessoas, alguém informou ao Ministério Público ou consta no inquérito o nome desse casal?

O SR. JOVINO PEREIRA DA COSTA SOBRINHO – Consta. Esse casal é bastante conhecido desde o início da investigação. Então, tem-se o nome completo, seja do varão, vamos dizer, do homem, como da mulher. Ela é uma brasileira, casada com um norte-americano. Então nós temos realmente o nome desse casal. E nós temos, eu quero repassar inclusive à CPI, esta informação: esse casal, em função de uma matéria jornalística, na época, em que se ventilou o nome desse casal como suspeito, entrou com uma ação de indenização contra uma emissora de TV local e jornalistas que divulgaram, na época, essas informações. E nessa ação civil, que tramita na 1ª Vara Cível da comarca de Natal, nós temos o nome completo desse casal e o seu endereço. Isso tudo nós apontamos para a Polícia Civil. É um casal facilmente identificável e localizável. Mora no interior do Estado de São Paulo e realmente existe uma linha de investigação forte, porque esse casal estaria residindo aqui em Natal no período do desaparecimento dessas crianças. Então, desde o início, o Ministério Público, nas suas manifestações, pontua a necessidade de também a Polícia Civil ter como norte essa linha de investigação. O nome do casal está disponível.

Eu passo inclusive à CPI não só essas informações a respeito, mas os expedientes da Polícia Civil falando da falta de estrutura, das condições. Há um expediente inclusive mais recente do delegado dizendo de algumas não providências, uma informação do setor de distribuição do fórum local atestando que a única investigação instaurada efetivamente é essa, desse inquérito, informações da época, de 2010, a respeito dos claros, da deficiência de pessoal da Polícia Civil, e sobre a situação atual do inquérito policial 001050067649, que investiga o desaparecimento das crianças do Planalto, e essa ação civil de

indenização por dano moral movida por esse casal contra uma emissora de TV e seus jornalistas, que divulgaram seus nomes. O número da ação é 001010086944. Tramita na 1ª Vara Cível da comarca de Natal. Vou passar às mãos da Comissão.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Presidente, a CPI tem autoridade para convocar o casal e inclusive para denunciá-lo formalmente à Polícia Federal. É o que nós vamos decidir numa reunião de trabalho esta semana ainda. Nós vamos fazer isso. Nós não vamos fazer sensacionalismo, nós vamos investigar sim. Podem ter certeza disso.

Agora, eu não entendi, Dr. Jovino, por que está em segredo de justiça. O senhor poderia me explicar?

O SR. JOVINO PEREIRA DA COSTA SOBRINHO – Bom, o segredo de justiça ocorreu justamente nesse período de 2008 a 2010, quando nós realizávamos as interceptações telefônicas. Então, em 2010, esse segredo de justiça foi levantado, ou seja, deixou de existir, e hoje o processo é público, qualquer pessoa pode ter acesso. E, por ser um processo público, estarão lá as informações a respeito das interceptações telefônicas realizadas e que, infelizmente, não tiveram êxito, embora, destaque, nessas medidas que intentamos, nós, na época, não conseguimos identificar os telefones desse casal de estrangeiros.

Há outro fato relevantíssimo a respeito desse casal. É que nós conseguimos, embora informalmente, identificar os prenomes de duas pessoas, de dois potiguares, com os telefones, que teriam, na época, auxiliado esse casal quando da sua estada aqui. Então é uma informação também relevante. São dois nomes. Inclusive foi esse casal que estava com os filhos na casa alugada por esse casal em Ponta Negra, em 2000, justamente que apontou o nome dessas duas pessoas que os estariam auxiliando. É bom que se diga que esse casal chegou a confirmar que eles e esses outros que os auxiliavam estariam abordando moradores de rua com crianças, ofertando moradia, alimentação. E embora tenham negado que esse casal e os seus colaboradores os tivessem abordado no sentido da adoção dessas crianças, da entrega dessas crianças, no contexto da investigação, isso ficou evidente.

Hoje, a investigação não está sob sigilo. É uma investigação pública a que qualquer pessoa pode ter acesso, não só os familiares, mas as pessoas da imprensa, a sociedade, qualquer autoridade pública. O inquérito inclusive dá acesso ao nome do casal. Eu posso declinar os nomes, porque é público o nome do casal estrangeiro. Inclusive, esse casal estrangeiro chegou a, através de advogado, solicitar ao Ministério da Justiça, ele na condição de estrangeiro e ela na condição de esposa de estrangeiro – eles entraram com

habeas data – que fosse esclarecido se eles estavam na condição de indiciados, suspeitos, investigados, em face da reportagem, na época, que os apontava como prováveis suspeitos. O nome desse casal é Jeffrey Alan Preuss e sua esposa Arlete Cury Mahs.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Esse casal, doutor, foi o mesmo que o senhor citou há pouco tempo, que viajou para São Paulo com outro casal de potiguares com sete crianças? É... Então acho que tem indícios fortes, realmente.

Na verdade, nessa abordagem desse casal que morava numa casa alugada pelo casal estrangeiro, em Ponta Negra, foi esse casal que morava lá que informou da abordagem do casal estrangeiro a moradores de rua? Por favor, pode responder, porque estamos gravando.

O SR. JOVINO PEREIRA DA COSTA SOBRINHO – Exatamente. Esse casal teria sido o responsável pelo aluguel dessa casa, pela abordagem desse casal, e ele foi inclusive reconhecido na época. Nós temos o nome do casal. Bom, o casal seria a Sr^a Patrícia Cristina dos Santos e o Sr. João Maria de Freitas, aliás, Eduardo Júnior Félix da Silva. E nessa casa também existia um amigo desse casal: João Maria de Freitas. Eles inclusive foram ouvidos e reconheceram o casal como sendo as pessoas responsáveis pela abordagem e pelo aluguel da casa.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM. Fora do microfone) – Qual é o nome dela?

O SR. JOVINO PEREIRA DA COSTA SOBRINHO – Ele é o Eduardo Júnior Félix da Silva e ela Patrícia Cristina dos Santos.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM. Fora do microfone) – E eles moram aqui?

O SR. JOVINO PEREIRA DA COSTA SOBRINHO – Eles moram aqui, embora as últimas informações deles sejam dessa época, de 2001. Foi a última vez que foram ouvidos. Seria interessante a...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Foi esse casal que reconheceu o americano?

O SR. JOVINO PEREIRA DA COSTA SOBRINHO – Esse casal que reconheceu o americano.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Tem o endereço aqui, num dos documentos que o senhor passou, Dr. Jovino, do casal de americanos?

O SR. JOVINO PEREIRA DA COSTA SOBRINHO – Na ação civil que ele interpôs, que foi interposta contra a emissora de TV há o endereço do casal americano. Eles moraram, inicialmente, salvo engano, em Americana,

e, pelo menos, pelas últimas informações, eles estariam em Araraquara, Estado de São Paulo.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Certo.

Uma pergunta, a título de esclarecimento. Por que dados tão relevantes como esses, que, seguramente, se tivessem se tornado públicos há algum tempo, teriam jogado luz neste caso tão obscuro; por que, até então, não vieram a público, não vieram à tona essas informações que são fundamentais, são determinantes?

O SR. JOVINO PEREIRA DA COSTA SOBRINHO – Na verdade, essas informações vieram a público inclusive na época. O que nós não entendemos é por que a Polícia Civil, apesar da cobrança da sociedade, apesar da cobrança do Ministério Público, não adotou qualquer providência para trilhar essa linha de investigação. Inclusive na época – e ainda hoje – nós insistimos que fossem ouvidos os Delegados que fizeram essa investigação, que é o Dr. Elói Carvalho Xavier, que inclusive requereu judicialmente, representou ao Ministério Público, foi requerida judicialmente essa busca e apreensão dessas crianças lá no bairro de Ponta Negra, onde essa casa é locada; os policiais civis Ranieri Fernandes, Hertz Câmara de Souza, Ubiratan Martins de Araújo, que participaram de todas essas diligências, seja na identificação desse casal – até hoje nós não entendemos por que eles não foram ouvidos adequadamente no sentido de aprofundar essa linha de investigação –, como também o Delegado Heleno Luiz que abordou esse casal quando, em julho de 2000, eles já estavam embarcando para São Paulo. Eles inclusive, na época, tinham passagens pela BRA e, pela abordagem e pela necessidade de prestar esclarecimentos a respeito desse casal de quem eles locaram a casa, perderam esse voo e foram depois justamente na Fly Linhas Aéreas. Nós inclusive juntamos ao processo essas informações.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Muito bem, doutor. Presidenta da Comissão, Senadora Vanessa, alguma abordagem?

Quero informar que já estão presentes aqui o Sr. Severino de Lima Cardoso, pai da criança Yuri Tomé Ribeiro; também o Geraldo Pereira dos Santos, que é pai de Joseane Pereira dos Santos; e Maria Sueli Tomás Ribeiro, mãe de Yuri. Daqui a pouco nós vamos ter o Dr. Elói Carvalho Xavier, Delegado da Polícia Civil, que está aqui presente – muito obrigado, doutor. Há mais alguém, Delegado? Ah, os policiais. Sejam bem-vindos todos.

Passo a palavra para a Presidente.

A SR^a. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM)
– Quero dar as boas-vindas aqui aos familiares.

Nesta sessão, eu gostaria que a gente tivesse um caráter diferenciado, nós não estamos aqui para ouvir discursos em relação ao assunto. Nós já viemos aqui em maio, ouvimos várias entidades, a Governadora esteve presente, enfim, esta audiência pública tem mais o objetivo de tratar desse assunto especificamente. E o objetivo da CPI – e aí muito pela dedicação do Senador Paulo Davim – é ver, tantos anos depois, mesmo assim sendo, como podemos dar uma contribuição para que o caso possa voltar a ser investigado. Esse é o nosso objetivo principal. E aí, Senador Paulo Davim, V.Exª já levantou algumas dúvidas.

Nós recebemos do Dr. Jovino algumas cópias de alguns processos que, como ele disse, já foram processos sigilosos e hoje não são mais. E, pelo que percebemos estudando um pouco a matéria, lendo um pouco sobre a matéria, mesmo a decretação de sigilo à época de pouco serviu, porque as investigações nada ou quase nada avançaram, a ponto de, apesar de haver suspeitos à época, tantos brasileiros apoiarem os estrangeiros. O que o Dr. Jovino fala aqui é algo extremamente grave. Então, acho que o nosso objetivo agora é entrar nessa questão.

Aqui está presente a Polícia Civil. Penso que seria importante, talvez, que eles vissem quem deles pode vir à Mesa para abirmos espaço para que eles possam falar também. Porque o que eu ouvi aqui do Dr. Jovino é algo muito grave; não houve o empenho necessário da Polícia Civil para investigar o caso. Nós não podemos chegar aqui e ser levianos, quem quer que seja, um Senador da República, um promotor de Justiça, de chegar a uma conclusão, expressar um juízo de valor: “Olha, a investigação não transcorreu porque havia uma cumplicidade”. Não, nós não podemos chegar a isso. Agora quem deve chegar às conclusões são as investigações. E o que nós precisamos fazer é reacender as investigações.

Então, a primeira pergunta que eu faço é ao senhor, Dr. Jovino. O senhor nos passou uma cópia aqui relativa a um dos desaparecidos, o Processo Criminal nº 00105006764-9. Ele se refere ao desaparecimento do Yuri, cujos pais aqui estão. Este processo não está arquivado, este procedimento? Não está arquivado?

O SR. JOVINO PEREIRA DA COSTA SOBRINHO – Como eu havia exemplificado, a existência da Promotoria levou a que... Do ponto de vista do Judiciário, ele estaria arquivado administrativamente, porque o trâmite hoje do inquérito...

A SRª. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Arquivado administrativamente?

O SR. JOVINO PEREIRA DA COSTA SOBRINHO – Isso; mas no âmbito do Poder Judiciário. Porque no âmbito do Ministério Público, ele é só registrado no Poder Judiciário e passa para o Ministério Público para, junto com a Polícia Civil, fazer o trâmite só agora do Ministério Público para a Polícia Civil. Só quando há necessidade de alguma medida judicial é que volta, ele é reativado pelo Poder Judiciário.

Ao final da investigação nós temos a denúncia, a promoção de arquivamento, onde ele é reativado novamente.

A SRª. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Eu pergunto ao senhor: qual a possibilidade, de vez que nós estamos tratando de Ministério Público, é o Ministério Público estadual – aqui no caso, e o nosso objetivo é tentar federalizar essa investigação –, qual a possibilidade legal de envolvermos o Ministério Público Federal também, em parceria com o estadual, neste caso?

O SR. JOVINO PEREIRA DA COSTA SOBRINHO – Bom, no âmbito do Ministério Público a possibilidade é concreta, é efetiva. O Ministério Público Estadual quer, seja de que modo for, dentro da legalidade, garantir que haja efetividade na investigação. Então, o Ministério Público estadual é totalmente favorável seja à federalização, seja à busca de um compromisso da Polícia Civil, de uma equipe específica, para fazer essa investigação. Tanto num quanto noutro aspecto, o Ministério Público estadual é favorável. O objetivo, eu acho, de todos nós aqui, é justamente buscar mecanismos para que essa investigação tenha continuidade e de forma eficiente, de forma efetiva. É importante ficar claro que esse inquérito que V.Exª pontuou, embora a vítima seja identificada como Yuri, na realidade, investiga o desaparecimento de todas as crianças.

A SRª. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – De todas as cinco crianças. Perfeito. Então quer dizer que, neste inquérito, estão os cinco casos?

O SR. JOVINO PEREIRA DA COSTA SOBRINHO – Na realidade, sete. São os cinco casos concretos e duas tentativas.

A SRª. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – É, porque o que percebemos, o que não soa bem aos nossos ouvidos é o fato de que tantas evidências havia à época. Nós lemos, eu li parte de alguns dos casos, e vi que os próprios pais permitiam que algumas crianças dormissem na casa de vizinhos, dormiam na casa de parentes, dos avós – não sei se é o caso do Yuri, aqui está o pai, que à época chegou a ser detido e inclusive disse à época que sofreu violência dentro da polícia, ou seja, além de ter a situação do filho desaparecido, ainda sofreu não só um constrangimento, mas uma ação de

violência – e o que não soa bem é esse fato de que tantas evidências havia à época e nada – nada! – aconteceu. Então eu faço a seguinte sugestão, Senador Paulo Davim: que a gente convide os representantes – inclusive alguns dos citados estão presentes aqui – da Polícia Civil para que possam vir aqui também e falar a respeito do caso. E, na sequência, passamos a palavra à família inclusive para fazer alguns questionamentos.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Delegado Elói, por favor.

Quero registrar a presença do meu estimado amigo, o grande Deputado Fernando Mineiro, do Partido dos Trabalhadores, que está aqui presente. Muito obrigado, Mineiro.

Por favor, Delegado.

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – Excelentíssimo Sr. Senador Paulo Davim; Excelentíssimo Sr. Promotor, Dr. Jovino; Dr. Marcos Dionísio, excelentíssima senhora representante dos direitos humanos, em nome dos quais saúdo a todas as autoridades aqui presentes e a todos, eu atuei no caso desse sequestro das crianças do Planalto, não designado oficialmente; extraoficialmente – sequer foi publicada uma portaria me designando para trabalhar nesse caso.

Nós, na realidade, começamos nossas investigações precariamente. Nós éramos titular da Delegacia de Felipe Camarão, uma das mais complicadas de Natal até hoje. Não tínhamos viatura, não tínhamos pessoal, porque a delegacia ali era considerada, era chamada de delegacia Alcatraz. O policial que ia para lá era por punição, porque era alcoólatra ou por coisas dessa natureza. Não tínhamos viaturas, como já disse. Não tínhamos escrivão e sequer computador. Nós trabalhávamos com aquelas máquinas antigas. Todo esse serviço que nós fizemos foi precariamente, em carros particulares – o meu próprio e os dos agentes –, e eram ouvidas as pessoas dentro dos matos, em suas residências, de uma forma muito precária.

Todos esses levantamentos que foram citados pelo Dr. Jovino foram feitos por nós – eu e minha equipe. Inclusive, nós solicitamos DNA, conseguimos o DNA através de uma empresa privada – viu, doutor? –, porque o Estado não pôde pagar, dessa criança que parecia, se não engano, com o Yuri, que apareceu na televisão.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Moisés.

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – Moisés. A família nos procurou, achou muito parecida. Nós conseguimos, com muita garra, com muito sacrifício esse exame de DNA. Foi uma empresa privada que bancou. Nós conseguimos também.

Esse casal que o doutor citou, lá de Ponta Negra – nós tomamos conhecimento desse fato –, trouxemos para a delegacia, para tomarmos o depoimento deles. Ele era conhecido por Taeca – não me lembro o nome que o senhor falou – e a companheira dele a Priscila, os quais viviam em Ponta Negra com as filhas, com muita droga na residência, mantidos pelo casal que viajou, e eu vou contar a história da viagem, que foi muito complicada. Eram mantidos por esse casal, com auxílio de dois universitários, cujos nomes constam nos autos.

Eu não tenho os autos. A única que eu trouxe aqui, que eu tenho, na realidade, é o *curriculum vitae* do americano, com todos os dados dele. E, inclusive, o nome do médico para o qual foram levadas as crianças no voo da BRA, à época – está certo? –, o Dr. Levi, de uma cidade vizinha a Araraquara. É ali perto, um engenheiro.

Eu faço parte desse processo de indenização por danos morais. No primeiro, não apareceu ninguém. No segundo, apareceu apenas a advogada, a Dr^ª Ariane, que entrou com *habeas data*, para que eu fornecesse cópia de todo o procedimento, porque eles queriam, óbvio, tomar conhecimento. Como eu, na realidade, não instaurarei esse procedimento, na minha época eu recebi um dossiê muito precariamente, numa folha daquelas de papel almaço, do Dr. Antonio Carlos, da mesma forma, continuei. Agora, só que nós continuamos trabalhando. Precariamente, mas trabalhando. Chegamos a todos esses nomes e a esse levantamento na época, até culminar com a viagem, no aeroporto, desse pessoal. Então isso aí, como disse, foi precariamente.

Ocorre que nós estávamos trabalhando e tínhamos conhecimento de informações do pessoal do Planalto de que um casal estava frequentando esporadicamente o lixão – o Planalto e o lixão. Eles procuravam, especialmente, pessoas com filhos pequenos. Esse casal, eles diziam que era um português e uma brasileira. A brasileira era a Arlete. O português – que eles achavam que era português, porque falava um português com sotaque –, na realidade, depois a gente veio saber que era o americano Jeffrey. Eles frequentavam lá. Coincidentemente, sempre que eles estavam por lá, faziam aquelas falsas missões. Eles se diziam missionários, ora ela era enfermeira, ora era socióloga, outra hora era professora, inclusive se disse até professora da Sr^ª Miriam, da TV Ponta Negra, o que, na realidade, não foi. Era só conversa dela.

Então, nós começamos a trabalhar em cima desse casal, para tentarmos localizá-lo, porque eles compareciam lá esporadicamente. Sempre que compareciam à noite, sumia uma criança. Foram cinco, nesse tempo. E sempre num carro preto. Pelas características a gente chegou à conclusão de que era um Opala. Realmente, a gente veio depois verificar que se tratava de um Opala, um

Opala preto. E sempre que sumia uma criança eles tinham passado por lá à tarde, feito aqueles curativos, aquela falsa pregação de missionários. Na realidade, eles não tinham nada de missionários. E nós não sabíamos os nomes. A equipe começou a andar por contra própria.

Tomamos conhecimento também, através de um informante – não vou citar o nome aqui, mas posso citar para a CPI, que é muito importante –, que eles moravam no conjunto Ponta Negra. Então, começamos, por contra própria, a andar no conjunto Ponta Negra, com esse informante, na tentativa de localizar esse carro preto e esse pessoal que a gente não conhecia.

Só que, provavelmente, vazou a informação. Eles tomaram conhecimento ou avistaram o informante e a gente, sabendo que é da polícia, e tiveram que fazer uma viagem rapidamente para Natal. Algum vizinho desconfiou daquela movimentação na casa, até com bastantes crianças – na época a imprensa publicava esse fato – e denunciou. Só que denunciou para a delegacia errada, para a 10ª DP. Foi quando o Dr. Heleno Luiz, juntamente com o Delegado-Geral à época, Dr. Cunha, disse: “Ah, o negócio está bom. Então, vamos fazer esse serviço. Deixa o Eloy para lá e a equipe dele”. E resolveram fazer por conta própria. Eles não sabiam de nada. Estavam por fora de toda a situação. E não nos convidaram. Nós tomamos conhecimento em *off*, através da nossa informação, contrainformação. Tentamos participar dessa audiência, dessa diligência. O doutor falou que foi feita pelo Dr. Eloy e o Dr. Heleno. Negativo. Foi apenas pelo Dr. Heleno. Eu fui, terminantemente, proibido de participar. Eu fui chamado de velho. Disseram que velho aquelas horas da noite era para estar dormindo. E não participei, doutor – está certo? Minha equipe teimosamente ficou tentando participar e sabe até de mais informações do que eu.

Esse casal...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – A 10ª DP. À época era titular o Dr. Heleno Luiz que, juntamente com o Delegado-Geral Dr. Cunha, que hoje está aposentado, passou a fazer a diligência. Eu acredito que deveriam ter me chamado, eu e minha equipe, porque a gente sabia de tudo.

Então, resultado: eles armaram um verdadeiro circo. Nessa época, eu já estava na plantão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – Não lembro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – Da 14ª DP.

Então, eles fizeram um verdadeiro aparato, com a Polícia Militar, CPRE. E isso aí chamou a atenção, porque era um entra e sai, segundo a

informação que disseram, lá na casa desse casal que estava morando em Ponta Negra, era um entra e sai e tal. E lá e eles fizeram esse movimento todo.

Resultado, o Dr. José Dantas concedeu um mandado de busca e apreensão, prontamente, para o Dr. Heleno Luiz. E eles foram fazer essa busca e apreensão. Isso depois, porque o voo estava para marcado para 2 horas da madrugada do sábado. E esse casal, depois desse aparato, não viajou. Juntamente com a minha equipe, a gente correu para o aeroporto para verificar se fazia o flagrante lá momentos antes do embarque. Resultado, foi abordado até um casal que não tinha nada a ver, que estava com três, quatro crianças lá, mas era uma coincidência. Aí tomamos conhecimento de que o casal não saiu de casa em razão do aparato. Foi daí que veio o mandado de busca e apreensão, o mandado de busca concedido pelo Dr. José Dantas.

Então, o Dr. Heleno Luiz foi, com a equipe dele, cumprir esse mandado de busca. Eu sei que entrou etc. e tal. Terminou conversando, verificando que realmente existiam sete crianças, duas eram filhas do casal, Jeffrey e Arlete, e cinco de um casal de 25, 26 anos, cinco criancinhas, quase todas do mesmo tamanho, e o casal estava sendo, tomamos conhecimento posteriormente, levado para São Paulo para cortar canã – esse cidadão que nunca cortou um pé de cebola, jamais cana, porque era alcoólatra, inclusive. Então, isso nos estranhou também.

Quando o Dr. Heleno Luiz entrou na residência e foi abordar o casal, esse americano não sabia português, só falava inglês. O Dr. Heleno não sabia inglês. Tudo era traduzido pela companheira, que não era esposa. No currículo está como casado, mas não. Eles eram amasiados. Ele não falou uma palavra em inglês.

A minha equipe, logo em seguida, no dia seguinte, providenciou uma senhora. Um casal tentou comprar a filha que estava com ela, mas não conseguiu. Aí ele quis comprar o que estava no ventre dela. Então, essa senhora grávida foi lá com esse informante. Reconheceram o casal, mas isso não foi formalizado de forma alguma, pelo contrário, esse casal, essa pessoa, o informante e essa senhora foram até ameaçados: “Mas eu sou um cidadão de bem, uma pessoa de bem, jamais e tal”. Resultado: não permitiram...

O Dr. Heleno Luiz, quando ela entrou na residência desse casal, lá em Ponta Negra, disse que simplesmente reconheceu as assinaturas da tabeliã do 5º Cartório como sendo autênticas. Sequer ouviu, tomou por termo as declarações dessas crianças, através de uma socióloga, de uma psicóloga, ou sequer tomou por termo os depoimentos desse casal. Sequer pediu cópia desses documentos, das certidões de nascimento dos meninos. E esses meninos perderam o voo. O Jeffrey disse que se confundiu com o horário. E consta aqui,

no currículo dele, que ele é piloto especial da marinha americana! Piloto especial da marinha americana se confundir com o fuso horário é muito interessante. Um piloto, especial de marinha, militar, se confundir com o horário! Então, ele não viajou naquele horário que estava previsto em razão do aparato que foi feito lá em Ponta Negra. E o próprio colega providenciou a transferência dessas passagens deles, da Fly Linhas Aéreas, das 2 horas da manhã de sábado para as 15 horas, se não me engano – está aqui no papel –, do mesmo dia, sem pagar nada e tal. E eles viajaram com essas crianças todas sem que nenhuma providência fosse tomada.

Eu fui expulso do caso, quer dizer, não me permitiram que continuasse. Então eu não pude... Fiquei revoltado. Depois tentei duas passagens para a cidade – eu esqueço o nome da cidade, vizinha a Araraquara, em São Paulo –, para que pudesse ouvir esse pessoal, ouvir as crianças, pegar cópia dos documentos para conferir a autenticidade, porque só um órgão como o ITEP poderia dizer da veracidade ou não daquelas assinaturas nas certidões de nascimento. Daí por diante eu saí do caso. Foi passado para outros e ela entrou com *habeas data*. Inclusive, estou citado aqui para responder através da Polícia Marítima e eu não forneci nada, mesmo porque eu não tinha feito a portaria, o que eu não fiz de propósito. Por quê? Como o doutor sabe e os senhores também, se eu fizesse uma portaria, eu teria 30 dias para concluir o inquérito. E com uma portaria, instaurado o procedimento, eu seria obrigado a fornecer cópia do nosso trabalho para eles, através de um *habeas data*. Resultado: eu, inclusive, fui punido por isso com 26 dias de suspensão – consta da minha ficha – por não ter feito a portaria.

Eu fui o nono delegado escalado para esse caso extraoficialmente. Não foi feita uma portaria me designando para delegado especial e fomos nós que levantamos todos esses fatos, através, óbvio, do pessoal do Planalto, que era quem nos fornecia as informações.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Dr. Eloy, o senhor, desde o início, observou que atuou, através da 14ª DP, de que o senhor era o titular, sem nenhuma designação oficial. A designação oficial foi dada a que delegacia? E para qual delegado?

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – Na época, foi dada para mim, extraoficial, pelo Delegado-Geral à época, inclusive já faleceu, o Dr. Manoel Alves. E eu informei para ele da falta de condições da delegacia, que não tinha sequer computador.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Mas extraoficial? Essa era a prática da época?

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – Não, não, eu não sei. Eu fui o único designado extraoficialmente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Mas extraoficialmente não existe processo, não existe inquérito, só existe se ...

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – Pois é. Eu não consto. Quero ver nos autos alguma portaria me designando para delegado especial. Certo? Não tem. Eu não fui...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Mas isso era comum acontecer na sua delegacia?

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – Não, e não sei por que aconteceu comigo. Depois desse fato do aeroporto, não sei, mas, coincidentemente, eu fui designado, logo em seguida, para sete inquéritos especiais.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Dr. Eloy, esse fato que me chamou a atenção foi das sete crianças que embarcaram.

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – São sete; duas eram filhas do casal.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Tudo bem. O das sete. A Polícia acompanhou o desdobramento desse fato?

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – Não.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Esse casal, como o senhor falou, que nunca cortou nenhum pé de coentro ia cortar cana?

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – Cana.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – E as crianças, a polícia ou o Ministério Público tomou conhecimento desse fato? E a polícia, que tomou conhecimento, informou ao Ministério Público ou fez o devido acompanhamento?

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – Não, absolutamente não.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – O destino...

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – Mesmo porque, Senador, logo em seguida, eu não tive mais ânimo para trabalhar. Saí. Minha equipe, a gente ficou revoltado com o que aconteceu. Infelizmente eu quero até passar às mãos aqui da Comissão o *curriculum vitae* do americano, aqui em público.

Inclusive o médico, do engenho, esse médico é proprietário de um engenho vizinho a Araraquara, para onde foram levadas as crianças, no dia seguinte, liguei para a residência dele, me informando, preocupado com o casal, se tinham chegado com as crianças...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Lá em São Paulo?

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – Sim, aí a empregada: “Chegou e tal, mas eles já foram com o Dr. Levi, foram para o engenho, estão todos no engenho, onde eles vão ficar”. No engenho. Certo? Coincidentemente foram para a casa de um médico lá. Nós descobrimos isso extraoficialmente – não quero nem dizer como é que nós chegamos a esse *curriculum* dele.

Esse aqui é o *habeas data* que tem todos os dados da advogada e tudo.

E ela ficou me ligando. Posteriormente eu descobri, onde eu estava... Depois eu fui designado para plantão, logo em seguida eu fui designado para plantão. Logo após esse fato, eu fui transferido de delegacia. Jogaram-me no plantão. Mesmo assim, a gente continuou tentando trabalhar sem poder. E a Sr^a Arlete me ligava constantemente querendo saber se tinha mandado e prisão. Eu falava: não, não tem, porque o nome dos senhores surgiu por acaso, os senhores não são suspeitos, são apenas... Surgiram nomes aqui, mas a gente não tem nada contra os senhores e tal. Então, ela se prontificou várias vezes... Sempre que eu estava de plantão ela ligava. Eu não sei como ela descobria o meu dia de plantão. Resultado: ficava de vir, se comprometia a vir. Eu digo: olha, eu preciso ouvi-la, ouvir o seu marido. Eu quero cópia da certidão de nascimento desses meninos. Ela se prontificava, se prontificava, mas nunca veio ao Rio Grande do Norte. Nunca mais retornou.

Agora, um fato interessante também, doutor, é que depois desse fato da viagem deles com essas crianças, nunca mais sumiu, nunca mais houve nenhuma criança sequestrada no Planalto nem no Rio Grande do Norte. Certo? Esse casal vivia, não sei por que, às custas não sei de quem, aqui no Rio Grande do Norte. Não trabalhavam e ainda viviam fazendo caridade, mantendo um casal. Por exemplo, nós descobrimos que um casal, aquele que o senhor falou, o Taeco e a Priscila, lá em Ponta Negra, e não sei quantos filhos eram mantidos por eles, com apoio de dois universitários que têm o nome nos autos, não lembro. Não sei do que eles vivam. Isso me chamou a atenção.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM)
– Parte da sua explanação: quem vivia na Ponta Negra era o casal, o americano com a sua esposa brasileira?

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – No conjunto Ponta Negra. Moravam lá.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM)
– E eles eram mantidos por quem?

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – Não, eles mantinham, além deles, mantinham outro casal, esse que o doutor falou. Eu fui lá, a gente tomou conhecimento, conduzi para a delegacia, colocamos nos autos e tal,

tiramos cópia de tudo, a imprensa também publicou e divulgou. Resultado: eles mantinham até esse casal lá. Também mantinham.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM)
– Em outra residência?

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – Em outra residência, com aluguel, com alimentação, com tudo.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Dr. Eloy...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM)
– Só um minutinho. E quem era que mantinha essa...

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – O casal: Jeffrey e a Arlete.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM)
– E o senhor falou alguma coisa de pessoas envolvidas com tráfico de drogas? Como era isso?

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – Não. Lá nessa casa, quando a gente deu a...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM)
– Qual das duas casas: do americano ou do casal?

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – Não, a do americano eu não sei nem onde era, nem fui, eu fui proibido. Na desse casal, da Priscila e do rapaz, do companheiro dela, conhecido como Taeca, tinha droga. Foi encontrada droga, cachimbo para fumar *crack*, coisas dessa natureza.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Dr. Eloy, só para a gente tentar sistematizar a coisa e deixar claro: o que eu verifiquei nos autos foi que, em maio de 2000, aconteceu essa busca e apreensão na casa do casal americano, que também era em Ponta Negra, onde foram encontrados esse casal e cinco crianças...

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – Não; é outro casal.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Outro casal, exatamente, com essas cinco crianças. Viajaram para São Paulo. E o Delegado, na época Dr. Heleno, já que eles perderam o voo, foi quem viabilizou a transferência para...

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – Da Fly para a BRA.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Era da BRA para a Fly, pela informação dos autos.

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – É, não é? Eu não sei, porque eu acho que até...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Isso consta no processo. E esse casal viajou. Eles não foram ouvidos. É isso?

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – Absolutamente.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Não foi comunicada a qualquer outra autoridade...

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – Absolutamente.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – ...nem ao Ministério Público...

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – Nem uma cópia disso?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Não foi formalizado absolutamente nada.

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – Nem uma cópia da certidão de nascimento dos meninos que era para ter.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Nada. Na realidade os meninos sequer foram identificados efetivamente.

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – Exatamente. O Dr. Heleno, ele reconheceu as assinaturas da tabeliã do 5º cartório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Em julho, ou seja, quase dois meses depois, foi que o senhor fez essa diligência que identificou a pessoa da Patrícia, e o esposo dela, e mais um amigo, nessa outra casa alugada pelo casal, onde havia três crianças da Patrícia. Elas foram levadas à delegacia e aí, sim, foram ouvidas. Constam do processo as informações, que chegaram a reconhecer o casal como sendo Arlete e o Jeffrey.

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – É o seguinte: eles eram mantidos por esse casal. Agora, quem fez o reconhecimento, o que foi muito importante, que não foi permitido que se oficializasse, foi um jovem carroceiro lá de Planalto – tínhamos o nome, posso passar em *off*, não quero citar o nome dele. Reconheceu ele na hora. Foi minha equipe que levou ele lá. Minha equipe pegou, correu no Planalto, pegou essa senhora que tinha a tentativa de compra da filha dela, das filhas, da pequenininha e da que estava no ventre, e o informante e levou lá. E disseram: “Não, é esse o casal; ele só está diferente, porque tirou o cavanhaque”. Está certo? Reconheceram.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Exatamente. Só quero esclarecer aqui que a Promotoria de Investigação surgiu justamente para combater essa informalidade na atividade da Polícia Civil. Hoje temos um trabalho efetivo justamente de combate; hoje, chegamos a identificar, em determinado ano, algo em torno de 80 homicídios só em Natal, para os quais não foram instaurados inquéritos policiais. Identificamos, colhemos a informação... Na época, esse procedimento foi instaurado depois de arrecadarmos nas delegacias os chamados dossiês – o doutor Delegado sabe muito bem disso – que eram todas as informações.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM)

– Foi instaurado oficialmente...

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – Não, foi instaurado, em 2001, o inquérito por requisição do Ministério Público, em face desses dossiês. A Promotoria surgiu, em 2006, justamente para combater esse tipo de, vamos dizer, prática que não é recomendável; muito pelo contrário, é ilegal. Para todo e qualquer tipo de crime tem que ser instaurado o procedimento. Se a Polícia Civil está tendo dificuldade, e reconheço que há dificuldades, seja do ponto de vista estrutural, seja do ponto de vista orçamentário, seja do ponto de vista pessoal, então, tem-se que dar uma prioridade de outra forma.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Dr. Eloy, o Senhor falou algumas vezes que foi proibido de continuar no caso.

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – Não, de continuar, não. Fui proibido de participar dessa diligência que culminou com o embarque deles para São Paulo.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Quem proibiu?

O SR. ELOY CARVALHO XAVIER – O Dr. Heleno Luiz, que comandou a diligência. Eu acredito que porque cheguei à galinha dos ovos de ouro. Eles trabalharam, cercaram os peixes e iam só segurá-los agora. Só que não aconteceu isso. Não sabiam de nada, estavam por fora de toda a situação e não permitiram que eu participasse da operação, eu e meus seis policiais. A minha equipe era aquela ali. A princípio, era só o do meio, o Ubiratan. Aí eu falei com um colega que era Subsecretário à época, o Dr. Nunes. Aí, ele disse: “Ih, rapaz”... Cedeu um carro e mais dois policiais, o Ranieri e o Hertz. Aí foi que a gente começou a trabalhar e que começou a chegar a esse casal.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – O.k. Ubiratan, por favor, senta aqui. Senta aqui que, daqui a pouco, vamos perguntar alguma coisa para você.

Quero registrar a presença do Fábio Rogério, Delegado-Geral da Polícia Civil – Dr. Fábio, por favor. Está presente também a Srª Lindalva Florêncio, mãe de Joseane; o Geraldo Pereira dos Santos, pai da garota Joselma Pereira dos Santos; Maria Sueli Tomé Ribeiro, mãe de Yuri Tomé Ribeiro; Francisca de Assis do Nascimento, mãe do garoto Moisés; Rosalene Lopes Ferreira, Presidente do Conselho Comunitário Planalto; e Francinaldo Dantas, Conselheiro do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. Obrigado.

Logo depois desta audiência, vamos ter uma audiência fechada com o Delegado Hélio e a sua equipe. Será uma audiência fechada, está certo? Com o Dr. Eloy. Desculpe. Com o Dr. Eloy.

Presidente, com a palavra o Delegado Fábio. O senhor ouviu as explicações, o relato do Ministério Público. Enfim, já que o senhor é Delegado-Geral, gostaríamos de ouvir a sua impressão sobre esse caso.

O SR. FÁBIO ROGÉRIO DA SILVA – Bom dia a todos, à Presidente, à Senadora por meio de quem aqui estendo os cumprimentos, aos demais integrantes da Mesa, aos policiais aqui presentes, aos cidadãos, a todas as pessoas aqui presentes.

Bem, na época em que aconteceu esse fato, eu era Delegado de Polícia aqui. Estava lotado na 12ª DP, e respondendo pela 9ª DP – 9º Distrito Policial. Logicamente, não participei das investigações, não tenho o conhecimento técnico de como se deu toda a trajetória das informações que foram colhidas na época até a presente data.

Recentemente, no dia 24 de maio de 2011, foi que assumi a titularidade da Delegacia-Geral, e essa situação dessa investigação já perdurava. O que tinha conhecimento era de que passaram vários delegados da Polícia Civil na condução desse inquérito, mas que, diante das dificuldades, o tempo também contribuiu bastante para que não fosse possível encontrar e localizar as pessoas desaparecidas.

A minha visão dessa investigação, Presidente, é de que houve falhas durante os procedimentos de investigação. Não houve o empenho que deveria ter havido na época, e isso contribuiu para que erros fatais que ocorreram nessa investigação proporcionassem a falta do caminho para encontrar essas pessoas que levaram essas crianças – isso aí dificultou. E o gargalo encontra-se hoje, já faz cerca de mais de 10 anos. Ficou mais complicado, mas não quer dizer que não seja possível ainda encontrar essas pessoas e puni-las. É um sentimento...

A minha determinação, como Delegado-Geral, é a de que, ao assumir o comando da Polícia Civil, em maio de 2011, o inquérito se encontrava parado. Então, designei o Delegado, o Dr. Márcio Delgado, que ali se encontra, para conduzir as investigações.

Vale referenciar também que...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM)
– O Dr. Márcio é Delegado de...

O SR. FÁBIO ROGÉRIO DA SILVA – É o Delegado de Macaíba. Hoje é o que está conduzindo as investigações. Dr. Márcio, levante a mão, por favor.

Então, o sentimento que tenho é que as dificuldades de que o Promotor falou existem na Polícia Civil. A Polícia Civil, durante 15 anos, não cresceu; diminuiu. Entrei no ano de 1997 – viu, Dr. Jovino? –, em fevereiro de

1997. Naquela época, existiam 15 Distritos e 18 Especializadas. Estamos aqui no dia 3 de dezembro de 2012, e hoje, aqui em Natal, encontram-se esses mesmos 15 Distritos e 17 Especializadas. A Polícia não cresceu, não evoluiu. A criminalidade quadruplicou, a população cresceu vertiginosamente, os problemas se avolumaram, e a Polícia Civil diminuiu, não houve investimento.

Então, muitos desses problemas também têm, sim, consequência, diante da situação em que se encontravam os governos passados que não investiram na polícia investigativa. Se tivessem investido, muitos desses problemas já teriam tido soluções.

Nos crimes de homicídio, hoje a Polícia Civil não faz local de crime, doutora. Ela não faz local de crime! Não podemos conceber uma situação em que o inquérito policial do crime mais importante, o crime contra a vida, não tenha investigação de imediato. Estamos aqui lutando e eu tenho certeza de que, em 2013, conseguiremos criar a Divisão de Homicídio, que é uma delegacia importantíssima para combater esse tipo de crime, e reforçar aqui o Departamento de Drogas, porque a Denarc hoje está fragilizada, para que possamos combater esse tipo de crime.

Estou fugindo aqui do cenário, mas tem relação com a questão da estrutura da instituição Polícia Civil. Então, não poderemos evoluir se...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM. *Fazendo soar a campanha*) – Eu peço um pouco de silêncio para ouvirmos melhor o Delegado.

Obrigado.

O SR. FÁBIO ROGÉRIO DA SILVA – Os investimentos que foram proporcionados para a instituição foram muito pouco, foram muito aquém. Então, isso repercute na investigação, isso repercute na autoestima e na valorização do policial, que não está motivado.

Essas deficiências estamos, aos poucos, tirando de circulação, aumentando a autoestima, valorizando o policial, reforçando, renovando a frota dos veículos, criando novas delegacias.

E o Governo do Estado está sensível a essa situação. A prova disso é que está nomeando. Cento e noventa e três policiais foram nomeados. É claro que não foi um aumento no efetivo, porque foi uma reposição, por conta de pessoas que faleceram ou se aposentaram, devido à questão do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, esses problemas, como o Dr. Jovino falou, realmente existem, mas não por conta da incapacidade da Polícia Civil, mas da falta de estrutura, da falta de investimento de governos passados.

O que tenho a dizer, Dr^a Presidente, Dr. Paulo Davim, é que estou aqui e logicamente eu não vou tapar o sol com a peneira, afirmando: esse crime nós vamos desvendar, vamos encontrar as crianças. Não é fácil, mas o empenho, a determinação da Delegacia-Geral é dar mais condições, colocar mais delegados, e delegados experientes e qualificados, para conduzir essa investigação, para que tenha um norte, para ver se podemos chegar e encontrar mais indícios e localizar esse casal de americanos, que é o principal suspeito, para que essas pessoas sejam localizadas, identificadas, presas e que, a partir daí, se possa saber onde realmente essas crianças estão. O meu depoimento é de apoio, para dizer à família: as portas estão abertas, ao Senado Federal e aos Direitos Humanos para conduzir essa investigação da melhor forma possível.

Muito obrigado.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Antes de o Marcos falar, eu gostaria de ouvir também o Dr. Márcio Delgado Varandas, que é o Delegado do caso, nomeado pelo Delegado-Geral Dr. Fábio Rogério, que está à frente do caso, não é isso, doutor?

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Eu só queria, Dr. Fábio Rogério, saber: o senhor, como Delegado-Geral da Polícia do Rio Grande do Norte, disse que, após ter assumido, em maio de 2011, é que designou o Dr. Márcio Delgado como o titular. Esse foi o primeiro despacho formal sobre o caso? Não, ele teve... Em 2001, parece, depois da extraoficialidade da 14^a DP, que era do Dr. Eloy, que atuou de forma, como podemos falar, informal, em 2001, parece, foi formalizado. E quando o senhor assumiu, designou o Dr. Márcio para cuidar do caso. Confere a data? Foi em maio de 2011?

O SR. FÁBIO ROGÉRIO DA SILVA – Maio de 2011. Foi quando eu assumi a Delegacia-Geral.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Certo.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV - RN) – Pois não. Dr. Márcio com a palavra.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Espere...

O SR. FÁBIO ROGÉRIO DA SILVA – Eu acho que o Dr. Eloy falou aqui de forma equivocada a parte da informalidade. Eu acho que o que aconteceu, de ele presidir aquela investigação, foi devido ao fato de a ocorrência ter sido na sua área, na sua circunscrição policial. Então, quando acontece um fato na área de um distrito que pertence – são vários bairros e aí há uma circunscrição – àquele distrito, se ocorre um fato ali, naquela unidade, a

delegacia responsável seria a 14ª DP. Foi a delegacia dele. Então não há necessidade de o Delegado-Geral expor uma portaria, designando aquele delegado para atuar no caso. Só em fatos excepcionais é que se cria uma portaria indicando um delegado especial para apurar aquele fato isolado.

Era isso o que eu queria acrescentar.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM)
– Não há nenhum ato que formalize? É automático? Não tem que, nem por parte da própria Delegacia, no caso do Dr. Eloy, da 14ª, não teria ele que formalizar o inquérito policial, a ação de investigação?

O SR. FÁBIO ROGÉRIO DA SILVA – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM)
– E isso não foi feito?

O SR. FÁBIO ROGÉRIO DA SILVA – Se foi na área dele, tinha de instaurar um inquérito e tomar as providências.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM)
– E o inquérito não foi instaurado à época?

O SR. FÁBIO ROGÉRIO DA SILVA – Como ele falou, e eu falo aqui, houve um erro da parte dele. Deveria ter feito a portaria, porque a peça inicial de uma investigação é a portaria. Esta é a peça inicial: a portaria do inquérito policial. E os demais, os atos sucessivos: ouvida de testemunha, depoimentos, coleta de provas seguem na sequência natural.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM)
– Com a palavra o Dr. Márcio Delgado que, desde 2011, maio de 2011, está à frente desse caso.

O SR. MÁRCIO DELGADO VARANDAS – Bom dia, Senadora Vanessa, Presidente desta Comissão, Senador Paulo Davim e demais autoridades aqui presentes, a quem saúdo, bem como ao público em geral.

Quando fui designado para este caso, eu acho que a minha visão corrobora aqui com a do representante ministerial, Dr. Jovino, colega meu, e dos demais. Quando a gente se depara com um inquérito policial, principalmente um inquérito antigo, passado, a primeira coisa que tem de investigar é o início, onde tudo aconteceu.

Essas informações prestadas anteriormente pelo Delegado que participou efetivamente da investigação, Dr. Eloy, são fundamentais, isso aí que aconteceu, porque estava no inquérito o tempo todinho. Por que eu, depois de dez anos, comecei a ver essa história dos casais americanos? Por que isso, no início, não foi questionado, não foi investigado? Esse é o “X” da questão.

Eu acho que a esperança da família toda estava naquele momento, naquele início da investigação. É isso que a gente tem de fazer: partir para essa

nova investigação, para dirimir essas dúvidas. Por que toda essa falha no inquérito?

O Delegado falou dessa questão de competência circunscricional, se era de um ou se era de outro. Quando a gente lê os autos, vê que as falhas todas eram no início. Não serei eu que irei julgar a ação do delegado que atuou, de quem investigou. Mas realmente tem que ser esclarecido o que aconteceu no início, as ponderações do representante do Ministério Público. Isso tem que ser esclarecido.

É muito salutar esta audiência pública, que chama atenção para vermos se vai ter um apoio – que já está tendo um apoio, inclusive, do Delegado-Geral – nessa investigação. Eu acho que para os familiares dessas crianças desaparecidas, enquanto há um fio de esperança, a pessoa não deve desistir. Então, é isso que a gente tem que aprofundar. E se esse apoio necessário vier, a gente vai tentar exaurir ao máximo essa investigação.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Obrigado...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Dr. Márcio, eu gostaria, se possível – obviamente, se o Senhor puder falar, já que está à frente do caso, visto que assumiu em maio de 2011, e nós já estamos em dezembro, ou seja, 1 ano e 8 meses praticamente à frente do caso –, de saber quais são as conclusões, o que o senhor fez, resumidamente, de lá para cá, nesse 1 ano e 8 meses, que o senhor falasse aqui para a gente quais as dificuldades que tem encontrado e o que o senhor acha que precisaria para dar mais celeridade, dar mais consistência a essa investigação. Como o senhor disse, é necessário ir lá do início, porque uma coisa fica clara, mesmo para quem está tomando conhecimento do caso hoje: havia as condições à época – pelo que tudo indica, principalmente pela exposição do Dr. Eloy – de o caso ter tomado rumo diferente, de ter sido elucidado, de as crianças terem sido encontradas. Então, há uma interrogação: por que não foi, já que as condições estavam postas para isso, mas isso não ocorreu? Então, do período em que o senhor assumiu a titularidade do caso até agora, em que aspectos o senhor já avançou, onde estão as dificuldades, e o que precisaria para que isso fosse resolvido?

Eu concordo: eu acho que nós estamos falando de vidas, são cinco crianças de cinco famílias diferentes, que vão levar para o túmulo essa dor que ninguém apaga. Eu acho que é obrigação, porque me parece que nós estamos diante de um outro fato: primeiro, o crime ocorrido; segundo, um outro crime – que pode ter sido proposital ou não, não nos cabe aqui chegar a esse veredito neste momento, mas tem que ser investigada – porque o veredito tem que ser dado também – uma possível cumplicidade; há um segundo crime aí no meio, de uma possível cumplicidade.

Então, eu acho que, nós aqui da CPI estamos dispostos a fazer o que for possível, o que estiver ao nosso alcance. O Senador Davim, em toda reunião que a CPI faz, levanta este caso. O caso não está na mídia, o caso não está em canto nenhum, mas no coração de pessoas, de famílias, e pode ser um bom exemplo de condutas do Poder Público. E eu acho que é nossa obrigação tratar desse caso de uma maneira muito especial.

Então, gostaria que o senhor falasse a respeito de como vem conduzindo e o que o senhor encontrou?

O SR. MÁRCIO DELGADO VARANDAS – Na verdade, eu tive muitas atribuições e atribuições pessoais desde que eu recebi esse inquérito, não por esse inquérito, mas por outras coisas. E numa parte, realmente, vamos dizer, eu relaxei. Relaxei. O que eu digo é o seguinte: você fica sem condições de dar aquele apoio devidamente necessário, mas, dentro do possível, já conversei com o Delegado-Geral, esse problema que a senhora até relatou que é o entrave, parece que é uma questão interna e aí é necessário até uma reunião entre mim, o Delegado-Geral e demais autoridades que participaram do caso para a gente traçar uma linha e esclarecer esses pontos. Então, isso aí é o que vai ocorrer daqui para frente, nessa parte inicial deste inquérito.

Eu fiz algumas solicitações com relação ao andamento desse inquérito, eu fiz algumas solicitações à Polícia Federal com relação a esse pessoal, a esse americano, para saber onde eles estão, e não recebi informações. Cheguei a entrevistar novamente algumas dessas pessoas que não apresentaram algumas coisas novas, que não puderam acrescentar.

Então, eu acho que tem que se investigar essa parte inicial. É nessa parte inicial, eu acho que – reservadamente, porque eu não posso falar agora – a gente tem que avançar. Aí eu poderia até falar em particular depois com a senhora sobre isso.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Eu lamento – viu, Dr. Márcio? – que o senhor tenha usado essa expressão que usou aqui. O senhor é Delegado de polícia e sabe da gravidade da expressão que utilizou aqui. Isso é muito grave. Infelizmente eu lamento isso.

Agora, em nome dessas famílias, em nome do caso, eu penso que nós precisamos... Dr. Fábio, o senhor, como Delegado-Geral... Nós estamos vendo que o que aconteceu há 14 anos, há 10 anos, está-se repetindo agora. Não pode acontecer isto: de um delegado titular do caso há 1 ano e 8 meses chegar aqui e utilizar a expressão que usou: “que relaxou”. Não pode. Nós estamos tratando de pessoas que vivem em áreas extremamente humildes e que não têm palavras para se defender. Eu acho que – não sei se a Defensoria Pública está no caso ou se não está – a Defensoria Pública tem que entrar, tem que designar – o

Ministério Público já está –, porque, eu repito, esse não é o único caso infelizmente no Brasil, mas é um caso exemplar. E nós não estamos tratando de uma criança, mesmo que fosse, mas estamos tratando de cinco crianças que desapareceram no mesmo período. E nós precisamos, o Brasil precisa de soluções.

Nós estamos tratando aqui de um crime chamado tráfico de pessoas. Esse é o crime mais invisível do Brasil, do mundo talvez seja. É um crime que vocês todos estão percebendo que está tendo um pouco mais de visibilidade a partir de uma telenovela, na qual a autora teve a coragem de enfrentar este problema e o está colocando. Agora, é um crime invisível por quê? Porque quando acontece com maiores de idade, são as próprias pessoas vítimas que são discriminadas pela sociedade, porque acham que foram para onde foram para fazerem o que fizeram por decisão própria. E não é bem assim. Não é assim que acontece.

Só que aqui nós não estamos tratando de pessoas maiores, nós estamos tratando de crianças, algumas com menos de 2 anos de idade. Crianças que estavam dormindo, crianças que foram tiradas das suas redes, Dr. Márcio. Foram tiradas das suas redes, Dr. Fábio, dormindo na casa de pais, na casa de parentes, na casa de vizinhos. E as evidências à época eram muitas, o que não é comum num crime; eram muitas, e não se chegou à solução.

Quatorze anos depois, tendo o senhor aqui relatado que, quando assumiu a titularidade da Delegacia-Geral, preocupado com o assunto, designou um novo delegado, o Delegado vem e fala isso que disse aqui.

Que falta estrutura, nós sabemos. Aliás, no Brasil inteiro – está aí o Estado de São Paulo vivendo uma onda de violência e o meu Estado, que é o Amazonas, cujo principal Programa do Governo se chama Ronda no Bairro –, tentam ver se enfrentam esse processo de violência. Agora, nada disso pode servir como justificativa para o Poder Público, para as forças policiais agirem da forma como estão agindo.

A nossa CPI vai se encerrar agora, mas continua uma CPI na Câmara. Nós vamos sugerir que a CPI da Câmara tome às mãos esse trabalho que nós estamos fazendo. Nós vamos tratar desse assunto, mesmo com a CPI do Senado encerrada. Nós continuamos Senadores, nós queremos e vamos acompanhar isso. Nós temos uma Comissão de Direitos Humanos lá.

Em maio, nós estivemos aqui, em maio deste ano, a CPI esteve aqui com a Governadora, aqui estiveram muitas autoridades, Ministério Público Federal, estadual, Polícia Federal.

E a gente entende que é preciso continuar, não só pelas famílias, mas por uma questão de direitos humanos de todos, porque não é só uma mãe,

não é só um pai que sofre. Talvez cessar o sofrimento de uma família signifique evitar que sofrimentos posteriores venham a ocorrer.

Então, a gente pede, Dr. Márcio, que o senhor, a partir de agora, trate como uma prioridade o assunto. Se o senhor tem dificuldade de estrutura, procure o Delegado-Geral; se o Delegado-Geral não resolve, o senhor procure a Governadora; se a Governadora não resolve, o senhor ponha a público, porque, senão, acaba caindo sobre suas costas um problema até mesmo de prevaricação, crimes podem cair nas suas costas. Então, que seja a última vez que a gente veja esse caso tratado da forma como está, como o senhor verbalizou, porque, se a gente for ver, ele está sendo tratado assim, dessa forma como o senhor verbalizou agora, há 14 anos.

Senador Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu fico extremamente preocupado. Fiquei triste, porque foram diagnosticadas falhas gritantes na condução desse caso. Eu tenho quase absoluta certeza de que, se as vítimas fossem de outro nível social e se tivessem influência, seguramente esse caso não estava na condição em que se encontra hoje. Eu acho isso um desrespeito. Eu acho que, inclusive, as famílias também estão sendo vítimas da omissão e da ação ineficaz do Estado. Nós não aceitamos isso. Eu acho que a gente...

Seguramente, a CPI vai tomar as suas medidas. Já encaminhamos requerimento para o Ministério da Justiça, pedindo a entrada da Polícia Federal no caso, porque, sinceramente, Dr. Fábio e Dr. Márcio, com todo o respeito que vocês me merecem, infelizmente eu não acredito que esse caso seja elucidado com a polícia do Estado do Rio Grande do Norte. Por isso que vou me empenhar, a CPI vai se empenhar para que a Polícia Federal entre nesse caso e, se for necessário, até a Interpol, já que há suspeitas graves, indícios fortes de que existem pessoas de outros países nesse caso.

A gente precisa ter o raciocínio policial investigativo voltado para o crime de tráfico de pessoas. Esses dados estão aqui, como o Promotor disse, há muito tempo e ninguém seguiu essa linha de raciocínio. É lamentável, verdadeiramente lamentável. Eu fico triste, em se tratando do meu Estado. Nós vamos, sim, pedir a entrada do Ministério Público Federal, vamos pedir audiência com o Ministro da Justiça. Tomei conhecimento, fiquei muito feliz, o Promotor me disse que foi chamado o Superintendente da Polícia Federal para levar informações, já que o Ministério da Justiça já interpelou o Superintendente da Polícia Federal sobre este caso. Ou seja, o nosso requerimento, o requerimento da CPI está surtindo efeito. Então, nós vamos fortalecer ainda mais.

Eu quero passar a palavra, antes de desfazer a Mesa, convocar os parentes das vítimas, porque em seguida nós vamos ter uma conversa reservada com os agentes e o Delegado Eloy.

Antes disso, eu passo a palavra para Marcos Dionísio.

O SR. MARCOS DIONÍSIO MEDEIROS CALDAS – Bom dia a todas as pessoas presentes neste plenário, bom dia, Senadora Vanessa Grazziotin, que preside esta Comissão, Senador Paulo Davim, representante do nosso Estado.

Saúdo a assessoria da ex-Deputada e Senadora Lídice da Mata, um verdadeiro emblema da luta do povo brasileiro pela redemocratização, porta-voz dos estudantes da Bahia, pessoa que muito ajudou na minha educação política e cívica. Quero saudar o Deputado Fernando Mineiro, aqui presente; saudar Lenildo, artista do nosso Estado que está trabalhando a temática; saudar todos os presentes de uma forma muito carinhosa; e, de uma forma envergonhada, as famílias das crianças sequestradas do Planalto desde o ano de 98.

Eu nem iria falar nesta audiência. Aliás, eu saí de casa hoje... Até que eu li, arrumando meus papéis ontem, um livreto de um poeta português chamado Almada Negreiros, em que ele diz: “Quando eu nasci, todas as palavras necessárias para salvar o mundo já haviam sido pronunciadas, e o mundo não foi salvo”.

Quando as mães se encontraram comigo ali nos corredores, as mães e os pais disseram que já não aguentam mais esse cuidado que a CPI das crianças desaparecidas e a CPI do tráfico de pessoas estão tendo, porque elas não aguentam mais sair de casa e voltar para casa com meras promessas de que algo diferente irá acontecer. E eu acho que algo diferente está acontecendo. Eu tenho a obrigação de dizer a vocês, que já me conhecem há algum tempo. Em maio, esta CPI esteve aqui e foi assumido um compromisso pela Senadora Vanessa e pelo Senador Paulo Davim de que esse caso não ficaria esquecido, que seria tratado como caso prioritário nos trabalhos da Comissão. Eles poderiam muito bem encerrar o relatório da Comissão, já que há um prazo regimental, e dizer que encaminharam para o Ministério da Justiça, para a Secretaria de Direitos Humanos o caso como prioritário e acabou-se. Mas eles fizeram questão de aqui retornar para tratar olho no olho com vocês.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS DIONÍSIO MEDEIROS CALDAS – Isso. É este aspecto que eu queria levantar aqui: nós temos uma democracia que, de 2002 para cá, conseguiu incluir no mercado de consumo brasileiro uma série de cidadãos que viviam na miséria. Nós temos o resto do mundo se acabando em crise e nós temos uma economia estabilizada e o País crescendo. Entretanto, nós

temos hoje dados, e o Instituto Avante Brasil soltou um relatório na semana passada, presidido pelo criminalista Luiz Flávio Gomes, de que nós vamos encerrar 2012 com 53,8 mil homicídios no Brasil; que nós vamos encerrar 2012 com 47,3 mil mortes no trânsito. Isso dá mais de 101 mil mortes por causas externas. Então, o risco que a nossa democracia corre hoje de ruir em função de a gente não conseguir que as instituições trabalhem efetivamente para reparar essas demandas que existem do ponto de vista da segurança pública, do ponto de vista dos direitos humanos, do ponto de vista da cidadania é imenso. Porque eu não conheço nenhuma democracia no mundo que tenha conseguido viver com mais de 20 mil mortos por ano. Aqui no Brasil a gente está se habituando a 80 mil, 90 mil. Este ano, vamos chegar a quase 102 mil mortos por causas externas, sendo 53,8 mil por assassinato. Isso é algo absolutamente inusitado na nossa história.

Mas veja só, Senadora, acho que hoje aqui a nossa tendência é muito encontrar culpados. Existe um poeta nordestino, Flávio José é o que canta, mas o poeta é aquele ali de Pernambuco, que na música O Filho do Dono diz: “Eu não sou o dono do mundo, mas tenho culpa porque sou filho do dono”. Então, acho que esse momento que a gente está vivendo aqui é muito importante. Por quê? Porque acho que a Comissão, sim, precisa jogar pressão no Estado do Rio Grande do Norte. Foi assumido aqui no mês de maio, pelo representante do Governo estadual, o compromisso de criar um núcleo de combate ao tráfico de pessoas. Se esse núcleo foi criado, ninguém sabe, ninguém viu. Eu acredito que não foi.

Os depoimentos aqui de imperfeições e falta de estrutura da Polícia Civil acho que justificam em determinado aspecto a situação vivida, mas não justificam em outros aspectos. Por exemplo, este ano nós tivemos um caso emblemático do sequestro de um filho de um empresário de Mossoró, o apelido do rapaz era Popó, em que a Polícia Civil conseguiu inclusive alugar casas nas cercanias do local onde ele estava sendo mantido, e conseguiu investigar, e conseguiu esclarecer, e conseguiu prender toda a quadrilha, ainda no mês passado foi preso um último membro da quadrilha, e o filho do empresário foi solto. Então, porque é que a danada dessa mesma Polícia Civil, que conseguiu fazer isso, não conseguiu esclarecer esse caso?

Os dados trazidos pelo Dr. Eloy, pelo Dr. Fabio Rogério e pelo Dr. Márcio se contradizem entre si. Então, o pedido que a Comissão fez da entrada da Polícia Federal é mais do que razoável, porque as pessoas morrem ao longo de 14 anos, muitas testemunhas, muitas pessoas que poderiam contribuir para elucidar o caso hoje não estão mais entre nós. As evidências, as pistas que havia

e que eram muito quentes em 2000, em 2001, em 1999, em 1998, hoje já vão esfriando.

Então, acho que é preciso ter algum apelo hoje e se fazer diferente. Acho que a Comissão tem todo o direito de continuar a pedir a entrada da Polícia Federal no assunto, agora acho que a Polícia Civil estadual e o Ministério Público estadual têm também a obrigação de responder a essa família sobre o paradeiro dessas crianças. Não é algo do outro mundo conseguir identificar essas crianças, onde estão hoje, como estão, com quem estão. Não é impossível nem trazer essas crianças de volta para o seio das suas famílias. Não é impossível!

Na Argentina, por exemplo, todo mês a gente tem conhecimento de crianças que foram sequestradas de seus pais na época da ditadura, na década de 70, e hoje estão sendo identificadas através de DNA, através de exames que a revolução tecnológica propiciou, e estão sendo devolvidas ao convívio de seus verdadeiros pais.

Então, por que não se conseguir isso com a identificação das cinco crianças? Por que não se esmiuçar o que resta das informações?

O Deputado Paulo Wagner – vi um programa de televisão aqui –, do PV, é um Deputado Federal, vocês podiam procurá-lo lá, com aquele jeito de metido a bonachão, a engraçado, colocou em verso e prosa essa história do delegado que foi, na madrugada, ao aeroporto e estava presente na hora em que sete crianças haviam sido embarcadas. Não deu o nome na época, não é? Mas falou. Então se pesquisarem, na época, também outros indícios até a imprensa trouxe à luz.

Agora, encerrando minha contribuição, eu acho que este caso – a CPI vai terminar, mas existe a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, como existe a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal – a gente precisa tratar como um dos casos mais emblemáticos de desrespeito aos direitos humanos na história da redemocratização brasileira. São desaparecidos, como são os nossos desaparecidos políticos da década de 70, início da década de 80, Senador Paulo Davim. Se a gente tinha Luís Maranhão, se a gente tinha José Silton Pinheiro como desaparecidos do regime militar – são nomes aqui do Estado, Senadora Vanessa –, a gente tem Yuri, a gente tem Marília, a gente tem Joseane, a gente tem Moisés e a gente tem Gilson. São desaparecidos da democracia; são crimes da ditadura em plena luz da democracia, talvez porque essa democracia, que alguns segmentos da sociedade consigam respirar, os mais humildes ainda não consigam, com todos os avanços que o Estado brasileiro conseguiu amearhar nos últimos anos. É uma democracia muito de papel ainda. E a gente precisa esclarecer.

Então, eu acho, Senador Paulo Davim e Senadora Vanessa Grazziotin, que o caminho agora é nós trabalharmos em duas mãos. Em duas mãos é possível.

Eu vou dar o exemplo aqui do que aconteceu em 2005. Em 2005, foi denunciado um grupo de extermínio na região metropolitana de Natal. O Delegado-Geral era o Dr. Elias Nobre. Através de um ofício que foi expedido pela ouvidoria à delegacia-geral, ele constituiu uma comissão formada por três delegados de polícia, dentre os quais o Dr. Laerte. E o Ministério Público também constituiu uma comissão de três promotores de justiça. E o caso de um grupo de extermínio que deve ter matado mais de 120 pessoas em Natal, pelo menos a metade desses casos já está mais ou menos relatada e colocada à disposição da Justiça para julgar os criminosos.

Então, eu acho que os caminhos a seguir estão aí – está aí o exemplo de Popó, está aí o exemplo do desbaratamento do grupo de extermínio do João Grandão e companhia – ao alcance do funcionamento das instituições. Agora, saco vazio não se põe de pé. Permita-me a expressão chula, a expressão rasteira. É preciso ter investimento e é preciso cobrar da Governadora do Estado do Rio Grande do Norte a tratativa do caso das crianças do Planalto como uma questão prioritária, como uma questão emblemática. E a Presidente Dilma também precisa ser cobrada, porque violação de direitos humanos é suprapartidária também, amigos. Não interessa aqui quem é a governadora hoje. Interessa que a estrutura do Governo do Estado do Rio Grande do Norte não está resolvendo o misterioso caso das crianças do Planalto.

Aí dizem: “Não, mas não conseguiram”. Também os governos passados não conseguiram; nem a Governadora, que teve dois mandatos, conseguiu; nem o Governador Garibaldi Alves, na época do desaparecimento, conseguiu. Então, aquela brincadeira da poesia que eu citei inicialmente é verdadeira: “Eu não sou dono do mundo, mas tenho culpa porque sou filho do dono”.

Esse caso das crianças do Planalto foi tratado na abertura da 1ª Conferência Estadual de Segurança Pública, no ano de 2009. Todas essas pessoas vieram aqui com cartazes, entraram aqui gritando palavras de ordem, na presença de Dr. Perly Cipriano, que era Subsecretário da Secretaria de Direitos Humanos da Secretaria da Presidência da República. Então, todas as portas em que essas famílias tinham que bater, elas bateram; todas as autoridades que essas famílias poderiam procurar, elas procuraram.

Eu tenho até receio algumas vezes. Fico jogando algumas provocações no Twitter, algumas provocações no Facebook – a Dona Rosa acompanha – e às vezes eu fico até com receio de que alguém venha a dizer que

eu estou querendo instrumentalizar essas famílias. Mas é porque é algo que considero tão escabroso, é algo que eu considero tão emblemático para a democracia brasileira e que eu acho que seria fácil resolver, porque o grande problema é o seguinte: nunca se investigaram esses crimes como deveriam ter sido investigados. Eles sempre foram tratados de uma forma até anárquica, de uma forma até transeunte. Então, hoje é fulano; amanhã, é beltrano; amanhã, é cicrano. E as cobranças vêm periodicamente, mas elas não vêm da cobrança institucional. Então, eu acho que hoje a gente consegue, talvez pela primeira vez nessa vida dolorosa, ter uma resposta concreta.

A CPI foi provocada aqui porque, quando ela esteve aqui em maio, vinha tratar da questão mais geral do tráfico de pessoas e, aqui chegando – a gente já tinha conversado –, a gente disse que ia trazer o questionamento das famílias do Planalto, porque é um caso que é escandaloso e que precisa de uma resposta.

A repórter me perguntava ali agora: “O senhor acha que foi o quê? As dúvidas continuam. Foi tráfico de órgãos? Foram para adoções ilegais? Foram para o exterior? Foram para o interior de São Paulo? Foram para o Rio Grande do Sul? Foram para Minas?”. E ainda hoje essas respostas não puderam ser dadas.

Pois é, não puderam ser dadas porque é aquilo que eu disse outro dia no jornal: não existe crime insolúvel; existe crime que não foi devidamente investigado. E não foi devidamente investigado não é porque o Dr. Eloy seja irresponsável; o Dr. Fábio seja irresponsável; o Dr. Márcio seja irresponsável, não. É porque simplesmente não há estrutura na Polícia Civil. Essa é a realidade.

Eu vivo brigando para que a Polícia Civil – está aqui o Deputado Fernando Mineiro também, que é outro baluarte nessa luta – consiga convocar para trabalhar policiais civis que já estão formados, desde o mês de dezembro de 2010, e até hoje não foram convocados. Quantas dessas pessoas que se formaram para serem policiais já estão desistindo e assumindo outros empregos em outros concursos que realizaram ao longo do tempo?

Então, o encaminhamento que eu dou, concluindo aqui a minha intervenção, é que a possibilidade de se federalizar esse crime seja algo muito concreto e que a Polícia Civil e o próprio Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte tenham um momento agora, antes que ocorra essa federalização, e já consigam fazer um apurado do que foi apanhado durante todos esses anos, para que a solução desse mistério aconteça de forma mais eficaz, de forma mais rápida, de forma que seja reparadora desse conceito de Estado de direito que a gente diz que existe no Brasil, mas apenas para uma parcela da sociedade. E aqui eu não quero ter nenhum ranço ideológico.

Eu acho que todo o esforço que a Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Norte fez para esclarecer o sequestro do filho do empresário de Mossoró é correto. Eu parabenizei publicamente. Encontrei a Delegada Sheila e a parabenizei também. Ela fez correto. O que está incorreto é o Governo do Estado não dotar a mesma Polícia Civil da estrutura necessária para a gente esclarecer esse mistério que vai completar 14 anos agora, no mês de dezembro.

Então eu acho – e aí estou encerrando, Senador Paulo Davim – que assuntos como esses são fundamentais, porque só mostram o seguinte: que a gente deve combater a PEC nº 37, porque o que falta neste Brasil é investigação. E quanto mais órgãos tiverem o papel de investigar, menos crimes a gente terá impunes neste País.

Então, eu acho que, para a saúde da democracia brasileira, para o fortalecimento do nosso Estado de direito, eu lhe digo: a passagem desta Comissão, nesta manhã aqui, é histórica, porque a gente consegue fazer o 1 mais 1 que são 2. A gente conseguiu articular algo em maio e hoje se concretiza um outro passo.

Eu acho que os ofícios que vocês já fizeram, os ofícios da CPI das crianças desaparecidas da Câmara Federal que esteve aqui, em dezembro de 2009, podem proporcionar essa janela de luz que essas famílias precisam. E o que é? A estrutura do Estado brasileiro. E aí estou falando que o Estado Federal e o Estado do Rio Grande do Norte respondam a essas famílias. Eu continuarei a aporrinhar; eu continuarei a chatear e, periodicamente, fazendo denúncias, fazendo provocações. Agora, essas denúncias e essas provocações são fracas.

Aqui para nós, estou encerrando, se a gente olhar este auditório, eu fico emocionado com os rostos jovens que estão aqui hoje e que eu não tinha visto antes, interessados nessa temática. Da mesma forma como o Estado do Rio Grande do Norte não foi capaz de responder a essas famílias, a sociedade civil do Estado do Rio Grande do Norte também é omissa com relação a esses casos. Aqui deveriam estar conselhos setoriais, intersetoriais e não estão. E não se diga que não foram convocados, porque foram convocados.

A gente precisa não deixar a chama dessa luta pela justiça se apagar. E não se apaga. Por mais forte que seja o vendaval da impunidade, José Saramago dizia que se não houvesse direitos havidos, não aconteceria a luta pela justiça. Eu acho que a gente está aqui, junto com a Comissão, com a CPI, para travar essa luta pela justiça. É possível e está ao alcance das mãos. É preciso trabalhar.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Obrigado, Marcos Dionísio. Dê-me dois minutos para dar encaminhamento.

Convido os presentes à Mesa a tomarem assento na plateia, porque nós vamos convidar os familiares das crianças.

Quero agradecer a presença de todos que estiveram aqui à Mesa: o Delegado Geraldo, o Dr. Marcos Dionísio, Dr. Hélio, Dr. Márcio, o Promotor. Muito obrigado.

Eu gostaria de passar a palavra e já convidar os familiares, um representante de cada família, por favor, a tomar assento à Mesa. Vou chamar aqui Lindalva Florêncio, mãe de Joseane; Geraldo Pereira do Santos, pai de Joseane; Maria Sueli Tomé, mãe de Yuri; Francisca da Silva Nascimento, mãe do garoto Moisés; Severino de Lima Cardoso, pai de Yuri.

Passo a palavra ao Deputado Fernando Mineiro.

O SR. FERNANDO MINEIRO – Senador Paulo Davim, Senadora Vanessa, familiares, Delegados presentes aqui. Serei breve, Paulo.

Primeiro, quero dizer que, independentemente do relatório geral da CPI, acho que esta CPI já surtiu efeito. Se o resultado da CPI for reabrir o caso das crianças desaparecidas do Planalto, já prestou um grande serviço ao Brasil. Parece que isso está se configurando.

Eu também estou muito chocado com as falas, porque, pela primeira vez, eu, pelo menos, fiquei sabendo que estava na mão, digamos assim, faltava pouco para esclarecer o caso e se deixou – não sei por qual razão, não quero fazer nenhum juízo de valor, nenhum julgamento – escapar. A fala do Delegado Eloy mostra isso. Estava ali para dar o flagrante e, depois disso, inclusive, identificou para onde foram levadas as crianças. Até a isto se chegou: a identificar o local onde foi.

A partir daí, a grande pergunta é: por que não se retomou do “para onde” foram levadas as crianças? Então, certamente, a investigação, daqui por diante, vai responder a essa questão. Pela primeira vez, para mim, ficou claro isso. Eu não tinha esse conhecimento de que tinha se identificado até o local onde as crianças foram levadas. E depois esse grande mistério se abateu, o grande silêncio se abateu sobre todo esse caso.

Eu fiquei também muito chocado com a fala do Delegado, que disse que relaxou. Mas eu quero debitar, pela sinceridade com que ele falou, quero acreditar que não foi uma questão individual. Penso que as condições de trabalho influenciaram. Certamente ele não está só nesse caso – não sei se ele está aqui ainda –, deve estar correndo atrás de uns 200 casos, porque a gente sabe como é a situação.

Há duas questões aqui: uma, as falhas do inquérito; outra, a identificação do crime. Essa história de buscar os culpados pelas faltas do inquérito, se for investigar isso, que seja uma coisa paralela, porque senão a

gente não usa a energia central para tentar resgatar o fio, a ponta do novelo. Acho que hoje começou a haver uma ponta do novelo para se desenrolar. Então, eu estava dizendo, Senadora, para separar a necessária análise das falas do inquérito com o inquérito em si. Se for perder energia nessa questão, acho que será muito ruim.

Quero parabenizá-los, Vanessa e Paulo, porque acredito que já surtiu um grande efeito, que foi esse. Tenho certeza de que esse caso será reaberto, e é fundamental que ele seja federalizado; não federalizado no sentido de tirar a responsabilidade local, mas de parceria com os órgãos locais.

Acho que é uma obrigação, é uma questão de honra – viu, Dr. Fábio? – para a Polícia Civil, nestes novos tempos, tentar contribuir para desvendar esse caso. Não pode continuar vivendo com essa mancha de esquecimento nesse caso, com todas as trapalhadas, com todos os problemas. Acho que é uma questão de honra resgatar esse caso e dar uma solução, uma resposta definitiva às famílias.

É isso.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Obrigado, Deputado Mineiro.

Presidenta, já se encontram à Mesa os familiares das crianças. A senhora dá o encaminhamento.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Vamos ter, na sequência, para um melhor esclarecimento, uma reunião reservada com o Dr. Eloy, que presidiu o inquérito, mesmo que informalmente, mas desde o seu início. Vamos ter também uma conversa reservada com o atual titular do caso, que é o Dr. Márcio Delgado. Temos entre nós o Delegado-Geral, Dr. Fábio, que também estará conosco em momentos separados, obviamente. E temos também a presença dos familiares. Então eu pergunto quem dos senhores ou das senhoras gostaria de usar da palavra neste momento. Alguém teria alguma coisa a dizer?

A SRª ROSALENE LOPES FERREIRA – Senadora, meu nome é Rosalene Lopes Ferreira, sou líder comunitária do meu bairro, Planalto, onde todas elas moram. Acompanho esse caso desde o início e me sensibilizei com a situação do primeiro sequestro de 1998 a 2001.

Como o Senador Paulo Davim estava falando, na época, o Secretário de Segurança Pública, Cláudio Santos, disse que a Polícia Federal já estava no caso. Então falta só a Gepol, aliás, a Interpol.

O que nos sensibiliza mais é que, no ano passado, como eu já tinha falado, veio a Deputada Fátima Bezerra e duas Deputadas do Maranhão e do Pará e se comprometeram a resolver esse caso. Só que isso ficou calado.

Como o Dr. Marcos Dionísio falou, vemos mexer na ferida – desculpe dizer uma palavra tão chula, como o Dr. Marcos disse –, mexer na ferida de todas elas e ficar por isso mesmo. Aí é jornalista, é repórter, é uma loucura. E não trazem uma resposta sobre onde está Marília, Joseane, Yuri, Moisés. A gente fica sem noção do mundo. Não são meus filhos, nenhum é, mas é como se fossem todos eles. Lindalva sabe do sofrimento meu, assim como do de todas elas: Lindalva, Sueli, Francisca, Marceleide, que faleceu, e Nina, que é a mãe de Yuri, e está internada. Então, nós ficamos muito tristes com toda notícia: “Ah, apareceu um casal, alguma coisa parecida”. E ao mesmo tempo a gente se alegra. Como Lindalva, ontem, disse em uma entrevista: “Eu ainda tenho fé em Deus de minha filha aparecer”.

Então eu gostaria de pedir à CPI, à senhora, ao Senador e a todos os outros políticos que estão envolvidos, aos delegados... Houve delegado que brincou tanto com o sentimento das mães que chegou a dizer que Marceleide comprasse o vestidinho, o sapatinho, a meinha e o lacinho do cabelo de Marília que ele ia levar ela na igreja do pai. Eu tenho todos os recortes de jornais, eu tenho todas as reportagens. Eu queria pedir encarecidamente, em nome de Francisca, de Lindalva, de Sueli, de Nina e de Marília, que já faleceu: não brinquem com os sentimentos da gente. Nós não somos brinquedo. Nós somos mães. Eu tenho um filho de 30 anos, mas poderia ser Joseane, poderia ser qualquer um deles. É só isso que eu queria pedir: não brinquem com o sentimento dessas cinco famílias que hoje sofrem por causa do desaparecimento dos seus filhos.

Obrigada.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Rosalene, nós entendemos a sua emoção, e eu quero esclarecer algumas coisas. Primeiro: a Polícia Federal nunca entrou nesse caso. Eu posso garantir a informação de que a Polícia Federal nunca entrou nesse caso. É o primeiro aspecto. A Polícia nunca entrou nesse caso. A Polícia Federal nunca entrou nesse caso. É o primeiro esclarecimento. Isso eu posso garantir. É tanto que nós estamos pedindo agora. Primeira informação. Está aí o Promotor que pode atestar a veracidade das minhas afirmações.

Segundo: nós não estamos brincando. A CPI é coisa séria. Não estamos brincando e nem vamos brincar. Nós temos um profundo respeito com o sentimento que todas essas senhoras e esses senhores trazem consigo ao longo desses 14 anos. E não só nesse caso, não. A CPI é do Brasil inteiro. Nós já estivemos em Manaus, estivemos em São Paulo, estivemos no Rio, estivemos na Bahia, estivemos em outros Estados. Em cada Estado que a gente chega, há um caso emblemático. E a gente encontra muito sofrimento.

Pode ter certeza, Rosalene, que quando a gente vai para alguma oitiva, alguma reunião, alguma audiência pública, a gente sai dolorido, a gente sai sofrido. Não é nada agradável, para nós que fazemos parte da CPI, ouvir histórias de tristeza, de desaparecimento, de desrespeito aos direitos humanos, de mães que esperam até hoje notícias das suas filhas que foram para o exterior em busca de um sonho por promessas vãs, de jovens que sonham até hoje em serem jogadores de futebol – mais de 6 mil jovens brasileiros estão jogando no interior e o Governo não tem registro desses jovens –, de meninas que acalentam o sonho de serem modelos e vão para o exterior e são traficadas. Então, cada história que a gente ouve traz para gente uma tristeza imensa. A gente está descobrindo a face mais podre da sociedade.

Outro dia, em uma audiência pública que houve aqui, em que o Padre Murilo estava presente, eu, em um ato de desabafo, disse: Padre, eu sou cristão praticante – perdoe-me se eu estiver pecando –, mas a impressão que eu tenho é que a humanidade é inviável, porque a gente encontra tanta crueldade! Uma criança só desperta carinho, afeto, atenção, proteção. Como é que existe alguém no mundo que rapta criança, sequestra crianças e comercializa órgãos? Isso não é filme de ficção, não; é verdade. Esse é o segundo crime mais lucrativo do mundo. Mais de US\$30 bilhões. Desse montante, 10% aqui no Brasil.

Então, a CPI não está brincando. Nós estamos trabalhando sério, porque o problema é sério e no mundo inteiro. Mas eu entendo, Rosalene, o seu sentimento, a sua angústia.

Em nenhum momento, a CPI está prometendo trazer de volta os filhos dos senhores e das senhoras. Não é promessa nossa. A gente quer – e exige do Estado – respostas. Respostas para a sociedade, respostas, sobretudo, para os pais e para as mães. É isso que a CPI está querendo propiciar. Nós queremos respostas. Talvez a gente nunca consiga reaver essas crianças; alguns até adultos. Mas as respostas têm de existir, e, de preferência, punindo os culpados.

Então, a CPI tem um profundo respeito. Em nenhum momento estamos acendendo esperanças vãs. O nosso papel é este: apurar o crime grave que é o tráfico de pessoas. O fato das crianças do Planalto é emblemático, mas não é isolado. Existem, pelo Brasil afora, inúmeros casos com a mesma gravidade.

Eu passo a palavra para os parentes que quiserem manifestar alguma opinião. Quer falar alguma coisa? Por favor, pai.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS – Meu nome é Geraldo Pereira dos Santos, pai de Joseane Pereira dos Santos.

Eu boto a culpa de quem levou minha criança em Sandra, porque ela pediu a menina para dormir na casa dela. A mãe dela trabalhava no forno do lixo. Eu falei para minha mulher: “Não deixe, não.” Porque quando a minha menina ia para o interior – a mais velha mora lá e ela pediu para ir –, quando foi, com três dias, começou a chorar lá. Eu fui buscar a menina, porque ela não ficava longe da gente um minuto. Aí ela teceu, teceu a mulher, e a mulher deixou ela ir dormir na casa dela.

Quando foi mais uns dias à frente ela disse: “Lindalva, me dê essa menina pra mim?” E a Lindalva disse: “Você está ficando é doida. Deus me livre de dar a minha filha”. Ela foi e disse: “Se você não der por bem, dá por mal”. Aí essa menina foi saída da casa dela, do barraco dela, de noite. Eu não vivia em casa, estava trabalhando de noite; só chegava em casa bem cedo. A mulher foi para uma bodega que lá tinha bem vizinha a ela. E quando saiu para a bodega, um negócio assim de 3 minutos, deixou ela assistindo a uma tal de uma fita de Tiririca para ir para a bodega; a menina ficou lá sozinha assistindo. Quando voltou, já estava na metade da fita. Aí ela foi e voltou a fita do começo de novo para menina ficar assistindo. E disse: “Dona Lindalva, eu estou morrendo de fome. Lá não tem um comezinho não?” E a Lindalva disse: “Lá em casa nem tem arroz, nem tem feijão. Só tem um galetto assado e farinha”. Aí disse assim: “Eu vou lá comer um pedacinho”. Aí veio. Comeu o galetto, tomou café e foi embora pra casa. Quando chegou em casa, negócio assim de 3 minutos de novo, a menina não estava mais. Aí voltou lá para casa e disse: “Lindalva” – o apelido da menina era Biba –, “Biba não está aqui não?” E a Lindalva disse: “E a menina não ficou lá assistindo a fita de Tiririca?” E disse: “Ela não está lá mais, não”.

A Lindalva já começou a dizer lá uns palavrões que eu não posso dizer aqui. Aí começou a confusão, porque a menina tinha desaparecido da casa dela. Aí foi o meu filho mais velho, pegou um “fachilete” e foi pro barraco olhar se via algum rastro da criança e do cara que veio. Estava lá só o rastro de uns tênis na boca da porta. A Sandra pegou uma vassoura e saiu cobrindo o rastro. Aí meu menino disse: “Sandra, como é que a gente vai rastrear o rastro do cara com você apagando com uma vassoura?” Aí foi e chamou meu menino pra fazer coisa errada que eu não posso dizer aqui. Quer dizer, ela tem culpa no cartório, porque como é que ela vai, na casa dela, chega e pega a vassoura e, ao invés de sair ajudando meu menino a achar o rastro, ela sai cobrindo o rastro do cara que veio à casa dela buscar a menina?

Eu sei que eu boto culpa em cima dela e do marido dela, porque com 8 dias nós fomos fazer uma reportagem na TV Ponta Negra, quando nós chegamos – esse repórter até já faleceu, acho que era Mário de Farias –, quando

nós fizemos a reportagem – tinha até um radinho que fazia a reportagem no calçamento da TV Ponta Negra –, ela chorava de mentirinha. Aquilo lá não estava chorando, não. Ela estava fazendo que estava chorando. Aí ela foi e disse assim: “Fizesse favor quem levou a criança que trouxesse pelo menos a coberta de volta”. Quer dizer que a coberta tinha mais valor do que a criança. Aí fizemos a reportagem no calçamento e fomos para o estúdio, dentro da TV Ponta Negra, para fazer a reportagem para sair às 12 horas na Patrulha. Nós saímos da TV Ponta Negra e fomos para Felipe Camarão para dar umas buscas lá nas casas. Nós não achamos ninguém. Voltamos. Quando nós chegamos aqui em Felipe Camarão, aqui na saída, ela disse: “Geraldo” – e a um senhor de idade que eu acho que já até faleceu –, “eu vou ali na casa do Marco, que ele é dono do pedaço, conhece todo marginal aqui do Planalto, das cidades e esse negócio todo”. Eu disse: “Eu não tenho nada a ver com isso. Eu quero saber é da minha menina”. E disse: “Você vai e eu fico aqui”. Aí nós ficamos na esquina e, num negócio de 3 minutos, ela voltou e disse: “Ele não está em casa, não”.

Aí nós subimos o forno do lixo. Quando nós chegamos em cima do forno do lixo, ela estava fazendo que não conhecia ninguém, e conhecia todo mundo. Quem não conhecia era eu e o velhinho que estava mais eu. Vinha um camarada de Felipe Camarão, com um pacote debaixo do braço, assim, uma bolsa, aí ela olhou e disse: “Geraldo e Seu Zé, lá vem um camarada aqui com um negócio debaixo do braço”. Mesmo assim eu olhei e disse: eu não conheço quem é aquele, não. Aí numa baixada, o cabra desapareceu da nossa vista. Negócio assim de 5 minutos e o cabra já ia voltando para trás, já ia voltando sem o pacote. Aí nós íamos sair do canto em que o cabra tinha saído e tinha voltado. Quando nós chegamos nesse canto, tinha um pé de caju bem grande. Aí, quando nós chegamos debaixo do pé de caju, estava a coberta da reportagem que ela fez na TV Ponta Negra, no mesmo dia, de 2 horas da tarde para as 3 horas. A coberta estava estiradinha assim, debaixo do pé, do cajueiro. Ela disse: “Virgem Maria, o cabra veio deixar a minha coberta, olha. Cadê Biba?” Aí, olhou para a nossa cara. Deu vontade de eu meter uma mão no pé do ouvido, quando ela disse: “Cadê Biba?” Aí, o rastro, era o mesmo rastro, ficamos olhando assim, que veio e voltou. Aí, eu sei que eu só boto culpa em cima dela. Aí, eu sei que foi, eu sei que quando nós viemos embora ela foi, pegou a coberta, enrolou assim. Aí, quando nós chegamos em casa, que ela já estava em casa, todo mundo pensava, até Lindomar pensou que tinha achado a menina.

Aí, eu fui pra delegacia, nesse tempo era o Dr. Torres, lá em Candelária. Era para ter deixado a coberta no mesmo canto. Ela pegou a coberta que era para fazer o exame da coberta, mas só que ela enrolou a coberta e levou para casa e não dava para fazer o exame da coberta que ela pegou.

Eu sei que, outra vez, nós saímos para Felipe Camarão, mas aí ela chegou e disse: “Olhe, tem ali umas casas lá de uns camaradas, é só cabra da pesada, num sei o quê.” Eu disse: “Isso não tem nada a ver, eu quero saber da minha menina.” Aí, quando eu disse: “Você vai e a gente fica aqui olhando”, ela foi. Aí, tinha um senhor, tinha um camarada lá carregando um, cavando um buraco, para botar uns barros lá na carroça. Ai, Seu Zé era muito conversador, quando chegou junto dele, começou a conversar mais o camarada. Aí, o camarada, ele foi e disse: “O pai da menina é aquele dali, a que foi sequestrada.” Aí, foi e me chamou. Quando eu cheguei junto desse camarada, se eu fosse um detetive, tinha prendido o cabra na hora. O cabra mudou de cor, começou a tremer, aí eu fui, tirei o retrato da menina, mostrei a ele e ele foi e disse: “Mas rapaz, o cabra que fez isso com uma menina dessa, uma menina tão bonitinha, merecia uma surra bem grande.” Aí, ele olhou bem pra mim, eu olhei para cara dele, começou a tremer, mudou de cor, ele estava cavando um buraco para botar umas coisas para fazer um aterro do lado de uma casa que tava fazendo. E lá vinha Sandra, não é? Quando ele avistou Sandra, ela conhecia o camarada e o cabra conhecia ela, quem não conhecia era nós, o cabra só foi pegar a pá, o enxadeco e a enxada e jogou em cima da carroça, e saiu sem nem uma pá de barro em cima da carroça. Por isso que eu digo que ela tem culpa no cartório.

Aí, quando o cabra saiu, que passou por ela, ainda disse, eu escutei quando o cabra falou isso: “Ali é o pai da criança? Ele não vai encontrar nunca.” Eu fiquei muito revoltado com isso. Aí, eu sei que no outro dia, eu fui mais um policial lá. Quando eu cheguei lá mais o camarada, eu vi, nesse mesmo dia que eu estava mais ela, eu vi quando o cabra tirou a carroça do cavalo, entrou para dentro de casa, pegou um pacote de milho, botou dentro de um saco, amarrou na boca do cavalo e o cavalo ficou comendo.

Fui indo lá para a delegacia, dizia o canto onde era, no outro dia eu vim, quando nós chegamos lá, era o senhor que estava lá? Não era mais, não. Os cabras já tinham saído dessa casa, já tinham ido embora. Aí, o policial foi e perguntou a eles. Disseram: “Não, ninguém conhece esse cabra por aqui, não. Ele saiu daqui e foi-se embora pra outro canto.” Mas não disse onde estava morando. Isso era tudo uma patotinha que conhecia. Nem a carroça nem o cavalo não estavam lá mais.

Por isto que eu fico muito revoltado: porque Sandra tem culpa nesse cartório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Obrigado, Sr. Geraldo.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS – De nada.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM)
– Não há mais nenhum parente querendo relatar – viu, Sr. Geraldo? – e o senhor levanta aqui um aspecto que, certamente, a Polícia já deve estar trabalhando, que é a possível participação dessa Srª Sandra, que era vizinha de onde dormia a filha do senhor quando foi sequestrada, quando foi raptada, para fins de tráfico, possivelmente.

Então, eu quero agradecer a presença de todos e de todas, aqui.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Só queria registrar, um minutinho, Senadora, a presença de Matias Hilário, Coordenador da Pastoral Carcerária, e de Carlos Paiva, Secretário de Segurança do Município de Natal. Obrigado pela presença de vocês.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM)
– Também está presente o Sr. Júnior Souto, representante da Deputada Federal Fátima Bezerra. Seja bem-vindo.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Um abraço, Júnior.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM)
– E o Deputado Estadual Fábio Dantas. Muito obrigada pela presença.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Fábio Dantas, Deputado, muito obrigado, pela sua presença.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM)
– Então, nós vamos encerrar esta fase da nossa audiência, para, em seguida, numa outra sala, fazermos uma reunião reservada, com integrantes da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Norte.

Nós agradecemos a presença de todos, a presença de todas, sobretudo, da família. Vocês tenham a certeza – o Senador Davim, que já se pronunciou, disse do nosso esforço – de que nós vamos fazer tudo o que for possível para ajudá-los, para que esse caso seja desvendado e, se possível, a gente encontre essas cinco crianças que foram extraídas do convívio com a família, algumas já há quase 14 anos.

E quero dizer que a contribuição que a gente pode dar, nós dizemos à imprensa aqui, é procurar envolver o Poder Público federal, buscar a federalização do caso, com a Polícia Federal, ou até mesmo com o Ministério Público Federal. Conversamos com o Dr. Jovino e, se conseguirmos envolver o Ministério Público Federal, aí, a Polícia Federal entrará, obrigatoriamente, nesse caso.

Segundo, pela forma como esse caso foi tratado, desde o seu início, tudo o que foi relatado aqui, e, possivelmente, o que nós ouviremos ainda pode apontar, no período, para uma convivência de determinadas pessoas, integrantes

do Poder Público, possivelmente das forças policiais. Mas isso é algo que nós temos que investigar.

Eu acho que o importante, daqui para frente, é não deixar que nenhum de nós, principalmente as senhoras e os senhores, se abata. E a mobilização da comunidade do Planalto, a mobilização da sociedade potiguar, aqui do Rio Grande do Norte, é muito importante, para manter vivo esse caso. Não é porque 14 anos se passaram que a gente vai dar o caso como resolvido por decurso de prazo. Pelo contrário. Eu acho que o inquérito está na mão do Ministério Público, e é um inquérito que está vivo, por meio do qual a gente pode trabalhar muito ainda.

Agora, para que a gente possa envolver as forças federais, é preciso que o Estado do Rio Grande do Norte dê, de fato, uma prioridade. É sobre isso que nós vamos lutar, é a favor disso que nós vamos lutar.

Então, agradeço, mais uma vez, a presença das senhoras, a presença dos senhores todos. E tenham a certeza de que, além de vocês, há muita gente que trabalha para poder resolver esse caso.

Muito obrigada.

A nossa reunião, esta primeira etapa está encerrada.

Pessoal que vai para a segunda audiência, qual é a sala? Sala de reuniões. É à sala de reuniões dos Deputados que nós vamos.

(Iniciada às 08 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 13 minutos.)

Senadora Vanessa Grazziotin
Presidente

Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo, criada pelo Requerimento nº 226, de 2011.

ATA DA 35ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 35ª Reunião realizada em 10 de dezembro de 2012, às nove horas e quarenta e oito minutos, na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, sob a Presidência da Senadora **Vanessa Graziotin (PCdoB/AM)** e com a presença da Senadora **Lídice da Mata (PSB/BA)** e do Senador **Paulo Davim (PV-RN)**. Na oportunidade em que foi realizada Audiência Pública com a presença dos seguintes convidados: Bruno Amaral do Carmo e Dr. Eucy Barroso Braga, Delegado Titular de Iranduba/AM. Fizeram uso da palavra, ainda, as seguintes autoridades: Deputada Estadual Conceição Sampaio; Vereadora de Manaus Lúcia Antony, Presidente da Comissão de Mulheres da Câmara Municipal de Manaus; Cristiano Chixaro, Representante da Secretaria de Justiça do Estado do Amazonas; Orani Campelo Braga, Diretora Presidente da Amazonastur; Graça Prola, Vice-Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; Benjamin Afonso Neto, Chefe da Polícia Rodoviária Federal no Amazonas; Alexandre Simões de Souza, Coordenador Estadual da Central de Movimentos Populares do Amazonas; Fleusmar Ferreira, Coordenadora do Fórum Permanente de Mulheres de Manaus; Irmã Rose Bertoldo, Representante da Conferência dos Religiosos do Brasil - Rede em Grito pela Vida e Fernando Moraes, Presidente da Associação LGBT de Parintins.

Senadora Vanessa Graziotin
Presidente

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PC DO B) – Bom dia!

Declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 226, de 2011, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, na forma do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas, responsáveis, no período de 2003 a 2011, compreendidas na vigência da Convenção de Palermo.

Antes de mais nada, quero agradecer em meu nome e em nome de todos os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito e dizer que, aqui, a gente tem a alegria de receber dois Senadores da República: a Senadora Lídice da Mata, Senadora pelo Estado da Bahia, Relatora da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, portanto, uma pessoa que tem grande responsabilidade diante da CPI, que é a apresentação do relatório, e o Senador Paulo Davim, Senador pelo Estado do Rio Grande do Norte, que é o Vice-Presidente da nossa CPI.

Aliás, semana passada, fizemos uma audiência um pouco parecida com esta na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte. Lá, nos estamos trabalhando em um caso que ocorreu há mais de 10 anos e, por incrível que pareça, conseguimos avanços importantes, isto é, trazer à luz do dia informações que há 10 anos estavam sob o tapete.

Agradeço muito as presenças tanto da Senadora Lídice da Mata quanto do Senador Paulo Davim.

Agradeço ao Deputado Ricardo Nicolau, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, pela acolhida e pela disponibilização desse espaço e de toda a estrutura necessária à realização desta audiência pública. Ao agradecer o Deputado Ricardo Nicolau, agradeço também os Deputados aqui presentes: a Deputada Conceição Sampaio, que é a Vice-Presidente da Assembleia Legislativa. Convido V. Exª para fazer parte da Mesa, afinal, nós estamos na Assembleia Legislativa e a sua presença à Mesa, Deputada Conceição, representará todos os demais Deputados, Vereadores e autoridades aqui presentes.

Agradeço a presença, também, do Deputado Sinésio Campos, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa e Líder do Governador Omar Aziz.

Agradeço ainda a presença do Deputado Orlando Cidade, que também contribui muito com esta CPI.

Agradeço também a presença da Secretária de Turismo, Presidente do Amazonastur, empresa de turismo, Srª Oreni. Muito obrigada. Há pouco, tive a alegria de ouvir muitos elogios relacionados à V. Sª, Drª Oreni, por parte da Senadora Lídice da Mata. Muito obrigada pela presença, que é importante, porque, afinal de contas, tráfico de pessoas, principalmente para fins de exploração sexual, é algo que acontece nas cidades que são grandes destinos turísticos, e Manaus será uma das doze cidades sede da Copa do Mundo, portanto, mais do que nunca, devemos estar atentos a esse problema.

Quero agradecer e comunicar a presença da Vereadora Lúcia Antony – muito obrigada pela presença –, que aqui representa a Câmara de Vereadores. Sinta-se à Mesa, Vereadora. Muito obrigada.

Também registramos a presença do Sr. Serafim Corrêa, que esteve entre nós, mas não se encontra mais aqui, que preside, aqui no Amazonas, o Partido Socialista Brasileiro, partido da Senadora Lídice da Mata.

Registramos também a presença da Vice-Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Dr^a Graça Prola, que também trabalha muito com o tema. Obrigada pela presença.

Também agradeço a presença do Dr. Affonso, Chefe da Polícia Rodoviária Federal no Amazonas. É uma alegria para mim, Dr. Affonso, dizer que nós temos alguém do nosso Estado dirigindo a Polícia Rodoviária Federal, algo por que lutamos durante muito tempo. Temos pessoas extremamente capazes e, agora, para nossa alegria, o senhor coordena aqui os trabalhos da Polícia Rodoviária Federal, que tem uma atuação muito forte nessa questão do tráfico de pessoas.

Agradeço a presença do Dr. José Elcy Barroso, Delegado Titular de Iranduba, que será a pessoa que nós ouviremos já, já; a presença da Sr^a Sebastiana, Coordenadora do Fórum LGBT do Estado do Amazonas; a do Sr. Fernando Moraes, Presidente da Associação LGBT de Parintins, Município do interior; a da Sr^a Nilda Nair Reinehr, da Rede Grito pela Vida, CRB – deve ser Conferência dos Religiosos do Brasil; agradeço a representação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação aqui presente, e a outras entidades aqui representadas que, no decorrer de nossa audiência, registraremos as presenças, como a do Sr. Orlando, da Associação de Mototaxistas do Amazonas; vejo aqui o Portela também presente. Dr. Portela, muito obrigada pela presença. Enfim, obrigada a todos.

Hoje, esta reunião não tem caráter formal. Presentes aqui autoridades, secretárias, Parlamentares, para ouvirmos as pessoas convidadas.

Hoje, particularmente, nos deteremos em dois casos, que tomaram a imprensa local, e são casos – temos esse entendimento – que não são diferentes de outros que ocorreram, mas, os outros que ocorreram, Deputada Conceição, sequer na imprensa foram parar. Então, precisamos aproveitar essa oportunidade para ouvi-los. E tenho a certeza de que as pessoas que ouviremos poderão nos ajudar muito.

Na sequência, após ouvirmos as pessoas, passaremos aos questionamentos, oportunidade em que deixarei a coordenação para a Senadora Lídice da Mata, que é a nossa Relatora.

Nós só vamos pedir aos convidados... Vamos fazer uma alteração na ordem... Convidamos para compor a Mesa, para, imediatamente, fazer a sua apresentação, o Dr. José Elcy Barroso Braga, que é o Delegado Titular do Município de Iranduba.

Segundo o Dr. Elcy, que teve de deixar a sua Delegacia, muita gente já o aguarda na Delegacia de Iranduba. Então, agradeço a sua presença, Dr. Elcy. Mas, antes de o senhor falar, quero passar a palavra, inicialmente, para os nossos Senadores, Senador Paulo Davim. Depois para a Senadora Lídice, e em seguida, para o senhor.

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Bom dia a todos e a todas!

Quero dizer da minha satisfação em estar aqui em Manaus. Está é a quinta vez que venho a esta cidade. Gosto demais daqui, do seu povo, da sua gente, dessa terra, enfim, Manaus é um patrimônio brasileiro, pelo qual tenho um profundo carinho.

Dizer também da minha satisfação de estar aqui com esse propósito de contribuir, de colaborar com o enfrentamento a um crime abominável, como é o crime de tráfico de pessoas, que é um crime presente, cada vez mais presente, e infelizmente passa despercebido aos olhos da sociedade e, sobretudo, aos olhos das autoridades. Mas nós estamos, na medida do possível, consubstanciando um relatório, sob a responsabilidade da Senadora Lídice da Mata, e nós queremos que esse relatório ofereça subsídios necessários e importantes para que se estabeleça o enfrentamento a esse crime por parte das autoridades e da sociedade em geral.

Nesse crime todos têm responsabilidade no seu enfrentamento. É um crime sério que envolve homens, mulheres e crianças, para os mais diversos objetivos, desde o trabalho análogo ao escravo, passando pela exploração sexual até a comercialização de órgãos. É um crime que nos deixa, a todos, aflitos porque é muito presente. Inclusive muitas pessoas vítimas desse crime, são tragadas por quadrilhas, elas caem na vala comum dos desaparecidos. E a gente precisa oferecer subsídios e alertar as autoridades para que, na hora de estabelecer o diagnóstico do crime, na hora de se elucidar o crime, não se conformar apenas com o rótulo de “desaparecidos”. Os desaparecidos, muitas vezes, escondem vítimas que foram traficadas, ou da sua cidade, ou da sua região ou do País para os mais mesquinhos e abomináveis objetivos.

Portanto, quero dizer que estou satisfeito por estar aqui, dando a minha contribuição para, juntos, todos nós, de norte a sul do Brasil, criarmos uma grande corrente para enfrentarmos esse crime.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Paulo Davim.

Agora, ouviremos as palavras da Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Bom dia a todos os presentes e todas as presentes!

Quero dizer também, como o Davim e a Vanessa, da nossa alegria de poder estar aqui em Manaus, embora por uma razão que não seja de alegria, porque nós estamos aqui para investigar a incidência de um crime. Mas ao mesmo tempo é importante, porque nós, quando vamos a cada um dos Estados, temos a oportunidade de identificar as semelhanças com que o crime ocorre no Brasil e também as práticas específicas que ganham tonalidades em cada região.

Eu quero registrar a presença e abraçar o Deputado Marcelo Ramos, do meu partido, o PSB, que está aqui ainda, mas que vai ter que se ausentar porque tem um compromisso em uma escola, e dizer da nossa disposição em contribuir aqui em Manaus para que as autoridades do Estado possam avançar no enfrentamento a esse

crime, que a sociedade brasileira não consegue identificar muito, mas que está passando na nossa porta a todo o momento.

Uma das razões da CPI, uma das utilidades, digamos assim, que ela adquire e adquiriu, além de desvendar e ajudar a desvendar diversos desses crimes ocorridos em todo o Brasil, é justamente dar visibilidade à existência dessa prática, e fazer com que, didaticamente, possamos dizer para o Brasil como é que esse crime ocorre. E, na medida em que dizemos para todos, conseguimos que todos compreendam a forma como ele ocorre à imprensa, à população em geral, nós poderemos ter toda a sociedade envolvida no seu enfrentamento ao seu combate.

Um crime dessa natureza precisa de ações de prevenção, de ações de punição, e, para isso, estamos nos desdobrando para apresentar este mês, na finalização do nosso relatório, um projeto, uma proposta de lei que possa superar os vazios que o nosso Código Penal tem em relação ao crime, e, finalmente, proteger, suscitar na sociedade, nos governos a necessidade de investimento na proteção às vítimas do tráfico de pessoas, no acolhimento às vítimas do tráfico de pessoas, para que elas deixem de ser vítimas.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senadora Lídice.

Eu comunico a presença do Deputado Marcelo Ramos.

Dr. Elcy, peço paciência a V. S^a, porque, antes de ouvirmos o seu depoimento, eu quero passar a palavra à Deputada Conceição Sampaio, Vice-Presidente da Casa que nos acolhe, a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, que falará não apenas representando a Assembleia, mas também todas as entidades e os demais Parlamentares que aqui estão.

A SRª CONCEIÇÃO SAMPAIO – Bom dia a todas e a todos!

Meus cumprimentos à Senadora Vanessa Grazziotin, Presidenta desta CPI tão importante para o Estado brasileiro. Quero também, em nome do Presidente da Casa, Deputado Ricardo Nicolau, em nome de todos os Parlamentares agradecer a vinda da Senadora Lídice da Mata, do Senador Paulo Davim, e dizer que este é um momento importante para nós, porque o Brasil está sendo passado a limpo.

Há pouco tivemos aqui no Amazonas também a CPMI que trata da violência contra a mulher, que era o grande pedido de todos os movimentos que aqui estão. E acho que esse momento, Senadora Vanessa, para nós, realmente V. Ex^a nos brinda com essa oportunidade, porque o Amazonas precisa estar nesta discussão.

Falava, agora há pouco, ao Senador Paulo de como o Brasil hoje se volta a este tema que, durante muito tempo, esteve privatizado, esteve escondido mesmo, e nós temos essa possibilidade de fazer com que a Assembleia do Amazonas, através de todos os movimentos que aqui estão, das instituições, possa também o nosso Estado colaborar, mas acima de tudo enxergar a nossa realidade, vivenciar de perto aquilo que muitas famílias, meus queridos Parlamentares, amigos que aqui estão, vivenciam na pele.

Senadora Vanessa, temos um caso de desaparecimento de uma menina de 10 anos, Shara Ruana, que até hoje nós não sabemos o que aconteceu. E aquela é mais uma das famílias do nosso Estado que vive esse luto permanente.

Então, eu gostaria de agradecer, em nome desta Casa, em nome do povo do Amazonas, a presença da CPI aqui. Nós acreditamos que bons resultados serão apontados através de um relatório final.

Portanto, mais uma vez, os nossos agradecimentos, os nossos cumprimentos à Senadora Vanessa.

Entendo que a Assembleia, Senadora, tem participado muito dessas discussões. E é isso que nós queremos. É fazer com que, de fato, nós tenhamos a voz do Amazonas sendo ouvida.

Então, muito obrigada, em nome do nosso povo, do Estado do Amazonas, sejam bem-vindos e bem-vindas a esta Casa!

Mais uma vez, registro aqui os nossos agradecimentos, acreditando que, de fato, nós vamos conseguir, no final, punir aqueles ou aquelas que ainda querem continuar utilizando mulheres, meninas como mercadorias.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Deputada Conceição.

Eu quero pedir desculpas e convidar a Vereadora Lúcia Antony, que representa a Câmara de Vereadores de Manaus, para fazer parte da Mesa, e, imediatamente, usar a palavra também para que a gente possa começar os nossos trabalhos.

Vereadora Lúcia Antony. (*Palmas.*)

A SRª LÚCIA ANTONY – Bom dia a todos e a todas!

Senadora Vanessa; Senador Paulo; Senadora Lídice da Mata; minha querida Conceição, Dr. Elcy, eu gostaria de dizer da importância dessa audiência que se faz aqui na cidade de Manaus. Eu penso que o Senado cumpre um papel importante, numa luta muito maior, que é a luta contra a violência na sua forma mais ampla.

Sabemos que a exploração sexual tem sido responsável por uma série de outras mazelas sociais, inclusive o tráfico de pessoas. Porque uma coisa que é considerada natural, normal ela acaba levando uma dimensão muito maior do que se pode imaginar.

Então, nós não podemos pensar que o tráfico leva à exploração sexual. Nós temos que entender que é a exploração sexual que leva ao tráfico e leva a uma série de outros problemas como o tráfico de drogas, o contrabando, toda uma contravenção e toda uma violência que se faz por trás de tudo isso.

Portanto, nós gostaríamos de parabenizar o Senado por essa iniciativa, dizer que o povo brasileiro precisa mais do que nunca encarar os seus problemas e acabar com a hipocrisia. Nós não podemos mais permitir que as pessoas falem uma coisa e ajam de uma maneira diferente, porque, normalmente, somos nós, mulheres, que acabamos pagando por tudo isso, porque, quando a família se desestrutura, porque

quando uma filha ou um filho cai na prostituição, normalmente a mãe é responsabilizada por essa situação.

Nós, portanto, queremos enfrentar esses problemas. Um problema que precisa ser entendido não apenas por aquelas pessoas que hoje fazem o tráfico e aquelas pessoas que estão sendo exploradas, mas de pessoas aparentemente normais e de boa conduta que usam desse subterfúgio para as piores práticas possíveis.

Portanto, é preciso encarar, é preciso acabar com a hipocrisia, e eu espero que esta Comissão possa, de fato, apontar os responsáveis, mas possa apontar, acima de tudo, o enfrentamento mais profundo a todas essas mazelas sociais.

Obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Vereadora Lúcia.

Senadora Lídice, podemos passar a palavra para o nosso convidado? *(Pausa.)* Posteriormente, a senhora passa... Acho que seria o caso de aqui, se alguém quiser complementar alguma coisa...

Tem a palavra o Dr. Elcy, pelo tempo necessário.

Para o esclarecimento de todos, nós convidamos o Dr. Elcy, do Município vizinho de Iranduba. Para os Senadores que não conhecem o nosso Estado, temos a região metropolitana, e o Município que está ligado diretamente à cidade é o Município de Iranduba, que fica do outro lado da ponte. E lá, as notícias de desaparecimento de jovens têm sido frequente. Nós temos, aproximadamente, 20 jovens desaparecidos, e um desses jovens conseguiu, a Polícia conseguiu chegar ao destino dele, denunciou que havia sido retirado do convívio da família para ser explorado sexualmente. Então, o Dr. Elcy está à frente desses casos e pode colaborar muito com os nossos trabalhos.

Pois não, Dr. Elcy.

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Perfeitamente.

Eu quero dar, primeiramente, o meu bom-dia a todos!

Fazer uma referência a nossa Senadora Vanessa, aqui do Amazonas; a nossa Senadora do Estado da Bahia; ao nosso Senador lá do Rio Grande do Norte, o meu bom-dia!; à Deputada Conceição; a nossa Vereadora, a todos vocês e aos nossos Deputados.

Eu estou, há 92 dias, como Delegado de Iranduba. É uma honra para mim. Eu passei 37 anos, aqui em Manaus, como Delegado de Manaus, e, no final da carreira, antes de me aposentar, eu fui para Iranduba, e lá estou.

O que aconteceu lá, Senadora, nestes 92 dias em que eu me encontro como Delegado, foram nove casos, nove registros de garotas que sumiram de casa. Oito – graças da Deus – foram encontradas em 48 horas. Sete, destas nove, estavam na cidade de Iranduba, lá na zona rural do Lago do Cacau, de Paricatuba e Açutuba, enfim, lá no Cacau Pirera, e uma estava em Manaus; ela tinha a idade de 13 anos. A outra, até hoje não foi encontrada, mas nós sabemos que está em Manaus, e é maior, tem 18 anos e 4 ou 5 meses. Já conversamos com ela por telefone, inclusive a mãe dela também; ela só não quis papo com o pai. “Com o meu pai eu não quero papo”. Não sei

se ele está aqui. “Com a minha mãe eu falo, doutor.” Disse à mãe: “Mamãe, eu estou na casa do meu namorado, com a minha futura sogra. Eu vou casar. A senhora será minha convidada especial, agora, não quero meu pai no casamento”. Eu fui até convidado, mas não sei a data ainda. Mas ela é maior de idade.

Nesse caso das oito – já estão todas em Manaus – teve uma que tinha 13 anos, e o rapaz tinha 18. E eu lavei o flagrante. Mesmo com o consentimento sexual, ela mesma se ofereceu, ela mesma deu porque quis dar – desculpem-me pelo termo –, mas a lei não permite, e foi um estupro, de acordo com o art. 213. E ele até hoje se encontra preso lá na minha Delegacia, que é Delegacia e ao mesmo tempo é o presídio.

Nós temos 42 presos hoje, todos de Justiça, inclusive três estupradores, e esse caso desse rapaz. O outro está com a prisão preventiva solicitada. Estamos apenas aguardando que a juíza de lá assine.

Lá não existe, que eu saiba, nestes 92 dias, nem importação, nem exportação de menores, nem para Manaus nem para qualquer cidade do Brasil. Nem para Miami, que já é no exterior, como saiu nos jornais aqui de Manaus. É uma cidade tranquila. O que eu sei é que existe muita droga, lá no Cacau Pirera, que nós temos todo mês, graças ao Deputado Marcelo, todos os dia 10, 11 – por exemplo, amanhã será o dia –, nós temos reuniões mensais com relação a drogas, à segurança pública, problema com viaturas, ronda nos bairros. E, realmente o que eu posso afirmar para a senhora, Senadora Vanessa, é que lá é uma cidade tranquila. Não existe realmente nada, nada, nada. A informação foi completamente errada de que aqui em Manaus tinha uma boate, uma casa chamada Fênix, e uma senhora, chamada “fulana de tal dos anzóis”, ia buscar crianças, mocinhas de 13 anos para cá, que ficavam, e eram exploradas. Tudo é mentira. Aqui em Manaus, a Delegada Linda Gláucia já fez essa investigação – é uma grande Delegada de menores aqui –, e nós não encontramos nada, nem um indício. E lá na cidade de Iranduba, graças a Deus, após – eu estou um pouco nervoso – a inauguração da ponte, ficou tranquila. É uma cidade tranquila. É como todas as cidades: existe furto, existe roubo, existe homicídio, mas todas as providências são tomadas. Graças a Deus, todos os homicídios que aconteceram na nossa gestão foram elucidados! Graças a Deus! E todos os casos com menores, o que aconteceu é problema de droga; saíam de casa e após 24, 48 horas chegavam, porque estavam com namorados nas praias da cidade, que são muito bonitas.

É isso que eu tenho a informar à nobre Relatora e aos Sr^s. Senadores.

Estou à disposição.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin, Bloco/PCdoB – AM) – O Senador Davim gostaria de fazer alguns questionamentos antes da senhora. Tem problema? *(Pausa.)*

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Dr. Eley, eu ouvi as suas palavras. O senhor me desculpe, Dr. Eley, mas eu acho que o seu depoimento foi extremamente simplório. Eu acho que o senhor ainda tem uma mentalidade de achar que a jovem, como o senhor bem disse, ela tem relação porque quer. E quando o senhor vem para cá e tenta, de alguma forma, escamotear a verdade, dizer que não tem tráfico, dizer que as meninas vão porque querem, com o consentimento delas, o senhor

me desculpe, mas o senhor está longe da realidade que o Brasil vive. (*Palmas.*) O senhor está longe dos problemas que a sociedade, sobretudo os mais humildes, sofrem, e se tornam vulneráveis, por isso mesmo são presas fáceis para pessoas inescrupulosas que usam a mulher como objeto sexual, que usam as jovens e, de certa forma, ceifam o futuro dessas jovens utilizando-as no comércio, seja comércio sexual, seja outro tipo de comércio, que é tão abominável quanto. Eu, sinceramente, lamento que o senhor tenha essa visão da sociedade. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Senadora Lídice, passamos por ele ou a senhora quer...? (*Pausa.*) O.k. Dr. Elcy.

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Eu queria apenas dizer para o Senador que eu vim para cá para falar a verdade, não foi para mentir. Não foi para dizer que lá tinha, que eu estava trabalhando demais, que eu estava investigando que as meninas lá são todas prostitutas. Eu vim falar a verdade. Eu estou com 92 dias, houve nove casos; oito garotas saíram de casa por livre e espontânea vontade para o consumo de drogas, saíram com os namorados, marcaram, através de *notebooks*, encontro na igreja, encontro, enfim, e passaram um dia ou dois dias fora de casa. Algumas tiveram relações sexuais, e isso é contra a lei, mas deram espontaneamente. Assim mesmo, a lei diz que maior de 18 e menor que 14, mesmo com a vontade da vítima, é estupro. E aí nós temos lá, o senhor pode verificar. O senhor pode ir a Iranduba e verificar o nosso livro de ocorrência, que foram nove casos. Só um caso que não foi ainda porque a moça tem 18 anos de idade e ela tem liberdade e tem justamente esse direito de ficar fora da casa dos pais. Mas não existe lá, Senador. O senhor pode ir lá. A nossa Senadora Vanessa, recentemente, há uma semana, esteve lá; ela não foi falar sobre isso, mas se ela fosse à Delegacia, eu ia mostrar para ela todas as ocorrências registradas pelo país das vítimas que desapareceram, mas que reapareceram logo após.

Só isso.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Dr. Elcy, na verdade, no depoimento de V. Sª ficaram alguns pontos que eu gostaria que fossem esclarecidos.

O que motivou a prisão de Adriano Santos de Andrade? Ele, o rapaz que o senhor disse estar preso porque teria sido caracterizado como estupro presumido?

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Não sei pelo nome. Mas deve ser o Patrick. Teve um que está preso lá, que é menor de 14 anos; e o outro, tem um nome mais eu...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Adriano é conhecido como “doideira”.

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – “Doideira”.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sim...

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Foi esse.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Tem 18 anos...

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Tem 18 anos.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) –... e está preso por ter sido e encontrado com duas adolescentes...

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Ele e o Patrick. Perfeitamente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) –... e afirma ter namorado uma delas.

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Perfeito.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – O segundo é o Júlio César de Lima Fontes, 30 anos.

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Não. Esse não...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Não?

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Não. Foi fora da minha época.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – A informação que tenho.

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Pois é.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – E para o qual já teria sido solicitada a prisão preventiva.

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Eu não sei.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Por que razão se deu a prisão de Adriano e está sendo solicitada a prisão...?

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Uma, porque foi flagranteado; e a outra, porque o cara fugiu.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Uma foi...?

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Porque foi pego no local.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sim. Em flagrante. Sim.

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – E o outro, porque fugiu, e nós pedimos a preventiva. Ele deixou cair os documentos dele, e nós fizemos o pedido à Juíza de lá, que se chama Luciana Nasser. E até hoje não foi deferido. Nós estamos aguardando.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Então, segundo o senhor, as providências que o senhor adotou após o registro de que havia nove adolescentes desaparecidas, quais foram as providências que o senhor tomou na investigação de cada uma delas?

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Justamente cada uma delas.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – As queixas chegaram antes de 24 horas do desaparecimento delas?

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Chegaram. Chegaram. Chegaram. Chegaram sempre às 10, 11 horas da noite. E lá é uma cidade pequena, e uma zona rural de Manaus...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Geralmente o registro é feito só a partir do desaparecimento após 48 horas.

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Não, mas lá faz logo após. Se ela costuma chegar em casa às 8 horas da noite, se até às 10 horas ela não chegou em casa, os pais, temerosos, vão logo lá à Delegacia e fazem o registro. E aí começamos a trabalhar a respeito disso.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – O senhor disse que lá existe Conselho Tutelar.

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Existe.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – O senhor faz um trabalho em conjunto com o Conselho Tutelar?

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Em conjunto, sim, senhora. Perfeitamente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – O Conselho Tutelar acompanhou essas investigações?

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Acompanhou, sim, senhora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Então, presidente, eu queria solicitar a V. Exª que, por escrito, encaminhasse, já que Conselho Tutelar não compareceu, correspondência ao Conselho Tutelar para que ele informasse, fizesse um relatório dessas ocorrências para nossa CPI, já que o Conselho Tutelar, considero que é indispensável ser ouvido nesse caso, e até então, não foi ouvido. Por outro lado...

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Ele tem ciência de tudo isso.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Por isso que nós precisamos, porque, por outro lado, Dr. Eley, uma questão que o Senador destacou corretamente é que o crime de tráfico de pessoas não é caracterizado por uma ação que seja de obrigar alguém a fazer nada. O tráfico de pessoas ocorre por uma ação consentida. As pessoas são convidadas a viajar e viajam. Então, essa moça, das nove desaparecidas, o senhor disse que uma delas está em Manaus, 13 anos de idade...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Não, o senhor disse duas. Nove registros de garotas que sumiram de casa. Segundo o senhor, sete foram encontradas, estavam na zona rural, etc. Das outras duas, uma estava em Manaus, tem 18 anos de idade,...

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Perfeito.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) –... falou com a mãe,...

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Falou comigo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) –... falou com o senhor, disse que está na casa do namorado e que vai se casar. A outra, no entanto, quando o

senhor falou, talvez tenha se equivocado, mas o senhor disse que ela tinha 13 anos e estava na cidade de Manaus.

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Estava. Estava na casa de parentes em Manaus. Disse que levou uma surra muito grande do pai e saiu por causa de drogas e, depois, voltou. Voltou espontaneamente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Veja bem. Eu acho que há certo equívoco na análise, porque não importa se ela usa droga ou se não usa droga. Uma pessoa que use drogas pode ser levada ao crime de tráfico de pessoas, pode ser aliciada, seduzida a cometer qualquer coisa. Não é o fato de ela ser usuária de drogas – o que, aliás, no Brasil, não é crime; ninguém é preso por ser usuário de drogas – que caracteriza a situação dela. O que eu quero saber é se essa pessoa que veio para Manaus, como veio para Manaus? Quem a trouxe? Quem deu dinheiro a ela?

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Ela veio de ônibus. Escute: ela veio de ônibus. Tem ônibus de lá para cá. É barato.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sim, imagino que sim.

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Não é caro, são R\$5.

Muitas pessoas vêm para cá e vai para Manaus. Manaus é o Rio de Janeiro nosso, não é? Eu sou filho de Eirunepé, lá do Alto Juruá, eu nunca tinha visto luz elétrica na minha vida. Vem ver em Manaus. Então, muita coisa, em outros lugares aqui da nossa região, não tem; só tem em Manaus. Então, essas mocinhas, curiosas, pegam o ônibus e vem pra casa de um tio, da tia, vem passar o fim de semana. Se for pedir para o pai, o pai via dizer “não”. Então, elas fogem. E foram encontradas na casa dos próprios tios.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Eu quero voltar a insistir no seguinte, doutor: se a gente quer investigar o tráfico de pessoas e parte do princípio de que uma menina que é seduzida, parte do princípio de que ela entregou-se porque quis. Isso não quer dizer que ela não tenha sido aliciada. O aliciamento não é alguém que bota uma faca no pescoço ou uma arma na cabeça da pessoa e a estupra.

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Certo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – O aliciador é aquele que seduz, que leva a cometer essa ação. Então, eu quero dizer que acho que seria pelo menos necessário uma investigação da prática, até porque a forma como as coisas aconteceram leva a concluir, no mínimo, que é uma situação estranha.

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Com certeza.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Quero dizer também que não cabe a um delegado ou a uma autoridade qualquer prejudicar a pessoa, no caso, uma adolescente, porque ela é usuária de droga ou porque ela se entregou, ela cometeu, praticou um ato sexual com o próprio consentimento dela.

Eu creio que o senhor – não sei por que razão – passou a mim, aos que estão nos ouvindo e aos que estão aqui presentes uma sensação de que era tudo muito normal e que o fato de isso ter ocorrido com o consentimento da pessoa já teria, em princípio, sido suficiente para abandonar qualquer caminho de investigação da possibilidade de um crime. Não estou dizendo nem que o crime ocorreu, porque eu não

tenho elementos para fazer essa afirmação, mas é exatamente isso que nós estamos querendo modificar.

O que parece ser uma coisa corriqueira, o crime que parece ser corriqueiro, muitas vezes, é um crime de tráfico. É uma pessoa que chega à cidade, é um jovem que chega à cidade e seduz uma jovem, que se entrega a ele e vai para a cidade com ele – para Manaus ou para qualquer outro centro – e, a partir daí, perde o contato, e passa a sofrer coerção para, naquele lugar, praticar algum tipo de ação que ela não deseja.

Eu até queria dizer que, para mim, aquilo que o senhor podia nos dar de contribuição já nos deu.

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Eu queria acrescentar só mais uma coisa.

Quando eu falei que foi um ato espontâneo, não foi a palavra de Eley Barroso, não. Eu sou pai, sou avô, sou bisavô. Eu tenho netas de 15, 16 anos; tenho filhas aqui presentes. Sou advogado, mas sou impedido pela lei de exercer a minha profissão. Hoje sou um Delegado de Polícia, com 38 anos na ativa, já perto de ir para casa de vez. Eu disse para a senhora o seguinte: são elas que falam na frente das mães, e o Delegado faz a indagação: “Ele forçou, minha jovem?” São meninas bonitas, e eu as vejo como minhas netas. “Ele lhe forçou, minha filha?” “Não, doutor. Foi espontaneamente. Eu queria transar com ele”.

Esses *notebooks*, hoje em dia, dão uma capacidade intelectual para muitas jovens de 12, 13 anos de idade. Eu culpo até os pais. Os pais deveriam proibir e não dar *notebook* para crianças de 13 anos, 14 anos; só com de 16 anos em diante. Elas falam com uma simplicidade, e a mãe começa a chorar. Eu começo, às vezes, até a lacrimejar também, porque imagino uma pessoa minha. Não sou eu que digo que é espontâneo, não. Nada disso! Não leva a flagrante. Na hora de colocar na penitenciária de lá, se a senhora vir, vai ficar abismada ao ver 40 pessoas numa cela em que só cabem quatro, foi feita para quatro, mas tem 40. Imagine 40 pessoas numa cela para quatro! Isso ocorre no interior do Estado do Amazonas todinho.

Então, eu sou contra piamente. Eu devia até... Pelo amor de Deus! Não consigo nem imaginar. Eu luto, eu combato. Agora, lá existe, por sinal, a senhora falou no Conselho Tutelar, nós fizemos muito bem, existe uma interação muito grande entre nós, o Conselho Tutelar e a Polícia Militar também de Iranduba. Nós estamos fazendo o que podemos fazer.

Só isso. Sou contra piamente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Está certo.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Senadora, algo mais?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Não.

Por último, pergunto se o senhor nunca identificou qualquer movimento de pessoas estranhas na cidade em contato com as moças da cidade?

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Não senhora, não senhora, senão eu ia mentir para a senhora e dizer que encontrei várias. Vai sair daqui o pessoal

todo batendo palmas para mim. E eu vi e não preendi, não, senhora. Eu vim aqui falar só a verdade.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Eu gostaria, Senadora Lídice, Senador Davim, estou aqui tentando prestar muita atenção, não só aos dados de que a gente dispõe, muitos deles, alguns deles publicados fartamente pela imprensa local, mas é o que o senhor acaba de falar em relação aos casos com que o senhor deparou assim que chegou à Delegacia de Iranduba, há 92 dias.

A informação que nós temos é que uma dessas jovens teria ido denunciar o fato de que teria sido aliciada para vir a Manaus. Quando chegou a Manaus, ela foi submetida à prostituição. O senhor falou desse caso aqui?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Mas, aqui, esse caso não existe?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Ou ele existiu antes de o senhor chegar à Delegacia? No microfone, Dr. Elcy.

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Nunca uma vítima, desde que eu cheguei lá, Drª Vanessa, foi ela mesma lá para fazer o registro. Normalmente, quem vai é o pai ou a mãe, mais a mãe.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Mas há registro? É isso o que a Senadora está perguntando. Há registro na Delegacia?

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Está lá o livro, que está à disposição da senhora. O dia em que a senhora der o prazer de ir a Iranduba, eu mostro para a senhora tudo direitinho, os livros todinhos.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – É isso: não há esse registro.

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Não existe, não, senhora.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Nem no período em que o senhor não respondia pela Delegacia.

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Não, não. O último eu até trouxe aqui, foi do dia 7. Já foi encontrada.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O último registro? Do dia 7?

Agora, esse fato de que a garota teria, ela própria, denunciado que teria sido trazida a Manaus para fins de exploração sexual, o senhor destaca aqui que isso nunca houve.

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Nunca houve. Lá na Delegacia não. Só se ela foi ao Conselho Tutelar, registrou lá, e eu não tomei conhecimento.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – E alguém aqui está representando o Conselho Tutelar de Iranduba? Nós temos algum representante? Porque nós oficiamos ao Conselho Tutelar, nós encaminhamos ofício,

funcionários do Senado Federal, da CPI, estiveram pessoalmente na sede do Conselho Tutelar de Iranduba, na última sexta-feira, e estava fechado.

Como têm sido as atividades do Conselho Tutelar, lá em Iranduba, Dr. Eley? O senhor poderia falar?

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – É meio difícil, porque eu nunca fui lá, eu apenas falei por telefone. Eu falo por telefone. Convido, quem está de plantão, a comparecer ao Distrito para...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Quantos conselheiros tutelares há em Iranduba?

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Eu sei que é um por dia.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Não, não. Quantos conselheiros? São cinco conselheiros tutelares?

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Cinco, né? Então, são cinco. Eu sei que é um por dia.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O senhor nunca visitou o Conselho Tutelar?

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Não, lá não.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – E eles nunca foram à Delegacia?

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Foram várias vezes, quando foram chamados.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Quando o senhor chama.

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Eu chamo, e eles vão lá para acompanhar.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Mas vocês não têm um trabalho... Porque talvez esse caso de que nós estamos falando, porque não é invenção, há um registro do ocorrido. E eu imagino que tudo o que acontece no Conselho Tutelar tem que ser comunicado à Delegacia e vice-versa.

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Perfeitamente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – E pelo o que eu percebo...

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – É o que eu faço. Eu comunico.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Mas, por tudo o que o senhor falou, o senhor acha que a integração, o trabalho, entre a Delegacia de Polícia de Iranduba e o Conselho Tutelar, é um trabalho que o senhor poderia considerar satisfatório ou poderia ser um trabalho melhor?

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Não, não. Poderia ser muito mais eficiente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Porque, Dr. Eley, eu quero falar para o senhor com muita sinceridade. Manaus não é a primeira cidade a que a gente vem e nem é a primeira vez. E o senhor não é o único

Delegado que deu essa impressão a quem o ouve. É que, infelizmente, a maioria das autoridades policiais que trata desse assunto, no nosso entendimento, não trata da forma como deveria tratar, que é colocar a suspeição antes de mais nada. Uma criança de 13 anos de idade não tem discernimento para nada.

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Para nada.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Então, em vez de perguntar se consentiu ou não, tem que perguntar: “O que você recebeu? Qual foi a promessa que você ouviu?” E, a partir daí, o senhor vai ver que a história pode mudar muito. Mas as crianças, principalmente as crianças, quando são conduzidas e são ouvidas, elas são – e eu acredito que não de forma deliberada, mas até por uma questão cultural, elas são induzidas a minimizar o problema que está acontecendo ali. Entendeu, Dr. Eley? Acho que o nosso trabalho, o trabalho da CPI, não é julgar absolutamente nada, nem elucidar os casos. Essa não é nossa função. Nós podemos até ajudar, mas é tentar mudar a cultura. Por que o tráfico de pessoas é o crime mais invisível do Brasil? Não há dúvida de que é o crime mais invisível. É o segundo que mais mobiliza recursos e é aquele que não enxergamos.

Um dia desses, conversando com um amigo, ele me dizia em relação à telenovela: “Isso é ficção”. Não é. As coisas acontecem tal qual está sendo mostrado. Claro, não é a única forma, há outras formas diferentes. O Dr. Afonso deve saber disso, porque sabe das dificuldades que tem, como Polícia Rodoviária Federal, em abordar, por deficiência da legislação e tudo mais.

Dr. Eley, eu quero dizer que, a partir de hoje, nós vamos officiar o Conselho Tutelar. Deputada Conceição, seria importante que a senhora aqui, pela Assembleia Legislativa, pudesse fazer isso por nós. Oficializamos um pedido à Assembleia Legislativa para que a senhora escute o mais rapidamente possível – nós não teremos mais tempo –, nestes próximos dias, o Conselho Tutelar de Iranduba, para que ele seja ouvido, porque o problema que enfrentamos aqui não é só em relação à periferia de Manaus, mas aos Municípios. Eu acho que as jovens e os jovens do interior do Estado têm sido vítimas desse tráfico, dessa abordagem, desse aliciamento, que, no fundo, é tráfico de pessoas. Que a Deputada Conceição Sampaio pudesse, juntamente com a Câmara de Vereadores de Iranduba ou não, procurar ouvir e trazer, de forma mais detalhada, esses casos à CPI.

Pergunto ao Deputado Davim se há algum... Senador Davim – é que me chamaram tanto de Deputada que agora estou chamando todo mundo de... É porque estamos na Assembleia Legislativa.

Senador Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu fiz até uma sugestão à nossa Deputada de que a Assembleia instalasse a frente parlamentar do enfrentamento ao tráfico de pessoas. Nós estamos solicitando isso em todos os Estados por onde passamos. É mais um instrumento para enfrentarmos esse crime. E, também nas câmaras municipais, a criação das frentes parlamentares do tráfico de pessoas. Então, tudo que pudemos fazer para oferecer à sociedade um instrumento a mais é válido.

Dr. Elcy, eu vou contar uma história para o senhor. Eu sou médico. Tenho 28 anos de formado. Havia um professor meu que dizia o seguinte: “Se você não pensar na hipótese diagnóstica da doença, você nunca vai acertar”. Então, para se fazer um diagnóstico correto, você tem de pelo menos pensar na doença, na possibilidade de ser uma doença. Se você não pensar, você não vai fazer o diagnóstico. O que estamos observando – e não é só aqui – é que, aonde chegamos, as autoridades policiais, com honrosas exceções, não conseguem pensar na hipótese concreta de tráfico de pessoas. Se você não pensa, você não investiga aquela hipótese e erra no diagnóstico e na elucidação do crime. Então, é necessário que se pense nessa possibilidade. Quando surgiu o PCC – Primeiro Comando da Capital, as autoridades policiais chegavam a desacreditar: “Que história é essa? Um grupo de bandidos vai montar uma estrutura tão orgânica?! É impensável! É inadmissível!” E a coisa aconteceu, porque não houve crença nas hipóteses. O que esperamos é que haja o pensamento.

Eu até sugiro que, Senadora Vanessa, Senadora Lídice, na próxima reunião de avaliação, na reunião administrativa da Comissão, encaminhem ao Ministério da Justiça um requerimento solicitando um curso de capacitação para as autoridades policiais do Brasil no sentido de qualificá-los ao enfrentamento do tráfico. Eles precisam ser treinados a pensar na hipótese de tráfico de pessoas, porque, senão, todos os crimes cairão na vala comum dos desaparecidos. Para todas as meninas que saírem com o objetivo de exploração sexual, haverá sempre o argumento: “Não, mas ela diz que não foi forçada.” Claro, porque o tráfico não força ninguém; o tráfico convence, ele seduz. Então, o tráfico de pessoas é uma sedução.

E essas perguntas que o Sr. faz, Dr. Elcy, são inócuas. Porque, se eu chegar para uma menina e disser: “Ele forçou?” Ela vai dizer: “Não”, porque ela foi seduzida.” Nunca se vai estabelecer uma ligação entre esse tipo de crime e o tráfico.

Então, cada vez que as autoridades policiais e a Justiça demonstram a negligência, incapacidade ou ineficácia de fazer o enfrentamento a esse crime fortalecem o agressor. Ora, se o indivíduo sabe que pode cometer um crime e vai ficar impune – porque o pensamento da autoridade policial é esse tipo de pensamento –, ele vai cometer esse crime. Então, é importante ter essa visão.

Esse crime é real, e quando a gente diz – e Vanessa disse várias vezes aqui, e todos nós – que é um crime invisível, que é um crime de difícil diagnóstico, não é por outra coisa, não. Sabe por quê? Porque ainda existem pensamentos como o do Delegado, como muita gente aqui, que minimiza o crime. É um *modus operandi* dessa rede é desqualificar a vítima, é dizer que já fazia programa, entendeu? (*Palmas.*)

É dizer que levou uma surra do pai e por isso saiu de casa é dizer. Enfim esse é o *modus operandi*. Todos trabalham da mesma forma. É dizer que está apaixonada, mas não estar. Muitas vezes, a promessa de casamento, a promessa do enlace matrimonial faz parte da grande estratégia de levar a jovem de onde ela está para outro lugar. É assim que acontece.

Nós estivemos, no Rio de Janeiro, na Polícia Federal, com aquela jovem bem aparentada, que fazia psicologia e morava em Copacabana, e o aliciador foi taxativo: “Não, ela já fazia programa.” É assim que eles dizem, entendeu?

Portanto, eu acho que a gente precisa – e é uma das contribuições que a CPI poderá dar – solicitar ao Ministério da Justiça – que, aliás, há um grupo lá que trabalha forte e corretamente; há que se registrar isto: há núcleo de enfrentamento do Ministério muito bom – que haja essa formação, essa conscientização, o treinamento das pessoas que estão à frente, das autoridades policiais em geral.

Agora eu pergunto ao Dr. Eley: o Sr. já ouviu falar nesse grupo Fênix? O Sr. já ouviu falar nesse grupo Fênix?

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Já, sim, senhor.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV - RN) – Então, fale para a gente o que é esse grupo.

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Não existe. Não existe, porque, como policial, toda a Polícia de Manaus, mais de 200 delegados de polícia, mais de 2 mil policiais civis e mais de 10 mil militares, de forma que todos os Conselhos Tutelares, do norte, leste, sul, oeste, investigaram e não o encontraram. Isso aí é da imprensa. Eu não sei quem deu essa informação para a imprensa, não sei qual jornal, certo? Eu sei que nós tomamos conhecimento pela imprensa, não foi por inquérito policial, que é meramente uma peça informativa.

Eu acho que para esse curso que o senhor pretende que seja adotado, também devem ser convocados todos os membros do Ministério Público Federal, Estadual, devem fazer parte, porque são eles que vão dizer se está certo ou se está errado, e o juiz vai julgar, é quem vai dar a última palavra. Até o juiz também poderia fazer parte do curso, porque eles pedem diligência ao delegado: “Eu quero a informação tal, procure e venha verificar sobre isso.” E a gente vai atrás. A decisão é deles. O promotor acusa ou não acusa, e o juiz julga da maneira que ele achar conveniente, dentro da lei.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV - RN) – Mas o senhor já tinha conhecimento, já ouviu falar alguma vez do tráfico de pessoas?

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Olha, eu, para ser franco, se quisesse mentir aqui, eu diria para o senhor que já ouvi. Eu tenho 38 anos de delegado na ativa e nunca ouvi. Aqui no Amazonas, não.

(Riso na plateia.)

O SR. JOSÉ EUCY BARROSO BRAGA – Pode achar graça. Eu estou falando a verdade.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV - RN) – Obrigado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB - BA) – Eu queria só ressaltar, novamente, esse aspecto da questão do tráfico, Delegado.

Nos Estados Unidos, quando estivemos lá, eu e a Senadora Vanessa Grazziotin, mesmo a fuga de uma criança de um Estado para outro Estado, porque brigou com a família e foi para outro Estado, pode ser investigada como tráfico de pessoas na medida em que ela saiu de um Estado e foi para outro. Investiga-se onde

arranjou dinheiro... A motivação inicial foi uma briga na família, que levou o menino, irritado, a sair. Mas essa ação é investigada, porque, eventualmente, até o fato de ele brigar já foi um estímulo ou mesmo ele foi por motivação própria de ter brigado na família e, chegando lá, ele encontrou um ambiente favorável e a atuação com os traficantes que se encontraram com ele e que passaram a impedir o seu retorno, a levá-lo àquela situação.

Eu acho, portanto, que, realmente, como nós dizíamos, o tráfico de pessoas se caracteriza justamente por uma situação de aliciamento, de concordância da vítima. A vítima também não tem ideia de que está sendo traficada, ela não tem consciência do tráfico, e a partir do momento em que ele acontece é que ela, muitas vezes, nem quer ser identificada, nem procura as autoridades, porque não quer ser revelada como uma pessoa, digamos assim, que caiu num conto ou que é traficada.

Então, é um crime muito sutil, que passa, principal e inicialmente, por nós quebrarmos os nossos paradigmas, muito relacionados com um machismo profundo na sociedade brasileira, quando se trata de mulheres envolvidas, de meninas envolvidas, de tráfico sexual. Não é o primeiro depoimento em que a gente ouve “não, ela foi porque quis” ou “deu porque queria dar”... Daqui a pouco nós vamos ter que investigar a imprensa como a principal responsável pelo tráfico de pessoas, porque a imprensa, segundo foi dito aqui, é que está veiculando uma notícia que nunca aconteceu no Estado. Então, vamos investigar para saber quem foi o repórter que fez a matéria para poder identificar.

Não é apenas o tráfico de pessoas nas cidades onde existe turismo. Todo grande empreendimento, toda grande obra – e aqui no Norte nós temos diversas hidrelétricas, grandes rodovias, etc –, onde existem muitos homens trabalhando, em geral, são traficadas jovens, crianças, quase crianças, saindo da situação de criança e entrando na puberdade, para a exploração sexual, e qualquer pessoa na rua dessa cidade sabe que isso ocorre. Não é possível que a polícia não saiba, não é possível que a polícia não entenda aquilo como um crime. E é esta a questão: como a polícia e as autoridades não entendem isso como um crime, isso se reproduz. E nossa função é justamente trazer à tona isto como um crime à sociedade brasileira, explicar como ele ocorre, investigar como ele acontece, para poder caracterizá-lo criminalmente.

Vou citar um exemplo: como se deu o caso das adoções de meninos lá na Bahia. Na praia, uma pessoa que trabalhava na barraca de praia, grávida, fez amizade com uma turista que a ajudava, que lhe levava presentes durante a gravidez e que a convenceu de que ela deveria sair do País e ir para o seu país, Portugal; ela daria o enxoval da criança, pagaria a sua passagem para que ela chegasse lá e pudesse procurar um emprego. Mantém a pessoa dentro de casa trabalhando como empregada doméstica, ajudando em casa, porque ela a está mantendo ali, dando-lhe comida, “roupa lavada” – entre aspas –, enquanto vai estabilizando a presença da criança ali, diz: “Você precisa voltar ao Brasil para lá tirar o seu visto de trabalho. Eu lhe pago a passagem de volta. Você deixa aqui um bilhete dizendo que os meninos estão sob a minha guarda durante o período em que você viaja, e está tudo resolvido”. Isso

aconteceu há seis anos e esta mulher, esta mãe continua lutando para ter de volta a guarda de seus filhos, de suas filhas.

Então, como é que você caracteriza o tráfico? Para a maioria: “Não, ela foi porque quis ir”. A outra foi generosa, deu a ela a passagem de ida e de volta. Não há nenhuma caracterização de crime, não é? E foi tratado assim inicialmente, até que houve a resistência em se devolver a criança, embora com toda a insistência dessa mãe que hoje está em Portugal sem ter nem como sobreviver, para tentar retomar a guarda de seus filhos. E pode até perder, porque lá as leis são outras, obviamente a população vai querer proteger a representante de seu país, a que é natural de seu país. Mas é assim que se dá o crime do tráfico.

Agora, recentemente, apareceu na televisão uma mãe índia entregando o filho. Muitos poderão concluir: não, foi ela que entregou, está entregue; não cometeu crime algum, não tem crime, você entregar o filho. É preciso ver as circunstâncias em que aquilo se deu. Já há uma pessoa ali identificando as crianças em situação de grande vulnerabilidade, convencendo a mãe de que aquele é um bom caminho, para receber uma parte em dinheiro por aquela criança que foi dada para adoção.

Então, nós queremos chamar a atenção de todos vocês. Pode ser que não haja crime. Não estou afirmando nem me contrapondo ao Sr. Eley, ao Delegado. O que estou dizendo é que é possível também que haja crime em todas essas situações que o senhor aqui registrou. É possível. Não há nada, pelo depoimento que o senhor deu, que caracterize que eventualmente essa moça não foi seduzida por esse rapaz, que tinha uma segunda intenção imediata. Se o crime não for investigado como tal, nós não chegaremos a isso, como disse bem o Senador Paulo Davim.

Nós concluimos tantas vezes – não é, Senador? – pelo erro médico. Quantas vezes a gente acusa o médico, quase querendo a morte do outro, por um erro médico porque não investigou de maneira a levar a tal doença? O outro que investigou levou a essa conclusão.

Ele usou esse exemplo de forma muito correta e objetiva. E acho que é para isso que nós estamos querendo apelar para o senhor, Delegado, e para as autoridades locais.

No Estado do Amazonas, existe uma política do Governo de Estado de implantação dos núcleos de enfrentamento à violência contra a mulher e dos núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Isso está existindo no Brasil inteiro. O Ministério da Justiça brasileiro anunciou o resultado dos últimos 8 anos: 500 casos de pessoas traficadas. E ele próprio disse: “Nós sabemos que esse dado não corresponde à verdade, porque há uma subnotificação”.

Nós ouvimos pessoas do Pará, na nossa investigação. Ouvimos em segredo inclusive, em depoimentos fechados, sem a presença da imprensa, o depoimento de um travesti traficado no Pará, que demonstrou por a mais b a existência de uma rede permanente desse tipo de tráfico. Então, da mesma forma, toda vez que há uma grande obra aqui no Norte, aqui no Pará, na área de mineração... Quem nunca ouviu falar dos núcleos de prostituição existentes naquela área, de jovens de pouca idade, que foram traficadas? Ou foram traficadas por alguém que as agenciou e as

levou, na maioria das vezes, ou até ouviu falar que lá a vida era melhor, que fulaninha foi, que cicraninha foi, que eram amigas e que estão vivendo bem, mandando dinheiro para ajudar a família.

Então, é isso que nós estamos denunciando e que nós estamos buscando revelar para o País. Existe o crime de tráfico de pessoas.

Uma grande rede de televisão nacional agora tem uma novela. Essa novela não surgiu da cabeça de uma romancista. Ela surgiu da pesquisa. Ela cria as personagens com base em casos verdadeiros de moças brasileiras, que foram identificadas por organizações não governamentais que trabalham com essas meninas, com essas moças até hoje.

A sua autora está fora do País também pesquisando no local como isso acontece. E eu tenho certeza de que há, entre tantas brasileiras que estão lá fora, pelo menos uma que tenha nascido no Amazonas. Porque eu tenho certeza de que na Bahia existem mais do que uma; em São Paulo existem mais do que uma. Certamente, quem foi daqui para lá ninguém nem sabe que foi; ou jamais vai querer ser identificada dessa forma para não ganhar o carimbo da sociedade, a discriminação da sociedade.

Então, eu apoio as propostas do Senador Paulo Davim, mas achei necessário esclarecer essa questão. E até, em socorro à nossa Secretária de Turismo, dizer que não é o turismo o único responsável por esse tipo de ação. Todo grande empreendimento, toda grande obra, todo grande ajuntamento humano em que a presença de um só sexo existe – prioritariamente masculino, já que nós estamos numa sociedade extremamente machista –, esse tipo de prática acontece, e nós precisamos estar atentos e combatê-la, para não deixar que as nossas crianças, que as nossas meninas sejam as principais vítimas desse processo.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PC do B – AM) – Muito obrigada, Senadora Lídice.

Eu acho que, dessa forma, a gente também agradece a presença do Dr. Elcy.

Apenas, Senadora Lídice, Senador Davim, dizer que o Estado do Amazonas, por meio da Secretaria de Segurança Pública, tem, em parceria com o Governo Federal, dentro do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – e nós está a caminho do II Plano, falta apenas a Presidenta Dilma assinar – o Estado do Amazonas, por meio da Sejus, e a Drª Michelle tem tido uma participação muito importante nisso, tem criado vários núcleos pelo interior de enfrentamento ao tráfico de pessoas. E esses núcleos, Senador Davim, tem exatamente esse objetivo também de preparar as forças policiais.

Dr. Elcy, eu quero que o senhor saiba que nós todos, nós que aqui estamos nesta sala, não apenas os Senadores e Senadoras, a Deputada, a Vereadora que aqui está, todos que aqui estão, preocupamo-nos sinceramente com a forma como a Polícia tem enfrentado e abordado o problema, o que, no nosso entendimento, está errada. O senhor não falou de forma diferente de outros delegados que nós temos ouvido Brasil afora. Não há um preparo. Então, nós precisamos preparar.

Em Iranduba, a informação que nós temos é que ainda não chegou o núcleo; não foi instalado. Mas eu tenho certeza absoluta de que, com a instalação do núcleo em Iranduba, nós poderemos mudar não só os procedimentos da delegacia, mas também a forma com que a delegacia atua com outras entidades. A delegacia é uma extensão da Secretaria de Justiça, mas ela está lá para proteger a população, e a população estará mais protegida conforme for a atuação da delegacia. Então, atuar junto com as entidades da sociedade civil, atuar junto com o Conselho Tutelar é muito importante.

Então, para a gente, da CPI, Dr. Eley, não é nada bom dizer que um Delegado que está lá há 90 dias – o senhor me desculpe, mas eu tenho de dizer – sequer sabe onde fica o Conselho Tutelar...

O SR. JOSÉ ELCY BARROSO BRAGA – Sei, sim.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Sabe onde fica, mas nunca foi lá. Então, é a mesma coisa, porque é preciso ter atuação junto. Nós procuramos o Conselho Tutelar na sexta-feira, que estava fechado, infelizmente.

Então, o que nós queremos é ajudar para mudar os procedimentos, porque, mudando os procedimentos, vamos proteger mais a sociedade. O crime de tráfico de pessoas existe, Dr. Eley. O senhor deveria estar nos ajudando a mostrar isso para a sociedade, mas não! Nós é que estamos tentando mostrar isso para as autoridades. Ele existe! Então, quando uma criança é seduzida, ela é traficada, Dr. Eley. Ela é traficada! E, se nós conseguirmos abordar o crime aí, vamos impedir que muitas jovens, que muitos jovens, que muitas crianças sejam vítimas.

Nós aqui estamos tratando da exploração sexual, mas não é só a exploração sexual. Acontece a extração de órgãos, matam pessoas para extrair órgãos; acontece o trabalho escravo, pessoas são escravizadas para o trabalho. Dormem em alojamentos do tipo que a gente vê na novela. Pensam que é ficção, mas não é, não! Aquilo existe muito, principalmente nas grandes cidades, daquele jeito mesmo, daquele jeito!

Então, a gente agradece a sua presença.

A Deputada Conceição Sampaio ficou com uma tarefa pela CPI.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – MA) – Eu gostaria, antes de terminar, Vanessa, sugerir também uma coisa.

Quanto à matéria, já que a Polícia não está reconhecendo como verdadeira, o nome do jornalista é Náferon Cruz, do jornal *A Crítica*, um dos maiores jornais do Estado. Eu gostaria, então, que a CPI pudesse fazer um contato com o jornalista e, por escrito, solicitar que ele pudesse informar as fontes que resultaram nessa matéria, para que a gente possa...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Perfeitamente. Faremos isso.

Agradecemos a sua presença, Dr. Eley.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – MA) – E passamos também a matéria que foi divulgada ao Delegado: “Tráfico humano: Conselho tutelar registra o desaparecimento de vinte garotas no interior do Amazonas”.

Vou passá-la ao Delegado, para que ele possa conhecê-la a partir de agora.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Mais uma vez, penso, Senadora Lídice e Senador Paulo Davim, na importância de a CPI estar aqui, porque aquilo que não imaginamos é o que acontece.

O que deve espantar a todos nós não é que pessoas da sociedade pensem que isso não existe; mas que autoridades que deveriam combater isso não estão preparadas para tal.

Então, vamos convidar agora Bruno Amaral do Carmo, para vir até a mesa.

Desculpe, Bruna Amaral do Carmo.

Ela está aqui acompanhada do Fernando, que preside a Associação LGBT de Parintins.

Fernando, pode vir conosco também. Acho que a Bruna se sentiria melhor com o seu apoio, com a sua presença.

Eu pergunto se você tem problema de falar perante esse auditório. Você pode falar uma parte abertamente e, se houver algo que você entenda que deva falar reservadamente, a gente pode providenciar, contanto que seja alguma coisa que você não tenha dito ainda, algumas informações que você entenda que seria importante a gente saber e que não seria prudente falar publicamente.

Pergunto, Bruna, se você se disporia, depois dessa apresentação inicial, a ter uma conversa reservada com os integrantes da CPI, se vocês acham necessário isso.

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Primeiro, bom dia a todos e a todas. Por mim não há problema nenhum. Coisa que eu não falei, acho que é hora de falar.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – E você não tem problema?

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Não tem problema, não.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Perfeitamente.

Passo a palavra a você e, posteriormente, ao Fernando, se tiver alguma coisa a complementar, porque eu sei que ele tem dado total apoio a você.

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Bom, minha história toda aconteceu através de um telefonema que recebi de São Paulo com promessa que mudaria de vida, poderia ajudar minha mãe a ganhar muito dinheiro em São Paulo. E cheguei a perguntar dessa pessoa que me ligou se eu ficar em segurança. Foi o que ela disse: “Não se preocupe. Comigo você vai estar em boas mãos. Pode confiar. É como se você estivesse com a sua mãe.” “Tá, mas como vai ser?” Ela disse: “Não, com o trabalho que você vai fazer, você vai me pagando aos poucos as passagens que vou lhe pagar com o dinheiro que vou mandar para você. E procure uma conta bancária que

todo mês eu mando dinheiro para sua mãe para lhe ajudar.” Eu disse: “Tá. Primeiro vou falar com a minha mãe, para ver se ela permite. Se ela permitir, eu vou.” Aí foi que disse: “Não. Deixe que eu ligue para sua mãe e falo com ela, para que ela se sinta mais confiável em deixar você viajar.” No dia seguinte, ela ligou para minha mãe e falou que era para ficar despreocupada que na mão dessas pessoas eu ia estar em boas mãos e que todo mês ela ia mandar um dinheiro para mim, para minha mãe, que era para minha mãe ficar despreocupada que todo mês ela teria o dinheiro nesta conta.

Então, passaram duas semanas, ela mandou um dinheiro na conta de um amigo meu, que era para eu sair de Parintins até Manaus. Aí, de Manaus, ela já compraria uma passagem para Campinas; de Campinas eu iria para Cabreúva, onde iria morar até o dia em que pudesse voltar para minha casa. Aí foi que ela disse: “Pode ficar despreocupada. Quando você chegar aqui já vai ter uma pessoa esperando você.” Aí que eu perguntei: “Quem é essa pessoa?” Ela disse: “Não se preocupe, porque essa pessoa vai estar lá. É só você entrar no carro e seguir que eles vão te levar para um local que você vai ficar.” Eu desci em Viracopos, e essa pessoa já estava lá, um travesti de peruca. Só vi o sinal, quando vi o sinal: me segue. Aí, quando entro no carro, ela disse: “Fica calado e não fala nada, que quando a gente chegar lá a gente vai falar o que vai acontecer.” Permaneci calado, não falei nada. E, quando eu cheguei a casa, em Cabreúva, foi que ela falou: “Você fica agora aqui que, no outro dia, a pessoa que falou com você por telefone vem conhecê-lo.” Disse: “Tudo bem.” Foi que ela disse: “Olha, você fica nessa cama que as outras estão vindo da rua ainda.” No caso elas estavam trabalhando, as travestis. Aí disse: “Tudo bem.”

Aí passaram uns 3 dias, 2 dias, e perguntava: “É a pessoa que me ligou, quando ela vem?” “Sabe, ela está muito ocupada, ela não pôde vir ainda.” Aí foi que ela disse: “Mas fica despreocupa que um dia ela vai aparecer aqui.” Aí foi que eu disse: “Não, mas não vai me acontecer nada?” Ela disse: “Não, aqui você está em boas mãos. Pode ficar despreocupada que as outras que estão com você vão ajudar em que precisar.” Eu: “Tudo bem.”

Aí foi que a Priscila, que é governanta, depois de 3 semanas, ligou para Eva, que é a cafetina. Ela disse: “Olha, a Bruna quer conhecer você.” Ela disse: “Tá, espera que eu estou indo aí.” Foi que ela chegou, me conheceu e disse: “Olha, você se arruma que hoje você já vai trabalhar. Aí eu disse: “Mas trabalhar como?” “Ah, suas amigas vão lhe falar, vão te levar e vão lhe mostrar onde você vai ficar”. Foi que pagaram a passagem de ônibus para eu chegar até Jundiá, onde era o ponto de prostituição. Chegando lá, ela disse: “Olha, você vai ficar aqui, você não vai poder fazer isso, isso e isso, porque se ela descobrir, você pega uma surra no dia.”

Já comecei a ficar com medo, porque nunca poderia saber o que poderia acontecer comigo dali por diante. Aí, disse: “Não, não fica com medo porque ela só vai lhe bater se você fizer alguma coisa de errado.” Eu disse: “Tá, não vou fazer nada de errado, mas eu também não quero que ninguém faça nada de errado comigo.”

Aí, se passaram dois meses e, no terceiro mês, já começaram a me agredir, a agredir os meus amigos, a falar que ou a gente pagaria a dívida ou a gente morreria. Foi que ela falou: “Mas, não se preocupa porque um dia vocês pagam.” Aí,

ela sempre ameaçando, dizendo: “Olha, se chegarem com vocês e perguntarem onde eu moro, o endereço da casa de vocês, não falem, vocês dizem que moram em outra cidade, porque eu estou sendo investigada, eu posso até ser presa, mas antes eu mato uma”, ela falou.

Aí, passado esse tempo, foi que ela começou a mandar a governanta a espancar a gente constantemente, porque, na casa, muitas não conseguiam o dinheiro que ela queria da arrecadação, que eram R\$250,00, que a gente tinha que dar por dia para ela. A gente pagava contas absurdas de luz, água, televisão que a gente não usava; luz e nem televisão a gente não usava, fora outras coisas.

Ela chegou a dizer para mim, que um dia ela esquartejaria uma das travestis e espalharia o corpo, jogava o corpo em qualquer lugar, porque ela não estava mais aguentando ficar sem dinheiro, porque muitas iam para ponto e não conseguiam todo o dinheiro que ela queria, sem programa, essas coisas...

Aí, foi que ela me mandou para São Paulo. Quando eu fui para São Paulo, cheguei lá, a Priscila já estava na outra casa, tomando de conta, porque ela mudou para lá, que era para o dinheiro entrar, porque, ela estando lá, ela espanca as travestis, e as travestis têm que chegar com o dinheiro em casa, porque, se não chegar, apanha de tranca de porta, taco de beisebol, barra de ferro, fora outras coisas que ela utilizava para bater na gente. Então, foi que, quando eu cheguei, ela disse: “Olha, você já está aqui. Pois você saiba que daqui você não sai nunca mais.” Foi que eu falei: “Por quê?” “Porque quem pisa aqui jamais volta”, ela falou. Aí, foi que eu fiquei com medo de morrer ali. Aí, ela disse: “Olha, e trata de ganhar dinheiro, porque pode ter certeza que nem o diabo vai te livrar de uma surra que eu vou te dar e do chão você não vai mais levantar.”

Foi que eu tomei logo a decisão de sair: “Vou fugir, porque aqui eu sei que vou morrer aqui, não vou ver mais minha família.” Coisas que ela falou que iam acontecer na minha vida não aconteceram, aconteceu tudo ao contrário. E ela sempre disse que era para eu tomar cuidado, que quem fugisse ela ia atrás, onde fosse, onde a pessoa estivesse ela iria atrás. Aí, foi que eu procurei um jeito de sair dali, porque ali eu não tinha ninguém que me ajudasse. Peguei, liguei para Parintins, para meu irmão, pedindo o telefone de um amigo meu que iria para São Paulo trabalhar no carnaval. Peguei, liguei para ele e falei: “Olha, Fabinho, eu quero que tu me ajude, eu não aguento mais aqui esse local, porque aqui eles vão me matar um dia.” Aí, ele falou: “Aí, mas eu não posso te ajudar agora. Espera mais um pouco. Você já esperou quatro meses, por que você não espera mais uns quatro, cinco dias?” Eu disse: “Eu posso até esperar, mas eu não sei o que pode me acontecer daqui por diante.” “Não, mas não se preocupa que eu vou te ajudar. Deixa só eu receber meu dinheiro que eu compro a passagem e você volta para a tua cidade.” Eu disse: “Tá, tudo bem.” Aí, foi que a gente começou a mandar mensagem; eu mandava mensagem para ele, e ele mandou mensagem para o Fernando. Aí, o Fernando disse: “A gente vai ter que dar um jeito de tirar ele dali, porque aí ele vai morrer, porque dali ele não sai mais.” Eu já estava devendo lá cerca de R\$4 mil, R\$5 mil para ela. Aí, foi que ele disse: “Mas, como vai pagar isso?” “Pois é, eu tenho certeza de que não vou conseguir pagar isso e daqui não

vou sair mais”, eu falei. Ele disse: “Não, mas a gente vai te ajudar.” E foi que conseguiram comprar uma passagem de voo para mim.

Todas as vezes que tentei fugir nunca deu certo. A primeira vez, eu fugi de Jundiá para São Paulo, aí tive que voltar para Jundiá, porque não tinha onde ficar em São Paulo, escondido. Aí, depois, voltei para São Paulo, foi quando a cafetina me trouxe de volta para São Paulo e me deixou lá. Disse que era para eu ficar despreocupado que nada ia acontecer. E sempre a governanta ameaçando de me espancar, dizendo que ia me matar. Aí foi que eu falei: “Olha, Fabinho, não vou mais aguentar. Ou tu me ajuda ou vou para rua e não volto mais para cá.” Ele disse: “Não, mas fica aí que a gente vai te ajudar.” Foi que conseguiram a passagem, ele pegou e me levou até o Aeroporto de Guarulhos. Cheguei lá, o voo já tinha decolado, porque o trânsito, ali, é muito movimentado, a hora marcada do voo já tinha passado. Sei que fiquei quatro noites no aeroporto e, depois dessas quatro noites... Depois desses dois no aeroporto, no segundo, já apareceu um homem. Sentou do meu lado, minha bolsa estava ao lado dele. Ele foi e voltou duas vezes. Eu já tinha contado minha história todinha para a polícia, porque eu sabia que, ali, estavam atrás de mim. Aí foi que ela falou: “Olha, fica despreocupada que, aqui, não te acontece nada.”

Esse homem volta pela segunda vez e senta de novo ao meu lado. Da segunda vez, peguei e levantei, porque achei estranho aquilo – aquele homem voltar e sentar do meu lado de novo. Foi que ele chamou uma policial que não sabia da história, tinha acabado de chegar e falou: “Sumiu uma bolsa, uma sacola minha. Não está na bagagem do rapaz?”. Aí foi que ela chegou logo, com ignorância, quando ela perguntou: “Olha sumiu isso do rapaz, ele está acusando você”. “Você quer me revistar? Pode me revistar”. Abri minha bolsa e falei para ela que não tinha pego nada. Foi que ela perguntou: “Você deve alguém aí fora?”. Eu disse: “Devo para uma cafetina”. “Então toma cuidado, porque estão querendo te ferrar aqui fora. Eles vão mandar te prender, levar para um local, chegando ao local, vão mandar te soltar, levar para um local e te dar fim.

Aí foi que fiquei mais apavorada, porque sabia que, ali, eles estavam atrás de mim, porque, em São Paulo, ela conhece muita gente mafiosa, não só em São Paulo como em Belém, Macapá; fora em outras cidades perto: Maranhão. Aí foi que eu recebi uma ligação de um amigo meu. Depois de dois dias no aeroporto, ele pegou e me ligou e disse: “Olha, fica calmo que vou aí te pegar, não saia de perto dos policiais”. Deram oito horas, ele chega. “Pega, vamos embora, me segue rápido. Vamos entrar no ônibus que até eu estou com medo de morrer, porque eu, estando com você, tenho certeza que vão matar a nós dois”.

Antes de entrar no ônibus, meu olhar foi sem querer, na saída do aeroporto, e eu conheci a governanta da casa. Estava com lenço preso na cabeça, todo tempo falando ao telefone, me vigiando. Aí foi que eu disse: “Aquela ali não é a mulher, né? Ela falou: “É”. Eu disse: “Não é, eu conheço quem é uma mulher e quem é um travesti”. Aí foi que ela disse: “É uma mulher, fica calma!” Eu disse: “Não, eu vou lá”. Eu tentei ir lá para ver quem era, só que o ônibus já ia sair, fui e entrei logo no ônibus. Aí, passei uns 2, 3, 4, 5 dias em São Paulo, até que conseguisse outra

passagem para mim. Só que essa outra passagem só poderia ser através de uma remarcação, coisa que não consegui remarcar. Aí, tive que passar mais duas noites na rodoviária.

Quando cheguei à rodoviária, tinha outro homem, atrás de mim, me seguindo. Falei que ali na rodoviária não ficaria, porque sabia que iam me matar. Foi que começaram a noticiar na Internet a minha foto, que eu estava sendo procurado em São Paulo, por estar em cárcere privado. E me ligaram da casa da cafetina. Liga uma pessoa para mim. Olhei, logo, na ligação, conheci quem era. Aí disse: “Não vou atender.”

Aí foi que saí para procurar logo ajuda, porque, procurando ajuda das autoridades, eles não iam poder fazer nada comigo. Aí foi que procurei ajuda e fiquei... A Sandra, que é a Secretária de Tráfico de Seres Humanos, lá em São Paulo, disse: “Olha, Bruma, fica tranquila que a gente vai te ajudar agora. Mas se você quiser fazer a denúncia para o Ministério Público, você faz que eles vão te dar toda a proteção. Pode confiar na gente.” Eu disse: “Tá, tudo bem”, eu falei. Ela disse: “Agora, vou ligar para os promotores e, se você quiser dar uma entrevista para o Jornal Nacional, o seu rosto não vai aparecer; não vai aparecer nada do seu corpo”, ela falou para mim. Se for assim, eu falo, mas eu quero que vocês me protejam, porque eu sei que estou correndo risco de vida.

Nisso eu já tinha comprado a minha passagem para embarcar no dia seguinte, no ônibus, até Belém. Aí foi que eu disse que eu não ia embarcar no ônibus, porque eu sabia que eles poderiam parar o ônibus e que o ônibus iria passar pela Avenida Anhanguera ali, em Jundiaí, que é onde o comando das cafetinas é grande, da bandidagem. Em Várzea Paulista, tudo por ali eles comandam. Aí disse: “Não, tudo bem, a gente vai conseguir uma passagem com mais segurança para você.” Aí eu disse: “Como seria essa passagem com mais segurança?” Ela disse: “De avião.” “Tá, se for de avião, eu vou; de ônibus, eu não vou mais.” “Tá, a gente vai conseguir. Me espere aí na sala que estou chegando.” Tudo por telefone, ela falava comigo, a Sandra. Aí fiquei esperando na sala.

Aí, quando ela chegou, ela pergunta para a secretária dela: “Você já foi fazer a remarcação de ônibus dele?” Aí eu disse: “Como assim a remarcação da passagem de ônibus?” Você não falou que seria de avião? “Ah, não, mas eu não tenho dinheiro. Se for gastar, vai ter de sair do meu bolso. A Secretaria de Segurança não tem verba para isso.” Mas como que eu vou agora? De ônibus, eu não vou mais. “Não, fica despreocupada. Estou dando a minha palavra de que não vai lhe acontecer nada.”, como se a palavra dela fosse me proteger de alguma coisa ali. Foi que eu falei para ela que não só eu como outras pessoas estavam correndo o risco ali naquele ônibus, porque eles poderiam muito bem chegar atirando ali, sem pena de ninguém. Ela disse: “Não, tá. Você vai conversar com as promotoras; aí elas vão ver o que podem fazer por você.” Só que ela nunca deixou assim eu chegar a falar com a promotora sobre passagem de voo, essas coisas. Foi que esperei ela sair da sala e falei com a secretária dela. Eu disse: “Olha, eu não vou de ônibus, porque não estou segura aqui, em São

Paulo, nem a caminho de Belém, indo para Belém.” “Não, então você já conversa com a promotora.”

Eles me levaram para um abrigo na mesma noite, depois de eu ter dado a entrevista para o Jornal Nacional. Foi um abrigo na Barra Funda, onde eles me deixaram em um pavilhão com sete homens. Eu disse assim: “Meu Deus, onde eles me deixaram?” Eu não sabia quem era bandido, não sabia quem era nada ali, porque ali eles entram e saem, fumam droga ali mesmo, bebem ali mesmo, naquele abrigo. Eu disse: “Vão me matar aqui.” Foi que não eu consegui dormir.

Aí, no dia seguinte, eles foram me pegar já para falar com as duas promotoras. Eu peguei e falei para a promotora: “Olha, eu não vou de ônibus, porque não estou me sentindo seguro.” Aí, ela disse: “Eu também estou pensando nisso, Bruna, porque eu sei que, de ônibus, você está correndo risco de vida.” Foi que ela falou: “Fica despreocupado que não vai acontecer nada com você.” A promotora falou que a única coisa que ela poderia fazer para mim era mandar duas viaturas escoltar o ônibus até uma certa parte e, depois, o ônibus ia seguir sozinho e que, se ela tivesse dinheiro ali, ela me botaria num voo e me mandaria para a minha cidade. Eu falei: “Promotora, mesmo indo de ônibus, escoltada, eles vão fazer alguma coisa para mim, porque em Jundiá ela conhece gente da polícia que trabalha para ela, para a cafetina, e tudo que acontecia, falavam para ela lá, que ela estava sendo investigada.” “Sim, mas não se preocupa, porque não vai te acontecer nada, estou dando a minha palavra como Promotora”. Aí, já a Promotora falou: “Como Promotora, a sua palavra não vai me proteger”. E aí ela disse: “Não, mas vai despreocupado, que você estando dentro de um ônibus, tenho certeza de que eles não vão atrás de você”. Aí eu falei: como, assim, tem certeza, Promotora, de uma coisa dessas? Ela disse que estava dando a palavra dela, que era para eu confiar só na palavra dela, que ali não iria me acontecer nada.

Aí foi que, no caminho de São Paulo para Belém, todo tempo, vinham-me mandando mensagem, mandando mensagem, mandando mensagem, porque não sabiam onde eu estava. Ela sempre ligava e mandava mensagem para mim. Ligava e mandava mensagem a Promotora: “Quando chegar a Belém, você me avisa, porque a gente entra em contato com outras pessoas da sua cidade, para eles ajudarem”. Eu falei: Tá, tudo bem.

Quando cheguei a Belém, aí a Federal para o ônibus. No momento, eu não sabia que era a polícia que tinha parado o ônibus, no meio da estrada, aí eu falei: “Me acharam, é hoje que eu vou morrer”. Aí entram duas mulheres, dentro do ônibus e falam: “Ei, vem cá” – elas falaram para mim. Então, eu me levantei da poltrona, com medo, e disseram: “Não, não te preocupa, somos da polícia”. Foi aí que me tiraram do ônibus e me levaram logo para um abrigo.

Aí, quando eu estava em Belém, de madrugada, recebi uma mensagem de São Paulo e, na mensagem, diziam: “Vai pagar a tua conta; um dia a gente se encontra por aí”. Aí que eu fiquei desesperado, porque ele sabia de onde eu saí, ele sabe de onde eu saí, ele sabe onde pode me encontrar, ele pode muito bem mandar alguém atrás de mim, porque não sei quem pode estar atrás de mim, não conheço e, como ela disse, um dia ela me encontra. Eu sempre falei para os meus amigos: Olha,

eles vão me encontrar um dia, porque conheço eles. Podem ter prendido dois, três, mas a quadrilha é grande ali em São Paulo.

Como funciona ali em São Paulo? Tem meninas, em São Paulo, do Amazonas, de Belém, de Macapá. Eu cheguei a conversar com elas, quando trabalhei ali próximo do Campo de Marte. Cheguei a conversar com elas. E elas me falaram que ali elas não estavam porque queriam, elas estão obrigadas. Ali foi que eu perguntei: De onde vocês são? “A gente não pode falar de onde a gente é, porque, se a gente falar, eles matam a gente”. Meninas de 16 anos, 17 anos, que conheci ali. Fora outras pessoas que têm lá, já senhoras de idade que também são obrigadas a se prostituir ali. Aí foi que eu falei: E vocês não têm quem ajude a vocês? Ela disse: “Infelizmente, não”. E vocês já tentaram procurar ajuda? Ela disse: “Se a gente procurar ajuda, eu tenho certeza de que eles vão nos matar. A gente passa frio, fome. A gente saía de casa sem jantar. A gente era obrigada a pegar um frio de 8 graus em Jundiá. A gente só podia chegar em casa com dinheiro e, se não chegasse com dinheiro, a gente ficava fora, dormindo no frio. Fora outras coisas que eles chegaram a fazer: me espancar, espancar meus amigos. E tenho certeza de que na quadrilha onde eu fiquei presa, eles movimentam também pessoas fora do Brasil, porque eu cheguei a ouvir comentários delas por telefone, da cafetina falando com outras de São Paulo para a Itália, que elas iriam mandar algumas travestis para elas trabalharem fora”.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – *O.k.*, Bruna.

Eu passo a palavra para a Relatora, para algumas perguntas que queira fazer.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Bruna, quero ressaltar a sua coragem, a coragem de ter conseguido fugir desse sistema criminoso e de fazer os seus depoimentos, como você está fazendo, publicamente, o que atua como uma exposição grande sua, mas também como uma defesa, porque as pessoas lhe conhecem mais e podem atuar mais na sua defesa.

Eu queria que você explicasse, embora você tenha detalhado: como foi que eles chegaram até você, até o seu telefone? Como a pessoa se apresentou? Ele disse se algum amigo seu ou alguma pessoa conhecida tinha dado o seu roteiro, falado da sua vida para eles?

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Foi no festival de Parintins que conheci uma travesti que trabalhou com ela em São Paulo. Aí foi que ela foi embora de Parintins. Três dias depois, ela me manda uma mensagem: “Olha, uma pessoa vai te ligar, atende essa pessoa”. Aí foi que, quando deu 7 horas da noite, a Eva, que é a cafetina, me ligou perguntando se eu não queria ir trabalhar em São Paulo, que ela ia me plastificar todinha, ela ia me pôr silicone, e com o dinheiro do trabalho eu ia poder ir pagando ela aos poucos. Aí foi que eu falei: Mas como vai ser isso? Ela disse: “Olha, você vai chegar, você vai trabalhar, e você vai me dando dinheiro aos poucos”.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Ela não disse em que você ia trabalhar?

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Não, ela nunca chegou a falar. Ela sempre falava, falava, falava, nunca deixava eu falar. Era sempre ela que falava.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Certo. Você seria capaz de identificar essa pessoa se estivesse frente a frente? Você, depois, a conheceu?

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Eu consigo identificar ela. Em São Paulo, eles me mostraram umas fotos, pelo Face, delas todinhas. Foi que eu apontei para a polícia a governanta e a cafetina.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Certo.

Depois desse ocorrido e do seu testemunho na polícia, você teve alguma notícia de alguma ação da polícia que levasse a desbaratar essa quadrilha?

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Eu fui descobrir aqui em Manaus, através de um rapaz que me recebeu no aeroporto, trabalha na Sejus, que falou que tinham prendido a quadrilha.

Só que, como eu falei para mim mesmo, podem ter prendido uns e outros, mas tem outros por traz deles também.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Certamente.

E você foi recebido em São Paulo por essa que você diz...

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Pela governanta, pela Priscila.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Priscila é o nome dela. Você não tem o nome dela, o real?

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Não. Eles nunca falavam o nome, sempre era o nome...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – A identidade. Nunca teve acesso?

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Elas faziam os negócios delas escondido assim, com os documentos delas todos escondidos da gente, para a gente não saber.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Então, pelo que você disse, você tem certeza de que foi um grupo organizado,...

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Isso.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – ...que são muitas pessoas operando; que tinha gente que o levou até um local; depois, nesse local, tinha gente que fornecia comida, a estrutura da casa.

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Isso.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – E eles falavam ao telefone? Você sabia que tinha mais gente envolvida nisso?

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Eu sempre ouvia a cafetina em telefonemas com pessoas de São Paulo, da capital mesmo, que eram os mafiosos que ela conhecia.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – E você identificou alguma vez, mesmo a gente sabendo, ouvindo falar – você disse aí que ela tinha gente na polícia envolvida –, mas você nunca viu um policial que tivesse relação com ela?

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Não, nunca cheguei a ver policial com ela. Mas ela chegou a comentar que ela sabia o horário da pessoa que foi denunciar, e ela soube através do investigador de polícia lá de Jundiá.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – O que você imagina... Essa que você conheceu em Parintins, como era o nome?

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Marcinha.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Marcinha.

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Ela é daqui de Macapá. Próximo daqui.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sim. Você imagina, então, na medida em que foi ela que deu esse seu contato, você falou com ela que você gostaria de sair daqui de Manaus?

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Eu falei para ela que eu queria trabalhar fora, mas ela disse que eu poderia ir para São Paulo, que tinha uma pessoa que ia me ajudar, mas nunca chegou a falar qual era o trabalho.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Você sofre discriminação aqui por ser travesti?

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Sempre sofri.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sempre sofreu. Por isso você queria sair daqui?

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Foi.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Para poder...

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Eu fui mais para poder ajudar a minha mãe, a minha família.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – E também para fugir dessa situação, ou não?

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Para fugir também. Coisas eu encontrei lá em São Paulo piores também. Tem uns que gostam, tem uns que não gostam.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – E nos órgãos públicos em que você foi atendida – na Procuradoria, lá em São Paulo, no Núcleo de Tráfico de Seres Humanos –, você sofreu qualquer tipo de discriminação por ser travesti?

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Trataram-me muito bem, só que eu achei errado o que eles fizeram: eles me deixaram num abrigo, onde havia cem homens nesse pavilhão.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Hã, hã.

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – E a transferência de ônibus também foi perigosa para mim.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Certo. Você reconhece que é uma pessoa que foi traficada?

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Sim. Reconheço. Em geral, ficávamos presas. A gente não podia sair para nada. A gente saía às 6 horas da tarde. Só saía às 6 horas da tarde para ir para a rua se prostituir.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – E as outras pessoas, as meninas que tinham contato com você? Ou seja, você ficava num alojamento junto com outras.

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Era um casarão. Ele era separado por quartos assim distantes.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Você ficava com um quarto só para você?

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Não. Eu ficava num quarto com as outras travestis de Belém. Era Belém, Macapá, Maranhão.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Cada um era dividido por região?

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – É. Por região.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – E ficavam quantas em um quarto?

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Num quarto, cheguei a ficar com sete. Aí, depois, foram diminuindo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – E elas diziam o quê? Elas também estavam revoltadas com aquilo que elas estavam passando? Elas tinham vontade de fugir? Já estavam acomodadas àquela vida? Estavam apavoradas? Qual era o sentimento principal?

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Algumas estavam ali porque queriam; outras ficavam revoltadas, porque elas diziam que nunca chegaram a apanhar da mãe delas de barra de ferro, de taco de *baseball*, de vassourada; elas nunca chegaram a apanhar desse jeito.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Você planejou a sua fuga, então, a partir desse contato com o seu irmão?

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Com o meu irmão e os meus amigos de Parintins.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – E os amigos de Parintins.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Eu dei uma saída para conversar com o Dr. Cristiano Chixaro, que está aqui representando a Michelle Vitória Custódio Campbell, Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento de Tráfico de Pessoas do Estado de Amazonas. Ela está em Brasília. Não pôde vir, mas seria importante, se a senhora concordar, que convidássemos o Dr. Cristiano, porque ele atuou neste caso.

A SRª LÍDICE DA MATA – (Bloco/PSB – BA) – Seria ótimo.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Exatamente. Ele é isento das emoções que a Bruna está sentindo. Que ele pudesse vir a esclarecer.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Seria ótimo, seria ótimo. Então, até encerraria aqui momentaneamente as minhas perguntas à Bruna.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Porque esse é um caso importante, muito semelhante ao que ouvimos no Pará e em vários outros Estados.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Ele é exemplar.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Exatamente. E teve, depois, consequências que não foram fáceis, inclusive, ele me falava a respeito da situação de perigo a que ela foi exposta, mas, em decorrência do trabalho do Núcleo de Enfrentamento, conseguiram que, inclusive, essa pessoa de quem ela falou, Eva, tivesse a sua casa, em São Paulo, fechada pela polícia. A polícia foi até a casa, fechou o ponto, prendeu, enfim... Acho que seria importante.

Cristiano, seria bom que você se apresentasse primeiro.

O SR. CRISTIANO NAVECA CHIXARO – Certo. Obrigado.

Bom dia. Eu sou Cristiano. Estou aqui representando o Dr. Marcio Meirelles, Secretário de Justiça. Atualmente, estou como assessor do NETP – Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, no Estado de Amazonas, que tem como Coordenadora a Drª Michelle Campbell.

Esse Núcleo está implantado nas dependências da Secretária de Justiça, mais precisamente dentro do Departamento de Direitos Humanos. O NETP já foi institucionalizado. Mais recentemente, o Governador instituiu o Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico, no qual vamos ter várias instituições do Governo do Estado, do Governo Federal e ONGs.

Só para fazer uma explanação rápida, em 2010, o Governo do Estado do Amazonas, por intermédio da Sejus, firmou um convênio com o Ministério da Justiça, para a implantação de 13 Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante. Ele leva esse nome exatamente para não, digamos assim, espantar, não caracterizar aquilo ali como criminoso ou alguma coisa assim. Então, o nome é Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante, implantação do NETP.

Atualmente, temos Posto inaugurado em Humaitá, Parintins, Itaquatiara, Manacapuru. Inauguramos recentemente em Coari, exatamente agora, no dia 07 de dezembro. Temos aqui em Manaus, na rodoviária, o que serviu de padrão para o resto do Brasil, o primeiro Posto a ser inaugurado nas dependências de uma rodoviária. E temos também o Posto da Ceasa, inaugurado em 2009, antes mesmo de se firmar o convênio com o Governo Federal. Então, ele foi readequado após o convênio.

Voltando ao caso da Bruna, acompanhamos esse caso, através da denúncia que chegou ao Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante de Parintins, por intermédio do Fernando. Ele denunciou lá, e o Posto entrou em contato com o NETP. A partir daí, entramos em contato com a Bruna, e ela nos relatou que estava na rodoviária do Tietê há dois dias.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTIANO NAVECA CHIXARO – Pois é, mas na hora em que falei com a Bruna, ela já estava na rodoviária. Aí a Drª Michelle falou assim:

“Cris, então, entre em contato com o NETP de São Paulo, e vamos articular esse contato, para eles irem lá”. Ai, entrei em contato com a Dr^a Juliana Armede, Coordenadora do NETP em São Paulo, e ela imediatamente entrou em contato com o Posto do Tietê de Enfrentamento ao Tráfico. Então, levaram a Bruna para um local, onde foi chamado o Ministério Público, etc. Nesse momento, perguntci à Bruna como ela iria voltar, porque, a partir do momento em que é comprovado ou há indícios de que a pessoa é vítima do crime de tráfico, o Governo do Estado tem de fazer o recambiamento dessa vítima. A partir desse momento, o Governo vai disponibilizar a passagem para que essa pessoa venha com toda a segurança, mas, para isso, há que ter um indício, ou pelo menos uma comprovação de que seja crime de tráfico.

Então, a partir desse momento, começamos a verificar a possibilidade de encaminhar a Bruna, via transporte aéreo, de São Paulo a Manaus, e de Manaus a Parintins. E a Bruna nos informou que já tinha uma passagem terrestre, só que era muito perigoso. Então, a Dr^a Michelle não queria de maneira alguma. Entramos em contato com o Posto Tietê, e este informou que estaria verificando a possibilidade de recambiamento da Bruna, e ela me informou que, após declarações do Ministério Público, o Posto iria dar uma passagem aérea, para que ela pudesse voltar. O.k. Não aconteceu. A Bruna veio via terrestre.

Essa vinda da Bruna foi, até certo ponto, monitorada também pelo NETP/AM e NETP/Belém. A partir do momento em que ela diz que a Polícia Federal parou o ônibus, já foi uma ação do NETP/Belém, que era para poder assegurar a integridade física da Bruna a partir do momento em que nos articulamos, porque o Posto de São Paulo deu um valor de R\$250,00 – não foi, Bruna? – para vir.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTIANO NAVECA CHÍXARO – E comprar depois a sua passagem para Parintins, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO MORAES – Tá. Mas eu posso falar pela Bruna?

O SR. CRISTIANO NAVECA CHÍXARO – Hum, hum.

O SR. FERNANDO MORAES – A passagem de ônibus da Bruna de São Paulo a Belém foi de recursos de amigos de Parintins.

O SR. CRISTIANO NAVECA CHÍXARO – Isso, isso.

O SR. FERNANDO MORAES – Em momento algum, o núcleo de São Paulo ajudou nessa questão aérea.

O SR. CRISTIANO NAVECA CHÍXARO – Isso. É. Isso aí...

O SR. FERNANDO MORAES – Era, justamente, nossa preocupação a segurança dela, porque nós achamos totalmente errado.

A gente sabe, Senadora, que recursos vêm. Não acredito.

Essa foi uma questão que debati muito, porque foi muito errada a questão de São Paulo, a questão do traslado da Bruna, principalmente pela segurança, e a questão, como ela fala, de que, em São Paulo, de ônibus, vocês sabem, o tráfico é grande. A gente sabe que eles não se envolvem só no tráfico de seres humanos. São drogas, são traficantes, essa questão todinha.

Então, a gente bate muito nessa questão da segurança dela.

O SR. CRISTIANO NAVECA CHÍXARO – Certo. Foi a nossa preocupação também. Então, a partir do momento em que a Bruna chegou em Belém, ela foi recebida pelo NETP, não foi Bruna? Você foi levada para um local, um abrigo, não foi?

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Um abrigo.

O SR. CRISTIANO NAVECA CHÍXARO – Um abrigo, não é? Isso foi relatado para nós depois, e, a partir daí, o NETP do Amazonas, a Secretaria de Justiça ficou responsável pelo recambiamento da Bruna até o Município de Parintins. Então, a Bruna veio para Manaus, porque não tem voo direto – não tinha, não é, Bruna, voo direto?

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Não tinha.

O SR. CRISTIANO NAVECA CHÍXARO – Então, a Bruna veio para Manaus e foi recepcionada por nós.

Nós entramos em contato com a Secretaria de Ação Social – está, aqui, a Dr^ª Graça Prola, que, prontamente, como sempre, atendeu nossas solicitações. Ela colocou um carro à disposição, ela colocou um abrigo, ela deu toda a estrutura necessária para que a Bruna ficasse em segurança para pegar o voo para Parintins, que seria no mesmo dia da chegada dela aqui. Seria à noite. Então, à noite, a Bruna foi embarcada, chegou em Parintins, foi recebida também pelo Posto, lá em Parintins, não foi, Bruna?

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Foi.

O SR. CRISTIANO NAVECA CHÍXARO – Pelos coordenadores do Posto.

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Isso.

O SR. CRISTIANO NAVECA CHÍXARO – É, para nossa surpresa, a Bruna... Não sei se mudou, mas você conseguiu registrar o boletim de ocorrência lá, Bruna?

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Não consegui, porque, quando cheguei na delegacia, a delegada simplesmente falou que não ia ter por que fazer o boletim de ocorrência, porque seria um duplo BO e aconteceu tudo em São Paulo, que lá eles não poderiam registrar o BO.

O SR. CRISTIANO NAVECA CHÍXARO – Então, veja bem, Senadora: nós, do NETP, temos de prezar pela vida dessa vítima, temos de dar os encaminhamentos sociais, ver do que ela precisa e, acima de tudo, preservar a vida dela. Agora, como a gente vai conseguir preservar se a gente sabe que tem, no Estado do Amazonas, a rede criminosa que atuou com a Bruna, e tem em São Paulo? Então, daí a necessidade de você registrar um boletim de ocorrência, de você anexar todas as informações para que a gente possa dar os encaminhamentos para resguardar a vida da Bruna.

A partir daí, o que foi feito pelo NETP? O nosso secretário encaminhou à Secretaria de Segurança Pública, solicitando providências, o que está sendo feito em relação a esse caso, e, até o presente momento, nós estamos aguardando.

Eu já vejo, Senadora, porque é um dos problemas que nós enfrentamos, vou ser sincero, realista mesmo, a questão da devolutiva das instituições de segurança quanto às investigações. Às vezes, demora; às vezes, nem chega para nós. Então...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Eu queria que você falasse aqui, para a gente, como é que essa questão foi conduzida em São Paulo. Em São Paulo foi feito um registro, foi um aberto um boletim de ocorrência?

O SR. CRISTIANO NAVECA CHÍXARO – Sim, foi aberto.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – E qual foi a atuação da Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo em relação a esse caso da Bruna?

O SR. CRISTIANO NAVECA CHÍXARO – Foi o Ministério Público, na verdade, que ouviu e encaminhou para nós o relatório com as declarações da Bruna, porque há uma Portaria do Ministério da Justiça, nº 31, que diz que entre os Postos há de haver uma inter-relação, uma troca e informações, e isso não ocorreu num primeiro momento.

Então, o que nós fizemos? Nós pedimos ao Ministério Público, que acabou encaminhando ao Ministério Público do Estado.

A partir daí, a Drª Michelle solicitou e nós estamos aguardando para ter acesso, mas, mesmo assim, nós solicitamos que fosse registrado um boletim de ocorrência em Parintins também. A partir desse momento, também, vamos anexar todos os documentos e dar andamento ao caso.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Mas, e lá, o que fizeram com as pessoas que fazem parte desse grupo organizado de que a Bruna foi vítima?

O SR. CRISTIANO NAVECA CHÍXARO – A última informação que nos foi dada foi que a Polícia Federal invadiu a casa onde a Bruna estava e conseguiu prender uma travesti de nome Eva Toro, que, segundo informações, era quem aliciava, era a chefe. Mas essas informações nós tivemos a partir de notícias em jornais, não foi ainda nada formal, porque o caso ganhou proporção nacional. A informação foi esta: que a Eva Toro – e aí a Bruna também pode falar, se ela sabe alguma coisa –, que a Polícia Federal invadiu essa casa e conseguiu resgatar outras travestis que estavam lá na mesma situação da Bruna.

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Foi como eu falei, que eu fui saber através do Cristiano, que ele me falou: em Manaus, a Polícia Federal tinha invadido a casa, estourado o catifeiro e tinham prendido a cafetina.

Outra coisa que eu queria também relatar foi o dia em que foram me deixar no aeroporto, aqui em Manaus. O motorista de onde eu estava, o abrigo, me levou ao aeroporto e disse que ia me deixar lá, que ele estava com pressa, que ele ia fazer um curso. Foi onde eu fiquei sozinho, sem ninguém ali para me ajudar, sem proteção de ninguém. Talvez o Cristiano não tenha conhecimento disso, mas foi o que aconteceu aqui em Manaus: me deixaram no aeroporto. Lá do abrigo das mulheres onde eu fiquei, o motorista disse que ia me deixar lá, que estava com pressa e que ia para um curso. Eu fiquei ali sem proteção nenhuma no aeroporto.

O SR. CRISTIANO NAVECA CHÍXARO – Mas ele te deixou lá dentro da sala de embarque ou deixou fora mesmo?

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Não. Ele me deixou fora mesmo, ali no estacionamento dos taxistas.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Vamos depois verificar isso.

O SR. CRISTIANO NAVECA CHÍXARO – Certo. Nós vamos verificar isso aí e ver o que foi que houve, porque a orientação repassada não foi essa. A orientação foi que levasse a Bruna até o local, até a sala de embarque e aguardasse a saída do avião. Mas podemos verificar o que houve.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB – BA) – Cristiano, eu queria também saber... Eu acho que nós temos três linhas muito profundamente vinculadas, indispensáveis nessa questão do crime do tráfico de pessoas. Todo mundo percebe que o crime do tráfico de pessoas acontece com populações em estado de vulnerabilidade social grave. Então, nós temos, de um lado, prevenção – o Núcleo de Enfrentamento tem que atuar na prevenção; segundo, a punição, que não é de vocês – correr atrás para denunciar ao Ministério Público, acompanhar o processo etc; em terceiro lugar, a proteção, o acolhimento a partir daí.

Vocês têm aqui algum programa ou alguma entidade que faça essa ação e com a qual o Governo possa fazer uma articulação? Por exemplo, a situação de Bruna hoje: ela não deveria estar num programa de proteção de vítimas, para garantia de vida?

O SR. CRISTIANO NAVECA CHÍXARO – Quando eu falei sobre registrar o boletim de ocorrência, é para que a gente possa dar o andamento. Inclusive, a Drª Michelle é Conselheira do Provita e Coordenadora do NETP. Então, fazendo o boletim de ocorrência, nós podemos dar o andamento para que a Bruna possa ser inserida, se for o caso, no Provita. Mas, para isso, a gente precisa de documentos. A gente precisa de que as outras instituições também possam nos ajudar.

O SR. FERNANDO MORAES – Eu posso falar?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pode.

O SR. FERNANDO MORAES – Bom dia a todos e a todas. Sou Fernando Moraes, Presidente da Associação LGBT de Parintins. Tivemos conhecimento do caso da Bruna, ajudamos, acompanhamos todas as dificuldades por que a Bruna passou, trouxemos a Bruna, conseguimos trazê-la com vida. Sabemos que muitas pessoas não chegam onde a Bruna está. Ela é uma guerreira, ela é um exemplo. Nós escutamos também, em outras imprensas, que, através do depoimento da Bruna no Jornal Nacional, muitos locais foram desbaratados onde travestis eram traficadas.

Eu queria falar sobre o Decreto 5.017, de 2004, que é conhecido como o Protocolo de Palermo, como a Senadora falou no começo. O art. 6º fala sobre assistência e proteção às vítimas de tráfico de seres humanos, coisas que não aconteceram com Bruna, no decorrer do trajeto dela, de São Paulo a Belém e a Parintins. Hoje, ela está à mercê, ela está correndo risco de vida, Senadora. Então, a gente, como amigo e Presidente da Associação, e a família pede essa proteção da Bruna. A gente quer que incluam ela na proteção de testemunhas.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Fernando, me diga o seguinte: a Bruna foi abordada lá mesmo, no Município.

O SR. FERNANDO MORAES – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Quem foi a pessoa que abordou a Bruna?

O SR. FERNANDO MORAES – Foi uma travesti que mora em Macapá. A Bruna, com a ilusão de colocar peito, bunda...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – E como essa pessoa... Ela vai sempre a Parintins?

O SR. FERNANDO MORAES – É, no Festival. A senhora já conhece o Festival de Parintins, onde a gente sabe que há o fluxo de pessoas nacional e internacional, aonde muitos não vão só para se divertir; vão para aliciar pessoas, como Bruna, para esse tipo de tráfico: meninas, crianças, travestis. A gente vê no protocolo que não é incluído o movimento LGBT no do tráfico de seres humanos. A gente pede também isto: que as travestis... Em São Paulo, existem muitas travestis no tráfico. Então, ela conheceu essa travesti. Como é o nome dela, Bruna?

A SRª BRUNA AMARAL DO CARMO – Marcinha.

O SR. FERNANDO MORAES – De Macapá, aqui próximo. Ela foi para São Paulo, ficou nesse tráfico de seres humanos. Ela se deu bem, colocou peito.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Ela é parte.

O SR. FERNANDO MORAES – E ela é parte, ela também faz parte da quadrilha, porque ela foi a Parintins. Como Bruna e outras travestis de Parintins, elas têm essa vontade de colocar silicone, ficar com corpo de mulher. Então, através dessa vontade que a Bruna e outras travestis têm, eles iludem: melhoria de vida, ajudar a família, se tornar uma mulher mesmo. Então, foi o que aconteceu com a Bruna. Foi justamente lá, em Parintins, Dona Vanessa, Senadora, que ela conheceu essa travesti, que, em contato com as outras de São Paulo, fez todo esse trajeto de conversa por telefone e tudo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Isso eu já entendi. Eu acho que a gente precisaria aqui de algumas coisas – eu estava trocando uma idéia aqui com a Senadora Vanessa. Vou solicitar ao Cristiano, como fizemos lá, na Bahia, que nos dê acesso a uma cópia do processo de Bruna aqui, no Estado.

O SR. CRISTIANO NAVECA CHÍXARO – Eu trouxe a cópia do processo, porque no Ministério, onde ela fez o depoimento dela, são três, quatro...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Em São Paulo, não é?

O SR. CRISTIANO NAVECA CHÍXARO – É, em São Paulo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Em São Paulo. Então, você já tem aqui a cópia.

O SR. CRISTIANO NAVECA CHÍXARO – Nós temos.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – E nós, com base nessa cópia, vamos fazer um ofício, um requerimento ao Ministério Público de São Paulo para esclarecer as questões que nós considerarmos a partir do documento.

O Cristiano poderia também nos fornecer a parte do processo todo, a partir da chegada de Bruna aqui, no Amazonas.

O SR. CRISTIANO NAVECA CHÍXARO – Sim, Excelência. Correto.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – E, a partir daí, pela fala dele... Acho que todos que ouviram o depoimento são testemunhas da sensação com que nós ficamos de que nós temos que tomar medidas imediatas, solicitar ao Provita o ingresso de Bruna num programa de proteção. Então, se for o caso e se necessário, a própria Comissão, a nossa CPI, pode fazer também essa solicitação diretamente ao Provita para que nós possamos garantir a segurança de vida dela.

O SR. FERNANDO MORAES – E agora a gente pede ao Estado também a questão da família. A gente vê não só a proteção da Bruna.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Não, da família.

O SR. FERNANDO MORAES – A mãe dela – está ali a Sebastiana do Núcleo Estadual, ela passou uns dias lá –, a mãe chora, a mãe fica nervosa, tem medo de acontecer alguma com a Bruna, com ela, com o outro irmão que é gay também. A gente tem esse medo, porque a gente sabe que essa quadrilha é grande, ela vai ao Brasil todo.

Mas, antes da fala da Sabá, Senadora Vanessa, digo que, através do caso da Bruna, em Parintins, a imprensa repercutiu. Sabendo que a gente vinha para esta CPI, famílias de pessoas desaparecidas em Parintins nos procuraram e pediram para entregar em suas mãos alguns dossiês, alguns depoimentos da própria família, Dona Vanessa, pedindo ajuda.

Eu queria ler só dois parágrafos aqui. Só vou relatar aqui o caso da Ketlin Rodrigues. É uma garotinha de sete anos, que sumiu em 2006, e até hoje a gente não tem resposta do Estado e da polícia municipal. A gente não tem resposta sobre esse caso da Ketlin. Repercutiu no Município, repercutiu no Estado e até hoje... Hoje, se estiver viva – a gente não sabe se foi traficada, por isto a gente inclui ela como um tráfico de seres humanos, porque até hoje a gente não tem resposta –, hoje era para estar com 13 anos. E tem o caso do Fredson, 21 anos. Também ele sumiu, homossexual, e até hoje a gente não tem resposta da polícia municipal, estadual.

A gente pede aqui nesta CPI porque é a oportunidade de a gente estar tentando ver esses casos.

Eu queria só dar um depoimento, porque acho triste uma família, um pai... Quando me procurou... E a gente fica emocionado porque é vida, é um ser humano. Ele sumiu dia 23 de abril, um Sábado de Aleluia, o pai ainda coloca entre parênteses – esse aqui é o depoimento do pai, da família, que nós vamos entregar a Dona Vanessa –: “Em 2011, no horário entre 23h e meia-noite, desapareceu misteriosamente o jovem Fredson de Sousa Coelho, artista plástico. Dia 24, no mesmo mês, começou desesperadamente a busca pelo jovem, tanto pela família quanto pela polícia, sem nenhum êxito”.

Outro parágrafo que achei muito importante foi um em que ele diz assim: “Ao pedir ajuda da Promotoria de Parintins, com deboche, o promotor que nos

atendeu na época deu-nos a seguinte resposta, diz o pai: ‘Como ele é maior de idade, não posso fazer nada. Se ele fosse uma criança, eu teria como ajudar.’ Isso é coisa de um promotor? E outra coisa é o pai que pede: “Excelência” – é a senhora, D. Vanessa –, “de várias informações chegadas até nós, uma nos deu muita alegria e esperança de encontrarmos nosso filho no final do mês de novembro de 2012. A irmã de Fredson fez uma ligação para o celular que era dele. Na primeira tentativa deu ocupado. Em volta de 21h do mesmo dia, recebemos uma mensagem do celular de Fredson, que dizia o seguinte: ‘Quem é você?’ No dia seguinte fui à polícia e fiz um B.O. para o escrivão da delegada”, ele cita o nome aqui, “Ana Denise. Ao voltar no dia seguinte, o escrivão me passou a seguinte informação: que a delegada já tinha tomado todas as providências, e disse que em 3 dias ela me daria uma solução. Ao voltar novamente eu fiquei chateado e ao mesmo tempo triste com a situação. Ela me falou o seguinte: que ela não poderia fazer nada, pois o caso era do delegado e que a mesma estava em pé de guerra com o mesmo. E me levou ao delegado e disse que era para eu voltar no outro dia, pois o mesmo estava muito ocupado.”

E o último relato. Isso são coisas omissas que a gente vê que acontecem mesmo; vimos agora há pouco, não é diferente. Para finalizar, ele pede: “Excelência, ajude a nossa cidade de Parintins e, se for possível, queremos uma audiência pública em Parintins o mais breve possível. Por favor, nos ajude! Parintins pede socorro, em especial meu filho Fredson, pois se trata de uma pessoa de bem, estudiosa, trabalhador, que tinha projetos de um futuro promissor.” O.k? Entrego isso em sua mão, Senadora Vanessa; esse documento tem a foto do rapaz, tudinho aqui.

Não é só o caso dele, há vários casos, também tem o da Ketlin, que a família acho que não teve conhecimento e até hoje a gente não tem solução. A gente pede para esta CPI, pede para o Estado também tomar essas iniciativas para ver se a gente tem um resultado. Como ele mesmo falou: “Olha, eu quero ter a certeza, meu filho pode estar morto”, ele falou, “mas eu quero saber, quero ter a certeza, porque eu não durmo, nem eu, nem...” Ele diz: “Eu envelheci tantos anos... Eu tenho, eu quero ter uma certeza se meu filho está vivo ou não”, ele fala. E a gente vê mesmo isso daí. O.k?

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Nós vamos acolher esse seu material e vamos dar o encaminhamento, Fernando. Não se preocupe, vamos dar o encaminhamento. Esses casos são o que a gente tem visto. Como você reparou, o nosso debate é exatamente este: como a gente, como a CPI pode ajudar o Estado e principalmente as autoridades que estão diante da segurança pública, à frente dos órgãos, das delegacias, a darem mais atenção a esses casos, que são graves. E são centenas, milhares, Brasil afora, que passam pelo mesmo problema.

Senadora Lídice.

O SR. CRISTIANO NAVECA CHÍXARO – Senadora, posso só fazer uma rápida observação quanto à fala do Fernando?

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. CRISTIANO NAVECA CHÍXARO – Quanto à temática LGBT, no enfrentamento ao tráfico de pessoas, nós realizamos diversas capacitações em Municípios do interior e sempre inserimos a temática da população LGBT. Inclusive, no decreto que instituiu o comitê, o governador colocou a participação das instituições não governamentais, e nós fizemos uma reunião e já convidamos representantes do movimento LGBT para indicar seus representantes para compor o comitê e, até o presente momento, ainda não chegou nenhum documento até o Núcleo. Então, peço, mais uma vez, que, por favor, o movimento LGBT possa indicar um representante, um titular e um suplente, para compor o comitê, ressaltando que, no dia 18, o comitê será instalado na Secretaria de Justiça. E até o presente momento não temos nenhum representante do Movimento LGBT indicado.

A SRª SEBASTIANA SILVA – O.k.

Só para a gente relatar tudo que foi falado aqui, eu sou Sebastiana Silva, sou Coordenadora do Fórum LGBT Amazonas. Estivemos em Parintins para um seminário, onde foi feita essa demanda para nós.

Tive oportunidade de conhecer a família da Bruna, uma família carente, uma família humilde, mas que tem uma grande preocupação por amá-la. Os dois filhos da família são travestis. A mãe não esconde nem é segredo para a sociedade parintinense.

Como a gente identificou, Senadora, lá, a Bruna está vulnerável. O acesso ao Município, ali, é muito grande, há uma rotatividade muito grande. O que a mãe me pediu, chorando, foi que a Bruna não voltasse para o Município de Parintins, porque ela temia o que pudesse acontecer com ela. E a esperança dela de estarmos hoje nesta CPI é que a Bruna seja incluída no Programa de Proteção a Testemunhas e não deixe de ter contato com a família, porque, como a mãe falou para mim que ela ama os filhos dela como qualquer outra pessoa, ela quer a filha dela viva.

Tivemos o cuidado, fizemos um vídeo caseiro onde a mãe faz esse relato, onde a Bruna faz o relato dessa experiência que ela sofreu. O que a gente percebe, como Movimento LGBT, é que para o Estado do Amazonas ficamos invisíveis, não só para o tráfico de pessoas, em que está toda uma inclusão social por trás. Se você perguntar para a Bruna por que ela foi ao tráfico, ela fala: porque era um sonho dela. Ela quer trabalhar, ela quer ter dignidade, ela quer poder ajudar a família. E quando ela foi ao sistema público atrás de apoio para ter um trabalho digno, para que ela possa se manter e ajudar a família, ela não teve. A primeira oportunidade que ela teve foi do tráfico, e ela foi para o tráfico.

Peço às autoridades, ao Governo do Estado do Amazonas, às autoridades competentes deste Estado e da Federação brasileira que tenham um olhar mais ágil. A gente sabe que a Administração Pública é um pouco lenta, mas o tráfico não está pensando nisso; ele chega mais rápido; ele dá mais acesso e possibilidades de sonhos que não vão acontecer.

O Governo do Estado do Amazonas, a Federação brasileira tem que ser mais atuante e com mais agilidade. É o que nós gostaríamos.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Eu agradeço.

Quero reiterar a nossa decisão de inclusão de Bruna no Programa de Proteção a Testemunhas.

De minha parte, estou completamente satisfeita com o seu depoimento, com tudo que nós anotamos, as providências que aqui anunciamos.

Se você quiser falar... Porque eu vou devolver a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para continuar conduzindo a reunião.

O SR. BRUNO AMARAL DO CARMO – Quero agradecer o convite, primeiramente, e a oportunidade de contar a minha história, porque é uma coisa de que eu nunca vou me esquecer o que eu passei. Tenho certeza de que vocês vão me ajudar no que for possível. Agradeço o Cristiano também por ter me ajudado aqui em Manaus, à Sabá, ao Fernando Moraes, e quero pedir que vocês me ajudem. Sei que um dia pode me acontecer alguma coisa ali onde eu moro, porque a cidade é pequena, eles podem muito bem mandar alguém de Belém, de Macapá atrás de mim, me pegar e me matar ali mesmo.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – O ideal talvez fosse até que o Núcleo pudesse mantê-la aqui por algum tempo, até que se processasse mesmo o Programa de Proteção a Testemunhas.

O SR. CRISTIANO NAVECA CHÍXARO – Tudo bem. Vou encaminhar à Secretaria de Justiça, ao nosso secretário, o mais breve possível. Com certeza vamos dar uma resposta para a Comissão a respeito disso.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Enquanto isso, ela não poderia ter algum tipo de proteção do Governo, que pudesse manter um segurança durante algum tempo, até que o programa lhe incorporasse.

O SR. CRISTIANO NAVECA CHÍXARO – Senadora, nesse caso, se houvesse algum representante da Secretaria de Segurança Pública aqui – tem ou não? –, poderia falar com maior propriedade, não é? Da Secretaria de Justiça, nós podemos solicitar, pedir, fazer um encaminhamento solicitando. Mas, a Secretaria disponibilizar, nós não temos como fazer. Podemos articular, fazer o encaminhamento junto à Secretaria de Segurança Pública.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Como ela teve uma escolta para vir até aqui, que pudesse encaminhar junto à Secretaria de Segurança Pública, para a manutenção durante algum tempo, dessa providência.

O SR. CRISTIANO NAVECA CHÍXARO – Correto! Vamos fazer esse encaminhamento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Passo a palavra, retorno a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – E para que, neste semana, a gente possa tomar essas providências, inclusive solicitar a inclusão da Bruna nesse programa de apoio a vítimas e testemunhas, a gente vai precisar obter oficialmente a cópia do processo que foi aberto no Estado de São Paulo, relativo à situação da Bruna, e um pedido do próprio Núcleo.

Nós gostaríamos, Dr. Cristiano, que isso chegasse rapidamente para a gente. Se pudesse chegar até amanhã... Porque é tão somente um ofício, formalizando o pedido de providências por parte da CPI.

Deveremos estar com o Ministro José Eduardo Cardozo esta semana ainda. Nós estamos pedindo a federalização para o acompanhamento de alguns outros crimes que ocorrem Brasil afora, porque, quando o crime envolve mais de uma unidade da Federação, ele tem que transitar pela Polícia Federal. Então, acho que esse caso a gente pode incluir, dá tempo ainda, no rol dos pedidos que vamos fazer. Já encaminhamos, há algum tempo, alguns requerimentos, no caso do Rio Grande do Norte e vários outros Estados, e vamos incluir esse pedido também, para que esse crime seja investigado.

Por outras oitivas que realizamos, principalmente no Pará, que é o Estado vizinho, parece-me que esses grupos, essas organizações criminosas têm interface e atuam de fato em vários Estados aqui da região. Tanto que não é a primeira vez que a gente ouve que existem as casas do Norte. Ou seja, são travestis, homossexuais que são levados, principalmente dessa região, para lá. Então, há grupos especializados aqui.

O caso dela é um caso exemplar. Foi abordada no Município, no interior do Estado, por alguém que veio de Macapá.

Belém, no Estado do Pará, é bom que todos saibam, mantém já, há alguns anos, CPIs funcionando em âmbito local – Assembléia Legislativa, Câmara de Vereadores da cidade de Belém –, porque lá o problema é extremamente grave e eles procuram dar visibilidade para melhor enfrentar essa questão.

Eu acho que caberia, aqui, no Estado do Amazonas, uma ação mais efetiva, também, por parte do Legislativo local. Isso que o Cristiano colocou é bom que a gente registre: o Amazonas, institucionalmente, tem sido o Estado do Brasil que mais providências vem adotando no sentido de enfrentar o tráfico de pessoas, mas é algo que vamos levar ainda algum tempo, porque nós temos que formar uma cultura, uma nova cultura. O próprio caso que ouvimos anteriormente, de Iranduba, o próprio caso da Bruna, se a gente for ver, é eivado não apenas de brancos – como eu poderia dizer –, de espaços que não têm explicação, mas de negligência até pela forma como ela foi tratada. São poucas as pessoas que têm a coragem de denunciar, como ela teve; poucas.

Aqui em Manaus nós temos acesso a, no mínimo, três, quatro casos de travestis que foram, da mesma forma que a Bruna, trabalhar em São Paulo e o que voltou para Manaus foram os seus corpos. A gente chegou a procurar as famílias, que não querem nem ouvir falar nisso. E ao procurar processo em São Paulo, a única coisa que se diz é que abriu e fechou, sem conclusão. No mínimo, ou no máximo, a conclusão a que se chegou é que foram vítimas de ações homofóbicas, pessoas que são assassinadas à luz do dia nas ruas de São Paulo. É assim que acontece.

Então, quando há alguém disposto a denunciar, a ajudar a desbaratar essas redes, que não são poucas, o Estado precisa dar proteção. A gente espera – viu, Fernando? – que fique bem claro isso. Vamos esperar a formalização do pedido por

parte do Cristiano, que isso nos chegue até amanhã, pode ser via fax, não há problema nenhum, porque a gente vai ajudar naquilo que for possível, fazer os pedidos para a proteção e para que o processo siga no Estado de São Paulo.

Feito o boletim de ocorrência aqui, fica claro que são duas unidades envolvidas e a gente tem como envolver a Polícia Federal no caso.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Isso a gente vai ver. Drª Graça, vamos começar a tomar providências ainda hoje. Ainda hoje vamos tomar providências que não requerem que sejam faladas aqui.

Então, a gente agradece – viu, Bruna? – pela sua coragem, e ao Fernando também, pelo apoio que vocês estão dando. Isso é importante, porque queremos uma sociedade onde todos possam se sentir seguros. E para se sentir seguro, só com o Estado não tendo qualquer tipo de complacência, muito menos conivência, que parece que existe e é muito forte, não do Estado, mas de pessoas vinculadas ao Estado, com esse tipo de ação criminosa. Porque intolerância é tudo aquilo que queremos abolir do nosso dicionário e da prática das pessoas aqui em nosso País. Então, a gente agradece a presença de vocês.

Bruna, na sequência, a gente tem uma conversa.

Depois que concluir aqui, a gente tem uma conversa separada com o Cristiano e com a Drª Graça Prola.

Algumas pessoas solicitaram a palavra. Nós vamos abrir a palavra por um período razoável, em torno de 5 minutos. Nós temos aqui a Drª Oreni, que vai falar, Drª Graça Prola e também a Polícia Rodoviária Federal terá o direito à palavra.

Então, Drª Oreni, quer vir aqui?

Agradecemos a vocês.

Se quiser falar daí, tudo bem. Temos microfone, ótimo.

A SRª ORENI BRAGA – Prefiro ficar aqui.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não.

A SRª ORENI BRAGA – Desculpem-me estar de costas para todos, mas bom dia, boa tarde já, meio-dia.

Eu queria rapidamente, primeiro, parabenizar V. Exª, a minha querida amiga, considero assim pela longa estrada, Senadora Lídice da Mata. A gente vem há muito tempo...

(Falha na gravação.)

A SRª ORENI BRAGA – ... discutindo questão do turismo no Brasil, tem sido uma atuante Senadora nessa área também, mas eu queria, a título de sugestão, Senadora Vanessa, fazer aqui uma proposta que o Ministério da Justiça já realizou nos Estados de Goiás, do Ceará, do Rio de Janeiro, de São Paulo: todo um trabalho de diagnóstico e de capacitação, inclusive capacitação para todos os atores sociais, que vai desde delegados, juizes e conselhos tutelares às próprias embaixadas e os consulados dos países que estão instalados nesses Estados. E vejo que o Amazonas precisa muito disso.

Eu queria entregar em sua mão um material que a gente está trabalhando na área de turismo, que é o Turismo Sustentável e Infância, ressaltando aqui a parceria ímpar da nossa querida Graça Prola, pela Seas. O turismo, como qualquer outra atividade, tem duas faces, a face positiva e a face negativa, e, como falou a Senadora Lídice da Mata, qualquer aglomerado de pessoas em volta de uma questão econômica envolve tanto as pessoas de poder aquisitivo como aquelas que estão em busca do acesso social. E muitas vezes, essas que estão em busca do acesso social acabam sendo vítimas do processo. Portanto, no turismo não é diferente.

Então, nós criamos, o governo do Estado – e hoje o Governo Omar Aziz tem trabalhado de forma intensa – o Comitê de Ética e Segurança, onde temos a participação do Ministério Público, da Secretaria de Segurança, da Secretaria de Justiça, da delegacia do turista, da delegacia que cuida da exploração de menores, enfim, da Secretaria de Ação Social do Estado, dos Municípios, e nós instalamos um trabalho de combate à questão da exploração sexual de crianças e adolescentes, menores, na atividade turística.

Eu queria deixar claro que o turismo é uma ramificação de toda uma indústria que se criou nessa questão da exploração, mas, no tocante a isso, nós estamos identificando exatamente como esse processo está acontecendo no nosso Estado, de que maneira ele vem evoluindo, quem são esses atores que estão mais ligados ao processo, e acabamos, nessas nossas pesquisas, identificando uma série de indicativos.

Um que é importantíssimo: essa exploração na atividade turística está acontecendo, sobretudo, na grande maioria das vezes, com os turistas regionais, ou seja, aquelas pessoas que saem de Manaus, vão para Parintins, que já têm todo um processo articulado para que possam usufruir desses menores.

Identificamos também alguns voltados para a questão da pesca esportiva, que nós estamos combatendo, trabalhando em cima, para que esse processo venha realmente a ser desbaratado.

Mas o que é mais importante deixar claro, e eu queria registrar aqui, Senadora Vanessa e Senadora Lídice: o crescimento da exploração sexual de crianças, de menores, de adolescentes, nas grandes festas do nosso Estado. Para que as senhoras tenham uma ideia, Parintins cresceu 26,36% em 2012.

E como estamos registrando isso? Primeiro, a gente faz um trabalho com a ponta, que são os prestadores de serviço, e depois, muito mais importante é o trabalho que estamos fazendo na sociedade. Nós estamos envolvendo as famílias, seja de Parintins, de Itacoatiara, de Manacapuru, de Maués, onde se dão as grandes festas, e aí essas famílias, junto com as igrejas, Igreja Católica, Igreja Evangélica, os conselhos tutelares, todas as organizações sociais desses Municípios, a gente está envolvendo nessa campanha e fazendo um trabalho quase que personalizado para identificar exatamente onde está o nó dessa corda. Começamos a identificar que, entre essas famílias, muitas vezes, se uma não foi vítima, se ela não tem alguém na sua família, mas ela sabe que alguém foi vítima, ou vizinho ou de algum outro bairro.

Então, estamos fazendo não só essa identificação desse crescimento, mas, ao mesmo tempo, envolvendo essa sociedade para que ela seja sensibilizada pelo

processo, enxergue que seus filhos ou suas filhas... Porque aqui nós não estamos, na exploração, falando só de meninas, estamos falando também de meninos, não é? Acabamos de ver o caso da Bruna, um caso concreto. Então, o nosso trabalho está muito mais atrelado, agora, a identificar esse processo todo, essa rede, como ela acontece e, ao mesmo tempo, por meio desse trabalho de sensibilização, com todo o material trabalhado junto com o Ministério do Turismo, estamos personalizando todo o nosso projeto de sensibilização. Por exemplo, no nosso cartão, hoje, a gente trabalha, em Parintins, os dois bozinhos, em vez das duas faces da bola, ou seja, a gente está levando uma identificação para esses Municípios.

E, concluindo, eu queria citar todo esse trabalho que a gente tem feito de orientação no setor hoteleiro, para que o setor hoteleiro seja sensibilizado em saber como é que essa criança menor está tendo acesso a esse apartamento; a implantação do turismo sustentável junto com o Ministério do Turismo; a Operação Carandiru, de que a gente tem participado, com a Secretaria de Segurança, inclusive lacrando alguns hotéis na cidade de Manaus, Senadora Lidice, que traficavam crianças, que envolviam drogas; o trabalho que a gente vem direcionando também nas comunidades, não só na base dos Municípios, mas as comunidades, muitas vezes, são grandes vítimas desses processos; o trabalho que a gente tem feito nas universidades também, fazendo com que os universitários e as universidades passem a ser nossos parceiros, passem a ser multiplicadores pró-ativos nesse processo de combate; a pesquisa que acabamos de mencionar, que é uma pesquisa socioeconômica exatamente para levantar como esse impacto leva à questão da exploração.

Ao mesmo tempo, criamos, no nosso *website*, que está em dez idiomas, inclusive em russo, português de Portugal, chinês, mandarim, japonês, alemão, francês, uma janela chamada Turismo Legal. Qualquer turista, acessando na China, no Japão, essa janela do Turismo Legal registra que a exploração de crianças menores e adolescentes no Brasil, sobretudo no Amazonas, é crime e que, se ele for pego fazendo, cometendo determinada situação, ele é preso e está sob a lei brasileira.

Então, estamos fazendo um trabalho bastante interessante, junto com a polícia, junto com a Seas, e sobretudo agora, para a questão da Copa 2014, porque somos sabedores, nós não tivemos notícias, nós estivemos na África e nós presenciemos a situação do tráfico de crianças africanas, do desaparecimento de crianças africanas e também tivemos acesso à informação da exploração sexual de menores na questão do turismo com relação à Copa 2010 na África. Então, temos consciência, temos ciência de que isso é um fato. E nós estamos fazendo um trabalho de combate naquilo que é peculiar à atividade turística. Sem dúvida nenhuma, ainda falta muita coisa a fazer, mas, com o poder de polícia ostensivo, com a parceria da Polícia Federal, que tem sido uma grande parceira nossa, de todos os entes que já falamos, creio que iremos debelar, sem dúvida nenhuma, minimizar, sobretudo, a questão de que, hoje, o Brasil e sem dúvida muitas cidades brasileiras têm sido rota nesse processo.

Portanto, fica aqui nosso registro do trabalho que o turismo vem fazendo em prol desse processo, que eu diria que é lamentável, mas é real. Todo destino

turístico que cresce de forma importante, do ponto de vista de acesso ao mercado internacional ou nacional, acaba tendo como um dos reflexos essa questão que eu diria extremamente desagradável, mas nós temos, como atores institucionais, que combater e fazer com que nossas crianças e nossos adolescentes estejam protegidos desse processo, sobretudo com a participação da sociedade e das famílias.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Secretária Oreni, não tenho dúvida de que o trabalho que a Amazonastur desenvolve tem sido importante e um trabalho que age na prevenção. Isso é o mais importante. E se conseguirmos essa sinergia de atuar junto com a Secretaria de Segurança, de Justiça e de Direitos Humanos, vamos evitar que casos como esse da Bruna voltem a acontecer.

Bom, aqui, nós temos inscritos para falar a representante da Secretaria de Assistência Social, a Drª Graça Prola, o Afonso, da Polícia Federal... Mais alguém? Porque daí a gente fecha... Alexandre também. Ah, não, e temos ainda a Florismar, que é do...

A SRª ORENI BRAGA – Senadora, me permita, uma...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não.

A SRª ORENI BRAGA – Preciso entregar um guia para nossa Senadora baiana. (*Inaudível.*) Quero que você leve nosso guia completo, em sete idiomas. Sem dúvida você vai ler, como é uma mulher inteligente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada. Nós que agradecemos a bela receptividade que a Senadora está tendo aqui.

Então, com a palavra a Drª Graça Prola.

A SRª GRAÇA PROLA – Bom dia a todas e a todos.

Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa da Senadora Vanessa. Na verdade, estou representando o Poder Executivo aqui, no caso, a Secretaria de Estado e o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, justificando a ausência da nossa Presidente, que se encontra fora do Estado.

Eu só quero lembrar que o crime de tráfico de seres humanos aqui no Amazonas, já comprovado pela Pestráf, que foi ou é, talvez, uma das únicas pesquisas, apesar de a Professora Márcia Oliveira, da Ufam, já ter uma pesquisa mais atualizada do ponto de vista qualitativo, a Pestráf trouxe para nós um pouco da... Tirando da invisibilidade esse crime. E aponta que as maiores vítimas são mulheres. Quer dizer, o segmento LGBT, na época da Pestráf, porquanto houvesse alguns registros, não era tão significativo. Foi em 2002. Crianças e adolescentes, seja para fins de exploração sexual, seja para adoção ilegal, também.

A partir da Pestráf, o próprio Conselho Nacional de Justiça, no que se refere à proteção das crianças, estabelece, o que era uma luta de nós trabalhadores da Justiça à época, uma espécie de cadastro nacional para que, além das pessoas que

pudessem adotar crianças no sul ou no norte, pudesse se fechar um cerco do ponto de vista da garantia da proteção.

O crime de tráfico, considerando o rendimento de bilhões de dólares – ele só perde para o tráfico de armas –, envolve e está intrinsecamente ligado com a questão da prostituição mesmo e do próprio tráfico de drogas. É uma ação do crime organizado e que precisa ter punição não só para os agressores, mas também para o próprio mercado, para a própria sociedade e para o Estado como um todo. Ele trabalha como rede, e já está comprovado que o crime já tem braços no Brasil.

Recentemente, em Brasília, houve o caso de uma mulher que havia sido traficada para a Espanha e, no retorno, buscando inclusive algumas ações para a sua família em Brasília, ela foi assassinada na própria casa, na porta da casa dela. E esse caso, que foi exemplar no Distrito Federal, e nós estudávamos, na atualização dos dados da Pestráf, é, na verdade, um caso exemplar, que mostra inclusive esses curtos-circuitos da rede que estamos observando aqui, da rede estatal, tipo a falta de preparação dos operadores do Direito. E isso vale não só para as autoridades policiais, mas também para outras autoridades que compõem o sistema de garantia de direitos.

Nós temos uma rede que não conversa entre ela. Quer dizer, ela é uma rede de serviços, mas suas ações são pontuais, é claro, a despeito dos grandes esforços que nós, trabalhadores sociais, temos feito ao longo desses anos, para que essa rede possa, de fato, atuar integradamente.

Nós, da Secretaria de Assistência Social, estamos numa luta intensiva – e não a deixamos – e irrestrita para interiorizar as ações, exatamente para evitar, Senadoras, que esse tipo de caso possa acontecer em série, porque, na verdade, esse teve visibilidade, e outros que não têm visibilidade?

Nós já estamos presentes, por meio dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social, em 33 Municípios do Estado do Amazonas. Agora, em 2012, possivelmente, a gente feche com 38 Municípios que têm Centros de Referência Especializado de Assistência Social, que são portas de entrada ou que devem ser portas de entrada para esse tipo de atuação, fora a implementação da rede com a implantação dos polos avançados com o nome de Atendimento Humanizado ao Migrante.

Nós, além de estarmos atualizando a Pestráf – Pesquisa Nacional sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes –, trabalhando já na promoção da constituição da Câmara Técnica – o Cristiano já disse – no sentido de a gente discutir e elaborar o Plano Estadual de Combate ao Tráfico, em razão da enorme necessidade.

Ainda temos o crime de tráfico como um dos crimes de não visibilidade mesmo. Os registros, por exemplo, para nós, na Rede Mulher, eles inexistem. É como se a gente não tivesse nenhuma vítima, com certeza absoluta, pela não caracterização do crime, de forma clara, pelas autoridades policiais, e aí, conseqüentemente, parece que a gente vive em um mar de rosas, mesmo aqui no Estado do Amazonas.

Mas nós, com certeza, estamos trabalhando muito, e intensivamente, com relação às campanhas em vários Municípios do Estado para dissociar a questão das festas culturais com a prevalência e o incentivo à questão da exploração sexual.

Eu penso que, de modo geral, nós estamos e temos rotas nacionais e internacionais voltadas e já caracterizadas na questão do tráfico, incluindo agora outros países, como a Suécia e Holanda, que não apareciam e que hoje aparecem com bastante profusão nessas rotas de tráfico internacional.

Era mais ou menos isso o que eu queria colocar.

Muito obrigada pela atenção.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Drª Graça Prola, não só pela participação, mas pelo trabalho brilhante que a Secretaria de Assistência Social vem fazendo aqui no Estado do Amazonas.

A SRª GRAÇA PROLA – Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Passo a palavra agora ao Inspetor Benjamin Affonso Neto, Coordenador da Polícia Rodoviária Federal no Estado.

Com a palavra o Dr. Affonso.

O SR. BENJAMIN AFFONSO NETO – Cumprimento a todos. Meu cordial boa-tarde, na pessoa da Senadora Venessa Grazziotin!

Quero dizer que é impossível ficar indiferente a tudo o que foi dito aqui e até, de certa forma, chocado com o tratamento que as autoridades, principalmente policiais, dão a esse tipo de crime. Chega a ser até... Eu estou abismado!

Quero dizer que o crime é articulado, o crime é organizado e as instituições responsáveis por esse combate, esse enfrentamento nem se comunicam. Para mim, chega a ser estarrecedor!

Quero dizer que fiquei feliz...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BENJAMIN AFFONSO NETO – Desorganizado mesmo!

Quero dizer que fiquei feliz aí no traslado, no recambiamento da Bruna. Houve a participação da Polícia Rodoviária Federal. E quero dizer que a gente fica feliz quando a participação acontece de forma positiva. Mas também, aqui, fazer o mea-culpa, de que poderia ter sido melhor; poderemos participar mais e colocar a Polícia Rodoviária Federal aqui no nosso Estado à disposição aí das instituições, porque é apenas o cumprimento do dever garantir a segurança de todas e todos os brasileiros, independentemente de preferência sexual ou qualquer outra coisa.

Quero dizer também que a Polícia, assim como todos os outros órgãos de segurança pública, precisa de uma atenção especial, precisa de reaparelhamento, precisa de muitos policiais para desenvolver as várias atividades e as atribuições que a Polícia Rodoviária Federal vem, ao longo dos anos, adquirindo com o advento da Constituição de 1988, o Decreto nº 1.655, que dá à Polícia Rodoviária Federal essas muitas atribuições. Mas quero dizer que, com mais essa, nós ficaríamos muito honrados se pudéssemos participar de forma efetiva.

E, desde já, garanto aqui, pelo menos no nosso Estado, que gostaríamos de participar efetivamente e gostaríamos de contribuir.

Era o que eu tinha a dizer.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, obrigada mesmo, Dr. Affonso, pela participação. Apesar de nós não termos muitas estradas aqui no Estado do Amazonas, as poucas que nós temos são rotas importantes. Então, o trabalho da Polícia Rodoviária Federal, sem dúvida, contribui muito para o enfrentamento desse problema grave, não só no Norte, mas no Brasil inteiro.

Muito obrigada, Dr. Affonso.

Passaremos a palavra para o penúltimo inscrito, que é o Alexandre; em seguida, a Florismar.

A gente pede brevidade igual aos demais, porque a gente tem dar alguns encaminhamentos depois dessa reunião formal.

Alexandre.

O SR. ALEXANDRE SIMÕES – Obrigado, Senadora Vanessa.

Parabenizo a vinda da Senadora Lídice da Mata e do Senador, que teve de se retirar, mas o nosso caso não é diferente, Senadora, em relação ao que nós trazemos da ampliação do tráfico de pessoas na realização dos megaeventos esportivos. Temos Copa das Confederações ano que vem, Copa do Mundo em 2014, Olimpíadas em 2016, e fomos buscar, na Internet, textos que dizem que na Copa do Mundo, em 2006, na Alemanha, a prostituição foi legalizada. E só para o tráfico foram mais de 40 mil mulheres. Na Copa de 2010, na África do Sul, não foi legalizada, mas as autoridades fizeram vista grossa.

Aqui no Estado do Amazonas a gente tem um problema sério: apesar de sermos a sexta capital mais rica da Federação, ainda são poucos os investimentos feitos nessas questões. Os Conselhos Tutelares, às vezes, têm carros, mas não têm gasolina; falta de material humano; falta de material e de recursos nos Conselhos Tutelares; a própria Secretaria de Justiça Estadual é dotada de orçamento limitado: ou constrói presídio ou atua na questão da promoção dos direitos humanos. Então, a gente precisa que tanto o Governo do Estado possa auxiliar nessas questões quanto o Governo Federal, porque a gente tem participado e tentado efetuar da melhor maneira possível essa questão da fiscalização no megaevento da Copa e a gente percebe essas dificuldades.

Semana passada, em Brasília, tivemos a felicidade de falar com a Ministra Maria do Rosário e colocamos essa nossa preocupação a ela, inclusive porque há 2 ou 3 semanas foi realizada uma operação aqui que envolve poderosos nessa questão de exploração sexual, tanto políticos como empresários. E aí ela disse que o Ministério dos Direitos Humanos está tentando dotar de orçamento os Conselhos Tutelares, ficou de entrar em contato conosco, e nós deveremos contatar outras entidades da sociedade civil organizada, porque ela disse que precisa dessa parceria aqui também.

E gostaríamos de, ao término, entregar um ofício, pedindo que esta Comissão Parlamentar de Inquérito possa – como o Senador Paulo Davim indicou – fazer com que o Ministério da Justiça promova cursos para delegados e a quem mais deva fazê-los, já que estão sendo disponibilizados mais de R\$28 bilhões para a Copa

do Mundo, e que pelo menos uma parte desses bilhões também seja disponibilizada para os Estados que terão cidades-sede da Copa e, conseqüentemente, que os outros Estados da Federação sejam dotados de equipamentos, de material humano e de tudo o mais que for necessário para coibir. É impressionante! Todo dia na Rede Amazônica nós ligamos a televisão e vemos de três a quatro sumiços diariamente. Isso não é registrado e, se for às delegacias, talvez, como isso passe despercebido, os delegados não saibam ou não deem importância. Então, é muito bom que esta Comissão Parlamentar de Inquérito esteja aqui.

No mês passado, nós vimos o caso de uma freira de São Gabriel da Cachoeira que denunciou isso. Ela está sendo ameaçada, e acho que esta Comissão deve ouvir também a Irmã Justina.

Parabéns a esta CPI. Espero que esta CPI possa trazer bons resultados não só para o Amazonas, mas para todo o Brasil e, principalmente, para essas famílias que sofrem a dor de perder os seus entes e, às vezes, nem saber onde os seus corpos se encontram.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada, Alexandre.

Você pode formalizar seus pedidos perante a CPI, que daremos o encaminhamento que for necessário.

Eu já darei o recibo.

O Alexandre, a título de registro, é o Coordenador Estadual da Central de Movimentos Populares do Estado do Amazonas.

Dando sequência, convido para fazer uso da palavra a Srª Florismar Ferreira, Coordenadora do Fórum Permanente das Mulheres de Manaus.

A SRª FLORISMAR FERREIRA DA SILVA – Boa tarde.

A gente tem participado de todo esse processo. Como movimento social organizado, a coisa por que a gente mais briga e luta é contra essa questão do tráfico de mulheres, de crianças, de jovens.

Começamos um trabalho em Iranduba, porque a Igreja Católica veio procurar o Fórum para fazer esse trabalho de formação por conta do tráfico de meninas e da prostituição. Eu cheguei aqui e me senti muito mal quando ouvi o Delegado dizer que isso não existe. Então, a gente se pergunta, como mulher, como movimento, que País é este? Que Município é este? Que autoridades são essas que nós temos em que as coisas acontecem à vista e ninguém vê? É lamentável! Fiquei muito triste, porque o Fórum Permanente de Mulheres em Manaus está com um trabalho em Iranduba, em parceria com a Igreja Católica, há mais de 3 anos, trabalhando o enfrentamento da prostituição infantil e da violência contra os jovens, e o Delegado vem dizer que ele não sabe. Num Município bem pequenininho!

Em Manaus, a gente se movimenta, trabalha e sabe que há. Quando se liga a televisão e se vê que some uma menina, que some um menino, isso está dentro da rota de tráfico. A gente sabe disso, e esses pais e essas mães choram, porque não há, Senadora Vanessa, como trazê-los de volta. A gente não consegue. É uma rede que

precisa ser amarrada de verdade, porque, enquanto um órgão estiver trabalhando sozinho e o movimento para outro lado, sem haver parceria de fato, vão continuar sumindo as nossas meninas, vão continuar sumindo os nossos meninos. E isso acontece na porta da escola.

E o Conselho Tutelar? Como você não tem parceria com o Conselho Tutelar? Como você não tem parceria com as secretarias que estão à disposição? A gente está acompanhando um caso, pelo Musas, e, na hora do corre para capar, liga é para a Graça Prola: “Graça, por favor. Não está funcionando!” Imediatamente ela aciona todo o processo, e a gente dá continuidade a esse trabalho. Eu acho que é isso que é preciso, as parcerias.

E o que a gente vê? Vem para uma audiência importante como esta sobre o tráfico e o que a gente percebe é que as autoridades não têm essa sensibilidade. Eu acho que é preciso trabalhar a sensibilidade de todos no processo: de secretaria, de delegados, de policiais, para que, quando uma mãe chegar a registrar queixa, ela seja bem recebida. O que a gente ouve na periferia é: “Não está na hora de registrar queixa. Ela sumiu, porque ela é ‘periguete’, ela está com uma roupa que induz à prostituição.” A roupa é um direito meu, o corpo é meu, eu me visto como eu quiser, e isso não dá o direito de não se tomar as providências que precisam ser tomadas na hora certa. Vinte e quatro horas, gente, é muito tempo!

Nós já tivemos um caso – e o Fórum já relatou várias vezes –, que foi daquela menina do bairro Compensa que sumiu, e a mãe não encontrou. Vinte e quatro horas é tempo suficiente... Nós não temos estrada, mas nós temos água demais. Então, está faltando outra parceria, porque o Amazonas não é só rodovia; as nossas estradas são rios. Então, a Maria tem de estar junto, não sei qual é o outro órgão competente que precisa atrelar a essa rede essa questão.

Era mais essa mensagem, essa angústia de observar, numa audiência tão importante como esta, a autoridade dizer que não tem conhecimento de nada. Isso é brincadeira!

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito bem, muito bem, Florismar.

(Falha na gravação.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Aqui na CPI, não é a primeira autoridade que fala... *(Falha na gravação.)* E o objetivo nosso é exatamente este: é mostrar que não há inquéritos no Brasil acerca de tráfico de pessoas, porque o número que existe é ínfimo diante dos problemas que acontecem no dia a dia. Há posturas como essa, que acham que a pessoa foi porque quis, porque deu consentimento. Se tratam menores assim, imaginem quando a pessoa é maior de idade! É o caso de Parintins que foi relatado aqui pelo Fernando: porque o rapaz é maior de idade, acham que foi porque quis. É assim. Ouvimos vários casos, Senadora, em que, quando é maior de idade, não há o que fazer, a polícia não tem o que fazer, e age dessa forma colaborativa com os criminosos, com aqueles que integram os grupos organizados e que misturam muitas vezes o tráfico de drogas com o tráfico de pessoas, de armas e de tudo o que há de pior.

A gente havia encerrado, mas há a Sr^a Rose Bertoldo, que é da Conferência dos Religiosos do Brasil, a quem vamos abrir a palavra, para que ela faça uma breve colocação e possamos encerrar esta nossa audiência aqui, em Manaus.

A SR^a ROSE BERTOLDO – Eu estou muito contemplada com a fala da Francimar. Eu sou a Irmã Rose e trabalho na Rede Um Grito Pela Vida, da Conferência dos Religiosos do Brasil.

Temos aqui, em Manaus, um trabalho na linha da prevenção, da sensibilização e da prevenção ao tráfico de pessoas, e uma das questões que eu considero muito grave é essa omissão que o Poder Público tem, de modo especial de algumas pessoas da Polícia. Quando a gente faz as denúncias, quando as vítimas fazem a denúncia, a gente percebe que isso é muito grave. Quando a gente faz um trabalho de base, a gente escuta muitos relatos, muitos casos de pessoas que são aliciadas.

Quanto a isso que a Franci falou da questão das desaparecidas, a gente fez um trabalho e entramos em contato com as famílias dessas pessoas desaparecidas. Eu consegui falar com três familiares, e as três adolescentes desaparecidas foram aliciadas via Facebook. Quando as jovens voltam para casa, a Polícia encerra o caso; simplesmente dá o caso por encerrado, porque a menina voltou.

Um dos pais que eu acompanhei me disse: “Irmã, sou caminhoneiro, eu conheço toda essa situação de exploração sexual aqui em Manaus. Eu tenho certeza que a minha filha ia para a rede do tráfico, da exploração sexual.” Infelizmente, esse caso foi arquivado. Ele dizia para mim: “Eu vou fazer justiça com as minhas próprias mãos”, porque ele sabia.

Eu peço que aquilo que a gente puder fazer – e vocês na condição de autoridades – para vermos como, de fato, fazer com que esses casos não sejam arquivados...

A gente está acompanhando o caso de uma jovem que, vítima do tráfico, foi para a Itália. Esse caso foi arquivado por 5 anos. A jovem fez a denúncia à Polícia Federal, e o caso só foi retomado agora, porque, em uma oficina temática, essa jovem nos procurou e relatou seu caso. Retomamos o caso, que foi para a Sejus e, novamente, para o Ministério Público, que está retomando o caso. Mas sabemos que todos eles são arquivados. Então, que sejam tomadas providências em relação a esses casos.

Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O Cristiano quer dar uma palavrinha?

O SR. CRISTIANO NAVECA CHÍXARO – É rapidinho.

Com relação a esse caso de que a Irmã falou, eu peço que ele seja encaminhado ao núcleo, porque o núcleo tem como articular para que não seja arquivado e que possamos forçar a investigação. Mas, para isso, tem de ser encaminhado ao núcleo. É por isso que existe uma Rede de Enfrentamento ao Tráfico, que precisa ser articulada. Então, para que possamos tomar as providências, é preciso que os casos sejam encaminhados ao núcleo. Esse foi o caso da moça da Itália; a Sejus mandou documento para o Ministério Público e, depois, nós retornamos, informando que o caso foi reaberto e que está sendo investigado novamente. Então, peço que os

casos sejam encaminhados para o núcleo, para conhecimento, e faremos os encaminhamentos.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Nós estamos percebendo o quanto são importantes esses núcleos de enfrentamento – é bom que se diga isto –, iniciativa adotada ainda no primeiro mandato do Presidente Lula, quando o Brasil aprovou o primeiro Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, até em decorrência da Convenção de Palermo, da qual o nosso País é signatário.

A fase em que nos encontramos agora é exatamente de montagem da rede nacional, que tem de ser interligada nacional e internacionalmente, para que surta efeitos.

Os poucos processos que existem, como disse a Irmã Rose, são arquivados sem qualquer tipo de conclusão. O nosso relatório aponta que o número de pessoas processadas, o número de pessoas condenadas por tráfico de pessoas é algo que sugere que esse crime passa longe daqui, que ele não existe. Não é que ele não existe; é que não há uma forma correta de encarar esse crime no Brasil.

Ouvindo todos os presentes, quero, antes de encerrar, passar a palavra à Senadora Lidice, que fará o encerramento por nós. Participante que é da nossa audiência pública, ela, em nome da CPI, fará o encerramento formal da nossa reunião.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Agradeço à Presidente Vanessa Grazziotin pela oportunidade de falar para todos vocês.

Agradeço em nome da CPI, no meu caso particular de Relatora, a todos aqueles que aqui vieram prestar seus depoimentos e, principalmente, a todas as entidades; à Assembleia Legislativa, que garantiu a infraestrutura para que nós pudéssemos estar aqui confortavelmente ouvindo vocês; a cada entidade presente, que, com seu depoimento, nos deu uma visão de como o crime ocorre no Estado; à vítima Bruna, especialmente, que deu um depoimento muito rico de todo o processo.

Nós fazemos um esforço; quando chegamos a cada cidade de audiência, tomamos providência e acompanhamos esses casos, mas, principalmente, eles serão incorporados ao relatório, para que eles fiquem como exemplos de como o crime se processa no Brasil.

Enquanto estamos falando aqui de um caso, a Senadora Vanessa abre o computador, abre o *e-mail* e lá está outro caso assemelhado ao de Bruna, acontecendo em São Paulo. Há uma casa de exploração de travestis sendo estourada, como se diz na gíria policial, e mais uma pessoa de Manaus está envolvida.

Eu quero dizer que é muito importante para nós compreendermos uma coisa: toda região de vulnerabilidade social será parte integrante da rota do crime, porque a razão do crime é buscar essa população.

E aí ocorre, como eu creio ser o sentimento de alguns, de até quererem proteger o Estado, porque acham que “é uma visão que vai contra a imagem da minha cidade divulgar uma coisa dessa, contra a imagem do meu Estado”. Então, a pessoa fica na superfície do problema, na maquiagem do problema, sem entender que, se nós não botarmos o dedo nessa ferida, nós estaremos condenando o futuro de jovens, de

adolescentes, de toda uma geração de pessoas, meninos e meninas, do nosso País e dos nossos Estados.

Portanto, eu que faço parte do Estado da Bahia, que é um Estado nordestino onde há uma grande concentração de pessoas na linha abaixo da pobreza absoluta – são mais de 2 milhões no Estado que se encontram nessa situação de pobreza absoluta –, nos Estados do Norte brasileiro, por toda a característica social da nossa população, com as populações indígenas profundamente vulnerabilizadas, tudo isso se apresenta para os criminosos como um verdadeiro celeiro de atração para a criminalidade. Nós tratamos aqui de alguém que foi aliciado por um contato, mas existe o aliciamento, como aqui foi citado agora no último depoimento da Irmã Rose, feito pela Internet.

Então, como o Dr. Affonso aqui ressaltou, uma das características do tráfico de pessoas é que o crime é organizado. É muito raro, eu diria quase impossível, ter alguém atuando sozinho no tráfico de pessoas. Há um intermediário que diz: “Não, eu vou dar ali e vou ganhar 10 mil réis para viabilizar um dinheiro para a Bruna ir a São Paulo, e depois ela me paga; depois eu chantageio ela.” Não existe isso. É uma rede. É uma rede em que cada um tem uma função e pegar um pode ser pegar a rede inteira, desbaratar esse processo de criminalização que ocorre em nosso País e no mundo, que se dá da forma mais hedionda possível, porque ele atua em traficar seres humanos, e isso é extremamente importante que a gente possa combater. E para combater nós temos que ter uma organização superior à do crime organizado, que é muito grande e muito complexa. Por isso, a alternativa escolhida é atuar em rede, porque a rede nos permite agir na mesma dimensão que o crime tem, uma rede nacional, uma rede internacional, porque, se a pessoa é traficada para fora do País, nós temos que ter essa possibilidade, e também usar a Internet e as redes sociais a nosso favor, já que ela já age contra nós, é um mecanismo, uma ferramenta que pode ser usada para praticar o crime.

Quero elogiar o Governo do Estado do Amazonas, que tem um núcleo de enfrentamento já estabilizado e tão organizado. No meu Estado, nós estamos iniciando isso. Os depoimentos do Cristiano aqui demonstraram o nível de organização e de ação que o Núcleo tem aqui no Estado. Como ele, também os Centros de Referência da Assistência Social, tudo isso deve compor a rede.

Um dos pontos que eu queria ressaltar como sugestão, Vanessa, para que você, que é a nossa representante maior aqui, possa pressionar o Governo nessa direção, é o fortalecimento das organizações não governamentais que atuam em torno das instituições governamentais. Sem o fortalecimento dessas organizações, nós não vamos ser eficientes no combate ao crime, porque são elas que atuam diretamente na ponta, onde o crime ocorre. E são elas que têm a capacidade de capilaridade junto à população. E essa rede, essas organizações envolvem a igreja, a rede feminista, as associações LGBT, que precisam ser mobilizadas para isso.

Por último, tudo isso que nós vimos aqui, apesar de representar, de nos colocar chocados diante do crime, na verdade, também nos coloca do outro lado da

moeda, que é, pela primeira vez no nosso País, estarmos implementando essa política e avançando na compreensão disso.

Há claramente uma separação: de um lado, o Estado, as políticas do Estado, as organizações não governamentais, o fortalecimento de uma rede de proteção às vítimas e, quero destacar, infelizmente, do outro lado, a Justiça, a área de segurança pública e a Justiça brasileira tão dissonantes nas suas ações com relação a isso que nós estamos vivendo.

Nós temos que introduzir essa discussão e essas questões nas escolas de Direito do Brasil para que os delegados, para que os juízes, para que os promotores, para que todos sejam formados com essa compreensão e com essa referência de direitos humanos, para que as forças policiais do Brasil possam atuar nessa mesma direção. Esse é um desafio. E isso ficou claramente demonstrado aqui hoje no despreparo com que um agente público se colocou diante de nós.

É tudo isso está calcado numa outra coisa que nós precisamos ajudar o Brasil a vencer, que são os preconceitos: o profundo preconceito contra os homossexuais, o profundo preconceito contra a mulher, que se exercita de uma forma muito mais sutil no machismo. É isso que foi dito aqui: “A menina foi porque quis.” A expressão dele fica muito gravada: “Ela deu porque quis dar.” Não há nada mais forte do que essa expressão, porque revela toda a convicção, a raiz de que a mulher é um objeto mesmo. O corpo da mulher não lhe pertence. Ele estava se referindo não a uma mulher – mesmo que estivesse se referindo a uma mulher adulta, era bom refletir sobre isso –, mas ele se referia a uma menina de 13 anos, adolescente.

Então, é esse despreparo que nós vamos encontrar no dia a dia de toda essa política pública que nós temos que desenvolver. Não é um quadro fácil, não é um desafio pequeno, mas se nós estamos aqui é porque o aceitamos.

Prometo fazer o máximo de esforço para que possamos incorporar toda a riqueza dos depoimentos que foram aqui feitos e traduzir isso no nosso relatório e na proposta de legislação que venhamos a fazer.

É claro que Manaus aparece com essa força toda porque é um Estado com os dados de desenvolvimento social da Região Norte e do Nordeste brasileiro. Nós somos a vítima desse tipo de desenvolvimento que o País construiu e nós precisamos principalmente lutar para superar os índices de pobreza que temos para realmente aí enfrentar com política preventiva social esses crimes que são cometidos contra a nossa população fragilizada e vulnerável diante da criminalidade.

Eu quero agradecer mais uma vez e deixar um forte abraço a todos vocês.

Nada mais havendo a tratar – são as palavras da Presidente que eu estou instada a dizer – agradeço a presença de todos, convidando para... Eu já estava convidando e marcando reunião.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(Iniciada às 9 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 12 minutos.)

Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo, criada pelo Requerimento nº 226, de 2011.

ATA DA 36ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 36ª Reunião realizada em 19 de dezembro de 2012, às dez horas e trinta e cinco minutos, na Sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, inicialmente sob a Presidência eventual do Senador **Paulo Davim (PV/RN)** e posteriormente sob a presidência da Senadora **Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)**, com a presença das Senadoras **Lidice da Mata (PSB/BA)** e **Ângela Portela (PT/RR)**. Esteve também presente a Senadora não-membro **Ana Rita (PT/ES)**. Na ocasião foi lido e aprovado o Relatório Final da Comissão, com as sugestões apresentadas.

Senadora Vanessa Grazziotin
Presidente

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney **19/12/2012** **quarta-feira**

- 10h** Cerimônia de entrega da Ordem do Congresso Nacional
Sala de Audiências
- 11h30** Recebe o Ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça
Sala de Audiências
- 12h** Recebe o Senhor Rostyslav Tronenko, Embaixador da Ucrânia no Brasil
Sala de Audiências

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 226, de 2011, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e na forma do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, destinada a investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis no período de 2003 a 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo. Coloco em votação as atas da 33ª, 34ª e 35ª Reuniões, solicitando a dispensa da leitura. As Srs. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) As atas foram aprovadas. Nesta reunião, será apresentado o relatório final, para discussão e apreciação. Com a palavra, a Relatora, Senadora Lídice da Mata, para a apresentação do relatório final da Comissão.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, senhoras e senhores aqui presentes, este é um momento de grande importância para a nossa Comissão, porque, ao longo de todo este período, vamos aqui sistematizar o nosso relatório final. O relatório é grande. Por isso, Sr. Presidente, preparei uma síntese do relatório, para que nós pudéssemos lê-la. É claro que todos vão recebê-lo integralmente. O relatório constará integralmente dos anais da Casa, mas, para que fosse possível uma leitura mais agradável para todos os ouvintes, nós fizemos um esforço de sistematização. Então, passo a ler o resumo do parecer da Relatoria da CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil, do Senado Federal. A nossa CPI teve início, e, seis meses depois, iniciou outra na Câmara dos Deputados. Dessa forma, quero sugerir que, depois, o nosso relatório seja entregue à CPI do Tráfico de Pessoas da Câmara. Inclusive, quando esta foi iniciada, nós já tínhamos elaborado um relatório parcial, que foi feito pela Senadora Marinor. Eles enviaram a esta Comissão um requerimento, solicitando que nós entregássemos esse relatório para eles. No entanto, como não se tratava de um relatório final, nós não tivemos a possibilidade de assim proceder. Dessa maneira, solicito, portanto, que possamos fazer isso ao final. Passo a relatar o histórico da nossa CPI. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas o Senado Federal foi criada por meio do Requerimento nº 226/2011 e instalada em abril de 2011 para investigar as causas do tráfico, suas consequências, rotas e responsáveis, entre 2003 e 2011. O período é o tempo de vigência da Convenção de Palermo, assinada pelo Brasil em 2003 para promover a cooperação e para prevenir e combater a criminalidade organizada internacionalmente. A Comissão é presidida pela Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB – AM), com relatoria da Senadora Lídice da Mata (PSB – BA). Audiências realizadas Resumo das audiências anteriores ao relatório parcial Até a apresentação do relatório parcial, em dezembro de 2011, tinham sido realizadas quatro audiências públicas nas cidades de Manaus – AM, Salvador – BA, Belém – PA e São Paulo – SP. Para não tornar extensa a leitura deste relatório, quero destacar que as primeiras audiências trataram das dificuldades de apuração dos diversos casos de tráfico, desde

exploração para trabalho doméstico; desaparecimento de crianças brasileiras, inclusive para fora do País; e casos de aliciamento de trabalhadores oriundos da Bolívia, Paraguai e Peru, em condições de trabalho escravo no Brasil, bem como de pessoas do Nordeste, com características semelhantes ao trabalho escravo em empresas do setor de construção civil. Como resultado da primeira audiência na Bahia, eu e as Senadoras Vanessa Grazziotin e Marinor Brito, Relatora da CPI até dezembro de 2011, tivemos audiência com o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antônio Patriota, para tratar da questão referente a duas crianças brasileiras, filhas de Rosenilda Barbosa Alves, adotadas irregularmente em Portugal. Depois, o Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores, Ruy Nogueira, informou que, diante dos elementos processuais e judiciais recolhidos e produzidos ao longo da batalha judicial acerca do caso, a Embaixada do Brasil em Lisboa está providenciando Nota Verbal ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, a fim de manifestar às autoridades portuguesas a expectativa do Governo brasileiro de que as crianças possam ser repatriadas, com a maior brevidade possível. Outro desdobramento veio da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia, que entregou, para exame desta CPI, o projeto do Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Resumo das audiências realizadas em 2012 Até 10 de dezembro de 2012, a CPI realizou, no total, 35 reuniões e quatro diligências, sendo 17 dedicadas a ouvir depoimentos. Para audiências públicas e oitivas, estivemos nas cidades de Manaus – AM, Rio de Janeiro – RJ, Natal – RN, Goiânia – GO e Salvador – BA, além de realizarmos sete audiências nesta Casa. Também estivemos, em junho, eu e a Senadora Vanessa Grazziotin, nos Estados Unidos, a convite do Departamento de Estado Norte-Americano, para contatos com diversos órgãos do governo e com organizações da sociedade civil de enfrentamento ao tráfico de pessoas e apoio às vítimas. Gostaria de destacar que, em parte dessas audiências, debatemos especificamente casos de pessoas traficadas do Haiti para o Brasil e do nosso País para a Namíbia. Numa dessas audiências, em Natal, houve como desdobramento o compromisso assumido pela Governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini, de tomar providências para a criação e o funcionamento do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas daquele Estado. Também neste evento, contamos com a presença do Ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho, que se comprometeu, no âmbito do Governo Federal, a assinar, na qualidade de apoiador, o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, cuja elaboração está sendo ultimada pelo Ministério da Justiça, embora sua Pasta não faça parte do grupo que elabora o documento. Mais recentemente, em Salvador, houve desdobramentos em função da denúncia de tráfico de cinco crianças para adoção ilegal do Município de Monte Santo para cidades do Estado de São Paulo. O fato teve ampla repercussão na mídia. A CPI oficiou ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determinou o acompanhamento in loco do caso. Também oficiou ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que está apurando a conduta dos representantes do Ministério Público no caso. A CPI pediu ao Ministério Público e à Polícia Federal que apurassem e investigassem a atuação da Sr^a Carmen Topschall, apontada como intermediadora, ao mesmo tempo em que solicitou ao atual juiz da

Comarca de Monte Santo que providenciasse o retorno das crianças ao convívio com os pais biológicos e, portanto, investigasse essa possível rota de tráfico de crianças da cidade de Monte Santo, no Estado da Bahia, para o Estado de São Paulo. Por fim, neste mês de dezembro, tivemos as duas últimas audiências realizadas por esta Comissão. Em Natal – RN, discutimos o caso de desaparecimento de crianças entre os anos de 1998 e 2001, que ficou conhecido como Caso Planalto, sem solução há 14 anos, para o qual a CPI solicitou ao Ministério da Justiça o ingresso da Polícia Federal na investigação. Já em Manaus – AM, debatemos o caso de tráfico de meninas em Iranduba (AM) e o tráfico de travestis da cidade de Parintins para São Paulo. Informações colhidas pela CPI e dados estatísticos. Em resposta a requerimentos, a CPI recebeu, entre outros documentos, relatório do Ministério da Justiça e das Secretarias de Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres, contendo, entre outras informações, estatísticas de diversas fontes sobre o tráfico de pessoas no Brasil. O número de inquéritos instaurados pela Polícia Federal especificamente sobre o art. 231 do Código Penal, que trata do tráfico internacional de pessoas com o fim de exploração sexual, não é expressivo. Em 2010, foram 74 inquéritos policiais; em 2009, 43. Foram registrados 869 inquéritos referentes a tráfico de pessoas nos últimos 20 anos. Há outros 36 inquéritos relacionados a crimes correlatos, em 2010. No ano de 2010, em todas as unidades da Federação, o Ministério Público Federal atuou apenas em dois casos extrajudiciais de tráfico de pessoas para fins de remoção de órgãos. Foram 180 atuações extrajudiciais e 177 judiciais, na modalidade de exploração do trabalho escravo, e 26 atuações extrajudiciais e 45 judiciais referentes ao tráfico para fins de exploração sexual. No entanto, esses dados foram fornecidos mediante ressalva de que podem não corresponder à totalidade das ações do Ministério Público Federal, uma vez que os sistemas informatizados disponíveis ainda não permitem o acesso completo e seguro das informações. Tal dificuldade pôde ser constatada pela CPI no que se refere à requisição de informação aos Tribunais de Justiça e Ministérios Públicos Estaduais e do Distrito Federal. As respostas recebidas por esta CPI demonstraram a inexistência de dados estatísticos confiáveis relacionados ao tema. É importante ressaltar que, em princípio, os dados sobre tráfico de pessoas se resumem à finalidade de exploração sexual, pois essa é a única tipificada como tal na legislação penal. Cumpre registrar que foram recebidas respostas dos seguintes Ministérios Públicos Estaduais: Rondônia, Amazonas, Maranhão, Distrito Federal, Acre, Espírito Santo, Paraíba, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Amapá, Mato Grosso do Sul, Goiás e Rio de Janeiro. Desses, os Ministérios Públicos de Rondônia, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Goiás e Rio de Janeiro apresentaram estatísticas com alguns poucos processos. Os Ministérios Públicos do Amazonas, Acre, Amapá e Maranhão informaram inexistir processos em tramitação ou prescritos. Os demais informaram a impossibilidade de prestar tais informações, sobretudo por não disporem de ferramentas para apurá-las. Quanto aos Tribunais de Justiça, apenas os da Bahia, Amapá, Ceará, Paraná, Sergipe e Pará responderam ao requerimento. Mesmo aqueles que informaram a existência de processos relacionados ao tráfico de pessoas encaminharam dados não muito precisos. Proposta de mudança na legislação. O

histórico da legislação brasileira de tráfico de pessoas. Retomando a explicação contida no relatório parcial desta CPI, lembramos que o tráfico de pessoas está tipificado nos arts. 206, 207, 231 e 231-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, que cuidam respectivamente do aliciamento para o fim de imigração, aliciamento de trabalhadores de um local para outro do Território nacional, tráfico internacional e tráfico interno de pessoas – estes dois últimos para fins de exploração. Concluimos que a tipificação do tráfico de pessoas no Direito brasileiro não só não atende como valora o crime de tráfico de pessoas de forma diferente do Protocolo de Palermo. Não há tipificação penal no que se refere a condutas relacionadas à remoção de órgãos, por exemplo. Assim, esta CPI decidiu trabalhar no campo jurídico com a ideia de tráfico de pessoas associado aos fins de exploração sexual, migração, trabalho e adoções. Embora reconheçamos que a legislação brasileira sobre o tráfico de pessoas precisa avançar, houve duas alterações legislativas importantes nos últimos seis anos no Brasil: uma promovida pela Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005; e a outra pela Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. As alterações sucessivas mostram uma mudança na forma de conceber e abordar o crime. A Lei nº 11.106, de 2005, trouxe mudanças no nome do crime. Antes denominado “tráfico de mulheres”, passou a ser nominado “tráfico de pessoas.” Enquanto qualquer pessoa pode ser agente do crime em questão, na antiga redação, somente a mulher é que poderia ser sujeito passivo. A comercialização e a exploração sexual do homem eram quase inimagináveis, no tempo em que se redigiu o Código Penal brasileiro, em 1940. Já a Lei nº 12.015, de 2009, por sua vez, resultado da CPMI da Exploração Sexual, instalada em 2003, trouxe novidades. Passou a constar dos nomes dos crimes a sua finalidade: tráfico internacional de pessoas para fim de exploração sexual (art. 231); e tráfico interno de pessoas para fim de exploração sexual (art. 231-A). Importante frisar que o Código Penal brasileiro não configura o exercício da prostituição como crime. Crime é explorar a prostituição alheia. Assim, se uma mulher brasileira quer exercer a prostituição na Espanha ou em Portugal e conta com a ajuda de alguém para a compra da passagem, ela não pratica crime, mas quem lhe empresta o dinheiro, por exemplo, sabendo da finalidade, pratica o crime de tráfico. Há outros dispositivos na legislação brasileira que podem ser usados em relação ao tráfico de pessoas. Pela Lei nº 9.975, de 23 de junho de 2000, foi inserido no Estatuto da Criança e do Adolescente a figura delitiva (art. 244-A), consistente em submeter criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual. Já pela Lei nº 6.815, de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, constitui crime introduzir estrangeiro clandestinamente ou ocultar clandestino ou irregular (art. 125, inciso XII). O Código Penal, por fim, prevê a figura delituosa autônoma de quadrilha ou bando consistente na associação de mais de três pessoas para o fim de cometer crimes (art. 288). Projeto de Lei do Senado nº 766, de 2011, e proposta de tipificação do tráfico de pessoas no anteprojeto do Código Penal da Comissão de Juristas. A CPI, em seu relatório parcial, apresentou o Projeto de Lei nº 766, de 2011, para harmonizar o Código Penal brasileiro com o protocolo adicional da Convenção de Palermo, da ONU, sobre tráfico de pessoas e com a realidade social brasileira. O texto da proposição foi entregue ao Presidente da

Comissão de Juristas para elaborar anteprojeto de Código Penal, Ministro Gilson Dipp, em 15 de dezembro de 2011, em reunião desta Comissão. No entanto, como atual Relatora desta CPI e também membro da Comissão Especial da reforma do Código Penal no Senado, apresentei emenda de igual teor ao que ora apresento neste parecer, propondo a revisão do capítulo que trata dos crimes relativos ao tráfico de seres humanos. Conclusão. As audiências realizadas para investigar denúncias, a análise dos documentos enviados pelas autoridades atuantes na questão do tráfico de pessoas, as valiosas contribuições apresentadas pelas entidades da sociedade civil e acadêmicos, os corajosos depoimentos das vítimas, bem como o exame detido da legislação vigente sobre o tráfico de pessoas, ensejaram um acúmulo de informações obre a temática que motivam a CPI a propor mudanças importantes no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Nosso objetivo é construir uma estrutura legal que permita ao Estado lutar contra esse tipo de crime apoiado em três eixos fundamentais: o da prevenção, o da punição severa e o da proteção mais abrangente possível às vítimas desse crime odioso. O tráfico de pessoas, que não haja ilusões, existe e atenta contra os direitos de toda a sociedade brasileira. Como se vê, pelo que já expomos, além de vitimizar mulheres e homens que vivem em situação de vulnerabilidade, dadas as condições peculiares das atividades profissionais que desempenham, relacionadas à indústria do sexo, tráfico de pessoas, também entra nas casas, rouba crianças, empobrece o futuro de meninas e meninos e instala a desesperança e a revolta no seio de famílias que já enfrentam a necessidade de conviver com privações sociais, políticas e civis, inaceitáveis na era moderna. É a profunda indignação e a busca pela justiça que nos motivam a lançar as propostas elencadas a seguir, esperando contar com o apoio de todos os que atuam no fortalecimento e na defesa dos direitos humanos. Propostas de mudanças na legislação. Em nossos trabalhos, ficou evidente a dificuldade em se obter dados estatísticos confiáveis sobre o número do tráfico de pessoas no Brasil. Isso se deve, a nosso ver, à dificuldade de se identificar a conduta delituosa. Em face dessas constatações, esta CPI, após propor o PLS nº 766, de 2011, como conclusão de seu relatório parcial apresentado em dezembro de 2011, recebeu novas contribuições de diversas entidades e órgãos para aprimoramento da proposição. Tais sugestões aliadas às informações colhidas em diversas oitivas, bem como às percepções dos membros desta CPI, resultaram em novo projeto de lei do senado que ora apresentamos como resultado deste relatório. Nesse ponto, merecem especial registro as contribuições da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), chefiada por Paulo Abrão, segundo o qual as sugestões de aprimoramento do PLS são fruto da reflexão que o Governo brasileiro vem realizando ao longo dos últimos anos. Desse modo, diferentemente do PLS nº 766, de 2011, o novo projeto de lei vai além da mera tipificação do crime de tráfico de pessoas. O Capítulo I do novo PLS traz os princípios e objetivos gerais que deverão nortear as ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Já os objetivos específicos de cada um dos três eixos de atuação propostos encontram-se nos capítulos correspondentes, ao lado de outras disposições. Cumpre registrar que a intenção foi conceder maior carga normativa, alcance e generalidade aos princípios e diretrizes da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. No capítulo referente à punição, encontra-se a

definição do crime de tráfico de pessoas. A atual proposição avança em primeiro lugar pelo fato do referido crime ser deslocado do Título VI, intitulado Dos Crimes contra a Dignidade Sexual e passa a figurar em novo capítulo intitulado Dos Crimes contra a Dignidade da Pessoa, acrescido no Título I. Resta claro que o bem jurídico a ser preservado é a dignidade da pessoa e não mais a dignidade sexual ou, ainda, a organização do trabalho e a questão migratória. Em segundo lugar, a pena é sensivelmente elevada, a fim de melhor se harmonizar com outros tipos penais de gravidade equivalente, a exemplo do tráfico de drogas e de armas. O tráfico Internacional de pessoas não mais seria um tipo autônomo, mas sim causa de aumento de pena, tendo em vista que o contexto transnacional oferece uma série de dificuldades à vítima, a exemplo da questão do idioma, processo migratório, distância de familiares ou amigos que possam apoiá-la. Em terceiro lugar, optou-se pela irrelevância do consentimento, uma vez que a percepção dos membros da CPI é de que as vítimas, como regra, encontram-se em situação vulnerável, sem condições de externar seu consentimento de forma realmente livre, em consonância com a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Em quarto lugar, é suprimida a referência à exploração da prostituição, preferindo-se o uso de termo genérico de "exploração sexual". Com isso, é reforçada a situação de legalidade de quem presta serviços sexuais e, no caso do tráfico de pessoas, a sua condição de vítima. Nunca é demais reconhecer o mérito da legislação brasileira que, ao contrário da de outras nações, a exemplo de vários estados norte-americanos onde a prostituição é duramente reprimida, não criminaliza tal atividade profissional, prejudicando mais uma vez a vítima. Em quinto lugar, a presente proposição inova ao prever isenção de pena para a vítima de tráfico de pessoas que tenha cometido infrações penais devido à situação de exploração a que foi submetida. Em sexto lugar, a presente proposta passa a exigir o cumprimento de ao menos dois terços da pena para que o condenado ao tráfico de pessoas possa ser beneficiado com o livramento condicional. Vale ressaltar, ainda, a previsão de dispositivo que prevê algumas orientações para eventuais ações de cooperação internacional. No que diz respeito ao eixo da proteção à vítima, o PLS inova ao prever a possibilidade de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador ou trabalhadora que, segundo critérios da fiscalização do trabalho, seja identificado como vítima de tráfico de pessoas. Ademais, busca-se permitir o pagamento de benefício eventual de assistência social, previsto na Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, à vítima de tráfico de pessoa que se encontre em situação de vulnerabilidade temporária. Note-se que referidas proteções abrangem todos os casos de pessoas submetidas a condições de exploração no âmbito do crime de tráfico de pessoas, independentemente da natureza da atividade praticada

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Senadora, apenas uma dúvida aqui: “Em sexto lugar, a presente proposta passa a exigir o cumprimento de ao menos dois terços da pena para que o condenado...” Seria “por tráfico”, não é? Aqui está “ao tráfico”.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Em sexto lugar, a presente proposta passa a exigir o cumprimento de ao menos dois terços da pena para que o condenado por tráfico de pessoas possa ser beneficiado com o livramento condicional. Tem razão. É um resumo, mas é bom corrigir. Muito obrigada. Também se pretende alterar o Estatuto do Estrangeiro – na esteira do Projeto de Lei nº 5.655, de 2009, de iniciativa do Poder Executivo, que dispõe sobre o ingresso, permanência e saída de estrangeiros no território nacional, o instituto da naturalização, as medidas compulsórias, transforma o Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional de Migração, define infrações e dá outras providências – para se permitir a concessão de visto temporário à vítima de tráfico de pessoas, o qual poderá ser prorrogado ou mesmo transformado em permanente, no caso de a vítima colaborar na apuração do crime. Note-se que apenas para a prorrogação do visto temporário ou para a concessão do visto permanente é exigida a colaboração da vítima. Nas disposições finais, é autorizado que o Poder Executivo crie fundo destinado especificamente ao desenvolvimento, à implementação e à execução de ações, programas e atividades de prevenção e repressão ao crime de tráfico de pessoas e de assistência às vítimas desse crime. Entre os recursos que poderão compor esse fundo, estão multa cominada na condenação por tráfico de pessoas e, também, valores apreendidos e perdidos em favor da União. É ainda autorizada a criação de sistema de informações e monitoramento do tráfico de pessoas, visando à coleta de dados que orientem a prevenção, o combate ao tráfico de pessoas e a assistência às vítimas desse crime. O projeto contém previsão para que sejam firmadas amplas parcerias com entidades da sociedade civil, capazes de dar efetividade às medidas propostas, uma vez que atuam diretamente na organização e atendimento das pessoas, cuja proteção se busca alcançar. Tais parcerias, no entanto, não reduzem as responsabilidades dos órgãos públicos no enfrentamento ao tráfico de pessoas e na proteção integral de suas vítimas. Coerente com esse entendimento, esta CPI apresenta, ainda, projeto de resolução do Senado (PRS) com a finalidade de que o Ministro de Estado da Justiça compareça periodicamente perante a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa desta Casa. Com essa medida, busca-se o maior envolvimento dos membros do Senado com a questão do tráfico de pessoas. Entendemos que a participação do Legislativo na prevenção e punição desse crime não pode se encerrar com o fim dos trabalhos desta CPI. Certamente, essa medida contribuirá para a democratização do debate em torno da formulação das políticas governamentais nessa área, além de permitir uma maior fiscalização sobre a efetividade das ações governamentais. Por fim, apresentamos requerimento para solicitar a retirada do PLS nº 766, de 2011, oferecido no relatório parcial de nossa primeira Relatora, a Senadora Marinor Brito, a quem quero saudar e parabenizar por sua eleição recente, nas últimas eleições municipais, para Vereadora de Belém, e dizer que toda esta Comissão torceu muito pela sua vitória, em função também da sua grande contribuição à instalação desta CPI. O PLS tem o mérito de ter sido um sólido ponto de partida para nossos trabalhos legislativos. Vou ler agora a proposta de projeto de lei: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2012 Dispõe sobre prevenção e punição ao tráfico interno e internacional de pessoas, bem como

sobre medidas de proteção às vítimas. Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre prevenção... Art. 1º Esta Lei dispõe sobre prevenção e punição ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de proteção às vítimas deste crime. Capítulo I –Princípios e objetivos Art. 2º O enfrentamento ao tráfico de pessoas atenderá os seguintes princípios: I – respeito à dignidade da pessoa humana; II – não discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, procedência, nacionalidade, atuação profissional, raça, religião, faixa etária, situação migratória ou outro status; III – proteção e assistência integral às vítimas diretas e indiretas, independentemente de nacionalidade e de colaboração em processos judiciais; IV – promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos; V – respeito a tratados e convenções internacionais de direitos humanos; VI – universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; VII – transversalidade das dimensões de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, procedência, raça e faixa etária nas políticas públicas; e VIII – observância dos princípios da proteção integral da criança e do adolescente. Art. 3º O enfrentamento ao tráfico de pessoas atenderá aos seguintes objetivos: I – fortalecimento do pacto federativo, por meio da atuação conjunta e articulada de todas as esferas de governo na prevenção e repressão ao tráfico de pessoas, bem como no atendimento e reinserção social das vítimas; II – fomento à cooperação internacional bilateral ou multilateral; III – articulação com organizações não governamentais, nacionais e internacionais; IV – estruturação da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas, envolvendo todas as esferas de governo e organizações da sociedade civil; V – fortalecimento da atuação nas regiões de fronteira, em portos, aeroportos, rodovias, estações rodoviárias e ferroviárias, e demais áreas de incidência; VI – verificação da condição de vítima e respectiva proteção e atendimento, no exterior e em território nacional, bem como sua reinserção social; VII – incentivo à realização de pesquisas, considerando as diversidades regionais, organização e compartilhamento de dados; VIII – incentivo à formação e à capacitação de profissionais para a prevenção e repressão ao tráfico de pessoas, bem como para a verificação da condição de vítima e para o atendimento e reinserção social das vítimas; IX - harmonização das legislações e procedimentos administrativos nas esferas federal, estadual e municipal relativas ao tema; X - incentivo à participação da sociedade civil em instâncias de controle social das políticas públicas na área de enfrentamento ao tráfico de pessoas; XI – incentivo à participação dos órgãos de classe e conselhos profissionais na discussão sobre tráfico de pessoas; e XII – garantia de acesso amplo e adequado a informações em diferentes mídias e estabelecimento de canais de diálogo, entre o Estado, sociedade e meios de comunicação, referentes ao enfrentamento ao tráfico de pessoas. Capítulo II Da Prevenção ao Tráfico de Pessoas Art. 4º A prevenção do tráfico de pessoas atenderá aos seguintes objetivos específicos: I – implementação de medidas preventivas nas políticas públicas, de maneira integrada e intersetorial, nas áreas de saúde, educação, trabalho, segurança, justiça, turismo, assistência social, desenvolvimento rural, esportes, comunicação, cultura, direitos humanos, dentre outras; II – apoio e realização de campanhas socioeducativas e de conscientização nos âmbitos internacional, nacional, regional e local, considerando as

diferentes realidades e linguagens; III – monitoramento e avaliação de campanhas com a participação da sociedade civil; IV – apoio à mobilização social e fortalecimento da sociedade civil; e V – fortalecimento dos projetos já existentes e fomento à criação de novos projetos de prevenção ao tráfico de pessoas. Capítulo III Da Punição ao Tráfico de Pessoas Seção I Objetivos específicos Art. 5º A punição ao tráfico de pessoas atenderá aos seguintes objetivos específicos: I – cooperação entre órgãos policiais nacionais e internacionais; II – cooperação jurídica internacional; III – sigilo dos procedimentos judiciais e administrativos, nos termos da lei; e IV – integração com políticas e ações de repressão e responsabilização dos autores de crimes correlatos. Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso II, de conformidade com os princípios da não intervenção em assuntos internos, da não intervenção em assuntos internos, da igualdade jurídica e do respeito à integridade territorial dos Estados e às leis e aos regulamentos nacionais em vigor, e observadas as disposições e princípios das Convenções das Nações Unidas e outros instrumentos jurídicos internacionais de que o Brasil é parte, relacionados à questão do tráfico de pessoas, o Governo brasileiro prestará, quando solicitado, cooperação a outros países e organismos internacionais e, quando necessário, deles solicitará a colaboração, nas áreas de: I - intercâmbio de informações sobre legislações, experiências, projetos e programas voltados para atividades de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas e de assistência às vítimas; II - intercâmbio de inteligência policial sobre o tráfico de pessoas e delitos conexos, em especial o tráfico de drogas e o de armas e a lavagem de dinheiro; III - intercâmbio de Informações policiais e judiciais sobre traficantes de pessoas e organizações criminosas que atuam no tráfico de pessoas. Seção II Do crime de tráfico de pessoas Art 6º. O Inciso V do art. 83 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 83. V - cumprido mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tráfico de pessoas e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza. "(NR) Art. 1º. O Título I da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte Capítulo VII: Capítulo VII Dos Crimes contra a Dignidade da Pessoa Do Tráfico de Pessoas Art. 154-C. Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de explorar alguém para: I - remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo; II - trabalho em condições análogas à de escravo; III - servidão por dívida; IV - asamento servil; V - adoção ilegal; VI - exploração sexual; VII - qualquer forma que acarrete ofensa relevante à dignidade da pessoa ou a sua integridade física. Pena - prisão, de quatro a dez anos, e multa. §1º. A pena é aumentada de um terço à metade se: I - o crime for cometido por funcionário público no desempenho de suas funções ou a pretexto de exercê-las; II - o crime for cometido contra criança ou adolescente ou idoso; III - prevalecendo-se o agente de relações de parentesco, domésticas, de coabitação, de hospitalidade, de dependência econômica, de autoridade ou de superioridade hierárquica inerente ao exercício de emprego, cargo ou função; IV - a vítima do tráfico de pessoas for retirada do território

nacional. §2º. A pena é reduzida de um a dois terços se o agente: I - é primário e não integrar organização criminosa; II - foi vítima de tráfico de pessoas e as demais circunstâncias do fato demonstrarem o menor potencial lesivo da conduta. §3º. Incorre nas mesmas penas previstas no caput e parágrafos quem financia ou colabora com a conduta de terceiros. §4º. As penas deste artigo serão aplicadas sem prejuízo das sanções relativas a lesões corporais, sequestro, cárcere privado ou morte. §5º. A vítima de tráfico de pessoas ficará isenta da pena correspondente a infrações penais que tenha cometido em razão da situação de exploração por ela sofrida. §6º. Os valores decorrentes da imposição da multa a que se refere o art 154-C serão creditados à conta de fundo destinado especificamente ao desenvolvimento, à implementação e à execução de ações, programas e atividades de prevenção e repressão ao crime de tráfico de pessoas e de assistência às vítimas desse crime." Seção III Da apreensão e destinação de bens produtos do crime de tráfico de pessoas Art. 8º. O juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade de polícia judiciária, ouvido o Ministério Público, havendo indícios suficientes, poderá decretar, no curso do inquérito ou da ação penal, a apreensão e outras medidas assecuratórias relacionadas aos bens móveis e imóveis ou valores consistentes em produtos do crime de tráfico de pessoas, ou que constituam proveito auferido com sua prática, procedendo-se na forma dos arts. 125 a 144 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal). § 1º Não havendo prejuízo para a produção da prova dos fatos e comprovado o interesse público ou social, mediante autorização do juízo competente, ouvido o Ministério Público, os bens apreendidos poderão ser utilizados pelos órgãos ou pelas entidades que atuam na prevenção e repressão ao tráfico de pessoas e no atendimento às vítimas, exclusivamente no interesse dessas atividades. § 2º Recaindo a autorização sobre veículos, embarcações ou aeronaves, o juiz ordenará à autoridade de trânsito ou ao equivalente órgão de registro e controle a expedição de certificado provisório de registro e licenciamento, em favor da instituição à qual tenha deferido o uso, ficando esta livre do pagamento de multas, encargos e tributos anteriores, até o trânsito em julgado da decisão que decretar o seu perdimento em favor da União. Art. 9º Ao proferir a sentença de mérito, o juiz decidirá sobre o perdimento do produto, bem ou valor apreendido, sequestrado ou declarado indisponível. § 1º Os valores apreendidos em decorrência da prática de crime de tráfico de pessoas e que não forem objeto de tutela cautelar, após decretado o seu perdimento em favor da União, serão revertidos em favor do fundo de que trata o art. 14 desta Lei. Capítulo IV Da Proteção à Vítima Seção I Objetivos específicos Art. 10. A assistência à vítima do tráfico de pessoas atenderá aos seguintes objetivos específicos: I - proteção e assistência jurídica, social e de saúde às vítimas diretas e indiretas de tráfico de pessoas; II - assistência consular às vítimas diretas e indiretas de tráfico de pessoas, independentemente de sua situação migratória e ocupação; III - acolhimento e abrigo provisório das vítimas de tráfico de pessoas; IV - reinserção social com a garantia de acesso à educação, cultura, formação profissional e ao trabalho às vítimas de tráfico de pessoas; V - reinserção familiar e comunitária de crianças e adolescentes vítimas de tráfico de pessoas; VI

- atenção às necessidades específicas das vítimas, com especial atenção a questões de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, procedência, nacionalidade, raça, religião, faixa etária, situação migratória, atuação profissional ou outro status; VII - proteção da intimidade e da identidade das vítimas de tráfico de pessoas; e VIII - levantamento, mapeamento, atualização e divulgação de informações sobre instituições governamentais e não governamentais situadas no Brasil e no exterior que prestam assistência a vítimas de tráfico de pessoas. Seção II Do seguro-desemprego para trabalhador vítima do tráfico de pessoas Art. 11. O inciso I do art. 2º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único: Art. 2º Parágrafo único. A assistência financeira prevista no inciso I será prestada também ao trabalhador resgatado em situação de tráfico de pessoas, independentemente de sua condição migratória, e inclui vítima de exploração sexual. Art. 2º-C O trabalhador que vier a ser identificado como submetido a regime de trabalho forçado ou reduzido a condição análoga à de escravo ou, ainda, como vítima de tráfico de pessoas, em decorrência de ação de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, será dessa situação resgatado e terá direito à percepção de três parcelas de seguro-desemprego no valor de um salário mínimo cada, conforme o disposto no § 2º deste artigo, independentemente da natureza do trabalho a que tenha se submetido. Seção III Da assistência social à vítima de tráfico de pessoas Art. 12. O art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, passa a vigorar acrescido do seguinte passam a vigorar acrescidos do seguinte § 4º: Serão concedidos benefícios eventuais à vítima de tráfico de pessoas nos termos do § 1º.” (NR) Seção IV Da concessão de visto para vítima de tráfico de pessoas Art. 13. Os arts. 13, 14, 16 e 20 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração (Estatuto do Estrangeiro), passam a vigorar com as seguintes alterações: “Art. 13. Parágrafo único. O visto temporário, nos termos de regulamento, poderá ser concedido, pelo prazo de até 1 (um) ano, a estrangeiro vítima de tráfico de pessoas, independentemente de sua situação migratória.” “Art. 14. § 2º No caso do parágrafo único do art. 13, o visto temporário poderá ser prorrogado pelo prazo necessário à conclusão de investigação ou processo criminal de tráfico de pessoas, desde que a vítima colabore de forma efetiva e voluntária.” (NR) “Art. 16. § 2º A vítima de tráfico de pessoas beneficiada com visto temporário poderá requerer a transformação deste em permanente, observadas as condições previstas em regulamento.” (NR) “Art. 20. IV- os vistos concedidos a vítimas resgatadas de situação de tráfico de pessoas. Capítulo V Disposições Finais Art. 14. O poder público fica autorizado a criar fundo destinado especificamente ao desenvolvimento, à implementação e à execução de ações, programas e atividades de prevenção e repressão ao crime de tráfico de pessoas e de assistência às vítimas desse crime. Art. 15. O poder público fica autorizado a criar sistema de informações e monitoramento do tráfico de pessoas, visando à coleta de dados que orientem a prevenção, o combate ao tráfico de pessoas e a assistência às

vítimas desse crime. Art. 16. Ficam revogados os arts. 206, 207, 231 e 231-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. 8.3. Projeto de Resolução do Senado PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2012 Dispõe sobre a realização de audiências públicas periódicas com o Ministro de Estado da Justiça para prestar esclarecimentos perante a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre diretrizes e implementação da política sobre o tráfico de pessoas. O SENADO FEDERAL resolve: Art. 1º O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renomeando-se o atual parágrafo único como § 1º: “Art. 102-E. § 2º A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa promoverá audiências públicas com o Ministro de Estado da Justiça na segunda reunião da Comissão em cada Sessão Legislativa Ordinária ou em outra data acordada entre a Comissão e o Ministro para discutir as diretrizes e a implementação da política do governo no âmbito de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas, bem como as ações de assistência às vítimas desse crime.” Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. 8.4. Requerimento REQUERIMENTO Nº , DE 2012 - CPI/TRAFIC Requeiro, nos termos do art. 215, II, e, que a Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas solicite a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 766, de 2011, tendo em vista a apresentação de nova proposição em seu relatório final. 9. ENCAMINHAMENTOS Esta CPI decide pelos seguintes encaminhamentos: a) encaminhar o presente Relatório à Presidência da República, para que possa subsidiar os trabalhos de formulação de políticas de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; b) encaminhar o presente Relatório ao Ministério da Justiça para que: b.1) sejam adotadas medidas com o fim de se esclarecer ao turista estrangeiro sobre a legislação brasileira vigente acerca do tráfico de pessoas no momento de seu ingresso no Brasil, e para que sejam aprimorados os meios de coleta de dados sobre o tráfico de pessoas com a realização de uma pesquisa nacional, a formação de um banco de dados unificado, capacitação dos agentes envolvidos no combate a esse crime, além do monitoramento das rotas existentes e mapeamento de novas; b.2) seja promovido o imediato ingresso da Polícia Federal no caso dos desaparecimentos das cinco crianças do Bairro do Planalto, em Natal-RN. c) encaminhar o presente Relatório ao Departamento de Polícia Federal, para que: c.1) sejam aprofundadas as investigações em curso e para as investigações em curso e para que novas investigações e operações sejam desencadeadas para investigar todos os casos levantados durante as diligências da CPI; c.2) seja promovida, pela Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal, a reestruturação na Coordenação-Geral de Defesa Institucional (CGDI), a fim que passe contar com uma Coordenação de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e uma Divisão de Repressão ao Tráfico de Seres Humanos, com projeção nos Estados de maior demanda; c.3) seja promovida, por meio da Academia Nacional de Polícia, a capacitação continuada de policiais federais com perfil para investigar o Tráfico de Pessoas; c.4) atue no combate ao tráfico de travestis do Amazonas para São Paulo-SP, valendo-se das informações já coletadas tanto pela CPI quanto do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, do Amazonas. d) encaminhar o presente Relatório ao Procurador-Geral da República para

que examine, nos termos do art. 109, § 5º, da Constituição Federal, a possibilidade de deslocamento da competência para a Justiça Federal do caso dos desaparecimento das cinco crianças do Bairro do Planalto, em Natal, Rio Grande do Norte. e) encaminhar o presente Relatório à CPI do Tráfico de Pessoas da Câmara dos Deputados, em especial para que acompanhe os desdobramentos das investigações do caso dos desaparecimento das cinco crianças do Bairro do Planalto, em Natal, Rio Grande do Norte f) encaminhar o presente Relatório à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal para que tome conhecimento, promova audiências públicas e acompanhe os desdobramentos das investigações do caso dos desaparecimento das cinco crianças do Bairro do Planalto, em Natal, Rio Grande do Norte. g) encaminhar o presente Relatório às autoridades do estado do Rio Grande do Norte (Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público, Presidente do Tribunal de Justiça e Delegado-Geral da Polícia Civil), responsáveis pelas investigações do desaparecimento das cinco crianças do Bairro do Planalto, em Natal, Rio Grande do Norte, para manifestar a inconformidade desta CPI com a falta de resolução do caso e para avisar que continuaremos a acompanhar o caso até que o mesmo seja devidamente solucionado; h) encaminhar o Relatório ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça, responsável pelo Cadastro Nacional de Adoções, para instalo a aprimorar o serviço, que se mostra inadequado e incompetente na prevenção às adoções ilegais; alertando-o de que o acesso ao cadastro é inexistente entre as autoridades que lidam com crianças e adolescentes, especialmente no Estado da Bahia, e que o funcionamento inadequado desse cadastro causa dor a famílias brasileiras, quando, pelo contrário, deveria ser uma ferramenta importante para ajudar crianças que precisam encontrar pais e mães dispostos a acolhê-las; i) encaminhar o presente Relatório ao Ministério das Relações Exteriores para que: i.1) sejam adotadas medidas com o fim de esclarecer ao turista estrangeiro sobre a legislação brasileira vigente acerca do tráfico de pessoas no momento da concessão de vistos ou entrada no País; i.2) seja elaborada, em cooperação com outros órgãos, uma Cartilha nos moldes do “Guia de Viagem Segura para o Suriname e Guina Francesa” com fim de ser distribuída em todos os postos de expedição de passaportes no Brasil, aos cidadãos brasileiros, indistintamente. j) oficiar as escolas da Magistratura da justiça federal e estadual e as escolas superiores dos Ministérios Públicos federal e estaduais para que promovam cursos a fim de capacitar seus quadros no tocante à temática do Tráfico de Pessoas; k) encaminhar o presente Relatório a todas as Assembleias Legislativas dos Estados e do Distrito Federal, com a sugestão de que sejam criadas frentes parlamentares de enfrentamento ao tráfico de pessoas; l) instar as autoridades do estado do Amazonas (Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, Secretaria de Estado de Segurança Pública e o Ministério Público estadual) a tomar medidas para incluir a travesti Bruna Valadarc, denunciante ouvida pela CPI, no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas (Provita); m) solicitar à Confederação Nacional de Municípios (CNM) que envide esforços para o engajamento dos municípios na rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas, sobretudo viabilizando meios físicos para a implantação dos núcleos de enfrentamento estaduais; n) encaminhar o presente

relatório a todos os depoentes convidados por esta CPI; o) manifestar apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 5.655, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o ingresso, permanência e saída de estrangeiros no território nacional, o instituto da naturalização, as medidas compulsórias, transforma o Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional de Migração, define infrações e dá outras providências; p) manifestar apoio à apreciação da Mensagem Presidencial nº 696, de 2010, que submete à consideração do Congresso Nacional texto da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, adotada em 18 de dezembro de 1990, em sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas; q) manifestar apoio à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 57-A, de 1999, de autoria do Senador Ademir Andrade, que dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal, com o fim de estabelecer a pena de perdimento da gleba onde for constatada a exploração de trabalho escravo (expropriação de terras); r) manifestar apoio à Política Nacional de Imigração e Proteção ao(a) Trabalhador(a) Migrante, aprovada em 2010 pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), com a participação de setores governamentais, acadêmicos, entidades representativas de empregadores e trabalhadores e outros setores sociedade civil organizada. Muito obrigada.(Palmas.) Quero, Sr^a Presidente, agradecer, primeiramente, a todos os depoentes que corajosamente prestaram seus depoimentos a esta CPI e também àqueles que o fizeram em reunião secreta. Às consultoras do Senado Federal o nosso agradecimento especial. Sem elas, não seria possível a realização desse relatório no tempo devido, com todos os trabalhos de fim de ano, e com a qualidade que temos aqui: as Consultoras Susane, Guida e Maria da Conceição Lima Alves. Agradeço ainda: - aos convidados, participantes das audiências públicas nos Estados e nesta Casa, a equipe de assessores do nosso mandato, do mandato do Senador Paulo Davim e da Senadora Vanessa Grazziotin; à equipe da Secretaria desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a toda a equipe desta Secretaria, ao Secretário Will de Moura Wanderley, à Secretária-Adjunta Keny Martins e ao Técnico de Gravação Paulo Emílio; - aos nossos assessores, especialmente ao assessor Marcio Sanches, Verner Miranda e Márcia Sprandel (Palmas); - aos organismos governamentais nos Estados, organismos governamentais federais, instituições da sociedade civil, que enviaram dados e informações para o desenvolvimento dos trabalhos desta CPI; - aos organismos governamentais e não governamentais dos Estados Unidos da América pela acolhida, pelo compartilhamento das experiências exitosas de Política de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas e Apoio às Vítimas Por fim, nossa solidariedade a todas as vítimas de quaisquer formas de tráfico humano no Brasil e no mundo, pela dor que sofrem, bem como a seus familiares e amigos, que, como já disse durante a leitura desse relatório, são a razão deste trabalho e nos motivam a lançar essas propostas visando ao fortalecimento do enfrentamento do tráfico e a defesa dos direitos humanos. Muito obrigada.(Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Em primeiro lugar, agradeço ao Senador Paulo Davim, que promoveu a abertura desta

reunião e não só por isso, mas porque tem compartilhado conosco a direção dos trabalhos, um trabalho importante que infelizmente pouco chama a atenção, não da sociedade, mas da mídia brasileira, como outros assuntos o fazem. Se tivesse um espaço maior, tenho certeza de que os esforços não só do Poder Público, mas o engajamento da sociedade no enfrentamento, no combate a esse tipo de crime seria muito maior. Então, cumprimento e faço esse destaque ao Senador Paulo Davim. Antes de iniciarmos o debate acerca da matéria, quero cumprimentar a Senadora Lídice da Mata. A Senadora Lídice da Mata, membro da CPI, vem substituindo, há mais de um ano, a Senadora Marinor na tarefa difícil de relatar esta CPI e o faz, não só com brilhantismo, com a dedicação que lhe é peculiar, mas com muita competência. Senadora. Eu e o Senador Davim acompanhamos atentamente a leitura resumida que V. Ex^a fez do relatório, ele é muito mais rico inclusive em casos, e destacamos como esse relatório é um instrumento importante no enfrentamento desse problema. O relatório é extremamente cuidadoso, extremamente benfeito e, repito, não apenas relata casos, mesmo porque, conforme a Senadora Relatora dizia, bem como eu e o Senador Davim, o objetivo da CPI não é substituir a Polícia, o papel da força policial, das autoridades policiais ou do Poder Judiciário. É apenas utilizar esses casos como exemplo para que a gente possa avançar naquilo que for possível em relação à legislação e aos procedimentos da sociedade brasileira. Então, chegamos a um relatório que apresenta, Senadora Lídice da Mata, um projeto de lei que é digno de aplauso. Eu acho que o nosso grande, o maior e próximo desafio é fazer com que, no primeiro semestre do ano que vem, a gente consiga aprovar esse projeto no Senado e que esse projeto seja encaminhado à Câmara dos Deputados. Esta CPI conclui os seus trabalhos no dia de hoje, mas a CPI da Câmara dos Deputados segue em funcionamento, então, que aprovemos este projeto, que possamos dar urgência a ele – e reunimos as condições políticas para aprová-lo no início do ano –, e o encaminhemos à Câmara, para que lá se aja da mesma forma. É um projeto que me deixa muito feliz. E aqui registro também a presença do Sr. Walter Kerrs e da Socorro Leal, que são representantes, ele Segundo Secretário e ela Assessora da Embaixada dos Estados Unidos, que nos ajudaram na organização, que viabilizaram a ida da CPI aos Estados Unidos. Lá, tivemos não apenas contato com órgãos do governo norte-americano, mas das Nações Unidas e, sem dúvida nenhuma, muito do que a gente avançou, da concepção que trouxemos para cá, diz respeito aos diálogos, às reuniões que tivemos naquele país. Óbvio que muitas diferenças separam as nossas nações, muitas diferenças; entretanto, o que precisamos fazer em comum é um grande esforço para enfrentar um problema das nações que não é interno, é um problema que acontece no mundo inteiro. Então, Senadora Lídice da Mata, eu vou passar a palavra aos nossos Senadores, o Senador Davim e a Senadora Ana Rita a solicitam, antes de promovermos a votação desse relatório. Antes, eu gostaria de dizer uma coisa: todos aqui devem estar assistindo à telenovela das oito. Conversando com uma pessoa conhecida, com uma pessoa de muita compreensão política, a pessoa dizia: “Mas a novela está muito fantasiosa. Aquilo não existe. Tudo que está aparecendo na novela é uma mera fantasia.” Não é uma mera fantasia; essa é a realidade de milhares de

jovens, de meninas, de meninos no mundo inteiro. Essa é a realidade que nós temos que mudar, não apenas o arcabouço legal, mas uma cultura que não enxerga esse crime, que é grave, que acomete famílias e que, muitas vezes, leva à morte pessoas, que é o tráfico de pessoas. Então, Senadora, cumprimento V. Ex^a por esse belíssimo relatório, por esse presente que dá, de final de ano, para todos nós do Senado Federal. Com a palavra o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Bom dia a todos e a todas. Quero saudar a Presidenta Vanessa Grazziotin, quero saudar a Senadora Lídice da Mata, Relatora da CPI e parabenizá-la, Senadora, pelo brilhante trabalho realizado que culminou com um magnífico relatório final da nossa CPI. V. Ex^a foi muito feliz nas observações que fez. V. Ex^a observou, com muita sensibilidade, os pontos que realmente precisavam ser colocados em destaque no seu relatório final. Eu me sinto feliz, satisfeito, por ter participado de uma CPI da qual, no final e ao cabo, saio com a sensação do dever cumprido. Tenho certeza de que esse sentimento todos nós, não só os Parlamentares, mas todos os que participaram desta CPI, os consultores, os assessores, enfim, todos, saem com essa mesma sensação. Foram viagens, diligências, audiências públicas, muitas conversas, debates, estudos, leituras para que a gente chegasse a esse ponto. Portanto, essa sensação do dever cumprido é gratificante. Isso deve-se, sem sombra de dúvida, ao seu esmerado relatório. Fiquei extremamente feliz e satisfeito. Se eu admirava a sua ação parlamentar, pode ter certeza de que essa admiração aumentou consideravelmente depois dessa sensibilidade que a senhora conseguiu transcrever para o papel nesse relatório final. Entretanto, eu gostaria de levar algumas sugestões finais: pouquíssimas, pouquíssimas. Na questão dos requerimentos, no Capítulo III, há uma sugestão de que seja promovido – inclusive foi uma sugestão lá de Manaus –, por meio da Academia Nacional de Polícia, a capacitação continuada de policiais federais com perfil para investigar o tráfico de pessoas. Eu sugeriria que não fosse apenas os policiais federais, mas que delegados e policiais civis fossem apontados ou escolhidos pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública para se especializarem nesse tipo de crime, que é um crime contemporâneo, verdadeiro, real, concreto e, portanto, precisa de uma capacitação. É preciso treinar a sensibilidade policial desses profissionais para que eles estejam atentos a esse crime que, muitas vezes, passa despercebido pela sociedade e aos olhos das autoridades policiais. Portanto, nossa primeira sugestão é que não fosse só para policiais federais, mas que fosse extensivo a delegados e policiais civis encaminhados pela Secretaria de Segurança Pública dos Estados do Brasil. Outra sugestão no Capítulo IV, que atue no combate ao tráfico de travestis do Amazonas para São Paulo. Eu sugeriria também Amazonas e Pará, porque nós tivemos uma audiência pública lá em São Paulo, com a Senadora Marinor, e lá nós fizemos uma oitiva com um travesti do Pará, que também foi vítima e também denunciou uma intensa atividade do tráfico de pessoas naquele Estado. Sugeriria também... Gostei intensamente da sugestão: “encaminhar este relatório a todas as Assembleias Legislativas dos Estados e do Distrito Federal com a sugestão que sejam criadas Frentes Parlamentares de

enfrentamento ao tráfico de pessoas.” Perfeito! Até porque nós precisamos envolver todos os Paramentos do Brasil no enfrentamento a esse crime. Eu sugiro que o exemplo seja dado logo pelo Senado. Que nós, da CPI, criemos a frente parlamentar do enfrentamento ao tráfico de pessoas aqui no Senado Federal, dando o primeiro exemplo. Que seja criado logo no Senado e que a gente... Enfim, é um compromisso que cada um de nós assume. (Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Foi do Congresso. Pode ser uma frente parlamentar mista. Por último, a sugestão é que fosse enviado um alerta, pelo Ministério da Justiça, às agências de viagens, para que eles tivessem uma cartilha específica, alertando para a possibilidade de que aquele cidadão ou aquela cidadã que está adquirindo uma passagem, ou aquele indivíduo que está comprando várias passagens ou que está fazendo a mediação entre o grupo de viajantes possa estar envolvido no tráfico de pessoas. Enfim, um alerta, uma cartilha encaminhada às agências de viagem do Brasil – isso em parceria evidentemente com a Embratur. Ademais, quero apenas... (Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO DAVIM (PV – RN) – Está sendo gravado? Pronto. Ótimo. Mais uma vez, quero parabenizá-la e quero saudar a Senadora Ana Rita, que está aqui prestigiando com sua presença e sensibilidade, externando também a sua preocupação nesse problema que é muito grave e que aflige não só a sociedade brasileira mas o mundo inteiro. Por último, gostaria apenas que, no seu relatório, constasse o nosso nome no histórico. Parabéns! Parabéns, Senadora Vanessa! Sinto-me, mais uma vez, a sensação do dever cumprido na condição de Parlamentar e membro da CPI.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin, Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada. Senadora, vamos passar a palavra a Senadora Ana Rita, aqui fazendo um destaque que a Senadora também está diante de um grande desafio porque relata a CPI da Violência contra a Mulher. Senadora Ana Rita, esse relatório pode ajudar muito a CPI da Violência contra a Mulher, que é uma CPMI na realidade. Sei que S. Ex^{as}, Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados, que compõem a CPI definiram pela continuidade dos trabalhos da CPMI a partir do ano que vem. Que pudessem abraçar esse nosso relatório, porque tudo que está aqui é algo que enfrenta muito a violência contra a mulher. Nós estamos deslocando, como mostrou a Senadora Lídice da Mata a questão do tráfico da parte que trata somente da exploração sexual. Entretanto, há um maior número de casos que envolve a exploração sexual e envolve mulheres. Então, é muito importante a sua colaboração também como relatora da CPI da Violência contra a Mulher. Senadora, com a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin. Eu passei aqui justamente por isso. Primeiro, quero parabenizá-los e parabenizá-las pelo trabalho; à Presidenta desta Comissão, Senadora Vanessa Grazziotin; à Senadora Lídice da Mata, que se debruçou para elaborar este relatório tão importante e que nos

traz informações e subsídios para que esse tema não caia no esquecimento, mas para que a CPI feita realmente possa ajudar a mudar esse quadro do tráfico de pessoas. Quero também cumprimentar o Senador Paulo Davim, parabenizá-los pelo trabalho que realizaram e, em particular, a relatora. Não é tarefa fácil ser relatora de uma CPI. Sabemos que ouvir as pessoas, principalmente em um tema tão difícil como este do tráfico de pessoas, não é uma tarefa fácil. Mais difícil ainda é, a partir do que se escuta, do que se vêem, de todo o trabalho realizado, é propor o que fazer e ter a garantia de que as propostas possam ser, de fato, implementadas. Acho que essa é a maior preocupação em um trabalho de CPI e, no caso da violência contra a mulher, que é uma CPMI, estamos com essa preocupação. Mas passei aqui também, hoje, para, além de prestigiar o trabalho, solicitar à CPI que também encaminhe o relatório oficialmente à CPMI da Violência contra a Mulher. Temos certeza absoluta que as duas comissões têm muita similaridade, muitas questões comuns e que o relatório apresentado pela Senadora Lídice da Mata e que muito vai contribuir para o nosso trabalho também. Quero aqui fazer um destaque que, na audiência pública que nós realizamos no Estado do Pará, os trabalhos levantados pela CPI do Tráfico de Pessoas foi lembrado pelas entidades presentes, pelas autoridades presentes. Então, as propostas aqui sugeridas também poderão, com certeza, contribuir muito para a realidade do Pará, onde essa questão do tráfico de pessoas é muito forte, muito presente. Em a CPI da Violência contra a Mulher também foi lembrada. Então, quero, só para finalizar a minha fala, além de parabenizar, quero reconhecer com certeza o trabalho intenso que foi feito durante mais de 1 ano – não é, Senadora Lídice – em que vocês estão atuando; não é uma tarefa fácil. Mas solicito que o relatório seja também encaminhado à CPMI da Violência contra a Mulher e, se possível, vamos fazer um agendamento. A Senadora Lídice já propôs isto para nós: um momento para que nós possamos conversar as duas CPIs, a da Violência contra a Mulher e a de Tráfico de Pessoas. É que possamos ter um momento de diálogo para que a gente possa também trocar algumas informações para enriquecer também o nosso relatório em termos de proposição. Então, quero aqui parabenizá-las e também ao Senador Paulo Davim pelo brilhante trabalho que fizeram.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senadora Ana Rita. Antes de passar a palavra à Senadora Lídice da Mata, eu também... perfeitamente, Senadora, V. Exª tem que dar o parecer acerca das sugestões que estão sendo encaminhadas. Eu gostaria, Senadora, não de conteúdo, porque de conteúdo não há grandes reparos. Eu apenas gostaria que, logo em seguida ao item que trata do Estado do Amazonas e que trata da travesti Bruna – exemplo claro de que quando um núcleo de enfrentamento age como agiu nessa hora, nós temos resultados objetivos e é importante até que esteja aqui –, tenhamos o registro de que nós ouvimos, em audiência pública aqui em Brasília, onde foram convocadas pessoas envolvidas possivelmente como tráfico de indígenas. Isso é algo muito forte na nossa região; então, gostaria que fosse incluído um novo item no sentido de instar as autoridades do Estado do Amazonas a dar agilidade às apurações, investigações do caso em que o Sr.

José Lauro Rocha da Silva é acusado, com o objetivo de desestimular, assim, não só o tráfico de pessoas, como sobretudo aquele que envolve tráfico do ecoturismo e indígenas, principalmente mulheres. O Senador Davim já solicitou, mas temos que fazer uma referência à Presidência e a Vice-Presidência desta CPI em todas as partes do nosso relatório. E quanto aos agradecimentos, Senadora, para mim não ficou claro e, por isso, sugiro que ele componha o nosso relatório, o corpo do nosso relatório, porque, sem dúvida nenhuma, nós temos pessoas aqui extremamente dedicadas, da assessoria de seu gabinete, da assessoria de meu gabinete, do gabinete do Davim, da liderança do Bloco, que nos ajudou muito aqui, do próprio Senado Federal. Então, uma justa homenagem – aqui não é o Supremo Tribunal Federal, é o Senado Federal e nós temos o costume e a prática de reconhecer aqueles que colaboram com o nosso trabalho; todos somos servidores, portanto prestadores de serviços à sociedade. Mas o resultado de um trabalho reflete muito o empenho individual, a dedicação individual que cada pessoa teve. E esse relatório, Senadora, como diz o Senador Davim, nos deixa a sensação de dever cumprido, porque nós estamos apresentando uma boa peça ao Parlamento brasileiro e à sociedade brasileira. E, a partir daí, a gente pode avançar muito, principalmente na mudança da legislação. Então, que sejam incluídos esses agradecimentos formalmente no nosso relatório. É um agradecimento também a todos os governos estaduais, aos chefes do Poder Legislativo, que nos receberam e nos apoiaram durante a visita da CPI, nas idas da CPI, assim como os integrantes da embaixada norte-americana. Acho que seria importante incluir esse agradecimento no relatório – a membros das Nações Unidas – e fazermos um resgate com quem estivermos e colocarmos esses agradecimentos, Senadora. Com a palavra a Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Para agradecer a contribuição do Senador Paulo Davim, da Senadora Vanessa Grazziotin, quando nos sugerem esses acréscimos. Creio que esses acréscimos enriquecem, sem dúvida nenhuma. Nós poderíamos, inclusive, colocar nos agradecimentos os nomes de todas as entidades com que tivemos contato no Brasil e nos Estados Unidos. É importante ressaltar que a nossa ida aos Estados Unidos foi uma grande contribuição para o entendimento e a formulação desse relatório e dessa política, porque nós tivemos a possibilidade, na conversas com as construtoras de confrontar experiências, a nossa e a deles. Pudemos perceber, também, que essa política de enfrentamento, que já tem um nível de resultado, de ação muito maior nos Estados Unidos, é toda fundamentada na relação com as entidades da sociedade organizada. Não há a possibilidade de desenvolvimento dessa política de enfrentamento ao tráfico de pessoas sem termos, além dos organismos governamentais, uma sustentação nos organismos não governamentais, nas entidades não governamentais, que transformam e dão capilaridade e dão flexibilidade de atuação ao enfrentamento dessa questão. Portanto, acho que é muito importante, e a gente já destacou isso no relatório, ressaltar aqui novamente. E agradecer à liderança do nosso Bloco, que atuou de forma bastante parceira nessa construção. O relatório integral contém todos os nomes das organizações e das pessoas que nós aqui estamos

citando. É porque nós lemos somente o relatório parcial... uma síntese, não é um relatório parcial. Uma síntese do nosso relatório. Acho que é importante acrescentar Amazonas e Pará, esse alerta aos agentes de viagem, a capacitação não apenas da Polícia Federal, mas da Polícia Civil e Militar, em todos os Estados. E dizer da importância que esta CPI teve para os lugares e os casos que estamos acompanhando. Na semana passada, eu tive contato com o ex-Procurador do Estado da Bahia que acompanha o caso das crianças traficadas para Portugal, que me deu um quadro, em relação ao qual nós vamos ter que voltar ao Ministério de Relações Exteriores. Independentemente do encerramento desta CPI hoje, esse compromisso nosso tem que ficar. Nós temos que dar continuidade, pelo menos os membros desta Comissão, ao acompanhamento dessas ações. A mãe das meninas se encontra em Portugal há mais ou menos quatro meses, já se encontra numa situação até de saúde grave, porque não conhece acesso às crianças novamente, mesmo com apoio da embaixada brasileira e de advogado e não tem como se sustentar lá. Nós, em contato com eles, estamos providenciando o retorno dela para o Brasil, mas isso tem que significar um empenho maior, mais determinado do Ministério de Relações Exteriores, para que efetivamente possamos garantir o retorno das crianças, a repatriação daquelas crianças para o nosso País. Até entendendo que este é o ano Brasil-Portugal, não pode apenas ser um ano para comemorar as relações comerciais, culturais etc, nós temos que aproveitar para resolver questões da diplomacia entre os dois países. E essa é uma delas. Então, quero agradecer novamente a todos. Agradecer aos membros da Comissão, que tornaram possível cada reunião nossa. Não foi fácil ter essas reuniões até hoje; nós temos agendas diferentes cada um em seu Estado; enfrentamos uma eleição pelo meio e enfrentamos também as dificuldades do retorno da atividade parlamentar com a concentração de grandes problemas. Agradeço a todos. Aceito todas as contribuições e devolvo a palavra a nossa Presidente para que possa dar prosseguimento.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senadora. Com o parecer de V. Exª favorável aos adendos aqui apresentado, eu coloco em votação o relatório desta CPI – o relatório principal com todos os adendos aqui captados por V. Exª. Quem concorda com o relatório apresentado pela Senadora Lídice da Mata permaneça como se encontra. (Pausa.) Aprovado. (Palmas.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Só um comentário a mais. O projeto apresentado é um projeto, eu diria assim, até um pouco pretensioso no âmbito, mas ele é um projeto fincado nos princípios. Então não é bom termos a ilusão de que vai ser fácil. Vai ser difícil. Vamos enfrentar uma parte dele já na discussão do Código Penal; a outra parte também enfrenta dificuldades na mudança do Estatuto do Estrangeiro. Enfim, não há nenhuma batalha fácil para o futuro. Imediatamente acho que devemos, assim que reiniciarem os trabalhos do ano, apresentar esse relatório ao novo presidente do Senado Federal para que, a partir daí, a Mesa possa nos auxiliar. Inclusive nessa questão da vinda do Projeto de Resolução para que o Ministro da Justiça possa vir anualmente à nossa Casa e à Comissão de Direitos Humanos. Acho

que essa é uma questão fundamental, porque, se não obrigatório, não virá, como este ano não veio.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Senadora, nós temos aqui a presença do Presidente do Banco Central a cada trimestre para fazer um balanço do desempenho da economia brasileira. Precisamos trazer os ministros para debaterem as políticas sociais, os resultados das políticas sociais. E nós estamos dando um grande exemplo. Não considero o projeto pretensioso. Pela sua abrangência, é algo que vamos ter que debater muito, inclusive com o Governo Federal. Entretanto, a concepção que a CPI veio formando era da necessidade de ter um instrumento efetivo para o enfrentamento ao tráfico. E o instrumento de que o Brasil dispõe é o Plano Nacional de Enfrentamento, cuja segunda etapa, até agora, nós temos disponibilizada, mas sequer foi assinada ainda. Então, passar de um plano que é um ato executivo para uma lei é algo extremamente necessário para a sociedade. Em relação à entrega dos relatórios, solicitamos ao nosso secretário que, durante esse período de recesso, final de dezembro e janeiro, possa providenciar a publicação. Porque, assim que fevereiro chegar, vamos pegar esses relatórios, todos eles serão encaminhados antes às autoridades, mas nós, com os relatórios em mãos, vamos fazer algumas andanças pelos ministérios, pelo Poder Judiciário, vamos ao Presidente do Supremo, enfim, vamos entregar esses relatórios. Hoje, à tarde, antes de encerrar a nossa reunião, comunico que teremos as duas primeiras audiências com a Ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário, às 14 horas, quando levaremos já uma primeira versão ainda não com todos os adendos, e, na sequência, com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Então hoje teremos esses compromissos já por essa CPI. Aprovado o nosso relatório, coloco em votação a ata da 36ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura da mesma. Os Senadores e as Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada. Não havendo nada mais a tratar, agradeço muitíssimo a presença de todos e declaro encerrada a nossa reunião, com uma grande salva de palmas, porque estamos encerrando a CPI. (Palmas.)

(Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 58 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata** (8)
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (8)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Eptácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (8)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (8)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (8)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zezé Perrella** (8)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (8)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (8)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Fimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cicero Lucena*
Bloco-PSDB - Cláudio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (8)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferreira**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (8)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (8)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (8)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Cellor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (8)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (8)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PR - Antonio Russo* (8)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (8)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Marco Antônio Costa* (8)
Bloco-PPL - João Costa** (8)
Bloco-PR - João Ribeiro**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Sodré Santoro* (8)
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 26

PMDB-20 / PP-5 / PV-1

Ana Amélia	PP/RS
Benedito de Lira	PP/AL
Casildo Maldaner	PMDB/SC
Ciro Nogueira	PP/PI
Clésio Andrade	PMDB/MG
Eduardo Braga	PMDB/AM
Eunício Oliveira	PMDB/CE
Francisco Dornelles	PP/RJ
Garibaldi Alves	PMDB/RN
Ivo Cassol	PP/RO
Jader Barbalho	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos	PMDB/PE
João Alberto Souza	PMDB/MA
José Sarney	PMDB/AP
Lobão Filho	PMDB/MA
Luiz Henrique	PMDB/SC
Paulo Davim	PV/RN
Pedro Simon	PMDB/RS
Renan Calheiros	PMDB/AL
Ricardo Ferraço	PMDB/ES
Roberto Requião	PMDB/PR
Romeo Jucá	PMDB/RR
Sérgio Souza	PMDB/PR
Valdir Raupp	PMDB/RO
Vital do Rêgo	PMDB/PB
Waldemir Moca	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 24

PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2

PRB-1

Acir Gurgacz	PDT/RO
Ana Rita	PT/ES
Angela Portela	PT/RR
Aníbal Diniz	PT/AC
Antonio Carlos Valadares	PSB/SE
Cristovam Buarque	PDT/DF
Deleido do Amaral	PT/MS
Eduardo Lopes	PRB/RJ
Eduardo Suplicy	PT/SP
Humberto Costa	PT/PE
Inácio Arruda	PC DO B/CE
João Capiberibe	PSB/AP
João Duval	PDT/BA
Jorge Viana	PT/AC
José Pimentel	PT/CE
Lidice da Mata	PSB/BA
Lindbergh Farias	PT/RJ
Paulo Paim	PT/RS
Pedro Taques	PDT/MT
Rodrigo Rollemberg	PSB/DF
Vanessa Grazziotin	PC DO B/AM

Walter Pinheiro	PT/BA
Wellington Dias	PT/PI
Zeze Petrella	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 14

PSDB-10 / DEM-4

Aécio Neves	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB/SP
Alvaro Dias	PSDB/PR
Cássio Cunha Lima	PSDB/PB
Cícero Lucena	PSDB/PB
Cyro Miranda	PSDB/GO
Flexa Ribeiro	PSDB/PA
Jayme Campos	DEM/MT
José Agripino	DEM/RN
Lúcia Vânia	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves	DEM/SE
Mário Couto	PSDB/PA
Paulo Bauer	PSDB/SC
Wilder Morais	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 14

PTB-6 / PR-6 / PSC-1 / PPL-1

Alfredo Nascimento	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues	PR/SP
Antonio Russo	PR/MS
Armando Monteiro	PTB/PE
Blairo Maggi	PR/MT
Eduardo Amorim	PSC/SE
Epitácio Cafeteira	PTB/MA
Fernando Collor	PTB/AL
Gim	PTB/DF
João Costa	PPL/TO
João Ribeiro	PR/TO
João Vicente Claudino	PTB/PI
Magno Malta	PR/ES
Sodré Santoro	PTB/RR

PSD - 2

Marco Antônio Costa	TO
Sérgio Petecão	AC

PSOL - 1

Randolfe Rodrigues	AP
--------------------------	----

Bloco Parlamentar da Maioria	26
Bloco de Apoio ao Governo	24
Bloco Parlamentar Minoria	14
Bloco Parlamentar União e Força	14
PSD	2
PSOL	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Marco Antônio Costa* (PSD-TO)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Randolfe Rodrigues** (PSOL-AP)
Antonio Russo* (Bloco-PR-MS)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Costa** (Bloco-PFL-TO)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Cicero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Ribeiro** (Bloco-PR-TO)	Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sodré Santoro* (Bloco-PTB-RR)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Vanessa Graziotin** (Bloco-PC DO B-AM)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vital do Régio** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lidice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

José Sarney - (PMDB-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Anibal Diniz - (PT-AC) ^(8,9)

2º VICE-PRESIDENTE

Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4)

1º SECRETÁRIO

Cícero Lucena - (PSDB-PB)

2º SECRETÁRIO

João Ribeiro - (PR-TO) ⁽²⁾

3º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

4º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7)

2º - João Durval - (PDT-BA)

3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)

4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.

5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.

6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.

7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

8. Em 12.09.2012, lido ofício da Senadora Marta Suplicy comunicando que deixa o cargo de Primeira Vice-Presidente do Senado, para assumir o cargo de Ministra de Estado da Cultura (CF. 199/2012-PRVPRE).

9. O Senador Anibal Diniz foi eleito 1º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 12.09.2012.

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Majoria (PMDB/PP/PV) - 26</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá (80) Sérgio Souza (20) Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24</p> <p>Líder Walter Pinheiro - PT (22,25)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (89,55) Lídice da Mata (30,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes (7,45)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 12 Walter Pinheiro (22,25)</p> <p>Vice-Líderes do PT Wellington Dias (20) Lindbergh Farias (24) Ana Rita (23) Anibal Diniz (26)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (89,55)</p> <p>Vice-Líder do PDT Pedro Taques (21)</p> <p>Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (30,39)</p> <p>Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares (29)</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (7,45)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14</p> <p>Líder Jayme Campos - DEM (27)</p> <p>Vice-Líderes Cyrto Miranda (32) Flexa Ribeiro (5,35) Lúcia Vânia (9) Mário Couto (33) Paulo Bauer (7,12)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (6) Paulo Bauer (7,12) Flexa Ribeiro (5,35)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,30;14,43;46)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (27)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 14</p> <p>Líder Gim - PTB (56)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (19,51) Alfredo Nascimento (41) João Vicente Claudino Eduardo Amorim (17,47,48)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56)</p> <p>Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozartildo Cavalcanti (59,59)</p> <p>Líder do PR - 6 Blairo Maggi (19,51)</p> <p>Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento (41) Vicentinho Alves (42,54)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48)</p> <p>Líder do PPL - 1 João Costa</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - PMDB (38)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56) Benedito de Lima (57) Lídice da Mata (30,39) Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	<p>PSD - 2</p> <p>Líder Marco Antônio Costa - PSD (33)</p> <p>Vice-Líder Sérgio Petecão</p> <p>PSOL - 1</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18)</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o OF. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfo Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senadora Lidice da Mota é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Agricultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lidice da Mota é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.

40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licencia-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licencia-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o OF. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o OF. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O senador Benedito de Lira está afastado do exercício pelo motivo "Licença saúde" no período de 17/11/2012 a 21/12/2012.
58. O Senador Mozanildo Cavalcanti licencia-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
59. O senador Mozanildo Cavalcanti está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 12/12/2012 a 12/04/2013.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, aditado pelo Requerimento nº 824, de 2012, da Senadora Lidice da Mata e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,12)

RELATORA: Senadora Lidice da Mata (PSB-BA) ^(14,16)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

Prazo prorrogado: 30/06/2012

Prazo prorrogado: 12/10/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lidice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁷⁾	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁶⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,15)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁷⁾	
^(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

**. Em 20.03.2012, foi lido o Requerimento nº 163, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicaram a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLP/PTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

****. Em 5.06.2012, foi lido o Requerimento nº 521, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão por noventa dias, a partir de 30 de junho de 2012.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 12.09.2012, lido e aprovado o Requerimento nº 824, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2012.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011-SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Pontella e Marta Suplicy são designadas membros titulares, e a Senadora Lidice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).

5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lidice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).

7. Em 04.05.2011, a Senadora Lidice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).

8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Motta da Comissão (Of. GLPMDB nº 182/2011).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. O PR deixa de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (Of. nº 207/2011-GRSS).

12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (Of. nº 207/2011 - GRSS).

13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.

14. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

15. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lidice da Mata foi designada Relatora.

17. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 061 33033514

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

** Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

*** Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

**** Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

***** Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

***** Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (CF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUI/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antioossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

Designação: 28/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽³⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (Of. nº 18/12-GLPSDB).

2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).

3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).

4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUI/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20

Finalidade: Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/02/2012

Designação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Senador Acir Gurgacz (PDT) ^(3,18)	4. Senador João Capiberibe (PSB)
	5. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ^(11,12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB)	2. Senador Paulo Davim (PV) ⁽¹⁰⁾
Senador Sérgio Souza (PMDB)	
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾
Senador José Agripino (DEM) ^(5,6)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁵⁾	
Senador Fernando Collor (PTB) ⁽³⁾	1. Senador Gim (PTB) ^(1,19)
Senador Blairo Maggi (PR) ^(4,14,15,20,21)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(4,17)
PSD	
	1. Senadora Kátia Abreu ^(8,9,16)

Notas:

*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.

** Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)
2. Em 13.03.2012, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 56/2012-GLPTB).
3. Em 14.03.2012, os Senadores Demóstenes Torres e Jayme Campos são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (DEM) na Comissão (Of. Nº 010/12-GLDEM).
4. Em 21.03.2012, os Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão (Of. nº 009/2012-GLPR).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 15/2012-GLDEM).
7. Em 17.05.2012, o Senador Francisco Dornelles e a Senadora Ana Amélia são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 129/2012-GLPMDB).
8. Em 25.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSD (Of. GLPMDB nº 136/2012).
9. Em 28.05.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente na Comissão (Of. Nº 027/2012-GLPSD) em vaga cedida ao PSD pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
10. Em 29.05.2012, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 0143/2012).
11. Em 06.06.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. GLPMDB nº 0146/2012).
12. Em 06.06.2012, o Senador Isácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 081/2012-GLDBAG), em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
13. Senador Acir Gurgacz licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
14. Senador Blairo Maggi licencia-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
15. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 090/2012-BLUFOR/SF).
16. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licencia-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
17. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVÁLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
18. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
19. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
20. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
21. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. Nº 221/2012-BLUFOR).

4) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lidice da Mata (PSB) ⁽²⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEB-São Francisco).

** Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBU/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lidice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

**COMISSÃO DE ESPECIALISTAS COM O OBJETIVO
DE ANALISAR QUESTÕES FEDERATIVAS**

Finalidade: Analisar e propor, no prazo de sessenta dias, a partir da instalação, soluções para questões relacionadas ao Sistema Federativo.

(Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2012)
(Requerimento nº 25, de 2012, do Senador Pedro Taques)

Número de membros: 14

PRESIDENTE: Nelson Jobim

Ato do Presidente do Senado Federal: 15/03/2012

Designação: 15/03/2012

Instalação: 12/04/2012

Prazo final: 10/06/2012

Prazo prorrogado: 22/09/2012

Prazo prorrogado: 22/10/2012

MEMBROS

Nelson Jobim

Bernardo Appy

João Paulo dos Reis Velloso

Everardo Maciel

Ives Gandra da Silva Martins

VAGO ^(*)

Luís Roberto Barroso

Michal Gartenkraut

Paulo de Barros Carvalho

Bolívar Lamounier

Fernando Rezende

Sérgio Prado

Manoel Felipe do Rêgo Brandão

Marco Aurélio Marraffon

Notas:

*. Em 29.05.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012-CEAQF, que solicita a prorrogação dos trabalhos da Comissão por noventa dias. A prorrogação foi aprovada pelo Plenário em 29.05.2012.

** . Prorrogado o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão, por 30 (trinta) dias, nos termos do Ato do Presidente do Senado Federal nº 26, de 2012. 1. Em 09.08.2012, foram lidos expedientes dos Senhores Adib Jatene e Mailson da Nóbrega comunicando a impossibilidade de participarem da Comissão.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins

Telefone(s): 061 33033501

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

6) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾**RELATOR:** Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾**Designação:** 17/07/2012**Instalação:** 08/08/2012**Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em:** 28/11/2012**Relatórios Parciais - prazo sobrestado:** 11/02/2013**Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado:** 26/02/2013**Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado:** 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) ^(4,5)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽²⁾	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	4. VAGO ^(5,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cicero Lucena (PSDB) ^(7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. Senador João Costa (PPL) ⁽⁶⁾

Notas:^{*} Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.^{**} Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).^{***} Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).^{****} Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.^{*****} Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/af>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***** Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).

2. Em 14.08.2012, a Senadora Lidice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).

3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios N.ºs 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).

4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 135/2012-GLDBAG).

6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).

7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

9. Em 28.11.2012, o Senador Cicero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).

7) COMISSÃO EXTERNA PARA PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

Prazo final: 16/07/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Graziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Paulo Davim (PV) ⁽²⁾
Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Graziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Minoria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

**8) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO
CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 05/02/2013

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 05/04/2013

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 06/05/2013

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 04/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Casildo Maldaner (PMDB)	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Collor (PTB)	2. Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁸⁾
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(1,3,4)	

Notas:

*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Corrêa e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

** Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.

***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSE, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Morais como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.

*****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSEPT).

*****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).

*****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).

*****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).

*****. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).

1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga de suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).

3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).

4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).

5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

8. O Senador Mearim Cavalcanti licencia-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti

Designação: 22/11/2012

MEMBROS

Sidnei Agostinho Beneti

Gamil Föppel El Hireche

Carlos Pessoa de Aquino

Edemundo Dias de Oliveira Filho

Denis de Oliveira Praça

Maria Tereza Uille Gomes

Marcellus Ugiette

**10) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR
ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO**

Finalidade: Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão

Designação: 22/11/2012

MEMBROS

Luis Felipe Salomão

Márcio Maciel

José Antônio Fichtner

Caio Cesar Rocha

José Rogério Cruz e Tucci

Marcelo Rossi Nobre

Francisco Antunes Maciel Müssnich

Tatiana Lacerda Prazeres

Adriana Braghetta

Carlos Alberto Carmona

Eleonora Coelho

Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Silvia Rodrigues Pereira Pachikowski

Francisco Maia Neto

Ellen Gracie Northfleet

André Chateaubriand Pereira Diniz Martins

José Roberto de Castro Neves

Marcelo Henrique Ribeiro de Oliveira

Walton Alencar Rodrigues

Notas:

*. Em 28.11.2012, aprovado o Requerimento nº 1.022, de 2012, que amplia em 4 o quantitativo de vagas da Comissão.

**11) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A
CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL**

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(01,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³⁴⁾
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Aríbal Diniz (PT) ^(42,43)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(35,36,47,48)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lidice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁶⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(18,23)
Valdir Raupp (PMDB) ^(37,38,50,51)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requão (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(4,8,17,27,29)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,21)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(31,32,33)
Jayne Campos (DEM) ⁽³²⁾	5. Wilder Moraes (DEM) ^(5,16,41)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(30,46)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim (PTB) ⁽⁴⁹⁾
Antonio Russo (PR) ^(37,24,29)	3. Blairo Maggi (PR) ^(39,40,52,53)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ⁽²²⁾

PSD PSOL (28)

Marco Antônio Costa (PSD) (24,36,44,45)

1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares, e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Cassido Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Emílio Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares, e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amarel, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lidice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares, e os Senadores José Pimentel, Ângela Pontella, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amarel e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. O PR deixa de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Em 18.08.2011, o Senador Zezé Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).

18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividades/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
30. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
31. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
33. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
34. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
35. Senador Acir Gurgacz licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 089/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licencia-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012-BLUFOR/SF).
41. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
42. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
43. Em 14.09.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 109/2012-GLDBAG).
44. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licencia-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
45. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
46. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
47. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. OSAGUR-172/2012).
48. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
49. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
50. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
51. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2012).
52. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
53. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. Nº 213/2012-BLUFOR).

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ^(*)	
Marta Suplicy (PT) ^(*)	1. VAGO ^(*)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ^(*)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDDBAG).
5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,8)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁹⁾	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁰⁾	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(2,3)

Notas:

- Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
- Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
- Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme CF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
- Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
- Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Valdir Raupp licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: secmcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Ângela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁷⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁹⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lidice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁴⁾	1. Renan Calheiros (PMDB) ^(7,18,24,31)
Paulo Davim (PV) ^(2,24)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(24,31)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5,24)	3. Pedro Simon (PMDB) ^(24,31)
Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁴⁾	4. Lobão Filho (PMDB) ^(24,31)
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁴⁾	5. Eduardo Braga (PMDB) ^(24,31)
Ana Amélia (PP) ^(5,16,17,22,24)	6. Roberto Requião (PMDB) ^(11,24,31)
João Alberto Souza (PMDB) ^(24,26,31)	7. Benedito de Lira (PP) ^(24,31)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cicero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(23,29)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽³²⁾	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB) ^(1,6)	2. Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁵⁾
João Costa (PPL) ^(28,30)	3. Antonio Russo (PR) ^(20,33)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cicero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lidice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular, e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011 -GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMNPV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (OF. nº 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)

18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. 33/2012-GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (OF.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

24. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

25. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

26. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

27. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVÁLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

30. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

31. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Ranan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).

32. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

Secretário(a): Dulcélia Ramos Calháo

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollenberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (OF. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1458 e 1459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

8. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

9. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollenberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcélia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
VAGO ^(8,6)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente desta colegiada para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

8. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

9. Em 23.03.2011, foi lido o Of. nº 11/2011 - PRES-CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rêgo e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcélia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Paulo Paim (PT)	1. João Costa (PPL) ^(7,8,9)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-OLBU/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV/ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais.

9. Em 31.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 189/2012 - PRESIDÊNCIA/CAS).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 23.03.2011, foi lido o Of. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) ^(4,6)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente desta colegiada, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).

2. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

3. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUI/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

5. Em 17.10.2012, o Presidente da Subcomissão comunica a designação do Senador José Pimentel como relator (Of. nº 018/2012 - PRESIDÊNCIA/CAS/FGTS/CAS).

6. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

** Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁾
Ana Rita (PT) ^(55,56)	2. Lídice da Mata (PSB) ^(8,56,57)
Pedro Taques (PDT)	3. Arival Diniz (PT) ^(8,10)
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26,58,51,61,62)
Antônio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁷⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(33,34)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁸⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(40,52)	1. Renan Calheiros (PMDB) ^(2,4,16,21,28,40,52)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(3,17,40,52)	2. Roberto Requião (PMDB) ^(3,16,27,40,47,52)
Pedro Simon (PMDB) ^(40,52)	3. Valdir Raupp (PMDB) ^(14,16,40,52,53,54,64,65)
Romero Jucá (PMDB) ^(40,52)	4. Eduardo Braga (PMDB) ^(15,16,40,52)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(21,40,52)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(27,40)	6. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	7. Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Álvaro Dias (PSDB)	3. Cicero Lucena (PSDB) ⁽⁹⁾
José Agripino (DEM) ^(18,49)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(19,45,49)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(39,60)	
Armado Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTE) ^(12,46,66)
Gim (PTB) ⁽⁶³⁾	2. Ciro Nogueira (PP) ^(11,46)
Magno Malta (PR)	3. João Ribeiro (PR) ^(20,22,35,36)
	4. Eduardo Amorim (PSC) ^(48,49)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	
PSD	
Sérgio Petecão ^(41,42,44)	1. Marco Antônio Costa ^(00,31,32,38,41,42,44,53,59)

Notas:

* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antônio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgrório, Aníbal Dixiz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

9. O Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. Em 17.02.2011, o Senador Mozartildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

12. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividades/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Costa (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
34. Em 05.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
35. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
36. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
37. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 45/2012).
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
41. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
42. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
44. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
45. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
46. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
47. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).
48. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
49. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (Of. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
50. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
51. Em 04.07.2012, o Senador Aassis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 092/2012-GLDBAG).
52. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (Of. GLPMDB nº 168/2012).

53. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
54. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
55. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
56. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
57. Em 14.09.2012, a Senadora Lidice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
58. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
59. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
60. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
61. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
62. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
63. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
64. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
65. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2012).
66. O Senador Mozanildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁴⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 094/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 26.10.2011, foi lido o OF. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011;

a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) (3)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (48)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (41)
Wellington Dias (PT)	2. Aríbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) (52)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (14,26)
Walter Piriheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (30)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Ferrelle (PDT) (19)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) (33)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) (44)	
Roberto Requião (PMDB) (44)	1. Vital do Rêgo (PMDB) (2,22,46,49)
Pedro Simon (PMDB) (29,30,32,42,46)	2. Valdir Raupp (PMDB) (46,49,60)
Ricardo Ferraço (PMDB) (7,13,28,46)	3. Luiz Henrique (PMDB) (46)
Benedito de Lira (PP) (31,34,43,46)	4. VAGO (46,49)
Ana Amélia (PP) (20,46)	5. VAGO (46,49)
Romero Jucá (PMDB) (46,49)	6. VAGO (23,46,49)
João Alberto Souza (PMDB) (46,49,50,51,56,59)	7. VAGO (11,46)
Waldemir Moka (PMDB) (46,49)	8. (46)
Ciro Nogueira (PP) (46,49)	9. (46)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (4)	1. Cicero Lucena (PSDB) (36)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (10,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (5)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) (6)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. VAGO (21,57)
José Agripino (DEM) (9)	5. Alvaro Dias (PSDB) (8,47,48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (44,54)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (61)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC) (1,45)
Magnó Malta (PR) (12,27)	3. Antonio Russo (PR) (29,40)
João Ribeiro (PR) (27)	4. João Costa (PPL) (55,56)
PSD PSOL (38)	
Kátia Abreu (PSD) (35,37,53)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozerildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lidice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lima e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão, (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

11. Em 02.05.2011, o Senador Cyro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PS/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

12. O Senador João Ribeiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PS/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).

18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.

21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clevis Faccry é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 060/2011-GLDEM).

22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividades/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cláudio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (Of. 192/2011 - GLPSDB).
26. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
27. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João RIBEIRO são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1458 e 1459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marincor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
38. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
39. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
40. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
41. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
44. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
45. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
46. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requilo, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lima e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Régo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
47. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
48. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Of. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
49. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Régo como 1º suplente.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
52. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
53. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
54. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
55. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
56. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

57. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

58. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

59. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (CF. GLPMDB nº 356/2012).

60. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).

61. O Senador Mozanildo Cavalcanti licencia-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,20)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁵⁾	
Aníbal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16,41,42,51,52)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁶⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁸⁹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB) ^(3,44,55,56)
VAGO ^(1,22,40)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(22,23)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO ^(32,34,38)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,24,27)	6. VAGO ^(9,30,31,33,37)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cicero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) ^(19,28,29)	3. VAGO ^(28,29)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(39,48)	
Gim (PTB) ^(1,26,24)	1. João Vicente Claudino (PTB) ⁽²⁾
João Costa (PPL) ^(49,50)	2. Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁵⁾
PSD PSOL ⁽³⁵⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁵⁾	1. Marco Antônio Costa (PSD) ^(5,6,16,36,46,47)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GL/PSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cicero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).

2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).

3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (OF. SF/GSMB nº 0275/2011).

6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (OF. SF/GSMB nº 0276/2011).

7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).

11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 143/11-GLPSDB).

12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

14. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).

15. O PR deixa de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).

17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSIALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clóvis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 059/2011-GLDEM).

20. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)

23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. 292/2011 - GLPMDB).

24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).

25. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

26. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).

27. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (OF. 072/2011 -GLDEM).

29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 074/2011-GLDEM).

30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).

35. Em 16.02.2012, foi lido o OF. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividades/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

36. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o CF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (Of. nº 154/2012-GLPMDB).
41. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
42. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 087/2012-GLDBAG).
43. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
44. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
45. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
46. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
47. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
52. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
53. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
54. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
55. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
56. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 357/2012).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ^(1,3,6,8,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁶⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Aríbal Diniz (PT) ^(4,12)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁵⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Waldemir Moka (PMDB) ^(7,13)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,10)	1. Kátia Abreu (PSD) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁸⁾	
⁽⁹⁾	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

- Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
- Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
- Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reeleição do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- Em 16.11.2011, vago em virtude do Of. nº 125/2011-GLPTB.
- Vago, em 16.11.2011, em virtude do Of. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Aríbal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 59/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

16. Em 25.04.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012/CMA, de 20.04.2012, comunicando a indicação da Senadora Vanessa Grazziotin como Relatora da Subcomissão.

17. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares, e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ^(2,13)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁷⁾
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(8,9)
Aribal Diniz (PT)	3. VAGO ^(7,8,9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(4,7,13)	1. João Costa (PPL) ^(7,13,14)

Notas:

- Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
- Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 16.11.2011, vago em virtude do Of. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUIF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Minoria - Sérgio Souza, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
- Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
- Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se por 130 dias, a partir de 09.08.12, nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cicero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(8,12)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(2,3,5,6,9)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹³⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁰⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(7,12,14)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

- Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente desta colegiada, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme CF, N.º 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 11.08.2011, o Senador Redentário Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Redentário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
- Em 16.11.2011, vago em virtude do Of. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o CF, N.º 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
- Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

13. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

14. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares, e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lótão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) (1)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cicero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
João Costa (PPL) (2,3)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

2. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV/ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

3. Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).

4. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Lídice da Mata (PSB) ^(50,54)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(14,25)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Aríbal Diniz (PT) ^(15,26,28)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) ^(12,40,41)	6. VAGO ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁴⁾	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(8,16,27,34)
VAGO ^(1,13,29,30,31,42)	2. VAGO ⁽³⁹⁾
VAGO ^(32,35,43)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(18,33)	4. VAGO ⁽²¹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁰⁾	5. VAGO ⁽¹⁵⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(6,9,17,27,47)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(3,24)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
VAGO ^(10,38,46,55)	3. Wilder Moraes (DEM) ⁽⁴⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(44,53)	
Mezarildo Cavalcanti (PTB) ^(2,57)	1. Gim (PTB) ^(48,56)
Eduardo Amorim (PSC) ^(11,45)	2.
Magno Malta (PR)	3. João Costa (PPL) ^(51,52)
PSOL	
VAGO ⁽³⁶⁾	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GL/PSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Várria como membros titulares; e os Senadores Cicero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jairton Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Rauloff Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB)

5. Em 23.03.2011, o Senador Cicero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

23. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

24. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

25. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

26. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

27. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

28. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

32. Senador Garibaldi Alves licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

33. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

34. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
35. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
36. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
37. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 10/12 - GLPSDB).
38. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
40. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
41. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
44. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o CF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
45. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
46. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clóvis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
47. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
48. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
49. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
50. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
51. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
52. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
53. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
54. Em 17.10.2012, a Senadora Lidice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
55. Vago em virtude de o Senador Clóvis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozerildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: quintas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomedh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT) ⁽⁷⁾
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁶⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,8)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o OF. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União a Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).

7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 02.05.2011, foi lido o OF. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão, e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Ana Rita (PT)	1. Ângela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme CF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUI/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

7. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomedh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Aríbal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,18)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(13,19)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁷⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB) ^(24,25,27)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ^(3,14,15,22,29,30,34)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. VAGO ^(11,21)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(23,36)	
Fernando Collor (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽³⁵⁾
Gim (PTB) ⁽²⁴⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Blaire Maggi (PR) ^(26,28,26,37)	3. João Ribeiro (PR) ^(20,21)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GL/PSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular, e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Juntas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).
 2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
 5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
 8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
 10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
 11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).
 12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
 13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1458 e 1459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 14. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
 15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
 16. Em 08.12.2011, o Senador João Cupiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
 17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
 18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
 19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
 20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (OFGSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
 21. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
 22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
 23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 24. Senador Valdir Raupp licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
 25. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
 26. Senador Blairo Maggi licencia-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
 27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (Of. GLPMDB nº 192/2012).
 28. Em 09.08.2012, o Senador Cícinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
 29. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 191/2012).

30. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL possui a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
31. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
32. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
33. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
34. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2012).
35. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
36. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
37. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. Nº 217/2012-BLUFOR).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomere@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seis partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomere@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) ^(9,10,11,12,13)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(6,7)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁸⁾

Notas:

- Vaga codida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
- Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União a Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- Em 09.08.2012, vaga em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (Of. Nº 260/2012-CRE/PRES).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividades/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

12. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
13. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (CF, Nº 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ** Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
- ***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.
- ****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(7,8,9,10,11)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

4. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (OE nº 34/2012-GSMC).

5. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBU/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União a Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

7. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

8. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

9. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).

10. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

11. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*, Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Minoria, e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

*** Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(16,18,19,22,23)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(12,13)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Deleido do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(8,9)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(1,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁴⁾	
VAGO ^(5,17,20)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹⁰⁾	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CRE/PRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (Of. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- Vago em razão do término do mandato do Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e Of. Nº 167/2012-CRE/PRES).
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

14. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o CF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

15. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

16. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).

18. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

19. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).

20. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

21. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

22. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.

23. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scmcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ^(1,37)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Deleídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(21,22)
Acir Gurgacz (PDT) ^(32,33,46,47)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁹⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁶⁾	
Valdir Raupp (PMDB) ^(27,34,35,49,50)	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽²⁷⁾
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁷⁾	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11,27)
Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁷⁾	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁷⁾
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁷⁾	4. Francisco Dornelles (PP) ^(10,27)
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁷⁾	5. Clésio Andrade (PMDB) ^(12,23,24,27)
Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁷⁾
Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁷⁾	7. Ivo Cassol (PP) ^(16,17,19,25,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(3,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Wilder Moais (DEM) ^(30,39)	4. Jayme Campos (DEM) ^(39,40)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(26,44)	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Gim (PTB) ^(34,46)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR) ⁽³⁶⁾	3. João Costa (PPL) ^(43,45)
PSOL	
⁽²⁰⁾	1. Randolfé Rodrigues ^(20,51)
PSD	
Marcos Antônio Costa ^(28,31,41,42)	1. Sérgio Petecão ^(6,7,13,15,28,29,31)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 272/2011 - GLPMDDB).

12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB nº 294/2011).

16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

17. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDDB).

18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. Nº 20/2012-OSRR).

21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GLSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

24. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB nº 36/2012).

25. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

26. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

27. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
28. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
29. As vagas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
31. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecção como membro suplente, para compor a Comissão.
32. Senador Acir Gurgacz licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 088/2012-GLDBAG).
34. Senador Valdir Raupp licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
35. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
36. Senador Blairo Maggi licencia-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
37. Senador Blairo Maggi licencia-se por 130 dias, a partir de 09.08.12, nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
38. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. Nº 093/2012/BLUFOR/SF).
39. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. Nº 045/12-GLDEM).
40. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (Of. Nº 045/12-GLDEM).
41. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licencia-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
42. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
43. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVAlV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
44. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
45. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012/BLUFOR/SF).
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012-GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2012).
51. Em 03/12/2012, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. GSRR nº 264/2012).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Costa (PPL-TO) ^(2,10,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(4,5,7)

RELATOR: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ^(3,5)

Instalação: 09/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
João Costa (PPL) ^(1,11,12,13)	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. VAGO ^(8,9,15)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (Of. nº 002/2012-GLDBAG).

2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.

3. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CI, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.

4. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CI comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.

5. Em 27.03.2012, foi lido o Ofício nº 037/2012-CI comunicando a renúncia do Senador Vital do Rêgo ao cargo de Vice-Presidente da Subcomissão e sua indicação ao cargo de Relator.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUE/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

7. Em 24.04.2012, foi lido o Of. nº 44/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Flexa Ribeiro para Vice-Presidente da Subcomissão.

8. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

9. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-OLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.

10. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se, nos termos do art. 47 do Regimento Interno do Senado Federal, do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Of. GSVALV nº 415/2012, Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

11. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

12. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

13. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 066/2012-PRES/CI).

14. Em 1º.11.2012, foi lido o Of. nº 087/2012-CI, comunicando a eleição do Senador João Costa para Presidente da Subcomissão, em substituição ao Senador licenciado Vicentinho Alves.

15. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

*. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ^(4,2)	2. VAGO ^(8,7,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
	1. João Costa (PPL) ^(3,5,8,9,10)

Notas:

- Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Minoria (Of. Nº058/2012 - CI).
- Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
- Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
- Em 16.05.2012, foram eleitos Presidente o Senador Ivo Cassol e Vice-Presidente o Senador Jayme Campos. O Senador Sérgio Petecão foi designado Relator (Of. nº 059/2012-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
- Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Corrêa como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
- Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

9. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

10. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

11. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

*. Em 22.03.2012, foi lido o OF. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

**. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾****VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(1,23,25,28,35,36)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(6,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(34,29,44,45)
Lidice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁴⁾	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Ricardo Ferraz (PMDB) ^(22,23,24,29,32,37)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(8,43)
Eduardo Braga (PMDB) ^(17,40)	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,14,19)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO ^(36,27,31)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cicero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM) ^(5,41)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(34,42)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁴⁷⁾	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁹⁵⁾	2. Magno Malta (PR)
PSD PSOL ⁽²⁹⁾	
	1. VAGO ^(36,46)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cicero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares, e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lidice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lima e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Juntas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Atáides Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Alcino Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Redentário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zaze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Atáides Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 120/2011 - GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 481/2011 - GSMB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Redentário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
24. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
25. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
26. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
31. Em 05.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
33. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
34. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
35. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
36. Em 24.05.2012, foi lido o Ofício nº 120/2012-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Eduardo Amorim para Vice-Presidente da Comissão.
37. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (Of. GLPMDB nº 151/2012).
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividades/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

39. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 091/2012-GLDBAG).
40. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
41. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
42. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
43. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
44. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
45. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
46. Em 03/12/2012, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão, em razão do disposto no art. 77, § 2º, do RISF (Of. OSRR nº 264/2012).
47. O Senador Mozerildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

Secretário(a): Selma Miriam Perpétuo Martins

Reuniões: terças-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomedr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,7,8)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ^(3,6)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cicero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim ^(4,5,11,12)	

Notas:

- Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme CF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (CF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
- Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (CF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
- Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antonio para Vice-Presidente da Subcomissão.
- Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o CF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (CF. GLPMDB nº 140/2012).
- O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (CF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,10)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. VAGO ^(12,13)
VAGO ⁽¹¹⁾	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹⁴⁾
Ivo Cassol (PP) ^(4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

- Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
- Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. Nº 162/2011-PRES/CDR).
- Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
- Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (Of. Nº 339/2011-PRES/CDR).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Vago, em 17.04.2012, em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (Of. Nº 018/2012-GLBUF/SF).
- Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (Of. Nº 018/2012-GLBUF/SF).
- Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
- Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
- O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Miriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: soomcdri@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,5,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(7,8)	1. José Pimental (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹²⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,11)	1. Cicero Lucena (PSDB)

Notas:

- Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reeleição do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme CF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
- Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
- Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
- Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.
- Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1458 e 1459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
- Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o CF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimental, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cicero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(2,40)****VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antônio Russo (PR) ^(6,11,23,24)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(13,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(9,49)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽³⁾	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁸⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(28,30,36,55)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ^(26,27,29,37,51)	3. Valdir Raupp (PMDB) ^(41,42,53,54)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,20,22)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(31,9,13)
Jayne Campos (DEM)	3. VAGO ^(8,19,50)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(38,47)	
Gim (PTB) ^(1,9,51,52)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(7,56)
Antônio Carlos Rodrigues (PR) ^(2,5,34,35,48)	2. Blairo Maggi (PR) ^(25,43,44,57,58)
PSD PSOL ⁽³²⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	1. Marco Antônio Costa (PSD) ^(33,45,46)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

*** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular, e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (CF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reuniu elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Mota, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 05.04.2011, o Senador Mozerildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixa de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSIALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSP de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
25. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
33. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

39. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
40. Senador Acir Gurgacz licenciou-se por 123 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
41. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
42. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
43. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
44. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 682/2012/BLUFOR/SF).
45. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
46. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (OF nº 55/2012 - GLPSD).
47. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
48. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
49. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (OF. GSAGUR nº 172/2012).
50. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (OF. GSJALB nº 0001/2012).
51. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (OF. GLPMDB nº 338/2012).
52. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
55. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jacó é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
56. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
57. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
58. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 08:30hs -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes****Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br**10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA
BRASILEIRA**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aríbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,14)
João Capiberibe (PSB) ^(10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollenberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(13,24)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁵⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB) ^(2,6,27,32,33)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽³¹⁾
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flaxa Ribeiro (PSDB)	2. Cicero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(26,29)	
Gim (PTB) ⁽³⁰⁾	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) ^(4,36)	2. João Ribeiro (PR) ⁽³⁴⁾
PSD PSOL ⁽²⁸⁾	
Marco Antônio Costa (PSD) ^(6,24)	1. Sérgio Petecão (PSD) ^(28,22)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flaxa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cicero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aríbal Diniz, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Pedro Taques e Rodrigo Rollenberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF nº 141/2011-GLPMDDB).

6. Em 01.06.2011, o Senador Rauloff Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

8. Em 14.07.2011, o Senador Redentário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, (Of. 116/2011-GLDBAG)

12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).

13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDDB).

14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Redentário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB nº 294/2011).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

19. Em 08.12.2011, o Senador João Cupiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

20. Em 28.12.2011, vago em virtude de o Senador Marinor Brito ter deixado o mandato.

21. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

22. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

24. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

25. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

26. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

27. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDDB nº 181/2012).

28. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 55/2012 - GLPSD).

29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

30. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

31. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDDB nº 346/2012).

32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

33. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2012).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs -
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scom cct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA **Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scom cct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(6,7)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾**1º Eleição Geral:** 19/04/1995 **5º Eleição Geral:** 23/11/2005**2º Eleição Geral:** 30/06/1999 **6º Eleição Geral:** 06/03/2007**3º Eleição Geral:** 27/06/2001 **7º Eleição Geral:** 14/07/2009**4º Eleição Geral:** 13/03/2003 **8º Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Eunício Oliveira (CE) ⁽⁸⁾	1. Sérgio Souza (PR) ⁽⁹⁾
João Alberto Souza (MA)	2. VAGO ⁽²⁾
Renan Calheiros (AL)	3. VAGO ⁽¹⁾
Romero Jucá (RR)	4. VAGO ⁽²⁾
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Aríbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Argela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽¹⁾
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO) ⁽¹⁰⁾	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 09/11/2012

Notas:

1. Em 18.04.2012, vago em decorrência da renúncia do Senador Valdir Raupp, conforme Of.GSVR nº 002/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Em 30.05.2012, vago em virtude de sua eleição como membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
3. Eleito Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
4. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB-PB) ter deixado o mandato.
6. Em 10.04.2012, na 1ª Reunião de 2012 do Conselho, assumiu a Presidência o Senador Antonio Carlos Valadares (art. 88, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal).
7. Eleito Presidente na 3ª Reunião do Conselho, realizada em 12.04.2012.
8. Em 30.05.2012, eleito membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Em 12.06.2012, eleito membro suplente deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 149/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012)

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros: 5 titulares**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ⁽²⁾	PTB
VAGO ⁽¹⁾	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 12/12/2012**Notas:**

1. Vago em virtude da perda do mandato do Senador Demóstenes Torres, decretada pela Resolução do Senado Federal nº 20, de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 12.07.2012

2. O Senador Mozarildo Cavalcanti licencia-se a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, Inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1085/12, aprovado na Sessão de 11.12.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br**4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)***OUVIDOR-GERAL:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**1º Designação:** 26/04/2011**Atualização:** 26/04/2011**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lidice da Mata (PSB-BA) ^(6,17)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁷⁾**1º Designação:** 03/12/2001**2º Designação:** 26/02/2003**3º Designação:** 03/04/2007**4º Designação:** 12/02/2009**5º Designação:** 11/02/2011**MEMBROS****PMDB**VAGO ^(14,16)**PT**Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PTBMozarildo Cavalcanti (RR) ^(4,21)**DEM**Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾**PR**VAGO ^(6,14,15)**PP**Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾**PDT**Zeze Perrella (MG) ⁽¹²⁾**PSB**

Lidice da Mata (BA)

PC DO BVanessa Grazziotin (AM) ⁽²⁾**PSOL**VAGO ^(5,11)**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹³⁾**PSC**

Eduardo Amorim (SE) (7)
PSD
Marco Antônio Costa (TO) (18,19,20)
PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 12/12/2012

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. GSAGUR nº 027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
15. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
16. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
17. Eleita na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.
18. Designada para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of. 043/2012-GLPSD, de 15 de agosto de 2012, lido na sessão do Senado Federal de 27/08/2012.
19. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
20. O Senador Marco Antônio Costa foi designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. nº 0060/2012-OLPSD, de 16/10/2012, lido na sessão da mesma data, em substituição à Senadora Kátia Abreu, licenciada do mandato nos termos do art. 43, inciso II do RSI.
21. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1085/12, aprovado na Sessão de 11.12.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 Fax: 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²¹⁾**1º Designação:** 23/03/2010**2º Designação:** 14/03/2011**MEMBROS****PMDB**Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾**PT**Jorge Viana (AC) ⁽⁶⁾**PSDB**Cyro Miranda (GO) ⁽⁸⁾**PTB**Armando Monteiro (PE) ⁽⁹⁾**DEM**José Agripino (RN) ⁽⁷⁾**PR**VAGO ^(10,19,20)**PP**Ivo Cassol (RO) ⁽⁴⁾**PDT**Acir Gurgacz (RO) ⁽⁶⁾**PSB**Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹¹⁾**PC DO B**Inácio Arruda (CE) ⁽³⁾**PSOL**VAGO ^(12,13)**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ^(8,17,18)**PSC**Eduardo Amorim (SE) ^(2,15)**PSD**Sérgio Petecão (AC) ⁽²²⁾

PVPaulo Davim (RN) ⁽⁹⁾**Atualização:** 27/08/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of.º 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.º 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.º 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.º 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
7. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.º 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.º 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.º 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of.º 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of.ºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
13. Vago em virtude de o Senador Altair Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of.º 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
15. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
16. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.º 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of.º 34/2012-GSMC).
18. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of.º 004/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
19. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
20. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lairton Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
21. Eleito na 2ª Reunião de 2012, realizada em 13/06/2012.
22. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.º 0044/2012-GLPSD, lido na Sessão do Senado Federal de 27/08/2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹³⁾**1º Designação:** 30/11/2010**2º Designação:** 14/03/2011**3º Designação:** 21/03/2012**MEMBROS****PMDB****PT**Humberto Costa (PE) ⁽⁶⁾**PSDB**Cícero Lucena (PB) ⁽⁷⁾**PTB**Gim (DF) ⁽⁸⁾**DEM****PR**João Costa (PPL-TO) ^(4,15)**PP**Ana Amélia (RS) ⁽¹¹⁾**PDT**Cristovam Buarque (DF) ⁽⁹⁾**PSB**João Capiberibe (AP) ⁽¹²⁾**PC DO B**Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PSOL**Randolfe Rodrigues (AP) ⁽³⁾**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹⁰⁾**PSC****PSD**

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁶⁾

Atualização: 17/10/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. GLPCB nº 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
2. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
3. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of.GSRR nº 00030/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
4. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. nº 010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
5. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.º006/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.GSPDAV nº 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
7. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.º 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
10. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.05/2012-GSMC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
11. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. 18/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, nos termos do Of. GLPSB nº 0024/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleita na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
14. Eleito na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
15. O Senador João da Costa foi designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. nº 101/2012/BLUFOR/SF, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, afastado nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para exercer o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional, nos termos do Of. GSV ALV nº 415/2012, lidos na sessão do Senado Federal de 17/10/2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS
PMDB
PT
Paulo Paim (RS) ⁽¹²⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽²⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽⁶⁾
DEM
VAGO ⁽¹⁷⁾
PR
João Costa (PPL-TO) ^(1,16)
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁹⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽¹²⁾
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹⁰⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽⁵⁾
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁴⁾
PRB
Eduardo Lopes (RJ) ⁽³⁾
PSC
VAGO
PSD

Marco Antônio Costa (TO) ^(8,14,15)

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁷⁾

Atualização: 09/11/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of. GLPCB nº 021/2012, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of. nº 048/2012-GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme Of. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme Of. nº 019/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 0025/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 10/12-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/04/2012.
12. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. GLPDT-015/2012, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 02.05.2012.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.
14. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
15. O Senador Marco Antônio Costa foi designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. nº 0056/2012-GLPSD, de 16/10/2012, lido na sessão da mesma data, em substituição à Senadora Kátia Abreu, licenciada do mandato nos termos do art. 43, inciso II do RSF.
16. O Senador João da Costa foi designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. nº 108/2012-BLUFOR/SF, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, afastado nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para exercer o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional, nos termos do Of. GSVALV nº 415/2012, lidos na sessão do Senado Federal de 17/10/2012.
17. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 05.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012.)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61)3303-5255 **Fax:** (61)3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

9) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012

MEMBROS
PMDB
VAGO ⁽⁰⁰⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁰⁾
PSDB
PTB
DEM
PR
Cidinho Santos (MT) ⁽⁰⁾
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽⁰⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽⁰⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽⁰⁾
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁰⁾
PRB
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁰⁾
PSD
Marco Antônio Costa (TO) ⁽⁰⁾
PV

Paulo Davim (RN) (e)

Representante da sociedade civil organizada

Pesquisador com produção científica relevante

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

Atualização: 01/11/2012

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GSINAR nº 192/2012, de 28/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
2. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. GRSS nº 00201/2012, de 28/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme Of. nº 058/2012-GLPP, de 11/09/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GSLEMAT nº 456/2012, de 29/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº GLPR nº 027/2012, de 29/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme Of. GSPDAV nº 045/2012, de 28/08/2012, lido na sessão do Senado Federal de 12/09/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. 028/2012-GLDPT, de 25.09.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 25.09.2012.
8. O Senador Marco Antônio Costa foi designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. nº 0061/2012-GLPSD, de 16/10/2012, lido na sessão da mesma data.
9. O Senador Eduardo Amorim foi designado para ocupar a vaga do PSC, conforme Of. nº 184/2012, de 29/10/2012, do Gabinete da Liderança do PSC, lido na sessão do Senado Federal do dia 31/10/2012.
10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258 **Fax:** 3303.5260

E-mail: scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
(Resolução nº 1/2008-CN)Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados¹COMPOSIÇÃO²

Presidente: Deputado Paulo Pimenta⁴
1ª Vice-Presidente: Senador Cássio Cunha Lima⁴
2ª Vice-Presidente: Deputado Reinaldo Azambuja⁴
3ª Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves^{4 e 15}

Instalação: 27-3-2012

Relator do PLDO / 2013: Senador Antonio Carlos Valadares⁶
Relator do PLOA / 2013: Senador Romero Jucá⁶
Relator da Receita: Deputado Cláudio Pury⁶

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)	
Romero Jucá (PMDB/RR)	1. ^{10 e 12}
Benedito de Lira (PP/AL) ⁸	2. Mozanildo Cavalcanti (PTB/RR) ^{10, 13 e 14}
Cláudio Andrade (PMDB/MG)	3. ²
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{9 e 11}	4. ⁴
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR) ^{11 e 12}
Paulo Paim (PT/RS)	3. Ana Rita (PT/ES) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flávia Ribeiro (PSDB/PA)	2.
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. ¹⁰
PR	
João Costa (PPL/TO) ^{10 e 11}	1. Antonio Russo (PR/MS)
PSD¹	
Sérgio Petecção (PSD/AC)	1. Marco Antônio Costa (PSD/TO) ^{14 e 16}

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2008-CN.

2- Designação no Senado do Senado Federal de 2013-2012.

3- Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 642/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.

4- Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 46/2012/CMO.

5- Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Giro Nogueira, em 16-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.

6- Designado o Senador Romero Jucá para o cargo de Relator-Geral do PLOA/2013, o Senador Antonio Carlos Valadares para o cargo de Relator do PLDO/2013, e o Deputado Cláudio Pury para o cargo de Relator da Receita, em 17-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 103/2012, da Presidência da CMO.

7- Designada a Senadora Ana Rita, como membro suplente, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2013-CN.

9- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2013-CN.

10- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro titular, e o Senador Torquato Coelho, como membro suplente, em 12-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 298, de 2012, da Liderança do PMDB.

11- Designado o Senador José Rinaldi, como membro suplente, em substituição à Senadora Angela Portela, em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 115, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

12- Designado o Senador Mozanildo Cavalcanti, como membro suplente, em vaga pertencente ao Bloco Parlamentar da Maioria, em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 106, de 2012, da Liderança do PTB e 205, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria.

13- Designado o Senadora Angela Portela, como membro suplente, em substituição ao Senador José Rinaldi, em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 118, de 2012, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

14- Em 2-10-2012, o Senador Sérgio Souza licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 123 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RDS nº 888/2012, deferido no senado de 1º-10-2012.

15- Designado o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 57, de 2012, da Liderança do PSD.

16- Em 17-10-2012, foi o Ofício nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário Executivo do Estado do Tocantins.

17- Designado o Senador João Costa, como membro titular, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, em 30-10-2012 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 120, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga do PR no Senado Federal, conforme composição da CMO estabelecida em 20-3-2012.

18- Vaga em virtude de o Senador Torquato Coelho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Váldir Raupp, em 15-11-2012.

19- O Senador Mozanildo Cavalcanti licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, no período de 12-12-2012 a 12-1-2013, conforme o Requerimento nº 1.065, de 2012, aprovado na Sessão do Senado Federal de 11-12-2012.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. Assis Carvalho (PT/PI) ^{8*9}
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	
Anibal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
Edio Lopes (PMDB/RR) ²	2. Joaquim Beltrão (PMDB/AL)
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) ⁷
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ⁷	5. Luiz Ptiman (PMDB/DF) ²²
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
PSDB	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) ³	1. Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ³
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2. Marcus Pestana (PSDB/MG) ¹⁰
Wanderkolk Gonçalves (PSDB/PA)	3. Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) ¹³
PP	
João Leão (PP/BA) ⁴	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
DEM	
Augusto Coutinho (DEM/PE) ⁵	1. Eli Correa Filho (DEM/SP) ⁵
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA) ^{11*12}
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PSD	
Eduardo Sciarra (PSD/PR) ^{16, 17, 21*23}	1. Átila Lins (PSD/AM) ^{16*17}
Irajá Abreu (PSD/TO) ^{16*17}	2. Jorge Boeira (PSD/SC) ^{16*17}
Paulo Magalhães (PSD/BA) ^{16*17}	3. Manoel Salviano (PSD/CE) ^{16*17}
PR	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobbo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Márcio França (PSB/SP) ^{14, 15*24}	2. Antonio Balhmann (PSB/CE) ^{19*20}
PDT	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Nercessian (PPS/RJ)
PTB	
Arnon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PSC	
Leonardo Gadelha (PSC/PB) ¹⁸	1. Professor Sérgio de Oliveira (PSC/PR) ¹⁸
PCdoB	
Oemar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) ⁵
PMN ¹	
²	²

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGMP, de 13-3-2012.
- 3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Lerêa, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto Lerêa, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.
- 4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Botelho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.
- 5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 097/12, da Liderança do PCdoB.
- 6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correa Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.
- 7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Ottoni da suplência na Comissão.
- 9- Designado o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 231, de 2012, da Liderança do PT.
- 10- Designado o Deputado Marcus Pestana, como membro suplente, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 561, de 2012, da Liderança do PSDB.
- 11- Designado o Deputado Ronaldo Caiado, como membro suplente, em substituição ao Deputado Lira Maia, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 166, de 2012, da Liderança do DEM.
- 12- Designado o Deputado Lira Maia, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ronaldo Caiado, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 166, de 2012, da Liderança do DEM.
- 13- Designado o Deputado Nelson Marchezan Junior, como membro suplente, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 692, de 2012, da Liderança do PSDB.
- 14- Designado o Deputado Pastor Eurico, como membro titular, em substituição ao Deputado Laurez Moreira, em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 119, de 2012, da Liderança do PSB.
- 15- Designado o Deputado Laurez Moreira, como membro titular, em substituição ao Deputado Pastor Eurico, em 1º-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 121, de 2012, da Liderança do PSB.
- 16- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 17- Designados os Deputados Eduardo Sciarra, Irajá Abreu e Paulo Magalhães, como membros titulares, e os Deputados Átila Lins, Jorge Boeira e Manoel Salviano, como membros suplentes, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 815, de 2012, da Liderança do PSD.
- 18- Designados os Deputados Leonardo Gadelha e Professor Sérgio de Oliveira, como membros titular e suplente, em substituição, respectivamente, aos Deputados Ratinho Júnior e Leonardo Gadelha, em 18-8-2012, conforme Ofício nº 241, de 2012, da Liderança do PSC.
- 19- Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro suplente, em substituição ao Deputado Antonio Bahmann, em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 186, de 2012, da Liderança do PSB.
- 20- Designado o Deputado Antonio Bahmann, como membro suplente, em substituição ao Deputado Givaldo Carimbão, em 24-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 187, de 2012, da Liderança do PSB.
- 21- Designado o Deputado Hugo Napoleão, em substituição ao Deputado Eduardo Sciarra, em 26-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 964, de 2012, da Liderança do PSD.
- 22- Designado o Deputado Luiz Pittman, como membro suplente, em 26-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 967, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 23- Designado o Deputado Eduardo Sciarra, como membro titular, em substituição ao Deputado Hugo Napoleão, em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.019, de 2012, da Liderança do PSD.
- 24- Designado o Deputado Márcio França, como membro titular, em substituição ao Deputado Laurez Moreira, em 28-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 201, de 2012, da Liderança do PSB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala 1C* – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Senador Sérgio Souza (PMDB/PR)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Armando Monteiro (PTB/PE)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Sérgio Souza (PMDB/PR)
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Paulo Palm (PT/RS)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	João Paulo Lima (PT/PE)
PMDB	Celso Maldaner (PMDB/SC)
PSDB	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)
PDT	Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)
PTB	Antonio Brito (PTB/BA)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Paula Wagner (PV/RN)
PCdoB	Osmar Júnior (PCdoB/P)
PSD	Átila Lins (PSD/AM) ¹

Notas:

1- Nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CR.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Cláudio Puyl (PT/PA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Cláudio Andrade (PMDB/MG)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
PSD	Sérgio Petecção (PSD/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Cláudio Puyl (PT/PA)
PMDB	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
PSDB	Duarte Nogueira (PSDB/SP)
PP	Renato Molling (PP/RS)
DEM	Luíz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	Giacobo (PR/PR)
PSB	Paulo Foletto (PSB/ES)
PSD	Itajá Abreu (PSD/TO) ¹

Notas:

1- Nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CR.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Mauro Lopes (PMDB/MG)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Vicentinho Alves (PR/TO) ¹
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Wellington Dias (PT/PI)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Josias Gomes (PT/BA)
PT	Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	Mauro Lopes (PMDB/MG)
PSDB	Wandekolk Gonçalves (PSDB/PA)
DEM	Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)
PSB	Laurez Moreira (PSB/TO)
PDT	Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
PSD	Jorge Boeira (PSD/SC) ²

Notas:

1- Em 17.10.2012, lido o Ofício nº 4-15/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins.

2- Nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CR.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Vanessa Grazziatin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Benedito de Lira (PP/AL)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Leonardo Monteiro (PT/MG)
PMDB	Edio Lopes (PMDB/RR)
PSDB	Marcus Pestana (PSDB/MG)
PP	Roberto Balestra (PP/GO)
PR	João Maia (PR/RN)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PSC	Leonardo Gadella (PSC/PB)
PSD	Manoel Salviano (PSD/CE) ¹

Notas:

1- Nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CR.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados²¹**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Deputado Márcio Macedo^{15 e 20}
Vice-Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin^{16 e 20}
Relator: Senador Sérgio Souza^{18 e 20}

Instalação: 10-4-2012^{15 e 20}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7 e 23}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
²²	5. ²²
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3 e 14}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ³
Eduardo Braga (PMDB/AM) ³	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ³
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11 e 12}	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3 e 18}	4. ^{3 e 18}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. ^{2 e 24}
Wilder Morais (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. José Agripino (DEM/RN) ^{6 e 10}
²²	3. ²²
PTB	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ⁴	1. ^{4, 9 e 12}
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciró Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciró Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 26-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.

24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.

25- Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. Francisco Praciano (PT/AM) ²
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
	2. ¹⁴
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ^{2 e 11}	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Anthony Garotinho (PR/RJ) ²	1. Bernardo Santana De Vasconcelos (PR/MG) ^{2 e 12}
PSB	
Luiz Noé (PSB/RS) ²	1. Glauber Braga ^{2, 7 e 13}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Alfredo Sirkis (PV/RJ) ²	1. Sarney Filho (PV/MA) ²
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ithoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1049/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vaga em razão do afastamento do Deputado Walter Ithoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vaga em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcelos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados³

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
4	4. ³
PSDB	
	1.
PTB	
Gim (PTB/DF) ²	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ²⁺⁵
DEM	
	1.
PSOL¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Gim e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.

3- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

4- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

5- O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, no período de 12-12-2012 a 12-4-2013, conforme o Requerimento nº 1.085, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-12-2012.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Fernando Collor ⁶
Vice-Presidente: Deputada Perpétua Almeida ⁵

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ¹	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 29/03/2012)

Notas:

1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Dornelles (PP) e Paulo Davim (PV).

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

6- Assumiu a Presidência na 2ª Reunião de 2012, realizada em 08/05/2012, em substituição à Deputada Perpétua Almeida, que passou a ocupar a Vice-Presidência, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15/08/2001 (Ata publicada no DSF de 22/08/2001, pg. 17585).

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=DN

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores^{1º} e 13 (treze) Deputados^{2º} e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias da omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011

Designação: 14-12-2011

Instalação: 8-2-2012

Prazo Final: 19-8-2012

Prazo Final Prorrogado: 28-3-2013¹⁷

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) ²⁶	2. Lúcia da Mata (PSB/BA) ^{10* 11}
¹¹	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁸
¹⁸	5. ¹⁸
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
¹⁸	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{14* 16}
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9* 13}	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8, 12* 16}
	3.
	4.
¹⁸	5. ¹⁸
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Amendo Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) ⁷
PSOL¹	
⁸	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao relator, nos termos da Resolução nº 202001-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Centenari, em 19-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 302011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedeu uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 202011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1492011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vaga em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 0342012-GCMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 8522012/PLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vaga em razão da renúncia do 1º suplente, Senador Gedizalê Alves, em 4-4-2012.

9- Em 26-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 0562012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a saída do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 0562012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 26-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 0562012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lúcia da Mata deixou de condição de titular e a passa a ser suplente.

12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 25-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 0522012, da Liderança do PMDB.

13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1362012, da Liderança do PMDB.

14- Cedeu uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1552012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-8-2012 (Sessão do Senado Federal), confor Ofício nº 692012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1702012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.

17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2013, lido em 16/07/2012 (Sessão do Senado Federal).

18- Duas vagas atribuídas ao Senado Federal e duas vagas atribuídas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

19- Vaga atribuída nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

20- Em 13-08-2012, lido o Ofício nº 1862012, da Senadora Marta Suplicy, comunicado, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministro de Estado da Cultura.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santana (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) ^{9 e 12}
Jó Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) ^{10 e 11}	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB¹	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PR/PPHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 8-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

12- Designada a Deputada Elcione Barbalho, como membro suplente, em substituição à Deputada Nilda Gondim, em 4-12-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.229/2012, da Liderança do PMDB.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3480 / 3303-3514

E-mail: sscapi@senado.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 1, de 2012-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 17 (dezesete) Senadores * e 17 (dezesete) Deputados * e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlitos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

- Leitura: 19-4-2012
- Designação da Comissão: 24-4-2012
- Instalação da Comissão: 25-4-2012
- Prazo final da Comissão: 4-11-2012
- Prazo Final Prolongado: 22-12-2012 **

Presidente: Senador Vital do Rêgo
Vice-Presidente: Deputado Paulo Teixeira
Relator: Deputado Odair Cunha

Senado Federal	
Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
José Pimentel (PT/CE)	1. Walter Pinheiro (PT/BA) ⁸
Jorge Viana (PT/AC) ⁹	2. Aníbal Diniz (PT/AC) ⁹⁺¹⁰
Lídice da Maia (PSB/BA)	3. Angela Portela (PT/RR) ⁸
Pedro Taques (PDT/MT)	4. Delcídio do Amaral (PT/MS) ⁸
Vanessa Graziotin (PCdoB/AM)	5. Wellington Dias (PT/PJ) ⁸⁺¹⁰
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)	
Vital do Rêgo (PMDB/PE)	1. Benedito de Lira (PP/AL)
Ricardo Ferraço (PMDB/ES)	2.
Sérgio Souza (PMDB/PR)	3.
Ciro Nogueira (PP/PI)	4.
Paulo Davim (PVRN)	5.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Jayme Campos (DEM/MT)	1. Cyro Miranda (PSDB/GO) ⁸⁺⁹
Alvaro Dias (PSDB/PR)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE)
Cássia Cunha Lima (PSDB/PB)	3. ¹⁰
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Fernando Collor (PTB/AL)	1. Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP) ^{8-15 16-17+18}
João Costa (PR/TO) ¹²⁺¹⁷	2. Eduardo Amorim (PSC/SE) ²
Cidinho Santos (PR/MT) ⁸⁺¹⁰	3. ⁹
	PSD ⁹
Marco Antônio Costa (PSD/TO) ¹²⁺¹⁸	1. Sérgio Falcão (PSD/AC)
	PSOL ¹
Randolfo Rodrigues (PSOL/AP) ¹⁸	

Notas:

1- Vaga destinada ao relator, nos termos da Resolução nº 50/2012-CN.

2- Designados os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim, como membros suplentes, em 13-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal.

3- Designados o Senador Jorge Viana, como membro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa, e o Senador Aníbal Diniz, como membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, em 14-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 85/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

4- O Senador Aécio Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 20-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 839 e 810, de 2012, aprovados na sessão de 20-8-2012.

5- Designado o Senador Flores Ribeiro, como membro suplente, em substituição ao Senador Aécio Gurgacz, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 90, de 2012, da Liderança do PSDB.

6- Designado o Senadora Angela Portela, como membro suplente, em substituição ao Senador Aécio Gurgacz, e repositado o quadro de suplência, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 90, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Cyro Miranda, como membro suplente, em substituição ao Senador Flores Ribeiro, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2012, da Liderança do PSDB.

8- Das três vagas atribuídas ao Senado Federal e duas vagas atribuídas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

9- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

10- Designado o Senador Randolfo Rodrigues, como membro titular, em 8-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme a Resolução nº 1, de 2012-CN e o Ofício nº 185, de 2012, da Liderança do PSOL.

11- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 8-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 734 e 729, de 2012, aprovados no Senado do Senado Federal de 7-8-2012.

12- Designado o Senador Cidinho Santos, como membro suplente, em substituição ao Senador Blairo Maggi, em 8-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

13- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQC nº 866/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

14- Designado o Senador Marco Antônio Costa, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 98, de 2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

15- Em 17-10-2012, lido o Ofício nº 415/2012, do Senador Vicente Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ser tomado posse e o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins.

16- Prazo prolongado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 93, de 2012, lido em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal).

17- Designado o Senador João Costa, em substituição ao Senador Vicente Alves, e o Senador Cidinho Santos, como membros titulares, em 4-12-2012 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 186, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

18- Designado o Senador Antônio Carlos Rodrigues, como membro suplente, em 12-12-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 263, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	1. Dr. Roalva (PT/PR)
Odair Cunha (PT/MG)	2. Luiz Sérgio (PT/RJ)
Paulo Teixeira (PT/SP)	3. Emiliano José (PT/BA) ^{13,14}
PMDB	
Iris de Araújo (PMDB/GO)	1. Leonardo Piciani (PMDB/RJ) ³
Luiz Pitman (PMDB/DF)	2. João Magalhães (PMDB/MG)
PSDB	
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	1. Vaz de Lima (PSDB/SP) ^{6,7,10}
Domingos Sávio (PSDB/MG) ⁸	2. Vanderlei Macris (PSDB/SP) ^{4,5,11}
PSD	
José Carlos Araújo (PSD/BA) ^{12,14}	1. Roberto Santiago (PSD/SP) ^{13,14}
Armando Vergílio (PSD/GO) ^{13,14}	2. César Halum (PSD/TO) ^{13,14}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC)	1. Iracema Portela (PP/PI)
DEM	
Omyx Lorenzoni (DEM/RS)	1. Mendonça Prado (DEM/SE)
PR	
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)	1. Ronaldo Fonseca (PR/DF)
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) ¹⁶	1. Paulo Foletto (PSB/ES) ¹⁶
PDT	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	1. Vieira da Cunha (PDT/RS)
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno (PPS/PR)	1. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Silvio Costa (PTB/PE)	1. ¹¹
PSC	
Filipe Pereira (PSC/RJ)	1. Hugo Leal (PSC/RJ)
PCdoB¹	
Delegada Protógenes (PCdoB/SP)	1. João Moraes (PCdoB/MG) ^{9,11,18}

Notas:

1- Vaga destinada ao rotatório, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado o Deputado Leonardo Piciani, como membro suplente, em substituição ao Deputado Edio Lopes, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 518/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

4- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Rogério Marinho, em 20-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 526/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

5- Designado o Deputado Ricardo Bezozzi, como membro suplente, em substituição ao Deputado Sílvio Machado, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 684/2012, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado João Moraes, como membro suplente, em substituição ao Deputado Omar Júnior, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 320/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados.

7- Designado o Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, como membro suplente, em substituição ao Deputado Vanderlei Macris, em 25-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 618/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

8- Designado o Deputado Domingos Sávio, como membro suplente, em substituição ao Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 681/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designado o Deputado Fernando Francisco, como membro suplente, em substituição ao Deputado Omar Júnior, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 694/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

10- Designado o Deputado Vaz de Lima, como membro suplente, em substituição ao Deputado Fernando Francisco, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 701/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

11- Designado o Deputado Omar Júnior, como membro suplente, em substituição ao Deputado João Moraes, em 5-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 234, de 2012, da Liderança do PCdoB.

12- Designado o Deputado Emiliano José, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Bezozzi, em 17-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 437/2012, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

13- Vaga preenchida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

14- Designado os Deputados José Carlos Araújo e Armando Vergílio, como membros titulares, e os Deputados Roberto Santiago e César Halum, como membro suplente, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.493, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

15- Designado o Deputado Glauber Braga (PSB/RJ), como membro titular, em substituição ao Deputado Paulo Foletto (PSB/ES), e o Deputado Paulo Foletto (PSB/ES), como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga (PSB/RJ), em 9-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 125/2012, da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados.

16- Designado o Deputado João Moraes, como membro suplente, em substituição ao Deputado Omar Júnior, em 4-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 338, de 2012, da Liderança do PCdoB.

17- Designado o Deputado Arnaldo Faria de Sá, da vaga de membro suplente, em 26-11-2012 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 439, de 2012, da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquirição (SCCEPI)

Diretor: Dinora Vieira Machado Rêgo

Telefone: (61) 3033-3260 / 3033-3614

E-mail: scepi@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012**

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) ¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁶	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁶
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁶	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁶
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁶	3. ^{6 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) ¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD ⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. Marco Antônio Costa (PSD/TO) ^{2, 8 e 9}

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.015 e 1.016, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 308/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos do Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RGS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos do Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 16-11-2012.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela ¹	1. Geraldo Resende ¹
Luiz Pitiman ¹	2. Sandro Mabel ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto ¹	1. Toninho Pinheiro ¹
DEM	
Augusto Coutinho ¹	1. João Bittar ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Brito, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SACEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
 Telefone: (61) 3303-3480 / 3303-3514
 E-mail: sacepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)**COMPOSIÇÃO****Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Aníbal Diniz (PT-AC) ^{1,2}
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ³
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ⁴	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ⁵	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁶
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁷	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁸	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 12.09.2012)

Notas:

1. Em 12.09.2012, lido ofício da Senadora Marta Suplicy comunicando que deixa o cargo de Primeira Vice-Presidente do Senado, para assumir o cargo de Ministra de Estado de Cultura (OF.199/2012-PRVPRE).
2. O Senador Aníbal Diniz foi eleito 1º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 12.09.2012.
3. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.
4. Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA ²**Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA ²**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA (JUCA FERREIRA)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 27.08.2012

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal - Anexo II - Térreo
 Telefones: 3303-4581 e 3303-5258
 ccscc@senado.gov.br
 www.senado.gov.br/ccs

Notes:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião⁶
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Jilmar Tatto ¹⁹
vago ¹⁰	Sibá Machado
Newton Lima ¹⁷	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Iris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow ⁹	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ³	Bruno Araújo ¹⁰
Sergio Guerra	Ruy Carneiro ¹⁰
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁶
PR	
Paulo Freire	Wellington Fagundes ²⁰
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Delegado Protógenes ¹¹	Assis Melo ¹²
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy (PT) ¹⁴	Paulo Paim (PT) ¹⁵
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristóvam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁸
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

[Atualizada em 28.11.2012]

Notas:

- 1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.
- 2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azebuja, conf. Of. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.
- 3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
- 4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
- 5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.
- 6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.
- 7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.
- 8- Vaga cedida pelo PR.
- 9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.
- 10- Em 15-3-2012, vaga em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).
- 11- Designado para ocupar a vaga de titular do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.
- 12- Designado para ocupar a vaga de suplente do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.
- 13- Designado para ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 21, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 14- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.
- 15- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.
- 16- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, nos termos do Ofício nº 430/21012-PSDB, de 17.04.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.08.2012.
- 17- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Partido dos Trabalhadores – PT, em substituição ao Deputado Jilmar Tatto, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.
- 18- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido dos Trabalhadores – PT, em substituição ao Deputado Newton Lima, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.
- 19- Designado para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos do Of. nº 417/2012, do Gabinete da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal do dia 09.07.2012.
- 20 – O Deputado Wellington Fagundes foi designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da República – PR, em substituição ao Deputado Giacobo, nos termos do Of. nº 551/2012, do Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal do dia 28.11.2012, e do Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 53/2012.



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 492 páginas

(OS: 16691/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

